



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI SUP. B AO Nº 63, TERÇA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2021

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19

Ata da 11ª Reunião, realizada em 31 de março de 2021	4
Ata da 12ª Reunião, realizada em 6 de abril de 2021	40
Ata da 13ª Reunião, realizada em 8 de abril de 2021	74
Ata da 14ª Reunião, realizada em 12 de abril de 2021	162
Ata da 15ª Reunião, realizada em 15 de abril de 2021	206
Ata da 16ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2021	250
Ata da 17ª Reunião, realizada em 22 de abril de 2021	313

1.2 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PANDEMIA

Ata da 1ª Reunião, realizada em 27 de abril de 2021	378





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e três minutos do dia trinta e um de março de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Marcos do Val, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso e Oriovisto Guimarães. Deixa de comparecer o Senador Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade:** Reunião de Trabalho para elencar e priorizar Projetos legislativos em andamento considerados relevantes para a aquisição de vacinas: 1. Apresentação do Estudo sobre as restrições nos Estados e Municípios, e sobre as experiências internacionais com as medidas restritivas - Sen. Rose de Freitas e Sen. Daniella Ribeiro; 2. Apresentação do Estudo de evolução do cronograma de vacinas atualizado - Sen. Confúcio Moura; 3. Apresentação do estudo sobre os projetos de lei em andamento para priorizar em pauta plenária, por ordem de relevância/urgência, bem como estudo e sugestões quanto aos vetos presidenciais à Lei 14.125/21 (responsabilidade civil quanto a eventos adversos à vacina e aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado) -Sen. Izalci Lucas e Sen. Marcos Rogério; e 4. Debate de consolidação das sugestões da Comissão para remessa à Presidência do Senado. **Resultado:** Reunião de Trabalho realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 29, de 2021** que : "Requer a realização de audiência a presença dos seguintes convidados: • representante Instituto Butantan; • representante Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz; • representante Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; • representante Ministério das Relações Exteriores; • representante Anvisa." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/03/31>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bem, vamos começar.

Bom dia a todos os internautas, também à Rádio Senado. Bom dia, meus queridos companheiros e companheiras, Senadora Zenaide...

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus – que não está sendo fácil para nós todos –, inclusive a situação fiscal, a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a esta pandemia – precisamos de dinheiro, crédito, como bem fala sempre o Esperidião, não é?

A presente reunião destina-se a elencar e priorizar projetos legislativos em andamento considerados relevantes para a aquisição de vacinas.

Em primeiro lugar, haverá a apresentação do estudo sobre as restrições nos Estados e Municípios e sobre as experiências internacionais com as medidas restritivas, os *lockdowns* e os bloqueios parciais das cidades, um estudo encomendado e feito pelas Senadoras Rose de Freitas e Daniella Ribeiro. Já, já elas vão apresentar, em primeiro lugar. Depois eu vou falar sobre as vacinas e os calendários, para deixar bem claro. E todas as projeções que eu irei apresentar eu vou passar para vocês estudarem; estão sujeitas a uma oscilação um pouco a mais aqui, um pouco a menos ali, mas o grosso está bem estudado por nós. E, no final desta audiência, o Senador Izalci Lucas e o Senador Marcos Rogério vão falar sobre os projetos de lei em andamento para priorizar em pauta plenária, por ordem de relevância e urgência, bem como estudo e sugestões quanto aos vetos presidenciais à Lei 14.125, de 2021, sobre a responsabilidade civil quanto aos eventos adversos da vacina. Por fim, faremos um debate de consolidação das sugestões da Comissão para remessa ao Presidente do Senado.

Então, vamos iniciar logo.

O restante da nossa fala vocês já conhecem: inscrição, questão de ordem, pelo aplicativo levantando a mão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A ordem da fala será o Relator, o Vice-Presidente, os titulares inscritos e, por último, os Senadores não membros da Comissão.

Para maior eficiência na reunião, solicito que todos os Senadores sejam rigorosos, como eu sempre falo, com o tempo de fala. Eu não controlo o tempo de fala, não sou eu. O pessoal que controla no computador, lá do Senado, lá no Prodasen.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças ficarão para o final da reunião.

Há número regimental para aprovar a ata?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não temos ainda número para votar a ata. Vamos deixar para depois.

Então, vamos lá. Vamos começar.

Eu consulto se as Senadoras Rose de Freitas e Daniella Ribeiro estão presentes.

Rose de Freitas e Daniella Ribeiro... *(Pausa.)*

Peço ao pessoal da Secretaria da Comissão para entrar em contato com a Senadora Rose Freitas e com a Senadora Daniella Ribeiro, para apresentarem o seu trabalho.

Enquanto elas não vêm... Eu vou insistir mais uma vez: elas já estão na sala? Às vezes, estão com dificuldades de ligação. Rose e Daniella? *(Pausa.)*

Então, não estando, eu vou apresentar já o calendário sobre as vacinas, para ganhar tempo.

Só um segundinho, eu estou preparando as projeções para compartilhar a tela com vocês.

Esse trabalho foi feito pela nossa equipe do gabinete. Está bem estudado, revisto, atualizado até a data de ontem. A evolução contratual das vacinas, até a data de ontem. Vamos lá? *(Pausa.)*

A tela está apresentada aí, com a evolução. Agora vamos começar.

Todos estão vendo na tela do computador?

Vamos lá. Posso continuar? *(Pausa.)*

Só um segundinho. *(Pausa.)*

Está aí a evolução da entrega contratual de vacinas ao Ministério da Saúde, atualizada até 31 de março de 2020.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos começar. Prestem bem atenção nesses números. Isso é muito importante para a gente ter consciência da nossa carência ou da nossa abundância relativa.

Vocês estão vendo a Fiocruz. Vamos analisar primeiro só a Fiocruz, que é a da AstraZeneca.

No mês de janeiro, a Fiocruz entregou 2 milhões de doses; em fevereiro, 2 milhões de doses; em março, 1,808 milhão de doses. O total entregue pela Fiocruz, até o momento, é de 5,808 milhões doses.

Previsão de agora para frente: 2,153 milhões para entregar até hoje, dia 31; em abril, 20,829 milhões – há uma discórdância pequena em relação à fala da Nísia Trindade no Plenário, mas está bem atualizado aqui; 23,5 milhões no mês de maio e 36,2 milhões de doses no mês de junho. No primeiro semestre, vocês podem ver embaixo...

No segundo trimestre, nós teremos 80,529 milhões só pela Fiocruz. A partir de amanhã, em abril, maio e junho, fora o que ela já entregou no primeiro trimestre, que foram quase 8 milhões. Então, vai entregar 80 milhões de doses, o que daria para vacinar 40 milhões de brasileiros até junho.

No segundo semestre, a previsão é a seguinte: julho, 23,910 milhões; agosto, 24 milhões; setembro, 24 milhões; outubro, 24 milhões; novembro, 24 milhões; dezembro, 14 milhões. Então, a soma geral do terceiro trimestre é de 71,910 milhões. No segundo trimestre do segundo semestre, em outubro, novembro e dezembro, 62 milhões de doses. Então, no segundo semestre, a Fiocruz entregará ao Ministério da Saúde 133,910 milhões doses. Só a Fiocruz, até dezembro, entregará 222,4 milhões de doses, o que corresponde a 53% da nossa população vacinada. Só a Fiocruz. Este dado é importante: total da Fiocruz, até o fim do ano, é de 222,4 milhões de doses, 53% da população.

Vamos agora para o Butantan.

O Butantan poderia estar produzindo igual ou mais, mas vocês sabem as dificuldades que o Butantan teve, de fazer contratos, então ele vai sair perdendo – e poderia estar bem na frente, não é?

Então, Butantan, janeiro, fevereiro e março: janeiro, o Butantan entregou 8,7 milhões – essas vacinas que nós estamos usando aí hoje –; fevereiro, 4,853 milhões; março, 19,3 milhões. Então, nos três primeiros meses do ano, o Butantan entregou 32,853 milhões de doses.

Agora, no segundo trimestre, abril, maio, junho, o Butantan vai caindo: abril, 13,147 milhões; maio, 11 milhões; junho, 11 milhões. Então, no primeiro trimestre, 32 milhões; no segundo trimestre, 35 milhões. O Butantan vai entregar, até junho, 68.396.774 doses. Ele poderia estar entregando mais. Se fizesse um aditivo de contrato, é bem capaz que ele conseguiria mais uns IFAs lá na China. Esse valor... Só no mês de março, agora, ele entregou 19,3 milhões de doses.

Agora vamos para o segundo semestre do Butantan.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele vai caindo, caindo, caindo, e o contrato dele vai até setembro. Então, em julho, o Butantan entregará 15,801 milhões. Agosto, 15,801 milhões. Setembro, 13 milhões. Aí dá um salto e entrega um restante, para fechar o contrato em 16,206 milhões, no mês de novembro. Então, o total do Butantan, no ano inteiro: 130 milhões de doses. Você viu que a Fiocruz, 222 milhões, e o Butantan, só 130 milhões, o que corresponde a 31% da população – e a Fiocruz, 53%. Os dois somados, 53 mais 31: 84% da população será vacinada só por dois laboratórios nossos aqui, brasileiros, Butantan e Fiocruz.

A Covax Facility... Resumindo, a Covax Facility, até o fim do ano, 42 milhões de doses – é isso mesmo? –, que são 10% da população. Em janeiro não entregou nada; em fevereiro, nada; neste mês de março deve entregar. Era para entregar até ontem. Hoje ainda pode haver alguma entrega, uma demorinha ainda. É possível que não entre hoje esse 1,22 milhão da Covax... Ou melhor: ela entregou 1,22 milhão; falta entregar 1,975 milhão da Covax. Somando os dois, dá quase 3 milhões. E, entre abril e junho, 6 milhões. Não há data. Abril, maio e junho – não sei se em abril, maio ou junho – vão entrar, nesses três meses, 6.624.800 da Covax Facility.

Aí, no primeiro semestre, da Covax serão 9 milhões de doses, aproximadamente. No segundo semestre – julho, agosto, setembro, outubro, novembro –, ela vai entregar em dezembro – vai entregar em dezembro, olha bem a coisa. Em dezembro a Covax vai entregar 33.389.400. Serão muitos meses, praticamente ficarão para o ano de 2022. Então, na realidade ela vai nos entregar somente esse primeiro semestre 9 milhões de doses, o que não refresca muita coisa para nós, corresponde a 10% da população brasileira, mas bem esparramado, muito lento, em suaves prestações.

Vamos para o outro eslaide.

Precisa, Covaxin. Ontem mesmo a Anvisa rejeitou alguma coisa deles que estava protocolada. Eles teriam que nos entregar um total de 20 milhões de doses. Então, quanto a essa também não dá para confiar nessa entrega conforme está aí, março, abril e maio, de jeito nenhum, porque março acabou, acaba hoje, não é? Então, seriam 20 milhões de doses que vão entrar aí mais para a frente, o que corresponde a 5% da população brasileira, 20 milhões de doses da Covaxin. São 8 milhões numa parcela, 8 milhões na outra, depois 4 milhões, mas não sei, aqui ninguém pode dizer para vocês se ela entra em abril ou entra em maio, depende agora da Anvisa e depende de uma ação diplomática com o Governo indiano, porque lá está proibida a exportação, então tem que haver uma conversa diplomática com o Primeiro Ministro indiano para soltar esses 20 milhões de doses em parcelas, como está escrito aí no meu eslaide.

Da União Química é a Sputnik. Percebe-se que é muito baixo o contrato que existe com o Governo Federal, de apenas 10 milhões de doses, e ninguém sabe quando virão essas doses porque a Anvisa ainda não aprovou nada, é apenas uma proposição dela. Creio que quem está procurando a Sputnik, a União Química, são os Prefeitos, Governadores e os consórcios de Governadores, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Nordeste já encomendou 37 milhões, há pedidos da Bahia e de outros Estados, e os Prefeitos, alvoroçados, também estão procurando a Sputnik, mas sem a Anvisa não tem vacina Sputnik. É aguardar mais um pouco o processo de documentação da Anvisa. Seriam, para o Ministério da Saúde, apenas 10 milhões de doses. Eu não vou nem contabilizar essas doses aqui na minha proposta.

A Pfizer tem um plano que seria agora, abril, que já iria ajudando, passando um açúcar na boca da gente. Quatro milhões e meio em abril da Pfizer – Deus queira que cheguem. Em maio, 2 milhões; junho, 7 milhões. Só aí dariam 13,5 milhões de doses. Já ajudam muito! E, no segundo semestre, a Pfizer tem um contrato de 100 milhões de doses: em julho, é só 1 milhão; agosto, 10 milhões; setembro, 10 milhões; outubro, 20 milhões; novembro, 20 milhões; dezembro, 25,5 milhões; fechando o total aí... São 86 milhões mesmo? Ou são 100 milhões da Pfizer? São 100 milhões o ano todo. São 100 milhões juntando o primeiro semestre com o segundo semestre. Aí, só no segundo semestre, entram 86,5 milhões – no segundo semestre, e ainda bem devagar; e, no primeiro semestre, 13,5 milhões.

Até hoje nenhuma dose chegou ao Brasil de Pfizer. A Pfizer seria responsável, chegando essa vacina, por 24% da população brasileira imunizada. O contrato foi bem recentezinho com o Ministro Eduardo Pazuello; foi já na saída dele do Governo que ele assinou esse contrato, no apagar das luzes.

A Janssen foi outra também assinada agora bem no finalzinho da administração do Ministro Pazuello. Da Janssen, praticamente tudo é para o segundo semestre – tudo para o segundo semestre, de setembro para dezembro –, e o total dela é de 38 milhões de doses, mas, como é só uma dose única, ajuda demais da conta, corresponderia a 18% por cento da população brasileira – e é uma dose única, quer dizer que é muito boa essa vacina. Essa vacina entra em setembro e dezembro.

Essa Promega é da Moderna, uma farmacêutica que intermedeia a venda, e corresponde a 15% da população brasileira, com o total de 63 milhões de doses.

Há bastante vacina aí já compromissada, mas é só no fim do ano. Começa agora alguma coisinha em julho, com 1 milhão da Moderna, 1 milhão em agosto, 1 milhão em setembro, 10 milhões em dezembro e 50 milhões em janeiro – praticamente vai para o ano de 2022 – da Moderna. Então, vamos contar no Brasil, em julho, para o início do segundo semestre, 1 milhão; em agosto, 1 milhão. Há uma negociação, que deve estar fechada já, para entregar – a moça esteve aí no Plenário do Senado e falou que está tudo certinho – 15% da população brasileira com a Moderna, que é uma vacina muito boa.

Agora, para encerrar minha participação aqui para vocês, eu vou falar de um resumo geral do que eu acabei de falar para vocês.

Então, aqui eu tenho o ano inteiro – e aí eu não cito as farmacêuticas – colocando só os valores absolutos das vacinas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em janeiro, somando tudo, 10,7 milhões; em fevereiro, entraram 6,853 milhões; em março, a previsão até hoje é de 22,13 milhões, já entregues. Esses em azul são todos entregues. As entregas do primeiro semestre correspondem a 9,47% da população. Está mais ou menos batendo com o que sai todo dia na imprensa. Esses 39 milhões de doses já vacinaram 8% por cento da população, mas e essa sombrinha aqui de 1,47? É porque está meio esparramada aí pelos pontos de vacinação ainda em processo de aplicação, mas aqui estão batendo certinho essas entregas de 39 milhões.

E o previsto das vacinas para o ano – embaixo aqui há a previsão: há uma entrega de 12 milhões; em abril, entram 46 milhões; em maio, 48 milhões; e junho, 61 milhões. Então, aqui vocês podem observar: primeiro trimestre, 51 milhões – vai fechar hoje o primeiro trimestre e devem entrar, para vacinar, 12% da população –, e o segundo trimestre, até fim de junho, 37% da população.

Somando aí vamos atingir, no fim do primeiro semestre... É lento, não dá para reverter o quadro, contar com isso como algo grande, mas já é um alento. Não vira a página, continuará o pessoal morrendo e adoecendo, mas 50% da população deverão ser imunizados, pelo menos com uma dose, até o fim de junho, o que dá um total de 209.509.174 doses, que correspondem a 50% da população imunizada com as duas doses – considerando duas doses 209 milhões, se dividir por dois, você vai ver que dá cento e poucos milhões de habitantes, que é metade da população brasileira.

Vamos para o segundo semestre, veremos um volume muito bom aqui. Segundo semestre: julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Do grosso... Julho, 41 milhões – não estou colocando as frações –; agosto, 50 milhões; setembro, 65 milhões; outubro, 60 milhões; novembro, 44 milhões; dezembro, 103 milhões. E se produzem em 2022, janeiro, 50 milhões, como eu falei, da vacina da Moderna e de outras.

Então, com esse total aqui, nós vamos chegar ao terceiro trimestre deste ano com 158 milhões – isso até o mês de setembro – e depois, de outubro a dezembro, mais 208 milhões.

Vocês sabem quantas doses de vacina até dezembro estão contratadas? São 366.402.626 no segundo semestre, o que corresponde à imunização de 87,44% da população brasileira.

No todo, contratados – pode variar um pouco –, são 625 milhões e frações até janeiro do ano que vem, o que corresponde a uma sobre... Vão ser vacinados 158% da população brasileira até o mês de janeiro.

Tudo o que estou projetando aqui eu vou passar para vocês para irmos conferindo a evolução, para ver se isso vai bater no final do ano mesmo. Essa é uma previsão que a gente foi buscar detalhadamente em tudo quanto é canto.

Agora há outras vacinas também em tratativa, que vão ser fornecidas a partir do segundo semestre, como a da Sinopharm, da China, sobre a qual também se está conversando; há também a de uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

farmacêutica que se chama CanSino Biologics, que está produzindo a vacina Ad5-nCov, chinesa também. Não temos nenhum contrato com ela não, apenas articulações de compra e negócio. A Sinopharm é no segundo semestre.

Pode passar.

Onde nós pesquisamos esses dados, quais são as fontes? Veio num ofício, o próprio Rodrigo Pacheco fez diretamente ao Ministério, eles responderam e nós nos baseamos nisso, nos *sites* oficiais do Ministério da Saúde e da Anvisa, para checar, e a imprensa em geral, declarações do Ministério da Saúde e dos fornecedores. Nós buscamos essas informações nessas fontes, além das audiências públicas, em que eles vão falando e a gente vai copiando, e deu para a gente fazer essa consolidação. Logicamente, não é tão matemática assim, porque são negócios que vão chegando devagarzinho.

Era isso que eu tinha a apresentar para vocês. Eu vou passar todas essas informações. A Isis está aqui ao meu lado e ela vai passar. Daqui a pouquinho vocês vão receber esses dados para guardar e irem conferindo comigo, a gente vai atualizando juntos.

Então, a minha parte é essa. Vamos deixar para debater no final. Depois das apresentações, fazemos um debate geral sobre tudo e aproveitamos para indagar todo mundo.

Agora eu passo a palavra, já que terminei minha parte aqui...

Estou vendo a Daniella ali, não estou vendo a Senadora Rose. Daniella, você pode apresentar sobre as restrições de circulação de pessoas, *lockdown*, resultados?

Você está com a palavra, Senadora Daniella.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, conversando com a Senadora Rose, esse trabalho é muito abrangente, muito longo, muito grande e, conversando ainda hoje pela manhã, após essa semana que tivemos, a gente gostaria de pedir mais uma semana para a conclusão da apresentação do nosso trabalho, haja vista que realmente é muita coisa, o País inteiro e o mundo. Então, nós gostaríamos de pedir que V. Exa. permitisse que nós pudéssemos apresentar na outra semana a conclusão do nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Senadora Daniella. Eu acho muito importante a sua apresentação, porque o ritmo da vacinação até o meio do ano está um pouco lento, só vai beneficiar 50% da população. Então, todas as outras medidas, como uso da máscara, isolamento aqui e ali, a sua apresentação vai completar de forma que o Senado e Rodrigo Pacheco, nosso Presidente, o Colégio de Líderes, possam buscar essas inspirações, já que o Rodrigo está responsável pela articulação com os Governadores. Todo esse material vai subsidiá-lo nos contatos com os Governadores. Vai ser muito importante.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Isso. E principalmente pela importância dele a gente em que ter muita responsabilidade nas informações que a gente tem levantado. Por isso, como ele é longo, por abranger o País como um todo e fora do País, o mundo, então nós pedimos, já que a equipe é pequena, um pouco mais de paciência aos colegas e a V. Exa., para que a gente possa apresentar na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está ótimo.

Nós teríamos agora a palavra do Izalci e do Marcos Rogério. Não estou vendo nenhum. O Izalci não falta. Onde está ele, o Izalci? E o Marcos Rogério? Era para estudar sobre os projetos de lei. Eles ficaram de fazer uma seleção, de fazer a análise dos vetos e também comentários sobre aqueles mais importantes. Inclusive, há hoje... Vamos aproveitar – eu não estou vendo nenhum deles aí, deve estar havendo algum problema – para passar a palavra para o Esperidião Amin. Ele tem um projeto que gostaria que fosse discutido, embora, iria dizer: "Os meninos", o Izalci e o Marcos Rogério não estejam presentes, logicamente, depois eles vão tomar conhecimento e incluir em seus estudos o projeto de autoria do Senador Esperidião Amin, que me pediu para colocar na pauta hoje.

Então, passo a palavra ao Senador Esperidião para apresentar seu projeto, discutir com os companheiros.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer.

Quero fazer um comentário geral sobre essa questão dos cronogramas. E gostaria de que a Senadora Zenaide, a Senadora Daniella e a Senadora Rose tivessem a nossa maior compreensão e o nosso estímulo para esse radar sobre vacinas no mundo. Esse trabalho, que é realmente muito complexo – e a Senadora Daniella tem razão em procurar apresentá-lo com toda a exatidão possível, não é muito fácil –, acho que vai iluminar muito as nossas decisões e posições.

O que eu queria dizer – e quero respeitosamente pedir ao meu amigo Senador Oriovisto a atenção dele –: esses cronogramas contribuíram muito para reduzir a credibilidade do Ministério da Saúde. Senador Oriovisto, me ajude, por favor, pois o senhor conhece esse assunto melhor do que nós. O que é o cronograma?

Há um estudo do Instituto Federal da Bahia sobre infograma, eventograma, tudo relacionado a processo e cronograma, mas eu tenho certeza de que o Oriovisto sabe mais do que esse estudo da Bahia mostra. O que é vacina entregue? Entregue a quem? Quando o sujeito anuncia 30 milhões de vacinas em março, o que quer dizer isso? Para mim, cidadão, é aqui, no meu braço. Enquanto não entrar aqui, é tudo mentira: "Vocês políticos estão mentindo, o Governo está mentindo, o Prefeito". Enfim, é um inferno. Isso é o eventograma.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, chegou o IFA, rodou a linha de produção do Chaplin, dos Tempos Modernos, envasou e, às vezes, quebra – a Fiocruz teve esse problema na linha de produção –, aí eu entrego para o Ministério da Saúde. Isso é um evento. Eu já entreguei: eu Fiocruz, eu Butantan. O Ministério da Saúde manda para o Estado. O Estado distribui por regiões. As regiões distribuem para Município. Claro que São Paulo é outra coisa, mas são 5.570 Municípios, 38 mil salas de vacinação que não estão sendo usadas, Senador Confúcio, não estão sendo usadas!

Nós conseguimos chegar a 780 mil vacinas num dia, ontem – aliás, segunda-feira –, mas a nossa média no mês vai dar 350 mil, no mês de março. Então, se nós vamos receber 46 milhões no mês que vem – o mês que vem é amanhã –, pelo cronograma que lhe entregaram, fora o que está em estoque... Hoje deve haver em estoque 15 milhões de doses – em estoque! –, espalhadas pelo Brasil. Isso dá 60 milhões de vacinas, o que dá 2 milhões por dia, e nós não temos esse ritmo. Então, a coisa é muito complicada. Cronograma, eventograma que vão explicar quem faz o quê – estou certo, Senador Oriovisto? –, infograma, que é a informação do que eu vou fazer. O que é? Eu vou receber no Município de Cascavel, Apucarana... E daí? Em quantos serão aplicados?

E, só para concluir, sobre o risco dessa questão de comprar vacina. Não sei se já leram o *Estadão* de hoje. Aquelas vacinas que seriam da Pfizer e que foram aplicadas clandestinamente em Belo Horizonte pelos espertalhões eram falsificadas. Cadê...? Olha, isto, sinceramente, seria um justo castigo: o sujeito que contrabandeou e que fez um facilitário em nome do dinheiro foi enganado pelo vendedor da vacina. Está no *Estadão* de hoje.

Então, o que eu queria dizer é o seguinte: meu amigo Confúcio, parabéns pelo esforço! Parabéns às Senadoras que já mencionei! Mas cronograma, infograma, eventograma têm que se basear na informação. Foi entregue a quem? Foi entregue ao Ministério da Saúde, foi entregue à unidade federada Estado, foi entregue para a Paraíba, para o Rio Grande do Norte? E como é que é a distribuição lá? No meu Estado, são regiões que correspondem a distritos da Secretaria da Saúde. Mas, para chegar lá no braço da pessoa, é outra informação.

Então, muito cuidado, porque esse cronograma... Sem contar as deficiências de suprimento, não é? O IFA foi trancado pela China, o avião foi sequestrado... Lembram-se da estória dos respiradores? O avião que vinha da China com os respiradores sumiu nos Estados Unidos, e os 15 mil respiradores não chegaram. Isso foi em fevereiro do ano passado.

Então, cronograma, infograma, funcionograma, eventograma é uma coisa muito séria e contribuem para reduzir a já abalada credibilidade do político e de todos os agentes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Esperidião Amin...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu queria cumprimentar e dizer da importância e da necessidade de nós aperfeiçoarmos o cronograma, sob o ponto de vista da opinião pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

Deixe-me eu lhe explicar. A entrega que eu falo é a entrega ao Ministério da Saúde, mas, observando aí o meu mapa, foram entregues as vacinas, em torno de 9,78%, mas os vacinados são só oito e pouco por cento. Depende, porque o restante desse um e pouquinho por cento está circulando nas unidades federadas. Mas aí eu vou captar e aceitar sua sugestão de colocar uma planilha, uma listazinha, uma chave a mais na nossa apresentação, para a próxima. Toda semana, eu vou mandar atualizar com os vacinados. Eu vou colocar: recebido, tanto; vacinado, tanto; ainda há girando, Brasil afora, tanto em estoques esparramados pelos pontos de vacinação. Na próxima atualização, eu já assumo isso, porque esse meu mapa vai ser atualizado semanalmente. Vocês receberão semanalmente.

Então, está bem, mas, se quiser falar sobre o seu projeto, Esperidião, pode falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – É só um pedido, Presidente, para que a Comissão da Covid estimule o Presidente a pautá-lo. Eu não acho que o projeto vai resolver o problema das linhas de crédito, mas vai movimentar o Governo. Três meses de limbo – limbo; zero auxílio emergencial; zero linha de crédito. Limbo – acho que a Senadora Zenaide concorda – é pior do que o inferno, tanto é que a Igreja Católica tirou o limbo do catecismo. O inferno é o inferno, o purgatório é uma esperança, o paraíso é o nosso sonho, e o limbo era o nada. Quer dizer, zero de auxílio emergencial, zero de linha de crédito.

A Câmara não aprova o projeto de perenização do Pronampe, que o senhor apresentou e aprovou. O senhor apresentou em agosto, com a minha assinatura e a da Senadora Kátia, o Senado aprovou, no dia 11 de dezembro, o PL 4.139, e a Câmara não aprova. Então, pelo menos para sacudir a questão da economia, eu sei que a prioridade hoje é vacinas, mas eu peço ao senhor, como meu amigo e nosso tutor, tutor das ações a favor do combate à Covid, que peça para priorizar a apreciação do Projeto de Lei 1.058, que revigora as 16 linhas de crédito que ajudaram o Brasil a ter um tombo menor do que era previsto, mas que não é bom, nunca é bom.

Mas sobre o cronograma, eu peço agora respeitosamente ao meu amigo Oriovisto que ele contribua, porque ele tem conhecimento técnico disso, para que nós tenhamos um cronograma com uma maior credibilidade possível. Sempre haverá imponderáveis.

Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A Daniella pediu uma prorrogação, o Izalci até agora não pareceu para poder falar sobre projeto de lei.

Vamos, então, aos nossos comentários, debates, que eu acho muito importante. Ontem, o Drauzio Varella falou o seguinte: mesmo com a vacina, a situação brasileira será progressiva, o número de mortes deve aumentar, e aí nós vamos atingir, segundo os dados, 400 mil mortes no mês de abril e poderemos chegar, no primeiro semestre, fechando com 500 mil mortes. Essa é uma situação muito dramática. A gente teria de antecipar agora para este próximo trimestre uma quantidade de vacinas maior. Esse é o anseio. Se a gente conseguisse puxar as vacinas que estão lá para o fim do ano para agora, seria uma coisa muito boa. Ou então a gente... Eu não sei a situação do Butantan. O Butantan está subestimado comparativamente à Fiocruz. Se se desse uma força para o Butantan, provavelmente ele conseguiria aumentar o quantitativo de vacinas para agora, abril, maio e junho. Precisamos de vacinar pelo menos 80% da população brasileira no primeiro semestre.

Sem mais delongas... Eu não estou vendo também o Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Na ausência do nosso Relator, o Styvenson Valentim... Também não estou vendo o Styvenson Valentim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Você está aí? Não estava te vendo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Desde o começo. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estava te procurando na tela e não te vi.

Você está com a palavra, Wellington Fagundes, por favor, para comentar esses assuntos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, na verdade, aqui nos traz muita preocupação exatamente esse calendário anunciado, e não cumprido.

Ao se fazer um pedido de compra, na verdade, há uma intenção de compra e venda, e isso não quer dizer, efetivamente, a fatura, ou seja, a emissão da nota fiscal, com o pagamento antecipado, a prazo ou à vista. Isso tudo não está muito claro para nós. Então, Sr. Presidente, eu gostaria, inclusive, que nós pudéssemos fazer uma reunião, se for o caso, à parte com o próprio Ministério. V. Exa. poderia conduzir isso, porque esses cronogramas, como disse aqui o Senador Esperidião Amin, desmoralizam até o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo e podem colocar a nossa Comissão... Estamos tentando ajudar o Governo, nós queremos que esses cronogramas sejam cumpridos. Aliás, o Brasil precisa que esses cronogramas sejam cumpridos.

Estou aqui, Sr. Presidente, inclusive agora olhando no grupo de Senadores. E o Senador Otto anuncia no nosso grupo que a fabricante do Remdesivir abre mão da patente, mas exclui o Brasil. Isso precisa ser muito bem esclarecido. Inclusive o Senador Otto está aqui anunciando a possibilidade de fazer um projeto para quebrar a patente.

Aquilo que nós conversamos com a indústria de saúde animal e fabricantes de vacinas... Eu diria, são superfábricas em relação ao Butantan e à Fiocruz. Nós precisamos, efetivamente, buscar esses e outros caminhos para que a gente tenha no curto, médio e longo prazos alguma definição maior também dessa produção de vacina nacional.

Então, eu penso que esta semana, neste final de semana e na semana que vem, a gente teria que ter mais objetividade sobre essa possibilidade ser realmente viável.

Após a presença do Ministro aqui, na nossa Comissão... Aliás, antes da presença do Ministro, a Anvisa, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Saúde tiveram outra reunião, mas a gente ainda não está sentindo a firmeza – estou falando como Relator e como proponente dessa possibilidade – e a rapidez nessas tomadas de decisão.

Então, Sr. Presidente, eu fico um pouco angustiado também, porque a cada dia nós estamos batendo mais recordes. E esse pedido de ajuda aos países ainda não tem sido realidade também. O Ministro esteve com o Embaixador dos Estados Unidos, e ainda também não tivemos a sinalização concreta dessa disponibilização de vacinas para o Brasil. Então, no meu Estado, por exemplo, que está sendo um epicentro de mortes – Cuiabá, Várzea Grande... Cuiabá, depois de Manaus, é a cidade em que mais está morrendo urgente.

Agora o meu Estado fez um *lockdown* total no Estado. Eu estou, inclusive, perturbado, porque essa noite nós tivemos reuniões até muito tarde. O Estado fez *lockdown* total, então é um desespero total também. O trabalhador está desesperado. Hoje estamos chegando em um momento de a população passar fome já, grande parte da população.

Então, Sr. Presidente, nossa Comissão tem tido um trabalho intenso, e V. Exa., como Presidente, tem conduzido esse trabalho com toda competência.

Eu gostaria sugerir uma reunião interna nossa, pode ser amanhã, pode ser sábado, pode ser domingo, pode ser segunda, quer dizer, nós não temos horário. Estamos dispostos a discutir, de forma mais pragmática, com o Ministério da Agricultura, o Ministério da Saúde e a Anvisa, para que a gente tenha realmente uma luz no fim do túnel.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu encerro aqui, Sr. Presidente, mas muito angustiado de ver a impotência nossa na tomada de decisão um pouco mais urgente, porque a vacina está faltando no mundo, e a disponibilização dessa vacina no Brasil está muito aquém da nossa necessidade. Então, é isso que eu tinha que colocar, porque realmente eu estou vivendo essa angústia das pessoas não só no meu Estado, mas, claro, no Brasil inteiro.

E, pior, os Estados Unidos já anunciaram a possibilidade de mais uma onda. Será que os Estados Unidos disponibilizarão vacina para o Brasil? São essas perguntas, e encerro aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Estou aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode falar, meu amigo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Eu estou aqui desde o início. Eu estava aqui, ouvindo a discussão. Eu vi o seu cronograma, estava acompanhando o Senador Esperidião Amin. Eu concordo com ele que se criou uma expectativa no brasileiro de 11 milhões de vacinas esta semana, se não me falha a memória. Não foi isso, Espiridião Amin? E aí? Chegaram?

Como já criaram antigamente, lá com o Pazuello, a expectativa de 20, 30 milhões, e deu problema nas máquinas, no Butantan, na Fiocruz, e as vacinas não saem, fica-se nessa dúvida. "Será que está existindo algum boicote? Será que é verdade? Será que...". E cria a expectativa no brasileiro, o brasileiro não tem... Perde-se a credibilidade, e a gente que está falando aqui também.

Em relação a... Eu tenho uma dúvida, Professor, e o senhor, como médico... Até agora não vi em canto nenhum. A gente vê o Brasil batendo recordes, ontem, 3.768 mortos, se não me falha a memória... Agora, essas pessoas são as que estão nos hospitais, as que estão intubadas? São as pessoas que estão lá nos leitos? São as pessoas que não conseguiram leitos, que estão na fila, que estão morrendo dentro de ambulância, como a gente assiste nos filmes? Quem são essas pessoas que estão perdendo a vida hoje? Quero saber se são aquelas pessoas que estão na fila para atendimento e não há leito, que estão lá esperando, que estão aguardando, porque a gente sabe que há um tempo de recuperação, e esse tempo é de 15 a 20 dias dentro de uma unidade de UTI, dentro de uma unidade hospitalar.

Então, é essa a preocupação por quê? Porque esse número de infectados é crescente e pode ser que esse número que esteja se reduzindo... Eu não sei dos leitos, porque aqui no meu Estado já estão querendo abrir de novo, com a argumentação de que a ocupação dos leitos já está diminuindo. Mas está diminuindo por quê? Porque as pessoas já foram infectadas? Já morreu gente por não ter atendimento? Já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está havendo a imunização espontânea natural do próprio organismo, mesmo sem a vacinação? Essa dúvida eu acho que a gente precisaria também esclarecer, porque os Estados Unidos, como o Senador Wellington disse, preveem uma terceira onda, a Itália já fez essa previsão, mas os Estados Unidos já estão vacinando, se não me falha a memória – ontem eu vi em algum noticiário –, as pessoas com 30 anos e vão vacinar as pessoas mais jovens ainda. Então, eles já deram essa dupla rodada na nossa frente. Se sobrarem vacinas, seria bom que eles mandassem para a gente.

Então, são essas as dúvidas que eu tenho, porque não dá, eu fico sem entender. Será que essas pessoas... Porque me ligam aqui, pessoas estão ligando precisando de leitos, precisando de UTI, e não está disponível, é uma fila de espera de 60, de 90, e de uma hora para outra a gente vê que diminuiu. Misteriosamente passou, em dois dias caiu, já há leito disponível. Então, é com essa dúvida que eu fico também. Então, se havia até ontem uma fila de espera e, de uma hora para outra, caiu, se a recuperação dentro de uma UTI, para quem está intubado, faltando lá a medicação, faltando todo... aquela dificuldade... Como é que é isso? Então, é essa coisa que eu queria entender, Professor. Já que o senhor é médico...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Perfeito.

Muito obrigado, Styvenson.

É o seguinte: o cronograma de atendimento das vacinas tem sido cumprido. Hoje, por exemplo, só falta entregar as da Covax Facility, um milhão e novecentas e poucas doses hoje, não é? E o da Fiocruz, que também entrega... Tudo garantido agora. Então, estão fechando os números, e a nossa previsão com os dois laboratórios nossos aqui, Fiocruz e o outro, é de atingirmos 50% da população brasileira no mês de junho.

O Nelsinho pede um minuto aqui de fala, vou conceder a ele, porque ele tem uma breve comunicação, e nós seguiremos a ordem das inscrições. Depois será a Senadora Zenaide, a Daniella, o Marcos do Val e o Oriovisto.

O Nelsinho levantou a mão pedindo um minuto.

Pois não, Nelsinho, pode falar.

Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

Senador Nelsinho, está me ouvindo? Está com o som ligado?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Presidente, está me ouvindo bem?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não está bom, não, Nelsinho. Está ruim o som.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Parabéns aí pela...

Alô, Presidente Confúcio, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo. Pode falar. Melhorou.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – É apenas um alerta que eu preciso fazer aos colegas: com esse aumento da incidência dos casos, o que que está acontecendo? Com os hospitais superlotados, as chamadas unidades de hospitais de pequeno porte, que não recebiam esses pacientes, já estão recebendo e já estão superlotadas também. E o mais grave, que eu preciso que seja alertado para todo mundo, porque, se está acontecendo aqui em Campo Grande, deve estar acontecendo aí nos Estados de vocês: as UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), quando recebem esses pacientes com dispneia, com falta de ar e têm que intubar, acabam intubando. Então, o que é que está acontecendo? Começou a acumular paciente intubado nas UPAs, e, se esses remédios já estavam faltando nos hospitais de referência para tratamento dessa doença, imaginem vocês nos locais improvisados, como nos hospitais de pequeno porte e nas UPAs. Então, aqui está realmente uma situação grave. Hoje eu recebi um telefonema do Secretário de Saúde, dizendo que eles estão com 46 pacientes intubado nas UPAs da capital e que o remédio para intubação dá até amanhã.

É preciso fazer esse alerta para a gente poder ver o que consegue fazer nessa situação.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Olha, Nelsinho, nós precisamos dar sugestões para passarmos tudo isso para o nosso Presidente, e o foro adequado dessa conversa é aqui mesmo, a nossa Comissão. Nós vamos ter que tomar essas decisões, fazer os encaminhamentos rápidos e cobrar resultados.

Vamos, então, agora passar a palavra para a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Oi, Sr. Presidente Confúcio.

Ouvindo esse cronograma de vacinas e sabendo que, para a gente ter uma imunidade coletiva ou de rebanho, como querem chamar, por vacinação, a gente tem que estar no mínimo 70% da população vacinada. Aí, esse cronograma de vacinas que poderão chegar aqui em atraso pode quebrar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava vendo aqui: se baixássemos o número de óbitos para mil por dia – hoje estamos no nível altíssimo, mas vamos ser otimistas, mil por dia –, abril, maio, junho e julho: 120 mil óbitos – com esse olhar diferenciado. Então, essas vacinas...

Agora, eu queria passar aqui a minha preocupação, porque hoje acordei muito cedo – eu já tenho o hábito de acordar cedo, mas hoje foi demais –, e o que eu vi? Uma reunião da União Europeia, com a presença da Angela Merkel e do Presidente da Rússia: a União Europeia está sentada para adquirir a vacina Sputnik V. Então, eu quero dizer o seguinte: toda a União Europeia já vai receber, e aqui a gente tem essa possibilidade. Eu vi assim: fugiu das mãos da gente, porque está aí a Anvisa já há um prazo razoável, vários países vacinando... E você acha que, entre a União Europeia e o Brasil, com quem vai ficar a Sputnik? Essa é mais uma dificuldade para a gente.

E quero dizer o seguinte: a gente está preocupada também... Vacina é o mais importante, mas a gente tem que se preocupar com insumos. Eu estava vendo que a cadeia produtiva do Brasil já não tem mais capacidade, como a gente está vendo, de produzir os insumos necessários, desde o oxigênio até os medicamentos para intubar os pacientes. E tem mais: alguns desses produtos, eu estava vendo, subiram até 900% os preços desses insumos, Esperidião Amin, e, mesmo assim, nossa cadeia produtiva não está dando conta.

Então, primeiro, não há saída sem sair pedindo vacinas, porque sem 70% da população... Eu acho que o Dráuzio Varella está até otimista. Eu não acredito que, em abril, a gente desça para mil óbitos. Eu acho que a gente vai continuar nesses 2 mil. Então, em 120 dias, são 240 mil óbitos! Isso sem falar, gente, como o meu colega Styvenson disse aí, que há muita gente que está morrendo em casa. Entendeu?

Agora, Styvenson, eu queria dizer que hoje pela manhã eu olhei... Não há leitos. Os sete leitos de UTI disponíveis são infantis. Nós temos fila e não há fechamento de leitos. Pelo contrário: o Governo está se virando aí com os Municípios e abrindo leitos críticos, como eles chamam. Na cidade onde eu fui Secretária de Saúde já há 40 leitos, 20 leitos de UTI e 20 leitos de enfermaria, abertos em menos de 30 dias. Há a opção... Não tem como não há abrir. A gente sabe que a vacina é a solução, mas, até a vacina chegar, nós temos que ver como conseguir...

E essa reunião de Angela Merkel com o Putin me preocupou, porque há o Consórcio do Nordeste, que são Prefeitos que estão aguardando, negociando, mas mesmo a União Europeia tem dificuldade. Vocês vejam que ela está com essa questão com a Inglaterra por causa da Oxford, que também está para nos entregar.

Então, tem que haver uma diplomacia grande, um comando, o que eu ainda estou aguardando. A minha esperança é que o Governo assuma, porque, como a gente viu, o Presidente dos Estados Unidos mudou o comando e a coisa mudou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu queria dizer aqui a Esperidião Amin sobre essa questão de distribuição: o mérito é pouca vacina. Eu vejo aqui que a pessoa vai... É um dia com 70, outro dia com 69. Há pessoas que... Eu até perguntei sobre o caso de um idoso: um tem 69 e o outro tem 7; vai lá e vacina o de 70, mesmo que falte só um mês para o outro completar. Então, essa falta de vacina nos Municípios...

E aqui, quando chega vacina ao aeroporto, Confúcio, é uma festa! Lá já estão a Polícia Federal e o Corpo de Bombeiros e, aí, chega à Unicat, que é o centro de negociação, e já amanhece o dia, ou manda de noite, já é o Corpo de Bombeiros e a polícia distribuindo para os Municípios.

Eu acho que essa inoperância de que falam eu não vejo; é vacina. E as pessoas ficam com medo, tem que garantir a vacina estocada. É aquela que teve uma orientação do Ministério da Saúde, as pessoas têm que tomar a dose, principalmente a Coronavac, em 30 dias. Entendeu? Mandaram os Estados vacinar, estão vacinando, mas eles têm medo de que cheguem os 30 dias e o povo não seja vacinado. Eu conheço isso de perto, eu já fui Secretária de Saúde, vocês também que são médicos sabem como isso funciona. Tudo é uma denúncia, todo mundo com medo de uma vacina ir para alguém, para outro que não seja... A gente tem uma dificuldade.

Outra coisa que me chama a atenção, que eu vi agora que o Governo vai fazer: botar a segurança pública, policiais civis e militares na prioridade. E os professores também, porque não dá mais para ficarem esses alunos sem aula. Por que me chama a atenção? Você chega a uma barreira sanitária, o sanitarista já está vacinado, e os policiais que estão fazendo a barreira com ele não. É uma coisa difícil de explicar para esse povo, porque ele está fazendo o mesmo trabalho dos outros. Na verdade, amigos, o que falta é vacina.

Outra coisa, concordando com meu amigo Esperidião Amin: três meses de fome, esse povo está passando fome. Você não consegue fazer *lockdown* e medida restritiva com quem está com fome. O cara pega seu carrinho, se arrisca a ser preso, mas vai vender um bombom, uma coisa, porque não tem. Eu não sei o que o Governo está esperando. Ele nos chantageou, nos fez fazer uma minirreforma administrativa para aprovar essa PEC. Mudou a Constituição para pagar quatro meses de auxílio emergencial e ainda por cima... Como ele disse, cadê o financiamento para as micro e pequenas empresas, que mantêm essas pessoas ocupadas e vão ser a salvação?

Agora, digo o seguinte: acho que está na hora de se movimentar sobre a Sputnik V, porque se entrou na jogada a União Europeia, como eu vi hoje a presença dos dois, isso vai dificultar a entrada para a gente.

Outra coisa: nós tínhamos dois parques. Nós sabemos que precisamos investir. Por exemplo, se tivéssemos preparado dois parques tecnológicos com experiência grande em vacinas, era para estarmos protagonizando, gente! Tudo bem, não é para ver o passado, mas o problema é que os problemas do passado continuam no presente e com o mesmo comando, não mudou de opinião. É como se dissesse:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuo com a mesma opinião. Então, eu me preocupo porque, mesmo que a gente consiga reduzir esses números para mil, em abril, maio, junho e julho são 120 mil pessoas, sem falar nas subnotificações, porque tem gente morrendo em casa. Tem gente morrendo em casa não só de Covid, que é diagnosticada e mandam para casa, como tem gente numa fila esperando cirurgia. Eu acho que no menor Estado já deve haver umas 50 mil pessoas numa fila de espera por uma cirurgia eletiva, ortopédica, seja o que for.

Era só isso, Sr. Presidente. Eu vou dizer que perdi o sono e não me liguei até passar para vocês. Quando vi reunidos o Putin e a Angela Merkel, eu digo: pronto, vão carregar a vacina da gente, a Sputnik V. Se não correremos contra o tempo, vamos perder.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Zenaide, eu queria que vocês ficassem aí nesse debate, não tem muita gente inscrita, para termos algumas conclusões de ordem prática na nossa Comissão, para podermos encaminhar ao Presidente para que ele acate as nossas proposições.

O Nelsinho falou uma coisa dramática agora e você acaba de falar de outras situações também importantes. Não podemos ficar aqui só falando, falando. Nós temos de, depois, fazer uma consolidação muito prática para um de vocês hoje apresentar em Plenário. Na abertura do trabalho, se oferecem cinco minutos. Depois a gente escolhe quem vai falar hoje para levar essa ideia da nossa Comissão hoje de manhã.

Izalci, agunte um pouquinho, mas nós começamos a passar a palavra aos outros e já, já você retorna com o seu tema.

Daniella Ribeiro com a palavra. Senadora Daniella.

Parabéns pelo seu projeto de ontem, Daniella, muito bonito. Foi aprovado. *(Pausa.)*

Cadê a Daniella? Ela estava ali. Está lá o retratinho dela. Deve estar tomando café na cozinha da casa dela.

Vamos passar para a frente então. Já, já volta. Avisem quando aparecer.

Senador Izalci Lucas, já, já passo para você para já falar tudo, tá?

Vou passar para a frente.

Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Bom dia a todos!

Tenho acompanhado, mesmo não sendo da Comissão, mas sendo convidado... Eu tinha uma dúvida que é a seguinte: poderia fazer parte do planejamento de vocês esse plano de datas, de fases, da idade da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa que vai ser vacinada. Exemplo: eu tenho 50 anos e não tenho nem ideia de quando vou ser vacinado. E isso cria na gente uma ansiedade, uma perspectiva de que nunca vamos ser vacinados. Eu acho que valeria ter um cronograma, mesmo que não preciso, mas uma previsão, para que a gente possa ter um norte. A gente está nessa caminhada, sem ter um norte. E é meio desesperador. Parece que a gente não vai ser vacinado. E também se vai haver, e quando, vacinas sendo vendidas nas farmácias ou nos postos de vacinação, as particulares, também, para poder atingir pessoas que não estão nessa fase de vacinação.

Então, minha pergunta é essa. E acho que vale, porque tenho muitos amigos da minha idade, que fazem parte do meu meio de convivência, e questionam a mesma coisa. Eles falam: "A minha falta de perspectiva de quando vou ser vacinado me traz uma angústia enorme, porque eu não sei se vai ser daqui a um mês ou só no final do ano ou se nem vai ser, se eu vou ter que comprar".

Então, acho que seria legal ter esse planejamento das idades, seja lá de que forma for. É só uma sugestão para o grupo.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Você pode fazer parte... Ontem, no Plenário, foi ampliado o número de membros da nossa Comissão. Fale para o seu Partido apresentar seu nome. Você sempre está com a gente. Acho que vai ser muito importante sua participação em nossa Comissão, que agora vai dobrar para 12 membros. Eram só seis titulares. Agora serão 12 titulares e 12 suplentes. Pode vir como titular. Vai ajudar bastante.

Senador Oriovisto com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, de início, queria responder às sugestões que o Senador Amin fez relativamente aos cronogramas que o senhor tão bem apresentou.

Veja, da minha experiência com tentativas de previsão de algum fato, seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista de entrega de mercadoria, seja do ponto de vista de realização de uma obra, cronogramas de um modo geral onde se divide uma tarefa ao longo do tempo são sempre incertos – são sempre incertos! –, as previsões nunca são 100% obedecidas.

Então, uma prática muito comum que se tem, principalmente na área financeira quando se faz projeção de fluxo de caixa ou quando se faz projeção de vendas ou de desempenho econômico, que são todas as mesmas lógicas, ou da construção civil quando se faz um Pert, em que se usam folgas, que é uma tecnologia para isso, mas para ser bem simples e bem didático e resumindo bastante tudo que existe sobre o assunto, eu diria o seguinte: seria muito bom se nós tivéssemos três previsões. Alguém poderia dizer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que quem tem três previsões não tem nenhuma. Mas me entendam: quando eu digo três é pelo seguinte. Faríamos uma previsão que eu chamaria de pessimista, em que colocaríamos um quadro pequeno com aquilo em que nós realmente acreditamos que vai acontecer, ou que já aconteceu. Por exemplo, as vacinas do Butantan são mais factíveis, as vacinas da Oswaldo Cruz são mais factíveis, coisas em que realmente nós acreditamos: "Olha, estas daqui, com certeza, vão acontecer nos próximos 90 dias". Faríamos um cenário para 90 dias – ou, se quisermos fazer para até o final do ano, também podemos fazer; quanto mais longa a projeção, aumenta a incerteza sempre, não é? Mas, assim, o nosso cenário pessimista é esse. O nosso cenário realista seria o intermediário. E o nosso cenário otimista seria um terceiro cenário, em que contaríamos com todas as hipóteses otimistas, ou seja: vai entregar, vai entregar, vai entregar, vai dar certo, vai dar certo e vai dar certo.

Eu acho que essa seria a melhor maneira de tratar o assunto. Não deveríamos ficar só com a hipótese pessimista, não só com a realista e não só com a otimista, mas deveríamos ter as três, fazendo um equilíbrio disso e calibrando isso ao longo do tempo.

Ainda no caso das hipóteses otimistas, Senador Confúcio, eu notei que o senhor coloca algumas coisas no seu cronograma, mas passou sem consideração, talvez porque seja um pouco otimista demais, a ButanVac, a nova vacina que o Butantan anunciou. A ButanVac, embora seja uma notícia auspiciosa, se ela realmente se realizar, se ela realmente vier a se transformar em realidade, serão 40 milhões de vacinas de dose única – dose única! Ela será uma vacina de dose única. Então, serão mais 40 milhões de brasileiros que serão vacinados. É uma vacina que parece ser de uma tecnologia mais conhecida, com base lá nos ovos de galinha, aquela coisa toda que nós vimos aí pela televisão.

Bom, isso é sobre o cronograma.

Agora, mudando de assunto e sendo muito rápido, até porque – perdoem-me, mas eu tenho que falar agora – em seguida eu tenho uma entrevista com uma rede de rádios e eu vou ter que me ausentar, Senador Confúcio, nesta Comissão, que eu tenho acompanhado, eu separaria duas coisas: o que nós realmente podemos fazer, que está em nossas mãos, que não depende de hipóteses, é a questão do isolamento social, dos cuidados.

Quando nós tivemos aqui o Ministro, eu ainda citei a ele a cidade de Araraquara. Em Araraquara, o Prefeito tomou uma série de medidas e conseguiu reduzir a mortalidade, que estava alta, para zero mortes, zero. Ele acabou com a mortalidade na cidade. É claro que o nosso Presidente da República vai dizer que ele não está obedecendo à Constituição, que ele está fazendo coisas que não poderiam ser feitas, mas eu estou falando de resultados concretos.

Isolamento, se for bem feito... Claro que tem que respeitar as atividades econômicas essenciais, claro que nenhum isolamento significa que vai parar tudo, tudo isso a gente sabe, mas nós não estamos fazendo o que nós poderíamos fazer. Os nossos Ministros todos até hoje da saúde, tanto o Mandetta



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

quanto o Teich como o Pazuello, sofreram oposição do Presidente da República, obedeceram às ordens do Presidente da República, que sempre foi contra o isolamento. Agora, o novo Ministro, com muito acanhamento, porque ele tem que fazer concessão ao Presidente, fala: "Não, vamos usar a máscara. A Nação de chuteira, a Nação de máscara. Vamos passar álcool em gel na mão". Tudo bem, mas isso, meu Deus, deveria ter sido dito em março do ano passado. Está um pouco atrasado.

E não há uma coordenação nacional. Continua esse cuidado. Nós estamos meio que como diplomatas, sendo algodão entre cristais, porque o Presidente não gosta, então, não se fala. Enquanto isso, as pessoas continuam morrendo. Por que o Presidente não gosta? Quer dizer, coisas que dependem de nós, coisas que não dependem de importação, que não dependem dos Estados Unidos, que não dependem de China, não dependem de Índia, não dependem de ninguém, dependem da boa vontade dos brasileiros, nós não estamos fazendo tudo que poderíamos fazer. Não há uma coordenação nacional para isolamento, não há uma propaganda na televisão batendo duro, cinco, dez, quinze, vinte vezes por dia: use máscara; isole-se; qual a melhor maneira de se fazer o transporte coletivo. Enfim, há toda uma tecnologia que poderia ser explorada e que não é explorada. E parece que nós temos um cuidado, um medo de tocar nesse assunto por conta de que o Presidente da República não gosta.

Então, assim, é isso, Sr. Presidente, que eu tinha a dizer. Eu acho que nós temos que ser mais firmes sobre as medidas que nós podemos fazer, que só dependem de nós e que não estamos fazendo. Enquanto isso, os cálculos da Senadora Zenaide estão certos: vão morrer mais duzentas e poucas mil pessoas, e vamos chegar, sim, a 500 mil mortos em junho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Oriovisto, eu indago o seguinte: a sua posição do isolamento, como é que poderia partir? Da parte do Senador Rodrigo Pacheco, ele ficou, dentro desse comitê nacional, responsável pela articulação com os Governadores. Então, até para falar em isolamento, o Rodrigo tem que reunir os Governadores e falar com eles, bater um papo. Qual é a sua sugestão prática para o Senador Rodrigo, nosso Presidente, abordar com os Governadores?

O Brasil hoje é urbano. A grande população brasileira está concentrada nas cidades, cidades acima de 300 mil habitantes. Se a gente conseguisse fazer a sua proposição, o isolamento nas cidades maiores, o resultado seria excelente. Pode concluir e dar a sugestão. Eu vou pedir a um dos nossos companheiros para abordar esse assunto hoje à tarde.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – A minha sugestão, Sr. Presidente, é a seguinte: como todos vocês, eu sou um político também e não sou um especialista, mas existem especialistas nesse assunto. Existe uma experiência internacional nesse assunto e existe até uma experiência nacional nesse assunto, experiências bem-sucedidas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma filha, por exemplo, que mora em Viena, na Áustria, e eu acompanho o que eles têm feito lá. Eu tenho um neto que mora em Londres, e eu acompanho o que eles têm feito lá. Eu tenho amigos em outros lugares do mundo e eu tenho conhecidos em Araraquara, aqui no Brasil, ali no Estado de São Paulo. Então, não sou eu que vou dizer e acho que nenhum de nós... A minha sugestão ao Presidente Rodrigo Pacheco seria: vamos reunir uma equipe de notório saber em isolamento, vamos ver as melhores práticas no Brasil e no mundo e, a partir daí, vamos ser mais incisivos, ser mais duros, ser mais impositivos com isso em nível nacional.

Vai faltar sempre a figura do grande líder, infelizmente, porque o grande líder, que seria o Presidente da República, se nega a esse papel. Então, ele terá de ser substituído por outro. Se puder ser o Presidente Rodrigo Pacheco, muito bem. Se não puder ser o Presidente Rodrigo Pacheco, que seja o Ministério da Saúde e muito bem! Mas o Presidente Rodrigo Pacheco precisa ter uma conversa dura nesse comitê que envolve alguns Governadores e o próprio Presidente da República, deixando esta posição muito clara: vamos reunir gente que realmente entende do assunto, vamos estabelecer as melhores práticas de isolamento e vamos colocar isso como uma política nacional.

Essa é a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Oriovisto, é o seguinte: eu faço o seu convite, através do seu partido, para o senhor vir fazer parte da nossa Comissão. Veja lá com o Podemos e venha nos ajudar aqui na nossa Comissão. Já foi ampliado. V. Exa. está convidado para fazer parte da nossa Comissão.

Muito obrigado.

Agora com a palavra o Senador Otto Alencar. Depois, o Izalci fecha. Há o Espiridião também.

Senador Otto Alencar, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio Moura, agradeço a V. Exa.

Estava ouvindo com atenção as colocações do Senador Oriovisto. Concorde que realmente faltou nesse período do Ministro Pazuello uma orientação, um protocolo, aquilo que deveria estar sintonizado com as boas práticas no Brasil. Disso não há dúvida. O estímulo que foi dado foi o do confronto entre o Governo Federal, o Ministério da Saúde e os Governadores e os Prefeitos que estão na ponta, mas eu acho que ainda há uma esperança. O Ministro Marcelo Queiroga assumiu recentemente. Ele tem pouco tempo à frente, mas ainda há tempo de se corrigir e haver um protocolo sintonizado com os Governadores e Prefeitos que estão na ponta. Se não fosse a ação dos Prefeitos e dos Governadores, a situação seria muito pior.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, ainda, a possibilidade de ter a terceira onda. Nestas três semanas próximas, pelo menos na avaliação do nosso Estado pelos sanitaristas, infectologistas e o Secretário da Saúde, poderemos ter um avanço ainda da pandemia, com mais óbitos, mais mortes.

Eu gostaria de passar a V. Exa. um projeto que quero apresentar hoje ainda. Presidente Confúcio, ano passado eu lutei muito, depois que vi os resultados positivos da aplicação Remdesivir nos Estados Unidos, para que a Anvisa liberasse, no ano passado, a importação e a compra desse medicamento; só veio a liberar esse ano. E este ano, Sr. Presidente, a empresa que é responsável pela produção desse medicamento, se eu não me engano é a Gilead, liberou para todos os países do mundo, menos para o Brasil – inclusive liberando patente, menos para o Brasil. Uma discriminação contra o País, mas muito em função das relações que existiam na diplomacia brasileira, através do Ministro Ernesto Araújo, com os outros países. Foi exatamente uma posição muito excludente nesse sentido.

Então, hoje uma unidade do Remdesivir chega ao Brasil por R\$19 mil. Se se quebrar a patente, como fez a empresa para outros países, fica por R\$5 mil uma ampola de Remdesivir. O Remdesivir, Sr. Presidente, nós estamos usando aqui na Bahia, nos nossos hospitais, com ótimos resultados, com excelentes resultados. Ontem mesmo tive notícia de um paciente, já com pneumonia virótica, com 60% do pulmão já comprometido por secreção, por microtromboembolismo, inclusive fazendo hemodiálise, que começou a usar há dois, três dias, e já teve uma melhora. E V. Exa. sabe que, quando o paciente vai para hemodiálise, as complicações são maiores ainda; que o microtromboembolismo no sangue, na hora em que vai para a máquina, tem uma série de dificuldades, inclusive com transfusões subsequentes para recuperar o paciente.

Então, eu vou dar entrada hoje nesse projeto. Eu até passei para o Presidente Rodrigo Pacheco, para ver se ele pode colocar extrapauta. Vamos quebrar essa patente do Remdesivir, das vacinas, senão o Brasil vai ficar como está agora: na última fila dos países que estão vacinando – 7,8% de vacinação é muito pouco, não vai dar condição de imunidade. A imunidade só virá com a queda dos casos, quando estivermos com 40% ou 50%. Então, eu peço a V. Exa., como Presidente, que nos ajude aí a conversar com o Presidente Rodrigo Pacheco, que tem se esforçado, como V. Exa., como todos nós, para ajudar nessa luta contra o inimigo comum de todos nós, que é o coronavírus.

Então, eu peço isso a V. Exa. E quero registrar isso para pedir o apoio dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras que estão participando para me ajudar a conseguir pautar hoje esse projeto, para quebrar a patente do Remdesivir e o Brasil poder comprar isso a R\$5 mil, porque está sendo importado na faixa de R\$19 mil. Nem todos hospitais, nem todos os Estados ou Municípios podem adquirir essa medicação, que é a medicação hoje de escolha, a primeira de escolha, já desde o ano passado, mas a Anvisa não quis fazer isso, porque a Anvisa politizou mesmo a liberação dos medicamentos, porque achava que era a hidroxycloquina a droga de escolha, e não é, é um placebo que já matou muitas pessoas. E agora nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos que tomar providência para seguir a ciência, e não o que pretende colocar, como colocou durante um ano inteiro, o ex-Ministro da Saúde e o próprio Presidente da República.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Gente, é o seguinte: o Izalci ainda irá apresentar os projetos em tramitação, inclusive esse do Senador Otto, que ele aqui apresenta, viu, Izalci? Ele apresenta aqui o projeto do Senador Otto. Há um projeto do Esperidião também, que ele pediu para colocar, que trabalha sobre créditos para as micro e pequenas empresas. Ele gostaria também que fosse analisado por você e por Marcos Rogério. E nós vamos deixar o Izalci por último, para ele fechar o período dele, mas eu tenho inscritos ainda. Não sei se a Daniella já apareceu, está o retratinho dela lá, mas ela não está ali na sala. E temos o Esperidião, eu não sei se o Esperidião gostaria de voltar a falar ou se eu passo a palavra.

Senador Esperidião? *(Pausa.)*

Senador Esperidião? *(Pausa.)*

Acho que ele saiu.

Bem, então, hoje à tarde – antes da fala do Izalci – nós temos cinco minutos de apresentação. Ontem eu falei, hoje eu queria... Temos aí a Zenaide e o Nelsinho Trad para falarem sobre essas relações diplomáticas, essa intermediação com os negócios das vacinas do mundo. Eu não sei... Esse é o tema da Zenaide e do Nelsinho Trad.

O Izalci e o Marcos Rogério tratam dos projetos de interesse do enfrentamento da Covid nesse exato momento, os ultraprioritários.

Daniella e Rose trabalham sobre isolamento social. Ela pediu um prazo e semana que vem ela apresentará o seu relatório, que é muito importante.

E o Styvenson Valentim ficou com quem? Ficou encarregado de uma relação com as... Eu esqueci o que era a atribuição do Styvenson. Ele ficou responsável, junto com o Senador Otto Alencar, por trabalhar com a Fiocruz e o Butantan.

Nós dividimos assim para todo mundo trabalhar, todo mundo ficar cheio de serviço.

A Senadora Rose está aí? *(Pausa.)*

Pois não, Senadora Rose. Eu já tinha até chamado V. Exa., Senadora. Pode falar, Senadora Rose de Freitas. Senadora Rose com a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem.) – Acho que, às vezes, não me veem, porque eu entro e, às vezes, insiro várias vezes a palavra pela ordem. Eu não sei se há um problema no meu computador ou no computador da Comissão.

Quando o senhor anunciou a questão da lista dos projetos, eu já havia mandado uma observação para a Comissão dizendo que apresentei um projeto exatamente na linha do que vem acontecendo com a Anvisa, com outras portarias e outras medidas administrativas sobre a questão de exportação de vacina, exportação de *kit* emergência, exportação de qualquer um dos medicamentos e equipamentos, insumos, qualquer coisa que o Brasil necessite. Eu apresentei um projeto pedindo que não fosse autorizada nenhuma exportação que viesse a prejudicar o atendimento prioritário da população brasileira. Eu não sei se consta na lista do Izalci ou se consta na lista de V. Exa., como Presidente da Comissão. Já está apresentado e já está até com a Mesa. Eu não sei se poderia entrar na lista de prioridades da Comissão.

A outra questão é que eu apresentei um requerimento, e também não vi nenhum comentário sobre isso, acerca de pedido de esclarecimento à Anvisa sobre a Covaxin e a Sputnik, quais foram as razões pelas quais ele suspenderam novamente o processo da Sputnik e também a questão da Covaxin. A gente precisa conhecer isso, para poder esclarecer, porque as perguntas vêm e a gente não sabe mais objetivamente quais são as medidas adotadas e por que foram adotadas.

Era isso, Sr. Presidente.

E também, por favor, para não cometer erros passados que eu cometi ou alguém cometeu: há um requerimento assinado por mim e pelo Marcelo Castro em que nós solicitamos ouvir a Associação Médica Brasileira, porque reiteradamente o Presidente da República e outros falam do tratamento precoce. E, ainda no dia em que ele fez aquela consideração com a Comissão, com o comitê instalado, ele novamente falou nacionalmente sobre o tratamento precoce, uma coisa que já tem sido rejeitada pela comunidade científica declaradamente.

Então, estamos eu e o Marcelo Castro pedindo a presença da Associação Médica Brasileira, associação dos infectologistas, associação dos pneumologistas, associação dos epidemiologistas, associação da área de urologia ou nefrologia.

Então, mandarei aí para o Presidente da Comissão para que ele possa apreciar.

Obrigada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu solicito que a Comissão – estou longe deles – verifique por que esses requerimentos não foram encaminhados para pautar. Então, se estiver no Plenário, solicite que venham para a Comissão, solicite lá à Secretaria-Geral da Mesa que desçam os requerimentos da Senadora Rose e do Senador Marcelo Castro, para que a gente possa deliberar e convidar as pessoas para montar a audiência pública.

Senador Izalci Lucas, com a palavra.

Senador Izalci, desculpa a demora, mas estava todo mundo... Como V. Exa. vai usar um tempo maior, fique bem à vontade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou colocar no grupo, eu fiz um levantamento: nós temos exatamente 608 projetos relacionados ao Covid. Então, há projetos de todos os Parlamentares, de todos os Senadores e Senadoras, que tratam especificamente do Covid.

Então, o que eu vou fazer? Eu conversei com o Rogério também, passei para ele: eu vou colocar no grupo dos 81 para que cada um coloque as prioridades, porque, eu vejo assim, qual é a prioridade principal nossa? Primeiro, apresentei o projeto do Nelsinho – há de outros Parlamentares – que flexibiliza essa questão da compra de vacina, que eu acho um absurdo. A gente limitar e proibir... Eu acho que o projeto do Rodrigo Pacheco foi muito bom, mas, até atingir o nível que foi estabelecido para possibilitar as empresas comprarem, vai levar quanto tempo? Seis meses. Não adianta mais.

Então, eu acho que só o fato de as empresas comprarem, doarem – e acho que têm que doar – 50% e aplicarem 50% gratuitamente nos empregados é uma coisa fantástica. Você tira dois pesos do Sistema Único de Saúde, você recebe uma vacina gratuita e ainda aplica em um funcionário que iria usar a vacina do Sistema Único de Saúde. É uma coisa tão óbvia, e a gente precisa superar isso, não dá para a gente ficar limitando isso. Então, eu acho que esses projetos nessa área são fundamentais.

Eu vi os projetos do Otto – eu estou vendo o Otto aí, mas é por isso que eu vou passar no grupo –, mas eu não localizei esse da quebra de patente, não sei qual é o número desse. Preciso que ele me passe; às vezes, apresentou depois do levantamento.

O da Rose também, proibindo a exportação, que é legítimo, não dá para você exportar insumos... O Brasil está exportando, enquanto está faltando material aqui dentro do País.

Então, eu vou disponibilizar essa relação no grupo dos 81 Senadores e vou pedir, dentro dessa prioridade nossa... Lógico, o que eu disse ontem na reunião... Tudo o que nós fizemos em 2020, parcelamento de impostos, parcelamento de financiamentos, ajuda para as pequenas e médias, tudo o que fizemos precisa ser ampliado agora em 2021. Não dá para ficar, como se disse ontem, só em eventos. Não, tem que fazer para todos aqueles que tiveram impacto em função da pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o problema maior que eu vejo é que, em grande parte desses projetos – e é o que interessa, rapidamente –, que é a questão de vacina etc., da forma como eles colocam, há impacto financeiro. Há a criação de programas, como o do Nelsinho, que é superimportante, e, daqui a pouco, a gente vai deparar com a questão de vício de iniciativa, de falta de orçamento... Então, a gente precisa selecionar pelo menos uns dez.

A reunião vai ser segunda-feira, a reunião de Líderes. Então, eu vou passar para o grupo hoje, para que cada um dos Senadores, nessa linha de prioridades, identifique qual é o projeto que quer destacar, para eu fazer a defesa na reunião de Líderes, para a gente poder botar na pauta da semana que vem, depois do feriado. Mas são 608 projetos, Confúcio! Realmente, nós temos aí um nível de criatividade e de trabalho muito grande dos nossos Senadores e Senadoras. São 608 projetos voltados só para o Covid!

Então, eu já estou identificando aqui alguns, já anotei o do Otto, o da Rose, o do Nelsinho já estava identificado, e há mais alguns aqui na área econômica. Falei com o Paulo Guedes, e ele se dispôs a olhar com muito carinho essas questões, porque, de fato, nós temos demandas aqui de financiamento do FCO, do Fundo do Nordeste, do Norte, e vai ser preciso prorrogar as parcelas.

Ao mesmo tempo, há também os projetos que começaram e veio a pandemia, como o da questão da carência. Então, há vários setores que nós já identificamos em 2020, aprovamos e, agora, precisamos simplesmente renovar o que nós fizemos em 2020, e não ficar aprovando um por um de novo.

Todos estão com problemas, a situação se agravou, a situação não melhorou em relação a 2020. Então, não há por que... Eu acho que o Governo mesmo deveria tomar a iniciativa, porque a maioria envolve recursos. O Governo tinha que tomar a iniciativa através de medida provisória e resolver essas questões todas.

Eu acho que o que nós poderíamos fazer, depois que os Senadores me passarem essa ordem de prioridades, é talvez encaminhar a questão para o Governo. Eu posso ir ao Palácio – estou em Brasília – para negociar com o Paulo Guedes, para ver se ele manda uma medida provisória contemplando tudo o que faz parte desse grupo de 600 projetos. Quer dizer, eu acho que a gente já aprendeu em 2020, basta renovar grande parte do que foi feito em 2020.

Eu passei no nosso grupo do Covid esses 608 projetos e vou pedir agora para os Senadores, dentro de sua sensibilidade, qual destaque eles querem fazer, para que eu possa defender na reunião de Líderes na segunda-feira. São muitos projetos, muitos projetos bons, mas acho que a prioridade agora é a vacina.

Eu, por exemplo, falei isso quando recebi o pessoal representante das vacinas. Eles tiveram uma reunião maravilhosa com o Arnaldo, daí o Arnaldo pediu que eles fossem falar com o Elcio, que os atendeu em pé, disse que tinha que preencher um formulário e tal, e foi embora, diz que mandaria por *e-mail*. O cara já saiu, foi demitido agora, mas, de qualquer forma, há um funcionário do ministério para passarmos esse documento, porque eles têm insumos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o Nelsinho colocou aí, Confúcio, é geral. Aqui em Brasília é a mesma coisa. Aqui em Brasília está cheio de gente intubada nas UPAs. O problema de intubar não é só questão de insumo, é falta de pessoal. Por isso que o índice de mortes está tão alto: 70% dos que foram intubados estão morrendo por quê? Porque não tem especialista da área – eu não sou da área não, mas... – de UTI. Então, você pega um pediatra, outro médico que não tenha essa formação – não sei como é que chamam isso aí – de UTI, e ele não consegue tocar isso.

Eu apresentei, está na pauta de hoje, para o DF só a possibilidade de trazer de volta os policiais militares e bombeiros, e existe aqui uma lei específica, mas eu apresentei um projeto agora, Confúcio, permitindo que os governos possam trazer de volta os aposentados da área de saúde, segurança e educação. Agora que nós botamos limite na aposentadoria, mas há muita gente aposentada com 48 anos, 50 anos. Então, há muita gente da saúde, da educação e da segurança que você pode trazer. O projeto prevê o pagamento de 30% do que ele recebia de remuneração, e muita gente tem interesse em voltar.

Então, num momento de pandemia, você está precisando de profissionais. Quantos médicos e enfermeiros se aposentaram agora, com a reforma da previdência, que você conseguiria trazer pagando 30%? Por que eu botei 30%? Porque o Exército já faz isso, aqui a Polícia Militar do DF já faz isso, mas é só na parte burocrática. Eu agora estou ampliando para a parte operacional, que é a que mais precisa. Então, talvez seja um projeto interessante, porque deve haver muita gente da saúde competente que pode voltar e ajudar a superar essa questão, porque a nossa questão hoje é pessoal, é mão de obra qualificada, não é só medicamento. Lógico que está faltando insumo também, mas o que mais falta mesmo são profissionais para cuidar disso, não é?

Então, eu vou passar para o grupo de 81 Senadores colocarem na ordem de prioridade, nessa linha imediata, não de médio prazo, para que a gente possa defender segunda-feira na reunião de Líderes.

Como Líder, eu vou pedir para ser titular desta Comissão, porque eu a considero muito importante. Eu continuo como suplente, mas agora quero ser titular, para a gente poder trabalhar melhor, como a gente vinha fazendo na gestão anterior.

Mas parabéns, Confúcio, pelo seu trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Gente, é o seguinte: falta... A Daniella voltou, a Senadora Daniella? E falta o Esperidião para a gente fazer o fechamento.

Vou pedir ao Wellington... (*Pausa.*)

O Esperidião declina. Não precisa mais, já falou, está satisfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wellington... Está aí, Senador Wellington? (*Pausa.*)

É o seguinte, Wellington, hoje à tarde, o Rodrigo Pacheco abre cinco minutos, bem no início da sessão, para a Comissão se manifestar. Aqui hoje, nas conversas, o Nelsinho falou sobre o colapso do sistema, que é gravíssimo e não há uma solução imediata para ele. Mas nós temos que enfrentar, falar do colapso do sistema. Anote aí, por favor, Senador Wellington Fagundes.

Sobre as vacinas, você viu que tanto o Oriovisto quanto o Esperidião alegaram que ter propósito de chegar a vacina é uma coisa, e acontecer é outra. Então, sobre as vacinas, reserve um tempinho para falar sobre elas e sobre as alternativas para a gente ter uma vacina rápida no Brasil, sobre aumentar. Eu creio que seria importante verificar se o Butantan tem potencial para isso. E fale sobre melhorar o contrato do Butantan, que está a metade do da Fiocruz.

Os insumos... Sobre esses insumos não precisa falar, porque sobre isso falei no Ministério da Saúde, e eles já estão importando os insumos do *kit* intubação, relaxamento, sedativos, enfim, todos os produtos necessários a um bom relaxamento do paciente intubado. Tem que haver um ótimo relaxamento e sedação para que ele possa expandir o pulmão. Eu estive lá e já deve estar faltando... Segundo eles... Eles me deram 15 dias para a chegada ao Brasil. Foi por ofício. Acredito que deve estar chegando, devem estar faltando 15 dias para cumprir o prazo que eles me deram.

Outro aspecto muito falado aqui – e chegou a um ponto que não adianta só nós ficarmos falando, se não houver uma massificação midiática, ostensiva; ficou o Ciro Nogueira de tratar disso, já está tratando... É a sociedade. A sociedade tem que nos ajudar. Não dá mais para ficar só com conversa fiada, e a população fazendo festa, fazendo, todo fim de semana, aglomerações. É proibido ir para a praia, mas as praias estão cheias. Agora chegou o momento de conscientização, de fiscalização, de botar a polícia, até o Exército... O Exército, no caso, participa só quando referidos os princípios da lei e da ordem, mas eu acho que a lei e a ordem são a vida. Então, está aí agora o tema da participação da sociedade. Sem a participação da sociedade, nós não vamos reverter isso. Vamos assistir chegar a 500, 600 mil mortos, rapidamente.

Sobre as restrições, ficou para as Senadoras Daniella e Rose apresentarem. Devido à amplitude do tema, pediram mais uma semana.

O Marcos do Val quer um cronograma que diga quando ele, que tem 50 anos, vai ser vacinado. Qual é a previsão? Junho? Julho? Agosto? Quando é que o Marcos do Val... Ele falou o nome dele, mas serve para todos os brasileiros: quando é que ele, que tem 50 anos, ou os de 45 serão vacinados?

Então, sobre esse tema, Wellington, você pode falar também se você conseguir. Talvez eu lhe dê mais um minuto para você concluir, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O papel da iniciativa privada, gente! Esse projeto que o Izalci está pedindo... Eu acho que, quanto a esse projeto, chegamos a um ponto de nós não termos esse preconceito: nós estamos precisando de vacina. E a iniciativa privada são mercadores: eles compram e eles vendem, eles sabem comprar e eles sabem vender. É diferente do Estado: para o Estado, é difícil comprar. Mas a iniciativa privada vai atrás, ela vai lá e compra! Coloque as clínicas privadas de vacinação aí no mercado para você ver como elas vão conseguir comprar vacinas rapidamente. Deixe que a Anvisa facilite e, num prazo de sete dias, aprove, e rapidamente nós estaremos vacinando muita gente no Brasil. E termina acontecendo aquilo que a Kátia sempre fala: que se precisa de 100 milhões de doses agora, e isso é verdade.

Então, nessa questão da iniciativa privada, a gente deve bater nisso. Eu sei que há muita gente dizendo: "Não, é o SUS, é o SUS, é o SUS!". Mas, gente, chegou a hora de a gente pedir à sociedade o apoio a todo mundo, não é? Esse é um tema em que Izalci com Marcos Rogério vão analisar os projetos. Existem aí do Nelsinho Trad, do Vanderlan e de outros andando, existe muita coisa – eu já falei de todos.

Então, esse é o tema, viu, Wellington? Você fala hoje em nome da Comissão, por favor. Você ouviu tudo que foi abordado e você usa os cinco minutos.

Eu vou escalando. Eu vou pedindo ao o Otto para falar, depois vou chamar o Ciro para falar... Cada um vai falar um dia, uma bela apresentação, justamente... E incisiva! E incisiva! Nós não podemos chegar lá com um discurso fraco, não é?

Quem vai falar agora? *(Pausa.)*

A Senadora Daniella não está presente.

O Senador Esperidião retirou a sua fala. *(Pausa.)*

Já foi para todos vocês o cronograma da agenda para o mês de maio. Para abril e maio, já está com vocês a agenda do futuro, sujeita, logicamente, a sugestões, a alterações, mas o Relator fez o plano de trabalho, está bem feitinho...

O Wellington vai fazer o fechamento da nossa reunião.

Por favor, Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento e não sei se já chegou à sua mão.

Na verdade, sobre essa questão da discussão da produção de vacina aqui no Brasil, agora há pouco eu conversei com o representante do Ministério da Agricultura, e à reunião ainda faltou objetividade. Então, o nosso requerimento é no sentido de discutir a transferência de tecnologia. Aí, nós estamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convidando Butantan, Oswaldo Cruz, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Relações Exteriores e também a Anvisa. Eu gostaria que V. Exa. pudesse analisar a possibilidade de votarmos hoje ainda esse requerimento extrapauta, se for possível.

Vou me preparar hoje para poder representar a Comissão à tarde, no Plenário, e tentar ser bastante objetivo em todos esses itens que V. Exa. colocou. Então, pode ficar tranquilo, que eu vou estar hoje à tarde me preparando para isso.

Sr. Presidente, eu acho que temos que ter objetividade, todos já falaram... O Izalci já colocou a conclusão dos projetos, e da minha parte eu me sinto satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O requerimento deu entrada agora. Ele nem chegou aqui para a gente votar agora. Será que há condição de a gente aproveitar e votar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Deu quórum para aprovar a ata?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, nós não vamos votar a ata hoje, porque ontem foi prorrogado para 12 membros...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Já tem? Fechou!

Então, dê-me o roteiro. Deixe-me aprovar a ata e ver se dá tempo de chegar o requerimento do Wellington.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 10ª reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. Os Senadores que desejarem se manifestar em contrário o façam pelo *chat*. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Eu quero agradecer a todos vocês, foi uma reunião administrativa, de bate-papo. A coisa é séria. O Otto quer falar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Já, já, Senador Otto, eu te passo a palavra.

A coisa é extremamente séria. Está passando do nosso próprio limite de raciocínio. Nós estamos meio abobalhados diante do caos, da tragédia instalada, mas nós devemos ter lucidez. A situação, como eu falei ontem na sessão, é sistêmica, pegou tudo: falta oxigênio, falta remédio, falta vacina, o isolamento, falta isso, falta aquilo. É muita coisa de uma vez só e a gente fica, assim: como começar?

Então, chegou ao ponto de falar assim: agora a sociedade tem que nos ajudar. É o único canto para a gente conseguir fechar o pacote. E a iniciativa privada também.

Então, eu passo a palavra ao Senador Otto Alencar. Ele quer fazer uma consideração oportuna neste momento.

Por favor, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio Moura, V. Exa. é um excelente Presidente e um ótimo técnico para escalar os nossos companheiros que vão falar na abertura das nossas sessões deliberativas à tarde. Eu quero parabenizá-lo por isso.

Sr. Presidente, V. Exa. é médico, eu também sou médico, fui professor da Universidade Federal da Bahia, formei muitos médicos que passaram por nossa universidade federal, aqui no Hospital das Clínicas. Sr. Presidente, olha, a situação dos profissionais de saúde, de todos os níveis – auxiliar de enfermagem, fisioterapeuta, enfermeiras, médicos de UTI, todos que estão trabalhando nessa maratona de um ano já enfrentando a pandemia –, estão numa situação de um desgaste físico e mental muito grande. Eu tenho conversado com alguns ex-alunos, e eles têm dito o seguinte: "Olha, professor, eu não suporto mais assinar atestado de óbito no plantão de 12 horas. Assino cinco, seis atestados de óbito das pessoas que estão morrendo, por falta, inclusive, às vezes, em alguns hospitais, do socorro imediato". Porque aqui mesmo, na Bahia, há uma quantidade substancial de pessoas que estão esperando a UTI, não tem acesso à UTI.

Mas, na reunião de segunda feira, quando eu provoquei a Dra. Meiruze, se não me engano, da Anvisa, a respeito da Sputnik, ela me disse que estavam faltando ainda alguns elementos para analisar e liberar a vacina Sputnik da Rússia, que o Consórcio do Nordeste tem já assinado um protocolo de compra no quantitativo de 39 milhões de vacinas para aplicar nos diversos Estados do Nordeste, e essa vacina está sendo utilizada em outros países.

Não me convenceu. As informações que eu tenho e que recebi hoje do ponto de visto médico, científico e técnico é que preencheu todos os pré-requisitos da Anvisa. O que existe, na verdade, é que ela surgiu aqui no Nordeste. E há, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, lamentavelmente – eu lamento muito isso –, essa conotação política para não liberar, com a influência que tem o Governo central sobre a Anvisa e sobre um ou dois diretores da Anvisa que estão agindo politicamente nesse sentido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu estou encaminhando a V. Exa. um requerimento para, na próxima reunião, nós votarmos, pedindo que a Anvisa encaminhe para esta Comissão o que falta em termos técnicos e que não foram encaminhados ainda para liberação da Sputnik.

A Sputnik pode oferecer, imediatamente, 40 milhões de vacinas, o que daria uma condição bem melhor aqui para os Estado do Nordeste. Eu sei que isso não resolve, mas já é um alento para todos nós que estamos esperando imunização do nosso povo.

Eu quero agradecer a V. Exa. e parabenizar pela sua condução, reiterando aqui o meu compromisso de ajudar, naquilo que for possível, a todos os brasileiros que precisam da imunização, como única solução para evitar a doença.

Muito obrigado a V. Exa. e parabéns pela sua condução.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Muito obrigado, Senador Otto.

O requerimento do Senador Wellington está aqui na minha mão, é o Requerimento 29.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a transferência de tecnologia para o Brasil na produção de vacinas.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante Instituto Butantan;
- representante Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz;
- representante Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;
- representante Ministério das Relações Exteriores;
- representante Anvisa.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 29, DE 2021**

Requer a realização de audiência a presença dos seguintes convidados:

- *representante Instituto Butantan;*
- *representante Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz;*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- representante Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;
- representante Ministério das Relações Exteriores;
- representante Anvisa.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Está em discussão o requerimento extrapauta.

Senador Wellington, para discutir.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.)

– Como autor do requerimento, eu quero aqui dizer, por todas discussões que nós fizemos, o Brasil tem condições, tem um parque fabril pronto, funcionando para produzir vacinas aqui no Brasil. Então, se nós temos essa condição, nós temos de objetivar junto a esses órgãos a necessidade de termos a transferência da tecnologia. E não estou propondo aqui a quebra de patente, mas, se for o caso, se for necessário, até isso.

Por isso, eu quero aqui pedir a aprovação desse requerimento e até pedir a preferência de termos esta audiência o mais rapidamente possível.

Eu gostaria de ter a compreensão de todos, pela necessidade, e mais uma vez reafirmar que estou convicto de que o Brasil pode produzir as vacinas em tempo recorde, ou seja, de acordo com o compromisso já firmado pela indústria, em 90 dias após a autorização, já com essa transferência de tecnologia, poderemos ter as vacinas necessárias para imunizar a população brasileira.

Lembro que os Estados Unidos acabam de anunciar a terceira onda, mais uma possibilidade de nova onda. Então, mais dificuldade nós teremos de importar as vacinas. Mas não podemos perder o foco de continuar buscando vacina onde houver, ressaltando, inclusive, aqui, a moção de apelo à comunidade internacional, proposta pela Senadora Kátia Abreu, e aprovada pelo Plenário do Senado da República.

Então, continuamos e deveremos continuar buscando a vacina. Mas também, como o vírus está instalado em todo lugar do mundo e aqui no Brasil, nós temos que buscar, a curto, médio e longo prazo, poder produzir vacinas aqui no Brasil, porque o mundo, na globalização, fez com que todo mundo passasse a depender da China e da Índia, praticamente, na produção de vacina e dos insumos básicos também.

Nós estamos vivendo essa angústia dos hospitais superlotados. Até centro cirúrgicos estão sendo usados como UTIs, no meu Estado principalmente. E aí, se um paciente chegar acidentado, não tem nem como fazer uma cirurgia emergencial no centro cirúrgico. Olhe a que ponto nós chegamos. Então, há falta de insumos básicos e tudo mais, o que já foi colocado aqui também pelo Senador Nelsinho. Estamos vivendo isso em muitos Estados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Wellington Fagundes, é o seguinte: no dia 12 de abril, uma segunda-feira, há um requerimento do Senador Otto Alencar convidando para prestar informações Nísia Trindade Lima, da Fiocruz, e Dimas Tadeu Covas, do Butantan. Eu vou acrescentar, nessa audiência, o seu requerimento aqui, tá? Coloco mais uns dois membros aqui, aí fica fechado no dia 12 do mês próximo, tá bom?

Então, alguém deseja fazer mais algum comentário, para nós fecharmos a nossa audiência?
(Pausa.)

Então, meu abraço, muito obrigado a todos pela... (Pausa.)

Não estou te ouvindo, Senador Wellington. Solte o som.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com isso, o senhor já votou o requerimento? Eu acho que é importante...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Desculpa, desculpa. (Risos.)

Está vendo como é? O Confúcio está justificando o nome, né? Fazendo confusão.

Bem, foi discutido o requerimento do Senador Wellington Fagundes, o Requerimento nº 29, que está em votação.

Os Senadores que estiverem de acordo com o requerimento apresentado permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada na segunda-feira, dia 5, às 9 horas, com convite a ser feito ao Almirante Flávio Augusto Viana Rocha, Secretário Especial interino de Comunicação Social do Ministério das Comunicações, para prestar esclarecimentos acerca das ações publicitárias do Governo Federal em torno do enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos e um bom-dia.

(Iniciada às 09 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia seis de abril de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Styvenson Valentim, Marcos do Val, Izalci Lucas, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso e Esperidião Amin. Deixa de comparecer o Senador Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Reunião para prestar esclarecimentos acerca das ações publicitárias do governo federal sobre o enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus. **Participante:** Almirante Flávio Augusto Viana Rocha, Secretário Especial Interino de Comunicação Social do Ministério das Comunicações.. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 30, de 2021** que : "Requer ao presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, informações sobre os motivos pelos quais o uso da vacina Sputnik V ainda não foi liberado." **Autoria:** Sen. Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 31, de 2021** que : "Encaminha sugestões desta Comissão à Presidência do Senado Federal." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento Nº 32, de 2021** que : "Convida para audiência pública representante Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - Sindan, em aditamento ao Req 29/21." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/04/06>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos. Bom dia a todos os telespectadores. Bom dia a todos os servidores do Senado que estão organizando este evento. Bom dia aos Senadores e Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Temporária Interna, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, à Covid-19, inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, esse será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função levantar a mão do aplicativo. A ordem da fala será, primeiro, ao Relator; em seguida, aos titulares inscritos; depois, aos suplentes; e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Lideranças poderão ser utilizados após a audiência.

Havendo número regimental... Há número regimental para a ata? (*Pausa.*)

Não dá para votar a ata agora. Vamos deixar para depois.

A presente reunião destina-se à audiência pública com a presença do Almirante Flávio Augusto Viana Rocha para prestar esclarecimentos acerca das ações publicitárias do Governo Federal sobre o enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus.

Embora haja ainda um quórum reduzido, nós vamos iniciar, mas antes eu gostaria de fazer um pequeno comentário sobre a gravidade da pandemia.

A situação está fugindo do controle. Está ficando difícil para todo mundo administrar a pandemia no Brasil.

A nossa Comissão tradicionalmente é feita para as audiências, ouvir as autoridades e depois, mais tarde, consolidar tudo isso em relatórios e dar andamento ou deixar os relatórios colocados na estrutura de comunicação do Senado Federal. Eu acho que isso não nos basta mais. Eu acho que a nossa Comissão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem de ser mais ativa, apresentando resultados práticos e perseguindo ações que possam, de fato, dar resultados na reversão da doença, no bloqueio da transmissão, que está cada vez mais difícil, devido às variantes. Eu gostaria que as coisas fossem diferentes na nossa Comissão e que a gente levasse para o Presidente Rodrigo Pacheco soluções que ele possa realmente implementar em nome do Senado Federal.

Assim falado, eu passo a palavra ao nosso ilustre convidado pelo tempo de 30 minutos para sua apresentação, o digníssimo Almirante Flávio Augusto Viana Rocha.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio Moura.

Eu assumi no dia 11 de março último a Secretaria de Comunicação Social e gostaria de dizer a esta Comissão que me sinto muito honrado com o convite que me foi feito logo no início desta gestão para tratar de um tema tão importante como é o combate à Covid-19, um tema prioritário hoje no nosso País, no nosso Governo, da nossa Secom. E falo não só pela Secom, mas pelo Sistema de Comunicação do Governo Federal.

Eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão, o Senador Confúcio Moura, de lá do nosso querido Estado de Rondônia, onde tive a oportunidade de navegar no Rio Madeira. Cumprimento o Relator, o Senador Wellington Fagundes –coincidentemente, eu também tive oportunidade de atracar com o meu navio lá em Santo Antônio do Leverger, em Cuiabá –, os demais Senadores, a Senadora aqui presente, os servidores do Senado, toda a audiência presente.

A quem estiver assistindo a nós, quero dizer que vejo esse convite não só como uma prestação de contas, mas como uma oportunidade muito importante para também ouvir as reclamações e as orientações desta Casa tão importante, o Senado Federal, onde tive a oportunidade de uma experiência de vida muito importante no Congresso, quando fui assessor parlamentar da Marinha nos idos de 2002 a 2006, por mais de quatro anos, quase cinco anos. Voltar a ver e rever amigos que deixei é uma satisfação muito grande. Estou à disposição.

Eu gostaria, com a permissão do nosso Presidente, Senador Confúcio, de fazer uma breve apresentação focada no tema que me foi requerido por esta Comissão.

Então, com a sua permissão, Presidente, eu gostaria de postar aqui uma apresentação, que vai ser bastante breve, para a gente ter um panorama justamente sobre o tema da apresentação.

Muito bom dia a todos. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto, Sras. e Srs. Senadores, se todos me ouvem. Eu imagino que sim. Na verdade, estou sendo... Se houver algum problema de som aí, peço que me informem, mas eu vejo que estão me ouvindo. E, pelo sistema aqui, eu vejo também que está sendo visualizada a apresentação.

A apresentação será curta. Será uma apresentação de 29 eslaides. É uma apresentação que trará exemplos de peças publicitárias que foram executadas pelo Governo ao longo de 2020 e 2021.

Nós vamos seguir, por uma questão até... Só um minuto. *(Pausa.)*

Desculpem. Vou corrigir algo aqui. *(Pausa.)*

Eu estou com um probleminha na apresentação. Em 30 segundos eu a restabeleço, por favor, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tudo bem, tudo bem, Almirante. Fique à vontade.

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – Presidente, o senhor está conseguindo visualizar?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou, sim. Está bem visto.

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – Pois não.

Então, nessa linha do tempo, nós vemos a... Só um minuto. *(Pausa.)*

Nós vemos, então, na linha do tempo, no eixo vertical, as diversas campanhas que foram executadas ao longo de 2020. A minha proposta é passar nessa linha do tempo – obviamente, chegaremos até aos dias de hoje –, em que nós daremos os enfoques das diversas campanhas que foram executadas de acordo com aqueles momentos da pandemia. Eu farei isso com uma abordagem trimestral para tornar mais fácil a compreensão.

Nós vemos então aqui, inicialmente, o enfoque em medidas de prevenção, nos meses de fevereiro e março; e logo em seguida, a partir de março, informações já com orientações sobre sintomas e protocolos e orientações.

Cabe ressaltar, senhoras e senhores, que, se nós nos recordarmos, o nosso Governo se antecipou, o setor de comunicações se antecipou também, em relação à eclosão da pandemia, uma vez que a OMS só realmente decretou a pandemia em março, lá pelo dia 11 de março, e o nosso comitê de monitoramento já havia sido instalado desde 10 de janeiro. Em 3 de fevereiro, o Governo decretou a emergência em relação à pandemia, e o primeiro caso infelizmente aconteceu em 26 de fevereiro, mas já no início de fevereiro o setor de comunicação social do Governo Federal já havia iniciado a campanha, que é o que nós vamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrar aqui, com um exemplo que é focado nos cuidados individuais e nas medidas de prevenção, num momento em que ainda se tinha pouquíssima informação sobre o que era realmente a pandemia.

Então vou passar esse exemplo aqui.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – Já a partir de março, intensificou-se a divulgação das medidas de prevenção, falou-se em sintomas, falou-se em medidas de proteção individual. E nessa campanha houve a utilização, a convocação de atores, de pessoas famosas, para poder justamente incentivar e chamar a atenção da sociedade. Cabe ressaltar que esses atores dispensaram cachê, foi realmente uma ação de uma utilidade pública genuína por parte deles. Vou mostrar aqui um exemplo de uma das peças publicitárias.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – Eu observo e ressalto que, para essas peças publicitárias que nós estamos mostrando – porque há uma tendência a pensarmos que foram só veiculadas na TV –, houve toda uma gama de veículos. Inclusive *banners* – estou mostrando na tela agora – foram veiculados, por exemplo, na internet, nas redes sociais, nas mídias sociais, e muitas mensagens utilizando o poder de capilaridade do rádio. Então, é bom lembrar que isso é uma divulgação bastante ampla, de modo a alcançar a sociedade brasileira como um todo.

Já passando para os meses de abril a junho, nós nos recordamos do período em que havia um acréscimo no número de casos, infelizmente, no número de óbitos, com aquela variante que ainda não era uma variante, era a versão inicial do vírus. Intensificaram-se nesse trimestre as campanhas e foram campanhas que passaram a ser variadas, porém, concentradas nas orientações, divulgação de protocolo. E foram além: as campanhas convocaram os estudantes do setor de saúde para o *front*, ampliaram o alcance do atendimento médico com o TeleSUS, por telefone, por internet, e das medidas de prevenção.

Então, nós vamos ver aqui exemplos dessas campanhas. Essa aqui, de abril do ano passado, convocando estudantes, foi uma campanha que surtiu bastante efeito para o combate.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – Em abril, maio e junho, aquela intensificação do TeleSUS.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – Já no segundo semestre, nós vamos nos recordar de que houve um otimismo, uma esperança em que a curva, ou melhor dizendo, que o vírus pudesse ser vencido totalmente com o decréscimo dos casos, não só de óbitos como de casos em si de eclosão da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doença. E, assim, passamos a fazer campanhas mantendo, intensificando as medidas de prevenção, mas também procurando trazer mais otimismo, esperança ao povo brasileiro, que já estava bastante combalido com aquela eclosão repentina no primeiro semestre. Então, nós vamos ver aqui campanhas que incentivam medidas de segurança, mas que também trazem esperança para que o País possa continuar no seu rumo de antes da pandemia.

(Procede-se à exibição de vídeo)

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – Já em julho e em agosto, tivemos campanhas mantendo a necessidade dos cuidados, porém estimulando o retorno às atividades econômicas de uma forma segura, porque, exatamente naquele momento, as curvas de casos e de óbitos sofreram o maior decréscimo nessa trajetória do vírus.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – São inserções curtas, porém focadas nesse incentivo, no otimismo e também nos cuidados.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – Eu vou aqui me situar. Ainda no último... Desculpe, vou só voltar aqui.

Continuando, nós tivemos, ainda no último trimestre de fechamento do ano, campanha com orientação de cuidados higiênicos, porém também com aquela recomendação de que se procurasse atendimento médico nos primeiros sintomas. É que, ao longo do ano, já se havia concluído contrariamente ao que acontecia no início da pandemia, quando havia a interpretação de que se devia esperar em casa justamente para evitar o contágio exterior, e se estimulavam as pessoas a permanecerem em casa até aparecerem os primeiros sintomas e a só procurarem o médico quando já houvesse uma conclusão mais concreta de que realmente se tratava do coronavírus. Ao final do ano, já havia o entendimento, como há hoje, de que, aos primeiros sintomas, deve-se procurar o médico, e o médico é que vai, obviamente junto com o paciente, ministrar o procedimento que considerar adequado. Então, por conta disso, nesse final de ano, nós tivemos campanhas como a que vou mostrar, que estimula que as pessoas realmente tenham precaução imediata.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – Mais uma, no final do ano, orientando o cadastramento e estimulando o uso do ConecteSUS para aumentar o alcance, inclusive já incentivando a vacinação, uma vez que a vacina já se tornava uma realidade naquela época.

(Procede-se à exibição de vídeo.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – Eu ressalto aqui, mais uma vez, que essas campanhas tiveram um alcance muito grande, por conta também das redes sociais, da internet, como nós mostramos nos *banners* apresentados em paralelo aos filmes.

Eu vou mostrar agora alguns números do que foi abrangido por essas campanhas.

Na TV, por exemplo, foram quase 18 mil inserções com cobertura nacional em 54 emissoras de TV, não só abertas como também fechadas, regionais, segmentadas. No rádio, já que não pode ser esquecida a capilaridade do rádio hoje, que tem realmente uma eficiência muito grande, foram quase 200 mil inserções em mais de 2 mil emissoras de rádio no Brasil inteiro, cobrindo todo o Território nacional. Na mídia exterior, foram mais de 150 milhões de inserções em mídia exterior digital – são aqueles painéis eletrônicos que nós encontramos em aeroportos, elevadores, metrô, ônibus, consultórios, em mídia exterior física propriamente dita, como *outdoors*, com 3 mil pontos em todo o País. Então, foi uma campanha maciça. Em relação à internet, ao alcance e às visualizações e interações, foram 375 milhões de visualizações dos vídeos, mais de 1 bilhão de exibições de *banners*, 5 milhões de interações com as peças e compartilhamentos de ponto a ponto na internet.

Nós continuamos, como eu havia falado, neste ano de 2021, não houve interrupção nas campanhas. Nós vamos ver agora as campanhas que já foram veiculadas nesses primeiros três meses. São campanhas que tratam de esclarecimento da vacinação; elas tratam da prevenção, mas também incentivam muito a vacinação, que já se tornou uma realidade. E isso é muito importante no momento atual, como todos nós sabemos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – Essas são as peças que vão entrar agora neste mês de abril, já nesta semana e na próxima, em continuidade a essa campanha.

Nós temos todo um planejamento para que seja enfatizada a inserção de peças publicitárias, como falei, em todos os meios para justamente fazer frente a esse período em que está, realmente, a nova variante muito forte. A sociedade brasileira foi surpreendida pela nova variante desde o final, bem no final, do ano passado, mas o setor de comunicação do Governo está pronto para continuar fazendo o seu papel de orientar a sociedade à luz das recomendações que são emanadas principalmente do Ministério da Saúde e dos entes como um todo.

Eu queria concluir, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, dizendo que nós podemos observar, desde o início da pandemia – eu já mencionei isto –, a postura que foi adotada pelo Governo como um todo, pela comunicação, lá no começo do ano passado, no momento lamentável de eclosão desta pandemia. Um outro momento que foi importante e estratégico para que nós chegássemos hoje a ter um horizonte de combate principalmente com a autorização das vacinas, que nós podemos afirmar que é um carro-chefe desse combate, foi em julho do ano passado, em 31 de julho, para ser mais preciso. O



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Governo brasileiro, numa antecipação em relação a muitos países até ditos mais desenvolvidos que o Brasil, assinou acordos, convênios com laboratórios estrangeiros e brasileiros para que houvesse, inclusive, a transferência de tecnologia rumo à autossuficiência na produção de vacinas. Fruto disso, desde o meio do ano passado, nós temos um horizonte que esperamos que seja promissor.

O setor de comunicação fará o seu papel e continua fazendo o seu papel, utilizando os recursos destinados a isso da melhor maneira possível em prol da sociedade brasileira.

Eu agradeço realmente por esta oportunidade.

Estou à disposição desta Comissão para fazer os esclarecimentos que ainda se julgarem necessários.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Almirante, pela sua apresentação.

Eu vou aproveitar, antes de passar a palavra para o Relator Wellington Fagundes, havendo número regimental, para colocar em votação a Ata da 11ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

Vamos continuar?

Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que, inclusive, já repassou as perguntas dele ao Almirante Flávio para as respostas. Passo a palavra para o Wellington para que ele faça as suas considerações iniciais. O nosso convidado, logo a seguir, passará a responder as perguntas que já estão com ele.

Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Bom dia, Presidente Confúcio Moura. Bom dia, nossos companheiros Marcos do Val, Styvenson Valentim e Izalci, entre outros tantos Parlamentares que nos estão acompanhando, e principalmente a população brasileira.

Sr. Presidente, apesar de ter passado ao nosso depoente as perguntas, é importante que eu faça leitura para que a população possa acompanhar.

Cumprimento o Almirante Flávio Augusto Viana Rocha, com muita satisfação em tê-lo aqui, como Secretário Especial interino de Comunicação, para atender a esse requerimento do nosso Presidente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Confúcio Moura. Pela sua experiência, como já foi colocado, de estar presente no Congresso Nacional como assessor parlamentar da Marinha, conhecendo como funciona o Parlamento, eu tenho certeza de que o seu trabalho será de muito êxito, porque vai facilitar exatamente a interlocução com o Congresso, principalmente com esta Comissão.

Esta Comissão, como todos sabem, foi constituída para, entre outras finalidades, buscar dar respostas efetivas e seguras para o povo brasileiro, que se sente muito desinformado sobre muitos aspectos da Covid-19, a começar pelo programa de vacinação.

Todos os dias, todo o povo brasileiro é apanhado pela decepção ao acordar pela manhã sem saber, porque há uma confusão até em como será colocado, que dia será o dele... Essa informação, cada Estado, cada Município a tem de forma desencontrada. O importante é que o brasileiro quer saber em que dia a vacina vai chegar ao seu braço. Por isso, nós entendemos que unificar a informação de forma transparente será de grande ajuda neste momento tão dramático que vivemos.

Secretário, eu queria aqui ir diretamente às perguntas.

Especialistas afirmam que, para controlar a pandemia da Covid-19, a comunicação é um instrumento tão importante quanto o isolamento e a testagem. Quando corretamente informadas, as pessoas podem tomar os devidos cuidados para evitar que se contaminem e acabem disseminando ainda mais a doença.

Secretário, dados extraídos do Portal de Transparência mostram que, no Orçamento de 2020, foi alocado o total de R\$294 milhões para a ação denominada publicidade de utilidade pública. Apesar disso, apenas R\$194 milhões foram efetivamente executados ao longo do exercício, sendo que a maior parte desse montante – R\$176 milhões – foi destinada ao Ministério da Saúde.

Diante disso, pergunto: quais ou que ações previstas pela Secom deixaram de ser implementadas por conta desse contingenciamento de recursos? Quais foram os resultados obtidos com as campanhas educativas realizadas pela Secom?

Segundo: novamente... Com base nos dados do Portal de Transparência, verifica-se que, no Orçamento de 2021, foi reservado o valor de 242 milhões para a referida ação de publicidade de utilidade pública. No entanto, até a presente data, nada foi empenhado no Programa de Gestão e Manutenção no Ministério da Saúde. Diante disso, pergunta-se: com o agravamento da pandemia, no início deste ano, seria de se esperar que houvesse a aceleração de ações de comunicação para informar a população. Por que isso não vem ocorrendo? Qual é o planejamento dessa ação orçamentária para o corrente exercício? Quando as ações de publicidade começarão a ser efetivadas?

Terceiro: notícia veiculada pela *Folha de S.Paulo*, em 3 de dezembro de 2020, informa que a Secom, em conjunto com a OMS, gastou 30 milhões com a campanha publicitária, para divulgar ações do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal e apresentar ações sobre o agronegócio e a reabertura do comércio, sob a justificativa de renovar as esperanças do povo brasileiro, para que voltem a acreditar no Brasil com otimismo, vislumbrando um futuro melhor. No entanto, especialistas sustentam que, naquele período em que morriam mais de mil brasileiros por dia, vítimas da Covid-19, seria mais efetivo demonstrar à população em geral os cuidados para evitar a contaminação e incentivá-la a usar máscaras, luvas, aparelhos de medição de temperatura e álcool em gel. Diante disso, pergunta-se: quais foram os resultados obtidos com essa campanha? A Secom pretende continuar com essa estratégia de comunicação no decorrer desse exercício, tendo em vista que o número de óbitos subiu para 3 mil por dia?

A mesma notícia também relata que a campanha denominada "O cuidado continua" consumiu, pelo menos, 35 milhões. A campanha mostra a distribuição de verbas, medicamentos e ventiladores a Estados da Federação. No entanto, especialistas afirmam que a campanha não possui conteúdo educativo, mas apenas autopromoção do Governo Federal, o que seria, em tese, um desvio de sua finalidade. Diante disso, pergunto a V. Sa.: V. Sa. avalia que essa campanha ajudou no enfrentamento da pandemia? Se sim, como? Se não, por quê?

Quarta pergunta, Sr. Presidente, dentro da linha de cada tópico: ainda na referência à mesma notícia, é citada a campanha "coronavírus, tratamento precoce", que sugere aos cidadãos começar rapidamente o tratamento, em caso de acometimento por Covid-19, em vez de orientar sobre isolamento social para evitar a disseminação da doença. Por outro lado, os especialistas afirmam que não existe comprovação de eficácia do tratamento precoce contra a Covid-19. Por outro, já existem evidências de que esse protocolo causou diversos casos de efeitos colaterais sérios, com prejuízo à saúde dos pacientes. Diante disso, pergunto: V. Sa. avalia que essa abordagem tem ajudado no enfrentamento da pandemia? Se sim, como? Se não, por quê?

Quinto: por fim, conforme se conclui desse conjunto de ações fragmentadas e desarticuladas, a Secom ainda não elaborou um plano de comunicação para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, a despeito de, como já se falou, ter esse tema uma grande importância, ao lado do isolamento e da testagem, como instrumentos para o controle da disseminação da doença. Tal entendimento é reforçado por ação civil pública recém-ajuizada pelo Ministério Público Federal, conforme se extrai da notícia publicada pela *Folha de S.Paulo*, em 5 de abril. O Ministério Público Federal pede que o novo plano de comunicação comece em, no máximo, dez dias, buscando as mensagens claras e simples, como estimular o distanciamento social, informar sobre o uso correto das máscaras, incentivar a população a evitar aglomerações e explicar sobre a necessidade de isolamento de 14 dias, em caso de acometimento por Covid.

Diante disso pergunto: V. Exa. concorda com a ação proposta pelo MPF? Independentemente do trâmite dessa ação, V. Exa. considera necessário elaborar um plano de comunicação para o enfrentamento da Covid-19? Se sim, em quanto tempo o plano ficará pronto e quais serão os aspectos contemplados? Se não, quais os motivos para não fazê-lo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, ainda, eu quero aqui concluir, porque temos percebido que também, principalmente os profissionais da educação... Nós estamos, a maioria da rede pública, com a nossa rede fechada; ou seja, os alunos não estão indo às escolas. Como ao Governo Federal cabe, principalmente ao Ministério da Saúde, fazer toda a política de saúde no País e aos Governos dos Estados e Municípios fazer a execução, eu gostaria de perguntar, mas quase como uma sugestão, Almirante Flávio: não seria ideal V. Exa., que assume agora, tentar fazer uma grande campanha nacional de envolvimento dos profissionais, a partir principalmente dos profissionais da educação, professores e todos os trabalhadores da educação, no sentido de mostrar, nesta cruzada, o que nós podemos fazer principalmente para promover os cuidados pessoais, isolamentos, e talvez os professores se transformarem, como aconteceu no passado, nos fiscais do Governo, que iam ao supermercado, chegando, às vezes, até a fechar o supermercado que estava remarcando preços? E isso funcionou, e funcionou muito bem, ou seja, foi a sociedade civil a serviço, naquele momento, do Governo. Será que não está na hora de a gente empunhar essa bandeira com toda a sociedade civil, mobilizar essa sociedade civil, a começar principalmente pela área da educação, para que a gente tenha, neste momento crucial, porque vamos chegar ao mês de abril, Mês das Trevas, a mais de 100 mil mortos e, segundo à Universidade de Washington, poderemos chegar, no final do mês de julho, a 562 mil mortes?

Então, são essas as perguntas, como sugestão também, porque entendemos, pelas conversas que tivemos, que V. Exa. está com a maior boa vontade. E eu tenho certeza de que, neste momento, o Brasil exige uma tomada de posição como se fosse uma guerra, porque, afinal de contas, nós estamos numa guerra e todos os brasileiros têm que ser soldados para nos ajudar a vencer essa guerra.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos fazer o seguinte, Almirante Flávio: o senhor já anotou e está aí com as perguntas do nosso Relator, Wellington Fagundes. Eu vou passar para mais dois Senadores. Agora, o senhor vai anotar as perguntas deles, o nome e as perguntas, por gentileza.

Eu passo a palavra para o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela oportunidade da palavra.

A todos os Senadores e Senadoras um bom-dia.

Sr. Almirante, o Senador Wellington relatou, e esgotam-se quase todas as perguntas. Então, são duas perguntas simples; eu espero que o senhor responda com objetividade.

Eu assistia a toda a sua explanação, vi os seus eslaides, vi que havia ações educativas, ações preventivas... Uma pergunta simples: o Presidente da República viu todos esses eslaides, viu todas essas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propagandas? Porque não é o que parece e não é o que demonstra. É totalmente contraditório para uma população que precisa de uma informação.

Uma segunda pergunta vem dentro do alinhamento entre Ministério da Saúde, Ministério das Comunicações, Parlamentares, todos unificados para trazer justamente uma única palavra, para que as pessoas se orientem, não se desorientem. Então, em entrevista coletiva agora, no dia 31 de março, o novo Ministro, Marcelo Queiroga, o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara defenderam o que o senhor mostrou: algumas medidas eficazes contra a proliferação do Covid-19. Dentre elas, o distanciamento social, a paralisação momentânea das atividades, o uso de máscaras, muito bem adequado... Tudo isso como o senhor já falou e demonstrou, nas propagandas colocadas pela Secom, pelo Ministério, pelo Governo.

Então, como é que o senhor lida, como é que a Secretaria, o Ministério, a Secom lida com a situação, hoje menos presente, acho que menos propagada pelo Sr. Presidente? Ele está usando desse desalinhamento dessas informações.

Então, qual é a estratégia adotada pela Secom para uniformizar o discurso, para que se tenha um discurso único, para que as pessoas não fiquem desorientadas, para que as pessoas não fiquem mais temerosas, entendeu? Porque a gente sabe: se é pela via nasal, se é pelas vias aéreas que se contamina, então usar máscara é uma questão de vida – entendeu? –; não é uma opção, não é um luxo estar usando máscaras e a higiene pessoal. Então, eu queria saber do senhor sobre esse alinhamento.

A primeira pergunta é se o Presidente viu toda essa publicidade e se concordou com isso. Se concordou, por que não o fez?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Styvenson.

Eu vou completar o bloco de três.

Eu passo a palavra para a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para questão de ordem.) – Olá, Senador Confúcio. Eu quero cumprimentá-lo e pedir-lhe apenas...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou com saudade, muita saudade!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... pedir-lhe apenas um minuto para uma questão de ordem, Presidente, antes de fazer a minha pergunta. Então, que V. Exa. possa me ajudar com um minutinho a mais, só para lhe dizer o seguinte...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, quero cumprimentá-lo. Para mim, é uma satisfação muito grande estar integrando esta Comissão. Nós apresentamos um requerimento e conseguimos a aprovação, ampliando o número de membros. Portanto, hoje, nesta reunião, nós temos uma quantidade a mais de participantes nesta Comissão, ampliando, portanto, a participação dos demais blocos nesta Comissão.

Nesse sentido, Presidente, eu pediria ao senhor... Foram feitas as sub-relatorias lá atrás, com a quantidade de seis ou sete membros, se não me foge à memória. Hoje nós temos mais sete membros na Comissão. Eu queria me colocar à disposição em relação às sub-relatorias e pedir a V. Exa. que também aglutinasse os demais Senadores em relação a essas sub-relatorias.

O.k., Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Vou seguir, então, com a minha pergunta.

Quero cumprimentar o Secretário Flávio e dizer para o senhor, Secretário, que o senhor tem um papel... Talvez V. Exa. não tenha noção da responsabilidade pública que o senhor tem, neste momento, na história do Brasil. O nosso Relator fez as mais variadas perguntas, e é um fato. Eu queria me centrar fundamentalmente na campanha de vacinação.

Nós estamos vivendo hoje um dos momentos mais terríveis da história mundial no Brasil – um dos momentos mais terríveis! Se a gente fizer um comparativo deste ano com o ano anterior, a repercussão poderá ser ainda muito mais catastrófica.

No ano passado, a curva, quando nós chegamos ao ponto máximo do ano passado da quantidade de mortes, não se chegou ao que nós estamos acompanhando hoje. Mesmo assim, no ano passado nós tivemos uma ajuda emergencial de R\$600; neste ano, nós estamos chegando a quase 4 mil mortes, e a ajuda emergencial é de pouco mais de R\$200. No ano passado, nós tivemos, por exemplo, o orçamento de guerra; neste ano, nós não estamos tendo o orçamento de guerra.

Mas uma coisa é certa: a ação negacionista deste Governo continua de forma clara. Nós temos mais de um ano de pandemia, nós temos mais de três meses de campanha de vacinação, e é inacreditável que este Governo não tenha, até o presente momento, uma campanha de vacinação e de conscientização tanto da vacinação quanto das ações preventivas que são hoje estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde.

É inacreditável que o Presidente da República, Secretário, que é o maior formador de opinião deste País, pela posição que ele tem, estratégica, não use esse seu poder de comunicação para informar bem a sociedade brasileira. É inacreditável que ele chegue na data, por exemplo, de receber a vacina ele não se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacine – ou, se vacinou, ele não informou isso para ninguém. Ou seja, aquele que está na condução da política infelizmente não está fazendo aquilo que deveria fazer, que é o comando desta política para o enfrentamento da pandemia.

Eu pergunto ao senhor: qual o volume financeiro hoje que o Governo direciona para essas campanhas? Nós temos data para o início dessas campanhas educativas, ou nós vamos esperar 5 mil mortes por dia? Nós temos data para o início dessa campanha de vacinação e de conscientização da população brasileira, ou nós vamos chegar a 500 mil mortos, Secretário? Eu preciso de datas; nós queremos estabelecer de forma prática quando, de fato, nós teremos essas ações.

E, por fim, Secretário, o Presidente vai se vacinar ou não vai se vacinar? O senhor usará o seu papel estratégico nessa política no Brasil para orientar bem o Presidente da República e fazer com que ele, de fato, assuma essa sua posição em relação ao resto do País?

E, para finalizar mesmo, agora, Secretário, as *fake news*: o que que vocês vão fazer em relação às *fake news* que estão desinformando a população e estão, infelizmente, trazendo morte? Porque as *fake news*, de fato, trazem morte.

Muito obrigada, Presidente Confúcio. Mais uma vez, parabéns ao senhor e ao Relator Fagundes pelo grande trabalho que têm desenvolvido nesta Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Eliziane.

Almirante, agora chegou a vez de o senhor responder a esse bloco de três Senadores.

Pode colocar o Marcos do Val aqui.

No próximo bloco, depois dessas respostas, serão os Senadores Zenaide, Izalci – eu estou vendo o Marcos do Val – e depois o Esperidião. Está bom?

Então vamos lá: com a palavra o nosso Almirante Flávio. Nós temos tempo para essas respostas, Almirante, e eu vou dar para o senhor dez minutos, porque há muitas perguntas, não é? O Wellington fez muitas perguntas. O senhor tem o tempo de dez minutos, um tempo bom.

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Obrigado às Sras. e aos Srs. Senadores pelas perguntas. As perguntas realmente nos dão a oportunidade de mostrarmos o que tem sido feito.

Eu vou, obviamente, começar pelas perguntas do Relator. Eu agradeço por ter encaminhado agora as perguntas, Sr. Relator, que responderei na sequência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secom, como eu havia mencionado, é o órgão supervisor do sistema de comunicação do Governo Federal que tem uma execução descentralizada. Desde que eu assumi a Secom, há 20 dias, obviamente eu tenho os dados da própria Secretaria em relação aos recursos que foram destinados no ano passado e neste ano para as diversas ações da Secom: ações de utilidade pública, ações de comunicação institucional.

Focando aqui no tema da nossa apresentação, da nossa audiência, a Secom recebeu R\$12 milhões no ano passado – foram todos executados –, para mostrar a diferença desse valor com o que o senhor mencionou de R\$294 milhões para o sistema como um todo. O senhor mencionou que R\$194 milhões foram efetivamente executados, dos quais R\$176 milhões para o Ministério da Saúde. É exatamente isso!

Agora, eu vou pedir vênua a esta Comissão para que, não correndo o risco de cometer uma imprecisão... Como os dados se referem a um órgão específico do Governo que tem uma execução autônoma e descentralizada, eu me comprometo a enviar a planilha com a execução desses R\$294 milhões, que o portal da transparência mostra no ano passado, destinados à utilidade pública e o que coube a cada um dos órgãos envolvidos nessa empreitada, inclusive à própria Secom, cujo valor de execução eu já adiantei.

Resultados das campanhas. Essa foi uma pergunta muito oportuna, Sr. Relator, porque o que eu mostrei na apresentação foi o que nós lançamos nas redes de comunicação: TV, rádio, mídia exterior, a própria internet e mídias sociais.

Há mecanismos, algoritmos, aplicativos bastante sofisticados que calculam o alcance de tudo isso que é colocado nas redes. Isso é científico e já tem sido comprovado. Eu, mais uma vez, vou sugerir... Como são dados bastante técnicos... Vou apenas dar um exemplo. Determinada campanha... Eu estou com um dos meus assessores aqui que tratam disso. Agora, enquanto nós conversávamos, levantamos, por exemplo, um exemplo da campanha... *(Pausa.)*

A campanha é de que mês? *(Pausa.)*

Em março e abril do ano passado, foram alcançadas por esse cálculo 35 milhões de pessoas na TV, com uma frequência de 3,51. Estou apresentando esse número porque 35 milhões multiplicados por 3,51 para uma campanha é uma média inferior, um limite inferior desse alcance. Eu só estou dando esse exemplo para mostrar que são dados muito técnicos, mas, para cada campanha, eu também me disponho a remetê-los para esta Comissão, até porque ficaria com um registro muito oportuno nós termos o resultado efetivo do que se está fazendo em todas as campanhas, não só nesta da Covid mas em qualquer campanha, para que o recurso público possa ter a sua destinação comprovada e ser avaliada com precisão e transparência.

Sr. Relator, senhoras e senhores da Comissão, há uma pergunta em relação a 2021, em relação ao mesmo teor de pergunta do orçamento de 242 milhões para utilidade pública. Realmente o valor está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinado para utilidade pública por conta dos trâmites do Orçamento, o que nós todos muito bem conhecemos, trâmites que têm as suas peculiaridades de tempo. O Governo se antecipou ainda no final do ano passado, e o Presidente da República assinou a Medida Provisória 1.015 para poder justamente alocar para o setor de publicidade a campanha do início de 2021, essa campanha de que cheguei a mostrar algumas peças no início. Então, sobre 2021, eu tranquilizo a Comissão que, em relação aos recursos, já foram garantidos para este início até que o orçamento seja liberado e saíamos do mecanismo dos 1/18 que são previstos para nós provermos.

Então, em relação ao planejamento da ação orçamentária para este exercício, como nós já temos o valor de utilidade pública alocado, a Secom, em coordenação com todos os órgãos do sistema de comunicação, já elaborou o plano que vai justamente prover, planejar, como o nome já significa, as ações de comunicação social do ano inteiro, focando, obviamente, com prioridade, a Covid-19, diante de tudo que nós já falamos, de tudo que nós já conhecemos sobre a gravidade do momento. Esse é o planejamento da ação orçamentária.

Eu passo para uma pergunta do Relator que diz respeito a matérias de um determinado veículo de imprensa, de dezembro de 2020. A nossa equipe localizou a matéria. Inicialmente mostrou na pergunta uma indagação sobre uma campanha que foi efetuada utilizando 30 milhões para divulgar ações do Governo Federal e apresentações para o agronegócio, de abertura do comércio, numa ponderação em relação a se não seria mais efetivo demonstrar os cuidados.

Eu vou sugerir que eu mostre aqui... Por coincidência, como eu procurei mostrar as peças do ano inteiro, essa peça publicitária a minha equipe aqui me diz que é uma dessas que está mostrada na minha apresentação.

E vejo uma pergunta adiante, que é do mesmo teor: "É outra campanha que mostra a distribuição de verbas, de medicamentos e ventiladores?". E também se indaga se seria válida essa campanha.

Então, eu vou aqui projetar rapidamente, não vai demorar... Vou colocar mais uma vez a apresentação, só para nós relembrarmos de que se trata a... Termos acurácia na resposta e...

Bom, em relação à campanha, eu vou mostrar aqui a que estimula o retorno e menciona o agronegócio.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – O outro, a que se refere o mesmo veículo, em relação à distribuição de material e recursos, foi esta peça... Esta é uma das peças publicitárias da campanha.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – Bem, se eu me lembro, eu mencionei até durante a apresentação que, conversando com quem se encontrava aqui naquele planejamento, e pela lógica que eu analisei agora, diante do momento que se vivia naquele final de ano passado, segundo semestre, todos nós torcíamos pela retomada da vida normal do País, com o decréscimo dos casos. Isso aí é um reflexo de que, não só preocupados com os cuidados, a higiene e o distanciamento social que tem que haver para evitarmos o contágio e preocupados com orientações e cuidados para se procurarem médicos para o atendimento, também já estava se estimulando o povo brasileiro para uma esperança, para um otimismo, para que o povo brasileiro não caísse na depressão e não caísse na falta de vontade de seguir em frente.

Então, esse foi um aumento da campanha. Essas duas perguntas aqui, eu considero aqui na minha análise que se enquadram nesse momento, que não é mais, infelizmente, o momento que nós estamos vivendo hoje, não é? Infelizmente, surgiu uma nova variante inesperada, e a gente agora tem que seguir com uma estratégia diferente.

Em relação aos resultados – é outra pergunta que está aqui –, não vou fugir de nenhuma pergunta, obviamente, mas eu vou encaminhar o alcance efetivo dessa campanha, que também foi perguntado. A estratégia da Secom e do próprio Governo agora em 2021 – há uma pergunta que está aqui colocada em relação a isso –, obviamente é uma estratégia adequada para esse momento atual de se intensificarem as recomendações, os exemplos, as capacitações inclusive, não só a capacitação dos profissionais da área de saúde, como todo o entorno da estrutura pública e até privada que é necessário para nós vencermos essa pandemia.

Na pergunta final do Relator – nós temos uma ação civil pública que foi ajuizada pelo Ministério Público Federal –, o Exmo. Sr. Relator pergunta se, na minha opinião, eu concordo com a ação. Eu, sendo bem sincero e transparente com esta Comissão, queria dizer que, como cidadão, como servidor público, com 40 anos de serviço público, eu considero o trabalho do Ministério Público Federal um ponto forte para qualquer democracia, e para mim, como Secretário de um órgão do Governo, é uma oportunidade de mostrar transparência em todas as ações, na utilização dos recursos que nós temos que ter no nosso dia a dia.

Então, na verdade, essa ação é uma ação mais do que legítima, e nós já respondemos, inclusive, à ação, utilizando um plano – que é outra pergunta aqui –, o plano estratégico de comunicação, que é previsto ser elaborado anualmente. Esse plano já estava pronto, nós o encaminhamos ao Ministério Público. Eu vou encaminhar o plano para a Comissão, até mesmo porque, como a Comissão está bastante dedicada a esse tema, para mim é uma oportunidade de ouvir as senhoras e os senhores e também os seus assessores técnicos para nos ajudarem com qualquer sugestão.

A Secom é do País, como disse a Senadora, a quem eu agradeço pelas colocações referentes à importância da Secom. Toda a minha equipe aqui está ciente dessa responsabilidade, e esse plano tem que refletir o compromisso do Governo, o compromisso do nosso Presidente da República e da Secom





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propriamente dita para implementar um plano que atenda a necessidade atual do povo brasileiro em relação a essa pandemia.

Em relação às perguntas do Relator, eu acho que faltou aqui mencionar mais um item, que foi a menção a uma campanha que foi feita mencionando tratamento precoce. Então, a minha equipe aqui localizou também a campanha e eu vou afiançar que, nessa campanha que foi mostrada aí na nossa apresentação... Se for o caso, eu sugiro até no final mostrar, por causa do tempo do Presidente. Essa campanha não mencionou tratamento precoce.

O conceito que se tem utilizado de atendimento precoce é um conceito que procura incentivar os sintomáticos, nos primeiros sintomas, a irem ao médico, como nós aqui, que sempre o fizemos desde criança. A minha mãe nunca deixou que aumentasse a febre para procurar um médico – não é? –, esperando para ver se era garganta, se era ouvido. Então, no primeiro sintoma de febre, ela ali constatava e me levava ao médico.

Lá em Fortaleza, minha terra, eu me lembro do Dr. Euler, que era o meu pediatra, na época, me lembro até hoje, e ele me consultava. Então, é isso que o Governo, que a Secom e que o Ministério da Saúde têm procurado orientar, para não haver o agravamento, a tão temida intubação e as suas consequências funestas para o organismo.

Então, quanto às perguntas do Relator, eu já acho que cobri todas, mas continuo à disposição. E, Sr. Presidente, em relação às perguntas dos demais Senadores, eu peço a sua orientação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Quero pedir desculpas ao nosso Almirante querido. Eu falei Flávio Farias, não é? É Flávio Rocha, corrijo. Desculpe-me. Não sei onde achei esse "Farias" aqui na minha cabeça.

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – O nosso Ministro das Comunicações. Nós estamos muito juntos aqui, nessa empreitada, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem. Eu quero, antes de passar a palavra, em sequência, para a Zenaide, o Izalci e o Marcos do Val, colocar uma votação em bloco bem rapidinho para não esfriar a nossa audiência.

Eu proponho ao Plenário, com base no art. 235, inciso III, alínea "d", combinado com outros incisos do Regimento Interno, a votação em bloco extrapauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 30, DE 2021





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer ao presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, informações sobre os motivos pelos quais o uso da vacina Sputnik V ainda não foi liberado.

Autoria: Senador Otto Alencar

EXTRAPAUTA**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 31, DE 2021**

Encaminha sugestões desta Comissão à Presidência do Senado Federal.

Autoria: Senador Confúcio Moura

O segundo, de minha autoria, Requerimento 31/2021, que requer avaliação do Colegiado quanto a encaminhamento de sugestão ao Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, relacionado à realização junto aos diversos entes da Federação de campanhas nacionais de prevenção da Covid e propõe as seguintes ações:

1. A criação, financiamento e lançamento, com recursos próprios do Senado Federal, de uma urgente campanha publicitária nacional, visando à conscientização da população sobre a importância da adoção das práticas recomendadas pelas autoridades sanitárias.
2. A articulação da Presidência do Senado com os Governadores, com a apresentação e disponibilização das peças publicitárias porventura produzidas perante o Comitê Nacional de Enfrentamento à Covid-19, no intuito de propagar as informações unificadas de maneira eficiente por todo o Território nacional.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com os dois requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos.

Vamos em frente.

Eu passo a palavra à Senadora Zenaide Maia pelo tempo de 3 minutos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpellar.) – Bom dia a todos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Confúcio, quero aqui já agradecer desde já a presença do Secretário Especial interino de Comunicação Social do Ministério das Comunicações, o Almirante Flávio Rocha.

Queria dizer, Ministro, que eu acho que não foi simples fazer essas ações publicitárias, porque o Presidente da República era contra o distanciamento social e o uso de máscaras, quer dizer, o negacionismo dele não era olhando com o espelho retrovisor, foi cruel sobre isso. É tanto que eu estava dando uma olhada nessas ações publicitárias, que são de importância fundamental, e esta Comissão sentiu falta da presença da comunicação do Governo Federal educando as pessoas, dando visibilidade às medidas necessárias.

Então, é o seguinte: a propaganda, com raras exceções nessas inserções, é mais propaganda do Governo Federal do que propriamente propaganda para educar as pessoas. Tanto é assim que, com uma exceção, em nenhuma hora se falou sobre o distanciamento social, sobre as medidas restritivas, mesmo quando a Organização Mundial de Saúde já pregava isso e alguns países da Europa já tinham a experiência de que era essa a maneira.

A pergunta vai ser esta: a Secretaria vai continuar mantendo essas propagandas exatamente como estão, não falando em distanciamento social nem em *lockdown*, mesmo que a gente esteja vendo o conto da morte anunciada? Ou seja, a catástrofe da Covid está visível, não só para o Brasil, mas para o mundo todo. Vamos chegar a 5 mil óbitos ao dia, gente! Em 10 dias são quantas pessoas? Em 30 dias? Isso é insustentável! Então, fica essa pergunta.

Mas eu queria aqui dizer ao senhor, como médica infectologista, que não existe tratamento precoce, não só para a Covid, mas para a maioria dos vírus. Os vírus vêm e passam. A gente tem que manter as pessoas vivas, como se faz em UTIs, até o vírus sair, porque ele passa pouco tempo no organismo, mesmo que ele deixe estragos.

O que é que a gente vê mesmo hoje? A gente só tem imunidade de rebanho, ou imunidade coletiva, quando se tem, no mínimo, 70% da população vacinada. Enquanto isso, a única maneira de salvar vidas neste País é com rigorosidade nas restrições, ou seja, distanciamento social, uso de máscara e higienização das mãos. Apesar disso, e a gente sabe que, para fazer isso, essa crise sanitária levou a uma crise econômica, que a gente já tinha, mas agora piorou muito, o Governo precisa ter esse olhar diferenciado.

Existe alguma dessas suas secretarias com acesso direto ao Presidente da República, ao Ministro da Economia, que pensa em aumentar esse auxílio emergencial, socorrer as micro e pequenas empresas? Porque nós não podemos ter *lockdown* ou restrições e manter o distanciamento até haver vacina, porque a gente sabe que o Brasil se descuidou, enquanto o mundo todo estava discutindo e comprando vacina, aqui se estava divulgando o Kit Covid, mesmo que o mundo todo mostrasse que não tinha eficácia terapêutica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta é: mesmo sabendo que se não estimular o distanciamento social e se o Governo não acatar, ou seja, proteger as pessoas mais carentes e vulneráveis, para eles poderem fazer o distanciamento, Sr. Presidente, só para fechar, vai ser fácil fazer essa campanha publicitária se o comandante maior, ou seja, não vai haver uniformização das informações, até porque a Presidência da República diz o contrário de tudo ou do pouco que é feito nas ações publicitárias? A pergunta é essa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, Senadora Zenaide. Muito obrigado.

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas, depois o Marcos do Val.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Cumprimento o Presidente e os colegas, o Flávio Rocha, parabenizo pelo trabalho.

Eu queria perguntar exatamente sobre essa questão que já foi colocada pelo Relator, a questão desse tratamento precoce. O Governo continua gastando dinheiro com essas propagandas? Se sim, sabe o total gasto até agora e quanto o Governo ainda pretende gastar?

O Tribunal de Contas da União verificou que, dos R\$83,6 milhões gastos com as campanhas publicitárias para a pandemia, apenas R\$800 mil foram usados para divulgar informações sobre o coronavírus como prevenção, sintomas e medidas a serem adotadas em caso de suspeita de contágio. O resto do valor foi gasto em campanhas para mostrar as ações do Governo, principalmente na retomada da economia. O senhor não acha que há uma desproporção muito grande na distribuição desses recursos? Talvez se o valor tivesse sido gasto com informações sobre prevenção o Brasil teria taxas menores de mortalidade. Não houve aí uma desproporção?

Mais de R\$1,3 milhão foram gastos com ações de *marketing* com influenciadores. Em janeiro, a Secom contratou quatro influenciadores, no montante de R\$23 mil, para falar sobre atendimento precoce. Primeiro quero ver se o senhor confirma essa informação.

A Secom tem um detalhamento de gastos de ações de *marketing* de influência? Qual era o conteúdo brifado nas ações e nas postagens dos influenciadores? Eles tratavam de atendimento precoce ou tratamento precoce? O que é atendimento e tratamento gerou muita confusão inclusive com o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Em 18 de janeiro deste ano, ele negou ter recomendado tratamento precoce, afirmando que o que era recomendado pelo Ministério da Saúde era atendimento precoce.

Essa confusão de informação não é um bom exemplo. A falha de comunicação, essa dubiedade nos traz muitas dúvidas. Quais são as principais ações publicitárias que a comunicação do Governo pretende veicular nos próximos dias, em caráter de urgência, em função da situação caótica que nós vivemos hoje?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa primeira reunião da Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia, o nosso Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, disse que era preciso haver uma uniformização de discurso: que era necessário se vacinar, que era necessário usar máscara, que era necessário higienização das mãos e que era necessário distanciamento social, de modo a prevenirmos o aumento da doença no País. O que está sendo feito no sentido de buscar esse alinhamento, essa uniformização? Quais são as dificuldades com relação a essas buscas de uniformizar as ações com relação à pandemia?

Essas são as minhas perguntas, Presidente.

Já comuniquei, Senador Confúcio, à SGM a minha condição de titular novamente da Comissão. Então, devem estar atualizando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está atualizado, Izalci. V. Exa. é titular, para a nossa felicidade. O senhor é muito atuante.

Senador Marcos do Val, tem três minutos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Bom dia a todos.

Obrigado, Presidente. Quero agradecer a presença do Almirante.

Vou tentar ser breve. Tenho alguns pontos aqui em que vou discordar dos meus amigos Senadores, com todo o respeito, toda a vênica, mas antes disso eu queria perguntar ao Almirante como é o desafio de estar à frente de uma campanha publicitária quando o próprio Presidente a desconstrói o tempo inteiro. Eu sou um aliado do Governo e fico agoniado ao ver todo um esforço para que as informações cheguem para a sociedade, mas o comportamento dele levando isso por água abaixo.

Eu não vi – eu, particularmente, mas não perguntei a outras pessoas – nenhuma campanha dessa, ainda, na televisão. Nenhuma dessas campanhas publicitárias que foram apresentadas, Almirante, eu consegui ver nas redes de TV, muito menos na Globo, porque a Globo tem uma rivalidade... Eu acho que não seria momento de rivalidade, seria momento de informação. As peças de propaganda são excelentes, são muito explicativas, de altíssimo nível. Parabéns para quem desenvolveu e quem produziu, estão muito boas. Elas só precisam chegar para as pessoas. Pelo que eu tenho conhecimento, não chegaram, pelo menos à minha bolha, ao ambiente onde eu transito.

Outra questão: o Presidente sempre acaba informando que já foram liberados 41 milhões de doses, e tal, tal, tal, nas redes sociais dele, mas que foram aplicadas apenas 20 milhões. Isso dá a entender que os Governadores não estão aplicando. Aí começa uma onda de ataque aos Governos estaduais, e os Governos estaduais explicam que essas doses que foram liberadas ainda não chegaram aos Estados, estão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em transporte ou, então, que metade está guardada para a segunda dose, enfim, fica criando todo um alvoroço, toda uma confusão.

A sociedade está em pânico. A sociedade hoje não tem medo só da vacina, tem medo de não viver... Aliás, medo de não receber a vacina. Ela tem medo de não sobreviver.

O Major Olimpio era um que brigava pela vacina, não foi vacinado e morreu, morreu lutando por uma causa, brigando pela oportunidade de se ter a vacina.

E, quando a gente não tem informação, a gente entra em desespero, gera-se o caos. Quando haverá essa vacina? Vai chegar para mim? Eu tenho 50 anos e não sei quando chega para mim! Tenho as minhas comorbidades, eu tenho que fazer exames ou não tenho? Eu tenho um nódulo no meu pulmão e, com isso, posso ser vacinado ou não? Em que data ela vem? Isso está trazendo um pânico muito grande para a sociedade, tanto que ontem um jovem aqui do Estado se matou. Olhem a idade dele! Ele se matou, não aguentou a situação que vivemos no País.

(Procede-se à reprodução de vídeo no celular.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Infelizmente, a gente assistiu a cenas como essas de o Corpo de Bombeiros resgatando-o, porque ele pulou de uma ponte alta aqui no Estado, tirando o corpo dele do mar, porque ele não aguentou. Um jovem não aguentou sem perspectiva de vida! O que vai ser? O que vai ser dos meus pais? Vão morrer? Não vão? E os meus irmãos?

Isso está gerando esse pânico, e a comunicação é a ferramenta mais forte que se tem – claro, tirando-se a vacina, tirando-se os tratamentos. Uma ferramenta fortíssima de combate à desinformação são essas campanhas publicitárias.

E eu queria dizer para os meus amigos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Podem dar um minuto para ele concluir, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... discordar em alguns pontos, com toda vênia e com todo respeito, na questão do tratamento precoce. A maior parte da minha família são médicos, e eu escuto de boa parte da minha família que o tratamento precoce dá resultado, como eu também escuto de uma outra parte de médicos que não dá resultado. Então, quem sou eu?! Eu não sou médico para poder afirmar que se está jogando dinheiro fora com isso, que não pode ser feito isso... Se nós estamos numa guerra, eu acho que, numa guerra, valem todas as estratégias e todas as munições possíveis para se combater... Num futuro, lá na frente, nós vamos saber se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente isso deu efeito ou não deu efeito, se era placebo, se minimizou ou aliviou o efeito e a vacina deu o suporte... Enfim, não sabemos! Como é que hoje nós podemos afirmar qualquer coisa ou condenar qualquer coisa ou denunciar qualquer tentativa? Eu acho que nós temos que denunciar a falta de inércia, a vontade de não fazer. Isso nós temos que denunciar.

Eu só queria concluir, agradecer aos meus amigos e dar um exemplo, para fechar. Há quase 30 anos, eu convivia muito com os japoneses na Liberdade, em São Paulo, e lá se aplicava muito a acupuntura. Naquela época, eu também fazia acupuntura, porque eu vivia com eles, eu praticava uma arte marcial. Na época, ela era muito rechaçada, todo mundo criticava, dizendo que aquilo não funcionava, que era charlatanismo, que aquilo ali era coisa de japonês, toda aquela história...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Marcos do Val.

Vamos em frente.

Agora, é o seguinte: há as perguntas da Senadora Zenaide, do Senador Izalci e do Senador Marcos do Val. Como foram perguntas mais objetivas, Almirante Flávio Rocha, eu vou conceder ao senhor sete minutos para responder os três.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA (Para expor.) – Presidente, eu só ia sugerir que também as perguntas, que foram bastante objetivas, do Senador Styvenson e da Senadora Eliziane, se o senhor autorizar, eu vou respondê-las, porque, inclusive, são perguntas comuns, que mencionam a liderança do Presidente.

Essa liderança, como o País o conhece já há mais de dois anos, é uma liderança extremamente preocupada com os setores amplos da Nação. Eu vou falar pela área de comunicação, que reflete, obviamente, em todos os sentidos, as orientações do Presidente da República. A preocupação do nosso Presidente... Como todos sabem, ele não cansa de frisar que ele se preocupa e sempre se preocupou com as ações para o combate ao vírus propriamente dito. Isso não são apenas palavras; como eu mostrei na comunicação, foram ações que vieram desde antes de ser declarada a pandemia no mundo, o País se antecipou. As ações para se obterem vacinas no País, rumo à autossuficiência, também foram iniciativas do Presidente da República. E, ao mesmo tempo, ele se preocupa com o ser humano na sua sobrevivência mais básica, principalmente aqueles mais vulneráveis, mas, além dos mais vulneráveis, com a economia como um todo, que é uma cadeia, que todos nós conhecemos, bem interligada da máquina econômica do País e do mundo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por conta disso, iniciando a resposta ao Senador Styvenson – e agradeço pela pergunta –, eu não me encontrava no setor de comunicações na época. Se o Presidente concordou ou não, eu posso presumir que sim, pois ele orienta as campanhas. Hoje, na minha gestão, ele faz isso. Eu estou aqui há 20 dias, mas eu vejo o cuidado que ele tem em orientar as campanhas publicitárias à população. E, por conta disso, por haver essa acessibilidade do Presidente não só com o Secretário de Comunicação, mas também com toda a sua equipe ministerial – e, com o povo, de uma maneira geral, ele tem um contato e um acesso muito próximo –, eu diria que a Secretaria de Comunicação não tem nenhuma dificuldade em estabelecer com o Presidente da República as orientações que vão resultar no processamento das campanhas.

A nossa Senadora Eliziane, a quem eu também agradeço, teceu comentários sobre a concessão do auxílio emergencial, o que, infelizmente, não é da área da comunicação, mas eu posso dizer que, quanto às perguntas que a senhora mencionou em relação a *fake news*, por exemplo, nós na Secom e em todo o sistema de comunicação social temos um cuidado dobrado, principalmente com a intensificação do advento de *fake news*, que começaram a acontecer principalmente cerca de cinco anos atrás e, hoje em dia, estão cada vez mais intensificadas aí nas mídias. Então, a Secom e os órgãos do Governo hoje estão bastante preocupados. E, no setor da Covid, podemos dizer que *fake news* pode ser letal. Então, a orientação que nós temos aqui, diariamente, em nossas reuniões de pauta, nas reuniões que a Secom faz com todas as assessorias de comunicação social dos ministérios, é termos um cuidado muito grande com *fake news*.

A senhora perguntou sobre o volume financeiro que o Governo direciona para as campanhas. Eu creio que eu já mencionei. E até algumas perguntas que foram feitas pelo Relator já apontaram o valor para a utilidade pública deste ano de R\$246 milhões. Esse valor, hoje – eu já tinha explicado também –, não foi ainda recebido, mas o Governo se antecipou e acrescentou, por meio da Medida Provisória 1.015, do ano passado, o valor de R\$50 milhões, para fazer face a esse primeiro combate, de janeiro a abril, que é o que nós estamos fazendo.

Agora, passando às perguntas da Senadora Zenaide, eu creio que já respondi quanto à orientação que o nosso Presidente faz e tem em relação às campanhas, a orientação em termos de comunicação. E, agora, quanto à pergunta da senhora – e, corrigindo, foi a senhora que perguntou sobre o auxílio emergencial –, eu creio que eu já respondi a senhora também.

Ao Senador Izalci, eu diria, Senador, que nós aqui, a própria equipe aqui, quem está aqui não teve conhecimento, neste momento – não que não tenha acontecido –, dessa colocação do TCU em relação ao valor gasto em relação à publicidade no ano passado. Eu vou verificar. Desses R\$83 milhões que mencionou, apenas R\$800 mil... Eu me comprometo a enviar, com a maior transparência possível – como eu vou fazer em relação aos demais questionamentos de caráter orçamentário –, a planilha. Eu vou remeter isso com a maior brevidade possível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a contratação de influenciadores, esse é um meio de comunicação que é utilizado. Houve a contratação, porém, não foi contratação para tratamento precoce, como foi noticiado, até porque o Senador Marcos do Val... E eu o cumprimento agora, revendo-o, Senador, após os tempos de dois anos atrás, em que eu estava nas águas do Espírito Santo. Tivemos reuniões lá em prol dos portos de desenvolvimento do Estado, sendo que eu era Comandante do 1º Distrito Naval, que são Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Eu o revejo e agradeço pelas perguntas, Senador. O que acontece é que a Senadora Zenaide, que é médica, mencionou a grande discussão que existe entre o tratamento, o atendimento... O Senador Izalci – a quem eu também cumprimento – também mencionou isso. Tudo faz parte de uma grande exploração – exploração no bom sentido – de conhecimento, de investigação de uma doença nova, e passou-se a ter procedimentos iniciais que foram evoluindo. Eu estou entrando um pouco na área médica aqui, o que eu não gostaria de fazer, até porque eu sou um leigo nesse assunto, mas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mais um minutinho para o nosso Almirante concluir.

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA – Sim, senhor.

... que o acaso vá curá-lo. Então, ele procura orientar em termos de atendimento precoce, que se procure um médico – na verdade é isto: procurar um médico.

Ações para os próximos dias, Senador Izalci. Nós estamos já com um plano robusto que eu vou encaminhar, e já estão em andamento as campanhas que vão, obviamente, respondendo a outra pergunta, focar no momento atual. Houve várias perguntas se vamos continuar com determinada estratégia. Vamos implementar a estratégia que é adequada para o momento atual gravíssimo, em que a população precisa, cada vez mais, de orientação e precisa, cada vez mais, de foco, para cumprir procedimentos individuais e coletivos. Aí eu menciono que estão lá menções de todos os fatores necessários, inclusive o distanciamento social, que é necessário para diminuir o contágio. Não estou falando de *lockdown*, não estou falando de abertura geral; estou falando de distanciamento social, com o que, como nós bem sabemos, cada ente da Federação tem a sua autonomia, que foi já...

Sr. Presidente, eu espero não ter passado do tempo.

Houve também a menção do Senador Izalci quanto à educação. No nosso plano, que vai chegar à Comissão, está a capacitação de profissionais, como eu já havia mencionado na apresentação, não só de saúde, mas, por exemplo, na área de educação também. Que toda a sociedade seja capacitada em procedimentos que resultem em que as ações dos governos estaduais, municipais e do Governo Federal sejam mais seguras.

Obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Almirante Flávio Rocha, muito agradecido.

Aqui nós temos, para encerrar essa participação, a participação dos Senadores Esperidião Amin e Nelsinho Trad.

Eu quero até sugerir ao Senador Esperidião Amin, que é muito frequente: há vaga do seu partido para ser titular conosco. Seria um grande orgulho para a gente. Como não está constando aqui ainda, eu vou passar a palavra para o Nelsinho e, logo em seguida, para o Senador Esperidião Amin.

Senador Nelsinho Trad, com a palavra por três minutos. *(Pausa.)*

Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS) – Liberaram o som.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, é um prazer estar aqui, nesta manhã de trabalho, com este seletivo grupo.

Eu não tenho questionamento a fazer, apenas eu quero dar um testemunho.

Eu já tive a oportunidade de trabalhar junto com o Almirante Flávio Rocha na Comissão de Relações Exteriores, em diversas viagens que fizemos juntos, e quero aqui dar este testemunho da sensibilidade, da competência e do caráter desse cidadão. Eu tenho a convicção de que essa missão que lhe foi confiada pelo Presidente será recheada dessas virtudes que fazem parte da personalidade dele. Não é fácil, não é uma tarefa fácil, nós estamos realmente num momento muito difícil dessa epidemia, num crescente, dia após dia, com inúmeros mortos, e eu tenho a certeza de que, ao papel dele de bem informar diante da ciência, diante das boas práticas que já são conhecidas e divulgadas pelas autoridades sanitárias, assim ele irá proceder. Então, é apenas esse testemunho.

E quero dizer que, para mim, é um privilégio ter essa amizade e quero continuar esse trabalho com essa pessoa que, na minha avaliação, é a pessoa certa num lugar e num momento certo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Nelson Trad.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, eu acho que hoje nós fizemos uma excursão por um caminho crucial, porque, entre outras derrotas, querido amigo Confúcio, Marcos do Val, querido amigo Nelson Trad, prezado Sr. Flávio



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Rocha, nós também estamos perdendo a batalha da comunicação, um pouco pela nossa dispersão e pelos nossos antagonismos. Mas não é só isso: nós não conseguimos produzir informação competente de que contrariar regras mínimas – mínimas! – de convivência e existência durante a pandemia é bom. Oswaldo Cruz também não conseguiu há cento e poucos anos; resolveu isso na base da polícia e do exército. Com o perdão da má palavra, Senador Confúcio, resolveu na porrada, mas resolveu.

Nós não conseguimos produzir a figura do Sujismundo, nós não conseguimos produzir a figura do Zé Gotinha, nós não conseguimos produzir a mensagem de que ter um comportamento honesto na pandemia é bom e bonito e estamos assistindo a uma profusão de safadezas, que começam pelas fraudes na vacinação por empresários, segundo consta, que optaram por furar a fila e foram enganados pelo vendedor da vacina. Ou seja, nós estamos dando um *show* de mau-caratismo de Pedro Malasartes na hora errada.

Então, eu acho que nós temos que fazer uma imersão, para comunicar que precisamos chegar à humildade e à solidariedade de que é bom sermos bons. Esse é o grande desafio para nós ultrapassarmos este momento trágico, sob todos os aspectos da pandemia, sem falar nas negociatas que já aconteceram para comprar respiradores, máscaras, implementos... E a porta que nós estamos abrindo para esse tipo de perversão na compra de vacinas também, porque, quanto mais comprador de vacina houver, mais modalidades de fraudes haverá.

Era isso que eu tinha a dizer para advertir a todos nós e ao Sr. Flávio Rocha em especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin. Muito obrigado mesmo.

Nosso ilustre convidado, Almirante Flávio Rocha, temos também os internautas perguntando. Eu vou selecionar dois – há muitos. São do e-Cidadania.

O nome de um deles – o senhor pode anotar aí – é Matheus Miranda, do Rio de Janeiro. Ele pergunta o seguinte: "De modo geral, qual foi o impacto da divulgação dos protocolos contra a contaminação?" É mais ou menos o contágio, não é? "Esses protocolos de mídia foram bem direcionados?" Essa é a pergunta do Matheus Miranda.

E passo à pergunta de Veronica Flores, de Minas Gerais: "Como as divulgações publicitárias podem ser eficazes no combate e enfrentamento da pandemia do novo coronavírus e o seu incentivo ao isolamento [social]?"

São duas perguntas dos internautas.

Agora, Sr. Almirante Flávio Rocha, eu vou fazer duas perguntas minhas para o senhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhando pela internet, nesse intervalo, sobre as guerras – os números podem estar errados, tranquilamente, porque foi no afogadilho que nós buscamos –, na Guerra do Vietnã, morreram, por baixo, quase 1 milhão de pessoas; na Guerra do Paraguai, entre brasileiros e paraguaios, 300 mil; a Guerra do Afeganistão matou 149 mil, segundo as minhas pesquisas rápidas; e, na da Síria, aproximadamente de 380 a 400 mil mortos até agora. E nós estamos chegando aos 400 mil mortos, brevemente, e nós não estamos em guerra, mas estão morrendo mais pessoas do que nas guerras. E, nas guerras, as mídias são contagiantes! Elas mexem no coração da pátria, criando esse sentimento de reconstrução e ajuda. Então, eu creio que a mídia, neste momento, deve ser uma mídia de guerra, uma mídia de convocação do povo brasileiro para o enfrentamento desse inimigo invisível, que é o coronavírus.

Então, eu gostaria – essa é uma pergunta, questionamento – de propor a V. Exa.... Eu sou o autor desse requerimento. Eu acredito na comunicação, acredito que a comunicação pode ajudar muito a população a contribuir com a redução da transmissibilidade do vírus.

Nós temos os marqueteiros. Os marqueteiros, na época das campanhas, até certo tempo... Essa figura não está mais existindo, falando assim das últimas eleições, mas havia os marqueteiros milagrosos, que pegavam candidatos com 3% e davam a vitória para eles. Eu creio que a Secom, se não houver a figura ainda do marqueteiro, poderia buscar essas pessoas de *marketing*, publicidade, comunicação e psicologia, para que a nossa comunicação entrasse no coração do brasileiro, assim como um convencimento de um voto. Então, "vou votar em quem eu não conheço por causa da persuasão da comunicação"; é assim que eu gostaria que a comunicação fosse feita para o enfrentamento da pandemia, como um remédio tal qual... Por exemplo, no caso, não um remédio; a vacina.

Então, Almirante Flávio Rocha, é um estudo complexo esse da psicologia do comportamento que a mídia deve fazer no povo brasileiro. E esse é o objetivo da nossa Comissão.

Eu falei no início que não queremos mais fazer audiências que não possam dar resultados. Hoje mesmo nós vamos transmitir à tarde, no Plenário, o resultado desta audiência, vamos falar desta audiência para todos os Senadores, o que nós achamos desta audiência de hoje.

Então, eu gostaria de transmitir ao senhor, com veemência, justamente esse clamor por uma mudança nos rumos da comunicação, para atingir o transporte coletivo, as pessoas pobres que andam de ônibus, as pessoas dos bairros pobres como fazer – às vezes falta água – outras soluções. É essa mídia que a gente espera encontrar neste momento.

Há até uma ação premonitória de que a gente possa atingir 5 mil mortos por dia. Ontem mesmo o Dimas Covas falou isso no *Valor Econômico*. Cinco mil mortos por dia é uma tragédia!

Essas são as minhas perguntas. Eu passo ao senhor para fazer as respostas a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Nelsinho apenas fez referências à sua pessoa, e o senhor deve apenas dizer a ele "muito obrigado". O Esperidião fez um comentário geral; não fez propriamente uma pergunta taxativa. Os internautas, duas perguntas. Eu falei muito, mas foram duas perguntas também.

O senhor agora pode responder e fazer suas conclusões finais.

Antes de o senhor falar, eu quero só pedir permissão a V. Exa. para colocar um requerimento que chegou aqui agora, do Relator Wellington Fagundes, pedindo que, na audiência objeto do Requerimento 29, na reunião de depois de amanhã, seja incluído um representante do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal.

Está em discussão para os Senadores o requerimento do Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Ninguém quer discutir. Está em votação.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. É o Requerimento 32. *(Pausa.)*

Está aprovado.

(É o seguinte o requerimento:

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 31, DE 2021**

Convida para audiência pública representante Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - Sindan, em aditamento ao Req 29/21.

Autoria: Senador Wellington Fagundes)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O senhor está com a palavra, Almirante Flávio Rocha.

O SR. FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA (Para expor.) – Sr. Presidente, antes de passar às últimas perguntas, eu vou saldar algumas dívidas aqui, de perguntas anteriores, porque eu achei que não daria tempo de falar e abreviei.

O Senador Izalci Lucas mencionou as palavras do Presidente Rodrigo Pacheco em relação à uniformização do discurso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo, caro Senador, que esse foco na uniformização é justamente o que o Presidente pretende ao convocar aquela reunião com a presença dos Presidentes das Casas do Congresso, do Presidente do STF, e eu diria que é um rumo positivo – concordo com o senhor –, e nós todos estamos empenhados em que a sociedade realmente siga num rumo para a gente solucionar esse grave problema.

Senador Marcos do Val, eu mostrei aqui alguns dados sobre visualização de campanhas na TV. Meu caro Senador, só agora de manhã foram 28 inserções na TV aberta, mas eu vou enviar para a Comissão a grade do que nós temos aí previsto, até porque é difícil, até pela rotina dos senhores, coincidir de verem na TV as inserções. Mas eu posso garantir que está tudo a pleno vapor.

E também o Senador Marcos do Val mencionou algumas inserções que mencionam a quantidade de vacina fornecida e aplicada, mas isso é basicamente num teor de tornar o mais transparente possível e que a população tenha a maior esperança possível no que está sendo executado. É claro que, em um ambiente em que podem acontecer disputas, pode haver interpretações que levem para um lado de disputa, mas a real intenção é a maior transparência possível.

Eu passo aqui às respostas aos internautas.

O Matheus Miranda, do Rio, fez uma pergunta muito parecida com as perguntas do Relator, em relação ao impacto da divulgação das diversas campanhas. Para mim é bastante oportuno, porque é curioso que haja essa curiosidade, e é muito positivo isso. Eu vou fazer um trabalho para a Comissão, para mostrar o alcance e o impacto, e eu encaminharei para a Comissão, para que o Matheus Miranda receba, o impacto no caso dos protocolos, das campanhas que se referiram aos protocolos, não só na TV – nós temos campanhas nas mídias sociais, temos campanha no rádio –, e eu vou fazer esse conjunto de levantamentos para mostrar esse impacto, que é um dado bastante útil.

A Verônica, de Minas Gerais, pergunta: "Como as divulgações publicitárias podem ser eficazes no combate [à] [...] pandemia [...] e incentivo de isolamento?". É uma pergunta que também remete para o alcance, porque não adianta só a gente dizer que foi eficaz se não aparecer uma medida científica ou técnica do alcance disso, como foi o interesse de muitos, do Relator, do Matheus, agora da Verônica. É uma pergunta pertinente, e nós vamos, com urgência, providenciar a resposta, porque as métricas são os métodos como a gente mede esse alcance, a quem chegou, se vale a pena o dinheiro público ser investido nesse setor.

E quanto ao incentivo ao isolamento, é o mesmo teor: as campanhas têm que mostrar para a população que... Não isolamento, não vou usar essa palavra, mas distanciamento, porque isso depende da política e da situação regional e é uma área médica, eu não vou entrar aqui. Na área de comunicação, é o mesmo caso das métricas, e a gente tem que usar as campanhas, para isso é que elas são feitas.

Meu caro Senador Presidente Confúcio Moura, a pergunta do senhor, que é, na verdade, uma sugestão, é uma orientação muito bem-vinda. Eu concordo com o senhor: nós estamos vivendo uma das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guerras mais cruentas por que este País e o mundo já passaram. Eu realmente considero que uma campanha de convocação trazendo a população aos brios, para a união e a uniformização de procedimentos é urgente. É nisso que nós estamos trabalhando.

Eu só quero dizer que não se encerra aqui o contato com a Comissão; da minha parte, da nossa parte aqui da Secom, estamos abertos. Eu queria registrar o agradecimento às bondosas palavras do Senador Nelsinho Trad. Como Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência, eu tenho tido a oportunidade de trabalhar com o Senador, principalmente quando ele esteve à frente da Comissão de Relações Exteriores, e daí essas palavras generosas, que eu, realmente, acho que não mereço, mas que são para mim um incentivo muito grande.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu quero agradecer ao Almirante Flávio Rocha pela sua apresentação, quero agradecer a presença de todos os Senadores e dos internautas que estiveram conosco.

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença, convidando todos os Senadores...

Agora a nossa Comissão aumentou para 12 membros ativos e os suplentes. Eu até queria fazer uma correção para o Senador Esperidião: acho que o partido dele já fez a indicação completa, mas ele deve conversar com a sua Liderança.

Eu convido a todos para a próxima reunião, que será também muito importante, a realizar-se dia 8, depois de amanhã, às 9h, para debater uma transferência de tecnologia para o Brasil da produção nacional de vacinas. Já confirmados: Dra. Nísia Trindade, da Fiocruz; Dimas Covas, do Butantan. E vamos entrar em contato com a Anvisa daqui a pouco e também o Wellington Fagundes deve entrar, participando aqui do sindicato das empresas.

Eu não vou fazer o encerramento agora. Eu estou agora entre o finalzinho e o encerramento. Nesse intervalo de quase nada, eu retorno a palavra ao Wellington Fagundes para seus comentários finais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria imensamente de agradecer ao Almirante Flávio Rocha. Da mesma forma que o Nelsinho colocou, ele demonstrou aqui a sua competência, a sua serenidade, que eu acho que é extremamente importante. Eu também quero dar o testemunho de que conheço o Almirante Flávio há mais de 20 anos, quando ele era Assessor Parlamentar na Câmara dos Deputados, uma pessoa extremamente educada, atenciosa. E eu tenho certeza de que será com esse trabalho que nós haveremos de avançar e melhorar a comunicação, o esclarecimento para toda a população brasileira neste momento, como o Presidente falou, um momento de guerra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos vivendo este momento em que, segundo a Universidade de Washington, nós vamos chegar, neste mês de abril, a 100 mil mortes – isso é um estado mais do que de guerra –, podendo chegar, no dia 1º de julho, a 562 mil mortes. Essa é a previsão. E aí temos o problema: ainda não temos a vacina. O brasileiro quer saber que dia vai chegar a vacina ao seu braço, e ele cobra de todos nós, as autoridades.

E eu percebo, Presidente Confúcio, Almirante Flávio e todos os Senadores, a angústia que todos nós vivemos. No meu Estado, eu recebi ontem o apelo dramático da Federação dos Dirigentes Lojistas, porque lá estão pedindo, inclusive, que se busque um caminho alternativo para salvar o meu Estado, porque o meu Estado do Mato Grosso é o epicentro – famílias inteiras estão sendo dizimadas. E hoje o Estado de Mato Grosso ainda é o Estado com o menor nível de vacinação do Brasil. Olha que vergonha! Somos o maior produtor de alimentos do mundo para exportação, o Estado com a maior riqueza, porque, mesmo com a pandemia, o Mato Grosso tem aumentado a sua arrecadação, mas infelizmente, na vacinação, é uma vergonha hoje a nossa situação.

Por isso, não há outro caminho; o caminho é buscar importar a vacina. Mas o que acontece? Não há vacina disponível no mundo. A Senadora Kátia fez um apelo, trabalhou de forma veemente. Nós aprovamos esse apelo aqui no Senado da República ao mundo, para que o mundo pudesse entregar as vacinas ao Brasil – Estados Unidos, por exemplo –, mas até agora não tivemos essa sinalização.

Na reunião que a Senadora Kátia e o Deputado Aécio, que são Presidentes das Comissões de Relações Exteriores, tiveram com a Organização Mundial de Saúde, eles afirmaram que o Brasil tem condições e deve fabricar as vacinas em território brasileiro para ajudar os brasileiros e até ajudar outros países. Por isso, Sr. Presidente...

Almirante Flávio, ontem eu estive com V. Exa. mostrando a disponibilidade e a possibilidade que temos através da indústria brasileira, da indústria animal, porque infelizmente hoje só temos dois grandes laboratórios, que são a Fiocruz e o Butantan, que estão produzindo, ou tentando produzir, porque até agora todas as vacinas aplicadas no Brasil foram importadas.

Eu quero dizer, Senador Confúcio, que V. Exa., que também é médico... Eu estou reunido também, neste momento, com o Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, nosso companheiro Dr. Josélino Moura, que foi também Secretário do Ministério da Agricultura, a pessoa que me trouxe essa possibilidade em diálogo com o Sindan, mas também tivemos a manifestação, no Conselho Federal de Medicina Veterinária, do Dr. Francisco Cavalcanti.

Espero que, antes dessa reunião de depois de amanhã, as autoridades se reúnam para, já na nossa reunião, Senador Confúcio e Senadores, trazerem a solução. É que foi anunciado pelo Butantan que os contratos já teriam a previsão dessa transferência tecnológica, e os laboratórios já manifestaram em documento – o documento foi entregue a mim, mas eu já o entreguei à imprensa e aos companheiros Senadores – que, em 90 dias – 90 dias! – após a inspeção e a autorização do Ministério da Agricultura e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Anvisa e da chegada da semente-mãe, ou seja, a célula-semente do laboratório, esses três laboratórios teriam condições de produzir vacinas suficientes para imunizar a população brasileira, 200 milhões a 300 milhões de doses, somando-se, inclusive, ao Butantan e à Fiocruz. Esse IFA pode ser produzido nessas indústrias e envasado no próprio Butantan e na Fiocruz, ou seja, numa grande parceria na grande cruzada que todos nós temos que fazer. Não há tempo mais para esperar! Nós já estamos nessa discussão, Sr. Presidente, há aproximadamente cinco ou seis meses e ainda não tomamos uma decisão.

A solução está aqui no Brasil, e nós temos condição de resolver esse problema que é a produção de vacina. Não há outro caminho, já foi provado no mundo: é vacina, vacina e vacina! Enquanto isso, os nossos hospitais estão superlotados, abarrotados, inclusive com falta de insumos básicos, como oxigênio, e as pessoas estão morrendo.

Eu faço aqui um agradecimento, mas faço mais um apelo ao Presidente da República, que tem demonstrado, através do Ministro da Saúde... E quero elogiar o Ministro Queiroga, que nos recebeu na sexta-feira, um dia após ele assumir, e assumindo o compromisso...

Eu sei que reuniões estão acontecendo. Espero que hoje ou amanhã essas reuniões possam ser concluídas e a gente possa, de uma vez por todas, dizer que o Brasil tem, pode e vai fabricar as vacinas para os brasileiros, para que a gente não tenha essa marca tão angustiante de, a cada dia, ter mais irmãos morrendo no Brasil.

Muito obrigado, Senador Confúcio, principalmente pelo seu equilíbrio na condução das nossas reuniões. Também agradeço por antecipar a reunião, que seria segunda, para quinta-feira para que a gente defina e esclareça essa questão da transferência tecnológica e a possibilidade de fabricarmos essas vacinas aqui no Brasil, a partir da indústria de saúde animal. Eu tenho certeza de que é mais uma vez a agricultura, a agropecuária brasileira salvando o Brasil, seja na produção de alimentos, seja na alta tecnologia e geração de empregos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington, por suas palavras.

E assim eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos. Boa tarde.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e hum minuto do dia oito de abril de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Elmano Férrer, Simone Tebet, Paulo Rocha, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Jaques Wagner, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Esperidião Amin, Jayme Campos e Tasso Jereissati. Deixa de comparecer o Senador Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater sobre transferência de tecnologias para o Brasil e outras informações a respeito da produção de vacinas para combate ao Covid19. (Atendimento aos REQs. n.ºs. 22, 29 e 32/2021). **Participantes:** Sr. Marcelo Marcos Morales, Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Sr. João Lucas de Almeida, Representante do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantan; Sr. Antonio Barra Torres, Diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Sra. Nísia Trindade Lima, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); e Sr. Delair Ângelo Bolis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan). **Resultado:** Audiência Pública Realizada. Participantes complementares: - Sr. Maximiliano Arienzo - Ministério das Relações Exteriores; - Sr. Cristiano Gonçalves - Butantan; - Sr. Mário Moreira - Fiocruz; - Sra. Meiruze Freitas - Anvisa; - Sr. Emílio Salani - Sindan. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 34, de 2021** que : "Requer a realização de audiência pública para debater a repercussão do PL 948/2021, da Câmara dos Deputados, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/04/08>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos os amigos Senadores e Senadoras!

Bom dia a todos os convidados ilustres!

Bom dia, internautas!

Bom dia, Brasil!

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, “no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia”.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que para esta reunião remota será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função “levantar a mão” do aplicativo.

A ordem da fala será primeiro ao Relator, o Senador Wellington Fagundes, em seguida aos titulares inscritos – são 12; nem todos se inscrevem –, depois aos suplentes e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

A votação da ata vou deixar para depois. Vamos esperar dar quórum, porque ainda não deu.

Na presente reunião teremos audiência pública com o intuito de debater sobre a transferência de tecnologias para o Brasil e outras informações a respeito da produção de vacinas para o combate à pandemia causada pelo coronavírus.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de apresentar os convidados, eu gostaria de fazer a leitura do ofício encaminhado ontem à Comissão pelo Senador Tasso Jereissati. O ofício diz o seguinte:

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência que, amanhã, dia 08 de abril, às 9h, seja incluído na discussão da Comissão Temporária Covid-19 o tema “quebra de patentes”, dada a urgência do objeto e a oportunidade de discuti-lo com as entidades que comparecerão à audiência pública para debater a transferência de tecnologias para o Brasil e outras informações a respeito da produção de vacinas para o combate ao Covid-19.

Atenciosamente,

Senador Tasso Jereissati.

É só um ofício. O Senador Tasso ainda não é membro da nossa Comissão. Eu acato o ofício como sugestão e vamos para o tema da quebra de patentes. O Senador Tasso Jereissati alinha-se ao debate que está agregado ao tema geral proposto em audiência pública.

Contamos com a presença – não sei se todos virão, eu vou fazer a chamada, são muitos – da nossa Presidente Nísia Trindade, da Fiocruz, e do Mario Moreira, Vice-Presidente da Fiocruz – qualquer um complementa o outro; do Dr. Dimas Tadeu Covas, Diretor do Butantan; do Marcelo Marcos Morales, Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; do João Lucas Quental Novaes de Almeida, Diretor do Departamento de Direitos Humanos do Ministério de Relações Exteriores; do Primeiro-Secretário Maximiliano da Cunha Henriques Arienzo, Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores; do Dr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Anvisa; da Dra. Meiruze Freitas, Diretora da Anvisa; do Dr. Delair Ângelo Bolis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan); do Emílio Salani, Vice-Presidente do Sindan.

Eu li aqui vários nomes, muita gente, mas nem todos falarão. Há os titulares e, na ausência deles, por qualquer que seja o motivo, o segundo nome entra na participação da nossa Comissão. Aqui há bastante gente, é lógico que no nosso tempo não seria possível.

O tema, por natureza, é palpitante. O Brasil está numa situação dramática da pandemia, desafiando todos nós, e todos os senhores e as senhoras presentes estão com a mesma ansiedade para darmos respostas objetivas, se possível, acalutando um pouco a população, gerando uma esperança que seja realizável de fato, para que possamos ter boas notícias.

Nós vivemos uma situação de notícias ruins. Ontem, inclusive, foi aprovado um projeto de lei no Senado sobre os problemas psicológicos gerados por essa pandemia depois de um ano e pouco, trazendo situações dramáticas também no psicológico das pessoas – é o medo, o medo. A XP fez uma pesquisa recente, e mais de 60% da população se diz amedrontada – amedrontada! – com a pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Barra Torres me telefonou há pouquinho, ele entra daqui a pouquinho. Nós vamos dar o tempo, mas a Meiruze já é muito conhecida nossa, talentosa, brilhante, e não terá nenhuma dificuldade em dar segmento também nos debates.

Muito bem. Então, nós vamos iniciar.

O tempo nosso... São muito palestrantes. Como o Tasso introduziu um tema novo, eu vou oferecer para cada um dos interlocutores cinco minutos a mais, para poder fazer um breve comentário que não estava na previsão dos senhores e das senhoras sobre o tema quebra de patentes.

O assunto nosso, que o Wellington Fagundes tem trabalhado bastante, o nosso Senador Relator, é o uso das bases de produção de vacina animal existentes no País, para que possam ser também parceiras do Butantan e parceiras da Fiocruz para a produção em Território nacional, em tempo recorde, de vacinas contra o coronavírus.

Antes de abrir mesmo aqui, Wellington, eu vou lhe dar para a introdução um tempinho bem curto, porque há muita gente.

Como o Wellington é o autor de tudo, eu passo a palavra para o nosso Relator. Ele vai falar lá na frente de novo.

Mas agora eu queria que você falasse no máximo, Wellington, cinco minutos nessa introdução, por gentileza. Está com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos aqueles que estão aqui e que vão ser hoje os principais atores nessa esperança que todos nós temos de conseguir fazer com que a vacina chegue para todos os brasileiros.

Eu vou cumprimentar aqui, na pessoa da nossa querida Dra. Meiruze Freitas, representante da Anvisa, todos que aqui estão como convidados.

Sr. Presidente Confúcio, quero aqui renovar os meus agradecimentos a V. Exa. por pautar o debate que aqui travaremos no dia de hoje, acatando, assim, o meu requerimento. Este debate, inclusive, estava previsto para ser na segunda-feira. Foi antecipado dada a angústia de todos nós por, a cada dia, termos notícias de mais avanço dessa doença no Brasil. Neste mês, que está sendo chamado "o mês das trevas", com a possibilidade de se chegar a cem mil mortos, todos nós estamos vivendo uma angústia muito grande. Por isso, eu quero agradecer ao Presidente por antecipá-lo.

É um debate que eu considero de altíssima relevância para o enfrentamento desse grande mal que assola o mundo e que está deixando no nosso País um rastro de agonia e muita tristeza. É um debate que não oferece alternativas: ou conseguimos destravar os processos para produzir vacinas, e temos condições





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para isso, ou continuaremos a assistir, dia após dia, por um longo tempo, à escalada de mortes em nosso País.

No debate ontem no Plenário virtual do Senado sobre o projeto de quebra de patentes, apresentado pelo Senador Paulo Paim, a Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senadora Kátia Abreu, apresentou dados que referendam o que já há muito tempo venho postulando: não existe vacina suficiente para atender à demanda brasileira, com ou sem quebra de patente. Por isso, as perspectivas, lamentavelmente, são bastante pessimistas.

Aqui conosco, o Presidente do Instituto Butantan, Dimas Covas, e a Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Nísia Trindade, com certeza poderão nos dar um panorama mais próximo da oferta de vacinas aqui no Brasil, vacinas essas importadas através do IFA ou de produção nacional. Até porque todos que nos acompanham neste momento pelos meios de comunicação desta Casa fazem duas perguntas objetivas, e o Governo e nenhum de nós conseguiu dar até agora essas respostas. Perguntas: "Quando essa vacina vai chegar ao meu braço?"; "Como posso confiar no cronograma que aparece nos noticiários sobre a compra de milhões e mais milhões de doses, mas que, ao final do dia, acabam muitas delas frustradas?".

Sr. Presidente, ontem a Universidade Federal de Minas Gerais informou a descoberta de uma nova e potencialmente perigosa variante de coronavírus, que, segundo os cientistas, tem uma combinação inédita de 12 mutações dos vírus. Dizem que entre essas mutações estão algumas compartilhadas com as variantes brasileiras P1 – originária de Manaus –, P2 – do Rio de Janeiro –, a sul-africana e ainda a britânica, todas associadas a uma maior transmissão da pandemia. Pelo que informaram, essa variante replica muito mais depressa do que o vírus que causou a primeira onda de pandemia em 2020. Em outras palavras, Sr. Presidente, aquilo que chamamos de mês das trevas pode ser apenas uma caricatura de algo muito pior para a vida do nosso povo.

Há uma previsão da Universidade de Washington de que este mês poderemos chegar a 100 mil mortos e, ainda no início do mês de julho, a 562 mil mortos.

Ainda ontem à noite, enquanto o Plenário do Senado debatia a quebra de patentes para imunizante, a produção de vacina Coronavac, utilizada contra a Covid-19, foi temporariamente paralisada pelo instituto Butantan por falta de matéria-prima. Como se vê, o quadro é extremamente dramático.

Como Relator desta Comissão temporária, tenho sido portador de umas das alternativas que considero mais promissoras ao enfrentamento desta crise de vacinas, que é o uso, de início, de três dos maiores laboratórios de produtos de saúde animal para a produção de nada mais, nada menos, do que a vacina necessária, segundo o Sindan, em 90 dias após a transferência tecnológica e também a aprovação da Anvisa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, já encaminhei essa proposta à Ministra Tereza Cristina e também ao Ministro Marcelo Queiroga, da Saúde, um dia após a sua posse no Ministério, além de discutir com o Presidente da Anvisa, Dr. Antonio Barra, que nos honra com a sua presença.

Por isso, afirmo aqui, senhoras e senhores: não podemos, de forma alguma, negligenciar essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Otto, está presente? Senador Otto Alencar.

Senador Otto Alencar está na sala?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Otto, V. Exa. é autor do requerimento que convida a Dra. Nísia Trindade e o Dr. Dimas Covas. Eu lhe concedo três minutos para V. Exa. justificar e explicar o objetivo do seu requerimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Minha saudação a todos os Senadores e Senadoras que estão participando desta reunião da Comissão Especial.

A nossa intenção, Sr. Presidente, no convite ao Dr. Dimas Covas, do Instituto Butantan, primeiro, é para ter uma ideia daquilo que será fornecido, do planejamento que tem o Butantan para entregar as vacinas, tanto quanto a Fiocruz.

Nós estamos em uma situação muito difícil. Todas as previsões de fornecimento de vacinas, de março e abril também, vão ficar aquém daquilo que foi planejado. Eu quero dizer e destacar a posição do Butantan, que lá atrás, através do seu instituto, do seu Diretor, Dr. Dimas Covas, e também do Governador do Estado de São Paulo – não há como não destacar a sua iniciativa, que fez essa cooperação técnica com o Sinovac – nos deu a condição de ter a maioria das vacinas aqui no Brasil. As informações que nós temos é de que, para cada dez vacinas aplicadas, oito ou nove são do Butantan. Isso era o que deveria ter feito, ano passado, o Governo Federal, que assim não procedeu.

Eu me lembro, Sr. Presidente, de uma frase muito infeliz do ex-Ministro Pazuello, quando ele disse: "Vou comprar vacina se tiver demanda e dependendo do preço que venha a ser fornecida a vacina". Eles negligenciaram. Nós estamos aqui com um ano de atraso, quase, nessa questão de vacina, para compra e aquisição dos imunizantes. Estamos numa situação muito difícil. Quando o Ministério da Saúde e os seus fornecedores vão apresentar um cronograma que possa atender exatamente aquilo que está preestabelecido nos contratos e entregar as vacinas que o povo brasileiro precisa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Confúcio Moura, essa situação é muito grave. Nós estamos a cada dia com dificuldades no tratamento nos hospitais. Nós já temos informações... Aqui no meu Estado ainda não, na Bahia ainda não, mas em muitos Estados, como faltou oxigênio em Manaus, vai faltar equipamento de proteção individual, insumos para tratamento dos pacientes. E as dificuldades são muito grandes, inclusive na própria Anvisa, que não tem explicação razoável para nos convencer de que não pode liberar a vacina russa Sputnik. Foi iniciada aqui na Bahia e no consórcio do Nordeste a compra desses imunizantes. E os Governadores já fizeram várias reuniões para liberação, Sr. Presidente, e nós não temos ainda uma visão que possa nos dar tranquilidade para isso.

O que eu queria ouvir do Dr. Dimas Covas e também da Dra. Nísia Trindade é...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Então os dois autores já expuseram.

Eu quero pedir desculpas aos Senadores e aos convidados, porque o tempo não é cronometrado por mim aqui. Eu estou na minha residência, aqui em Brasília, e o tempo é controlado lá pelo Senado, pela Secretaria da Comissão. Então, não levem a mal porque às vezes não chegam a concluir a frase, mas é controlado por lá, e como há muitos inscritos, nós vamos iniciar imediatamente.

Então, eu passo a palavra, em primeiro lugar, para a Dra. Nísia Trindade Lima, Presidente da Fiocruz. Dra. Nísia, eu tinha estipulado o tempo inicial de dez minutos, mas com o requerimento do nosso Tasso Jereissati, a senhora terá um tempo um pouquinho maior para explicar sobre quebra de patentes

Muito obrigado e com a palavra V. Exa.

A SRA. NÍSIA TRINDADE LIMA (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio Moura. É uma satisfação estar aqui nesta Casa.

O senhor e os Senadores que falaram, o Senador Wellington, o Senador Otto, já comentaram sobre a gravidade da situação. Eu venho aqui como Presidente da Fiocruz, acompanhada pelo Vice-Presidente Mario Moreira, que também tem todo um trabalho de pesquisa, sua tese de doutorado é sobre a questão especialmente da indústria de vacinas, que poderá contribuir bastante, certamente, na hora do debate.

Eu fiz uma apresentação que eu gostaria de compartilhar. Para isso, eu preciso da autorização, Senador. *(Pausa.)*

Já está ativado o compartilhamento, Senador.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Um minutinho só.

A SRA. NÍSIA TRINDADE LIMA – "O anfitrião desativou o compartilhamento da tela do participante" é a informação que tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Espere só um pouquinho.

Vamos resolver, pessoal da Secretaria. Por gentileza, libere o compartilhamento da tela para a Dra. Nísia.

Está liberado, doutora.

A SRA. NÍSIA TRINDADE LIMA – Agora sim. Perfeito!

Estão vendo bem? Pronto.

Novamente cumprimento os senhores.

Quanto tempo eu tenho, Senador, para a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A senhora tem o tempo de até 15 minutos, mas não deixe de comentar o...

A SRA. NÍSIA TRINDADE LIMA – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fique à vontade!

A SRA. NÍSIA TRINDADE LIMA – Está bem.

Em primeiro lugar, eu queria comentar o esforço que a Fiocruz está fazendo para contribuir neste momento de tanta gravidade. Eu vou abordar todos os temas já mencionados pelos Senadores que aqui falaram, começando com a encomenda tecnológica e a nossa produção de vacinas. Antes disso, eu gostaria de lembrar...

Eu já tive oportunidade de falar no Senado aos Senadores e também tenho debatido o tema com a Anvisa e com o Instituto Butantan.

Cumprimento o Presidente do Butantan e também a Meiruze e o Almirante Barra pelas contribuições de todas as instituições.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As instituições são fundamentais. O esforço que tem de ser feito é imenso. Então, vou deixar a parte final para algumas propostas no sentido de um esforço coletivo, para além do que as nossas instituições estão fazendo com muito empenho.

Em primeiro lugar, nós estamos trabalhando duramente, desde o ano passado, para contribuir em várias frentes. Não vou falar de todas. A vacina é fundamental, mas sabemos que, pelo tempo da imunização e pelo próprio tempo da imunidade às pessoas vacinadas, outras medidas são necessárias. É isso que se discute em todo o mundo. Então, quero reforçar a necessidade do uso de máscara, do distanciamento físico – não gosto de utilizar isolamento social –, da higienização, de todas as medidas que a Organização Mundial da Saúde vem preconizando.

No nosso caso, nós firmamos, ano passado, o acordo com a farmacêutica AstraZeneca, mais precisamente no mês de setembro, após uma prospecção, avaliando justamente a urgência – que vacinas poderiam cumprir mais rapidamente o objetivo de salvar vidas – e também a transferência de tecnologia. Então, assinamos o memorando de entendimento e um acordo de encomenda tecnológica, porque é uma inovação – esse é um aspecto muito importante –, e vamos assinar, nas próximas duas semanas, o acordo de transferência de tecnologia para que o IFA possa ser produzido inteiramente no País.

Conseguimos o registro definitivo da Anvisa em 12 de março. Após o registro da Pfizer, é a primeira vacina no Brasil a ter esse registro.

Nós já entregamos ao Programa Nacional de Imunizações, ao nosso SUS, 8,1 milhões de doses. Delas, parte produzida, em torno de 4,1 milhões, internamente, e mais as vacinas, a mesma vacina, produzida pelo Laboratório Serum, da Índia. Houve um grande esforço nosso, isso envolveu o Ministério da Saúde, mas também outros ministérios, como o de Relações Exteriores e o Ministério da Economia, na encomenda tecnológica. Então, é importante também frisar que as ações terão que ser interministeriais e terão que envolver todos os Poderes da República.

Estamos, a partir deste momento, já com duas linhas de produção. Já alcançamos a produção de 900 mil doses por dia e estaremos trabalhando nessa segunda linha de produção com segundo turno de trabalho, que nos permitirá produção de até 1,2 milhão de doses diárias. Nosso compromisso é de entregarmos 104,4 milhões de doses até julho – esse é o compromisso com o IFA importado que está vindo da China. Nossa produção teve que lidar com atraso na chegada do IFA, mas eu estive, inclusive por duas vezes, com o Embaixador da China – na última, acompanhando o Ministro Queiroga –, e há o compromisso de que nós possamos ter garantidas as próximas remessas de IFA. Atualmente, nós temos IFA garantido para produção até o mês de maio, mas o Embaixador, inclusive, está com o compromisso de acompanhar pessoalmente isso.

Isso que estou falando é de conhecimento dos senhores: além do esforço da produção, há o esforço diplomático, há o esforço de coordenação. Por isso a importância desta reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu creio que seja muito importante também – esse exercício nós fizemos para nossa produção até julho – que nós tenhamos o mapa não só do número de doses, mas da população atendida. No caso da nossa vacina, fizemos essa projeção até julho, porque é a primeira parte do nosso trabalho com o IFA importado – lembrando que nós temos uma população vacinável de cerca de 170 milhões de brasileiros e com a nossa vacina nós estaremos atingindo, com a primeira dose, 56,41 milhões de brasileiros no mês de julho.

É importante frisar que os estudos de efetividade a que vou fazer referência depois mostram que a vacina tem demonstrado uma efetividade com uma dose. Então, acho que isso é muito importante, ainda que o regime seja de duas doses, com intervalo de três meses, como os senhores sabem. Mas é importante no sentido de pensarmos essa proteção.

Então, acho que deveríamos ter um gráfico semelhante para todas as vacinas disponíveis no momento. O País conta com duas vacinas, produzidas pela Fiocruz e pelo Butantan, institutos que têm 120 anos, ambos, e é muito importante falarmos da produção nacional, como eu vou falar depois.

Nós estamos, a cada mês, divulgando as nossas entregas. Estamos fazendo semanalmente essa atualização. Consideramos que a transparência é fundamental. E nós, neste mês de abril, então, estaremos entregando 18,4 milhões doses de vacinas, o que eu já havia relatado aqui ao Senado. E, a partir de maio, a nossa produção é de mais de 20 milhões de doses/mês.

IFA nacional. Acho que é isso que dará sustentabilidade. Nós temos as questões da urgência do momento, mas nós estamos trabalhando – e sabemos – com a sustentabilidade dessa vacinação, que precisa ser pensada também em relação a este ano e ao próximo ano. E ainda estamos estudando – eu acho que isso é um ponto importantíssimo –, pois é uma doença nova. Há muitas questões em estudo, inclusive com relação à necessidade ou não de doses de reforço da vacina. Isso é tema de estudo. Não é possível dar uma precisão neste momento.

Com o IFA nacional, através da medida provisória de cuja aprovação os senhores participaram, no Congresso Nacional, nós investimos nesta área com biorreatores – é a imagem que aparece à esquerda –, aproveitando a *expertise* da Fiocruz na produção de biofármacos a partir das parcerias de desenvolvimento produtivo. Então, foi essa base que nos permitiu partir para uma vacina nova, uma vacina com uma nova tecnologia de vetor viral, que se tornou uma realidade nesta pandemia e que parte também de investimentos continuados em universidades públicas.

O Secretário Marcelo Morales está aqui. Se houver tempo, vou falar um pouco sobre a questão das vacinas com desenvolvimento nacional.

Então, nós já estamos com as áreas adequadas, temos os profissionais. Estaremos assinando o contrato até o final deste mês e as entregas se darão a partir do mês de setembro, de vacinas com o IFA nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também dizer que nós estamos atentos ao fenômeno das variantes, destacado aqui pelo Senador Otto. Nós temos laboratório de vírus respiratórios e sarampo, que é um laboratório de referência da Organização Mundial de Saúde, e nós identificamos, num estudo piloto com teste desenvolvido pelo nosso instituto da Amazônia, pela Fiocruz da Amazônia, a presença de variantes de preocupação, que são variantes predominantemente P1, pelos dados que temos, mas que envolvem outras variantes de preocupação, como é o caso da do Reino Unido, na maioria dos Estados que foram investigados. Apenas no caso do Estado de Alagoas e de Minas Gerais, essas variantes não eram já predominantes em relação à transmissão da Covid. Então, de fato é um tema de preocupação, por isso também, junto à Universidade de Oxford, temos participado de avaliações sobre a eficácia da nossa vacina de Covid-19 frente a essas variantes.

Também é muito importante nesse momento – e com muita razão os Senadores estão preocupados com o aumento da vacinação – que tenhamos clareza sobre todos os episódios relativos à vacina e ao tema importantíssimo da farmacovigilância que temos discutido e trabalhado em conjunto com a Anvisa, no caso de nossa vacina.

É importante falar, em relação ao que foi ontem definido em posicionamentos da Agência Europeia, do Reino Unido, e da Organização Mundial da Saúde, no caso da nossa vacina, da possibilidade de efeitos adversos. Ela foi claramente colocada como eventos muito raros, dos quais ainda não se tem a evidência da associação com a vacinação, que são os eventos de trombozes e trombopenia, como foi bem registrado ontem, e 200 milhões de pessoas, no mundo, já foram vacinadas com a nossa vacina. Então, acho que esse é um dado muito importante para os Senadores se somarem a nós nesse esclarecimento sobre os benefícios da vacina, sobre riscos que não têm ainda uma evidência comprovada e que estariam associados a eventos muito raros.

E, aí, quero destacar: neste momento, estamos fazendo esses estudos no Brasil porque é neste momento também que aumentou a destinação da nossa vacina e a sua presença no programa de imunização. São estudos de efetividade, ou seja, como a vacina se comporta diante da vacinação ampla, não mais teste, não mais estudo. E, aí, eu quero destacar esse estudo realizado na Escócia, mostrando a efetividade da vacina, com a redução significativa das hospitalizações. Eu creio que, no caso da nossa vacina, essa efetividade de 94% de pessoas que não tiveram que recorrer ao sistema, à internação hospitalar, é um dado bastante significativo, e estamos já realizando esses estudos para o caso do Brasil.

É muito importante também colocar que nós estamos participando, junto à Secretaria de Vigilância e Saúde, ao Programa Nacional de Imunizações e à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, de um estudo de efetividade não só da nossa vacina, mas de todas as vacinas que vierem a ser utilizadas pelo PNI. No momento, nós temos as nossas duas vacinas. Isso eu acho que é um trabalho fundamental, esses estudos observacionais, para monitorar a efetividade e a segurança. Então, o Brasil terá esses dados, e isso é muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero destacar que a nossa vacina faz parte da Covax Facility, da Organização Mundial da Saúde, e que há uma crise mundial de ofertas que se faz sentir inclusive sobre essa iniciativa da Organização Mundial da Saúde. Até o momento, apenas 1 milhão de doses foram entregues ao Brasil, e acho que há uma gestão, junto à Organização Mundial da Saúde, para que possamos superar esse obstáculo. Então, esse é o nosso quadro de contribuições em termos de estudos clínicos.

Uma pergunta fundamental que eu acho que é o principal objetivo desta sessão de hoje: é possível ampliar a capacidade de produção nacional rapidamente? Porque eu falei de sustentação com o IFA, sustentabilidade ou sustentação com o IFA nacional, eu já apresentei nosso cronograma no que se refere às entregas, já fiz isso na sessão passada e gostaria de deixar aqui algumas ideias para discutirmos. É importantíssimo analisarmos a capacidade produtiva instalada no setor público e também no setor privado tanto para vacinas de uso humano como para vacinas veterinárias, o que também é foco desta sessão. A Anvisa tem condições de ter uma boa análise dessas boas práticas, dessas condições. Quero destacar que há laboratórios públicos, como a Funed, como o Tecpar, enfim, que poderiam também fazer parte desse esforço. Por fim, quero dizer que a produção local de IFA envolve uma alta complexidade, dependendo de acordos de licenciamento e transferência de tecnologia que o País deve buscar.

Sobre a questão das patentes, eu gostaria de dizer que a ideia dos insumos de saúde – não só vacinas, mas medicamentos, equipamentos de proteção – como bens públicos, que a Organização Mundial da Saúde e a própria ONU vêm apontando, conta com o nosso apoio, mas há uma série de complexidades, e as patentes são apenas a ponta de um *iceberg*. O que nós precisamos fazer, a meu ver, é o reforço da produção local. E, para isso, acho que a experiência da Fiocruz e do Butantan com acordos de transferência de tecnologia, sem dúvida nenhuma, pode e deve ser uma base e que devemos tentar ampliar isso.

Como encaminhamento, sugiro um diagnóstico imediato dessa capacidade de condições atuais da indústria nacional – a Anvisa e os ministérios já aqui mencionados, principalmente o da Saúde, o MAPA, Ministério da Agricultura, e o da Pesca, têm um papel fundamental – e uma prospecção de disponibilidade de IFA para ser envasado no País. Nós teremos a possibilidade, na Fiocruz, entre julho e setembro, de contribuirmos para esse esforço, usando a nossa capacidade para envasar, seja o IFA da vacina que estamos produzindo, sejam outras vacinas. Eu acho que esse esforço deve ser pensado mesmo como um consórcio, e coloco aqui a Fiocruz inteiramente à disposição, disponível e engajada num esforço que deve ser nacional.

Muito obrigada, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Na hora do debate, eu também insto o meu colega aqui, o Mario Moreira, Vice de Desenvolvimento Institucional, que possa contribuir para o esclarecimento de todas as questões para que possamos discutir as propostas que trazemos e outras propostas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Dra. Nísia Trindade, pela belíssima exposição.

Eu passo a palavra ao Dr. Dimas Covas.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Bom dia, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia, Dr. Dimas.

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para expor.) – É uma satisfação imensa estar aqui perante esta Comissão.

Cumprimento o Senador Wellington, o Senador Otto e o Senador Tasso, que me fizeram gentilmente o convite para participar deste debate.

Aproveito a oportunidade, Senador, para reconhecer o enorme esforço desta Comissão no sentido de prover elementos de combate a essa terrível pandemia. Não é a primeira vez que eu compareço perante esta Comissão, e acho que este esforço é louvável. Os temas para a manhã deste dia são extremamente relevantes.

Pretendo ser muito objetivo e abordar aqui, pela ordem, os temas que foram apresentados.

Primeiro, a questão das patentes. Imagino que a pergunta subjacente é se a quebra de patentes de vacinas neste momento ajudaria o País a ter acesso mais rápido às vacinas, principalmente nesse momento tão grave da saúde pública. Minha resposta é não. Eu acredito que não. Pelo contrário, eu acho que a quebra de patentes nesse momento seria um elemento que traria uma dificuldade adicional por vários motivos.

Primeiro, eu falo isso até por experiência pessoal. Eu tenho sete patentes depositadas, sou desenvolvedor de biotecnologia. O Butantan tem 40 patentes, inclusive uma patente que está muito próxima de se tornar uma vacina mundial, que é a vacina da dengue, da qual nós estamos, neste momento, fazendo a transferência da tecnologia para a MSD americana, uma companhia multinacional que, juntamente com o Butantan, vai disponibilizar essa vacina para o mundo. E recebemos *royalties* da MSD já em andamento. Recebemos um investimento de US\$100 milhões para iniciar esse processo de transferência de tecnologia e temos já uma parceria muito avançada. Então, se quebra a patente de um lado, obviamente que nós ficamos sujeitos às retaliações do outro lado também. Isso, na minha opinião, não seria uma forma, primeiro, oportuna neste momento, e, segundo, também poderia trazer dificuldades para as próprias patentes nacionais, que existem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A deficiência, neste momento, da disponibilidade de vacinas não decorre da proteção patentária. A deficiência decorre da nossa insuficiência, do ponto de vista industrial. O Brasil não tem uma indústria de biotecnologia desenvolvida. Ele tem algumas iniciativas no setor público e no setor privado, mas não tem uma política industrial para a biotecnologia. Então, mesmo se ocorresse quebra de patentes, neste momento, não haveria como incorporar a produção de muitas dessas vacinas, principalmente das vacinas que são mais complexas. Não existe base tecnológica no Brasil para essa produção neste momento. E a transferência de tecnologia seria um ponto fundamental. A quebra de patente, obviamente, já quebraria, de início, essa transferência de tecnologia.

Eu acho que o mundo moderno é um mundo cooperativo. Hoje, as patentes são múltiplas, são de múltiplos países, não existe mais uma patente só de um local, sempre existe participação de universidades internacionais, de consórcios. O mundo é cooperativo tanto no setor de desenvolvimento como no setor da propriedade intelectual.

Então eu acho que não seria, na minha opinião, por experiência própria, uma alternativa.

A alternativa seria, a partir desta constatação da gravidade a que nós chegamos pela situação da pandemia na falta de vacinas, rever a própria estrutura do setor industrial brasileiro. O setor industrial brasileiro e a política industrial brasileira não têm acompanhado os desenvolvimentos da biotecnologia no mundo. E, hoje, nós somos um país retardatário. Nós somos simplesmente um absorvedor ou um comprador de produtos farmacológicos, ao contrário de outros países que colocaram isso como prioridade. Então, por exemplo, a China hoje se destaca, mas a China hoje, além de ser um dos maiores desenvolvedores de biotecnologia do mundo, também é um dos maiores produtores, mas ela tem uma política industrial já de há alguns anos e investe anualmente cerca de 4% do seu PIB só na indústria de biotecnologia, ou seja, ela procura na biotecnologia um gerador de riquezas, um fomentador da própria economia chinesa. E é isso que explica a posição de destaque da China neste momento, visto que as duas vacinas que estão sendo entregues aqui ao PNI têm a sua matéria-prima feita na China.

Na minha opinião, não resolveria a quebra de patentes. O caminho é outro, é a revisão da própria política industrial, com foco na indústria de biotecnologia.

A segunda questão é se haveria possibilidade da incorporação das fábricas de vacina veterinária, especialmente as fábricas que estavam produzindo a vacina da febre aftosa. O Brasil, agora uma área livre de febre aftosa, tem algumas fábricas com grande capacidade produtiva. Nós avaliamos, há um mês e meio, uma dessas fábricas aqui no Estado de São Paulo, uma das maiores, uma fábrica absolutamente nova, que nem entrou em operação, com uma capacidade de produção de 400 milhões de doses por ano, uma estrutura excelente, de primeira qualidade, com um único problema: construída dentro da necessidade da vacina animal, ou seja, sistemas de qualidade, sistemas de certificação todos feitos pelo MAPA, e ainda com muitas deficiências quando se olha para uma vacina humana. Então, uma adaptação dessa fábrica exigiria investimentos vultosos para transformar uma fábrica de vacina animal para as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificações de uma fábrica de vacina humana. Teriam que mudar as questões do ar, da pressão, do isolamento, enfim, de uma série de requisitos técnicos para atender às normas de produção da vacina humana. É possível? Sim, mas isso não vai acontecer, no curto prazo, e exigiria investimentos.

Então, não entramos por esse caminho, quer dizer, chegamos muito próximo – avaliamos a fábrica, fizemos todo o cálculo da necessidade de investimento –, e isso não seria a solução para o momento. É para o futuro uma possibilidade? Sim, é uma possibilidade, principalmente se ocorrer alinhamento com uma política industrial. Se o Brasil quer se transformar num produtor de vacinas e de produtos biotecnológicos, inclusive para se preparar para futuras epidemias, talvez seja o momento de pensar globalmente numa política industrial junto com a incorporação de estruturas produtivas, como as fábricas de vacina animal, que são fábricas já especializadas, quer dizer, elas podem produzir um determinado tipo de vacina que já tem uma certa complexidade que são as vacinas produzidas em cultivo celular. Então, isso é um grande avanço, não há dúvida nenhuma, e poderia representar para os próximos anos uma solução para outras vacinas, não só para a vacina da Covid, mas, por exemplo, uma solução para a vacina de raiva humana, para a vacina de hepatite, enfim, para várias outras vacinas que poderiam usar a mesma base de produção, desde que adaptadas às condições de uma vacina humana.

O terceiro ponto é em relação à atuação do Butantan no presente momento. O Butantan tem um acordo com a Sinovac de codesenvolvimento da vacina que se chama CoronaVac. A Sinovac é a empresa privada chinesa com a qual nós fizemos um acordo que começou em abril do ano passado. E nós tínhamos já previsto o fornecimento para o Brasil o ano passado; em julho, agosto e setembro, fizemos ofertas ao ministério; poderíamos estar fornecendo vacinas desde dezembro do ano passado. Fizemos uma oferta que chegou a 160 milhões de vacinas, prevendo o início do fornecimento em dezembro do ano passado até o final deste ano.

Infelizmente, isso não aconteceu. O nosso contrato foi assinado com o ministério em janeiro deste ano, dia 7 de janeiro. É um contrato inicial de 46 milhões de doses, das quais já entregamos 38,2 milhões de doses; entregaremos o restante agora no mês de abril. Então, no mês de abril, entregamos o primeiro contrato do ministério de 46 milhões de doses e iniciaremos um segundo contrato que foi assinado com o ministério (*Falha no áudio.*) ... Adicionalmente poderemos até entregar mais vacinas – poderemos entregar mais vacinas! –, poderemos entregar mais 60 milhões, porque o ministério fez uma encomenda adicional de 30 milhões e temos um pedido do Governo do Estado de mais 30 milhões. Então, esse cronograma está sendo cumprido.

Ontem, na mídia, apareceu que nós estamos com a produção interrompida. Nós não estamos com a produção interrompida. Na realidade, nós processamos o IFA que estava aqui já há dez dias. Há dez dias, nós terminamos o processamento do IFA e, neste momento, estamos processando as vacinas, estamos na fase de liberação das vacinas. Nos próximos dez dias, liberaremos 3,2 milhões de vacinas. Esperamos, até





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o final do mês, liberar mais 6 milhões de vacinas, porque é o cronograma que nós propusemos ao ministério para abril.

Adicionalmente a essa vacina, nós temos uma segunda vacina, que nós anunciamos recentemente, uma vacina que foi batizada de ButanVac. Essa tem uma característica diferente: é uma vacina desenvolvida por um consórcio internacional, que envolve instituições americanas, instituições do Vietnã, da Tailândia, do México, que está entrando também nesse consórcio. Tem uma vantagem essa vacina: primeiro, ela é produzida numa base tecnológica que é muito comum no mundo, que é a base tecnológica que produz a vacina da gripe.

O Butantan tem a maior fábrica da vacina da gripe do Hemisfério Sul. Nossa fábrica tem capacidade de produção de 160 milhões de doses de vacinas por ano. Nós entregamos ao Ministério, anualmente, em torno de 80 milhões de doses e, neste ano, vamos entregar 82 milhões, inclusive já começamos a entregar. Mas essa produção cessa em maio. A partir de maio, nós temos uma fábrica que tem capacidade de produção, para o segundo semestre deste ano, de cem milhões de doses de vacinas. Então, neste momento, nós estamos desenvolvendo essa vacina chamada ButanVac para ser produzida nessa fábrica. Nós já iniciamos, neste momento, o planejamento do estudo clínico; já foi submetida a fase inicial à Anvisa. Esperamos submeter o protocolo do estudo clínico ainda nesta semana, para começar um estudo clínico acelerado – é um estudo de Fases I, II e III muito acelerado –, para que, no segundo semestre, a gente tenha já a disponibilidade da vacina.

A produção, nós a iniciaremos em maio. Vamos produzir no sistema que nós chamamos de "em risco", quer dizer, vamos produzir a vacina, a vacina estará pronta, vamos aguardar o resultado dos estudos clínicos e a submissão à Anvisa. Se tudo correr bem, já teremos uma vacina com um quantitativo de 40 milhões de doses. Se tudo correr bem, se esse processo de fato levar à aprovação da vacina, poderemos escalar muito rapidamente, porque a fábrica existe e é uma fábrica com grande capacidade produtiva.

É uma vacina já aperfeiçoada em relação a essa primeira geração de vacinas, de forma geral. Ela é aperfeiçoada em relação à vacina da Moderna, em relação à vacina da Pfizer. Ela é mais imunogênica. Portanto, ela exige uma dosagem menor. Então há várias vantagens. E, neste momento, nós esperamos que todos os estudos que foram feitos em animais possam se repetir em humanos e nos dar uma grande vacina como alternativa para o Brasil.

São essas as informações, Senador.

Agradeço a oportunidade. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Dimas Covas, por ter atendido ao nosso pedido. Estamos satisfeitos e agradecidos pelas informações também e por sua posição clara sobre a questão da quebra de patentes. Fico muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradecido. O senhor me avisou que teria compromissos imediatos e ficará um substituto para as respostas consequentes durante nossa audiência pública. Muito agradecido a V. Exa.

Eu passo a palavra ao Dr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Anvisa, pelo tempo que tem sido usado pelos outros, que varia de dez a quinze minutos.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio Moura, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores diretores de instituições nacionais, eu agradeço a essa importante Comissão o gentil convite feito à Anvisa, para que aqui estivéssemos no dia de hoje. A Anvisa toda se sente engrandecida pelo convite, que materializa o seu agradecimento na pessoa do eminente Senador Confúcio Moura, o Presidente desta Comissão.

Eminente Senador, eu pretendo, talvez, de uma maneira um pouquinho diferente, se V. Exa. assim concordar, que deixe o meu tempo de fala para que somemos ao tempo de eventuais questionamentos tanto desta douta Comissão quanto daqueles que estejam nos acompanhando ou também estou pronto, se V. Exa. entender que seja mais adequado, a que eu me manifeste quanto a temas específicos elencados agora. Eu estou à disposição da Comissão. A agência tem se manifestado através de suas ações concretas, portanto creio que talvez seja melhor dessa outra maneira, mas estou submisso à disposição da vontade da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Presidente, o senhor pode fazer a exposição sobre esses temas – por exemplo, a utilização dos laboratórios de saúde animal para a produção de vacinas, o que a Anvisa analisaria, exigiria dessa transformação, se o senhor acha possível – e um breve comentário, caso o senhor queira se pronunciar, sobre a questão da quebra de patentes.

É isso, pode continuar.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quanto ao primeiro item, que é o item da eventual utilização das facilidades de produção de vacinas de uso veterinário possivelmente convertidas em plantas para utilização de vacinas por seres humanos, a atuação da agência se dá ali pela altura do dia vinte e pouquinhos do mês passado, do mês de março, através de um contato que recebemos da Sra. Ministra Tereza Cristina, que, pelo menos a este Presidente, citou, pela primeira vez, essa possibilidade. Já naquele dia, a Dra. Meiruze Sousa Freitas, que está conosco, a titular da Segunda Diretoria, já foi acionada e, de pronto, já efetuou os contatos com as entidades envolvidas, principalmente o Sindan, no sentido de avaliarmos essa questão.

Ao todo, são vinte e duas – ou um pouquinho mais – plantas de produção vacinal de foco veterinário no Brasil, sendo que um grupo menor – três ou quatro – de dimensões e potencialidades diferenciadas a maior das demais. Então, existe uma capacidade instalada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como gestor público e diante do desafio que nós temos, eu tenho que olhar também para o futuro, e não só no curtíssimo prazo. É claro que existe uma mordida, por assim dizer, muito forte no nosso calcanhar no curtíssimo prazo, mas o gestor público tem que olhar adiante. É assim que ouvíamos e é assim que aprendíamos com bastante afinho lá no Instituto Coppead, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, no curso do MBA de Gestão em Saúde, e também durante toda a minha vida como gestor, por mais de 32 anos, na Marinha do Brasil.

Então, olhando para frente, eminente Senador, Senadores, doutores, Comissão, pessoas que estão nos acompanhando, a Anvisa considera uma possibilidade factível, exequível. De fato alguns investimentos serão necessários, pois há que se fazer determinadas elevações de nível de segurança biológica desses, por assim dizer, laboratórios, dessas áreas de fabricação vacinal – talvez algumas capazes de dominar o ciclo completo, outras não, talvez mais direcionadas à questão do envase –, mas não é, na ótica da Anvisa, algo a ser descartado. Muito pelo contrário, entendemos que é algo a evoluir. A questão regulatória obviamente pode ser realizada – essa é a nossa ação precípua, é para isso que a agência trabalha –, mas em uma discussão mais ampla, que eu entendo que seja essa a que V. Exa. gentilmente nos convida a participar. Nossa contribuição é um vigoroso "sim" a essa possibilidade, desde que, é claro, efetuadas essas questões de ajustes orçamentários para um aporte para permitir essas adequações.

O entendimento que temos aqui na agência, e não é um entendimento dos mais felizes, é que essa situação que atravessamos está longe do seu fim. Não há entre nós a convicção de que a fase pior tenha passado. Nós temos tido uma série de sinalizações de possibilidades ainda mais desafiadoras no porvir no curto e no médio prazo. Portanto, não vemos nenhum sentido em manter os olhos apenas nos próximos minutos, nos próximos dias. Temos, sim, que olhar para um futuro até mesmo mais distante. Já tomamos providências há algum tempo em relação a isso aqui na Anvisa, inclusive com a criação de um grupo de análise estratégica desse quadro, com visão prospectiva, focando nos próximos anos inclusive.

É lógico que toda uma estrutura mundial vai ter que se reorganizar. Nascerá um novo mundo dessa pandemia. E em setores da economia que, por uma ação fundamentalmente focada no capitalismo, tinham uma justificação, como a terceirização de áreas essenciais de produção em troca de mão de obra mais barata e questão fiscal mais atraente, hoje se dá por comprovado que quem fez essa escolha encontra-se hoje em uma posição de refém diante da oferta de insumos essenciais que vêm do exterior – no caso concreto, basicamente de dois países.

Essa é a posição da Anvisa quanto à questão da vacina ser produzida eventualmente em plantas de produção para uso veterinário.

Quanto à outra questão que V. Exa. apontou, que é a questão da quebra de patentes, a Agência regulará aquilo a que for instada a regular, obviamente dentro de um arcabouço legal que seja aquele vigente no País. No momento, há a questão do respeito às patentes e há, logicamente, um histórico. Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já tivemos no passado quebras de patente, principalmente no caso da Aids, que é, digamos assim, o exemplo de vulto mais recente que podemos elencar aqui de plano, mas aconteceram outras situações.

A atividade regulatória, nesse campo específico da quebra de patentes, recebe informações dos organismos que não têm uma ação direta sobre a Anvisa, mas com os quais temos tratativas.

A Organização Mundial do Comércio, por exemplo, tem um posicionamento bastante mais conservador em relação à questão de quebras de patente, e é claro, nós estamos tratando do negócio, por assim dizer, do ramo de negócio de maior vulto de toda a humanidade em todos os tempos. Nós temos hoje mais de 6 bilhões de clientes desejando o mesmo produto, e esse produto é fabricado por muito poucos no mundo. O valor desse produto, destarte o valor humano... Não estamos sendo aqui mecanicistas ou materialistas, mas não podemos negar que estamos diante, sim, de uma situação em que o negócio é o de maior vulto que este planeta registrou, sem comparação, inclusive, com os esforços de guerra, tanto quanto mais tempo durar esta pandemia. Sabemos que os esforços de guerra são os maiores drenadores de recursos econômicos quando se implanta essa situação, mas a pandemia provavelmente vai colocar esses esforços em um segundo plano quando se trata de custos, quando se trata de dinheiro envolvido. Então, a questão da quebra de patentes, sob esse aspecto, eu tenho certeza, enfrentará grandes barreiras.

Como médico, do ponto de vista de um ser humano que tem amigos e parentes que já tombaram por essa pandemia e que já sentiu na própria carne os efeitos dessa doença, eu diria que a minha posição pessoal – faço bem essa restrição, posição pessoal – é favorável à quebra de patentes.

Eu vou me socorrer aqui de um eminente, ilustre brasileiro, talvez um dos maiores inventores que este mundo já conheceu, nascido na cidade de Palmira, no Estado de Minas Gerais – hoje a cidade tem outro nome, em sua homenagem –, o Sr. Alberto Santos Dumont. Quando perguntado sobre o registro de patentes das inúmeras invenções, sejam máquinas voadoras ou não – ele também inventou muitas outras –, ele disse: "Patente? Não. Ao contrário, eu quero que copiem meu invento e o aprimorem, para que a humanidade saia beneficiada." É lógico que todos nós temos que pagar contas, todos nós temos que criar nossos filhos, nossos netos, e isso tudo tem custo, é lógico, o altruísmo de Santos Dumont não pode ser replicado de maneira universal. O fato é que estamos diante de um momento inédito na humanidade. Então, nos mantermos apegados a conceitos de um tempo de paz, diferentemente do que estamos vivendo agora, de modo algum me parece razoável. Então, como médico, como ser humano, como cidadão, como militar, entendo que a quebra de patentes pode ser, sim, algo útil nesse momento. Mas, é claro, a Anvisa segue o regramento rigoroso que tem que obedecer, e atuaremos, é claro, balizados por ele.

V. Exa. teria mais alguma questão que gostaria que comentássemos? Estou à disposição.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Presidente vai deixar agora o tempo para os questionamentos, que serão muitos, com certeza, há muitos Senadores inscritos, e muitos internautas também, para indagar a Anvisa e todos os demais.

Vamos adiante. Eu passo a palavra neste momento ao Dr. Marcelo Marcos Morales, Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO MARCOS MORALES (Para expor.) – Bom dia, Senadores! Bom dia, Senadoras!

Senador Confúcio, Presidente desta Comissão, agradeço a oportunidade de falar um pouco das ações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações em relação ao enfrentamento desta pandemia, uma situação realmente bastante importante. E manifesto aqui a nossa solidariedade com os familiares de todas as famílias que foram acometidas por essa doença terrível.

Queria dizer que estou muito contente de compartilhar esta audiência com a Dra. Nísia, o Dr. Dimas, o Dr. Barra e vários amigos que apresentaram as ações importantes de enfrentamento desta pandemia.

Eu tenho uma apresentação, Senador, que vou compartilhar aqui com os senhores. Eu vou me ater a dizer sobre as ações do Ministério da Ciência e Tecnologia que começaram em fevereiro de 2020, quando nós trouxemos especialistas de notório saber ao Ministério da Ciência e Tecnologia e iniciamos os trabalhos da chamada Rede Vírus MCTI, essa rede de especialistas que nortearam todas as ações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. E aqui estão as estratégias da Rede Vírus que foram conduzidas por esses especialistas.

Em fevereiro de 2020, quando ainda não tinha sido anunciada a pandemia pela Organização Mundial de Saúde, esses especialistas apontaram para a necessidade de que tivéssemos uma rede de sequenciamento para monitoramento do vírus em todo o Território nacional, uma rede de suporte com biobanco, monitoramento ambiental com animais, monitoramento dos esgotos. Essa rede de suporte foi criada.

Os impactos sociais e econômicos estão sendo prospectados por pesquisadores da Rede Vírus, assim como ensaios clínicos com vários medicamentos antivirais de reposicionamento, vacina BCG, soro hiperimune de cavalo, testes com vacinas. Foram 15 vacinas que iniciaram o aporte de recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, ainda em março de 2020. São vacinas com insumos farmacêuticos ativos nacionais da pesquisa básica até a pesquisa clínica.

Fizemos chamadas públicas através do CNPq e da Finep e conseguimos também aumentar a infraestrutura de laboratórios de nível de segurança 3, que eram bastante escassos no Brasil, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguimos aportar recursos para aumentar o nível de segurança dos laboratórios de nível 2 para 3, para que eles fossem capazes de manipular o vírus SARS-CoV-2, que exige o nível de segurança 3. Foram 18 instituições selecionadas para as quais foram aportados recursos ainda em março de 2020. Hoje elas estão prontas para esse trabalho importante.

Uma chamada pública com os Brics foi realizada, e o Brasil participa de todos os projetos selecionados na Chamada Brics, em cooperação internacional extremamente importante, com uma produção científica bastante robusta, entre os países do Brics.

Nosso foco da Rede Vírus MCTI, essa rede que foi estabelecida em fevereiro, tem sido o sequenciamento em larga escala do vírus em todo o Território nacional. Isso está sendo feito pela sub-rede Corona-ômica.

Diagnósticos. Testes diagnósticos foram produzidos pelos pesquisadores brasileiros, e hoje nós temos testes diagnósticos rápidos, sorológicos, testes RT-PCRs, com enzima produzida no Brasil pelos pesquisadores brasileiros. Isso foi feito no âmbito da Rede Vírus MCTI, Senadores, e trouxe um alento muito importante para todos nós. Esses *kits* estão sendo produzidos em escala, com a ajuda de Bio-Manguinhos. E a nossa cooperação com Bio-Manguinhos, com o Butantan, é extremamente importante. Está aqui o Ministério da Ciência e Tecnologia fomentando essas iniciativas.

Vacinas. Biobanco. O biobanco selecionado foi selecionado e fomentado com recursos da Rede Vírus. Está na Fiocruz esse biobanco.

Os estudos de impactos econômicos e sociais da Covid, do confinamento, os impactos econômicos estão sendo extraídos, e, depois da vacinação, também serão estudados esses impactos sociais e econômicos.

Em relação a diagnóstico, nós fizemos uma produção robusta de testes rápidos, sorológicos, enzimas para o teste RT-PCR. E não nos ativemos somente a isso; criamos uma rede das universidades que tinham equipamentos para fazer testes RT-PCR e estamos enviando esses *kits* diagnósticos com a ajuda da Fiocruz. Pela Rede Vírus MCTI, realizamos com as universidades mais de 300 mil testes diagnósticos RT-PCR.

Em relação aos ensaios clínicos, temos vários, com reposicionamento de fármacos, antivirais – tenofovir, atazanavir, daclatasvir. São testes clínicos para ver a eficácia desses antivirais, também feitos com soro hiperimune de cavalo, que nós fomentamos também aqui com recursos do MCTI, com heparina. Enfim, há uma série de medicamentos.

E temos um medicamento novo, singular, inédito, produzido desde o início, desde a sua concepção, com fomento do MCTI. É um antiviral baseado em nucleotídeo e em nucleosídeos que muito brevemente –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

finalizaram agora os testes em animais – vai entrar com o protocolo na Anvisa. Talvez tenhamos aí, Senadores, um antiviral brasileiro inédito contra o coronavírus.

Em relação aos testes diagnósticos nas universidades com apoio do MCTI, investimos recursos e temos quase 300 mil testes realizados de RT-PCR, em várias universidades, em todo o Território nacional.

A Rede Corona-ômica foi uma rede de sequenciamento do vírus em todo Território nacional e somos responsáveis por aproximadamente 65% de todo sequenciamento do vírus no Brasil, e depositado na base internacional de sequenciamentos, Senadores. Essas amostras chegaram a quase 3 mil amostras já sequenciadas, e a identificação da cepa P4, em Minas Gerais, também faz parte da Rede Vírus e da contratação da Rede Corona-ômica MCTI.

Eu me congratulo com os pesquisadores da Rede Vírus MCTI, que têm feito um trabalho importante na detecção das cepas P1, P2, britânica, e agora também a Rede Corona-ômica MCTI detectou, com seus pesquisadores, a cepa P4.

A Rede Corona-ômica MCTI e a Rede Vírus já têm articulações com o Canadá, Reino Unido, Alemanha, Israel e países da América Latina. Ela se tornou internacional como um polo importante de interlocução no enfrentamento da pandemia na nossa região também.

Em relação às vacinas, Senadores. Desde fevereiro de 2020, nós investimos nas vacinas nacionais, na produção de insumos farmacêuticos ativos nacionais, desde a sua concepção. Esse é o objetivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

É claro que é muito importante – e eu ressalto aqui essa importância real – a importação dos IFAs, como está sendo feita, fruto das interlocuções que o Ministério da Saúde fez, e é por isso que nós temos vacinas neste momento. Podemos importar agora esses IFAs e envasar no Brasil, como está sendo feito. Também temos a oportunidade de importar, fazer cooperação com imunizantes produzidos em outros países e trazer autorização para produzir esse IFA produzido inicialmente em outros países.

Mas nós temos uma outra estratégia que também contempla essa estratégia nacional de segurança nacional, que é a produção do IFA nacional. Nós investimos em 15 estratégias, Senadores, em fevereiro de 2020, que são estas: subunidades virais, com partículas virais, com nanopartículas, com proteínas recombinantes, ácidos nucleicos, RNA, DNA, quimeras com a BCG, quimeras com a febre amarela, Newcastle e influenza. Por que isso, Senadores? Porque nós estamos gerando uma competência nacional de formulação de IFAs nacionais e nós teremos um tipo de Oxford brasileira de produção de IFAs no Brasil para o coronavírus, mas também para as doenças negligenciadas: dengue, chikungunya e zika. Isso é muito importante, porque vai ficar um legado da competência nacional instalada de produção de IFAs. Isso está sendo extremamente importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que temos toda a estratégia aqui desde o início da formulação da vacina até os testes e os ensaios clínicos com o paciente. Investimos em várias estratégias, inclusive em vários Estados da Federação – Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo... Investimos também nas iniciativas do Butantan para a produção de IFAs nacionais desde o seu início, na USP de Ribeirão Preto, na USP do Incor. E temos aqui três vacinas dessas quinze, senhores, que estão no final dos testes em animais e com a possibilidade imediata de serem protocoladas na Anvisa.

Uma delas é o *spray* nasal, uma vacina inédita, que é uma vacina de segunda geração, formulada, encabeçada pelo Dr. Jorge Kalil. A vantagem dessa vacina, além de uma resposta humoral e celular bastante robusta, é que ela não produz... Ela produz, na verdade, imunoglobulina A nas vias respiratórias, impedindo que o vírus entre nas vias respiratórias. Esse é um *plus* dessa vacina, uma vacina nasal de segunda geração, que já incorporou a cepa P1, de Manaus.

A outra é uma vacina bivalente com a influenza, ou seja, teremos uma vacina que abrange a influenza e também o coronavírus. É uma vacina bastante robusta, com uma resposta importante. Em breve, vai protocolar, levar o seu protocolo para a Anvisa. Já se iniciaram as interlocuções com a Anvisa também.

E a terceira vacina, produzida em Ribeirão Preto com investimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, é a Versamune MCTI. É uma vacina produzida desde o seu início, da sua concepção. Já se enviou o protocolo para a Anvisa. E essas interlocuções, agora com o protocolo já realizado no dia 25 do mês passado, estão sendo feitas. A vacina tem uma resposta humoral bastante robusta, uma resposta celular muito importante e inata também. E aí surge uma vacina cujos testes clínicos vão iniciar muito em breve com pacientes. E a perspectiva é de termos uma vacina nacional, 100% nacional, produzida com testes clínicos. E teremos uma vacina no segundo semestre, se tudo der certo, uma vacina nacional.

Então, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu gostaria de dizer que aqui a contribuição do Ministério da Ciência e Tecnologia, como o Ministro Marcos Pontes costuma dizer, é de contribuir para pesquisa que dê segurança à nossa população através da competência nacional. Os nossos pesquisadores, sempre que recrutados, responderam rapidamente. E não foi diferente na crise do zika, no derramamento de óleo nas praias brasileiras e agora nesse momento tão importante.

Todas essas contribuições de sequenciamento, produção de testes diagnósticos, monitoramento ambiental do vírus em animais – são mais de 3 mil animais já monitorados –, enfim... E as vacinas. São 15 estratégias de vacinas, e isso vai ficar como legado da produção de IFAs nacionais, e agora vamos investir num centro nacional de vacinas, para a produção desses insumos farmacêuticos ativos, com essa competência nacional instalada. E, se tudo der certo, teremos a Versamune MCTI como contribuição também, uma opção nacional de produção de vacinas nacional em Território nacional.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Marcelo, é o seguinte: eu queria que o senhor falasse o que o Ministério da Ciência e Tecnologia – vou dar para o senhor dois minutos – acha dessa ideia de utilizarmos os laboratórios produtores de vacina de saúde animal, veterinários, para a produção também de vacinas humanas, especialmente para o coronavírus. E, segundo, qual é a sua opinião sobre a quebra de patentes?

O SR. MARCELO MARCOS MORALES (Para expor.) – Senador, em relação à interlocução com o setor produtivo de vacinas que estão sendo produzidas, por exemplo, com a Ourofino e outras produtoras de vacinas animais, nós já iniciamos a interlocução com essas indústrias. Elas têm uma capacidade enorme de produção de IFAs nacionais, elas já produzem isso, e as plataformas delas são compatíveis com as vacinas que estão sendo produzidas com IFAs por investimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e já começamos essas interlocuções, colocando os pesquisadores e as empresas que estão associadas a esses pesquisadores, principalmente as três vacinas que despontaram aí, como possíveis candidatas... Candidatas não: já estão aí com o protocolo – uma delas – na Anvisa e já iniciaram essa interlocução com o setor produtivo pecuário de produção de vacinas. Então, isso já é uma realidade, Senador, e é uma opção importante como alternativa de produção em escala também da vacina nacional.

Em relação à quebra de patentes, Senador, eu não tenho opinião formada nem o Ministério da Ciência e Tecnologia em relação à quebra de patentes em relação às vacinas. Eu compartilho da preocupação do nosso colega Dimas Covas de que, se quebramos a patente de outros países, teremos as nossas patentes também quebradas, e isso é uma preocupação também que deve ser colocada aí no contexto de discussão, mas, nesse momento, não tenho realmente uma opinião formada em relação à quebra de patentes, mas eu coloco aí a preocupação em relação à quebra de patentes também das vacinas nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Marcelo, caso o senhor tenha que despachar outros compromissos, deixe aí em seu lugar alguma pessoa que tenha condição de dar respostas aos questionamentos dos Senadores. Mas, como esta audiência está de altíssimo nível e eu sei que os Senadores estão inquietos, com vontade de fazer perguntas logo, e com o nível altíssimo desta audiência, esclarecedor demais, nós vamos dar sequenciamento. Eu peço aos Senadores, porque é uma audiência muito robusta, muitos convidados ilustres, e nós temos que ouvi-los... O tempo está um pouco acima do que nós habitualmente fazemos, mas eu acho que justifica tudo isso, não é?

Eu passo a palavra agora ao Ministro João Lucas Novaes de Almeida, Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do Ministério das Relações Exteriores.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Dr. João Lucas.

O SR. JOÃO LUCAS DE ALMEIDA (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio Moura, Presidente da Comissão Temporária da Covid-19.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, bom dia a todos.

Em nome do Ministro França, eu agradeço muito o convite para participar desta sessão da Comissão sobre a Covid. É uma oportunidade ímpar para podermos compartilhar com os senhores e as senhoras e com o público em geral o que o Itamaraty tem feito no enfrentamento da pandemia.

Eu queria dizer que, desde o primeiro momento, o Itamaraty está plenamente engajado na luta contra a Covid. Nós mobilizamos a nossa rede de postos no exterior, cerca de 220 consulados e embaixadas, para coletar informações sobre a pandemia em todos os países onde temos relações diplomáticas, contactar os governos, contactar os laboratórios e produtores de vacinas para avaliar potenciais soluções promissoras. Nós pedimos aos nossos postos para acompanharem os programas nacionais de vacinação ao redor do mundo, e essas informações têm sido extremamente úteis para a formulação da posição do Governo brasileiro. O Itamaraty também tem atuado para acelerar a liberação de insumos essenciais e vacinas nos nossos principais supridores, sobretudo no caso da Índia e da China, mas não apenas esses. No plano multilateral, nós estamos negociando na ONU, OEA, OMS, Opas, entre outros organismos, para estabelecer um marco legal internacional que seja favorável ao acesso equitativo de vacinas no mundo.

Agora eu queria esclarecer que as negociações diretas com as empresas e os laboratórios de vacinas para aquisição das vacinas e dos insumos no âmbito do Governo Federal é uma atribuição e uma competência do Ministério da Saúde, além, é claro, dos dois institutos que estão aqui presentes. O Ministério da Saúde tem o mandato legal, o conhecimento técnico e a experiência de longa data na aquisição de vacinas.

Até o momento, o Governo Federal contratou 568 milhões de doses de vacinas, que estarão disponíveis até o final do ano. Empresas, como AstraZeneca, Pfizer, Janssen, Bharat Biotech, da Índia, Sputnik V, da própria Rússia, além da Sinovac e do Covax Facility, também foram mencionadas aqui. Então, nós acreditamos que, no médio prazo, teremos um suprimento adequado de vacinas.

O nosso desafio é realmente o momento atual, o curtíssimo prazo. E nisto eu concordo plenamente com a avaliação do Senador Wellington Fagundes: nós enfrentamos uma escassez de capacidade produtiva no mundo e os poucos países que têm essa capacidade produtiva têm se concentrado e se voltado para atender os seus mercados domésticos. É assim nos Estados Unidos, é assim na União Europeia e mais recentemente na própria Índia e na China. Então, o nosso desafio é imediato, de curtíssimo prazo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro França nos orientou desde a sua posse a redobrar os esforços nos contatos com esses principais supridores, com os Estados Unidos e com o Reino Unido, para buscar aproveitar algo que haja de excesso de vacinas que foram contratadas e que os dois países não estão usando. Em ambos os casos, temos sinais positivos, mas não temos indicação, infelizmente, de prazos. Deverá ocorrer, mas eu não posso indicar se isso ocorrerá em semanas ou talvez meses.

No caso da Índia, ela tem priorizado nas últimas semanas a sua campanha interna de vacinação. As indicações são de que, a partir de junho, ela poderá liberar novamente as exportações.

Na China, nós temos mantido contatos regulares e intensos com as empresas produtoras, mas sobretudo com o Governo para assegurar que os IFAs serão liberados tal como contratados. Nós não temos nenhuma indicação de que eventuais atrasos que já tenham ocorrido ou eventualmente poderão ocorrer sejam diferentes da situação que outros países enfrentam; pelo contrário, a nossa indicação é de que a China tem priorizado o Brasil, e nós temos excelentes contatos em todos os níveis de governo com a China para manter esse fluxo de IFAs assegurado no curto prazo.

Eu queria fazer um breve comentário também sobre os dois pontos que o senhor mencionou: a produção de vacinas por laboratórios que hoje produzem vacinas veterinárias e a questão da quebra de patentes.

Sobre a produção de vacinas humanas nesses laboratórios veterinários, parece-me uma solução de médio prazo ou até mesmo de longo prazo para assegurar um suprimento estável, sustentável e confiável de vacinas no Brasil. É importantíssimo, sobretudo se aliado a medidas de suporte e medidas de investimento tecnológico, mas provavelmente não vai resolver o nosso problema de imediato, que é esse gargalo que enfrentamos – o mundo inteiro o enfrenta – para obter vacinas em número suficiente.

Com relação à quebra de patentes, infelizmente, é o mesmo argumento. Nós temos que ser pragmáticos: quebrar patente nesse momento provavelmente vai gerar uma desorganização do mercado, gerar um sentimento de desconfiança com relação aos poucos supridores de vacinas, e poderia, na verdade, até mesmo atrasar esse suprimento, no curtíssimo prazo, de IFAs e de vacinas que nós tanto queremos.

Olhando um pouco mais para frente, nós estamos estudando, junto com a OMC, uma via que pode ser chamada de terceira via: um contato direto da Diretora-Geral da OMC junto com os países interessados trabalhando diretamente com os principais laboratórios para poder utilizar a capacidade ociosa que ainda existe no mundo – é pouca, mas ainda existe – para produção de vacinas com transferência de tecnologia, ou seja, uma intermediação da OMC para que esse gargalo atual possa ser contornado. Também não é uma solução de semanas, provavelmente de alguns meses, mas seria, a nosso ver, uma solução mais rápida e mais efetiva que uma quebra de patentes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, eu só queria colocar um pouco em perspectiva a situação do Brasil em termos de vacinas. O Brasil é hoje o quinto país que mais vacina no mundo, depois de Estados Unidos, Índia, China e Reino Unido. Em termos proporcionais, nos países de população de 100 milhões de habitantes ou mais, estamos apenas atrás dos Estados Unidos. O Brasil está na faixa de 10% da sua população vacinada, o que é comparável com vários países europeus, como a Polônia, a Romênia e a própria Alemanha. Então, os problemas que nós enfrentamos são problemas que outros países enfrentam também. E temos que trabalhar juntos justamente para superar esses obstáculos, sobretudo os obstáculos de curto prazo que são os mais prementes.

Sob a orientação do Ministro França, estamos fazendo justamente isso. Estamos redobrando nossos esforços. O Ministro França deverá se encontrar com suas contrapartes dos principais países produtores de vacinas proximamente, com o Diretor-Geral da OMS, instruindo as nossas embaixadas, sobretudo nesses postos estratégicos, postos-chave, a redobram essa interlocução. Nosso objetivo é assegurar o suprimento de vacinas e IFAs no curtíssimo prazo, para que possamos superar esse gargalo e chegar ao segundo semestre numa posição mais confortável, podendo, aí sim, receber as vacinas e os IFAs nas quantidades que nós almejamos.

Estou inteiramente à disposição dos senhores e das senhoras para perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. João Lucas, nós temos dois Senadores que estão designados para estarem sempre próximos do Ministério das Relações Exteriores, representando a nossa Comissão, que são o Senador Nelsinho Trad e a Senadora Zenaide Maia. O senhor pode transmitir ao Ministro que, ocasionalmente, eles, ou por telefone, ou por videoconferência, estarão em contato com a equipe do ministério para esclarecimentos. Nós retransmitiremos todos os movimentos do ministério para o Plenário e para o povo brasileiro. Muito obrigado pela sua participação.

Vamos dar seguimento. Estamos chegando ao final de nossos convidados ilustríssimos.

Passamos a palavra agora para Delair Ângelo Bolis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan).

Delair, por favor, com a palavra.

O SR. DELAIR ÂNGELO BOLIS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. Obrigado pela oportunidade.

Eu represento aqui o Sindan, sindicato das indústrias farmacêuticas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permita-me fazer, primeiramente, um reconhecimento ao Senado da República pela transparência, pela disponibilidade da discussão, e ao Senador Wellington Fagundes, que sempre tem sido nosso anfitrião nessa discussão. Meu reconhecimento também ao Butantan e à Fiocruz – minha mãe já recebeu duas doses da vacina fabricada pelo Butantan e meu pai, a primeira dose da vacina fabricada pela Fiocruz. As indústrias farmacêuticas mantêm um alinhamento muito conciso tanto com o Butantan, como com a Fiocruz.

É importante destacar aqui, Senador, que a indústria de saúde animal convive com o coronavírus por mais de 40 anos. E quando o Presidente da Anvisa falou que isso veio para ficar, eu concordo. Então, nós convivemos com o coronavírus por mais de 40 anos e produzimos vacinas contra coronavírus para cães, para bovinos e para aves. São vírus completamente diferentes, mas as tecnologias de produção são similares.

O Brasil possui hoje o terceiro maior quadro de fábricas do mundo, perdendo somente para os Estados Unidos e a China, quadros de plantas de produção que possuem biotecnologia e que possuem conhecimento técnico para produzir vacinas de cultivo celular, vacinas de fermentação, entre outras. Como mencionou, acredito que foi o Presidente da Anvisa, numa iniciativa, numa proatividade do Sindan – porque eu acho que, neste momento, o interesse é coletivo, o interesse é mútuo de salvar vidas –, o Sindan pensou: "Por que não buscarmos as autoridades e nos colocarmos à disposição?". Nós estamos aqui nos colocando à disposição. Como foi mencionado pelo Presidente da Anvisa, existem fábricas no Brasil que usam o Nível de Biossegurança (NB) mais três, que é o Nível de Biossegurança superior ou igual ao utilizado na produção de vacinas humanas. E é um quadro fabril que tem tecnologia, um quadro fabril que tem disponibilidade e um quadro fabril de empresas que querem contribuir. Então, o Sindan continua à disposição, mas o Sindan respeita e sempre respeitará as decisões soberanas e técnicas da Anvisa e do Ministério da Agricultura, que são órgãos que nos auditam, com muita qualidade, com muita responsabilidade, e órgãos que regularizam todas as plantas que estão disponíveis no Brasil. Então, nós continuamos à disposição, Senador.

O Brasil tem hoje três fábricas que possuem o Nível de Biossegurança (NB) mais três. Não tenha dúvida nenhuma de que seriam necessárias adaptações, seriam necessários investimentos, mas essa é uma discussão técnica; não é uma discussão para este momento. Acho que, havendo a possibilidade técnica... O Brasil produz IFAs, nós produzimos vacinas contra coronavírus para aves no Brasil, nós produzimos IFAs no Brasil, nós produzimos vacinas de cultivo celular no Brasil, nós temos o maior parque fabril do mundo de vacinas para bovinos e um parque fabril muito bem desenvolvido para vacinas de aves, para vacinas de suínos e para vacinas de animais de companhia.

Então, a responsabilidade aqui, Senador, é com uma saúde única, com a saúde animal, com a saúde humana, com a saúde do meio ambiente, para termos uma melhor saúde da sociedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos completamente à disposição. Já fomos consultados por órgãos como o Butantan, como a Fiocruz e como a Anvisa e também pelo Ministério da Agricultura. Nós continuamos à disposição. Dentro dos critérios técnicos, dentro dos critérios que forem definidos pela Anvisa e pelo MAPA, nós estaremos aqui para contribuir com a sociedade brasileira.

Esse é meu único comentário. Estou aqui à disposição.

Com relação às patentes, Senador, se houver essa pergunta, nós, como Sindan, somos defensores da importância das patentes, porque a biotecnologia e a ciência existem com investimentos feitos por trás de todas as patentes existentes. Nenhuma patente, hoje, Senador, custa menos que US\$15 milhões de investimento, além de dez anos de pesquisa. Então, acho que... Mas estamos em uma guerra, e, de novo, se for essa a decisão da Anvisa e dos órgãos competentes, o Sindan vai respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Delair, Presidente do Sindan, por sua objetividade em colocar seu parque inteiramente à disposição para a produção da vacina contra a Covid-19.

Assim, nós concluímos a fala dos nossos convidados. (*Pausa.*)

Há mais uma participação, a do Secretário Maximiliano da Cunha Henriques Arienzo – é importante a fala dele –, que é Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores. É justamente um tema importantíssimo.

Com a palavra o Dr. Maximiliano da Cunha Henriques Arienzo.

O SR. MAXIMILIANO DA CUNHA HENRIQUES ARIENZO (Para expor.) – Bom dia!

Bom dia, Exmo. Senador Confúcio Moura, na pessoa de quem eu cumprimento todos os excelentíssimos membros desta Casa!

Agradeço a oportunidade de poder apresentar as principais posições do Itamaraty com respeito ao tema da propriedade intelectual.

Muito obrigado pelo convite. Muito obrigado pelo espaço, Senador. Muito obrigado por esta oportunidade ímpar, como disse o meu colega João Lucas, de poder colaborar com esse esforço na elucidação de algumas posições desta Casa.

Presidente, todos nós temos hoje uma prioridade comum, um objetivo fundamental: o acesso amplo e equitativo aos tratamentos, aos medicamentos, às vacinas para o combate à Covid-19. Como bem ressaltou o Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Embaixador França, no seu discurso de posse, dias atrás, tenho a certeza de que a diplomacia da saúde é a principal urgência do Itamaraty neste momento e, arrisco afirmar, a principal urgência do País nesta hora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao debate em torno da propriedade intelectual, a principal questão, na minha opinião, que precisa ser respondida neste debate é a seguinte: renunciar aos direitos de propriedade intelectual ajudaria a atingir esse objetivo comum? Acreditamos – não só o Itamaraty, mas como bem sublinhado pelos Exmos. Dimas Covas e Nísia Trindade – que a renúncia não é o caminho recomendável e não ajudará nos esforços nacionais para o combate à Covid-19; muito pelo contrário, poderá nos prejudicar na consecução desses objetivos, na habilitação futura do Brasil no enfrentamento dos efeitos duradouros da pandemia de Covid-19 e até no combate a novas e futuras epidemias virais, infelizmente.

Como todos sabemos, várias vacinas foram desenvolvidas e aprovadas dentro de um ano, a partir do momento e do surgimento desse vírus nefasto. Essa é uma conquista extraordinária da humanidade, da ciência, dos pesquisadores, dos cientistas, das universidades, dos institutos de pesquisa e da indústria, em geral.

Os problemas de acesso às vacinas estão fundamentalmente hoje relacionados com a falta de capacidade produtiva para expandir a oferta mundial em quantidades necessárias para a imunização das populações o mais rapidamente possível. O aumento da capacidade produtiva em qualquer lugar do Brasil deve ser habilitado em toda a sua extensão, como bem notado pelo Exmo. Senador Wellington Fagundes, como recentemente sugerido pela nova Diretora-Geral da OMC e como proposto até por um grupo de países em desenvolvimento e desenvolvidos no âmbito daquela organização, com a chamada terceira via, como ressaltou o meu colega, o Ministro João Lucas. E, onde existe tal capacidade produtiva potencial, a melhor maneira de usá-la ao máximo é, em primeiro lugar, identificando-a e, em seguida, disseminando tecnologia e *know-how*, por meio da colaboração entre desenvolvedores de vacinas, instituições nacionais de pesquisa e produtores capazes e disponíveis para produzi-las.

Diante desse quadro, Sras. e Srs. Senadores, a propriedade intelectual é um fator-chave no fornecimento de uma estrutura legal, clara e concreta que permite essa colaboração, seja por meio de licenciamentos voluntários, consórcios nacionais e internacionais, encomendas tecnológicas e modelos de negócios inovadores que proliferam hoje no mundo e também aqui no Brasil, haja vista os trabalhos aí desenvolvidos pela Fiocruz e pelo Butantan, principalmente.

A propriedade intelectual, Exmos. Senadores e Senadoras, não cria apenas benefícios e incentivos para a maior produção de vacinas e medicamentos, mas também permite e habilita a comercialização desses produtos e sua transferência por meio dos citados modelos de negócio, com impactos reais nas condições socioeconômicas e humanitárias, principalmente, da sociedade brasileira neste momento. Temos inúmeros exemplos de licenciamentos e fabricações entre diferentes empresas no mundo hoje e dois importantíssimos, como disse, exemplos aqui mesmo no Brasil: a Fiocruz e o Butantan, em parceria com institutos e laboratórios internacionais.

A simples renúncia aos direitos de propriedade intelectual não resolveria os desafios sanitários, econômicos e humanitários que temos em nossa frente, pois interromperia essas colaborações tão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentais para aumentar a capacidade produtiva, habilitar a aquisição de tecnologias e elevar – isto sim, elevar – a oferta nacional de vacinas. Tal renúncia aos direitos de propriedade intelectual retiraria, sim, a plataforma em que essas transferências ocorrem, ou seja, a estrutura historicamente construída pelo sistema de propriedade intelectual mundial e nacional, que habilita a inovação tecnológica, a disseminação do conhecimento, a oferta de produtos essenciais para combater qualquer pandemia, essa ou futura.

Nos casos hipotéticos em que empresas farmacêuticas hesitem em celebrar esses acordos, essas licenças voluntárias, não devemos também hesitar em recorrer às licenças compulsórias. Essa é uma possibilidade já prevista no Acordo Trips e na nossa Lei de Propriedade Industrial. Para situações de emergência, como a pandemia, os sistemas preveem procedimentos rápidos para conceder licenças compulsórias para patentes sem que nenhuma negociação prévia – repito, sem que nenhuma negociação prévia – seja necessária. E mais: licenças compulsórias expeditas, *fast track*, também podem ser concedidas para exportação para países com capacidade de fabricação insuficiente ou nenhuma, em linha, aliás, com a fala do eminente Dimas Covas.

Esta infelizmente não é a única pandemia com que o mundo terá que lidar, e nesse sentido precisamos encontrar medidas que preservem os incentivos para inovar e investir nas pesquisas relacionadas à saúde. A propriedade intelectual é, nesse quadro, a expressão de uma liberdade econômica, mas ela é contrária à concorrência pela imitação; ela é favorável à concorrência pela diferenciação – que é o que nós precisamos hoje –, baseada, portanto, no pressuposto de que há concorrentes e produtos substitutos que beneficiam sobretudo o consumidor. Essa afirmação nunca foi tão verdadeira quanto nessa pandemia, pelo número expressivo de vacinas desenvolvidas, com base em inúmeras tecnologias, agora sendo disseminadas e incorporadas a países como, por exemplo, o Brasil.

Excelências, não tenham dúvidas, o Itamaraty está empenhado em promover diálogos e consensos em diversos fóruns internacionais, como o G20, como o Brics, como tem feito com todos os membros da Organização Mundial do Comércio, com o objetivo de explorar essas formas concretas, pragmáticas, para que o sistema de comércio baseado em regras multilaterais refletidas no ordenamento jurídico nacional possa apoiar o acesso universal e equitativo às vacinas e tratamentos para o combate a esse nefasto vírus.

Muito obrigado pela participação, muito obrigado pelo convite. Fico à disposição para responder qualquer tipo de pergunta que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras tenham. Muito obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Maximiliano, pelas suas explicações técnicas, balizadas e importantes.

Muito bem, gente, chegamos ao final das apresentações – como falei, apresentações notórias, de altíssimo nível – e agora vamos passar aos questionamentos dos Srs. e das Sras. Senadoras na seguinte





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordem: primeiro falará o nosso Relator Wellington Fagundes; Senador Styvenson Valentim; Senadora Eliziane Gama; e Senador Izalci Lucas. Depois desse bloco, virão as respostas. Eu sugiro a todos os convidados presentes que peguem uma caneta e um papel para anotar o nome do Senador e as suas perguntas, para depois fazerem as respostas adequadas.

Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

Nós temos hoje um tempo menor, o tempo de três minutos, mas nós temos muitos inscritos. Então, se nós não controlarmos o tempo rigorosamente, nós vamos extrapolar os limites e até a paciência dos nossos convidados. Ao Relator, eu vou conceder o tempo de seis minutos. Aos demais, o tempo já combinado anteriormente, que vocês já sabem, que é de três minutos.

Então, com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente Confúcio, eu esperava, espero e acredito que esta reunião possa ser um divisor de águas nessa possibilidade de o Brasil fabricar as nossas vacinas aqui no País.

Eu tenho aqui as perguntas inicialmente ao Instituto Butantan. Vou tentar ser rápido, Sr. Presidente, mas são muitas perguntas.

No dia 30, foi anunciada para esta semana a chegada de 3 milhões de doses da CoronaVac oriundas da China. Essa remessa dependia da autorização de Pequim. Qual é a situação presente? Há confirmação da data para a chegada dessa remessa? Porque nós estamos vendo que os cronogramas estão sendo furados todos os dias.

Em setembro de 2020, o Instituto Butantan assinou com a Sinovac o contrato de transferência tecnológica da CoronaVac. Pergunta-se: quando ocorrerá a transferência de tecnologia pactuada no contrato? Vocês estão autorizados a fazer parcerias com as fábricas existentes no Brasil, como no caso do Sindan, que foram oferecidas, ou outras fábricas existentes? Por exemplo, o Presidente do Butantan, Dr. Dimas, disse que tem uma fábrica parada, e essa fábrica poderia então ser utilizada, porque é uma fábrica *top*, mas até colocar em funcionamento dependeria de muitos investimentos. Fica bem claro que realmente essa fábrica está parada.

Nós estamos falando aqui principalmente das fábricas que estão funcionando e que estão fabricando vacinas, como é inclusive a segunda pergunta que eu faço aqui ao Instituto Butantan: o Instituto Butantan está preparado para produzir a vacina? Em quanto tempo? Porque vocês estão construindo uma nova fábrica. Anunciaram que deverá ficar pronta em agosto, mas até ela ser equipada, quando ela poderá entrar em operação? Também o Presidente colocou agora sobre uma fábrica que está fabricando, neste momento, e que poderá entrar em disponibilidade agora, que pode fabricar até 30 milhões, 40 milhões. Então, seria importante que o Instituto Butantan colocasse claramente a partir da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegada, da transferência tecnológica, quando chegará e quando eles poderão produzir, ou seja, industrializar aqui, e transferir essa tecnologia para quem puder fabricar no Brasil. E ainda, claro, se esse prazo poderá ser abreviado com a parceria com as outras empresas.

É sabido que o Instituto Butantan tem mantido reuniões, desde fevereiro, com esses organismos, com o Sindan, com a Anvisa, relativas à utilização dessas fábricas da indústria de produtos de saúde animal. O que é necessário especificamente para fazer essa parceria avançar e iniciar a produção? A gente sabe que essa discussão vem desde fevereiro, por que não avançou até agora? Quem precisa tomar essa decisão? As fábricas precisam se oferecer, como já se ofereceram agora, através do Ministério da Agricultura e do Ministério da Saúde? Há mais quem? É preciso fazer algum protocolo? Como é isso?

Aos representantes da Fiocruz. Em 25 de março, a Fiocruz anunciou que o contrato com a AstraZeneca para transferência de tecnologia da vacina de Oxford ainda não havia sido assinado. Segundo o diretor da fábrica de vacinas da fundação, se o acordo for assinado em abril, não deve haver atraso na entrega dos imunizantes produzidos integralmente no Brasil.

Perguntas. A previsão de assinatura do contrato continua sendo no mês de abril? Como o Poder Público pode contribuir para acelerar a assinatura desse acordo? Supondo que o contrato não seja assinado em abril, qual será o impacto no volume de vacinas possíveis de serem produzidas pela Fiocruz até o final do ano?

Mais uma pergunta. A Fiocruz prossegue apenas ao envase dos IFAs produzidos no exterior. Quando a fundação estará apta a produzir a vacina integralmente, aqui no Brasil?

E ainda, Sr. Presidente, reportagem recente revela que especialistas vêm alertando sobre a existência de cláusulas abusivas no contrato da Fiocruz com a AstraZeneca relacionadas à transferência de tecnologia de seu imunizante. Tais cláusulas, como flexibilidade excessiva para as entregas de vacinas e o impedimento de a Fiocruz produzir outros imunizantes, podem gerar novos atrasos na produção de vacinas no Brasil? Gostaria de esclarecimento sobre esse aspecto.

Agora ao Sindan, Sr. Presidente. Dr. Bolis, quero inclusive cumprimentá-lo como Presidente do Sindan, que está comigo também e foi quem nos aproximou desses entendimentos, das conversas com o Sindan, e o Dr. Josélio Moura, que é hoje o Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, da qual eu tenho a honra de participar.

Então, a pergunta ao Dr. Bolis e ao Sindan: as adaptações nas plantas industriais dependem de alguma medida de insumos ou equipamentos não disponíveis no Brasil? Se sim, a importação desses materiais pode ser feita com celeridade? Caso haja necessidade de importação de insumos ou materiais para adaptação das fábricas, onde o Poder Público poderia atuar para tornar mais célere tal importação?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta. Seria necessária alguma capacitação específica para replicar a produção do IFA da CoronaVac nesses laboratórios, nessas indústrias? No Sindan? Se sim, quanto tempo seria demandado para que esse treinamento fosse levado a cabo? A logística para o transporte do IFA da CoronaVac necessitaria de alguma modificação em relação à cadeia de transporte já existente para as vacinas, como a vacina de febre aftosa? Se sim, qual seria a complexidade dessa alteração?

E ainda, Sr. Presidente, segundo a reunião com o Sindan, eles nos garantiram que após ter a autorização por parte dos organismos, Ministério da Agricultura e também Anvisa, e com a chegada da semente-mãe, ou seja, a semente inicial para fabricar o IFA, eles, em 90 dias, teriam possibilidade de produzir o IFA necessário para o Brasil. Eu quero saber – e gostaria que isso fosse bem esclarecido – em quanto tempo? Quanto demoraria para que a gente tivesse a produção do IFA?

E ainda, para a Anvisa, se for possível – é a última pergunta, Sr. Presidente: no sábado passado o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, declarou que a nossa proposta de que fábricas de vacinas para animais poderão ser adaptadas para produzir vacinas contra a Covid. A agência teve oportunidade de realizar alguma avaliação das plantas industriais oferecidas pelos integrantes do Sindan? Se sim, quais foram os resultados dessa análise? Eu gostaria também de mais objetividade por parte da Anvisa. Qual é a demora? Em quanto tempo eles poderiam fazer essa inspeção e dar resposta ao Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Os convidados devem ter anotado para responder.

Eu passo a palavra ao Senador Styvenson Valentim pelo tempo de três minutos.

Styvenson Valentim, pode entrar.

Está no Rio Grande do Norte?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Olá, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Olá, Styvenson!

Há um rádio ligado aí.

Pronto. Está bom agora

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Estou acompanhando, mas estou dando entrevista a uma rádio.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem. Eu vou passar adiante. Depois você fala.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fique tranquilo. Daqui a pouco eu te chamo.

Eu passo a palavra para a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores convidados, nosso tempo, de fato, é muito curto. E temos hoje uma audiência extremamente produtiva e proveitosa. Portanto, tentarei ser o mais sucinta possível para aproveitar bem esse tempo.

Presidente, primeiramente, vou ao representante das Relações Exteriores.

Eu pergunto ao João Lucas de Almeida: a gente sabe que esse é um órgão fundamental para o enfrentamento de crises, sobretudo em um momento que nós estamos vivendo, já que nós temos impacto mundial. Eu pergunto ao Sr. João Lucas quais os obstáculos do ponto de vista diplomático hoje que nós estamos enfrentando para não haver a facilidade e a fluidez na aquisição dos insumos básicos para produção da vacina? Da mesma forma, também referente à questão de equipamentos e de medicamentos para o enfrentamento desta pandemia.

Senhor representante, o senhor acha que o Ministério das Relações Exteriores tem cumprido de fato o seu papel histórico no auxílio do Brasil em relação aos demais países do mundo para o enfrentamento desta pandemia? Estamos em um momento excepcional, e gente sabe que, infelizmente, os problemas que temos enfrentado são realmente muito graves. O senhor concorda, por exemplo, que a gestão anterior acabou, de fato, proporcionando o que nós estamos vivenciando hoje, o atraso na imunização da população brasileira?

A minha outra pergunta é referente à Anvisa, é ao nosso Presidente da Anvisa.

Acerca da questão da Sputnik, temos nove Estados brasileiros que já assinaram contratos para aquisição da Sputnik para o Brasil, para os seus respectivos Estados, dentro do ordenamento legal que hoje temos, no entendimento com o SUS. Eu pergunto ao senhor quais as exigências para autorização dessa importação e por que o laboratório de fato não tem atendido, já que está havendo uma demora para que a vacina possa chegar, de fato, ao Brasil?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço uma pergunta também ao Dr. Dimas, do Butantan. Estive inclusive presencialmente com ele e a gente vê o esforço dele em relação à questão e o prazer e a dedicação dele em relação à chegada da produção em larga escala de vacinas para o Brasil.

Nós tivemos, Dr. Dimas, o anúncio feito pelo Butantan acerca da produção de vacinas com insumos sem haver a necessidade de importação desses insumos. O que nós temos hoje do ponto de vista de data, de prazos para termos realmente essa vacina brasileira e, ao mesmo tempo também, o que significa em termos orçamentários, de investimento para que nós possamos de fato ter essa vacina?

Faço aqui uma pergunta ao sindicato, ao Sr. Delair. Do ponto de vista de prazos, de tempo, qual é o tempo estimado que nós temos de adaptação da planta industrial de produção da vacina animal para a produção da vacina humana? O que também significa em termos financeiros? Já existe – me dirijo ao presidente do sindicato –, alguma interlocução com o Governo Federal para estabelecer parcerias de investimento? É que a gente sabe que hoje o principal problema do Governo Federal é falta de comunicação com os Estados, é falta de comunicação com as organizações que têm trabalhado de forma muito intensa para chegarmos àquilo que é o nosso objetivo principal, que é o acesso à vacina, e, portanto, a imunização da população brasileira.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A Senadora Eliziane Gama fez uma inversão com o Styvenson. Agora entra o Senador Izalci Lucas.

Senador Izalci Lucas com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, quero fazer uma pergunta para a Anvisa, para a Fiocruz e para o Butantan, de todos eles eu preciso de resposta.

Com relação à possibilidade de compra da vacina pela iniciativa privada, esquecendo essa questão de chamar de fura-fila, vamos dizer assim. Na medida em que a iniciativa privada aplica uma dose nos seus funcionários e doa outra vacina para o Sistema Único, isso desonera o Sistema Único em dois para um. Eu queria saber qual é a opinião de todos sobre essa questão de poder aprovar esse projeto que está tramitando.

Segundo, a ideia da quebra de patentes foi discutida muito ontem no Senado. Com essa questão de quebrar a patente, imediatamente a gente vai poder produzir a vacina? O Butantan já tem essa transferência de tecnologia e imediatamente, com a quebra, seria então produzida a vacina mais rapidamente?

Pergunto ao Delair também, nosso presidente do sindicato: qual é a real disponibilidade da cessão dessas plantas de equipamentos? O que precisa ser feito para adaptar essas plantas para a produção de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacina da Covid-19? Qual é o custo dessa adaptação? E, em números realistas, em quanto tempo pode começar a produzir efetivamente a vacina? Lógico que também acho que a produção não é automática, o Butantan ou a Fiocruz terão que transferir tecnologia para isso. Vocês só entrariam mesmo com a planta ou a tecnologia vocês já têm também para produzir a vacina?

Com relação ao nosso querido amigo do Ministério da Ciência e Tecnologia, nós sabemos que essa pandemia não vai passar da noite para o dia, vai continuar. O que, a médio e curto prazos, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações está fazendo para ajudar a controlar essa pandemia? Nós estamos pensando aqui em eventuais outras ocorrências. Quer dizer, daqui para frente, o que está planejado para a gente combater no futuro?

E, com relação ao Ministério das Relações Exteriores, qual é a real situação no plano internacional no que se refere à quebra de patente da vacina do Covid-19? Qual é a opinião do Itamaraty sobre a ideia da quebra de patente neste momento atual?

Eram as minhas considerações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, vamos às respostas e vamos cronometrar o tempo.

Depois desse bloco respondido – vou avisar para todos os Senadores ficarem sabendo do seu horário certo –, vem o segundo bloco com Zenaide Maia, Senador Marcelo Castro e o Styvenson Valentim – ele deve ter terminado já; se não tiver, a gente passa pra frente. Depois temos o Senador Oriovisto, Nelsinho Trad e Senadora Rose de Freitas. Por fim, nós teremos Mecias de Jesus para fazer o fechamento das perguntas, salvo a entrada de mais algum Senador.

Bem, vamos às respostas. E quanto ao tempo, eu vou conceder esse primeiro tempo de cinco minutos divididos aí, porque o Senador Wellington fez perguntas para a Fiocruz, para o Butantan e para a Anvisa, basicamente para esses três.

Então, eu passo a palavra para o representante do Butantan, Dr. Dimas Covas, para responder ao Senador Wellington Fagundes.

E também podemos fazer o seguinte: o senhor pode responder, Doutor, já ao Senador Wellington Fagundes e também aos outros Senadores que dirigiram perguntas diretamente ao Butantan, está bem? Fique bem à vontade para responder a todos.

O SR. CRISTIANO GONÇALVES PEREIRA (Para expor.) – Está bem. O.k., muito obrigado, Senador Confúcio.

Só me apresentando: eu sou o Cristiano Gonçalves, Gerente de Inovação aqui do Instituto Butantan. Pela ausência do Professor Dimas, eu vou representá-lo aqui nesta audiência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá. Sobre as questões que foram levantadas pelo Senador Wellington Fagundes... Foram bastantes questões aqui e eu vou tentar abordá-las todas.

Sobre a entrega das doses. O Butantan ainda aguarda a liberação desse insumo que vem da China, de aproximadamente 6 mil litros, para a produção, para o envase dessa vacina aqui. Porém, o nosso cronograma está bastante alinhado com o que foi contratado com o Ministério da Saúde. Ontem nós entregamos 1 milhão de doses da Coronavac e a gente tem ainda no cronograma a entrega de mais 5 milhões até o final de abril, perfazendo o total de 46 milhões de doses que foram contratadas pelo Ministério da Saúde.

Quando o Professor Dimas comentou em relação à fábrica parada, de fato é o processo que ocorre durante a produção. Durante a produção, a gente recebe o insumo aqui; a gente tem que envasar isso da forma mais rápida possível, porque, assim que a gente envasa, a gente tem um período de controle de qualidade, de liberação desse produto, de mais ou menos de 15 a 20 dias. Então é por isso que a gente adianta a etapa, muito rapidamente, de produzir e envasar esse produto e aguarda todos os critérios de farmacopeia e de liberação desse produto em relação aos quesitos de qualidade. Então, é natural e é normal que a fábrica de envase fique um período esperando novos insumos, porque nesse momento a gente passa a bola para o controle de qualidade. Então é aí que a parte da produção fica retida.

Sobre a transferência completa da tecnologia, quando isso vai ocorrer? Essa é uma etapa que já vem ocorrendo durante o nosso relacionamento com a Sinovac, então, até mesmo para adaptação da fábrica que a gente está fazendo aqui na estrutura de NB-3. Essa fábrica precisa, de certa forma, espelhar a fábrica que a Sinovac tem lá na China. Então, para ocorrer esse espelho, a gente precisa entender a tecnologia, como é o processo, as questões analíticas, os equipamentos, e essa é uma etapa da TecTransfer. Então, a transferência completa de produção do IFA já vem ocorrendo, e a gente já vem adaptando a nossa fábrica para conseguir entregar e produzir esse produto aqui.

A gente não consegue produzir esse produto agora porque, para fazer o IFA da CoronaVac, a gente precisa dessa fábrica pronta, porque é uma fábrica de uma estrutura de NB3, biocontida, em que a gente trabalha com o vírus inteiro ali dentro. Então, neste momento, a gente não consegue acelerar enquanto não tiver a fábrica, porque a fábrica é dependente da transferência completa.

O *timeline* da fábrica: a gente tem a obra construída até setembro, depois a gente passa por todas as qualificações, certificações, por todas as agências responsáveis, e esperamos que, até janeiro do ano que vem, a gente já seja capaz de produzir integralmente a vacina CoronaVac, a partir da TecTransfer completa.

A terceira pergunta foi se o Butantan está preparado para produzir essa vacina.

Sim, essa tecnologia... O que motivou até mesmo a parceria foi a nossa experiência prévia em relação à produção dessa vacina. Então, utilizar uma base célula e um vírus numa estrutura contida, uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacina inativada, e já temos conhecimento dos insumos que são inativados ali, já trabalhamos com isso. Até mesmo as etapas de envase são etapas com que já temos familiaridade. Então, sim, a nossa equipe da TecTransfer, que é uma equipe bastante especializada e robusta, já vem trabalhando junto com a Sinovac em relação a essas atividades, e a gente consegue, sim, produzir essa vacina. Porém, ainda estamos dependentes da estrutura fabril NB3.

Sobre a visita que o Butantan fez e o relacionamento que o Butantan fez até mesmo com o Sindan e com algumas dessas fábricas que produziam vacinas de febre aftosa, numa estrutura NB3: sim, a gente já avançou com isso, a gente não parou com essa abordagem. Quando isso foi notificado, até mesmo pelo Ministério da Agricultura, a gente acionou essas empresas, acionou o Sindan, fizemos algumas reuniões e visitamos essa fábrica. A partir dessa visita, a gente teve um relatório técnico, e esse relatório técnico indicou, sim, essas adequações que a gente teria que fazer ali para conseguir produzir a vacina. Isso foi uma decisão nossa – comparar o *timeline* que a gente teria ali para a adequação dessas fábricas e o *timing* que a gente tem aqui, em relação à fábrica que a gente já está construindo –, e isso não se mostrou ainda favorável, por conta de todas as adequações e de todas as análises que precisam ser feitas, mas isso ainda não foi descartado.

Sobre a pergunta da Senadora Eliziane Gama, sobre a ButanVac, qual é a *timeline* disso. Quanto à *timeline* que a gente tem hoje: a gente submeteu a proposta desse estudo para a Anvisa, a gente ainda está configurando, fazendo os ajustes finais no protocolo de desenvolvimento clínico, e a gente espera que essa vacina seja conduzida e desenvolvida num procedimento muito rápido, com fusão de fase I, fase II e início de fase III, e que a gente consiga entregar isso ainda este ano. Essa é a nossa preocupação principal.

Sobre os investimentos que são necessários. O investimento que a gente tem aí, o Butantan vai ser o *sponsor* dessa pesquisa clínica aqui no Brasil.

Há mais ainda a questão do Senador Izalci. Eu terei tempo para responder?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode responder, doutor.

O SR. CRISTIANO GONÇALVES PEREIRA – Está bom.

Em relação à opinião que ele pediu aí sobre a compra da iniciativa privada. O relacionamento que o Butantan tem hoje é exclusivo com o Ministério da Saúde. A gente, apesar de entender que desafogaria um pouco o SUS a compra pela iniciativa privada... Porém, aqui, como o Instituto Butantan tem o papel de entregar essas vacinas principalmente ao Ministério da Saúde e ao nosso SUS, a gente não consegue. Eu não consigo ter uma opinião favorável ou desfavorável a isso, mas lembro que qualquer desafio que a gente tenha em relação à entrega de vacinas é muito bem-vindo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto que foi citado foi em relação à quebra de patentes. Esse é um ponto bastante crítico. Eu hoje cuido da propriedade intelectual aqui do Instituto Butantan e, de fato, isso não causa nenhum impacto prático de imediato. Hoje o Butantan, se fizer uma quebra de patente... A quebra de patente é um termo até coloquial, é um licenciamento compulsório. Se a gente fizer o licenciamento compulsório das patentes da Sinovac ou até mesmo das que estão envolvidas na ButanVac, isso não vai ter nenhum impacto conosco. Por quê? Porque o relacionamento de negociação que nós fizemos com a CoronaVac é de realmente ter propriedade dessa vacina. Nós fizemos o estudo de fase III aqui, então temos parte da propriedade intelectual. Hoje já temos essa propriedade conjunta aqui com a Sinovac, e o mesmo acontece com a ButanVac. O arranjo que foi feito com a ButanVac foi o licenciamento voluntário e com base em venda desse produto em países de baixa e média renda, com a taxa de *royalties* irrisória para mercados – e que ocorra ainda só para mercados privados – e uma relação bastante favorável.

Então, a quebra de patentes não causa nenhum impacto hoje, de imediato, em relação à produção. É um tema que a gente precisa entender. É preciso discutir e esclarecer que esse impacto não é favorável, vai causar uma relação diplomática em relação ao tratado TRIPS, que o Brasil tem em relação ao tratado de patentes, muito crítica. Esse licenciamento compulsório é uma etapa que ocorre em última instância, em situações muito específicas, quando já se tem claro quem vai receber essa tecnologia e se quem receberá essa tecnologia tem condições e *capabilities* necessárias para isso. Então, é um tema que nós, do Instituto Butantan, até mesmo a Nísia e os especialistas em propriedade intelectual, vemos como não favorável e sem efeito prático neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, doutor.

Eu passo a palavra ao representante da Fiocruz para responder, em sequência, a todos os questionamentos. (*Pausa.*)

A senhora ainda está aí, Dra. Nísia? Muito obrigado!

A SRA. NÍSIA TRINDADE LIMA – Eu tive que sair, mas...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É, estou vaidoso de ter a senhora de volta. Muito obrigado.

A SRA. NÍSIA TRINDADE LIMA (Para expor.) – Eu vou ter que sair agora realmente, Senador – eu achei muito importante a reunião e consegui me organizar. Mario Moreira também está aqui. Eu vou, inclusive, pedir a ele para complementar a resposta. Mas eu serei breve.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a todos os Senadores e à Senadora pelas questões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começo pelas perguntas do Senador Izalci.

Em relação à compra pela iniciativa privada: acho que a iniciativa privada tem tido um papel muito importante não só na questão das vacinas, há uma grande mobilização positiva, nós temos colaborado de forma muito próxima, mas eu creio que esse caminho da compra de vacinas para uso nos próprios funcionários não é um caminho adequado por razões, inclusive, epidemiológicas e sanitárias. O Programa Nacional de Imunizações definiu uma ordem de prioridades, e é muito importante que ela seja seguida, deverá até ser aperfeiçoada com os estudos epidemiológicos. Então, esta é a posição: acho que devemos ter, sim, se houver essa possibilidade de aquisição, mas sempre voltada para o Sistema Único de Saúde, sabendo que há muita dificuldade de oferta, como já foi dito aqui – é muito importante frisar isso.

E, com relação à questão das patentes, acredito que há de haver uma revisão da Lei de Propriedade Intelectual, há um período muito longo, mas, neste momento imediato, o fundamental é investir na produção local, em bons acordos de transferência de tecnologia. Como um todo, é possível, sim, usar mecanismos de licença compulsória em áreas que sejam monopólios e que prejudiquem o acesso. Acho que o nosso horizonte tem que ser a vacina, os insumos de saúde como bem público nesse momento. Mas, em termos de ação estratégica, eu dividiria entre o curto, o médio e o longo prazo. E o longo prazo tem que começar hoje, Senadores – isso é muito importante –, até porque a gente está falando de um problema que vai ter uma duração maior e também não podemos pensar só na pandemia de Covid, que tanto nos aflige nesse momento.

Outro ponto específico em relação à questão do longo prazo... Rapidamente, eu quero falar que, em termos da produção local, nós estamos trabalhando na Fiocruz para um complexo de biotecnologia em saúde, que, em outra oportunidade, poderemos apresentar aqui, mas que não dará respostas imediatas. É um complexo em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e eu quero sinalizar isso como algo muito importante. Nós deveremos estar concluindo uma importante etapa, mas só em 2024.

Com relação às questões imediatas, as que mais nos afligem, primeiro, eu já apresentei a entrega de 100,4 milhões de doses, mais 4 milhões importadas da Índia. Nós pretendemos fazer isso, faremos isso até final de julho, no que se refere à nossa produção. Nós já estamos no processo de transferência de tecnologia – é muito importante isso. A transferência já teve início. Nós estamos com a área fabril já pronta, como eu mostrei na minha apresentação, e agora, no mês de maio, esperamos todo o processo de certificação pela Anvisa. Entre essa certificação e a entrega dos lotes efetivos, leva um tempo também; daí o nosso cronograma apontar para setembro essa previsão da entrega da vacina totalmente nacional. E essa produção será ininterrupta para atender às necessidades do País.

Eu quero também mencionar aqui – e eu pediria essa complementação a Mario Moreira – que o nosso contrato foi um contrato... O nosso memorando de entendimento foi para encomenda tecnológica



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de uma inovação e para a transferência de tecnologia, acordo que será firmado agora. Há muita incompreensão na imprensa. Não é um acordo comum, é uma encomenda tecnológica e também no momento em que a vacina ainda era uma promessa. Então, muitas cláusulas têm a ver com isso.

Mas eu pediria que o Mario Moreira complementasse – ele é o responsável direto por essa questão do contrato – e só termino repetindo o que eu falei: nós estamos à disposição de ir além da vacina pela qual nós somos responsáveis, de participar desse esforço nacional, se necessário for, dentro das nossas condições, contribuindo para essa questão mesmo do envase de vacinas, e aí isso nos colocaria na linha também não só da importação de vacinas prontas, mas de IFA, pensando nessa capacidade nacional.

Obrigada, Senador. Falei um pouquinho rápido para dar tempo e, se possível, eu gostaria que o Mario complementasse com a questão do contrato, que eu acho muito importante esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Nísia Trindade.

Eu passo a palavra ao Dr. Mario Moreira, para complementação.

O SR. MARIO SANTOS MOREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Eu o cumprimento e lhe agradeço a oportunidade de me manifestar. E, na sua pessoa, eu cumprimento os demais Senadores e Senadoras.

Vou começar complementando – e a Nísia já foi bastante abrangente na sua resposta – com alguns detalhes que acho que vale a pena destacar aqui.

O nosso contrato de encomenda tecnológica e o contrato de transferência de tecnologia estão ligados, conectados um ao outro. Nós já iniciamos, como Nísia falou, a nossa transferência de tecnologia. Não fosse assim, a gente não estaria com a nossa área já pronta e adequada para iniciar ainda em abril o processo de obtenção do certificado técnico operacional dessa área. Já estamos com os biorreatores instalados. E só podemos fazer isso porque as informações técnicas a respeito da produção já são de domínio da Fiocruz e há uma série de outras informações que já estamos colocando em linha para produzir os nossos próprios processos operacionais para que sejam apresentados à Anvisa.

Eu destaco também que o Senador Wellington Fagundes fez menção à posição de especialistas a respeito de possíveis cláusulas abusivas no nosso contrato de encomenda tecnológica. Vale a pena dizer, primeiro, que essas observações foram possíveis porque nós publicamos o nosso acordo no nosso *site*, no Portal da Fiocruz, e divulgamos esse acordo também para o próprio Congresso Nacional. Então, ele é um acordo em que a gente confia, foi um bom acordo, e a decisão da escolha dessa vacina se mostrou muito acertada. O que um especialista, segundo o Senador adiantou, está criticando é a questão da fluidez dos cronogramas, sem compromisso da AstraZeneca com data, mas vale lembrar aqui que nós assinamos esse acordo em setembro, quando essa vacina e muitas outras também foram "adquiridas" – entre aspas – sem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sequer obter o seu registro nas principais agências do mundo. É por isso que é uma encomenda tecnológica. Foi um esforço espetacular, eu diria, de todas as empresas que estão fabricando essas vacinas, que estavam fazendo escalonamento industrial ao mesmo tempo em que finalizavam os estudos clínicos e iniciavam os seus processos de registro nessas agências. Então, naquele momento, era de fato muito difícil para qualquer fabricante... E os senhores e as senhoras devem estar acompanhando a dificuldade de escalonamento dessa produção em escala mundial, com problemas, inclusive, que algumas grandes farmacêuticas estão encontrando. Naquele momento, era muito difícil mesmo firmar um cronograma que não pudesse ser mudado diante das dificuldades.

E lembro aqui que nós enfrentamos pelo menos três tipos de dificuldades nesse esforço, como eu disse, espetacular que o mundo fez: inventar vacinas, provar a sua eficiência e a sua segurança e o que eu acho mais importante e mais difícil neste momento que é escalar a produção dessas vacinas para atingir a escala de que o mundo precisa. Eu fiz umas contas rápidas: nós – nós que eu digo é o mundo – não produzimos nem um terço ainda das vacinas que serão necessárias para vacinar toda a população mundial.

Então é um momento de reflexão. A gente aqui mistura discussões – é bom misturar mesmo – conjunturais desta tragédia que se abate sobre o mundo, especialmente sobre o Brasil, com questões estruturais, como foram colocadas aqui antes pelo Marcelo, pelo Dr. Dimas, pela Nísia. O Brasil tem questões estruturais a serem enfrentadas no campo da ciência, da tecnologia e da sua capacitação para que ele não seja tão dependente da indústria internacional para o suprimento de vacinas para o PNI.

O contrato de transferência de tecnologia não foi assinado – nós temos reuniões praticamente diárias sobre isso –, vai ser assinado em abril, mas, do ponto de vista objetivo, isso não impõe nenhum atraso à transferência de tecnologia, como falei aos senhores.

Quanto ao IFA nacional – a Nísia já adiantou aqui –, em relação à nossa produção, a gente sempre coloca as condições; as condicionantes, aliás. Nós estamos com esse diálogo permanente com a Anvisa. Abro parênteses aqui para ressaltar o excelente trabalho que a Anvisa tem feito, nesse campo de garantia de vacinas seguras e de qualidade, para que não haja nenhum problema. Mas eu diria que, logo após a gente obter o CTO, a Fiocruz já vai iniciar a sua produção de testes de lotes de pré-qualificação e qualificação, que irão se acumulando até a gente obter a licença definitiva para "comercializar", entre aspas, e entregar esses produtos para o PNI. Então, a nossa produção se inicia e vai acontecendo em paralelo, como todo mundo está fazendo, todas as farmacêuticas estão fazendo no mundo: vai produzindo até obter o registro; quando obtiver o registro, inicia-se a produção de lotes já produzidos.

Também há a questão da compra das vacinas e quebra de patente, que foi uma questão colocada pelo Senador Izalci Lucas. Primeiro, sobre a compra de vacinas, a Nísia já adiantou, é uma questão que a gente colocou aqui no Congresso, na semana passada, porque as condições são... A gente precisa ter essa perspectiva de que não há oferta de vacina. Então, tudo que for comprado pelo setor privado acabará



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

batendo da oferta para o SUS. Se fossem vacinas extras, a gente poderia até considerar que, suprida a demanda do SUS, o setor privado poderia, de fato, entrar nesse mercado e tentar comprar a vacina, mas, como não há oferta, aquelas vacinas que são registradas na Anvisa podem ser compradas pelo Sistema Único de Saúde. Nós não tivemos, até o momento – ao que parece, pelo menos – nenhum problema orçamentário nem de burocracia, impedindo a compra dessas vacinas. Então, no ponto em que essas vacinas obtiverem registro na Anvisa e tiverem escala para fornecer ao Brasil, aí o Sistema Único de Saúde poderia comprar diretamente.

Por fim, quanto à questão da quebra de patentes, já foram colocadas várias questões aqui, mas eu coloco uma que para mim é fundamental. Esse setor farmacêutico não se protege apenas com vacinas; há muito segredo industrial. E, mesmo que o Brasil faça o licenciamento compulsório, será muito difícil o Brasil conseguir produzir vacinas por licença compulsória, porque não terá acesso a informações que são fundamentais para nacionalizar a produção. Então, o licenciamento compulsório não produz efeitos, nem no curto, nem no médio, nem no longo prazo, nessa conjuntura que a gente está discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Mario Moreira, pelas suas explicações.

Vamos continuar as perguntas, que foram muitas e, logicamente, exigem respostas detalhadas.

Agora eu quero passar a palavra para o Presidente da Anvisa, Dr. Antonio Barra Torres, que é aniversariante do dia. Em nome de todos os Senadores desta Comissão, Dr. Antonio Barra Torres, nós o saudamos e lhe desejamos muita saúde e muita devoção patriótica – o senhor é militar – na condução da Anvisa, como tem feito até agora. Meus parabéns, em nome de todos os Senadores!

V. Exa. está com a palavra, para responder às perguntas dos três Senadores anteriores.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Sr. Presidente, eminente Senador Confúcio Moura, eu cumprimento o setor de registro de datas do Senado porque é uma surpresa esse cumprimento de V. Exa., que me honra muito. Distingue-me muito a oportunidade de um cidadão comum como eu receber cumprimentos do Senado Federal, da pessoa do eminente Senador Confúcio Moura, Presidente desta Comissão. Então agradeço muito. São 57 anos, sendo que, em dois deles, estou nesta que é realmente, sem dúvida alguma, a missão da minha vida, que espero cumprir da melhor maneira.

Agradeço demais, Senador. Muito obrigado por sua imensa gentileza, urbanidade e cordialidade. Eu lhe agradeço demais. Muito obrigado.

Vamos, então, às respostas.

O eminente Senador Wellington Fagundes pergunta quanto à avaliação dessas plantas fabris para vacinas de uso veterinário, qual foi a ação da Anvisa, se já fez alguma ação, quanto tempo leva e o que falta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos, eminente Senador, desde o primeiro momento em que fomos acionados – pontuei ali o dia 23 de março –, atuando nesse sentido. Então, no primeiro momento, a Anvisa notificou – é um documento que tem, realmente, certo peso, é uma notificação –, pedindo todas as informações, é claro, pertinentes ao tema. Então, são informações extremamente técnicas sobre a potencialidade dessas plantas fabris, para que essa análise documental das respostas recebidas seja feita num primeiro momento. E, numa segunda fase, é claro, virão as visitas presenciais.

Nesse sentido, não vou me alongar muito nessa resposta. Em tese, é isto: nós estamos atuando, não estamos aguardando nada. Já fizemos a notificação e estamos depurando essas respostas. Mas temos aqui a Dra. Meiruze Freitas, titular da Segunda Diretoria, que está atuando firmemente nesse ponto desde o primeiro momento. Pretendo responder às três perguntas básicas que foram feitas. Aí, então, eu pediria que a Dra. Meiruze pudesse complementar.

Quanto à pergunta da eminente Senadora Eliziane Gama a respeito da Sputnik, nós tivemos, realmente, uma reunião com os Governadores que efetuaram os pedidos de autorização excepcional para a importação da vacina Sputnik. Essa reunião ocorreu anteontem. Considero que foi uma reunião boa, muito boa, tanto é que, por solicitação dos Governadores, no dia seguinte – portanto, ontem –, pela manhã, ocorreu uma segunda reunião, esta mais da equipe técnica do consórcio de Governadores e da equipe técnica da Anvisa, embora tenha sido, na verdade, essa reunião presidida por um dos nossos diretores, o Diretor Alex Campos, que é o titular da Quinta Diretoria, justamente o homem diretamente ligado à questão de importações para o Brasil.

Então, nessa reunião de ontem, foram esclarecidas, depuradas as questões faltantes, os documentos faltantes quanto ao pleito inicial de autorização excepcional de importação. Há um documento que é fundamental. Esse documento é um relatório técnico por parte da autoridade regulatória do país de origem, no caso a Rússia, que marca ali, sob a responsabilidade daquela agência, a qualidade, a segurança e a eficácia do produto que está sendo importado. Há outros poucos documentos, mas eu coloco muito peso nesse que aí está e que, de fato, é o documento mais importante, mais pesado. E acreditamos que não haverá maior dificuldade na sua obtenção.

Temos que lembrar a missão da Anvisa – e essa missão está definida em lei e é ampla. Por mais que um procedimento de importação excepcional seja um procedimento mais específico e com um regimento mais curto no que se refere ao ato de importar, a missão da agência prepondera sobre tudo, qual seja a proteção à saúde do cidadão e identificação de ameaças à saúde do cidadão. É nesse sentido que, mesmo diante de uma ação bem específica, bem pontual, que é uma autorização excepcional de importação de produto imunobiológico, em que pese também estar ali sacramentado que toda a responsabilidade e o acompanhamento correrão por conta do importador – isso está patenteado lá –, não é algo que deixa à margem a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Se assim fosse, a importação teria ocorrido, já estaria ocorrendo a vacinação e não haveria sequer a ciência da Anvisa, mas um instrumento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legal prevê, que é a nossa RDC 476, que normatiza a lei, esse documento que é a certificação de qualidade, segurança e eficácia por parte da agência.

A Senadora Eliziane Gama também pergunta por que não há o atendimento dessas informações.

Senadora, existe uma dificuldade que não é brasileira, uma dificuldade mundial em relação a certas informações vitais no que tange ao desenvolvedor russo – não estou falando de empresa brasileira, estou falando da russa –, tanto é que a autoridade regulatória europeia, a EMA (European Medicines Agency), com quem conversamos semana passada através de conferência, Presidente a Presidente – Presidente da Anvisa, Presidente da autoridade regulatória europeia –, também tem a mesma dificuldade, tanto que está enviando à Rússia uma missão no sentido de realizar as inspeções *in loco*. Essa mesma dificuldade também é sentida pela própria OMS, que integrará a mesma missão. Fizemos um pleito de integrar conjuntamente essa missão, porém, como a resposta não veio num tempo que consideramos razoável, decidimos nós mesmos realizar, independentemente da EMA e da OMS, a inspeção na Rússia. Isso é uma decisão tomada no finalzinho da semana passada. As tratativas avançaram muito bem; houve um fator muito importante, que foi esse contato entre Presidentes da República – tanto o Presidente Bolsonaro, quanto o Presidente Vladimir Putin. E agora eu diria que a Anvisa está pronta para ir hoje, se houver autorização russa. Estamos aguardando dos nossos anfitriões a definição da data, mas estamos prontos para ir lá. Reitero que essa situação é uma situação um tanto diferenciada, porque existiriam até outros meios de obtenção de informações, mas é uma dificuldade que está sendo sentida não só no Brasil, na Europa também, inclusive pela própria OMS.

Quanto à pergunta do eminente Senador Izalci Lucas, o Senador pontuou muito bem que ela está centrada no campo da opinião, sobre a opinião de comprar vacinas o setor privado e efetuar a doação do mesmo quantitativo para o SUS.

Eu penso muito, Senador, consoante o que o Dr. Mario, da Fiocruz, acabou de pontuar. A oferta das vacinas hoje é extremamente reduzida, e o SUS é um grande comprador e um grande vacinador. Então, se o SUS compra, se o SUS vacina, haveria realmente a necessidade ou haveria um advento positivo de que outros atores que não o SUS assim o fizessem? Diante de uma oferta ampla, eu penso que até haveria algo positivo, mas a oferta é tudo menos ampla: é uma oferta restrita, é uma oferta de monta restrita. Então, é uma resposta difícil de dizer sim ou não, se é bom o setor privado poder comprar sim ou não. Eu acho que, se o SUS consegue comprar em grande quantidade, ele atende a todo mundo gratuitamente: o empregado, o desempregado, o que tem atividade laborativa, o que não tem. Penso que seja essa a resposta.

Fico por aqui. E, se o eminente Senador Confúcio entender que há tempo ainda, talvez a Dra. Meiruze possa complementar.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Vamos deixar...

Dra. Meiruze, a senhora aguarde um pouquinho. No próximo bloco, quando for citada a Anvisa, a senhora aproveita e complementa essas respostas que ficaram presentes.

Agora, o tempo nosso para este bloco já extrapolou todos os limites, mas eu vou passar aqui para mais... São poucas perguntas indicadas para cada um.

Eu passo a palavra ao Dr. Marcelo Marcos, do Ministério da Ciência e Tecnologia, para responder ao Senador Izalci Lucas. *(Pausa.)*

Marcelo?

O SR. MARCELO MARCOS MORALES – Olá, Senador, estou abrindo aqui, porque acabaram de me liberar o vídeo e o áudio.

Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos ouvindo bem, doutor.

O SR. MARCELO MARCOS MORALES – Não estão me vendo porque não foi liberado o vídeo aqui, mas eu posso responder se estão me ouvindo bem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos ouvindo bem.

O SR. MARCELO MARCOS MORALES (Para expor.) – O.k.

Agradeço a pergunta ao Senador Izalci e quero cumprimentá-lo, um grande amigo da ciência. Nossos agradecimentos pela defesa contundente da ciência brasileira. A pergunta foi em relação à ciência e tecnologia e ao planejamento para combater no futuro.

Senador Izalci, nós investimos aqui em ciência e tecnologia, investimos pesadamente em relação ao aumento do nível de segurança nos laboratórios, de nível 2 para nível 3. Nós investimos em 18 instituições, e agora elas são capazes de investir recursos, quer dizer, poderão manipular os vírus Sars-CoV-2 nas suas instalações. Isso foi muito importante. O investimento foi feito ainda em fevereiro.

Estamos investindo agora, neste momento, num laboratório de nível de segurança 4. Vai ser o primeiro da América Latina. Vai ser construído em Campinas, no Cnpem, e vai ser o primeiro do mundo; um laboratório de níveis de segurança máximos para manipular vírus e patógenos de alta complexidade, junto com um acelerador de partículas, como o Sirius, lá em Campinas. Isso traz uma especificidade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante para a pesquisa brasileira e mundial porque vamos poder estudar as moléculas de vírus e outras estruturas em nível molecular. Isso é um ganho importante para o País e fica como legado.

Investimos também em soro hiperimune equino, lá no Vital Brasil, que já entrou na Anvisa também. Esse soro é importante para o tratamento de pacientes graves e também para o soro de pacientes convalescentes. Investimos nesse ensaio clínico, que tem mostrado que esse soro não trata pacientes com doença já avançada, mas é importante no tratamento de pacientes com sintomas precoces. Em relação às vacinas, nós investimos em 15 estratégias, Senador. Isso vai trazer ao Brasil uma possibilidade de ter... Isso tudo que nós estamos discutindo, essa insegurança, que nós estamos tendo que importar insumos farmacêuticos ativos de outros países, não ter insumo farmacêutico ativo para trazer para o Brasil, tudo isso é uma insegurança, porque não investimos anteriormente em insumos farmacêuticos ativos de vacinas, produção nacional, para que pudéssemos dar segurança para a produção de vacinas no Brasil, independente de outros países.

O que nós fizemos? A contribuição do MCTI é investir em 15 plataformas diferentes de vacinas. Isso vai nos dar segurança para que a gente tenha uma produção de insumos farmacêuticos ativos em território nacional em todas as plataformas: de RNA, de DNA, de partículas virais, de recombinantes com outras, como Newcastle com influenza, enfim, várias plataformas de vacinas. Ao investir nessas 15 plataformas de vacinas, chegamos a três que têm possibilidade agora. Vão iniciar, ainda neste mês, os ensaios clínicos com pacientes. Isso é extremamente importante. Com a Versamune MCTI, que foi protocolada na Anvisa, se tudo der certo nos ensaios clínicos, teremos uma vacina nacional, e não teremos esse problema de importar insumos.

Nós temos três classificações de vacinas aqui. Há aquelas que nós fazemos a importação do insumo farmacêutico ativo pronto de outro país e envasamos no Brasil – é o que está acontecendo neste momento com a AstraZeneca e também com a Coronavac. Outra modalidade é a importação da autorização, na verdade, licenciamento para fazer o IFA no Brasil. Para isso, dependemos também do licenciamento internacional de outros países. É importante, mas a contribuição do MCTI é a produção de insumos farmacêuticos ativos no Brasil. Nós temos três vacinas com essa possibilidade e uma delas já protocolada na Anvisa. Iniciaremos os ensaios clínicos muito em breve e, no próximo semestre, já teremos uma vacina com IFA 100% nacional, e não teremos todos esses problemas que estamos tendo, de importação, de escassez de IFAs produzidos em outros países e importados.

A nossa contribuição, Senadores, é ter uma competência nacional de produção de IFAs. Vamos fazer um centro nacional de produção desses IFAs para vacinas, para que não tenhamos mais esses problemas no futuro. No passado, nós investimos na Embrapa, e vejam hoje o que nós temos como solução da agricultura brasileira para todo o mundo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos fazendo um investimento agora em IFAs nacionais, um centro nacional de produção de IFAs para vacinas nacionais. No futuro, não teremos esses problemas se tivermos todos esses investimentos e nos anteciparmos para as próximas pandemias.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Marcelo.

Passo a palavra para o Dr. João Lucas, do Ministério de Relações Exteriores, para responder a duas perguntas.

O SR. JOÃO LUCAS DE ALMEIDA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria agradecer à Senadora Eliziane Gama por suas duas perguntas e ao Senador Izalci Lucas também por sua pergunta.

Bom, com relação aos obstáculos para suprimento e aquisição de vacinas e equipamentos no enfrentamento da pandemia. Os obstáculos principais neste momento decorrem da escassez da oferta e da demanda por todos nós, do Brasil também, por esses insumos. Não são, portanto, obstáculos diplomáticos em si. O mundo inteiro está demandando vacinas e a produção no momento é limitada.

Os principais supridores do Brasil e principais produtores de vacina neste momento estão concentrando suas ações para também atender suas populações internas. A Índia, por exemplo, suspendeu as exportações de vacinas para todo mundo. Houve uma especulação, em dado momento, pela imprensa de que o Brasil teria sido de alguma forma prejudicado pela Índia. Pelo contrário. Brasil juntamente com África do Sul e Marrocos foram os países mais beneficiados pela exportação de vacinas da Índia, em grande medida pela boa relação que nós mantemos com o governo indiano. E temos toda segurança de que tão logo a Índia retorne à exportação de vacinas o Brasil também estará ali na frente da fila.

Com relação à situação na China, via nossa embaixada em Pequim, nós mantemos um acompanhamento em tempo real, para justamente facilitar e acelerar a liberação dos insumos essenciais, IFAs em particular, para o Brasil. As empresas que produzem esses insumos estão constantemente em contato com nossa embaixada e tão logo haja algum indício de dificuldade ou obstáculo, a embaixada age, nós em Brasília também agimos. Não há nenhuma indicação de que o Brasil foi de alguma forma discriminado em relação à China. Pelo contrário. Outros países que também dependem do IFA produzido na China também sofreram problemas de suprimento. Empresas e laboratórios na Europa, na Ásia e na América Latina também têm sofrido essas dificuldades. Infelizmente é uma situação global que todos nós enfrentamos, e o Itamaraty tem buscado atuar dentro da sua competência legal e institucional da forma melhor possível, para evitar esses atrasos de imunizantes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Lamentamos muito, é claro, estarmos nessa situação de atraso de imunizantes. Nós gostaríamos de realmente estar mais avançados, mas é uma situação que nos afeta a todos no mundo. E estamos, no Itamaraty, envidando todos os esforços para evitar novos atrasos, evitar novas dificuldades na importação, no caso, de imunizantes e medicamentos essenciais.

Sobre a aquisição de equipamentos em si, uma palavra rápida. Nós também acionamos a nossa rede de postos para averiguar junto a produtores e fabricantes locais, no mundo todo, sobre a possibilidade de exportar para o Brasil insumos básicos para UTIs. Isso tem sido feito. As informações têm sido repassadas ao Ministério da Saúde e repassadas à indústria brasileira. Esperamos que isso tenha contribuído e contribua para evitar esse gargalo que estamos também enfrentando aí.

Com relação à situação, no plano internacional, sobre quebra de patentes, será uma palavra rápida minha também. Depois, eu pediria ao meu colega Maximiliano que pudesse complementar.

No âmbito da OMC, há uma proposta de suspensão dos direitos de propriedade intelectual enquanto durar a pandemia. Essa proposta enfrenta uma oposição bastante significativa por parte dos países desenvolvidos, mas também um grande ceticismo por parte de um número expressivo de países em desenvolvimento, como o Brasil. A OMC trabalha com a regra de consenso. Então, bastaria que um país se opusesse a essa proposta para que ela realmente ficasse de lado. E nós vemos uma chance realmente muito pequena de que essa iniciativa progrida no âmbito da OMC. Por isso, está sendo explorada a ideia de uma terceira via, uma ação direta junto a laboratórios e a empresas produtoras para explorar a capacidade produtiva no mundo e transferir a tecnologia, para, dessa forma, assegurar que a produção no curto prazo poderá ser elevada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, tanto o Dr. Barra quanto o Dr. João Lucas pediram complementação de respostas.

Vou ouvir o Delair, do Sindan. Logo depois, eu passo a palavra para a Meiruze Freitas fazer a complementação e ao Dr. Maximiliano da Cunha também. E daremos continuidade, para não ficarmos vazios de respostas em nossa audiência pública, que está sendo excelente, extremamente didática para todos nós.

Então, vamos à resposta do Delair, do Sindan.

O SR. DELAIR ÂNGELO BOLIS (Para expor.) – Senador Confúcio, muito obrigado.

Eu vou responder às perguntas do Senador Wellington Fagundes, da Senadora Eliziane Gama e também do Senador Izalci Lucas, porque basicamente eles fizeram três perguntas muito similares, que são com relação a insumos, à disponibilidade de insumos, capacitação e treinamento das pessoas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos e tecnologias. Depois, eu respondo a uma pergunta individual da Dra. Eliziane Gama com relação à comunicação com o Governo Federal.

Respondendo à primeira pergunta com relação a insumos, é importante destacar algo: no Brasil, no que é saúde animal, somos 100% independentes com relação à produção de IFA. No Brasil, para produção de vacinas em Território nacional, o parque fabril montado pelas indústrias farmacêuticas aqui instaladas produz o IFA 100% nacional. Nós não importamos IFA.

Com relação a insumos, tudo vai depender dessa conversa que, como mencionado pela Anvisa e mencionado pelo Butantan, já está acontecendo – e pela própria Fiocruz –, de qual tecnologia e qual processo for utilizado. Basicamente pode ser fermentação, pode ser suspensão ou pode ser cultivo celular. É produção em ovo ou não é produção em ovo? Com base nisso, definem-se quais insumos serão necessários. Qual o investimento de adaptação dessas plantas? Eu escutei aqui com muita felicidade a quantidade enorme do esforço que o País vem fazendo para migrar fábricas de nível de biossegurança de NB2 para nível de biossegurança NB3. Permitam-me aqui reforçar novamente: já existem quatro fábricas de saúde animal no Brasil com nível de segurança NB3, em que teoricamente os investimentos seriam menores, mas, sim, esses investimentos seriam necessários, de acordo com o que falou muito bem o colega do Butantan, de acordo com auditoria, de acordo com o *status* de cada empresa. Essas quatro empresas estão em *status* diferentes, certo? Dependendo da necessidade, os investimentos também seriam diferentes.

Com relação ao tempo, Senador Confúcio, é importante destacar dois aspectos aqui. O Brasil produziu em tempo recorde, do desenvolvimento ao processo de produção e ao registro, uma nova vacina contra aftosa em 18 meses, reduzimos de 5ml para 2ml, retiramos saponina, reduzimos um antígeno, foi um tempo recorde. Eu escuto, muito bem colocado aqui acho que pelo Dr. Dimas Covas, que o problema do País não é a quebra de patente, o problema do País é biotecnologia de capacidade de produção. O Brasil tem um processo chamado *fast track* de registro no Ministério da Agricultura – é importante deixar registrado aqui – que tem acelerado significativamente a entrada de biotecnologia e soluções no País.

Por último – isso é importante deixar claro, Senador Confúcio, para não criar expectativas equivocadas –, depois de tudo esclarecido, sob o ponto de vista de discussões técnicas, discussões regulatórias e principalmente de os investimentos de adaptação estarem feitos, realizados e concluídos, nós acreditamos que em menos de 90 dias, no máximo em 90 dias, nós conseguimos produzir o IFA.

Última pergunta, com relação à logística e distribuição. O IFA é transportado em sistema refrigerado. Então, não acredito que haja problema.

Transporte de vacinas. As vacinas de saúde animal hoje no Brasil são transportadas e regulamentadas, algumas delas, inclusive, controladas pelo Ministério da Agricultura. Elas são



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

transportadas refrigeradas ou em nitrogênio líquido. Todas essas vacinas são transportadas no que chamamos D+0 ou, no máximo, D+10, dez dias de entrega em todo o Território nacional.

Por último, Senador, respondendo à pergunta da Senadora Eliziane Gama, com relação à comunicação com o Governo Federal.

Eu estou como Presidente do Sindan desde janeiro de 2020. É importante destacar aqui a disponibilidade e a transparência do Ministério da Agricultura com relação ao Sindan. Todos os assuntos que o Sindan levou até o Ministério da Agricultura foram prontamente atendidos com relação a critérios técnicos, com relação a critérios científicos e também com relação a tempo de resposta. Então, existe, sim, já essa comunicação, Senadora, com o Governo Federal e essa comunicação é feita via Ministério da Agricultura e órgãos competentes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Delair.

Para complemento, eu passo, por um minuto, à Dra. Meiruze, para complementar a resposta do Dr. Barra Torres.

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio.

Um pequeno complemento, em especial à pergunta do Senador Wellington, o qual eu já cumprimento e os demais Senadores também.

Senador Wellington, nós notificamos quatro empresas indicadas pelo Sindan como empresas interessadas em produzir o IFA. Solicitamos uma primeira avaliação da própria empresa quanto à sua capacidade, à sua estrutura; os seus próprios relatórios de auditoria, de forma que a gente faça uma avaliação prévia, para posterior visita *in loco* se necessário. No momento, a Anvisa aguarda as informações dessas empresas para continuar o andamento do processo. Já nos reunimos com o Ministério da Agricultura. A partir desse primeiro mapeamento, teríamos uma ideia da necessidade de adequações ou não, em especial também envolvendo o setor farmacêutico do Brasil, colocando essas empresas em contato, já agendando reuniões envolvendo os dois setores, em especial também o setor de laboratórios nacionais.

É uma pequena complementação. As respostas do Presidente foram bem completas às perguntas. E estou aqui, me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Meiruze.

Dr. Maximiliano Cunha, um minuto para V. Exa. concluir e complementar as respostas deixadas pelo Dr. João Lucas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAXIMILIANO DA CUNHA HENRIQUES ARIENZO (Para expor.) – Claro, muito obrigado, Senador Confúcio; muito obrigado, Senadores e Senadoras.

Só, em complemento à fala do Ministro João Lucas, para além das dificuldades naturais e, no caso da OMC, processuais até, de mover consenso em todas as suas decisões, e principalmente em torno dessa proposta à mesa que visa à renúncia completa a partes inteiras e selecionadas de um acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio – o Acordo Trips, por exemplo –, e no intuito de aprimorar as respostas internacionais a todos esses desafios colocados pela pandemia de Covid-19, o Brasil tem procurado sempre – e isso foi desde o começo dessa discussão – promover uma visão conciliadora, pragmática e eficaz para a solução desse problema. E isso em diversos fóruns internacionais, seja no G20, como eu falei, seja no Brics, especialmente na OMC e na OMS. O objetivo é consagrar o acesso a vacinas e medicamentos como bens públicos universais. Na realidade, é isso.

Na OMC, a nossa contribuição tem sido a de construir pontes entre interesses conflitantes, como bem ressaltou o Ministro João Lucas. A OMC decide por consenso. E essa matéria não tem sido consensual. O Brasil não tem estado isolado, outros países em desenvolvimento têm apoiado o Brasil e têm se manifestado no Conselho do Trips sobre essa situação. Por exemplo, o Chile, a Colômbia, a Turquia, o Equador. São países que compartilham com o Brasil essa visão de que é preciso agora, urgentemente, achar uma saída sistemática para o aumento da capacidade produtiva de vacinas.

E, nessa função de construir pontes, o Brasil, claro, vai estar sempre alerta para inserir o interesse da nossa sociedade, do nosso País neste ato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Maximiliano.

Muito bem. Terminado esse bloco, muito bem respondido... Agora o próximo bloco é o da Senadora Zenaide Maia, Senador Marcelo Castro, Senador Oriovisto Guimarães.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, quero aqui já agradecer aos nossos palestrantes, convidados aqui, e ser, assim, bem objetiva.

À Fiocruz eu queria perguntar se já existe, efetivamente, essa pré-transferência de tecnologia para a Fiocruz da vacina, no caso a vacina de Oxford, essa que os senhores estão fabricando. E outra coisa: como está, porque eu vi o Presidente da República falando sobre isso na televisão, o parque tecnológico que está sendo construído na Fiocruz pela iniciativa privada? E, no caso de a gente ter essa transferência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tecnologia, o que é que vai faltar para o Brasil produzir essas vacinas no tempo mais curto possível? Essa é a pergunta.

Dois, ao Instituto Butantan. Faço a mesma pergunta: já temos efetivamente a transferência de tecnologia para a vacina CoronaVac? E o que é que falta para ampliar, por exemplo? E, se há a transferência de tecnologia, a gente vai poder produzir o IFA? É a pergunta para os dois. O que é que falta? O que é que o Congresso Nacional, o Senado, pode ajudar para efetivamente produzir essa vacina no Brasil?

Quanto à quebra de patentes, eu vi aqui opiniões diferentes, mas eu acho o seguinte: é difícil acreditar que a quebra de patentes não seja uma coisa boa, porque 80 países aderiram, inclusive a Índia, que é um dos maiores produtores de IFA do mundo. Fica difícil a população entender isso.

E acho o seguinte: nós temos duas instituições – e uma terceira que eu colocaria, o Instituto Evandro Chagas –, o Brasil tem esses parques tecnológicos da Fiocruz, tem o Instituto Butantan e, como a nossa representante da Fiocruz falou, há mais laboratório brasileiros públicos, gente, vamos priorizar os públicos, porque os privados são instituições privadas, e as instituições privadas visam ao lucro. Quem garante que, quando a gente autoriza a produção de vacinas dentro do Território brasileiro, com instituições mesmo brasileiras, como é o caso do agronegócio agora, que vai produzir se o parque tecnológico for adaptado, se se optar por esse parque tecnológico de saúde animal, essas vacinas produzidas... Porque o que eu vi aqui é que elas não vão ter recursos públicos. Essas vacinas vão ser destinadas ao SUS, ao Programa Nacional de Imunizações?

Então, são essas as perguntas, mas já deixando minha opinião. Temos parques tecnológicos que precisam de investimentos. Então, por que não investir no Butantan e na Fiocruz, que já têm uma longa história de respeito internacional e de produção de vacinas?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O nosso colega Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar a todos, especialmente os palestrantes, que fizeram apresentações muito enriquecedoras e esclarecedoras. E aqui, no meu caso, eu me sinto 100% contemplado com os esclarecimentos.

Quero parabenizar também a condução do nosso ilustre colega Confúcio Moura, o requerimento do nosso Senador Otto Alencar e o Relator, nosso Wellington Fagundes.

Nós estamos aqui para tratar do assunto das fábricas de produção de vacinas animais adaptadas aos humanos. Pelo que vimos, é uma coisa exequível, mas a médio e a longo prazo. Então, acredito que não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

devamos desistir disso, mas que devamos ter a noção prática de que isso não é para o já, é para daqui a pouco.

O segundo assunto de que nós estamos tratando aqui é a questão da quebra de patentes.

Perguntaria: nós vamos quebrar essas patentes e, depois de quebradas, vamos fazer o que com elas? Suponhamos que a gente quebre a patente da Pfizer. Nós temos tecnologia para fabricar a vacina da Pfizer aqui, ou a da Moderna? Não temos. Então, eu, que ontem era muito francamente a favor da quebra de patentes, hoje acho que seria contraproducente, não vejo assim diretamente, do ponto de vista prático, pragmático, nenhuma vantagem quanto a isso.

Qual seria a nossa preocupação principal? Entendo eu que é a de acompanhar os contratos que estão em curso, o fornecimento do IFA pela China para o Butantan e para a Fiocruz, aí sim. Por quê? Se for verdade, e eu tomo como verdadeira, porque não há motivo contrário para isso... O Butantan e a Fiocruz, segundo os seus diretores, podem produzir 1 milhão de doses por dia. Então, só com o Butantan e a Fiocruz, já são dois milhões de doses por dia. Nós temos essa capacidade de vacinar dois milhões de brasileiros por dia? Eu acho que a nossa capacidade seria de dois milhões. Então, já temos vacina suficiente para vacinar os brasileiros só com a Fiocruz e o Butantan, mas temos mais a ButanVac – o Dimas Covas está dizendo aí que a fábrica que produz a vacina contra o vírus da influenza vai estar liberada em maio. Pelo que sim, pelo que não, vamos dizer que maio seja agosto. Então, eu acho que é um prazo razoável se houver essa capacidade. Temos 100 milhões de doses contratadas da Pfizer, que diz que começa a entregar agora em abril e maio, neste mês e no próximo, e o volume maior seria a partir do terceiro trimestre, que começa em julho. Então, seria em julho, agosto e setembro. Temos 38 milhões da Janssen. Temos mais o consórcio Covax Facility. E temos mais a Sputnik, que está dependendo da aprovação da Anvisa, com 37 milhões só contratados pelos Estados brasileiros e pelo Consórcio Nordeste. Então, entendo eu que o nosso volume seria de 150 milhões de pessoas brasileiras para serem vacinadas, e nós temos vacinas suficientes para isso.

Então, do meu ponto de vista, qual é o papel que nos cabe, ao Ministério das Relações Exteriores, à Comissão de Relações Exteriores, à nossa Comissão da Covid? O acompanhamento para que esses contratos sejam efetivamente cumpridos e, sendo cumpridos, eu acredito que nós estaremos com a nossa vacinação em dia.

Essa é a minha manifestação.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Muito obrigado, Senador Marcelo Castro.

Eu passo a seguir a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Confúcio! Meus efusivos parabéns pela promoção desta audiência com tão ilustres autoridades, porque é disto realmente que o Senado precisa: informações técnicas, informações da ciência para não cometermos erros em nossas decisões.

Senador Confúcio, demais colegas e cientistas que aqui estão, todo mundo tem direito a um percentual de erro na vida. Assim é para as pessoas – nós não precisamos sempre tirar dez na escola para sermos aprovados; com sete, oito ou nove já somos aprovados – e assim é também com as empresas e com as nações.

O Brasil tinha direito a uma cota de erros a serem cometidos na condução de como resolver essa vacina. Nós já gastamos a nossa cota de erros. Não é possível nós errarmos mais. Nossa cota de erros foi totalmente usada pelo Executivo federal. Nós negamos, nós falamos um tanto de bobagem, nós receitamos medicamentos que não funcionam. Enfim, chega de erros, não temos o direito e não podemos errar mais.

Ontem eu estava muitíssimo preocupado no Senado, no nosso Plenário, porque sentia um clima de que nós votaríamos pela aprovação da quebra das patentes. E eu, àquela altura, não estava com a minha mente devidamente esclarecida e tinha muito medo de que isso fosse mais um erro, mais uma forma de politizar a doença. É a politização do outro lado. Tivemos uma politização de um lado, que receitava a cloroquina e que negava a doença. Agora, vamos ter a politização de um outro lado, que quer quebrar a patente e que quer colocar no capitalismo a culpa pelo vírus. Não! Pelo amor de Deus, não podemos errar mais!

Ficou muito claro nesta audiência para mim, e acho que para todos os Senadores, que a quebra de patentes não é o melhor caminho para termos vacinas a curto prazo.

A minha pergunta, Sr. Presidente, já encerrando. Eu vou fazer uma pergunta em aberto. Dos nossos convidados, respondem aqueles que quiserem, porque daqueles que não falarem nada eu já entendo a resposta como uma afirmação, o silêncio para mim já vai ser uma resposta. Alguns dos cientistas que estão aqui hoje enxergam alguma vantagem em se quebrar patente? Se sim, por favor, se pronunciem. Se não enxergarem, o silêncio já será a resposta.

A segunda pergunta que eu tenho – também em aberto, para todos – é: o que está em nossas mãos, o que é que nós podemos fazer de imediato em 90 dias, em 60 dias? Há lá a ButanVac, que, inclusive, ninguém citou, nem o Dr. Dimas, mas ele já citou em outras entrevistas, que é dose única, e 40 milhões são para 40 milhões de brasileiros. A segunda pergunta é: o que nós podemos fazer de imediato para melhorar a situação da pandemia? Um *lockdown* nacional, com coordenação nacional, é uma coisa possível, não depende de importação, não depende de nada, depende de vontade política. Isso ajudaria?

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode concluir, Senador Oriovisto.

Podem passar a palavra para o Oriovisto concluir, por favor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu concluí, eu concluí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem, muito obrigado.

Muito bem, terminamos esse bloco. Vamos às respostas.

Eu vou passar a palavra – foram muito questionados pela Senadora Zenaide a Fiocruz e o Butantan – à Fiocruz e, logo a seguir, ao Butantan. A seguir, eu continuo passando a palavra para todos – aqueles que tiverem perguntas, respondem; quem não tiver, passo à frente.

Com a palavra o representante da Fiocruz.

O SR. MARIO SANTOS MOREIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia, Senador Marcelo Castro e Senador Oriovisto.

Eu queria fazer um comentário breve antes sobre coisas que foram ditas aqui e que são importantes e emblemáticas para que o Senado possa compreender a situação que estamos vivendo, que, como eu disse antes, é uma situação conjuntural, uma tragédia sanitária, humana, social e que tem impactos econômicos, mas ela se insere num contexto estrutural – esse é um ponto importante.

O nosso colega Delair disse uma coisa aqui que me salta aos olhos: o Brasil é autossuficiente para vacinar o seu rebanho e não é autossuficiente para vacinar a sua população. É uma coisa que nós precisamos mesmo discutir a fundo, entender por que isso acontece. O Brasil chegou, há uns dez, quinze anos, a atingir a sua autossuficiência em vacina. Temos que ver por que perdemos essa condição. E se o Sistema Único de Saúde, que é universal, precisa prover a vacina à sua população em tempos normais, imaginem agora! Esse é um ponto.

Há outro ponto que eu queria destacar também. Eu fiz uma conta rápida aqui, ela não tem tanta precisão, mas é nesta ordem: o Brasil já gastou algo entre R\$25 bilhões e R\$30 bilhões para adquirir vacinas – e tem que fazer isso, é claro, evidente. Eu pergunto o quanto a gente está investindo para que essa situação de dependência seja reduzida. É outra reflexão que trago aqui para todos nós, nós do setor público que militamos na área da ciência e da tecnologia, na produção, estamos trazendo isso ao Senado como um elemento a ser discutido, porque merece muita reflexão e aprofundamento, é um ponto importantíssimo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, agora vamos a questões mais técnicas que foram colocadas aqui. Eu já falei sobre a transferência de tecnologia. Embora o contrato não tenha sido assinado, o contrato tem dimensões científicas, tecnológicas e também econômicas que estão tomando tempo – disso não tenho dúvida nenhuma –, mas o pacto que temos com a AstraZeneca é de que, em nenhum momento, o processo de transferência de tecnologia já em curso, como eu falei para os senhores, seja interrompido pela não assinatura do contrato. Então, não há aí nenhuma possibilidade de atraso.

Nós estamos com um empreendimento em Santa Cruz que também, salvo engano, é o maior empreendimento de infraestrutura no Brasil hoje; é um empreendimento em produção de vacinas. Começamos a primeira fase desse empreendimento, já foi investido R\$1 bilhão nessa nova fábrica. E, agora, a gente lançou um edital que traz uma inovação muito grande, que é a possibilidade de investidores entrarem no edital, se responsabilizarem pela obra por meio de um projeto da Fiocruz que já está pronto, é o projeto executivo de engenharia, e eles entregarem essa planta para a gente, para que a Fiocruz, depois de certa carência e durante algum tempo, pague um aluguel até que o retorno ao setor privado seja possível e a planta passe ao patrimônio da Fiocruz. Então, é uma inovação que nós fizemos para poder acelerar a construção dessa planta, visto que a Fiocruz enfrentava sérios problemas de financiamento pela via do orçamento plurianual ou anual.

Então, essa planta, como a Nísia já adiantou aqui, inicia suas operações em 2024. Ela multiplica por cinco a capacidade atual de produção da Fiocruz, para vocês terem uma ideia, mas o desafio passa a ser outro: é o desafio tecnológico, como o Marcelo falou e o Dr. Dimas falou. Todo mundo que está aqui já está consciente de que o Brasil precisa ter capacidade científica, sobretudo tecnológica, de desenvolvimento de novas vacinas. Essa é uma corrida de revezamento em que os cientistas têm que passar o bastão para a gente, pessoas de engenharia, engenharia tecnológica, que, por sua vez, depois, passam o bastão para a indústria. É nesse ciclo que uma vacina chega ao mercado; não é um cientista, não é um desenvolvedor, tampouco a indústria por si só que serão capazes de resolver esse problema. E isso requer política pública, coordenação.

Nós temos capacidade científica, nós temos capacidade de produção. Precisamos recheiar esse meio-campo, fazer essa ponte entre a nossa produção científica e a nossa capacidade industrial, em que a Fiocruz e o Butantan são os expoentes, mas temos outros laboratórios, tanto públicos – como a Senadora já chamou atenção –, mas também laboratórios privados.

Vale lembrar aqui que as inovações no campo da vacina nesses últimos meses, nesses últimos 12 meses, foram de caráter disruptivo. A gente nunca viu tanta vacina ser desenvolvida num período tão curto de tempo e, o mais importante – me permita estender aqui um pouco o tempo, Senador Confúcio –, as vacinas foram desenvolvidas numa outra lógica científica, numa lógica que se aproxima muito mais da indústria farmacêutica tradicional, vacinas sintéticas, e não vacinas de base biotecnológica. Isso vai mexer no mundo, e o Brasil tem que estar acompanhando isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu diria, eu acho que aqui já se constrói um consenso de que licenciamento compulsório das tecnologias de produção não adianta se a gente não tiver base tecnológica nem indústria preparada para produzir essas vacinas. Então, nessa questão urgente que a gente enfrenta agora, licenciamento compulsório de patentes não adianta.

Quanto à utilização do setor produtivo de vacinas de uso veterinário, eu acho que, dada a situação, nós temos que explorar todas as possibilidades que estão ao nosso alcance, todas, tanto do setor de produção de vacinas veterinárias, que, por excelência, é privado, como do setor privado nacional que produz também medicamentos injetáveis, que pode entrar nesse esforço nacional, como também os laboratórios públicos. Nós temos laboratórios em vários Estados que teriam capacidade de entrar nesse esforço. Não será um esforço ordinário, natural, de um processo de transferência de tecnologia que, da forma ordinária, demora anos. Nessa luta, nessa emergência, o mundo mostrou ser capaz de desenvolver vacinas para atender a essa emergência em poucos meses. Nós temos que acompanhar isso.

O Presidente da Anvisa, Dr. Barra, já nos alertou, e a Fiocruz concorda mesmo, para o fato de que essa pandemia tem um horizonte temporal muito maior do que o que todos nós aqui esperávamos. Então, nós temos que ter capacidade nacional que conceda autonomia para o Sistema Único de Saúde, e, eu diria, mais do que autonomia, soberania, para que a gente possa ter um programa de vacinação que atenda aos anseios da nossa população.

Eu espero que nunca mais – vou bater aqui na madeira – a gente tenha uma pandemia dessa proporção, mas nós enfrentaremos situações de emergência, como nós enfrentamos na epidemia de zika e de chikungunya. Há um monitoramento que nos aponta que outras viroses podem acometer o mundo. Quanto mais a gente avança no meio ambiente, essa possibilidade aumenta.

Então, do que a gente trata aqui? É claro, é evidente que é uma situação urgente. Amanhã temos que ter soluções concretas, mas também temos que resolver o problema estrutural de recuperar a capacidade científica e tecnológica do País nesse setor que é vital para a saúde da população brasileira.

Obrigado pelo tempo extra.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Mario, eu queria que o senhor respondesse ao questionamento do Senador Oriovisto. O que o senhor recomendaria para os próximos 90 dias em ações práticas para o atendimento da vacinação da população brasileira, para diminuir essa tragédia?

O SR. MARIO SANTOS MOREIRA – Senador, por um lado, eu acho que o Butantan e a Fiocruz já estão acelerando no limite do possível – no limite do possível. Senador, eu trabalho com produção de vacinas há 20 anos. O que nós estamos fazendo é realizado no limite do possível para produzirmos o máximo de vacinas que possamos ofertar ao PNI. Temos uma limitação clara. Qual é a limitação? Os insumos, que ainda são importados.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, mesmo considerando que a oferta de vacinas em escala mundial esteja sofrendo uma crise por conta desse déficit que nós estamos enfrentando, a situação do País é uma situação especial, seja pelo lado humanitário, pelo número de mortes que estamos presenciando a cada dia, mas também, o que é igualmente importante, pela circulação acelerada do vírus, que está promovendo novas variantes e preocupação. Isso tem que ser dividido com o mundo. Nós precisamos interromper a circulação dessa pandemia no Brasil, precisamos interromper a transmissão do vírus.

Nesse ponto, eu acho que a nossa diplomacia cumpre o papel importantíssimo de achar, onde quer que haja, tanto o IFA, idealmente o IFA que o Butantan já está usando, idealmente o IFA que a Fiocruz já está usando... Mas, nesta altura do campeonato, permita-me dizer, é preciso encontrar qualquer IFA que esteja disponível. Aí teremos que ter o apoio, é evidente, da Anvisa, mas assim conseguiríamos alinhar toda a nossa capacidade de envase – setor público, setor privado; vacina humana, vacina animal – para produzir mais vacinas, e também, claro, encontrar vacinas prontas onde quer que estejam. Esse é um ponto nessa lógica da característica de tragédia humanitária e de saúde humana global.

O Brasil hoje coloca em risco a estratégia global de contenção desse vírus, porque, conforme for circulando nesse ritmo em que está circulando, nós estamos produzindo variantes que podem colocar em questão a eficácia das vacinas que estão aí no mercado.

Então, eu acho que, a despeito do esforço do Executivo – tanto estadual de São Paulo, Butantan, lá; quanto da Fiocruz – de acelerar, expandir ao máximo a sua capacidade, a nossa diplomacia tem um papel fundamental.

E temos o setor privado também, Senador, se o senhor me permite.

Nós estamos agindo junto ao setor privado, que tem se mostrado muito solícito e solidário no esforço da Fiocruz de ampliar sua capacidade de produção. Os biorreatores que estão lá instalados hoje foram comprados pelo setor privado e boa parte da engenharia nacional está nos ajudando a pelo menos estudar meios de ampliar a capacidade de produção da Fiocruz. Além disso, também o setor privado, grandes grupos nacionais estão, por conta dos seus interesses comerciais com os países que estão produzindo essas vacinas, fazendo seus contatos para que o Brasil possa ser objeto de alguma prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Bem, a Senadora Zenaide também direcionou ao Butantan e depois vem a pergunta genérica; há também a do Marcelo Castro, a quem eu vou designar a palavra, e ele já responde aos dois. Por fim, é a pergunta padrão do Senador Oriovisto: quem for a favor da quebra de patentes se apresente e justifique; quem não for fique em silêncio. E também o que cada um pode fazer em 90 dias.

Então, com a palavra o representante do Butantan, Dr. Cristiano Gonçalves.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTIANO GONÇALVES PEREIRA (Para expor.) – Senador, muito obrigado.

Primeiro, eu gostaria de agradecer e ressaltar o quão importante foi o discurso da Senadora Zenaide Maia em relação ao investimento que precisamos ter aí no complexo industrial de saúde, nas instituições públicas que nós temos aqui. O que a gente tem visto hoje é um reflexo do que a falta de investimento de ciência e tecnologia nas nossas instituições causa.

Esse assunto de quebra de patentes, se vocês pensarem muito bem, chega a cruzar a linha do que não é justo. Se as instituições internacionais têm capacidade de gerar tecnologia, gerar patentes, gerar tecnologias que são promissoras, não é justo que a gente chegue agora, neste exato momento, e tente trazer isso para cá de uma forma compulsória. Apesar de todos os efeitos aí não práticos e não favoráveis em relação ao licenciamento compulsório, a gente de fato deve investir em ciência e tecnologia para a gente recuperar as nossas tecnologias proprietárias. Vai ser mais louvável que outros tentem copiar as patentes que são geradas aqui no Brasil, e não o contrário.

Enfim, em relação à pergunta que ela fez da transferência de tecnologia, isso está, sim, previsto; não há nada que a gente possa fazer agora para acelerar isso, porque há o próprio tempo da construção dessa fábrica. Então, para produzir a vacina aqui, a gente precisa da fábrica; se a fábrica não está pronta, a gente não consegue ainda produzir esse IFA aqui. E a fábrica é justamente para isto, para a gente ter condições de produzir o IFA nacionalmente, aqui nas nossas instalações.

Também gostaria de agradecer o quão esclarecedora e importante foi a manifestação do Senador Marcelo Castro, que se mostrou até ontem favorável à quebra de patentes e que hoje, por conta dos esclarecimentos, se conscientizou contra essa medida.

O licenciamento compulsório, de fato, não traz esse benefício de imediato. E uma coisa que vocês podem pensar é: se até mesmo os produtores de vacinas – nós aqui no Instituto Butantan e a Fiocruz – se posicionam contra essa medida, esse já é um bom sinal para a gente não seguir com isso, porque quem vai se beneficiar com as quebras de patentes são os próprios produtores. Se os produtores não acreditam que essa é uma solução que venha a ocorrer no médio, no curto prazo ou até mesmo no longo prazo, assim como o Dr. Mario comentou, isso já é um bom sinal para vocês de que isso não vai ser relevante para a gente neste momento. A patente é um fragmento muito pequeno da tecnologia. A gente tem ainda *know-how* e outros processos que são assegurados por segredos industriais e que não estão embutidos na patente. Então, a patente sozinha não traz o benefício que espera um produtor.

O ponto que foi citado em relação ao *gap* que a gente tem agora de maio, de produção em relação à BuntanVac, esse é um *gap* que a gente tem mesmo em maio. O interessante de se ressaltar sobre essa vacina é que a gente já a produziu e já consegue produzi-la. Então, é uma vacina que utiliza a fábrica que nós temos aqui, de base de ovo, e a gente já é capaz de produzi-la a partir de já. O que é dependente agora neste momento é o desenvolvimento clínico. Por isso é que a gente aguarda e a está submetendo a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudos, para a gente estudar melhor essa vacina, e vamos produzi-la agora em maio a risco. Então, é um compromisso que o Butantan tem de estocar essa vacina. Assim que o estudo clínico estiver completo, já teremos vacinas aqui disponíveis.

O Senador Guimarães ressaltou aí a questão de o que a gente pode fazer nesse período de 90 dias. Ele também ressaltou a questão de que "fique em silêncio aquele que não é favorável à quebra de patentes", e eu acabei não me contendo aqui, por ser um especialista mesmo na parte de propriedade intelectual. Mas, enfim, o que a gente consegue fazer agora? É difícil a gente remediar uma falta de planejamento. O planejamento é feito justamente para a gente evitar que no futuro ocorra uma situação crítica. Como o planejamento foi de certa forma falho, por inúmeras razões, é difícil a gente consertar agora uma falha de planejamento que nós tivemos. O que a gente pode fazer para tentar remediar e tentar dar um alívio em relação ao número de casos e de mortes que a gente tem visto crescer é realmente tomar nossas medidas de segurança e até mesmo de isolamento físico e de *lockdown*. Se a gente conseguir restringir o número de casos, a gente vai aguardar um pouco mais pacientemente a chegada de vacinas e vai conseguir imunizar a população.

Nós temos visto aí que Araraquara e outras cidades que partiram de fato para um *lockdown* bastante intenso e rígido hoje reduziram drasticamente o número de casos. Então, o que a gente tem que focar hoje é reduzir o número de casos. A vacina está chegando aos poucos; ela vai chegar. Se a gente reduzir o número de casos, pacientemente, a gente vai, até mesmo próximo do segundo semestre, ter quantidade suficiente de pessoas imunizadas.

É basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Cristiano.

É o seguinte: basicamente ficou a pergunta do Senador Oriovisto agora para os outros.

Se houver alguém a favor da quebra de patentes, que se manifeste; quem não for pode ficar quieto. Então, quem for a favor, de qualquer um dos nossos ilustres convidados, pode usar a palavra.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador Confúcio Moura...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Dr. Antonio Barra. Pode falar.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – A questão é a seguinte: a minha formação básica é em cirurgia vascular. É uma especialidade cirúrgica muito cruenta e muito objetiva também. Então, eu acredito em objetivo prático. Quebra pela quebra não tem efeito nenhum; é quebrar a patente de algo que possa ser produzido aqui e preferencialmente em tempo de nos atender neste momento. Isso restringe o universo amostral a praticamente zero, porque é um processo, é longo. O ato de quebrar em si



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não é longo, mas a consequência dele, em termos objetivos, leva tempo. Então, no caso objetivo, vejo pouca utilidade, mas entendo que cada país, diante das dificuldades que enfrenta – e particularizando o Brasil, onde as dificuldades são imensas – teria que analisar objetivamente a utilidade disso, e justamente por isso não descartaria a possibilidade, mas é claro, com uma ação objetiva, com uma ação concreta para trazer benefícios, e jamais como qualquer outra atitude, como qualquer outro tipo de ato, principalmente político.

O senhor está abrindo agora somente para essa pergunta, que é a questão da patente, ou para a outra pergunta também, que é o que cada um pode fazer em 90 dias?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Foram justamente duas perguntas dele: aqueles que forem a favor da quebra de patente se manifestem e justifiquem; e o que fazer em 90 dias?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perfeito. Obrigado, Senador.

Eu confesso que, o que mais fazer em 90 dias, em termos regulatórios, pela agência, não sei. Acho que estamos fazendo tudo que é possível. Já fizemos tudo que é possível. A Anvisa foi a agência mais rápida do mundo na avaliação de protocolos vacinais. Deu duas autorizações em nove dias, para Coronavac e AstraZeneca no uso emergencial. Em 17 dias fez o registro completo da Pfizer e em menos tempo ainda fez a análise da Janssen.

Então não há nenhuma outra agência regulatória no mundo, mesmo nas agências de patamar da Anvisa... A Anvisa está seguramente entre as melhores agências regulatórias do mundo. Isso não é dito por nós, isso é dito pelas agências coirmãs e pela nossa certificação. É um patrimônio do Brasil, do cidadão brasileiro. Então, não é meu, não é dos diretores, não é de ninguém que está aqui de passagem. É um patrimônio perene do cidadão brasileiro, que tem buscado cumprir com a sua missão da melhor maneira possível, lamentavelmente enfrentando uma série de dificuldades que nada têm a ver com a pandemia, dificuldades criadas artificialmente neste momento.

Então, o que fazer, o que a agência deve fazer nos próximos 90 dias? Que ela tenha a oportunidade de continuar fazendo o seu trabalho, e que ela conte com o apoio do nosso Congresso Nacional. Não estamos aqui dizendo que não devemos receber críticas, muito pelo contrário. V. Exa. mesmo já teve a oportunidade de efetuar a sua crítica construtiva e foi muito importante. Nós pudemos rever conceitos, e é assim que acho que deve ser, principalmente num momento em que o inimigo é só um, é um vírus invisível que está ceifando vidas em uma velocidade absurda no nosso País. Então, que esses ventos de finalmente – talvez até tardiamente, mas que bom que aconteceu agora – de uma união realmente nacional de todos nós com foco nesse objetivo, eu acho que isso é o que nós podemos fazer, e não é em 90 dias, isso é agora e é o que já está sendo feito. Talvez sejam as últimas colocações, creio eu, que faço: que os nossos auditores valorizem o trabalho dessa agência nacional. Ela é um patrimônio, foi difícil de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

construir, foi penoso construir. Não fui eu que construí, foram os que vieram antes de mim, juntamente com os servidores concursados que estão aqui há mais de 20 anos. Muitos vieram do Ministério da Saúde. Eles que a fizeram, o mérito é deles. São cidadãos comuns, pais de família, mães de família que sacrificam suas vidas, já não têm mais vida particular, não têm mais feriado, não têm sábado, não têm horário de noite, não têm mais nada; estão se dedicando a cumprir sua missão. E não somos só nós. Todas essas instituições que estão aqui hoje dão sua parcela. Mas não há dúvida nenhuma de que quis o destino que a Anvisa tivesse uma posição central nesse enfrentamento. Então, peço que a valorizem. Se quiserem conhecê-la, vamos marcar, venham conhecer, ou vamos conhecer virtualmente, se for o caso. Mas antes de elevar a palavra da crítica, que venham nos conhecer. Isso é muito importante.

Agradeço esta oportunidade, Senador. Só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Vocês estão vendo que é uma audiência fantástica, que já está com três horas e quarenta e cinco minutos. Nós temos três Senadores inscritos: Senador Nelsinho Trad, Senadora Rose de Freitas e Senador Luis Carlos Heinze. E eu tenho perguntas pingue-pongue dos internautas, porque muitos, devido ao tema, foram atraídos. Centenas e centenas de internautas participam. Mas nós já selecionamos aqui poucas perguntas. A gente faz assim no pinga-fogo, para todos os senhores.

Então, eu vou passar a palavra agora para o Senador Nelsinho Trad, depois para a Senadora Rose de Freitas e depois para o Senador Luis Carlos Heinze, que estão inscritos.

Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, muito obrigado.

Gostaria de fazer uma confissão a todos: V. Exa. pacifica a condução de qualquer reunião – eu penso que isso é da sua personalidade – com esse modo sensato, sereno, equilibrado. Isso é muito importante para a gente atingir os objetivos.

Eu queria aqui também aproveitar para agradecer aos pares que dividiram comigo ontem a decisão de apoiar o Presidente Rodrigo Pacheco de estender por mais sete dias, para que possamos ter um juízo melhor. Confesso para V. Exas. que é um projeto extremamente sensível, complexo, que precisa realmente ter uma inspiração divina para que se possa emitir um melhor juízo diante da situação que estamos vivendo.

Para tanto, nós conseguimos, com o auxílio do Presidente Rodrigo Pacheco, agregar valor na consultoria técnica legislativa e devemos promover, amanhã, uma reunião virtual com vários integrantes da área que é relacionada a essa questão, favoráveis e contrários, justamente para a gente poder debater bem, exaurir bem essa questão, porque o objetivo de toda essa história é o que todo mundo quer: nós



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

queremos que cheguem mais vacinas, queremos que cheguem mais insumos e, de preferência, com um custo mais reduzido. Esse é o "q" de toda questão.

Daí a pergunta sempre muito perspicaz, característica da personalidade dele, do Senador Oriovisto, sem rodear o toco, como se diz lá no meu Estado: você é favor ou contra? E vamos tocar para frente. Então, esse... Não falo nem abacaxi; essa jaca está comigo, e eu vou ter de descascá-la para que a gente possa ter o melhor resultado possível.

Amanhã eu vou disponibilizar para V. Exa. o *link* da reunião para que a gente possa estender a todos os colegas que queiram participar. Eu rogo que vocês participem. Conto com todos vocês! Temos que... *(Falha no áudio.)* para o que estamos vivendo.

Era apenas essa constatação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Não quero fazer pergunta nenhuma, até porque as outras perguntas que... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A sua internet está com problema, Nelsinho. Não estamos te ouvindo.

Muito obrigado.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Pronto. Já encerrei.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero saudar a todos que estão participando desta reunião.

Há pouco eu falava com o Senador Paim, que parece que estava inscrito. E eu não ouvi a menção ao nome dele na lista dos inscritos. Peço a V. Exa. para verificar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

Ele está inscrito. Entrou recentemente, e já o inscrevemos aqui.

A senhora pode ficar tranquila. Ele vai falar.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu confesso: nós todos estamos vivendo muito angustiados ultimamente com os desafios de procedimentos nesta questão da pandemia. Eu ficaria hoje, porque ouvi perguntas que me contemplaram, com as palavras do Maximiliano, que falou sobre a questão da OMC, sobre a quebra da patente, que isso pode prejudicar o Brasil no futuro.

Um país que tem esse nível de mortes e a falta de decisões oportunas já está prejudicado. E vai chegar a meio milhão de óbitos de pessoas por falta de uma política definida em relação à oferta da vacina, que é essencial para salvar vidas. Já está prejudicado!

Depois, dentro da OMC, a gente vê que só se toma decisão de consenso. Como um país enorme, como os Estados Unidos, e outro pequenininho vão ter consenso em relação aos interesses que estão jogados neste momento de pandemia, como o interesse de salvar vidas, conseguir vacinas e tudo mais? Então, esses interesses conflitantes, parece-me, são prejuízos públicos permanentes. Não vou aqui questionar a OMC, porque nós temos coisas mais urgentes hoje para fazer, mas esperamos que oportunamente possamos fazê-lo.

Eu acho que poderia ficar aqui, além dessa observação que eu fiz...

O Sr. Delair, do Sindan, que oferta essa questão, relata as quatro fábricas que têm à disposição. Como eles evoluíram para produzir esses insumos necessários, com 100% de produção nacional! E a questão da tecnologia, como se vai produzir, se por fermentação ou por outros métodos, não vem ao caso. O que vem ao caso agora é exatamente nós sabermos com quem contar nesta hora para quebrarmos este imobilismo que estamos tendo: se não temos insumos, não temos vacinas; se não temos vacinas, temos mortes, e por aí afora. Então, eu gostaria que o Sr. Delair...

Aliás, quando o representante da Anvisa fala de nove dias, que consegue adotar uma emergência em 17 dias, eu olho um pouquinho atrás e vejo que a morosidade também prejudicou muito a evolução do processo de se ter vacinas. O Brasil está muito atrasado, os investimentos são precários. Não quero duvidar da tecnologia dos técnicos, V. Sa. tem essa posição para poder tratar dessa questão da vacinação, mas eu teria uma pergunta rápida à Anvisa: o que falta para a Anvisa decidir? O que está lá dentro da Anvisa, na ponta da agulha, para decidir agora, imediatamente, nos prazos que o senhor gabou em relação ao que está pendente na Anvisa? Para mim, é muito vergonhoso saber que a OMC rapidamente nos respondeu quanto à integração na caravana para visitar sobre a questão da Sputnik.

A outra pergunta, para o Sr. Delair, muito rapidamente, acho que vai responder com três palavras: o que falta, quem precisa ser acionado, a quem precisa se dirigir o Sindan para que possa, a partir daquele momento... Há uma fábrica fechada, o Butantan falou sobre ela, há outra sendo construída e o senhor tem quatro fábricas que podem também produzir os insumos necessários para as vacinas. O que falta, Sr. Delair? Segundo as suas palavras e sua disposição – quem dera que cada quadro deste Brasil tivesse um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Delair, um Butantan, uma Fiocruz e tal! –, o que falta e quem falta para que o senhor seja acionado, na frente do Sindan, para ajudar o Brasil a sair dessa quadra tão sofrida e tão difícil?

E para a Anvisa: o que está lá na ponta da agulha para decidir? Sei que os senhores suspenderam o protocolo da Sputnik. O que falta, o que depende de vocês para que a gente possa utilizar a vacina no Brasil?

E outra coisa...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Rose, pode continuar, pode concluir seu raciocínio, Senadora Rose, por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode concluir.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Queria que o Projeto 926, de V. Exa., de 2021, que nos ajuda neste momento em que precisamos de tantas coisas, fosse para a pauta; falaram-me que semana que vem irá. É um projeto que vai ajudar muito no combate da Covid. Eu queria pedir a V. Exa. para incluir na sua pauta de prioridades. É uma votação que pode ajudar muito o Brasil nesta hora.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Nós temos aqui... Entrou mais gente, meus amigos, para vocês verem como esta audiência está quente, está boa, de altíssimo nível. Eu só tenho a agradecer a todos os convidados e aos Senadores maravilhosos, que tanto prestigiaram esta audiência de hoje.

Senador Paim, o senhor... Há o Randolfe, Senador Luis Carlos Heinze e o Senador Paim. Eu vou completar este bloco, já que o Nelsinho não fez perguntas. Eu vou completar o bloco.

Senador Randolfe, com a palavra. *(Pausa.)*

Senador Randolfe... Ele está longe, em Macapá. Até chegar minha voz lá demora. *(Risos.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pronto, o senhor me escuta?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Escuto bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, quero pedir desculpas a V. Exa., aos colegas da Comissão e aos nossos ilustres convidados, porque, em paralelo aqui à nossa Comissão, eu estou também participando da reunião do Colégio de Líderes do Senado. Às vezes, temos aqui que cumprir mil e uma tarefas ao mesmo tempo.

Mas, Presidente, rapidamente, a minha pergunta, diretamente falando, é ao Sr. Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Dr. Antonio Barra Torres, o qual eu cumprimento. E é uma pergunta misturada com apelo.

Dr. Barra Torres, veja, o que nós mais estamos precisando – V. Exa. sabe melhor do que eu... E eu quero agradecer a atenção que V. Exa. tem tido nos momentos que estivemos aí, inclusive, anteriormente, para o registro da Coronavac. Hoje a Coronavac é a vacina que mais recebem os brasileiros: de cada dez brasileiros vacinados, oito estão sendo vacinados pela Coronavac. Da mesma forma, preocupa-me a circunstância atual da imunização, da vacinação no País.

Há dois pedidos de registro sobre a Anvisa – já foi perguntado, acredito, isso aqui para V. Exa. –, que é o da Covaxin, do laboratório da Bharat Biotech, e da Sputnik. Eu pergunto a V. Exa... Há duas resoluções da Anvisa, as Resoluções 483 e 476; uma cuida de registro de medicamentos e a outra cuida de registros de vacinas. O inciso IX da Resolução 483 diz o seguinte: "deixar público que o produto não foi avaliado pela Anvisa quanto aos critérios de qualidade, eficácia e segurança, e que o referido produto possui aprovação em agência reguladora sanitária estrangeira". Eu pergunto a V. Exa.: não seria possível, para, inclusive, agilizarmos a incorporação de mais esse arsenal aos imunizantes que temos no Brasil, adotar, na resolução que trata das vacinas, esse dispositivo da resolução que trata de medicamentos? E eu faço essa pergunta pela nossa angústia.

Parece-me que há 10 milhões de doses adquiridas da Sputnik por parte do Governo brasileiro, 10 ou 12 milhões; 20 milhões pelo Consórcio do Nordeste; há outras 30 milhões da vacina Covaxin; e que poderiam estar disponibilizadas já agora. E são, convenhamos, imunizantes que estão autorizados – a Sputnik está autorizada pela agência sanitária russa; a Covaxin está autorizada pela agência sanitária indiana. Inclusive, ontem, nessa madrugada, o Primeiro-Ministro da Índia tomou a segunda dose dessa vacina, a Covaxin. Hoje tem um *post* do Governo indiano dizendo que ultrapassou os Estados Unidos como país que mais aplicou doses. E boa parte dessas doses foram da vacina Covaxin. Essa segunda vacina, a Covaxin, do laboratório Bharat Biotech, já obteve a autorização da agência sanitária mexicana, enfim... Não seria possível isso, inclusive para desincumbir a Anvisa de qualquer responsabilidade, para nós temos ampliado o arsenal? Porque me parece que o nosso grande problema... Nós vamos ter vacinas para o segundo semestre, mas o nosso grande problema, Dr. Barra Torres e colegas, é esse primeiro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semestre. Se a gente não ampliar o nível de imunização, nós estamos numa tragédia sanitária, num atoleiro sanitário sem tamanho!

Acho que desde a Peste Negra, na Idade Média, não há uma nação tão envolvida num atoleiro sanitário como a nossa está. Podemos, segundo um epidemiologista, chegar a 5 mil mortos neste mês de abril! A minha angústia – dê-me o direito à angústia –, que acho que é a minha e a dos demais colegas Senadores, é nós podermos, de imediato, ampliar o nível de imunizações, para reduzir a perda de vidas de brasileiros e brasileiras.

Então, é esse o questionamento e sugestão que faço ao Dr. Barra Torres.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze. *(Pausa.)*

Luis Carlos Heinze. *(Pausa.)*

Opa... Com a palavra, Heinze. Pode ligar seu som. *(Pausa.)*

Não o estamos ouvindo, Heinze. Alguma coisa... Dê uma olhadinha aí, o que está acontecendo... *(Pausa.)*

Agora fechou. Abra de novo. *(Pausa.)*

Isto. Pode falar. *(Pausa.)*

O que está havendo? Não o estamos ouvindo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Passe ao Paim, e eu volto na sequência...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pronto! Pronto! Pode falar. Pode falar, Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Do Amapá para São Borja, Rio Grande do Sul, tchê. Vamos lá. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – De norte a sul. De norte a sul.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Confúcio, primeiro, parabéns ao seu trabalho, à Comissão, enfim...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu primeiro quero me somar ao Senador Wellington Fagundes, que, nas últimas semanas, tem se empenhado nessa questão e vi uma parte da fala do representante da Fiocruz com relação aos laboratórios de medicamentos veterinários.

Na semana passada, eu fiz uma consulta longa a um médico imunologista, aquele professor da PUC aqui do Rio Grande do Sul, que me dava toda a certeza e a segurança de nós usarmos os laboratórios de primeira linha que estão fabricando a vacina contra a febre aftosa e também poder usar a fabricação dessa vacina agora no coronavírus. Então, para nós é importante. Eu quero me somar ao Senador Wellington Fagundes, que tem liderado esse movimento aí no Senado, para podermos ter mais alguém fabricando.

E outro ponto, Sr. Presidente, que eu já falei a V. Exa.: agora, pela manhã, nós estivemos juntos com a comitiva de Deputados e Senadores, representando aqui a Confederação Nacional dos Hospitais Filantrópicos. Quero pedir a V. Exa. uma reunião, para que nós pudéssemos fazer essa apresentação que, agora pela manhã, fizemos ao Presidente Rodrigo Pacheco e também ao Vice-Presidente da Câmara, Deputado Marcelo Ramos, representando o Deputado Arthur Lira, e eles fizeram apresentação das 1.824 santas casas e hospitais filantrópicos do Brasil, que têm 50% do atendimento do SUS Brasil e 70% do atendimento de média e alta complexidade do Brasil. Então, é muito importante, e peço a V. Exa. que recepcione esse pessoal na próxima semana, a pedido também do Presidente Rodrigo Pacheco. Que esta Comissão Covid ouça o apelo, o clamor das santas casas e hospitais filantrópicos pelo que eles representam hoje no País.

Então, já vou encaminhar a V. Exa. e quero também deixar esse relato da importância que eles estão tendo hoje no combate ao coronavírus.

E eles têm pleitos também, que são: a renovação dos leitos de UTI/Covid, que já está acontecendo – atrasou um pouco, em função da falta de orçamento –; a questão de *kit* intubação, Sr. Presidente, que era um absurdo, um abuso em cima de laboratórios, cobrando alguns medicamentos.

O midazolam – V. Exa. é médica, eu não sou, mas já aprendi esse nome – custava R\$2,80, em março do ano passado; em alguns lugares do Rio Grande do Sul, chegava a R\$24, a R\$30 aqui. Então, veja o preço abusivo. O então Ministro Pazuello, que nos recebeu no dia dez de março, fez uma compra nacional, chamou os laboratórios, comprou por R\$3 e distribuiu já 1,4 milhão, 1,5 milhão de frascos para todo o Brasil. Então, esse é um ponto importante dessa fala deles sobre medicamentos, *kit* intubação, leitos de UTI e, principalmente, de um custeio que eles precisam, neste momento, que se some aos R\$1,6 mil por leito, que já está saindo do Governo Federal.

Agradeço a V. Exa., agradeço aos colegas Senadoras e Senadores que estão participando deste evento e quero cumprimentar os painelistas e debatedores, que estão trazendo informações extremamente importantes no combate ao coronavírus no nosso País.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Luis Carlos Heinze.

Então, para fechar nosso bloco, nosso bloção, eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para interpelar.) – Senador Confúcio, Senadores, Senadoras e todos os nossos ilustres convidados, eu quero fazer minha fala apoiando toda a fala que fez o Senador Luis Carlos Heinze. Olha que ele é do meu Estado e temos divergências no campo político, o que é natural. Por exemplo, só continuando o que ele fala, eu tenho falado muito com o Senador Wellington Fagundes e ele me disse que, de fato, o setor empresarial da área do campo – até usa o termo agronegócio, a Kátia até teve um ajuste nessa fala – tem condição de produzir via suas indústrias. Ele disse que há três plantas prontas e ociosas, que usavam para febre aftosa e que estariam prontas para produzir. Não sei por que criar bloqueio para isso.

Nós estamos num estado de guerra. Num estado de guerra, você pega as fábricas e as adapta para a realidade. Não sei por que fazem tanta resistência para avançar. Cinco mil pessoas por dia! Os especialistas dizem que vai ser muito mais ali na frente. Parece-me que as pessoas que falam do tema... E eu não sou especialista, eu sou um peão metalúrgico, mas eu sei o que acontece lá nas ruas, nas fábricas, em cada lugar: gente intubada, sem nenhum tipo de analgésico, sem uma anestesia, goela abaixo, tendo que amarrar, segundo me contam os enfermeiros que nem querem falar publicamente. Esse é o mundo real, meu Deus!

Olha, hoje eu não entrei mais cedo, porque eu fiquei correndo. Eu assisti lá na Câmara e tenho aqui o depoimento de todos os convidados da Câmara. Até o momento, 90% são favoráveis a que o Brasil tenha uma posição mais corajosa. Olha, eu assisti às duas primeiras falas dessa reunião aqui. Depois eu fui para a outra. Eu fiquei assustado! Permitam-me que eu diga que fiquei assustado, com todo o respeito a todos os senhores, quando eu ouvi – não vou nem situar aqui – alguém dizer o seguinte: "Ah, o nosso problema é que vão quebrar patente nossa também". Meu Deus do céu! Meu Deus do céu! Se a licença compulsória vai salvar milhões de vida no mundo, milhares e milhares no Brasil, eu estou preocupado de que as minhas patentes poderão ser, numa retaliação, também quebradas.

Olha, eu queria perguntar então o seguinte – porque eu não sei mais o que perguntar para aqueles que dizem que são contra, contra, contra, mas não têm solução –: pelos dados que eu tenho aqui, diversos Estados não têm mais vacina, e daí o que se faz com isso? Nos dados que eu tenho aqui, por exemplo, mais de mil cidades do Brasil têm dificuldade em abastecimento de oxigênio. Eu me lembro daquele cidadão que foi assassinado nos Estados Unidos, quando colocaram o joelho no pescoço dele. Pense em o que é morrer por falta de oxigênio!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gestores de saúde de mais ou menos 1,1 mil Municípios relataram em levantamento, recentemente, que não há mais estoque de cilindros de oxigênio. Enfim, tudo isso. E do que nós precisamos para salvar vidas passa pela vacina.

Olha, eu vi ontem uma entrevista – eu me permito porque eu estou trabalhando com vocês aqui – de uma representante da ONU, não vou dizer nomes. Perguntaram para ela qual seria a saída para o Brasil. Sabe o que ela disse? Distanciamento, máscara, álcool em gel. O Brasil tem que cumprir o dever de casa. Aí a repórter, gentilmente, perguntou: sim, mas e as vacinas? Sabe o que ela disse? Ela é representante da ONU! É só pegar, foi na GloboNews, já vou dizendo, se alguém tiver dúvida. Sabe o que ela disse? "É... Vacina, quem comprou primeiro, estocou e tem. Vocês não têm." Essa é a realidade!

Eu quero só perguntar o seguinte para eles, cidadãos que estão aí, com todo respeito a todos: se não há interesse do mercado, muito mais do que as políticas humanitárias em salvar vidas – eu quero só perguntar, não estou dizendo que eles pensam assim –, eles recomendam ou não que o Brasil junto à OMC, na próxima reunião prevista para abril, deve se somar a cerca de cem países e vai ser apresentada uma lista de mil autoridades no mundo, onde eles estão pedindo a suspensão temporária da patente?

Esse movimento que o Congresso faz no Senado, quando o nosso Governo não se posiciona na OMC, a OMS recomenda, o Médicos Sem Fronteira recomenda, o mundo recomenda... Há mais de 400 assinaturas já da comunidade europeia e de Parlamentares recomendando esse encaminhamento que vai para o campo diplomático, sim...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Pode continuar, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...
contaminação, pandemia e morte. É morte, é morte! É a vida e a morte! Será que vai valer mais o interesse do mercado, porque há patentes e ganham bilhões de dólares, ou a vida da nossa gente e do nosso povo?

Eu estou fazendo um apelo, eu não estou acusando ninguém, entendam! Eu quero saber se, junto à OMC, vão acompanhar o OMS, a Organização Mundial da Saúde, ou vão mais uma vez ficar ao lado dos países ricos que compraram vacina?

Eu vou dar um exemplo: compraram-se por US\$2, o Brasil está pagando US\$5, e não há, não há vacina! Por que a gente não tem uma posição mais ousada de nação? Por que a gente não enfrenta esse debate? Olha, eu estou aqui, eu não vou poder falar... O nobre Confúcio está sendo muito generoso, e eu não vou abusar, não. Está aqui um resumo que o meu pessoal fez, técnicos e especialistas, da reunião na Câmara. Ampla maioria favorável para que o Brasil mude a sua posição. Relatos aqui de médicos, inclusive da Fiocruz, algo que eu vi bem diferente do que estou ouvindo aqui. E a primeira oradora que eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vi da Fiocruz não foi taxativamente contra. Eu vi, eu estava aqui. Ela disse que, em princípio, não é contra, que é um princípio humanitário no mundo todo... Qual é o problema de a OMC ter uma posição criada pela terceira via, assim chamada, pela Presidente da OMC, que eu acompanhei e estou acompanhando?

Eu não sou especialista, mas leio tudo que eu posso – inclusive, coloquei agora um áudio de um especialista no grupo para os Senadores ouvirem. Qual o problema de a gente ficar alinhado, como sempre fizemos, com os países em desenvolvimento, para que haja o que eu chamo de flexibilização, de suspensão temporária, para que os nossos produtores...? Meu querido Luis Carlos, eu uso o agronegócio e não tenho problema em dizer isso. Se eles têm estrutura para essa produção, por que não avançar?

Por fim, quero cumprimentar o Presidente da Anvisa. Eu estou com o áudio do Presidente da Anvisa em que ele mostrou as suas preocupações, mas disse que, numa visão humanitária, não há como – ele disse aí, pelo menos no áudio que me passaram e que eu ouvi – esse assunto não ser discutido.

Amigos, nós estamos em estado de guerra! Nós estamos em estado de guerra, não é um estado normal de grande negócio ou de menos negócio. É um estado de guerra! Por isso, eu faria um apelo de todo o coração, de alma, de tudo o que vocês imaginarem: nós precisamos olhar para o mundo e principalmente para o nosso País, que é onde mais morre gente no mundo! E nós vamos continuar com discursinho fácil, sem ter uma posição bem firme do Congresso brasileiro de dizer que nós temos que enfrentar esse debate?!

O.k., Presidente, desculpe-me. Eu falei demais.

Eu tenho aqui o relatório. Se alguém perguntar, eu vou dizer como cada um se manifestou na reunião da Câmara neste momento – e lá há mais de dez projetos na mesma linha. Permita-me, Presidente, dizer só um deles aqui. Eu achei até forte – forte, mas não é deselegante. E eu também peço desculpas se um pouco de emoção sai; eu peço desculpas a todos, mas eu falei aquilo que estou sentindo. Ele diz o seguinte: em matéria de suspensão temporária, os projetos estão na linha com a China, com a Alemanha, com a Hungria, com o Canadá – com o Canadá, é o que está escrito aqui, com destaque –, que já aprovaram medidas legislativas semelhantes; Holanda e Bélgica estão também discutindo essa iniciativa. Vou dizer agora quem disse isso – e vou pegar só este –: Dr. Jorge Bermudez, Fiocruz. Assumo a responsabilidade, o meu pessoal não mente! Está aqui: Dr. Jorge Bermudez, da Fiocruz, que disse que o acesso à saúde e a suas tecnologias são direitos humanos fundamentais! Ele disse que são direitos humanos fundamentais! Países ricos – palavras dele, hein? – adquiriram 60% das vacinas, numa disputa de mercado, num *apartheid* de vacinas. Fiocruz! Então, não há uma unanimidade na Fiocruz, não, o que alguns tentam passar! A suspensão temporária com mais de cem países apoiando precisa do apoio do Brasil! Grande Fiocruz! Essa é a Fiocruz do meu coração! Esse é o Butantan do meu coração, que eu aprendi, desde moleque, a respeitar! Quantas vacinas eu recebi que vieram de vocês! Eu quero apoiar a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiocruz e o Butantan! Diz ele que é preciso apoio do Brasil como resgate à sua posição em defesa dos direitos humanos.

É isso, Presidente.

Eu falo um pouco alto, porque estou acostumado a fazer assembleia com a gurizada...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... com milhares de trabalhadores! Peço desculpas pelo tom da voz...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom. Está bem, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Humildemente, eu queria dizer que respeito a todos, mas a Anvisa ficou mais perto do meu coração, pelo menos. A Anvisa ficou mais perto do meu coração!

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Paim, muito obrigado!

Muito bem, nós fechamos esse bloco com a veemência, como é de costume, do Senador Paulo Paim... *(Falha no áudio.)* ... reverbera para todo mundo, não é?

Aqui, tivemos... Devido ao horário... Nós temos muitas perguntas dos internautas, e eu vou deixar o nome deles ao final... *(Falha no áudio.)* Eu vou deixar só uma pergunta aqui, bem direcionada, para a Fiocruz responder, que é do Matheus Miranda, aí do Rio de Janeiro – viu, Mario? –, que pergunta o seguinte: "Desconsiderando a alta demanda atual, depois da imunização plena da população brasileira, ainda será vantajosa a produção nacional de vacina?". É a pergunta do Matheus, que vai representar todos os internautas. E, depois, eu vou somente ler, no encerramento, o nome deles aqui, para agradecer a participação de todos.

Agora, nós vamos às respostas. Houve dois ou três questionamentos, não fizeram perguntas, como o Heinze e o Nelsinho Trad. Nós vamos passar, na ordem que eu chamei no começo, para a sua fala, resposta e considerações finais.

Então, a primeira a falar será a Fiocruz.

O SR. MARIO SANTOS MOREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é uma pergunta direta à Fiocruz, mas eu queria aqui ter a oportunidade de comentar...

Vocês estão me escutando? (*Pausa.*)

Alô?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos escutando bem.

O SR. MARIO SANTOS MOREIRA – Sim, eu queria comentar, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos escutando, doutor. Pode continuar.

O SR. MARIO SANTOS MOREIRA – Ótimo!

Eu queria comentar aqui a fala do Senador Paim, que acompanha – e eu sei disso – as questões relacionadas...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está cortando o som, doutor. Tem que ver se é a internet. Está falando e bloqueando, está se repicando a voz.

O SR. MARIO SANTOS MOREIRA – Vou tentar falar de forma mais pausada, já adiantando um pouco as palavras finais, nesta oportunidade, dizendo que, como Vice-Presidente da Fiocruz, eu compartilho também com o Senador Paim a indignação, mas, mais ainda, a angústia e a ansiedade de quem tem responsabilidade por apresentar soluções à sociedade. A Fiocruz tem trabalhado, desde o primeiro dia dessa pandemia, com alto nível de envolvimento e comprometimento de seus funcionários, desde a Presidente até o mais simples trabalhador, dando tudo de si para que a gente possa, no campo da assistência... Como vocês sabem, nós estamos atuando no campo da assistência. No campo da testagem, a Fiocruz, hoje, é a unidade do Brasil que mais testa por testes moleculares; desenvolveu o produto em dois meses; produz, está produzindo, 12 milhões de testes, e a nossa produção era de 700 mil por ano. E estamos também coordenando toda a logística de amostra no Brasil, para que as pessoas possam ser testadas pelo PCR em articulação com o Conass, o Conasems, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e os laboratórios centrais de saúde pública. Estamos também participando de estudos clínicos para desenvolvimento de outras vacinas que nem são produzidas pela Fiocruz, no caso da própria vacina do Butantan, da Pfizer, da Janssen.

Enfim, em tudo para o que nós fomos convocados, nós estamos entrando de corpo e alma – acho que isso deve ser reconhecido – e nem sempre contamos com as condições organizacionais adequadas. Como vocês sabem, o setor público tem sofrido certo desmonte, e a Fiocruz é objeto disso também. Metade da sua força de trabalho, por exemplo, não é de funcionários públicos, para dar uma ideia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria situar outra questão que é muito importante. Eu acho que se gerou certa confusão. Nós fomos chamados aqui à montante da pandemia, para se saber como a gente pode contribuir para a solução dessa tragédia humana. Eu compartilho do que disse o Senador Paim: é uma tragédia humanitária. Mas há questões estruturais, de que tratei na minha fala, e questões conjunturais. Fui aqui indagado sobre a questão da contribuição de um licenciamento compulsório da patente de qualquer vacina para a solução dessa tragédia e reafirmo que isso não é capaz de produzir efeito em curto prazo. É disso que se trata.

Para o senhor ter uma ideia, Senador, Butantan e Fiocruz, que assinaram acordos de transferência de tecnologia, estão levando entre seis e oito meses para internalizar essa tecnologia, com capacitação das pessoas, compra de equipamentos, adequação das áreas, entrada com solicitações de registro junto à Anvisa. Isso se dá porque tivemos e estamos tendo acesso, no caso da Fiocruz pelo menos, a todos os documentos necessários para que a gente atinja esse patamar de autossuficiência.

Uma licença de patente compulsória é complexa porque há *know-how* envolvido, e aquele proprietário da patente que tem sua patente liberada compulsoriamente não passa adiante o *know-how*. Ele passa os documentos. E ali há muito segredo industrial ao qual a gente não tem acesso. Há muito segredo industrial. E é isto que faz a diferença: *know-how*. Sem *know-how*, a gente não produz.

A posição da Fiocruz é clara quanto a isso. A Fiocruz não concorda sequer com patente para vacina. Há uma série de outras questões farmacêuticas, há equipamentos. Nós sofremos para importar respiradores. O respirador que a gente comprou da China, no aeroporto da França foi comprado pela França e, no próprio aeroporto, foi comprado pelos Estados Unidos. E nós não recebemos os respiradores para o nosso hospital.

A gente tem plena consciência do quanto o Brasil precisa ser soberano e autossuficiente nas questões da saúde. Falei disso aqui. O nosso complexo econômico e industrial só tem que ser fortalecido. Nós compramos R\$30 bilhões em vacinas, e vejam o quanto estamos investindo em desenvolvimento de vacinas!

A Fiocruz tem uma posição clara quanto a isso. Ela não é a favor de patentes de produtos de saúde. E vacina, para mim, é a expressão máxima disso. Se a gente for pensar o conceito de bem público, a vacina preenche todos os requerimentos para ser encarada como bem público. E, nesse ponto, eu apoio que o Brasil seja alinhado à maioria dos países.

Mas do que se tratava, a pergunta que me foi feita, era se o licenciamento compulsório ou, como chamam aqui, a quebra de patentes, ajudaria nesse curto prazo, nesses 90 dias, que serão os mais dramáticos. A contribuição de uma iniciativa dessa natureza é praticamente nula para a que a gente melhora as nossas condições de produção.

Foi esse o ponto, então. É só uma fala de esclarecimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Mario Moreira, fico muito agradecido pela sua brilhante participação, bem como pela da Dra. Nísia Trindade, a quem agradeço muito.

Passo a palavra ao representante do Instituto Butantan. *(Pausa.)*

Instituto Butantan, cadê ele? *(Pausa.)*

Não está, acho que saiu.

Vamos passar à frente. Vamos agora à Anvisa, que foi muito solicitada.

Dr. Barra Torres, com a palavra, Presidente Barra Torres.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio Moura.

Vou ficar triste no dia em que a Anvisa não for solicitada. Espero não estar vivo para ver. É sinal de que, primeiro, logicamente, temos atuações, claro que sim, e temos que responder, e o faremos.

Então, eu pretendia, eminentes Senadores, aglutinar as respostas que devo à eminente Senadora Rose de Freitas e também ao eminente Senador Randolfe, porque na verdade são perguntas próximas.

Então, eu vou dizer o seguinte: vamos fazer aqui uma prestação de contas daquilo que está conosco para análise.

Vamos falar, então, daquilo que entrou e já foi concluído.

No dia de hoje está autorizada, está publicada a autorização de um novo estudo clínico de vacina para a Covid-19, que é uma candidata à vacina – vamos chamar assim – baseada em partículas semelhantes ao coronavírus, com inclusão de cerca de 30 mil voluntários, sendo 3,5 mil deles no Brasil, distribuídos entre os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Então, está publicada essa autorização no dia de hoje.

A vacina Covaxin não tem protocolo de pedido de uso emergencial na Anvisa. Não existe. Houve um pedido de autorização de importação em molde excepcional feito pelo Ministério da Saúde que foi indeferido, fruto da inspeção presencial que fizemos na Índia. Nossa equipe esteve na Índia, fez uma inspeção presencial e constatou que não alcança índices mínimos necessários para a certificação de boas práticas. São aspectos técnicos, mas eu vou citar um: a questão do controle microbiológico de produtos, possibilidade de contaminação microbiana, portanto não foi possível fornecer o certificado. E isso, logicamente, impactou na autorização de essas vacinas virem na importação do Ministério da Saúde.

Isso é uma situação definitiva? Não, não é definitiva. A Índia tem uma tradição de reagir muito rápido, já o fez no passado, fora da pandemia, em situações exatamente idênticas com outros produtos em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que apontamos problemas, a planta fabril se adequou, enviou a documentação comprovatória e foi certificada. Então, essa é a situação da Covaxin.

A Sputnik, através do desenvolvedor nacional União Química, tem um processo que está em análise. Na fase deste momento, solicitamos documentos e a Sputnik, através da União Química, tem nos entregado esses documentos, inclusive tem mandado um quantitativo realmente bastante importante agora, diferentemente das primeiras remessas, quando iniciou o processo. Então, segue em análise dentro do tempo preconizado na lei.

Em relação ainda à Sputnik, teremos amanhã a visita do Sr. Embaixador da Rússia, a pedido daquele Embaixador. Vamos recebê-lo amanhã, às 16h, aqui na agência. Ele não revelou a pauta, mas infiro que a pauta seja a Sputnik. Do mesmo jeito, estamos apenas aguardando a definição da Rússia quanto à data da nossa inspeção na planta fabril da Sputnik naquele país. Nós estamos prontos.

Acho que tivemos algum problema de internet. Não sei se estou sendo ouvido. Estou sendo ouvido, Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos ouvindo, doutor. Pode continuar. Excelente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pois não. Obrigado.

Nós estamos prontos para ir hoje. Se a Rússia disser que está pronta para nos receber amanhã, embarcamos hoje. Por nós não há nenhum problema quanto a isso, mas eles são os nossos anfitriões e vão definir a data.

Também receberei amanhã, às 15h, o Embaixador da Índia. Já estive conosco aqui várias vezes ao longo da pandemia – aliás, um diplomata que realmente nasceu para essa profissão, se é que se pode dizer assim; de extrema tratabilidade, muito cordial – e estará conosco aqui amanhã também. A pauta não foi revelada por ele, que é o solicitante, mas infiro que seja a questão também da vacina indiana Covaxin.

Encontra-se também conosco...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode continuar, doutor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... o pedido de análise de dois estudos clínicos, que são das vacinas que foram, inclusive, amplamente noticiadas, da Farmcore e da Versamune. Está faltando entregar o protocolo clínico de desenvolvimento – teremos reunião com eles hoje, que são os desenvolvedores. Há também a chamada já ButanVac, que também falta entregar o protocolo clínico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na terça-feira, dia 30, houve o pedido de uso emergencial de medicamento – não é vacina, mas medicamento – para Covid-19 desenvolvido pela empresa Eli Lilly. O *status*: está em processo a fase final de análise e decisão.

E temos, no caso, também o pedido de uso emergencial de um medicamento, não é vacina. Trata-se de medicamento da Roche contra a Covid, que entrou agora no dia 1º. A análise está iniciada e também há informações faltantes.

Então, isso é, respondendo à Senadora Rose de Freitas, o que está na nossa mão; aquilo que já entregamos e o que está ainda conosco.

Especificando agora um pouquinho mais, em relação à pergunta do eminente Senador Randolfe Rodrigues: há uma dificuldade mundial – não é da Anvisa, é mundial – em obter informações completas, transparentes e precisas da vacina russa. Tanto é que a Organização Mundial da Saúde, autoridade máxima da saúde mundial, e a Agência Europeia estão realizando uma inspeção na Rússia, a mesma que nós vamos fazer. Tentamos uma tratativa para fazer em conjunto. Não obtivemos, até o presente momento, nem "sim" nem "não".

E, consoante a angústia do eminente Senador Paulo Paim, a quem desde já cumprimento, eu não esperei mais: eu emiti a minha pergunta, por este mesmo computador de que estou falando agora, à Dra. Emer Cooke, Diretora Executiva da Agência Europeia. É aquilo que eu sempre digo: a Anvisa fala de igual para igual com as maiores agências do mundo. Fiz essa proposta. Isso foi na sexta passada. Passou o sábado, passou o domingo, segunda-feira não houve resposta. Então, decidi que vamos à Rússia com ou sem a OMS e a agência europeia.

Tivemos uma total receptividade por parte da Rússia. Isso inclusive ficou patente no telefonema entre os Presidentes Jair Bolsonaro e Vladimir Putin. Eu estava presente. Não entendo russo, mas estava a tradutora ali do lado e tive o prazer de ouvir, em russo, na voz do Presidente Putin, o nome da nossa agência. Então, o Presidente Vladimir Putin está ciente dessa nossa ida lá e não há nenhum óbice quanto a isso.

Em relação à Covaxin, reitero: não há pedido nem de autorização de uso emergencial, nem de registro. O que houve foi um pedido de importação excepcional pelo Ministério da Saúde, que foi indeferido, porque não havia ali o relatório contendo qualidade, segurança e eficácia. Sem isso, não é possível, a bem da segurança da nossa população, autorizar o uso. Somou-se a isso o problema na fábrica na Índia, que não apresentou os requisitos mínimos de biossegurança e controle microbiológico de contaminantes da vacina. Não é possível autorizar dessa maneira.

Para encerrar a minha fala, quanto à reunião com os Srs. Governadores de Estado, foi uma reunião muito produtiva. Tivemos essa reunião na segunda-feira. A pedido deles, na terça, houve a parte técnica, em que os técnicos do consórcio de Governadores conversaram com a nossa área técnica, e ali foram bem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

definidas as últimas necessidades documentais. Na verdade é um documento que também é esse mesmo, é o atesto de qualidade, segurança e eficácia da agência de origem, no caso, a Sputnik, a agência russa. Tão logo esse documento seja acostado ao processo, a Anvisa não tece sobre ele juízo de valor. É isso que preconiza a RDC citada pelo eminente Senador Randolfe: a responsabilidade é toda do importador. Isso é o que está na lei, é o que está na RDC. Não temos nenhum problema em autorizar isso e quero crer que essa autorização, tão logo esse documento chegue, vá se dar ainda esta semana.

Então, penso que tenha respondido tudo que está realmente colocado ali na ponta da agulha, já decidido ou em vias de ser decidido, e afirmo que não houve nenhum tipo de morosidade desta agência nacional em nenhum momento desde o início desta pandemia, naquilo que tenho vivido conjuntamente com os diretores e servidores concursados da agência.

Obrigado, eminentes Senadoras e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Barra Torres.

Eu consulto se o Dr. Marcelo, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, ainda está na sala. (*Pausa.*)

O representante do Ministério de Relações Exteriores, para suas conclusões e alguma resposta pendente ainda.

O senhor está com a palavra, Doutor João Lucas de Almeida.

O SR. JOÃO LUCAS DE ALMEIDA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria agradecer a todos os Senadores que fizeram comentários ou perguntas sobre a atuação do Itamaraty neste momento de crise que estamos vivendo. Os últimos Senadores que tomaram a palavra fizeram comentários sobre a questão de patentes. Eu vou pedir para o meu colega Maximiliano complementar.

Eu queria aproveitar então para tecer algumas considerações finais. O Itamaraty, reitero, está integralmente engajado no enfrentamento da pandemia. A nossa rede de postos foi mobilizada e continua sendo mobilizada para atuar em apoio a outros órgãos do Governo, diretamente com os nossos países parceiros, apoiando empresas quando necessário. Nós apoiamos, por exemplo, a visita da Anvisa à China, à Índia; estamos, claro, discutindo com eles a próxima visita à Rússia também. Em casos específicos, temos atuado para evitar gargalos, evitar atrasos, no caso da Índia e da China em particular. As nossas embaixadas têm sido extremamente atuantes e quando identificam dificuldades maiores nos apontam imediatamente. E nós, aqui em Brasília, também intervimos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos atuando também para identificar excedentes de vacinas que alguns países possam ter nesse momento, em particular no caso os Estados Unidos e o Reino Unido. Já iniciamos conversas com ambos. Temos indicações positivas, mas infelizmente não temos ainda indicações de prazos. Todos nós, países e governos, estamos voltados a suprir as demandas internas, e esses países também.

O Ministro França, desde o momento de sua posse, deixou clara a prioridade do Itamaraty na diplomacia em saúde, em particular no caso de vacinas. Ele tem se reunido, desde o primeiro momento que assumiu, com as suas contrapartes, dando prioridade é claro a países-chave nesse momento: China, Índia; e também com o Diretor-Geral da OMS. Assim, estamos completamente comprometidos com esse esforço nacional, esforço do Governo, esforço do Legislativo e de todos os Poderes, para conseguir realmente superar essa crise e conseguir vencer esse gargalo de prazo para suprimento de vacinas e medicamentos nos próximos meses e o de mais longo prazo, que é consolidar, talvez, um novo sistema de produção que nos assegure que não enfrentemos esses desafios no futuro.

Uma vez mais agradeço a todos e estou aqui às ordens para qualquer pergunta e comentário.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Maximiliano, do Ministério das Relações Exteriores.

Pode falar, doutor.

O SR. MAXIMILIANO DA CUNHA HENRIQUES ARIENZO (Para expor.) – Bom dia... Boa tarde já, não é? Obrigado, Senador Confúcio.

Lembrei-me, agora, de algumas palavras que escutei na minha formação como diplomata, do Embaixador Gonçalo Mourão, que falava que a diplomacia é esse raio de luz que perpassa uma vidraça. Esse raio de luz pode esquentar, mas nunca pode quebrar a vidraça.

Então, fazendo referência, claro, ao venerado Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, com quem eu sempre tive o prazer de participar, sempre que convocado em audiências públicas do Senado, compartilho contigo essa angústia, até essa tristeza que todos nós encaramos hoje essa situação em que nos encontramos. Mas creia em mim como servidor público, acima de diplomata, mas como um servidor público que escolheu como carreira servir ao País, acredite em mim quando falo que não é uma solução recomendável a renúncia a partes dos acordos constitutivos da OMC para, no curto prazo, endereçar as ações urgentes que nós temos como País em captar vacinas, medicamentos, tratamentos, insumos farmacêuticos ativos, para que a gente possa aliviar o sofrimento de um povo já tão sofrido como o brasileiro.

Senadora Rose de Freitas, com igual respeito ao seu trabalho e ao seu serviço ao País, eu gostaria de dizer que, assim como na vida e em todas as circunstâncias que nos cercam, o consenso não é uma unanimidade; o consenso precisa ser buscado, precisa ser construído. Tenha certeza de que em todo o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, seja no âmbito da propriedade intelectual, seja no âmbito da saúde, a diplomacia brasileira sempre haverá de construir pontes para que os interesses do País, da sociedade brasileira, do cidadão brasileiro sejam respeitados e atingidos.

A proposta indiana e sul-africana aponta um caminho, mas um caminho não recomendável. O caminho hoje é o da transferência de tecnologia, é o da aquisição de tecnologia, é o da celebração desses memorandos que o Butantan e a Fiocruz estão realizando, é a capacitação técnica dos nossos cientistas, é a construção de capacidades, como bem notou o Senador Paulo Paim, é localizar e identificar onde está a capacidade brasileira e adaptá-la à produção nacional de vacinas. Nesse sentido, a proposta brasileira de engajamento em uma terceira via busca exatamente usar esse ponto de apoio para alavancar os nossos interesses. É disso que a gente está falando na OMC, Senador. Com todo respeito à posição política – e eu não sou político; eu sirvo ao meu País, ao Estado brasileiro –, vejo na proposta de terceira via uma real saída concreta, mesmo que não seja no curto prazo, mas no médio e longo prazos, para que nós possamos estar capacitados para esta e para outras pandemias e, sobretudo, salvando vidas, salvando vidas brasileiras.

Tenha a certeza de que trabalho incessantemente, 24 horas, 7 dias por semana, 365 dias por ano para que isso concluído da melhor maneira e a mais eficiente possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Maximiliano.

Para fechar o bloco de respostas e considerações finais, o Presidente do Sindan, Dr. Delair, com a palavra.

Agora é o Emílio Salani. Bem-vindo, Emílio!

O SR. EMÍLIO CARLOS SALANI (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Vou ser bastante rápido e apenas dizer que o Sindan fez o seu papel de fazer o levantamento de todas as empresas que estão com disponibilidade para produzir vacinas inativadas contra coronavírus. Essas informações já foram disponibilizadas ao MAPA e à Anvisa. Como relatado pelos colegas anteriormente, já houve alguns encontros.

Todos aqui que têm um olhar para o agronegócio sabem que nós temos capacidade de produzir um volume significativo de vacinas. Iniciamos agora, em maio, uma vacinação contra a aftosa de 200 milhões de doses. Essa vacina já está produzida. Conseguimos não só produzir como distribuir. Se considerarmos as quatro vacinas obrigatórias do Ministério de Agricultura, nosso volume anual é em torno de 600 a 700 milhões de doses distribuídas e indivíduos vacinados. Nossas fábricas são NB3+, então os níveis de biossegurança são *standard*. Obviamente, vão necessitar de adequações. Nosso Presidente já disse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claramente que, depois de vencidas essas barreiras iniciais, nós temos experiência e talvez consigamos colocar até em menos de 90 dias IFAs para que sejam envasados. Mas tudo isso depende de uma coisa, Senador: de que alguma entidade, alguma instituição que detenha tecnologia de produção de vacina contra coronavírus inativado se aproxime dessas empresas e faça as tratativas necessárias.

Nós do Sindan estamos à disposição e nos sentimos honrados com o convite do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, doutor.

Um pequeno parêntese aqui.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 12ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

Vamos para frente.

2ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 34, DE 2021**

Requer a realização de audiência pública para debater a repercussão do PL 948/2021, da Câmara dos Deputados, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

Autoria: Senadora Eliziane Gama.

Senadores e Senadoras, se quiserem discutir o assunto, está aberta a discussão. *(Pausa.)*

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Eu só vou dar uma resposta pessoal ao João da Silva, do Rio de Janeiro. Ele pergunta: "Como tem se comportado o Senado [Federal] frente ao poder Executivo com a proposta de fabricação de vacinas?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, João, nós estamos promovendo esta audiência hoje de altíssimo nível e esclarecedora, que faz parte do trabalho do Senado. Há a votação de inúmeros projetos em Plenário com o objetivo de acelerar e facilitar a aquisição de vacinas, inclusive com a participação especial do nosso Presidente do Senado no comitê criado pelo Senhor Presidente da República, o Rodrigo Pacheco lidera os Governadores de Estado.

Então, o trabalho nosso tem sido justamente este de trazer sugestões e debates interessantes para a gente acelerar a vacinação do povo brasileiro.

Eu quero agradecer a presença da Nísia Trindade; do Mario Moreira; do Dimas Tadeu Covas, do Butantan; do Antonio Barra Torres; do Ministro João Lucas Quental Novaes de Almeida, Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do Ministério das Relações Exteriores; do Delair Ângelo Bolis, Presidente do Sindicato Nacional, do Sindan; Maximiliano da Cunha Henriques, Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores; Meiruze Freitas, Diretora da Anvisa; Cristiano Gonçalves, Gerente de Inovação do Butantan; Emílio Salani, Vice-Presidente do Sindan.

Presidente do Sindan; Maximiliano da Cunha Henriques, Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores; Meiruze Freitas, Diretora da Anvisa; Cristiano Gonçalves, Gerente de Inovação do Butantan; Emílio Salani, Vice-Presidente do Sindan.

Agora eu passo a palavra, para suas considerações finais e consequente encerramento, ao nosso Relator, Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, toda população que nos assiste ainda neste momento, foram mais de cinco horas de reunião, e eu penso que, acima de tudo, todos nós temos que ter uma visão humanitária. São milhares de pessoas que estão morrendo todos os dias. E o Brasil pode ser um grande problema para o mundo. Estão aí as universidades já mostrando novas mutações do vírus. Ontem, a Universidade de Minas Gerais colocou, inclusive, como muito maior risco à população brasileira e até à população mundial essas mutações desse vírus.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de começar aqui na mesma linha do que disse o Presidente Dimas Covas: o mundo é cooperativo. Mas eu afirmaria muito mais: o mundo, neste momento que estamos vivendo, um momento de guerra, Sr. Presidente, precisa ser mais cooperativo, porque a fome ainda existe e as vacinas para aqueles países que puderam comprar não estão sendo disponibilizadas, principalmente para o Brasil, que já fez um apelo a todos os países que têm vacina. Aliás, tivemos foi a negativa dessa ação da Senadora Kátia e de todos nós que assinamos e aprovamos esse requerimento. Portanto, Sr. Presidente, nós precisamos continuar insistindo com o mundo em buscar vacina onde tiver, para, em curto prazo, podermos ter um alento para que não cheguemos ao final do mês com essa marca de 100 mil





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mortos no Brasil, que não cheguemos também, no 1º de julho, a 562 mil mortes, e ainda podendo essa situação ser ultrapassada com a presença dessas mutações.

E aí, Sr. Presidente, eu quero aqui, nessa linha, dizer que vou insistir naquilo que venho dizendo: não podemos, de forma alguma, negligenciar essa oportunidade, sob pena de entrarmos para a história como pessoas que nada fizeram para ajudar quando o povo estava morrendo. Então, a possibilidade de transferência de tecnologia para a produção local nos abre o caminho para sairmos da condição de epicentro mundial da pandemia e sermos reconhecidos como um país que rapidamente vacinou o seu povo e que pôde ajudar o mundo com a fabricação de vacinas, graças à *expertise* em escala de produção ancorada no agronegócio que alimenta o mundo, o agronegócio brasileiro.

Portanto, como já foi colocado aqui pelo Presidente do Sindan, nós temos instalado um parque industrial da mais alta biossegurança mundial, com todas as referências. E aqui o Dr. Emílio mais uma vez conclui: só estamos aguardando que haja a transferência tecnológica para que possamos, então, dizer "sim" e fazer essa produção em curtíssimo intervalo de tempo.

E essas adaptações que aqui foram colocadas por todas as reuniões que nós tivemos com o Sindan são pequeníssimas adaptações, diferentemente daquela indústria que o Dr. Dimas Covas colocou. É uma indústria que está parada e, aí sim, precisaria de muitas adequações, enquanto essas quatro indústrias oferecidas pelo Sindan estão em funcionamento, com condições plenas, como o Dr. Emílio colocou. Acabaram de fazer, agora, a produção da vacina de febre aftosa necessária. Então, a partir da produção da tecnologia do vírus inativado, essas indústrias estão prontas para poder produzir. E o Dr. Emílio disse que já foi respondido à própria Anvisa.

Então, Sr. Presidente, eu quero fazer um requerimento, na próxima reunião, para que possamos fazer uma comissão externa para acompanhar essas conversações entre a Anvisa, o Sindan, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Saúde, porque não podemos demorar mais com esta resposta: se essas indústrias podem e que dia podem começar a fazer a fabricação das vacinas aqui no Brasil. E, aí, mais uma vez, eu repito, porque muitos dos que estão nos assistindo podem entender que essa transferência tecnológica, como foi dito, pelo Butantan e também pela Fiocruz, tem um longo espaço. No caso dessas indústrias do Sindan, não! As indústrias estão prontas e estão operando. Do que elas precisam é apenas da transferência da célula-mãe ou da célula semente.

Eu gostaria, Sr. Presidente, muito... O Dr. Emílio está aqui ainda, na nossa audiência, por isso eu gostaria de ter falado antes, mas eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse permitido ao Dr. Emílio mostrar a simplicidade do que é a transferência tecnológica para essas indústrias que estão aqui no Brasil instaladas, da indústria de saúde animal, para poder começar a produção da vacina no Brasil. Permita, Sr. Presidente, que o Dr. Emílio possa dar essa resposta final à nossa Comissão, porque eu acho que isso é extremamente importante, porque se pode entender que é algo muito sofisticado, que demorará muito tempo para fazer essa transferência tecnológica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como médico-veterinário, quero falar também em nome da nossa instituição, que é a Academia Brasileira de Medicina Veterinária: essa resposta precisa ser dada.

É isso, Sr. Presidente. Conceda, então, a palavra ao Dr. Emílio. Aí eu me sentirei satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu peço a tolerância dos nossos convidados por mais dois minutos, para que o Dr. Emílio responda, a pedido do nosso Relator, sobre os procedimentos necessários para que, realmente, as indústrias de saúde de produção de vacina de origem animal possam se adaptar para a produção de vacina contra o coronavírus.

Com a palavra o Dr. Emílio. Dois minutos. (*Pausa.*)

Libere o seu som, Dr. Emílio, por favor.

O SR. EMÍLIO CARLOS SALANI (Para expor.) – O.k.

Voltando aqui ao ponto que colocou o nobre Senador Wellington Fagundes, é muito claro, e eu não vou aprofundar tecnicamente, porque não é necessário, que as plantas que nós possuímos para a produção de vacina contra a febre aftosa são do nível NB3+, certificadas pelo Ministério da Agricultura. Esse é o primeiro ponto.

Quando nós tivemos as primeiras conversações com o Instituto Butantan, recebemos algumas informações que são *standards*, que são as informações referentes à célula Vero, ao processo de inativação, ao inativante a ser utilizado, e, principalmente, que a nossa responsabilidade seria produzir os IFAs em bombonas para fazer a devolução para que fosse envasado, terminado na entidade correspondente.

O entendimento dos especialistas que trabalham conosco é de que você fazer esse *upgrade* de NB3+ para NB4 não é tão complexo. O que importa para nós hoje, neste momento, é que essas entidades que tenham o interesse possam aportar documentos mais detalhados, para que a gente possa fazer aquilo que colocou o Senador Wellington Fagundes: analisar quais são as adequações de infraestrutura e trabalhar em *overlap*, trabalhar também no entendimento do processo, na implantação do processo, no manuseio da semente de trabalho, da *working seed*, que é o vírus para iniciar o processo. Como colocou o Presidente Delair, nós não importamos IFA, nós trabalhamos com um processo completo no Brasil para a produção das nossas vacinas. Então, é isso que nós estamos dizendo.

Eu gostaria de deixar bem claro que o Sindan, por ser uma entidade de classe que representa o setor, fez o papel de aproximar todos para que eles pudessem dialogar. Ontem eu recebi um contato de um dos diretores da Anvisa, aportei à Anvisa todas as informações dos responsáveis, dos gestores, para que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles fizessem o contato diretamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Estou terminando hoje um levantamento, além desse parque, das demais plantas do nosso segmento, para que eles possam ter em mãos todas essas informações.

Então, na última reunião que fizemos com a presença da Dra. Meiruze, que está aqui conosco, e do Dr. José Guilherme, da SDA do MAPA, os dois reiteraram que qualquer projeto desse que chega para avaliação desses dois entes, o ministério e a agência, será tratado como prioritário. Então, tudo isso já está feito, já está desenhado. O que é preciso realmente é que detentores da licença, detentores do acesso à tecnologia se interessem em sentar com o correspondente da área veterinária e tratar.

Só pegando um gancho com a última colocação da Senadora, esse assunto é um assunto que não tem envolvimento de capital oficial, é só capital privado e é uma operação simples de produção e comercialização de produtos, como nós estamos habituados a fazer.

Entendo que assim eu não aprofundo tecnicamente, Senador Confúcio, Senador Wellington, e consigo passar essa disposição, essa predisposição de a indústria veterinária, de a indústria de saúde animal poder colaborar neste momento tão dramático que nós vivemos e em que muito aprendi aqui com os senhores.

Nós estamos reiterando que, para este ano, estaremos produzindo apenas de aftosa, que é uma vacina inativada, que trabalha com células BHK, 400 milhões de doses de 2ml, estamos falando de 800 mil litros de vacina. Então, a gente desenvolveu essa capacidade e a gente acha que pelo menos lutar, debater, aprofundar e entender qual é a possibilidade de usar em caráter de urgência... E hoje, aqui, muda um pouco nossa maneira de enxergar. Vários colegas que têm mais informações que nós começam a apontar um horizonte um pouco mais longo, que o Brasil tem que estar preparado com essa plataforma de produção. Isso é um *asset* do Brasil. Isso é um patrimônio do Brasil.

É óbvio que quem tem o maior rebanho comercial do mundo, o maior plantel avícola do mundo e daí por diante tem que ter a indústria também nesse mesmo patamar.

Muito obrigado pela oportunidade. Espero não ter me alongado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Dr. Emílio.

Agradeço à Ana Paula Soares, de São Paulo, internauta; Stefanie Caetano, de São Paulo; Lilian Belcito, do Distrito Federal; Adonay Nogueira, de Santa Catarina; Ricardo de Oliveira, do Rio de Janeiro; Eliezer Barbosa, de São Paulo; e João da Silva, do Rio de Janeiro.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente audiência pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 14 horas e 01 minuto.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia doze de abril de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Izalci Lucas, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Kátia Abreu, Mecias de Jesus e Vanderlan Cardoso. Deixa de comparecer o Senador Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater o atual estágio e as dificuldades dos municípios no enfrentamento da pandemia, no cumprimento do plano de vacinação, bem como tratar da capacidade de atendimento e das condições de abastecimento dos sistemas de saúde municipais. **Participantes:** Glademir Aroldi, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM); e Jonas Donizette, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 35, de 2021** que : "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a cooperação técnica internacional e as possibilidades de auxílio ao Brasil no combate à Covid-19, com a presença dos seguintes convidados: • o Exmo. Sr. Yang Wanming, Embaixador do República Popular da China no Brasil; • o Exmo. Sr. Todd Chapman, Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil; • o Exmo. Sr. Shri Suresh Reddy, Embaixador da República da Índia no Brasil; • o Exmo. Sr. Alexey Labetskiy, Embaixador da Federação da Rússia no Brasil; • a Exma. Sra. Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal; • o Exmo. Sr. Aécio Neves, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados; • representante Representante do Ministério das Relações Exteriores, a ser indicado pelo Ministro; • representante Representante do Ministério da Saúde, a ser indicado pelo Ministro." **Autoria:** Sen. Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 36, de 2021** que : "Requer a realização de diligência externa nas três fábricas de produtos veterinários classificadas com nível de segurança NB3+, potencialmente utilizáveis para a produção de vacinas humanas contra a covid-19, por representantes do Senado, do Ministério da Saúde, da Anvisa, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Instituto Butantan." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento Nº 37, de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações atualizadas sobre as providências já adotadas pelo Ministério da Saúde para a adaptação e utilização de estruturas industriais destinadas à produção de vacinas animais para a produção de vacinas contra a covid-19." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento Nº 38, de 2021** que : "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o uso da oxigenação extracorpórea no enfrentamento da pandemia da covid-19, inclusive pelo Sistema Único de Saúde (SUS) com a presença dos seguintes convidados: • representante do Ministério da Saúde; • representante da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT); • representante da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB); • representante da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC); • representante médico do Hospital CopaStar, em que o ator Paulo Gustavo está internado." **Autoria:** Sen. Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento Nº 39, de 2021** que : "Requer seja convidado o Senhor Arnaldo Correia de Medeiros, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações atualizadas sobre o programa de imunização contra a covid-19, em especial sobre compra e distribuição de vacinas, calendário vacinal, perspectivas de vacinação dos grupos prioritários e do restante da população e planejamento para atingir os objetivos propostos." **Autoria:** Sen. Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento Nº 40, de 2021** que : "Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: 1. Senhor Mírocles Campos Vêras Neto, Presidente da Confederação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB. 2. Coronel Luiz Otávio Franco Duarte, Secretário de atenção especializada à saúde - SAES." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento Nº 41, de 2021** que : "Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: 1. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). 2. Paulo Antonio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento Nº 42, de 2021** que : "Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: 1. Dr. Eduardo Baptistella, Presidente da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial (ABORL-CCF). 2. Dra. Irma de Godoy, Presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT). 3. Coronel Luiz Otávio Franco Duarte, Secretário de atenção especializada à saúde - SAES." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento Nº 43, de 2021** que : "Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: 1. Dra. Natalia Pasternak Taschner, PhD com pós-doutorado em Genética Molecular de Bactérias e pesquisadora visitante no Laboratório de Desenvolvimento de Vacinas (LDV) do ICB-USP — Diretora-Presidente do Instituto Questão de Ciência de políticas públicas baseadas em evidências científicas. Membro do Committee for Skeptical Inquiry (EUA) e integrante da Equipe de Cientistas “Halo”, da ONU. 2. Dra. Margareth Maria Pretti Dacolmo, médica pneumologista, professora e Pesquisadora da Ensp/Fiocruz. 3. Dr. Mauro Borges, pesquisador do Instituto Butantan. 4. Dr. Fabrício Silva, médico intensivista." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento Nº 44, de 2021** que : "Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: 1. Ricardo Paes de Barros, economista, professor e Coordenador da Cátedra Instituto Ayrton Senna no Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper); membro do Conselho Acadêmico do Livres; responsável pela concepção técnica do programa Bolsa Família. 2. Marcelo Neri, diretor do FGV Social e autor da pesquisa sobre a queda na renda e aumento da desigualdade trabalhista provocada pela pandemia." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento Nº 45, de 2021** que : "Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: • Representante Euforfarma; • Representante Hipofarma; • Representante União Química." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento Nº 46, de 2021** que : "Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: 1. O Senhor Mauri Cruz, Diretoria Executiva da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ABONG; 2. A Senhora Dra Lilian Oliveira de Azevedo Almeida -Procuradora Municipal de Salvador; 3. A Senhora Dra Lais Figueiredo Lopes, Advogada especialista em terceiro setor e consultora jurídica da Plataforma MROSC." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/04/12>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos; bom dia a todos os Senadores, Senadoras; bom dia, internautas; bom dia às equipes do Senado que estão produzindo esta audiência pública.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, "no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia".

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ordem da fala será: primeiro, o Relator, Senador Wellington Fagundes; em seguida, os titulares inscritos; depois, os suplentes; e, por último, os Senadores não membros da Comissão.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 13ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

A presente reunião se trata de audiência pública com o intuito de debater o atual estágio e as dificuldades dos Municípios no enfrentamento da pandemia, no cumprimento do plano de vacinação, bem como de tratar da capacidade de atendimento das condições de abastecimento dos sistemas de saúde municipais. Contamos com a presença dos seguintes convidados: o Sr. Glademir Aroldi, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM); e Jonas Donizette, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Antes de darmos início às falas dos nossos convidados, eu gostaria de fazer a leitura de dois documentos encaminhados à Comissão pela Associação Mato-Grossense dos Municípios, que nos ajudarão a nortear a discussão de hoje:

Ofício GP. Nº 088, da PRESIDÊNCIA/2021

[...] a Associação Mato-Grossense dos Municípios, através do seu Presidente Neurilan Fraga, sempre na defesa [...] dos Municípios de Mato Grosso, em especial neste momento crítico, que estamos passando, com a PANDEMIA DO COVID19, declarada pela Organização Mundial de Saúde [...], e devido ao agravamento o que tem levado nos últimos dias o país a enfrentar a segunda onda, com o crescente número de casos de contágios e óbitos e com o consequente colapso [...] [do sistema público] inclusive no nosso Estado [Estado de Mato Grosso], com o objetivo de unir forças e buscar as melhores alternativas para o enfrentamento, vem por meio deste [instrumento] solicitar ao Excelentíssimo Senhor [...] Presidente da Comissão Temporária COVID-19, que interceda em caráter de urgência junto ao Governo Federal para que através do Ministério de Saúde seja autorizado em caráter emergencial e excepcional através dos programas Mais Médicos [...], Mais Médicos – COVID, Médicos pelo Brasil [também outro programa] e do Programa Força Nacional do SUS a contratação e ou renovação de contratos existentes de médicos formados no exterior e que ainda não revalidaram seus diplomas no País. Importante frisar que, neste momento tão delicado não podemos abrir mão de nenhum profissional da saúde, ainda mais quando esse número supera mais de 16.000 (dezesesse mil) profissionais formados que estão aqui no Brasil proibidos de exercer suas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades. Ressaltamos ainda que, como sabido, hoje há uma escassez desses profissionais no mercado de trabalho, o que tem acentuado ainda mais a crise no nosso sistema de saúde, fato esse agravado em vários dos [...] municípios e [...] distritos tendo em vista a grande distância territorial existente entre esses [Municípios] e nossa Capital [que é Cuiabá].

Assim, ele discorre justamente sobre esse assunto, pedindo também a revalidação dos diplomas desses médicos, conforme a lei, duas vezes por ano. E, certo do atendimento, agradece o Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, Prefeito Neurilan Fraga.

O ofício seguinte é da mesma associação – vou resumir. Ele vem solicitar a ação da nossa Comissão junto aos órgãos do Governo Federal, principalmente o Ministério da Defesa, para o apoio das Forças Armadas para dar cumprimento às medidas restritivas de circulação de pessoas nos Municípios. Eles têm muita dificuldade na execução dos seus decretos. Em resumo, é isso que o Neurilan nos solicita no segundo ofício.

Assim sendo, lidos os dois expedientes clamorosos, vamos iniciar a nossa audiência pública, passando a palavra, em primeiro lugar, ao Presidente Glademir Aroldi, pelo tempo de 20 minutos – se precisar de mais tempo, ele me avisa. Depois, virão as questões e as perguntas dos nossos Senadores e Senadoras.

Com a palavra o Presidente Glademir Aroldi.

O SR. GLADEMIR AROLDI (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Senador Confúcio Moura, nosso Presidente desta Comissão, e o nosso Relator, Senador Wellington Fagundes. Nas pessoas do Senador Confúcio e do Senador Wellington, eu quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que fazem parte desta Comissão e que estão com a gente agora pela manhã.

Gostaria ainda, além de agradecer o convite para poder estar aqui com vocês, de cumprimentar este amigo, este companheiro que é o nosso Prefeito, ex-Prefeito de Campinas e o nosso Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, o nosso amigo Jonas Donizette, que, junto com a gente, tem trabalhado no sentido de procurar amenizar as dificuldades de cada Município do nosso País. Então, é muito bom ter o Presidente Jonas aqui com a gente nesta audiência pública. Tenho certeza de que ele vai enriquecer muito o debate.

Quero iniciar, Presidente Confúcio, a nossa fala tratando das ações e posições da Confederação Nacional de Municípios e do nosso entendimento sobre o cenário atual em que os Municípios brasileiros se encontram, nesta verdadeira guerra que todos nós estamos travando contra a Covid-19.

A Confederação Nacional de Municípios, ao lado das entidades municipalistas estaduais, microrregionais e dos mais de 300 consórcios públicos de Municípios, vem atuando diuturnamente no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido de orientar os gestores locais sobre as práticas a serem empreendidas. Nós estamos preocupados com as indefinições, as idas e vindas de decisões, e instabilidades dos regramentos a serem aplicados.

Observamos, nos últimos meses, que as medidas de distanciamento social adotadas pelos Governos estaduais e pelos gestores locais, sem nenhuma coordenação, planejamento e apoio do Governo central, têm tido sucesso apenas na reação sempre tardia em situações de caos no sistema de saúde. Falta também, no nosso entendimento, um mapeamento nacional sobre a propagação das novas variantes, que, combinada com uma baixa testagem da nossa população, resulta num verdadeiro cenário em que estamos apenas enxugando gelo, lamentavelmente.

Infelizmente, estamos concluindo que, lá na ponta, em cada Município do Brasil, isolado, o gestor local não está conseguindo fazer frente às medidas necessárias para sairmos deste pico da pandemia. E é por esse motivo, Senador Confúcio, Senador Wellington, meus caros Senadores, que nós precisamos do apoio do Congresso Nacional para implementarmos, sob a coordenação do Governo central, ações a serem adotadas daqui para frente. Fazer isso é o caminho de curto prazo para minimizar o descontrole que vivemos hoje. O Brasil está na UTI, e esse ritmo de vacinação não será remédio suficiente, especialmente para este momento.

Nosso País tem hoje mais de 14 milhões de desempregados; mais de 40 milhões de trabalhadores informais; 23 milhões de trabalhadores autônomos, que estão com enormes dificuldades por conta da necessidade do isolamento. As micro e pequenas empresas, que respondem por 53% dos profissionais com carteira assinada, também se encontram em situação econômica grave pelos mesmos motivos. É preciso, urgentemente, promover mais ações capazes de garantir a subsistência desses brasileiros.

Estamos em guerra. O inimigo é impiedoso. Temos que tomar as rédeas do nosso destino com coordenação. Está faltando coordenação, especialmente alinhada entre os entes federados e coordenada, vez por todas, pelo Governo central. Nossa posição continua sendo a de que nenhum brasileiro, Estado ou Município é melhor do que outro. Nosso pacto federativo não pode ser quebrado. Assim, entendemos que o ideal é que todas as vacinas devam ser disponibilizadas pelo PNI, a fim de que as regiões mais necessitadas não sejam ainda mais prejudicadas.

Criamos, Senador Confúcio, um grupo de trabalho na CNM que está dialogando com todos os fornecedores de vacina do mundo e os monitorando. Em razão deste monitoramento, não acreditamos em compras individualizadas, pois não existe oferta consistente de vacinas no mercado para aquisição direta. Defendemos que a iniciativa privada, se conseguir efetuar compras, destine todas as doses adquiridas exclusivamente aos grupos prioritários. Apenas após a vacinação de todos os brasileiros destes grupos, é que podemos permitir a compra e a aplicação privada da vacina sem restrições de prioridades. Nosso drama é no curto prazo e nosso esforço, neste momento, é no sentido de exigir as compras pelo Governo Federal, que sempre teve esta responsabilidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A vacinação, sem dúvida nenhuma, é o caminho de médio prazo para preservar a saúde dos brasileiros e a retomada econômica e social do nosso País. Nós precisamos ressaltar aqui, Senador Wellington, não existe estoque de vacinas nos Municípios. As vacinas estão sendo administradas de acordo com as orientações do Ministério da Saúde, o qual orientou a reserva do imunizante para a aplicação da segunda dose. De acordo ainda com o painel nacional, até o dia de ontem, já foram vacinados, com a primeira dose, 20,5 milhões de brasileiros e, com a segunda dose, 6 milhões. Então, além dos grupos prioritários, com a vacinação em andamento, precisamos assegurar a vacinação com a segunda dose para 14,5 milhões de pessoas.

É preciso ficar claro que esta diferença que aparece no painel do ministério entre doses entregues aos Municípios e doses aplicadas na população não corresponde à realidade pelas seguintes razões: primeiro, o ministério lança no sistema as doses entregues, assim que libera os lotes. Sabemos que, até essas vacinas estarem disponibilizadas para a aplicação na ponta, o sistema informa como estoque não aplicado. Outro motivo: a incerteza na entrega de novas remessas impõe reservas para a aplicação da segunda dose. E, além disso, a digitalização no sistema das doses efetivamente utilizadas é efetuada apenas nos dias seguintes à aplicação, e ainda são várias as reclamações de Municípios com problemas de carregamento das informações pelo sistema do Ministério da Saúde, que apresenta grande instabilidade, o que atrasa ainda mais o registro das doses já aplicadas. Não podemos, portanto, concordar com o uso político de falsas informações, que têm prejudicado o diagnóstico correto dos nossos gargalos.

Nas últimas semanas, meus caros Senadores e Senadoras, ficou claro que o ritmo de vacinação é determinado exclusivamente pela oferta de imunizantes. Quando tivemos vacinas disponibilizadas em número maior, rapidamente se ampliou o número de aplicações por dia. Agora, com a redução nos últimos dias, infelizmente esse número caiu. Mas é importante também deixar claro, aqui na Comissão, que os Municípios brasileiros possuem estrutura e capacidade para aplicar 1,5 milhão de doses por dia e podem ampliar rapidamente essa capacidade se assim houver necessidade e vacinas disponibilizadas suficientemente pelo Programa Nacional de Imunizações.

Outro ponto a que precisamos ter atenção é o colapso no sistema de saúde. Isso não está ocorrendo somente na rede hospitalar. Observamos a mesma situação na rede de atenção básica, constituída como a porta de entrada do SUS para todos os problemas de saúde da população brasileira. A rápida saturação da rede de atenção especializada levou também ao aumento explosivo de atendimento na atenção primária, que é a válvula de escape para os pacientes que não estão encontrando leitos disponíveis nos hospitais.

Desde o início da pandemia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, estamos realizando semanalmente pesquisas e consultas aos Prefeitos e Prefeitas do nosso País para identificar as dificuldades, os anseios, a necessidade de cada uma das nossas 5.568 cidades. O quadro nunca foi tão dramático como agora. Nas duas semanas entre o final de março e o início de abril, 48% dos Prefeitos relataram que o hospital de referência da sua região estava em risco iminente de ficar sem medicamentos do chamado *kit* intubação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No levantamento desta última semana, que contou com a resposta de 3.169 Prefeitos, este percentual recuou para 38%, muito em razão das ações implementadas pelos gestores locais em cada Município do Brasil. Ainda, Srs. Senadores, nas duas semanas entre o final de março e o início de abril, o levantamento apontou que 26% dos Prefeitos relataram risco iminente da falta de oxigênio. Nesta última semana, esse percentual também teve um recuo para 18%. Mas ainda é preocupante a situação de que 25% dos gestores afirmaram haver pacientes em seus Municípios aguardando leito de UTI, e 26% dos gestores relataram também a falta de leito nas UPAs – isso é extremamente preocupante. Nas últimas três semanas, tivemos ainda um patamar de 26% dos Municípios com *lockdown* sendo aplicado; 78% implementando toque de recolher; 80% com restrições em finais de semana; e, ainda, 90% dos Municípios paralisaram as aulas presenciais. Esses percentuais, esses números têm preocupado muito a todos os gestores do Brasil e o movimento municipalista brasileiro.

Diante disso, fica claro que os Prefeitos e as Prefeitas, todos, mesmo com enormes dificuldades, não estão medindo esforços para combater a pandemia. Por isso estamos, desde o início desta crise, exigindo do Governo Federal que promova uma campanha permanente de comunicação em prol da eficácia e da segurança dos imunizantes; além disso, uma campanha permanente em defesa da importância das medidas sanitárias não farmacológicas, como distanciamento social, uso de máscaras e cuidado com a higiene. Infelizmente, isso ainda não aconteceu. Essa campanha é necessária e urgente. Cabe ao Governo Federal iniciar, o mais rápido possível, essa campanha de comunicação para poder chamar a atenção da população brasileira e apoiar Estados e Municípios, que estão isoladamente tomando as medidas necessárias.

E, para finalizar, queremos reconhecer aqui, com a permissão do Presidente na Comissão, Senador Confúcio, do nosso Relator, Senador Wellington, e saudar o trabalho dos nossos gestores locais e do nosso exército de colaboradores, servidores dos Municípios, em especial aqueles que atuam na área da saúde. Eles estão enfrentando todo tipo de dificuldade para levar atendimento e vacina para todos os cantos do Brasil. Precisamos ainda reconhecer a dedicação de todos os profissionais de saúde que estão atuando na linha de frente no combate à Covid-19.

E, por fim, queremos nos solidarizar com as famílias dos mais de 350 mil brasileiros que perderam lamentavelmente a vida.

Nós queremos aqui encerrar pedindo que Deus possa nos proporcionar união neste momento, sabedoria suficiente, o equilíbrio necessário para que todos juntos possamos fazer verdadeiramente um enfrentamento a esta crise que tem tanto sacrificado a população brasileira.

Muito obrigado. Que Deus proteja todos nós!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, meu Presidente Glademir Aroldi, pelas suas palavras veementes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A seguir já passo a palavra ao ex-Prefeito de Campinas, atual Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Jonas Donizette, pelo tempo de 20 minutos.

Pode usar a palavra, meu Prefeito.

O SR. JONAS DONIZETTE (Para expor.) – Presidente Confúcio, Senador Confúcio, agradeço o convite que me foi feito. Cumprimento também o Senador Wellington Fagundes. E ressalto aqui o currículo do Senador Confúcio, que, além de ter sido duas vezes Governador, é também médico, então, é uma figura apropriada para estar à frente desta Comissão. Diversos Senadores que estão acompanhando atentamente aqui, que eu não vou nominá-los por uma questão de economizar o tempo, agradeço a atenção de todos – alguns foram Deputados comigo, quando fui Deputado Federal.

Presidente, primeiro, antes de começar a minha fala, eu quero também dizer da importância de o Senado Federal ter essa Comissão e reconhecer na figura dos dois Presidentes, o ex-Presidente Davi e o atual Presidente Rodrigo Pacheco – o Rodrigo Pacheco já esteve comigo duas vezes – o foco que tem sido dado para esse problema que hoje é o problema dominante, a preocupação principal do País, que é a pandemia do Covid, como lidar com ela, como fazer a imunização, e também a questão da assistência médica.

Vamos começar então. Eu tenho aqui uma relação de perguntas que foi mandada pelo Relator Wellington Fagundes e vou tentar me ater a ela para que possa ser útil para os senhores e para as senhoras, não sem antes também saudar o meu colega Aroldi, que é o Presidente da CNM, com quem a gente tem uma cooperação e um trabalho fraterno.

A verdade é que nós temos dois momentos, duas situações: ano de 2020 e ano de 2021. No ano de 2020, com todos os problemas enfrentados, que permanecem agora em 2021, nós tivemos o apoio econômico do Governo Federal. Isto é inegável: o Governo Federal criou repasses no setor de alta e média complexidade, criou repasses também que ajudaram que os Municípios pudessem manter o atendimento da saúde e programas sociais. Só que, quando nós tivemos a virada de ano, parece que o Governo achou que a pandemia deixou de existir, e pelo contrário: ela se fortaleceu, vieram as novas cepas, os números aumentaram e os Municípios ficaram praticamente sozinhos. Para os senhores e as senhoras terem uma ideia, o repasse de recursos de leitos de UTI dos meses de janeiro e fevereiro só foram feitos em março. Então, os Municípios tiveram que arcar com isso.

No setor de assistência social, que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sabem que é um setor muito sensível, boa parte da população do Brasil hoje está passando fome, os Municípios estão sem o repasse das verbas federais. Quase todos os programas que os Municípios estão bancando de ajuda com cesta básica, com vale-alimentação, estão sendo feitos por conta de orçamentos próprios.

Então, é importante que o Governo tenha essa visão de que a pandemia não acabou, pelo contrário: ela está se fortalecendo cada vez mais. E hoje nós temos a triste notícia da Índia, de que os casos em uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana beiram um milhão. Isso tem dois aspectos: o aspecto humanitário, porque a gente sente pelo povo indiano também, mas o aspecto que nos preocupa é que a Índia é um dos grandes produtores e fornecedores de vacina, e essa situação na Índia pode complicar ainda mais o fornecimento de vacinas para o Brasil.

Se nós pegarmos a primeira portaria do Ministério da Saúde, de março de 2020, Senador Confúcio, ela aponta o seguinte: uma situação grave, que precisa de distanciamento social e restrição de circulação de pessoas. Orientação do Ministério da Saúde. Só que o que acontece? Nós temos uma discrepância muito grande entre aquilo que o Ministério indica e aquilo que o nosso Presidente proclama.

Isso foi frequente no ano de 2020 e está havendo uma pequena transição agora. Quero cumprimentar o novo Ministro Marcelo Queiroga, que, na sua fala, ontem, falou que vai buscar de todas as maneiras convencer o nosso Presidente, porque, quer queira ou não, ele é uma figura que influencia uma boa camada da nossa sociedade.

Quanto às medidas restritivas, eu quero dizer aqui: nenhum Prefeito que eu conheço toma essas medidas com alegria; pelo contrário, as medidas tomadas são orientações de departamentos de vigilância sanitária. E existe um porém na administração pública – o senhor, que foi Governador, e outros Senadores que passaram pelo Executivo sabem: quando alertado de um fato tecnicamente e o gestor não toma a devida providência, ele incorre em crime de responsabilidade, porque ele não pode alegar desconhecimento do problema. Então, os Prefeitos são obrigados a tomar decisões. E essas decisões, muitas vezes, desagradam a população. Só com isso já é difícil de lidar. Agora, você tendo ainda a contrariedade de uma figura de dimensão nacional falando que quem não respeita... Ou a pessoa que fica amedrontada com o vírus é marica, ou usando expressões desse tipo, não ajuda em nada para que a gente faça o combate à pandemia.

A situação da vacina, vamos começar por ela. O Brasil perdeu ponto, o Brasil passou do ponto, quando nós tínhamos que tomar decisões importantes de garantir imunizantes. É possível fazer contratos sob situação de risco, ou seja, você faz o contrato, mas só paga quando tiver as doses da vacina. O Brasil desconsiderou isso, desconsiderou a vacina que hoje está vacinando 80% dos brasileiros, que é a vacina produzida pelo Butantan. Então, nós nos encontramos numa situação, porque, quando há uma inércia, você faz uma contramedida. Qual foi essa contramedida da Frente Nacional dos Prefeitos? Nós criamos o Consórcio Conectar. No prazo recorde de um mês, milhares de cidades aprovaram leis em suas câmaras municipais, além da adesão do Prefeito, e hoje nós temos um consórcio que representa cerca de dois terços da população do Brasil. Nós não criamos esse consórcio para concorrer com o Ministério da Saúde. Aliás, esta semana, nós teremos uma reunião com o Secretário-Executivo do ministério para fazer uma harmonização de procedimentos para conseguir mais vacinas, mas a realidade tem que ser dita: hoje a disponibilização de vacinas no mundo está muito difícil. Então, nós vamos ter que conviver com uma situação de fazer o máximo possível para vacinar a população e também cuidar do atendimento hospitalar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso dizer aqui que a nossa Constituição fala que a saúde é dever e obrigação do Governo Federal, dos Estados e Municípios. Mas ela faz uma separação, dizendo que a saúde municipal é mais responsável pela saúde básica, que são os conhecidos postinhos ou os postos de saúde, para atender à população. Só que principalmente os grandes Municípios, Municípios que são sedes regionais, tiveram que construir hospitais para poder atender a demanda da população. E o hospital... Qualquer gestor público sabe que aquilo que você gasta para construir um hospital é gasto depois, todo ano, para manter aquele hospital. O custeio da saúde é algo muito caro, e este ano os Municípios estão desamparados nessa parte.

Eu estou fazendo essa ressalva de 2020 para 2021 para que não se tenha uma percepção política da minha fala. Estou fazendo o reconhecimento de um período em que as ações do Governo Federal foram proativas e de agora, 2021, quando nós não estamos tendo esse procedimento.

Muito se está falando, e se falou, do oxigênio e do *kit* intubação, mas eu acabo de receber aqui a informação do Consórcio Conectar de que uma pesquisa que nós fizemos com os 294 maiores Municípios do País mostrou que apenas 10% deles não apontaram nenhuma dificuldade, ou seja, 90% apontaram dificuldade. E nós já começamos a ter relatos de falta, por exemplo, de aventais esterilizados, óculos de proteção e fraldas – as pessoas que ficam internadas, hospitalizadas, não podem, não tem como saírem da cama para fazer uso do banheiro, do sanitário. Então, vejam vocês como os fatores vão se multiplicando.

Então, é inadmissível a fala do Presidente quando pergunta o que os Prefeitos fizeram com o dinheiro. Todas as prefeituras criaram *sites* de transparência, de informação de dados. É bem verdade que muitos medicamentos encareceram. Aliás, o Governo Federal cometeu um erro no ano passado, em setembro: ele falou "não" para a compra de *kits* de intubação porque estavam 10% acima do valor. Pois bem, agora, no começo de 2021, não estão 10% mais caros: alguns estão dez vezes mais caros!

Então, é importante que a gente saiba que a saúde é uma prioridade e que ela segue uma lógica de mercado, como qualquer outro tipo de produto. Quando a demanda aumenta e a oferta é menor, o preço sobe. Isso acontece, e há secretários de saúde e Prefeitos tendo que lidar com a situação de escolher se pagamos um pouco mais caro por um determinado medicamento ou produto hospitalar e criamos uma situação que pode, depois, até causar algum problema, ou se não compramos e deixamos as pessoas à sua própria sorte, sem assistência médica. A verdade é que, nas duas situações, tanto na vacinação quanto na parte de medicamentos e na parte de repasses de verba federal, nós estamos tendo grandes dificuldades.

Quanto às medidas restritivas, nós queremos nos solidarizar aqui com determinados setores, que, achamos, já pagaram um preço muito caro realmente. Eu vou dar um exemplo aqui: o setor de alimentação, restaurantes. Nós estamos vendo muitos fecharem Brasil afora. E esses setores reclamam que, enquanto eles estão pagando um preço mais caro, outros setores estão funcionando normalmente, nós não estamos tendo um distanciamento social adequado e, portanto, nós vamos ficar nesse vai e volta com frequência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, seria muito importante que, como nós temos essa dificuldade da vacinação – e aqui os Prefeitos reconhecem... E o companheiro Aroldi explicou muito bem essa notícia de que o Governo Federal manda uma quantidade e o Prefeito não aplica: não é verdade, isso é uma cortina de fumaça. Toda vacina que chega está no braço da população.

Eu só acrescentaria que, além dessas dificuldades, a vacina do Covid é diferente da vacina do sarampo, da meningite. Na vacina do sarampo e da meningite, a gente informa, com um risquinho, dois risquinhos, três, a quantidade de vacinas aplicadas. No Covid, até por uma questão que nós tivemos de fura-fila, nós criamos regras em que temos que informar o nome completo; o documento de identidade; a idade da pessoa; se não tem a idade que está naquela faixa, a qual grupo ela pertence. Então, as informações são muito maiores.

Nem sempre aquilo que está no sistema é aquilo que já foi aplicado, como acontece com outras informações nessa parte do Covid, e por uma instabilidade também no sistema nacional do SUS de informática, porque muitas vezes cai. Os senhores e as senhoras aí que estão lidando nessa pandemia agora percebem muito isto, uma instabilidade na internet, porque aumentou demais o número de usuários, de informações, o tráfego de dados daquilo que era para o que está agora.

Então, a Frente Nacional de Prefeitos se manifesta cumprimentando o Senado Federal. Eu acho que, se há uma Casa que tem um papel a cumprir nesta pandemia é o Senado Federal, porque ele representa as unidades federativas, e verdadeiramente nós não podemos fazer distinção entre Estado que tem mais poder econômico e menos poder econômico. Todos são brasileiros.

Nós, da Frente Nacional de Prefeitos, defendemos que o Brasil tem uma iniciativa privada muito forte; defendemos o SUS, mas defendemos também que nós possamos, em harmonia com esses empresários, criar um fundo garantidor. Eu vou dar um exemplo aqui da própria FNP, do Consórcio Conectar. Nós tivemos uma multinacional brasileira que já fez uma doação de R\$4 milhões dizendo o seguinte: esse dinheiro pode ser usado para vacina ou, enquanto não comprar vacina, para comprar insumos, medicamentos necessários para o tratamento das pessoas. É muito importante que a gente consiga, mesmo que tardia, essa união nacional.

Presidente Confúcio, eu vou usar aqui uma... No meu último ano de Prefeito, que foi o ano passado, eu convivi com a função de Prefeito e também de Presidente da FNP, em que eu estou completando quatro anos agora, e nós fizemos várias, várias videoconferências mundo afora. Não houve um país – poucas exceções, poucas exceções –, mas o Brasil é o país que está sendo mais atingido por essa conflagração, porque parece que tudo que nós fazemos – e aí é importante que nós falemos isso – tem a influência do líder político que está em exercício do mandato da Presidência. Ele faz questão de atacar os Prefeitos, de atacar os Governadores, e isso não ajuda em nada. De vez em quando, ele vem com uma fala de harmonia; passam dois dias, 24 horas, e aquilo se reverte em ataque de novo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a fala da Frente Nacional de Prefeitos é de que nós possamos somar esforços. O inimigo em comum é o vírus.

E eu queria dizer que seria muito importante, se nós tivermos que tomar novas medidas restritivas, que elas pudessem... Aliás, foi o que falou a Dra. Ludhmila, que foi convidada para ser ministra antes do Sr. Marcelo Queiroga. Ela disse o seguinte: "Nós temos que pensar o Brasil de forma regional" – o Brasil é como se fosse uma Europa, e as suas regiões como se fossem países, ou os Estados. Muitos Estados nossos, como o de V. Exa. mesmo, são maiores do que muitos países. Nós precisamos ter uma visão nacional até para implantar essas medidas restritivas enquanto nós não tivermos imunizante para todo mundo. E fazer com que o imunizante, a maior variedade possível, nós defendemos todos... É uma doença que tem várias mutações. A ciência está correndo atrás. Aliás, um cumprimento aqui aos cientistas por todo o esforço.

Nós temos a informação hoje, sobre a vacina Coronavac, que, quando se aumenta o tempo entre a primeira dose e a segunda dose, ela traz mais proteção. Essa é uma boa notícia, porque nós podemos usar mais vacinas nessa primeira dose, que já cria uma imunização. Não é uma imunização completa – as pessoas têm que tomar as duas doses –, mas já cria uma imunização. Todos os recursos de que nós pudermos dispor neste momento, dentro de um espectro de realidade, nós temos que utilizar.

E, aí, eu cumprimento o Ministério da Saúde, que recentemente tomou uma resolução, orientando os Prefeitos a aplicarem as vacinas que têm. E nós estamos fazendo isso. Nós tínhamos uma orientação de guardar 50% para a segunda dose. Depois, a orientação foi mudada a pedido da Frente Nacional de Prefeitos, e, agora, chega, hoje, essa nova informação de estudos que foram feitos aqui no Brasil que falam que, no caso da Coronavac, seria importante um tempo maior entre a primeira e a segunda dose.

Presidente, de uma forma resumida, respeitando o tempo dos Senadores e Senadoras, eu acho que é essa a manifestação da Frente Nacional de Prefeitos, lembrando que vou tocar num ponto que é meio sensível, mas é importante: eu fui questionado ontem por órgãos de imprensa sobre essa questão de incluir ou não Prefeitos e Governadores na CPI que está para ser formada, o Senado vai decidir amanhã. Da nossa parte, não existe problema nenhum. Nós não temos preocupação, porque os Prefeitos, como eu disse, quase todas as prefeituras, por obrigação, têm que ter um *site* de transparência. Mas a gente acredita que, na parte jurídica, na parte constitucional – o Senado, claro, tem toda competência para analisar verbas federais que foram destinadas, mas nós temos as câmaras municipais, temos as assembleias legislativas –, achamos que isso seria uma cortina de fumaça para criar um escopo enorme, e não termos o foco naquilo que nós precisamos, que é o desempenho do Governo Federal na pandemia. Não, se trata de personalizar nesta ou naquela pessoa, mas é importante pegar dados técnicos do ministério e ver que, muitas vezes, a fala política do Governo Federal difere totalmente das orientações técnicas do Ministério da Saúde.

Muito grato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, meu Presidente Jonas Donizette. Muito obrigado a vocês por terem comparecido. Ficamos satisfeitos, prestigiados com a presença de dois Presidentes, da CNM e da Frente de Prefeitos, ficamos honrados com vocês.

Vamos agora aos debates. Nós temos inscritos o Senador Wellington Fagundes, que é o nosso Relator; o Styvenson Valentim, nosso Vice-Presidente; a Senadora Eliziane Gama; o Senador Izalci Lucas, que é do PSDB do Distrito Federal; o Senador Marcos do Val, do Podemos do Espírito Santo; e a Senadora Zenaide Maia, do PROS do Rio Grande do Norte. Nós temos, portanto, seis inscritos. Então, vamos fazer dois blocos de três para as perguntas. Eu solicito aos nossos dois convidados especiais para anotarem o nome dos Senadores e as perguntas, para depois facilitar as respostas. Quando forem responder, respondem normalmente a três.

O primeiro a falar é o Senador Wellington Fagundes, que é o nosso Relator. Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Eu quero saudar aqui, inicialmente, o nosso Presidente desta Comissão, Senador Confúcio Moura, bem como todos os nossos companheiros Senadores que se fazem presentes, Senador Izalci, Senadora Zenaide, também o companheiro Presidente da Confederação dos Municípios, nosso companheiro Glademir Aroldi, e o Jonas Donizette, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos.

Eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, com certeza, que a contribuição dos Municípios representados por esses dois Presidentes tem e poderá ter será extremamente importante para os nossos trabalhos, uma vez que ambos trazem relatos das frentes de batalha onde se travam a guerra do Brasil, essa guerra do Brasil contra a pandemia, que é exatamente nos Municípios. Sim, os Municípios grandes, médios, pequenos, porque são os verdadeiros palcos dessa tragédia humana, sanitária e socioeconômica. Portanto, Sr. Presidente, é lá também que esse combate precisa ser travado e vencido. E é claro que a gente conta com a ajuda de Deus e, acima de tudo, da união de todos.

Sr. Presidente, eu quero aqui, no compromisso de ser o Relator desta Comissão, ler as perguntas, o que é um trabalho da nossa Consultoria também, mas não posso deixar de falar, antes dessa leitura, da reunião que tivemos, em que V. Exa. esteve presente, juntamente com outros Senadores – Senador Izalci, Senador Oriovisto e outros Senadores –, com o Sindan, na qual tivemos oportunidade de discutir... Aliás, duas reuniões, uma nesta Comissão e outra que fizemos, na qual foi muito bem esclarecido que a nossa indústria de saúde animal tem condições, está pronta, preparada para fazer as vacinas necessárias, de que o País precisa, em 90 dias.

Eu faço questão de insistir, de falar mais uma vez, Glademir e também Jonas, porque já faz cinco ou seis meses que esse assunto vem sendo discutido, e parece que é algo impossível de acontecer. Não se consegue convencer as autoridades a tomarem uma decisão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui, ao mesmo tempo, Senador Confúcio, participando de outra reunião com o Senador Nelsinho, em que se está discutindo a questão das patentes, que, olhem, é muito contraditória ainda. Por isso, nós fizemos o requerimento. Eu vou deixar para falar sobre esse requerimento e sobre a visita nossa aos laboratórios e às superindústrias que podem produzir essas vacinas.

Eu gostaria, inclusive, que a Confederação Nacional dos Municípios, que, enfim, os Municípios também estivessem envolvidos nessa luta para que a gente pudesse produzir a vacina. Nós temos certeza de que o vírus está instalado e de que está havendo mutação nova. Então, nós precisamos de vacina urgentemente, para agora, importando de onde ela existir, mas isso está difícil, não está havendo vacina para importar. Por isso, nós precisamos também fabricar vacinas no Brasil para agora, para amanhã, para o ano que vem e para os próximos anos. A necessidade de voltarmos a ter um parque instalado é imperiosa.

Eu vou agora diretamente às perguntas.

Primeiro, eu gostaria de saber, Presidente, se já foram entregues para os dois as perguntas. *(Pausa.)*

Ótimo!

Para facilitar, eu pedi que lhes entregassem antes.

O Brasil vive, neste momento, a pior fase da pandemia da Covid-19 desde o seu início. O número de mortes nunca foi tão alto, superando, na semana passada, a triste barreira de 4 mil mortes registradas em um só dia: no dia 6 de abril, foram 4.195 mortes, e, no dia 8, houve um novo recorde, com 4.249 registros. A média de mortes, em sete dias está, de forma sustentada, próxima a três mil por dia. Infelizmente, a tendência não é de queda. A ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva, indispensáveis para a condução de casos graves, atingiu níveis alarmantes, com taxas de ocupação próximas a 100% em todo o País, e há um grande número de pacientes esperando uma vaga de terapia intensiva. O sistema de saúde em todo o Território Nacional está em colapso, e as pessoas estão morrendo enquanto aguardam um leito de UTI. Essa situação motivou a adoção de rigorosas medidas de restrição de mobilidade e isolamento social em diversos Municípios brasileiros.

Daí pergunto: como V. Exas. avaliam a condução que tem sido dada pelos Municípios brasileiros nesta fase da pandemia? Quais foram as principais medidas adotadas? Até quando elas devem perdurar? Algum resultado já pode ser apresentado neste momento? Já é possível apontar medidas mais ou menos eficientes na experiência das administrações municipais?

Eu faço aqui até uma sugestão, já que vocês estão na ponta, junto à comunidade. Na última reunião em que o Presidente Confúcio convocou o nosso chefe da Secom, o Almirante Flávio, o Senador Confúcio sugeriu, como vocês já falaram, a necessidade de fazer uma campanha nacional de orientação, principalmente, sobre as medidas sanitárias. Eu fiz aqui uma sugestão para que a gente possa usar para os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais da educação. O Glademir falou que está com as escolas – a maioria – fechadas, mais de 90%. Como esses profissionais, lá na ponta, podem ser utilizados? Todos aqueles agentes de saúde, também, do Programa Saúde da Família, estão sendo utilizados? Eles poderiam talvez até visitar casa a casa, para fazer com que essa campanha pudesse ser feita de forma mais eficiente. Eu lembro naquela época quando tivemos as fiscais do Presidente no supermercado, quando todo mundo se transformou em um fiscal, dando até voz de prisão quando um supermercado estava aumentando o preço.

Aqui outra pergunta: qual é a melhor forma de monitoramento de gravidade e planejamento de ações de combate à pandemia e aplicação de medidas restritivas? Como V. Exas. avaliam a tendência para as próximas semanas em relação à disponibilidade de leitos de UTI públicos e privados, gerais e específicos para Covid-19? Qual é a fila de espera de pacientes com Covid-19 neste momento? Eu tenho visto alguns hospitais onde até os centros cirúrgicos estão sendo utilizados como UTI. Se chegar um acidentado, não tem como fazer uma cirurgia.

Como está a situação e quais são as perspectivas para o abastecimento de oxigênio medicinal, de medicamentos de uso em terapia intensiva, inclusive para intubação orotraqueal na rede municipal de saúde? Que apoio os Municípios têm recebido dos Estados e do Governo Federal? Como V. Exas. avaliam a ação do Ministério da Saúde e das Secretarias Estaduais de Saúde no combate à pandemia, especialmente no que tange à aquisição e distribuição de vacinas, apoio à aquisição de equipamentos e insumos e coordenação nacional do programa de imunização?

Em 18 de janeiro de 2021, iniciou-se a vacinação no Brasil. Entretanto, o ritmo de imunização no País é muito lento, principalmente devido à dificuldade de acesso aos imunobiológicos. Estamos hoje na casa dos 22 milhões de pessoas vacinadas com a primeira dose, e 6 milhões com ambas as doses aplicadas, o que representa pouco mais de 10% dos brasileiros com a primeira dose, e 2,8% com a segunda. Para fazer uma comparação, nos Estados Unidos já foram aplicados mais de 225 milhões, e a nossa rede aqui de distribuição e aplicação de vacinas é muito maior, através do SUS.

Lá o número de mortes vem caindo rapidamente, estando abaixo das mil mortes por dia. No Brasil, o aumento é igualmente rápido, e já passamos a marca de 4 mil óbitos por dia. Somos o epicentro da doença, motivo de preocupação mundial, já que um terço das mortes diárias por Covid-19 no mundo ocorrem aqui no nosso País.

Pergunta-se: a que V. Exas. atribuem a lentidão no processo de vacinação da população? Há outros entraves no nível municipal, além da falta de doses de vacinas? Que medidas foram e estão sendo adotadas para aumentar a agilidade da imunização dos Municípios? Como os Municípios têm feito a organização dos grupos prioritários?

Presidente, já estou terminando.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive hoje, na nossa capital Cuiabá, já chegou a quem tem 64 anos. Hoje eu fui ao posto de saúde, só que não tem vacina na cidade. Olha a situação crítica em que estamos.

Últimas perguntas. Como os Municípios estão agindo ante a possibilidade de atraso na imunização por dificuldades do Ministério da Saúde em negociar e adquirir vacinas em quantidade suficiente para imunizar de forma célere a população brasileira? Que Municípios estão negociando a compra direta de vacina? Houve algum resultado prático nessa compra? Vocês acham que esse pode ser um caminho, os Municípios saírem mundo afora em busca de vacinas ou tem que ser um compromisso do Governo Federal?

Então, eu quero aqui parabenizá-los mais uma vez e, claro, se permitirem ainda, ao final, algum debate para que a gente possa ter também, por parte de vocês, sugestões simples daquilo que os Municípios estão vivendo lá e as dificuldades talvez que a gente possa encontrar.

E Presidente, mais uma vez, há pouco eu estava aqui em outra reunião, ainda se dizendo da impossibilidade de o Brasil fabricar vacina porque nós não temos um parque industrial instalado. Quero aqui mais uma vez repetir, o Brasil pode ser a solução na produção das vacinas necessárias para o Brasil e ainda para ajudar outros países do mundo, porque, como disse agora o Jonas, a Índia passa por problemas sérios e dificilmente terá vacinas disponíveis para o Brasil.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Relator Wellington Fagundes.

O Wellington fez várias perguntas. Eu creio que para não termos resserviço por parte dos debatedores, o que, no caso, a CNM vier a falar, o Jonas já passa para outras perguntas, a não ser que queira complementar a do colega que falar antes.

Então, vamos passar a palavra para nosso Vice-Presidente da Comissão, Styvenson Valentim

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente, ouve-me bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, muito bem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado.

Bom dia a todos os Senadores e Senadoras, obrigado ao Sr. Glademir Aroldi e ao Sr. Jonas pela presença.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Escutei atentamente toda a narrativa dentro das dificuldades que hoje os Municípios encontram.

Eu creio, Sr. Jonas, que, no ano passado, no início da pandemia, havia mais engajamento da população, das empresas, dos Governos, estavam todos muito unidos em torno de um combate só de uma pandemia e o que a gente não consegue mais enxergar é esse engajamento até mesmo da sociedade, dos artistas, de fazer aquela arrecadação de alimentos, de levar ali para os necessitados. Então, eu ouvi com muita precisão.

Eu, agora, estive no interior do meu Estado, Rio Grande do Norte, e escutei uma reclamação de alguns Prefeitos. Reclamação essa que o Sr. Jonas falou com precisão: o cadastro, o anotar, passar a informação para o Ministério, para o Governo do Estado sobre a vacinação, muitas vezes é dificultoso, muitas vezes é retardado porque falta internet, porque é lenta, porque é morosa. Isso complica que o Município receba do Governo Estadual novos imunizantes. Então, essa demora está causando na população, além de uma aflição, uma desconfiança. Se tem vacina, por que não está passando? Se tem vacina, por que está demorando?

Então, o meu Estado está ficando um pouco para trás e dá para perceber que, pontualmente, como esse Município a que eu fui no Sertão, 270km daqui da capital, o Prefeito narrou, por não ter ponto de internet, por ter essa dificuldade de ser ágil nesse repasse da informação, as vacinas estão atrasando. Como é que a gente pode resolver esse problema se está havendo esse problema Brasil afora?

Eu vejo o esforço que alguns enfermeiros têm para vacinar lá no Norte, entrando em barco, entrando rio adentro, levando a vacina para as pessoas bem distantes. Esse esforço é motivo para exaltar esses profissionais!

E uma segunda pergunta, aí eu faço especificamente para o Sr. Jonas Donizette: o senhor deve ter, já que a gente mostrou as dificuldades, mostrou a resistência que há até mesmo do Governo Federal sobre algumas medidas eficazes que a gente vê e são tão criticadas – como o *lockdown*, como o distanciamento social, como o uso de máscara, como as coisas básicas que têm que ser feitas para evitar a contaminação –, o senhor poderia narrar para a gente sobre Municípios, cidades, Sr. Jonas, que tiveram sucesso na contenção do coronavírus? E como é que eles tiveram esse sucesso? Dá para ser reproduzido num País tão grande quanto o nosso? Eu sei que Araraquara – acho que é no Estado do senhor – zerou a quantidade de mortes. O que foi que eles fizeram naquele Município, naquela cidade, que gerou esse sucesso? Quais são os outros Municípios que a gente possa ter como exemplo, para que possam ser tomadas essas medidas que evitem as pessoas estarem morrendo e se contaminando agora?

Eu sei que a medida não é doce, a medida não é nada agradável para a população. E mesmo havendo uma oposição de governos estaduais, uma briga de decretos entre Municípios, Estados e Governo Federal, nesse alinhamento...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, era para trazer esse exemplo, já que o senhor é o presidente dos prefeitos, dos bons exemplos para que a gente possa tentar padronizar, dentro de um País tão grande e diverso como o nosso. Está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Styvenson.

Eu passo a palavra agora para a Senadora Eliziane Gama, do Estado do Maranhão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente Confúcio. Eu quero cumprimentar todos os representantes, meus colegas de Parlamento.

Eu vou direcionar a pergunta aos dois e, conforme a situação, eles poderão responder. Inicialmente é sobre a situação econômica que a gente está vivendo e tende, na verdade, a piorar com o período pós-pandemia. Agora, neste período, naturalmente há a necessidade do auxílio emergencial para a população. Ano passado, quando nós tivemos pico perto de 2 mil mortos, nós tínhamos uma ajuda emergencial da ordem de R\$600. Este ano, estamos chegando a quase 5 mil mortes a cada 24 horas e a ajuda emergencial é de pouco mais de R\$200. Além disso, nós não temos orçamento de guerra e nós não temos hoje ajuda de compensação para Estados e Municípios. Eu pergunto aos senhores: como que os senhores veem essa situação e ao mesmo tempo a necessidade de que essa compensação do Fundo de Participação dos Municípios possa acontecer de forma muito mais rápida, e eu não diria nem muito mais rápida, mas de forma imediata, considerando que a arrecadação dos Estados e dos Municípios está caindo drasticamente por conta do período de pandemia?

A outra questão é referente ao comitê que foi criado agora pelo Governo Federal, juntando, na verdade, vários atores, dentre eles o Congresso Nacional. Hoje esse comitê é presidido pelo Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que, ao meu ver, é uma pessoa extremamente qualificada e competente, mas, do ponto de vista das prerrogativas, tem uma série de limitações, porque a execução da política, como o próprio nome já diz, é do Poder Executivo, e ele que está conduzindo esse comitê. Até onde eu sei, parece-me que não há inclusão dos Municípios até agora. Eu pergunto aos senhores: qual a importância da inclusão dos Municípios também no comitê, no sentido de somar aos debates e, portanto, termos aí encaminhamentos importantes para todo o Brasil?

A outra pergunta eu faço referente à questão da compra das vacinas, Presidente. Nós tivemos uma decisão do Supremo Tribunal Federal, tivemos uma lei que nós aprovamos no Congresso Nacional que flexibiliza, permite a Estados e Municípios fazerem a compra da vacina dentro de um ordenamento jurídico de participação pelo Sistema Único de Saúde. Nós temos nove Estados brasileiros que já estão com essa compra encaminhada, que é a compra da Sputnik através de um consórcio. Eu pergunto: como é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está a situação dos Municípios? Está havendo interesse de os Municípios brasileiros também buscarem a compra dessas vacinas?

E, por fim, Presidente e representantes dos órgãos, nós estamos vivendo um momento muito crucial e grave no Brasil. Os números são aterrorizantes. Nós possivelmente chegaremos, nos próximos dias, a um número drástico de 5 mil mortes a cada 24 horas, um dado estarrecedor, um recorde mundial que infelizmente o Brasil capitaneia. E a gente continua vendo o Presidente da República incentivar a aglomeração, como a última que aconteceu ontem, mais precisamente nesse domingo. E o uso de máscara, o uso de outros elementos que são fundamentais para conter de fato a pandemia ele, infelizmente, não incentiva. Como o maior orientador, o maior formador, eu diria, de opinião no Brasil, ele poderia usar muito bem essa sua função para ajudar a população brasileira.

E, em meio a tudo isso, a gente vê muita *fake news* e mentiras ainda rolando muito fortemente na sociedade brasileira.

A gente está vivendo hoje... Todo brasileiro – todo brasileiro, sem exceção – tem notícia de que pelo menos um conhecido seu morreu em uma semana. Esse é um fato realmente preocupante.

Eu pergunto aos senhores: como é que os senhores veem, por exemplo, hoje a *fake news*? Ela ainda está muito grave? Ela já está menos do que esteve anteriormente, já que a situação está muito mais grave, está muito mais próxima de cada uma das pessoas? E o que isso pode representar também para o agravamento da pandemia no Brasil?

Eram essas as minhas perguntas, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Então, vamos às respostas agora.

Nesse primeiro bloco, logicamente por ter o Senador Wellington tido um tempo maior e feito mais perguntas, eu vou oferecer para cada um dos nossos convidados, o Glademir e o Jonas, um tempo de oito minutos. Se precisarem de mais um minutinho, deem um sinal para mim, porque eu não controlo o tempo aqui – o tempo é feito lá pelo Senado, e eu estou em casa. Então, oito minutos para responder aos três. Se for preciso dar um tempinho, a gente prorroga – eu peço ao Senado para prorrogar.

Com a palavra o Presidente Glademir Aroldi.

O SR. GLADEMIR AROLDI (Para expor.) – Obrigado, Senador Presidente Confúcio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tentar sintetizar aqui as perguntas do nosso Senador Wellington Fagundes, e depois o nosso Presidente Jonas Donizette, com certeza, vai trazer contribuições importantes nesse sentido.

Primeiro, nós entendemos que o ritmo da vacinação no Brasil depende apenas da disponibilização de vacinas. Os Municípios têm condições de vacinar, com a estrutura que têm hoje, 1,5 milhão de pessoas/dia. Quando nós tivemos, há uma semana, a disponibilidade de um número maior de vacinas, nós chegamos a vacinar um pouquinho mais de 1 milhão de pessoas por dia. Hoje esse número caiu. Por quê? Porque não existe vacina suficiente nos postos de saúde dos Municípios brasileiros. Nós reduzimos para 250, 300 mil pessoas vacinadas por dia. O Senador Wellington mesmo colocou, com muita propriedade, um Município lá que não possui vacina para continuar a vacinação nas pessoas de 64 anos. Então, é isso. É basicamente isto: disponibiliza a vacina.

Nós temos o melhor programa do mundo em imunização. Isso está provado pelas vacinações de rotina. Nós precisamos cuidar disso. E como é que se cuida disso? Disponibilizando vacinas pelo programa nacional. Nós não podemos criar aqui um conflito federativo. Nós não podemos fragilizar aquilo que foi construído a duras penas ao longo dos anos, que é o nosso Sistema Único de Saúde. Nós precisamos valorizar essas estruturas do nosso País.

Vinte e seis por cento... Por que agora reduziu um pouco a necessidade de leitos de UTI? Mas nós temos ainda mil Municípios com essa necessidade. Há pacientes em estado grave em aproximadamente mil Municípios que não estão conseguindo... Precisam e não estão conseguindo leito de UTI. Esse número era maior. Por que diminuiu esse número? Pelas medidas adotadas pelos governos estaduais e pelos governos municipais. Essas medidas foram prejudicadas e malcompreendidas pela população pelas manifestações do nosso líder maior, como já falou o Presidente Donizette, e que vêm atrapalhando esse processo. Evidentemente, por outro lado, temos a outra situação: da economia. Mas as medidas estão sendo tomadas em cada Município do Brasil conforme a necessidade do Município, e o Prefeito ou a Prefeita, com muita responsabilidade, conversando e dialogando com a sua sociedade organizada. Muitas vezes, evidentemente, em muitos casos, enfrentando essas dificuldades.

Então, é isso. Se nós tivermos vacina à disposição, nós vamos vacinar a nossa população. O Norte está dando exemplo: de barco, de canoa, com as pessoas tendo de colocar pedras, construir acesso para poder passar com o veículo. E os nossos profissionais lá com a aquele número de vacina à disposição, tentando fazer esse serviço. E vejam a dificuldade! Como a vacina está chegando a conta-gotas, você precisa ir a esses lugares de difícil acesso várias vezes. Se houvesse vacina suficiente, nesses locais de difícil acesso, nós faríamos esse trajeto uma vez só ou duas ou três vezes no máximo. Os profissionais, com certeza, terão de percorrer esses acessos complicados dez, 12, 15, 20 vezes até conseguirem vacinar toda a população daquela localidade. Então, isso tem dificultado muito o trabalho do gestor, que não tem medido esforços.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

"Os Municípios estão negociando vacinas diretamente?" Não, porque não existe oferta de vacinas! A Frente Nacional de Prefeitos criou um consórcio, mas nós temos 305 consórcios no Brasil já criados, aptos a comprar medicamentos, vacina e material de proteção, mas não conseguem. Por quê? Porque não há oferta. Não existe oferta no mercado interno, até porque a Fiocruz e o Butantan já declararam que vão negociar somente com o Governo, com o Ministério da Saúde, e, no monitoramento que nós temos feito e no contato com os produtores de vacinas de fora do Brasil, nós temos a Opas... Nós já nos reunimos com a Opas, e qual é a informação? É a de que não vão negociar diretamente com Municípios ou com a iniciativa privada, que a preferência da vacina é ser comercializada com o Governo central, com o Ministério da Saúde. Então, essas são as dificuldades.

A Senadora Eliziane também traz um assunto muito caro, muito importante, que é o auxílio emergencial, que começa novamente a ser pago. Nós estamos aí com uma quantidade enorme de desempregados, um número significativo de pessoas que trabalham na informalidade... Nós temos uma necessidade significativa nesse sentido, e não só com o auxílio emergencial a essas pessoas, mas também precisamos trabalhar um auxílio às micro e pequenas empresas, que estão sofrendo muito por conta da pandemia. E, por outro lado, o gestor local e o gestor estadual tendo que tomar medidas por causa do avanço do número de infectados, do avanço, infelizmente, do número de pessoas que estão perdendo a vida... Os hospitais sem a mínima possibilidade de fazer o atendimento, por falta de leitos, por falta de espaço nas unidades de tratamento intensivo... Isso é uma realidade em todo o Brasil! O sistema está sobrecarregado. E, como eu falei na minha fala inicial, isso também sobrecarrega o sistema primário! Há uma ansiedade, um sofrimento de cada gestor do Brasil nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Glademir.

Eu passo a palavra para o nosso Presidente, Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (Para expor.) – Presidente, eu vou tentar, então, ser conciso também.

Quero, primeiro, cumprimentar os Senadores. Uma fala que me agradou muito é que vários falaram que estiveram com Prefeitos, que conversaram com Prefeitos dos seus Estados, para sentir a realidade. Isso é muito importante.

Eu quero começar pelo Relator, respondendo à pergunta que... Inclusive ele foi se vacinar lá, 64 anos, e não havia vacina.

Senador Wellington Fagundes, está respondida a sua pergunta, não é? Sua pergunta é assim: "Há algum outro entrave que não seja não haver vacina?" Não, não há. Se houver vacina, a gente vai vacinar, os números de pessoas vacinadas por dia vão crescer. Eu tive uma reunião com o ex-Ministro Pazuello





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em janeiro – estava aquela coisa de seringa, agulha – e falei para ele: "Ministro, traz a vacina que os Prefeitos vão vacinar a população".

O que há é aquilo que foi apontado pelo Senador Styvenson Valentim. Eu tive oportunidade de passar pelo Congresso Nacional, e há vários brasis dentro do Brasil. Então, o que o Governo Federal poderia fazer é, em áreas mais remotas, com mais dificuldades de acesso, dar mais apoio e mudar talvez esse critério de disponibilizar vacina de acordo com aquilo que está lá na internet, pois eu acho que tem que haver outras aferições para não cometerem injustiças, como citou aqui o Senador Styvenson.

Senadora Eliziane Gama, a nossa situação é dramática. O Brasil voltou a ter fome.

E eu acho que as pessoas estão se mobilizando – ouviu, Senador Styvenson? –, a gente está tendo novamente campanhas. O senhor tem razão quando fala do esgotamento da população. Realmente, é muito tempo em que estamos enfrentando esta situação. Às vezes, as pessoas perguntam quando isso vai passar. Todos nós gostaríamos de ter essa resposta, mas, principalmente nesta questão da fome agora, eu vejo a população muito mobilizada.

E é importante que o Governo entenda e crie instrumentos... Nós temos o BNDES, o Brasil não é um país fragilizado. Nós temos instituições. O que se precisa é fazer chegar à ponta, para quem precisa. E aí não é só a pessoa física, são as empresas também que passam por dificuldades, empresas de décadas.

Eu quero falar aqui como Prefeito: dói no coração ver aquele senhor que começou com um barzinho, que chegou a ter um restaurante grande, que tem empregados de 20 ou 30 anos, ter que demitir. Se há uma coisa em que eu penso igual ao Presidente Bolsonaro, é que é triste ver isso. A gente precisa resolver, mas, Presidente, o inimigo não é o Prefeito, é o vírus. A gente, juntos, tem que combater esse vírus, porque, senão, as coisas não vão melhorar na economia – isso já foi provado Brasil afora.

A Senadora também fala da arrecadação dos Municípios: está caindo demais! E aí eu falo aqui pelos médios e grandes Municípios: o ISS é um imposto muito valioso para a gente. Nós sabemos que o setor de serviços é o mais afetado: é o cabeleireiro, é a pessoa que presta qualquer tipo de serviço... Se ela faz alguma prestação de serviço, ela está impossibilitada de trabalhar. Isso tem um impacto na arrecadação municipal.

Compra da vacina. Nós concordamos com o nosso coirmão da CNM. Há uma escassez de vacinas, mas o movimento que nós fizemos no consórcio Conectar é um movimento inédito no mundo, é um movimento que pegou milhares de Municípios. E também nós somos políticos. A gente quer falar assim: "A gente está reagindo a uma situação que não pode ficar do jeito que está". Nós até aceitamos que faça... E, por isso, marcamos a reunião com o Secretário-Executivo do ministério, já conversamos com outros ministros, já conversei com o Ministro Queiroga. A gente quer que todas as vacinas tenham como destino o PNI, mas, por exemplo, eu sou favorável, na questão da compra da vacina pela iniciativa privada, a um meio a meio: que se possa usar metade daquilo que se comprar... Quanto ela quer comprar? Quer comprar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil vacinas para os seus funcionários? Compre mil vacinas e doe para o SUS. Isso eu acho que ajuda tanto de um lado quanto de outro. Nós estamos num momento em que nós temos que quebrar alguns paradigmas. Quanto mais vacinas puderem chegar, melhor.

Fake news: eu acho que melhorou, mas não acabou. A gente ainda tem muitas *fake news*. Uma delas, por exemplo, o próprio Presidente validou, indo a uma cidade e falando que os remédios que davam ajudaram... Não é verdade, a cidade a que ele foi teve um acréscimo de mortes muito grande neste ano de 2021.

Mas também, Senador Styvenson, o senhor pede que eu use aqui um exemplo. Araraquara fez uma restrição lá, fez uma restrição grande. Está colhendo os resultados agora? Está. Mas é aquela história: nós precisamos ter uma coesão entre apoio de medidas financeiras – porque eu também olho o lado dos comerciantes, dos micro e pequenos empresários, que estão numa situação difícil. Então, o Brasil não pode só decretar um *lockdown* e deixar as pessoas ao deus-dará. Nós precisamos de um apoio, no sentido de que essas pessoas tenham como sobreviver nesse período que nós tenhamos mais restrição.

Por fim, a Senadora Eliziane Gama falou desse comitê que o Senador Rodrigo Pacheco montou. Eu acho que nós devemos louvar a atitude do Senador, Senadora. Ele assumiu a Presidência do Senado e falou: preciso fazer alguma coisa aqui... Mas concordo com a senhora. Ele está numa situação muito... Eu o sinto incomodado. É uma pessoa ponderada, com muita consciência, mas eu vou dar um exemplo: na última reunião que eles fizeram com o Presidente Bolsonaro, eles saíram para dar uma entrevista falando uma coisa, e, do outro lado, estava o Presidente falando outra completamente diferente. Agora, na parte do convite dos Prefeitos, eu deixei para ele uma sugestão. Ele me explicou que o comitê estava começando, e eu falei que seria muito importante que tanto a Frente Nacional de Prefeitos quanto a Confederação Nacional de Municípios pudessem indicar um Prefeito de grandes cidades e um Prefeito de pequenas cidades para poder compor esse comitê.

Eu acho que foram essas as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Presidente Jonas Donizette.

Então, agora temos mais dois ou três... O Marcos do Val não sei se está na tela...

Eu passo a palavra agora para o Senador Izalci Lucas; em seguida, Marcos do Val; e, por fim, Zenaide Maia.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, obrigado pela oportunidade, mas, se eu perguntar sobre o que já foi respondido, me perdoe. Eu estou participando também daquela outra aqui do Nelsinho, da licença compulsória das vacinas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de perguntar algumas coisas com relação aos Municípios.

Primeiro, a imprensa tem divulgado falhas na notificação das vacinações feitas por determinados Municípios. Qual é a razão dessa subnotificação? A plataforma oficial de notificação do Ministério da Saúde, o Localiza SUS, está apresentando problemas? O que está sendo feito a esse respeito?

Segundo os chefes de UTI também dos hospitais, aquele kit Covid, combinação de medicamentos ineficazes ou ainda em estudos, como no caso da hidroxicloroquina, ivermectina, vitamina D, vitamina C, essas coisas que vocês já conhecem, a Anvisa registrou 9 mortes pelo uso de medicamentos que compõem o kit Covid, agora em março de 2020. E também cresceram muito as reações adversas em relação à cloroquina, parece-me que foi de 558%. Os senhores têm informações a respeito do fornecimento do kit Covid ou de orientações para o chamado tratamento precoce nos Municípios? Qual é a posição das associações de Municípios a esse respeito? Que providências estão sendo tomadas pelas associações que congregam os Municípios em relação a essas práticas?

A Frente Nacional de Prefeitos criou esse consórcio também de aquisição de vacinas, Conectar. Quantos Municípios fazem parte dessa iniciativa? Qual é a situação atual desse consórcio e das iniciativas para a compra de vacinas?

Que vacinas e quantas doses estão sendo negociadas? Qual a origem? E que montante de recursos financeiros está sendo dispendido nas ações do consórcio? Quais os principais problemas enfrentados?

Estão ocorrendo problemas também para assegurar a aplicação da segunda dose da vacina em pessoas que já receberam a primeira e fazem parte dos grupos prioritários. O que está sendo feito sobre isso?

Segundo o balanço do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, divulgado agora dia 8 de abril, pelo menos 1.222 Municípios correm o risco de ficar sem o oxigênio medicinal em ao menos uma unidade de saúde nos próximos dez dias. Qual é a situação atual do abastecimento de oxigênio medicinal nos Municípios? Quem está enfrentando maiores problemas? Existe chance de se repetir em outras localidades a crise que atingiu Manaus? Em quais lugares? O que o Governo Federal tem feito sobre isso?

E, para finalizar: a falta de uma política clara de combate à pandemia, sem referências ou protocolos por parte do Governo Federal, enfim, a falta de uma coordenação centralizada prejudicou a ação dos agentes públicos nos Municípios?

E a última: segundo a *Folha de S.Paulo*, o aumento médio de casos de Covid nos pequenos Municípios de até 20 mil habitantes, no segundo semestre do ano passado, foi de 503%. A confederação e a Frente Nacional de Prefeitos têm explicações para a expansão da doença nessas pequenas localidades?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que ocorreu o processo de expansão do Covid nessas cidades? E, se há explicação para esse fato, que providências estão sendo tomadas?

Poucas perguntas, Confúcio. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci Lucas.

Consulto se o Marcos do Val ainda está na nossa sala, o Senador Marcos do Val, do Espírito Santo. Parece que ele deu uma saidinha.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Bom dia a todos e a todas, quero aqui cumprimentar o nosso Presidente Confúcio, que está no lugar correto. Tem que ter muita paciência, muita inteligência, como o meu colega Senador tem.

Quero aqui cumprimentar o Glademir Aroldi, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; o Jonas Donizette, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos; e dizer o seguinte: meus colegas perguntaram tudo, mas, gente, é tão impressionante que eu queria começar dizendo algo aqui que foi dito pela jornalista Patrícia Mello, numa *live* de que eu participei: a gente tem que tornar, Senador Confúcio, a verdade mais sedutora e emocionante, porque esta Comissão aqui tem sido – eu quero parabenizá-la – aquela que mais está dando visibilidade a esse problema.

Mas eu queria dizer o seguinte: eu tenho um respeito pelos Municípios, porque executam a saúde, a maior parte da saúde; Estados e Municípios. Não é aos Senadores e Deputados Federais, nem ao Governo Federal, que a mãe, ou o esposo, ou a esposa, ou o avô, ou a avó chegam e jogam no colo; é no colo dos Prefeitos, dos Vereadores, das lideranças: "Salve meu filho, por favor!". É esta a distância que está existindo.

É claro que a gente sabe que, quando se fala em crise sanitária, humanitária, tem que botar o econômico. E a gente sabe que o que falta mesmo é uma coordenação geral, gente, desde o início. É muita *fake news*, tudo em cima de Estados e Municípios. Eu não estou aqui querendo defender... Quem fraudou isso ou aquilo tem que responder.

Falando sobre a CPI, eu queria dizer que a minha opinião – foi perguntado a vocês – é a seguinte: eu vejo que a CPI que assinei é para apurar fato determinado, está na Constituição. E eu me perguntei como vão entrar, nessa CPI, 5.570 Municípios e 27 Estados, se não há fatos determinados para eles. Na CPI que eu assinei, havia assim: apurar ações e omissões do Governo Federal, no enfrentamento à pandemia da Covid-19, principalmente com foco no agravamento em Manaus, em que se deixou os pacientes morrerem por falta de oxigênio. E todos estamos aqui perguntando a vocês o que fazer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que, quanto ao mérito dessa vacinação – dizem que está atrasada, não sei o quê –, falta vacina, senhores; o que falta é vacina! Vocês imaginem que eu tenho casos aqui em que vai um casal de idosos; um tem 79 e o outro tem 80, mas, como naquele dia só era para 80, volta o de 79, por falta de vacina. Eu queria que houvesse vacina para todos. Eu queria falar com o meu Presidente aí que já foi Governador: todas as pessoas a partir de 60 anos e com comorbidade o SUS vacina, não se precisa de auxílio nessa vacinação; existem as vacinas com que o SUS vacina, há tudo para isso.

E gostaria de perguntar como é que anda a negociação de vocês, Prefeitos, Governadores, sobre essa vacina Sputnik. Gente, me assusta e fico indignada, porque eu estou vendo, Confúcio, que a Sputnik já está sendo feita em 50 países. E, como eu falei, na semana passada, eu me preocupei, porque eu vi a Angela Merkel, juntamente com o Putin, negociando a Sputnik para a União Europeia; então, me preocupa.

Eu acho que a Anvisa, com todo o respeito, deveria deixar qualquer outro trabalho e se voltar para a vida. E é difícil fazer isso, porque a gente tem um Presidente da República – a gente não tem como negar –, que nega tudo; ele mente. E essas mentiras parecem mais sedutoras e atrativas do que a verdade, que é isso que a gente expõe aqui, mais de uma vez por semana, nesta Comissão. A verdade é esta: falta pregar o distanciamento social, o uso de máscara, mais vacinas. E é preciso financiamento para as micro e pequenas empresas, é preciso financiamento, sim, para os Estados e Municípios.

O vendedor de pipoca não vai ficar em casa vendo seus filhos morrendo de fome, ele vai para a rua. Cadê o auxílio emergencial? O auxílio emergencial de R\$150 para algumas pessoas é um acinte. Um botijão de gás por R\$100, e você dá um auxílio de R\$150 para sobreviver? E, para uma família inteira, de R\$250? Bastava o Congresso Nacional repetir o que a gente fez em 2020, Confúcio, deixando claro aqui que foi o Congresso Nacional que lutou por isso. Não foi medida provisória. Fomos nós que tivemos esse olhar diferenciado para a vida. Como alguém pode estar querendo aprovar outras coisas que não seja um auxílio emergencial de, pelo menos, R\$600 reais? Como não se vai aprovar, por exemplo, o fundo garantidor?

Uma pergunta só para completar, Presidente, porque eu tenho dúvida. Eu sou da área médica, não sou economista. É interessante: nós aprovamos R\$1,2 trilhão para o Banco Central irrigar os bancos, como diz meu amigo e colega Esperidião Amin, para financiar micro e pequena empresa. O que é que os bancos fizeram? É uma coisa que eu não entendo, mas ainda vou perguntar ao Ministro Guedes quando ele vier aqui. Nós autorizamos o Tesouro Nacional... A gente sabe que o Banco Central é disto: irrigou os bancos, que só emprestaram quando o próprio Governo de novo... Ou seja, o povo fez um fundo garantidor para poder emprestar. É algo que é difícil de entender. Então, temos que salvar as empresas, temos que dar auxílio emergencial.

E outra coisa: não estamos inventando a roda, gente. O mundo todo está fazendo isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então, eu queria dizer, Presidente, que eu vi tanta pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Desligue aí, Izalci. Desligue aí. *(Pausa.)*

Obrigado.

Pode continuar, Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu me contento com as respostas que os nossos dois convidados vão responder e quero dizer o seguinte: é nos Estados e nos Municípios que as pessoas nascem, vivem e morrem, como estão morrendo.

Foram 350 mil óbitos. Sinto muito, mas não tenho condições de ficar insensível a isso. Nós, como médicos, sabemos... Eu, por exemplo, na minha vida toda, dei plantão num hospital universitário. Muitas vezes, eu passava a noite toda acordada, mantendo um paciente em fase terminal vivo para ele ter a oportunidade de se despedir da sua mãe, do seu pai. Então, essa frieza com que o Estado brasileiro, o Presidente da República, o Ministro da Economia estão tratando os brasileiros não tem defesa, gente. E não pode sair jogando a culpa para A, B ou C. O Governo Federal tem que ter o comando.

Muitas vezes, eu queria dizer aqui ao Senador Confúcio que eu tenho uma admiração por ele. Eu digo que o nome do senhor fez jus ao nome. O senhor fez jus ao nome de Confúcio.

Mas quero dizer o seguinte: como a gente vai esquecer um passado que não é passado, é recente, de um ano, e correr atrás das soluções se a pessoa que tem a solução, mesmo que seja com a ajuda do Congresso, continua o mesmo e não quer solucionar? Entendeu?

É difícil para a gente. A gente tem que saber por que a décima economia do mundo chegou a uma situação destas de pedir – quando tem os melhores virologistas do mundo, tem parques tecnológicos. Era para a gente estar protagonizando vacinas. E, mesmo não protagonizando, a gente está criando uma burocracia para vacinas, com as quais já existem 50 países vacinando.

Por favor, vacinas, Presidente! O senhor é um homem que foi eleito com uma maioria grande; o senhor é formador de opinião; o senhor não pode ficar jogando contra *lockdown* desde que seja regional – como foi respondido aqui –; o senhor não pode ser contra as máscaras; o senhor não pode ser contra o auxílio emergencial e muito menos o socorro às micro e pequenas empresas, os Estados e os Municípios brasileiros!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada por deixar estender mais tempo... Mas me desculpe: eu acho que nós todos estamos dormindo e acordando. Eu já estou tentando olhar, do Brasil, quem é que está vermelho. Minha esperança é que fique mais gente azul.

Mas vamos lutar. E o Congresso Nacional, gente – para vocês que estão nos assistindo –, esta Comissão, está dando visibilidade e tentando tornar mais sedutora e atraente a verdade, e não as mentiras.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide, pelo seu brilhante pronunciamento, por seus pontos de vista irretocáveis. Não é?

Vou aproveitar, neste momento, os nossos dois convidados. Tenho aqui algumas perguntas de internautas. Muitas já foram respondidas, e eu só vou citar o nome deles – não é pergunta. Eu quero registrar a participação de Marcos Ribeiro, de Goiás – ele já foi respondido pelos nossos debatedores –; e de José Rocha, do Rio de Janeiro, que também já foi respondido, e não é preciso repetir aqui.

O José Rocha, do Rio de Janeiro fez duas perguntas, e vou passar esta para o Glademir. Ele pergunta o seguinte: "Os prefeitos colaboram entre si? Qual critério para gestão solidária e participativa? – se é que existe. Pode nos dar exemplos práticos?". Essa é do José Rocha, para o Glademir respondê-lo.

David Melo, de Sergipe – esta eu vou passar para o Jonas Donizette –: "Como estabelecer um diálogo que denote o bem-estar econômico a longo prazo para a situação dos comerciantes [dos micro e pequenos empresários brasileiros] [...]?" É a pergunta de um internauta interessado que eu tenho que transmitir aos nossos debatedores.

Muito bem, feitas as perguntas... As do Izalci, algumas também já foram respondidas, mas eles vão ter o cuidado de responder ao nosso Exmo. Senador do Distrito Federal Izalci Lucas.

Antes de passar a palavra para o Glademir e para o Jonas... Após a fala deles dois, nós vamos já liberá-los, porque eles têm outros compromissos, e nós vamos ficar aqui, os Senadores e as Senadoras, para um debate administrativo.

Então, eu passo a palavra ao Wellington Fagundes, para algum comentário final que ele queira fazer aos nossos dois debatedores.

Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

O Senador Wellington está na nossa sala de debates? (*Pausa.*)

Wellington Fagundes.

Acho que ele deu uma saidinha, ele deve estar em uma outra audiência. Então, vamos adiante.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra, neste momento, ao nosso Presidente Glademir Aroldi para as respostas e para as suas considerações finais já – viu, Aroldi?

O SR. GLADEMIR AROLDI (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio.

Eu quero – antes não houve tempo – me referir aqui às perguntas ainda da Senadora Eliziane. Primeiro, é importantíssima a participação dos Municípios no comitê. Nós já manifestamos isso. Buscamos essa participação do movimento através de um ofício que protocolamos junto à Presidência do Senado, junto ao Senador Rodrigo Pacheco. Então, isso é extremamente importante.

A outra consideração é na situação da fala da Senadora Zenaide Maia – a quem eu quero abraçar: exatamente a importância do auxílio emergencial. E concordamos que este valor deveria ser um valor maior, existe essa necessidade. Também vai existir, Senadora, a necessidade de auxílio a Estados e Municípios. O Presidente Donizette falou: com a queda de receita do ISS, com certeza, a partir deste mês, nós vamos ter a queda de receita do Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados também, e esta recomposição, este auxílio é importante para que a gente possa continuar tendo as condições mínimas para atender a população brasileira. Essa união de esforços para ajudar os mais vulneráveis serve como busca de propostas, de ações dos Governos.

Nós também, a confederação nacional, temos dado exemplo. Nós fizemos uma ação que chamamos de Prato Cheio, em parceria com o Sebrae, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, auditada pela associação do Ministério Público e pela Atricon, que é a associação dos tribunais de contas, que acompanham este processo. Nós vamos atender, com cesta básica e *kit* higiênico, mais de 200 mil famílias no Brasil. A CNM colocou R\$8 milhões nesse processo. Escolhemos os Municípios pelos IDHs mais baixos; então, estamos atendendo os Municípios mais pobres do País. Esse esforço das entidades, das empresas organizadas do Brasil é muito importante para a gente tratar também desta pandemia, a pandemia da fome. Então, acho que cada um precisa fazer um pouquinho a sua parte. E nós estamos trabalhando neste sentido.

O Senador Izalci Lucas trouxe a pergunta sobre a posição do tratamento precoce. A CNM defende a ciência, defende que o tratamento a ser aplicado nos pacientes é aquele que tem eficácia comprovada.

Sim, Senador Lucas, a falta de coordenação e articulação do Governo central dificultou as ações dos governos locais.

E ainda, por último, o senhor traz um assunto que é quanto ao aumento de casos nos pequenos Municípios. Na verdade, a contaminação começou a acontecer nos grandes centros, e isto, com o passar tempo, foi interiorizando. A interiorização da doença começou a acontecer, atingindo os pequenos Municípios, mas eu posso lhe garantir que os gestores estão tomando as medidas necessárias – com todas as dificuldades, é verdade – para que a gente possa amenizar essa situação também nas pequenas cidades e nos pequenos Municípios do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por último, Senador, a pergunta do internauta José Rocha, do Rio de Janeiro, sobre se entre os Prefeitos existe colaboração.

José Rocha, nós temos 240 entidades microrregionais de Municípios onde os Prefeitos se reúnem para discutir as suas dificuldades, e evidentemente que um acaba auxiliando o outro, há essa integração – evidentemente, sempre observando a legislação, aquilo que é permitido. Nesse momento, até um Município auxiliando o outro, cedendo ambulância eventualmente, medicamentos, que depois são repostos pelo Município que é atendido naquele momento. Sim, há esta colaboração. E também, através dos nossos 305 consórcios de Municípios, há esse trabalho em parceria, colaborativo, entre os Prefeitos nas microrregiões do Brasil.

Portanto, eu espero ter aqui conseguido responder alguns dos questionamentos, e nós continuamos à disposição.

Quero parabenizar o trabalho do Senado Federal, desta Comissão, Senador Confúcio, e reconhecer o trabalho do Senador Davi, ex-Presidente do Senado, e agora o trabalho do Senador Rodrigo Pacheco, que atenderam muitas das reivindicações do Movimento Municipalista Brasileiro, especialmente da CNM, no sentido de apoio e de auxílio, especialmente no ano passado. Nós queremos agradecer muito a todos os Senadores e Senadoras, que compreenderam e estão compreendendo a dificuldade enfrentada lá na ponta por cada gestor público municipal.

Cabe aqui registrar, Senador Confúcio, que a nossa participação no bolo tributário é muito pequena e as nossas atribuições são muitas. O nosso recurso não comporta mais atender todas as atribuições repassadas especialmente pelo Governo Federal nos últimos anos. Isso precisa ser corrigido através da discussão do pacto federativo, precisa ser corrigido através de uma reforma tributária ampla, justa e que possa dar segurança jurídica aos nossos empresários, mas que também nós possamos, nessa discussão do pacto federativo, do novo pacto federativo, discutir quais são as atribuições de cada ente da Federação brasileira e, na mesma proporção, o compartilhamento do bolo tributário. Não é possível continuar transferindo responsabilidades para os gestores locais e não transferir na mesma proporção os recursos necessários para que eles possam fazer frente a essas responsabilidades.

Então, muito obrigado pela oportunidade. Que Deus possa proteger o Brasil e o mundo! E que nós tenhamos o alinhamento necessário com os governos intermediários e os governos locais, através de ações do Governo Federal, e serenidade suficiente para fazer este enfrentamento. Que Deus proteja a todos nós!

Parabéns pelo trabalho desta Comissão! Estamos à disposição do Congresso Nacional, do Governo, mas precisamos reconhecer a atuação de cada Prefeito, de cada Prefeita e de cada Governador. Eu não ouvi uma palavra até então do nosso Presidente no sentido de reconhecer a aposta do Estado de São Paulo através do Butantan para a vacina produzida pelo instituto, e hoje, como já falou o Jonas Donizette, 80%





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos brasileiros vacinados até então o foram por conta dessa aposta. Então, nós temos que esquecer 2022, as eleições. Nós precisamos é trabalhar para salvar vidas, para amenizar as dificuldades que o povo brasileiro está enfrentando neste momento, em todos os sentidos e em todos os setores.

Muito obrigado pela oportunidade, um grande abraço e parabéns pelo trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Glademir Aroldi, da querida CNM, pelas suas palavras veementes, com muita força e com um convencimento muito grande.

Eu passo agora a palavra para o nosso Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (Para expor.) – Bem, Presidente Confúcio, quero agradecer o convite que me foi feito.

Eu levantei a "mãozinha" aí, porque eu me esqueci de falar aqui sobre algumas considerações do Relator Wellington Fagundes. Eu percebi que ele tem um trabalho muito forte na questão de os produtores de vacinas animais poderem produzir a vacina neste momento em que o Brasil necessita. Quero deixar aqui o meu apoio, da Frente Nacional de Prefeitos, ao Senador Wellington. Eu acho que todo expediente de que pudermos lançar mão... Eu, quando fui Deputado, participei também da Comissão de Agricultura, e a gente sabe que nós temos um agronegócio muito forte, uma produção vacinal animal muito forte, muito consolidada. Então, eu acho que é um caminho que deve ser considerado sim.

O Senador Styvenson também fez uma observação no sentido de que a gente desse uma sugestão. O Ministério da Saúde, Presidente Confúcio, tem o MAC (Média e Alta Complexidade) – o senhor sabe disso porque já esteve à frente do governo. No ano passado, nessa época de abril, foi feito um repasse adicional, como se fosse um décimo terceiro. Foi um dinheiro que foi repassado rapidamente e que, portanto, possibilitou às prefeituras tomar muitas medidas, como abrir leitos, comprar insumos, comprar remédios. Eu deixo como sugestão que possa ser repetido esse ato agora.

O Senador Izalci, ao lado de quem fui Deputado também no período em que estive à frente... A gente respondeu aqui – viu, Izalci? – a questão do cadastro do SUS, das vacinas. É diferente do que eram as vacinas de sarampo, de meningite, em que você só colocava a dose aplicada. Hoje você tem que carregar muitos dados – nome, documento, idade da pessoa – por causa dos problemas que estavam acontecendo de furarem a fila. Então, ela é uma informação mais morosa mesmo, pela quantidade de dados, mas é preciso estabilizar o sistema do SUS de informação, porque muitas vezes, quando vai transmitir essas informações, o sistema cai. Eu falei que é até compreensível, pelo grande tráfego de dados neste momento da pandemia, mas é preciso que se promova um conserto para que a gente possa ter a atualização de dados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Izalci pergunta do Consórcio Conectar. Aí eu já faço um *link* com a Senadora Zenaide Maia, mas antes registrando aqui – viu, Senadora? – uma homenagem a sua pessoa, uma homenagem aos profissionais de saúde na sua pessoa, que narrou aqui plantões que ela fez. Os profissionais de saúde realmente estão cumprindo um papel muito importante. Eu, como Prefeito, no ano passado suspendi férias e suspendi folgas, e os Prefeitos este ano fizeram a mesma coisa. A gente está tendo muitas pessoas que estão adoecendo psicologicamente, porque o ser humano também tem o seu limite. Então, pelas suas palavras, quero prestar também homenagem a todos os profissionais de saúde, que não têm medido esforços para atender a população.

E quero falar um pouco da Sputnik. O consórcio que nós fizemos, o Conectar, que a Frente Nacional apoiou... Eu não sou seu presidente; o presidente eleito foi o Prefeito Gean Loureiro, da cidade de Florianópolis. Até deixo uma sugestão aqui para que ele seja convidado pela Comissão para falar com mais detalhes. Mas é um consórcio muito robusto. Foi perguntado quantos Municípios ele engloba. São 2 mil Municípios que fizeram lei... Casos em que o Prefeito aderiu foram 3,2 mil; que conseguiram fazer a lei a tempo – nós demos um prazo de um mês para duas votações – foram 2 mil Municípios. Então, é um forte instrumento para que os Prefeitos tenham essa união que foi falada aqui para que a gente possa agir com bastante força neste momento.

Nós temos muitos Municípios... Na Frente Nacional de Prefeitos – para haver o entendimento aqui dos Senadores – nós representamos 412 cidades com mais de 80 mil habitantes. A ideia inicial era fazer um consórcio para 200 Municípios, que são Municípios com mais de 200 mil habitantes, mas nós tivemos muitos pedidos de Municípios que estão além do nosso escopo, portanto nós acabamos abrindo esse leque de possibilidades, e acreditamos que podemos ajudar, colaborar.

E a vacina Sputnik quem vai fabricar é a União Química, que fica na cidade de Guarulhos.

E eu concordo com a Senadora Zenaide: nós precisaríamos acelerar. Respeito muito os profissionais da Anvisa, sei que é uma atribuição de muita responsabilidade validar um medicamento, um imunizante, mas nós já temos regras de que vacinas usadas em outros países podem ser replicadas aqui no Brasil. Isso nos ajudaria muito. E fica aqui uma palavra de esperança, porque neste momento nós temos, no mundo todo, 200 vacinas em fase de testes. Foram anunciadas agora recentemente duas brasileiras: uma do Butantan e outra da USP. Então, a gente acredita que essa situação possa ter um vislumbre melhor.

Agora, respondo à pergunta do David Melo, lá de Sergipe, que fala da parte econômica.

Davi, eu vou tentar ser bem breve, mas é um assunto muito delicado. Foi anunciada a inflação de mais de 6% agora, no mês de março, num período de retração da economia. Então, o Brasil precisa rapidamente corrigir algumas coisas. Nós estamos com um parque industrial muito defasado, nós precisamos de um projeto de nação. Somente com esse projeto de nação, valorizando a indústria brasileira





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e, quando eu digo indústria, eu digo pesquisa, eu digo ciência, inovação... Nós éramos produtores do IFA – esse IFA que estamos tendo que importar da Índia, da China o Brasil produzia. Então, nós demos alguns passos para trás.

E quero chamar atenção aqui para outras vacinas que tinham cobertura maior vacinal e estão caindo. Não estou falando só de Covid, não; estou falando de paralisia infantil, eu estou falando de meningite, eu estou falando de pentavalente. São vacinas em que o Brasil sempre teve um histórico muito positivo, e nós não podemos perder isso. Na França, por exemplo, 30% dos profissionais de saúde não quiseram se vacinar. Eles são países que não têm histórico de acreditar em imunizante. No Brasil, nós não temos esse problema. Uma pesquisa recente mostrou que 91% da população acredita que vacinar é importante. Então, a gente precisa garantir as doses necessárias de vacina, para que as prefeituras possam fazer as aplicações.

E aí eu quero cumprimentar os Prefeitos, porque você organizar uma campanha vacinal de Covid não é tarefa fácil: você envolve quem vai aplicar, envolve sistema de trânsito, envolve sistema de segurança. E agora a Frente Nacional de Prefeitos fez uma parceria com o Transforma Brasil, que é uma plataforma de voluntariado. A gente está pedindo para as pessoas, principalmente profissionais de saúde que já se aposentaram, mas que ainda estão jovens, ou estudantes de Medicina, que eles possam se apresentar como voluntários até para ajudar os profissionais de saúde que estão nessa linha de frente. É preciso que todos nós tenhamos esse espírito de colaboração. Cumprimento aqui o meu companheiro de entidade, o Aroldi, que foi muito assertivo nas suas respostas – ele representa a CNM –, e cumprimento também todos os Senadores que participaram.

O que disse a Senadora Zenaide Maia é uma verdade. Esta Comissão nos dá oportunidade de visibilidade, de falarmos dos problemas do Brasil.

Ninguém está aqui para atacar o Presidente Bolsonaro, mas nós estamos aqui para dizer ao Presidente o seguinte: ele precisa estar à altura das funções que cumpre, ser uma pessoa... O Aroldi falou muito bem do reconhecimento. Quantos Prefeitos estão se desdobrando para poder fazer o melhor possível para a sua população e, em vez de terem uma palavra de incentivo do Presidente, ele fica perguntando: "Para onde foi o dinheiro? O que fez com o dinheiro?". Se houve casos de desvios de verba, a Justiça vai chamar as pessoas à barra dos tribunais, mas, muitas vezes, a injúria deixa o homem público muito ofendido e numa circunstância que, depois, acaba fazendo com que ele até se desincentive de continuar esse trabalho. Então, fica aqui o apelo ao Presidente: que não jogue falsas acusações no ar, que faça uma união do Brasil em torno de combater a pandemia, porque só combatendo a pandemia é que nós vamos – respondendo à pergunta do David Melo, de Sergipe –, recuperar também a economia, viu, David?

Obrigado, Senador Confúcio. Foi uma satisfação participar deste evento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Jonas Donizette, e muito obrigado Glademir Aroldi, Presidentes das entidades de Prefeitos do Brasil, por suas opiniões e experiências. São homens experientes, vividos; colocaram aqui seus pontos de vista com a alma, com uma convicção maravilhosa, e sugestões que podem ser muito bem aproveitadas por todos, principalmente pelo Governo Federal. Neste momento, nós agradecemos muito a vocês, que prestigiaram muito a nossa Comissão. Estamos envaidecidos.

Eu quero dispensar o Jonas Donizette e o Glademir para suas tarefas e pedir aos Senadores que fiquem cinco minutos a mais para a parte de deliberação administrativa.

Então, Jonas e Glademir, vocês podem ficar à vontade. Vamos agora fazer a parte burocrática da nossa Comissão. Um abraço a vocês. Agradecido. Muito obrigado mesmo a vocês dois.

Vamos continuar então. Temos aqui duas leituras.

Primeiro, informação da Anvisa – viu, Zenaide? Publicação da portaria de 9 de abril de 2021, praticamente da semana passada, sexta-feira, divulgada no *Diário Oficial* de hoje, dia 12, que autoriza os inspetores da Anvisa que irão à Rússia no período de 13 a 23 de abril a fazer a verificação das boas práticas da vacina Sputnik. É só para dar conhecimento a vocês desse assunto. Eles já vão viajar amanhã. Viajarão Rodrigo Martins Bretas, Fabricio Carneiro de Oliveira, Pedro Henrique Silvano, especialista em regulação.

Segunda informação. Informa também do andamento da autorização da Índia, entre aspas: "A Anvisa confirmou que o Fundo Russo de Investimento Direto fez parceria com Dr. Reddy's [eu nem sei o que é isso, deve ser uma fundação] em setembro de 2020 para conduzir testes clínicos da vacina Sputnik na Índia". Essa é outra informação.

Deliberação. Em face da leitura dos dois documentos encaminhados ao Relator da Comissão, Wellington Fagundes, pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan)... Desses eu não vou fazer a leitura. São extensos, mas são muito proveitosos esses dois requerimentos do sindicato das empresas produtoras de vacinas para uso animal. Eles explicam direitinho qual é o cronograma, do que precisam, como se deve fazer para eles entrarem no mercado para produzir o IFA, o que seria um alento enorme para nós. Eu vejo isso com ótimas expectativas. Está na página, qualquer Senador que queira dar uma lida... Eu sei que todos têm muita coisa para ler, mas esse aqui é bem prático para acompanharmos com o Wellington, senão o Wellington fica sozinho batendo; nós temos que ajudar o Wellington nessa campanha.

Há também outro ofício do sindicato das empresas, explicando tudo – as linhas, as considerações... Estão todos no grupo esses expedientes do Emílio Carlos Salani, Vice-Presidente Executivo do Sindan, e do Dr. Josélio Andrade Moura, Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para votação em bloco dos itens de pauta. Proponho ao Plenário, com base no art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado e com art. 151 do Regimento Comum, a votação em bloco de todos os itens da pauta.

Vou ler os itens e a gente vota em bloco.

2ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 35, DE 2021**

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a cooperação técnica internacional e as possibilidades de auxílio ao Brasil no combate à Covid-19, com a presença dos seguintes convidados:

- o Exmo. Sr. Yang Wanming, Embaixador do República Popular da China no Brasil;
- o Exmo. Sr. Todd Chapman, Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil;
- o Exmo. Sr. Shri Suresh Reddy, Embaixador da República da Índia no Brasil;
- o Exmo. Sr. Alexey Labetskiy, Embaixador da Federação da Rússia no Brasil;
- a Exma. Sra. Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal;
- o Exmo. Sr. Aécio Neves, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados;
- representante do Ministério das Relações Exteriores, a ser indicado pelo Ministro;
- representante do Ministério da Saúde, a ser indicado pelo Ministro.

Autoria: Senador Marcos do Val

2ª PARTE**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 36, DE 2021**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de diligência externa nas três fábricas de produtos veterinários classificadas com nível de segurança NB3+, potencialmente utilizáveis para a produção de vacinas humanas contra a Covid-19, por representantes do Senado, do Ministério da Saúde, da Anvisa, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Instituto Butantan.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

2ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2021

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações atualizadas sobre as providências já adotadas pelo Ministério da Saúde para a adaptação e utilização de estruturas industriais destinadas à produção de vacinas animais para a produção de vacinas contra a Covid-19.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

2ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 38, DE 2021

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o uso da oxigenação extracorpórea no enfrentamento da pandemia da Covid-19, inclusive pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério da Saúde;
- representante da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT);
- representante da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB);
- representante da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC);
- representante médico do Hospital CopaStar, em que o ator Paulo Gustavo está internado.

Autoria: Senador Marcos do Val





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE**ITEM 5****REQUERIMENTO Nº 39, DE 2021**

Requer seja convidado o Senhor Arnaldo Correia de Medeiros, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações atualizadas sobre o programa de imunização contra a Covid-19, em especial sobre compra e distribuição de vacinas, calendário vacinal, perspectivas de vacinação dos grupos prioritários e do restante da população e planejamento para atingir os objetivos propostos.

Autoria: Senador Marcos do Val

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Incluo como item extrapauta o Requerimento nº 40, que requer realização de audiência pública para debater sobre a contribuição e a crise financeira estabelecida nas santas casas e hospitais filantrópicos do País diante do atendimento do cidadão no enfrentamento da Covid. Este é de minha autoria.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 40, DE 2021**

Requer realização de audiência pública com os seguintes convidados:

- 1. Senhor Mirocles Campos Vêras Neto, Presidente da Confederação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB.*
- 2. Coronel Luiz Otávio Franco Duarte, Secretário de atenção especializada à saúde - SAES.*

Autoria: Senador Confúcio Moura

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Requerimento nº 41 requer a inclusão de convidados para participação na audiência pública que irá discutir a coparticipação das empresas do Plano de Vacinação contra a Covid-19 no Brasil, prevista no plano de trabalho já aprovado. Então é só um requerimento de inclusão, que é também de minha autoria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 41, DE 2021

Requer realização de audiência pública com os seguintes convidados:

1. *Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).*
2. *Paulo Antonio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).*

Autoria: Senador Confúcio Moura

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Requerimento nº 42 requer a realização de audiência pública para debater sobre o impacto do crescente aumento da busca popular por atendimento e tratamento médico das sequelas ocasionadas pela contaminação da Covid-19 no Brasil. É também de minha autoria. É um assunto muito alardeado. Há muitos sequelados sem rumo no Brasil.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 42, DE 2021

Requer realização de audiência pública com os seguintes convidados:

1. *Dr. Eduardo Baptistella, Presidente da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial (ABORL-CCF).*
2. *Dra. Irma de Godoy, Presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT).*
3. *Coronel Luiz Otávio Franco Duarte, Secretário de atenção especializada à saúde – SAES.*

Autoria: Senador Confúcio Moura

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Requerimento nº 43 requer a inclusão de especialistas convidados para participação na audiência pública





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para discutir com o Presidente do Conselho Federal de Medicina os protocolos que estão sendo utilizados no tratamento da Covid-19 no Brasil, de que trata o Requerimento nº 23. Também é de minha autoria.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2021

Requer realização de audiência pública com os seguintes convidados:

1. *Dra. Natalia Pasternak Taschner, PhD com pós-doutorado em Genética Molecular de Bactérias e pesquisadora visitante no Laboratório de Desenvolvimento de Vacinas (LDV) do ICB-USP – Diretora-Presidente do Instituto Questão de Ciência de políticas públicas baseadas em evidências científicas. Membro do Committee for Skeptical Inquiry (EUA) e integrante da Equipe de Cientistas “Halo”, da ONU.*

2. *Dra. Margareth Maria Pretti Dacolmo, médica pneumologista, professora e Pesquisadora da Ensp/Fiocruz.*

3. *Dr. Mauro Borges, pesquisador do Instituto Butantan.*

4. *Dr. Fabrício Silva, médico intensivista.*

Autoria: Senador Confúcio Moura

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Há mais um requerimento, o Requerimento nº 45, que requer realização de audiência pública com o objetivo de discutir sobre a escassez de remédios essenciais para intubação, de autoria de Wellington Fagundes.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 45, DE 2021

Requer realização de audiência pública com os seguintes convidados:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- *Representante Euforfarma;*
- *Representante Hipofarma;*
- *Representante União Química.*

Autoria: Senador Wellington Fagundes

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem! Foram lidos bastantes requerimentos de convocação de audiências públicas e outros de outra natureza.

Coloco-os em discussão, em debate.

Há alguma consideração dos Senadores sobre o que acabei de ler? (*Pausa.*)

Não houve nenhuma manifestação.

Aqueles que concordam com a aprovação desses requerimentos em bloco permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados, em bloco, todos os itens da pauta.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada no dia 15 de abril, próxima quinta-feira, às 10h, uma audiência pública que virá a debater a distribuição, ou melhor, a contribuição...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Deixe-me só acabar de ler aqui. Já vou ouvi-lo.

... a contribuição à crise financeira estabelecida pelas santas casas e hospitais filantrópicos do País, diante do atendimento de cidadãos no enfrentamento da pandemia.

Isso aqui é de autoria do Heinze. (*Pausa.*)

Enquanto a menina olha aqui por ser leitura, Wellington – eu até o chamei já para fazer suas considerações – eu passo a palavra a você, antes de fazer o encerramento.

Wellington Fagundes, eu ouvi sua voz ou foi a de outra pessoa?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria, nas considerações finais, de primeiramente pedir licença para um rápido informe sobre os desdobramentos da reunião que este Colegiado realizou na última quinta-feira, pois





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trata-se de uma questão que, ao mesmo tempo, nos aflige e também nos traz esperança, que é a possibilidade de fabricação de vacinas.

V. Exa. já fez várias considerações.

Como sabem aqueles que acompanham nosso trabalho, naquela data realizamos audiência pública tendo como expositores a Anvisa, a Fiocruz, o Butantan, além do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal. Essas empresas – na verdade, megalaboratórios que operam em nível de biossegurança e rastreabilidade máxima NB-3 – têm plena capacidade instalada para fabricar vacinas humanas atendendo à demanda do País por imunizantes contra a Covid-19 sem depender de insumos importados, ou seja, produzir 100% do IFA aqui no Brasil. A explanação do executivo do Sindan revelou também que esse laboratório detém tecnologia necessária ao preparo de vacinas a partir dos vírus inativados. Mesmo assim, percebemos uma certa reticência da parte de outros expositores quanto à viabilidade da iniciativa no curto prazo, talvez em razão de dúvidas que ainda não tenham sido completamente esclarecidas.

Em seguida, Sr. Presidente, à audiência, me reuni com o Presidente desta Comissão, Senador Confúcio, e com os colegas Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Oriovisto Guimarães, na busca do caminho mais rápido para multiplicar a oferta de vacinas, fazer com que elas cheguem rapidamente a todos os postos de saúde e protejam todos os brasileiros.

Sr. Presidente, eu elaborei, com base nessa mesma reunião, esses requerimentos que agora acabamos de aprovar, e por isso é que eu gostaria também de pedir a V. Exa. a possibilidade de a gente fazer as tratativas. V. Exa. conversou, neste final de semana, com o Presidente Rodrigo, que já colocou o Senado todo à disposição para que a gente acelere esse trabalho. Eu já conversei ontem com o Sindan e eles estão prontos para nos receberem ainda esta semana. É claro que nós já temos a nossa atividade, mas se for possível ainda esta semana, ou na sexta, ou na quinta, V. Exa. poderia definir os membros, as pessoas que iriam lá acompanhar.

Gostaria também de pedir a V. Exa. já a tratativa com a possibilidade de a Força Aérea Brasileira nos dar o apoio para que a gente pudesse, de forma extremamente oficial... Se for possível, acho que nós adiantaríamos muito indo esta semana ainda.

Sr. Presidente, nesse aspecto, então, eu quero ainda agradecer muito a presença dos Prefeitos, porque o Prefeito é que está na ponta. Então, foi muito esclarecedora a presença dos dois Presidentes, do Glademir, enfim, nesta nossa reunião, porque às vezes o Prefeito está lá na ponta e não tem nem apoio, não tem nem com quem falar. Há dificuldade de o Prefeito falar com o Governador e ainda mais com o Ministro, principalmente nas cidades pequenas.

No meu Estado, por exemplo, decidiu-se por um fechamento total. Quer dizer, não pode um Estado como o Mato Grosso, de 900 mil quilômetros quadrados, com uma população de 3,5 milhões de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habitantes, com distâncias muito grandes, ter uma cidade, que o senhor conhece bem, como Rondolândia, que está a mil e tantos quilômetros de Cuiabá, e ter que ir ao seu Estado, em Rondônia, para chegar lá de carro. Como é que pode ser tratada Rondolândia como Cuiabá? Não se pode tratar uma cidade de dois, três mil habitantes igual às grandes cidades de mais de 100 mil habitantes.

Nós sabemos que o grande problema da contaminação também está no transporte coletivo, no transporte de massa. Por que São Paulo, que é o Estado mais rico do Brasil – o Estado mais rico do Brasil –, tem o maior número de mortes? Por quê? O maior número de contaminações? Porque temos lá o transporte de massa, um volume de pessoas apinhadas nos metrô, nos ônibus, enfim.

No Mato Grosso, como em Rondônia e como em outros Estados, nós somos produtores, principalmente de alimentos para o Brasil, então, não se pode fazer um *lockdown* total. Isso aí, a meu ver, é loucura geral! O próprio Ministro da Saúde tem colocado: "Gente, vamos convencer através de programas de educação". E V. Exa. propôs essa reunião com o nosso Almirante Rocha, eu penso que tem que se partir para a prática, ou seja, o Governo Federal com a sua política de saúde deve fazer uma política de orientação para o Brasil inteiro.

Eu quero aqui repetir o que disse o nosso Presidente Rodrigo Pacheco: "Ou nos unimos ou é o caos total".

Então, nós precisamos continuar produzindo alimentos, precisamos continuar gerando emprego, porque também essa questão será dramática. Hoje, para um pai, para uma mãe de família, para um chefe de família não ter o alimento, não ter o emprego, isso é desesperador.

Eu gostaria de concluir, Sr. Presidente, agradecendo imensamente o equilíbrio e a forma com que V. Exa. tem colocado a condução das reuniões e pedir... Hoje à noite está prevista, inclusive o Izalci está ainda aí, o Izalci já marcou uma reunião nossa hoje à noite e seria muito importante para que a gente desse, então, um encaminhamento nesse trabalho que estamos fazendo.

Eu apresentei também hoje, Sr. Presidente, um projeto de lei. Claro que não vamos tratar aqui agora nesse momento, mas é exatamente para permitir que essas indústrias possam ter, então, a condição de fabricação. É mais um gesto nosso, do Parlamento, no sentido, também, de buscar essa autorização.

Muito obrigado, Senador, um bom dia, uma boa semana, espero que a gente possa, então, caminhar exatamente nessa angústia que é a vacina, que dia que vai chegar no braço de cada brasileiro e aí a gente poderá discutir, inclusive, outros assuntos que estão na pauta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Muito obrigado, Senador Wellington.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já havíamos lido os assuntos, mas eu não declarei encerrada a reunião ainda.

Então, há um requerimento extrapauta, que chegou agora, e vamos aproveitar o embalo.

Requeiro realização de audiência pública com o objetivo de debater a situação das organizações da sociedade civil durante a pandemia, e o PL 4.113 de 2020.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 12****REQUERIMENTO Nº 46, DE 2021**

Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados:

- 1. O Senhor Mauri Cruz, Diretoria Executiva da ABONG;*
- 2. A Senhora Dra. Lilian Oliveira de Azevedo Almeida - Procuradora Municipal de Salvador;*
- 3. A Senhora Dra. Lais Figueiredo Lopes, advogada especialista em terceiro setor e consultora jurídica da Plataforma MROSC.*

Autoria: Senador Confúcio Moura

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e boa tarde.

(Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e quatro minutos do dia quinze de abril de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Lasier Martins e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater sobre a contribuição e a crise financeira estabelecida nas Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do país diante do atendimento de cidadãos no enfrentamento da pandemia causada pelo Coronavírus. **Participantes:** Mirocles Campos Vêras Neto, Presidente da Confederação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB; e Adriana Lustosa Eloi Vieira, Diretora do Departamento de Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social em Saúde – DCEBAS/SAES/MS. (representante de: Sergio Yoshimasa Okane - Secretário de Atenção Especializada à Saúde.). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/04/15>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos; bom dia a todos os convidados; bom dia aos telespectadores. Um abraço a todo o povo brasileiro neste momento difícil.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, "no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia".

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem da fala será: primeiro, o Relator; em seguida, os titulares inscritos; depois, os suplentes; e, por último, os Senadores não membros da Comissão.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

Temos número regimental para votação da ata? *(Pausa.)*

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 14ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

A presente reunião se trata de audiência pública com o intuito de debater a contribuição e a crise financeira estabelecida nas santas casas e hospitais filantrópicos do País, diante do atendimento de cidadão no enfrentamento da pandemia pelo coronavírus.

O requerimento é de autoria do Senador Luiz Carlos Heinze e aprovado por todos os demais Senadores membros da Comissão.

Contamos com a presença dos seguintes convidados: Mirocles Campos Vêras Neto, Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB); Adriana Lustosa Eloi Vieira, Diretora do Departamento de Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social em Saúde, DCEBAS/SAES/MS, representando Sérgio Yoshimasa Okane, Secretário de Atenção Especializada em Saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são esses dois ilustres convidados que irão falar. Vamos oferecer para cada um deles entre 15 e 20 minutos, para a sua fala. Se precisarem fazer alguma apresentação em eslaides, é só avisar que é disponibilizado para que vocês apresentem como queiram.

Nós vamos iniciar.

Eu passo a palavra, pelo tempo já citado – estou falando Mirocles, mas não sei se pronuncia assim –, a Mirocles Campos Vêras Neto, pelo tempo de 15 a 20 minutos. V. Sa. está com a palavra. Pode iniciar.

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio Moura.

Cumprimento os demais Senadores na pessoa do Senador Luiz Carlos Heinze.

Em primeiro, o meu agradecimento, em nome da CMB. A nossa CMB representa as nossas santas casas e hospitais filantrópicos do Brasil, em número de 1.820 instituições no Brasil todo, em torno de 800 Municípios sendo o único hospital daquela cidade. Nós representamos 50% do atendimento da média complexidade do SUS; nós representamos 70% da alta complexidade do Sistema Único de Saúde. O Sistema Único de Saúde tanto defendido por nós, tanto defendido pelo Parlamento, tanto defendido pelo povo brasileiro. Sistema esse que, pelo número que nós estamos colocando aqui para os Srs. Senadores, sem as nossas santas casas, os nossos hospitais filantrópicos, na área hospitalar não existiria SUS, já que atendemos 70% da alta complexidade. Isso demonstra que nós continuamos, há mais de 500 anos, prestando serviço aos brasileiros com a nossa missão. E é isto que nós vimos aqui demonstrar aos senhores: mostrar o que nós passamos e preocupados com o que nós vamos passar no enfrentamento ao Covid.

Sobre o enfrentamento ao Covid, neste momento, é importante que nós venhamos a esclarecer aqui aos senhores que as nossas instituições, historicamente, vêm sendo remuneradas pelo Sistema Único de Saúde com déficit de 60%, reconhecido publicamente pelo Ministério da Saúde, reconhecido publicamente por todos nós. Vejo aqui, Senadores, como falado aqui pelo Dr. Esperidião Amin, que conhece as nossas instituições, tantos outros dos senhores que convivem com a sua santa casa em seus Municípios e em seus Estados e sabem das dificuldades que nós sempre estivemos na questão do financiamento do SUS. Esse financiamento levou, naturalmente, as nossas instituições... Algumas delas, infelizmente, não chegaram onde estão hoje com portas abertas, prestando serviços aos brasileiros, principalmente agora no momento de crise, no momento de pandemia. Fecharam inúmeras instituições e fecharam inúmeros leitos do SUS que poderiam estar atendendo a estes brasileiros, no enfrentamento ao Covid neste momento, exatamente porque – repito –, historicamente, há essa crise em nossas instituições.

E nossas instituições, no dever de sua missão, vêm, naturalmente, crescendo o seu endividamento para continuar prestando esse serviço e para substituir o dever do Estado brasileiro de financiar, de pagar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos serviços prestados. Se nós recebemos até 60% a menos, o demais é através de suplementação de nossos orçamentos nas nossas instituições, através de saúde suplementar, através de doações e através, como eu disse, infelizmente, do endividamento de nossas instituições, para mantermos abertas as nossas portas.

Nós, desde o ano de 2020 até agora, fomos peça fundamental dentro desse atendimento ao Covid. Como eu disse aqui, pelos próprios números de instituições, pelo percentual que atendemos ao usuário do SUS, fomos nós, as nossas instituições as mais impactadas e mais procuradas, naturalmente, para o atendimento e o enfrentamento ao Covid. E essas nossas ações, durante o ano de 2020, deram-nos algumas ações que foram feitas principalmente, e nós somos gratos ao Parlamento brasileiro e ao Senado brasileiro... Nós estamos fortes ainda no enfrentamento ao Covid e não só ao Covid de alta complexidade, porque não deixamos de atender a Cardiologia, não deixamos de atender a parte de Oncologia, de transplantes, não deixamos de atender a alta complexidade que atendemos, como eu disse aqui, 70%, e também, em outra parte, atendendo ao Covid, com outras instituições menores dando apoio àqueles hospitais nossos de alta complexidade, àqueles hospitais que são públicos de enfrentamento ao Covid, no atendimento, no suporte àqueles leitos ao Covid e aos outros procedimentos da área do SUS. Todos os nossos hospitais foram impactados, todos os hospitais de qualquer especialidade tiveram o seu papel no ano de 2020.

E este ano de 2020, como eu falava para os senhores – somos gratos ao Senado, ao Parlamento –, deu-se, porque houve uma ajuda no custeio dessas instituições. Aqui no Senado, por iniciativa de Senador Serra, foi aprovada a Lei 13.995, que disponibilizou às nossas instituições brasileiras R\$2 bilhões. Os senhores não sabem o que isso impactou para que nós, repito, estivéssemos ainda aqui atendendo. Naturalmente, fora esse recurso, houve habilitações nos leitos de UTI das nossas instituições hospitalares, reconhecendo o Ministério da Saúde os subfinanciamentos que eu coloquei para os senhores agora, que corresponde a uma diária de R\$480, reconhecendo para R\$1.600.

Um paciente Covid é um paciente caro, mas um paciente neurológico, um paciente oncológico, um paciente oncológico e cardiológico que está na UTI tem o mesmo custo que não é de R\$1.600; dentro da avaliação nossa de custo das nossas grandes instituições, é, hoje, em torno de três mil e poucos reais, no mínimo, o custo de uma UTI.

Mas, como dizia aos senhores, em todas essas ações, mais doações recebemos porque existe o reconhecimento da comunidade brasileira, nos seus Estados e Municípios, de nossas instituições. Houve muitas doações a nossas instituições! Essas doações às instituições também nos levaram a estar aqui agora continuando de portas abertas, com os nossos médicos, com os nossos profissionais de saúde, com os nossos provedores, com os nossos diretores de áreas administrativas, trabalhando incansavelmente para atendimento aos pacientes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só com o BNDES, uma parceria que nós fizemos, a CMB, nós recebemos mais de R\$54 milhões de doações para essas instituições, que atenderam a mais de 600 instituições através de mat. med., de equipamentos de EPIs e materiais para os hospitais. E isso nos levou a passarmos 2020.

Mas eu queria aqui falar e conversar e demonstrar aos senhores a nossa preocupação e a nossa crise de hoje para 2021. Esses recursos foram importantes, mas foram no ano de 2020. Nós estamos no ano de 2021. Infelizmente, com um índice maior, com uma complexidade maior dos pacientes de Covid. Isso gera uma preocupação, e esses recursos que nós obtivemos, na média, não pagam nem um mês de nossos hospitais. Então, é como se fosse menos de um décimo terceiro/mês no custo médio de nossos hospitais. Se nós temos aí uma defasagem de 60%, eles não cobriram, de forma nenhuma, os custos das cirurgias.

E não podemos esquecer, é público: o aumento que temos de mat. med, medicamentos e materiais, o aumento que houve de oxigênio, o aumento do custo que houve, naturalmente, em nosso pessoal. Quantas pessoas, quantos profissionais nós tivemos que licenciar, quantos profissionais se afastaram e nós tivemos que contratar novos profissionais! Esses profissionais geraram um percentual de 30% a 40% do impacto da nossa folha de pagamento, do serviço prestado pelos nossos profissionais. Isso gerou um valor enorme para nossas instituições.

Com esse impacto, repito, de medicamentos, de número de pacientes, em 2021, como as nossas instituições vão ficar sem os recursos dados a elas? Com a diminuição, que também é pública, de doações a nossas instituições – em geral as doações, até porque o empresariado agora é que começou novamente a fazer as doações –, como nós vamos passar 2021? Será que nós vamos ter condições – eu acho que não – financeiras para bancar o custo desses nossos hospitais?

Isso nos leva a vir mais uma vez ao Parlamento, a vir mais uma vez aos Srs. Senadores, a pedir apoio, a pedir ajuda aos senhores, ajuda financeira para que nós possamos continuar com a nossa missão de cumprir, de atender, de estar à frente sempre dos mais pobres, sempre dos mais necessitados, que essa é a missão das nossas santas casas e de nossos hospitais filantrópicos.

Eu queria pedir permissão ao Senador para que um companheiro nosso, o Julio, que é da Santa Casa de Porto Alegre, usasse a palavra e explicasse, em termos de valores, a nossa necessidade – dentro dos 15 minutos permitido a nós finalizar – e colocasse a nossa necessidade hoje para conseguirmos, de uma forma definitiva, passar o 2021.

Senadores, muito obrigado pela oportunidade de nos dar voz. O Parlamento, o Senado e esta Comissão tão importante, a Comissão de Covid do Senado, tanto ajudou a nós e tanto ajudou aos brasileiros a passar por isso.

Se o senhor me permitir, eu vou passar a palavra ao Julio da Santa Casa de Porto Alegre.

Muito obrigado, novamente, Senador Confúcio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode falar, Julio.

Julio com a palavra. (*Pausa.*)

Sim, Julio, pode falar. Fique à vontade.

O SR. JULIO FLÁVIO DORNELLES DE MATOS (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Confúcio. Muito bom dia, demais Senadores.

Reiterando as palavras do Presidente Mirocles, a nossa gratidão pela oportunidade que o Senado nos oferece de falar sobre as nossas santas casas.

O Presidente Mirocles já detalhou o que significamos para o Sistema Único de Saúde. O histórico de déficit, Senador Confúcio, que temos no relacionamento com o sistema não é de agora, já é de muito anos, mas, com a pandemia, a partir do ano passado, se tornou praticamente inadministrável. Tivemos esse apoio, evidentemente importante, através do projeto do Senador José Serra no ano passado, alguns recursos pontuais do Ministério da Saúde através dos fundos municipais e estaduais de saúde, mas a verdade é que 2021 está muito pior do que foi 2020. Eu perdi parte da fala do Presidente Mirocles, mas estamos com custos adicionais de monta, especialmente uma alta inflação na parte de insumos, *kit* intubação, todo o contexto de contratação de profissionais médicos, técnicos, enfermeiros, horas extras. Isso se tornou inadministrável, e hoje nós estamos na iminência de um colapso econômico e financeiro. Não tivemos, por parte da União, dos Estados e dos Municípios, nenhum recurso extraordinário, a não ser estes recursos que vêm pelo Ministério da Saúde de cobertura de parte do custo que nós temos por uma diária de UTI.

O apelo que nós estamos fazendo ao Senado Federal é de mantermos esses hospitais abertos hoje, pela sua relevância, mas muito especialmente também no dia de amanhã. Existe uma demanda, Senador Confúcio, absolutamente grandiosa: são milhões de brasileiros que estão esperando o pós-pandemia para tratar necessidades na área da cardiologia, neurocirurgia...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O senhor pode concluir o raciocínio com mais tranquilidade, pois há mais tempo. Pode falar.

O SR. JULIO FLÁVIO DORNELLES DE MATOS – Muito obrigado, Senador.

Na área de oncologia especialmente, só para o senhor ter uma ideia, aqui na cidade de Porto Alegre, existem mais de 3 mil pacientes oncológicos esperando a oportunidade para acessar o Sistema Único de Saúde. E essa realidade não é só daqui, é de todo o País. Então, uma das grandes preocupações que as santas casas e os hospitais filantrópicos brasileiros têm é estarem à disposição dessa população também no dia de amanhã.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é por tudo isso, Senador, que nós, em 2021, por não termos nenhum recurso extraordinário, por terem cessado receitas de outros convênios que nós assistimos, porque a população não está acessando os hospitais a não ser preponderantemente Covid – cessaram outras receitas, outras alternativas e outros convênios, assistências outras acessórias que nós tínhamos, tudo isso não existe hoje; só existe a receita do Sistema Único de Saúde –, é que nós viemos apelar ao Senado Federal pelo apoio junto ao Executivo Federal para que possamos ter novamente uma injeção de recursos extraordinários que pelo menos nos permitam garantir este semestre, este primeiro semestre de 2021.

E o recurso que nós estamos pleiteando significa uma parcela dos custos que nós temos com as atividades meio, que é um critério que o Ministério da Saúde adotou no ano passado para algumas instituições de relevância do País. Ele repassou recursos extraordinários considerando esse critério de custeio da atividade dele, que corresponde a 60%, Senador Confúcio e demais Senadores, das receitas que nós temos na assistência da média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde. Nós fizemos o cálculo desse percentual sobre as receitas por seis meses – seis meses. Isso significa um montante de R\$3,341 bilhões de reais. É esse o recurso que nós estamos apelando ao Governo Federal, para manter as nossas instituições em funcionamento na realidade hoje posta – e é absolutamente imprescindível continuar –, mas muito especialmente para o dia de amanhã. Não é o déficit que temos no ano, Senador; é uma parcela. Eu posso lhe dizer que é em torno de 35% do déficit que nós temos no ano na relação com o Sistema Único de Saúde. É irrisório o recurso perante a verdade absoluta dos nossos números com relação ao Sistema Único de Saúde, mas nos permitirá manter essas instituições à disposição da população gaúcha.

Precisamos muito do apoio do Senado Federal para que nós possamos vencer. Sabemos que a União está com dificuldades com relação ao seu orçamento, ainda não aprovado, mas nós estamos diante de uma situação de emergência. É esse contexto que nós estamos aqui trazendo aos senhores e para o qual estamos apelando apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Muito obrigado, Dr. Julio Matos.

Agora eu vou passar a palavra para a Dra. Adriana Lustosa Eloi Vieira, antes pedindo a V. Sa – eu não sei se a senhora ouviu o Senador Esperidião Amin, que pediu para a senhora destinar um pequeno tempo para isto – que explique os critérios de certificação e acreditação das instituições dentro do escopo do que seja a assistência social para que sejam beneficentes e que tenham um papel social justificado. Essa é uma solicitação do Senador Esperidião Amin sobre a qual a senhora vai discorrer, e, lá num certo ponto, a senhora vai responder a ele. Não foi uma explicação, não foi uma pergunta dele, mas foi para que a senhora já incluísse no seu debate.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a palavra a Dra. Adriana Lustosa Eloi Vieira pelo tempo de até 20 minutos.

A SRA. ADRIANA LUSTOSA ELOI VIEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senador Confúcio, eu cumprimento o senhor...

Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ouvindo bem, muito bem!

A SRA. ADRIANA LUSTOSA ELOI VIEIRA – Ótimo!

Bom dia a todos! Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite do Senador Confúcio, na pessoa de quem eu cumprimento os demais Senadores. Eu cumprimento também o Presidente Mirocles, da CMB, e o Dr. Julio, que são parceiros, velhos conhecidos da gente no Ministério da Saúde, pessoas muito queridas e parceiras na batalha do dia a dia.

Senador Confúcio, eu havia preparado uma apresentação, mas, diante da solicitação do Senador Esperidião Amin, eu acho que eu poderia inverter um pouco a ordem. Eu gostaria, primeiro, de fazer uma explanação sobre a questão dos critérios para certificação e, depois, fazer uma breve apresentação sobre o que eu preparei ontem diante da pauta de hoje da Comissão. Pode ser assim?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode, sim, senhora. Pode, sim.

A SRA. ADRIANA LUSTOSA ELOI VIEIRA – Senador Esperidião, os critérios de certificação são relativamente simples. O que o Ministério da Saúde avalia é exatamente o serviço prestado pelas instituições filantrópicas que atuam na área de saúde, aqueles serviços que foram contratualizados pelo gestor do SUS.

Na área da saúde, a gente tem oito modalidades de certificação, sendo que a principal delas, a que vou me ater aqui, é para as entidades que prestam o serviço para o SUS de forma remunerada, que são a maioria delas, as santas casas, os hospitais filantrópicos. Elas devem comprovar, no mínimo, 60% dos seus serviços ao SUS. Esse que é o serviço remunerado. Esse serviço de 60%, esse percentual de 60% pode ser complementado até 10% com serviços ambulatoriais. Na hipótese de o gestor local, no caso o Secretário de Saúde, não ter demanda para contratualizar essas entidades filantrópicas, ele pode, em substituição, contratar serviços gratuitos. O que isso quer dizer? A instituição filantrópica vai fazer de forma gratuita, sem receber do Sistema Único de Saúde, sem receber do paciente, serviços que o gestor contratou com ele. Exemplos: internação, ambulatório, serviços de promoção à saúde. Vai depender daquilo que ele tem de demanda para aquele território.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a gente tem outras modalidades de certificação, que são para as entidades que fazem serviço de atenção em saúde mental, pessoas com dependência alcoólica e química. A gente certifica também hospitais de excelência pela modalidade de projetos de apoio e também certificamos as entidades que fazem exclusivamente promoção à saúde, sendo que o principal deles são as entidades que fazem a prestação de serviço de forma remunerada. Então, rapidamente é isso.

Dentro desses critérios, a gente avalia também a documentação formal das entidades, como a documentação contábil, estatuto, ata de eleição e por aí vai. Essa é uma parte mais burocrática. Mas, em resumo, é isto: a gente avalia aquilo que a entidade fez de prestação de serviço para o SUS que foi pactuada com o gestor local. Seria mais ou menos isso.

Caso o senhor tenha alguma pergunta, alguma dúvida mais específica, a gente pode tentar brevemente esclarecer.

Agora, se possível, Senador, eu gostaria de fazer a apresentação que a gente preparou para fazer um apanhado, um breve relato do que o ministério fez para as entidades filantrópicas no ano de 2020 e 2021. Eu encaminhei essa apresentação para a Secretaria da Comissão e, se possível, se ela pudesse colocar para mim, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

Pessoal da Comissão, por gentileza, disponha na tela a apresentação para a Dra. Adriana. Se houver outro artifício de colocação por parte dela mesma, avise.

Vamos, gente.

A SRA. ADRIANA LUSTOSA ELOI VIEIRA – Eu posso tentar chamar um técnico aqui para colocar, porque aqui eu tive até dificuldade de logar, é uma plataforma diferente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Para o compartilhamento da tela, ela toca onde?

Já está compatibilizado para a senhora aí: compartilhamento da tela, em verde, bem no rodapé.

Ela tem que tocar aqui, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito!

A senhora pode tocar aí e projetar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA LUSTOSA ELOI VIEIRA – Eu vou só chamar o técnico aqui para me ajudar, porque realmente eu estou com dificuldade. Ele já está vindo, coisa de um minuto. Como eu tinha encaminhado, eu imaginei que estivesse disponível aí.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mas a senhora pode ir falando, Dra. Adriana, pode ir falando para ganhar tempo.

A SRA. ADRIANA LUSTOSA ELOI VIEIRA – Ele já vai colocar, vai disponibilizar aqui na tela, e eu já vou iniciando.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom.

A SRA. ADRIANA LUSTOSA ELOI VIEIRA – O panorama do setor filantrópico.

É um setor fundamental para o atendimento aos usuários da rede pública de saúde, até como o Presidente Mirocles já informou, e a gente reconhece essa importância das entidades filantrópicas.

São 2.940 estabelecimentos de saúde filantrópicos que prestam serviços ao SUS, daí a gente já identifica o tamanho, o poder e a necessidade dessa força na implementação dos serviços de saúde na rede pública.

As santas casas e os hospitais filantrópicos são responsáveis por 41,98% das internações de média e alta complexidade, além de executarem o maior quantitativo de cirurgias de alta complexidade. E o Presidente Mirocles também informou que nessa área da alta complexidade elas correspondem a 70% dos serviços prestados ao SUS.

Hoje a gente conta com mais de 800 entidades em Municípios que somente têm as instituições filantrópicas, um hospital filantrópico para atendimento da população.

Existe também uma forma de apoio às santas casas. O Ministério disponibiliza também consignados no valor de 7,8 bilhões anuais em contratos de consignados. Esse valor é descontado no teto MAC dessas instituições que seria repassado para a Secretaria de Saúde. É como se fosse um consignado descontado em folha.

Há também a certificação dessas entidades filantrópicas, e isso corresponde a um aporte de R\$9,3 bilhões em renúncia fiscal.

Senador, nós não estamos conseguindo compartilhar a apresentação, então eu vou tocando aqui. Está dando algum erro.

Além disso, o setor filantrópico é responsável por 39%...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A tela está aí, você pode seguir.

A SRA. ADRIANA LUSTOSA ELOI VIEIRA – Está bem. Vejam: 39% dos leitos disponíveis ao SUS, distribuídos em 1.619 estabelecimentos de saúde.

O ano passado foi aprovada a Lei 13.992, que suspendeu por 120 dias a obrigação de cumprimento das metas do contrato, a partir do dia 1º de março, e o ministério manifestou-se de forma favorável. Houve também a Lei 14.016, que estendeu essa prorrogação até setembro de 2020.

O Ministério da Saúde também fez doação de ventiladores e medicação de IOT para todos os Estados do País, inclusive essas doações eram para ter chegado e são para chegar aos hospitais filantrópicos, até porque eles são os prestadores de serviço. Houve também custeio dos HPPs, no valor de 86 milhões, para tentar desafogar os hospitais de modo que eles pudessem atender aos pacientes de Covid.

Além disso, houve a liberação dos R\$2 bilhões, em maio do ano passado, em virtude da lei que foi aprovada no Congresso Nacional. Foram contempladas 1.651 entidades filantrópicas, entre Santas Casas e hospitais. Além disso, o Ministério da Saúde, no ano de 2020, transferiu, de recurso financeiro para enfrentamento à pandemia – esse é o recurso para atividade meio, para custeio da atividade meio de que o Julio falou –, para o Estado do Rio Grande do Sul e para São Paulo um valor de 130 milhões. Esse valor foi pactuado na CIB. Além desses dois Estados, houve também uma disponibilização de 233 milhões para custeio dessas atividades meio, porque algumas entidades apresentaram déficit financeiro ocasionado pela pandemia, sendo que 23 estabelecimentos de saúde foram contemplados com esse recurso.

No final do ano passado, o Ministério da Saúde publicou uma portaria de 864 milhões de recursos, já prevendo que no início do ano não haveria a votação do orçamento. Esses 864 milhões já eram um preparo para o início do ano de 2021.

Com relação aos projetos de lei, o Ministério da Saúde, quanto à Lei 14.123, deu manifestação favorável. Essa foi uma alteração de extrema importância para as entidades filantrópicas, porque nessa lei a gente conseguiu, em substituição ao contrato que as entidades deveriam apresentar para fins de certificação, que se pudesse apresentar a declaração do gestor, porque essa questão da pactuação dos serviços com o gestor local ainda é um problema que a gente tem enfrentado há alguns anos. Algumas secretarias de saúde não conseguem, por vários motivos, formalizar a contratação desse serviço, então a gente conseguiu, até 2020, prorrogar essa possibilidade de substituição do contrato pela declaração e, com isso, a gente consegue manter e certificar essas entidades por mais tempo.

Além disso, houve manifestação favorável do Ministério da Saúde ao Projeto de Lei 5.273, que dispõe sobre mais um auxílio financeiro às Santas Casas e hospitais filantrópicos, num montante de R\$2 bilhões. O Ministério Saúde já se manifestou favoravelmente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Manifestação favorável também do Ministério da Saúde no recente PL 850, que prorroga até 30 de setembro de 2021, a partir de 1º de janeiro, aquela suspensão da obrigatoriedade do cumprimento das metas. Além disso, no ano de 2020, no Ministério da Saúde também, houve publicação de um edital para doação de tomógrafos, de modo que esses tomógrafos possam auxiliar no combate à pandemia: 177 hospitais foram classificados a receber esse tomógrafo; 97 são privados, sem fins lucrativos; um hospital santa casa já foi classificado nos 30 primeiros estabelecimentos a receber esse tomógrafo. A exemplo, a gente citou a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba.

E há também o projeto de expansão da radioterapia, em que 96 serviços foram contemplados e 56 são classificados como entidades filantrópicas, que é também uma outra fonte de financiamento, com a aquisição desses equipamentos por meio de convênio. Nas propostas aprovadas em 2019 e 2021, 42 propostas de equipamento foram aprovadas, totalizando um valor de R\$18,990 milhões.

Bom, era isso rapidamente o que eu gostaria de apresentar.

Quero agradecer e estou à disposição para demais perguntas, caso haja, Senador, e estou à disposição dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, doutora. Vamos aqui agora... Dra. Adriana Lustosa Eloi Vieira, muito agradecido pela apresentação.

E agora nós vamos aos Senadores inscritos. Eu vou citar para vocês aqui os que estão inscritos: Senador Wellington Fagundes, como Relator; Luis Carlos Heinze, como autor do requerimento; Senador Styvenson Valentim; Eliziane Gama; Izalci Lucas; Esperidião Amin; Nelsinho Trad. São esses, no total de sete inscritos até o momento. Há mais gente na sala e gradativamente vão se inscrevendo.

Vamos fazer blocos de três.

Eu passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para as suas considerações e suas perguntas.

O tempo, Senador Wellington, é de sete até nove minutos.

O Senador Wellington com a palavra. *(Pausa.)*

Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Pode falar, Senador Wellington. Estamos te aguardando. *(Pausa.)*

Wellington... Acho que o Wellington está...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar então, Wellington, à frente... Eu sei que você deve estar ocupado em outra videoconferência.

Eu vou passar a palavra para o Senador Luis Carlos Heinze, como autor do requerimento.

Pode soltar seu som. Pode falar, Luis. *(Pausa.)*

O som está com problema.

O que está havendo com o som dele? Está liberado aqui o som do Heinze.

Deve haver alguma coisinha aí, Heinze, na sua mão, no seu som, porque não estamos te ouvindo.

Vá testando. Vá testando.

Há algum telefone... Agora travou o som. Agora fechou mesmo!

Pode abrir o som.

Isto... Vamos ver agora...

Fechou de novo. Fechou de novo. *(Pausa.)*

É só clicar uma vez.

Pronto, pode falar. *(Pausa.)*

Deve haver algum fone conectado ao sistema. Dê uma olhada aí, assessora especial do Senador Heinze. Ajude. Está havendo um probleminha. *(Pausa.)*

Há algum fone de ouvido conectado, mesmo sem uso? *(Pausa.)*

Então, Heinze, eu vou dar um tempinho, passar à frente, porque nós não estamos te ouvindo, infelizmente.

Eu vou passar para o Styvenson Valentim.

Styvenson, com a palavra, meu querido Vice-Presidente. Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente! Bom dia, Senadores e Senadoras!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado ao Sr. Sérgio, à Sra...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sérgio, Mirocles e Adriana.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – O.k. Obrigado! Obrigado a todos vocês!

Olhem só, eu ouvi atentamente e queria só lembrar, Sr. Presidente, que, em 2018, aconteceu um fato que comoveu o País e o mobilizou, é até mesmo tido como o ganhador de uma campanha política, teve um lindo desfecho, um maravilhoso desfecho que hoje a gente pode comprovar com a vida dele. Ocorreu na Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora: o Sr. Jair Bolsonaro, após a facada, foi atendido lá pelo Sr. Luiz Henrique Borsato, médico-cirurgião de plantão naquele momento. Foi atendido pelo SUS. A cirurgia dele, segundo jornais naquele momento, em 2018, custou ali cerca de R\$367,00, e a diferença ficou para mil e alguma coisa para a Santa Casa, para a filantrópica daquele lugar.

E o interessante de eu estar trazendo esse assunto para cá, porque eu ouvi as pessoas que defendem as santas casas, defendem a filantropia e são defensoras... E no meu Estado, no Rio Grande do Norte, há a Liga contra o Câncer, e eu sei da dificuldade que eles têm, do teto que eles têm para atendimento do SUS. Muitas vezes tem que ser tirado do que vem da filantropia, do plano de saúde ou do que paga particular, para não faltar o atendimento às pessoas. Então, é interessante a gente lembrar aqui também, Senador Confúcio, já que o senhor é médico, é dessa área, a dificuldade que há também em razão dessa discrepância, que já foi mencionada, entre o que é pago pelo SUS e o que uma santa casa representa.

Então, uma pergunta simples, que seria para quem opera as santas casas, é: qual seria outra forma, além de equiparar essa disparidade que existe entre um atendimento, um atendimento da rede privada e o belo SUS? Isso não poderia ser compensado com uma ideia que a gente tem aqui no nosso Estado: criar, professor, universidades particulares de medicina, de enfermagem, da área médica, de pós-graduação, de doutorado, de tudo isso, dentro dessas unidades filantrópicas? A gente sabe que seria uma forma de também dar continuidade aos médicos e também de arrecadar dinheiro para a manutenção dessa instituição.

Outra pergunta seria: como é que a gente lida com a situação de defasagem, situação de poucos recursos, a situação de as santas casas estarem com essa dificuldade econômica que vêm enfrentando no nosso País? E os profissionais, os bons profissionais, como o Sr. Luiz Henrique Borsato... É um bom profissional, e há redes privadas, há outras redes que podem facilmente contratá-lo.

Num momento como este da Covid, a gente está percebendo, Senador Confúcio, que, além de perderem a vida, além de estarem adoecendo, além de tudo isso, em momentos normais, como é que a gente lida com a situação de a filantropia estar perdendo profissionais para outros hospitais, já que ela está com essa defasagem, com essa dificuldade de até mesmo pagar as suas contas? Profissionais estão sendo bem remunerados? Não estão perdendo ali?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Professor, era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Obrigado, Styvenson.

Retorno a palavra para o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) –
Presidente Confúcio Moura, quero saudar todos os nossos companheiros Senadores e Senadoras. Estou vendo aqui a Senadora Eliziane, sempre presente. Na pessoa dela, cumprimento a todos.

Sr. Presidente, eu gostaria de tecer aqui algumas palavras. Quero, primeiro, agradecer-lo por trazer a esta Comissão temporária tão relevante debate que diz respeito à contribuição das santas casas e à crise financeira estabelecida nelas e nos hospitais filantrópicos do País, diante, principalmente, do atendimento de cidadãos no enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus. Santas casas e hospitais filantrópicos, Sr. Presidente, representam a essência da saúde pública. São unidades que trazem significado transcendental dentro do princípio da humanidade que reveste o atendimento da vida. Doar a quem necessita é seguramente o maior lema de que a humanidade pode dispor.

Por reconhecer esse relevante papel que a filantropia exerce na saúde pública, é que tenho orgulho de dizer que, ao longo da minha vida parlamentar, sempre dediquei meus esforços para o fortalecimento dessas instituições, sempre atuando no limite de suas capacidades financeiras. Santas casas e hospitais filantrópicos precisam seguir tendo um olhar mais determinado de nós, legisladores, para que sigam ajudando o povo brasileiro. E esse olhar, Sr. Presidente Confúcio Moura, não pode se limitar apenas e tão somente a este momento grave de crise sanitária e de saúde pública que o nosso País vem sofrendo, quando as unidades de atendimento à população se encontram abarrotadas, muitas sem insumos essenciais para prestar atendimento aos que são alcançados pelo coronavírus.

Eu acabo de falar com o presidente das filantrópicas do Estado do Mato Grosso e ele estava me dizendo que isso também está sendo um problema crucial, porque esses insumos básicos – anestésicos, bloqueadores, oxigênio – estão faltando muito na rede hospitalar, principalmente nas Santas Casas e filantrópicas do meu Estado. Imaginemos nós o que seria deste momento tão grave se não houvesse santas casas e hospitais filantrópicos? Diria que é um quadro inimaginável. Por isso precisamos seguir caminhando, em busca de alternativas que tornem santas casas e hospitais filantrópicos estruturados, sobretudo do ponto de vista administrativo, para que, ao final de cada mês, as contas possam ser devidamente fechadas e os pagamentos contabilizados.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, essas palavras iniciais, eu gostaria também de anunciar que ontem o Presidente Jair Bolsonaro sancionou um projeto de minha autoria, o 266, que permite a contratação de pessoal, ainda que durante a calamidade pública, nas universidades federais, nas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novíssimas universidades, dentre elas, a da minha cidade, recém-criada, a segunda universidade federal de Mato Grosso, na cidade de Rondonópolis, e ainda nas cidades de Catalão, Jataí – Delta do Parnaíba e Norte do Tocantins.

Então, esse projeto, que virou a Lei Complementar 180, socorre os contratos também dos profissionais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Todos aqueles que foram concursados e não podiam ser contratados... A partir da aprovação desse projeto de lei, é permitido que os hospitais universitários do Brasil possam contratar esses profissionais. Isso representa diretamente mais investimento, mais atendimento na rede hospitalar federal do Brasil, e principalmente mais ensino e mais pesquisa. Nesse momento da pandemia, é um grande reforço que esses hospitais federais passam a ter com a contratação dessas pessoas.

Sr. Presidente, eu penso que seja essa uma grande notícia. E quero aqui também aproveitar para fazer o nosso elogio a todo o Sistema Único de Saúde.

Quero aqui cumprimentar a todos e agora, na condição de Relator, sinceramente, espero que esta reunião possa nos indicar os melhores caminhos para conseguirmos atingir um objetivo primordial que é o de dar ao povo brasileiro, por meio das instituições de saúde pública, um pouco de confiança e paz nos momentos de angústia, que, a rigor, têm sido cada vez mais marcantes em nosso País, diante do avanço implacável da Covid-19.

Sr. Presidente, ao tempo desta relatoria, faço aos nossos convidados os seguintes questionamentos: a pandemia provocada pelo coronavírus trouxe uma série de pressões financeiras sobre os hospitais filantrópicos e santas casas, que já estavam debilitados financeiramente. O atendimento hospitalar, durante o período de pandemia, exige o uso de Equipamento de Proteção Individual e de outros materiais para o seu enfrentamento; também exige investimentos na área de recursos humanos em virtude da maior necessidade de pessoal, médicos, enfermeiros, dentistas, auxiliares, que são essenciais nesse momento, e torna-se necessário redobrar cuidado com pacientes com a Covid-19. Além desses aumentos, ainda temos os preços dos equipamentos médicos, que sofreram aumentos devido a essa alta demanda. Desse modo, as despesas dessas instituições subiram bastante na pandemia, levando a um aprofundamento da crise financeira sofrida pelos hospitais filantrópicos e também pelas santas casas. Por isso, eu pergunto a todos – a pergunta é genérica: qual é o impacto da pandemia sobre os gastos dos hospitais filantrópicos e santas casas? Qual é o tamanho do déficit dessas instituições? Quais são hoje as opções de financiamento no mercado? As taxas são atraentes e permitem financiar as operações nesse momento tão difícil da pandemia? Como a crise financeira está afetando as santas casas e os hospitais filantrópicos? Existe uma estimativa de quantas pessoas estão deixando de ser atendidas devido à crise financeira do setor?

Agora em março deste ano, o Governo Federal anunciou um programa de empréstimos com juros mais baratos pela Caixa Econômica Federal. De acordo com a Caixa Econômica, as santas casas e hospitais filantrópicos poderão obter linhas de crédito pagando juros 42% mais barato do que os cobrados



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

antes do lançamento do programa. Ainda o programa estabelece seis meses de carência para o pagamento da primeira parcela. Por isso, eu pergunto: qual é o impacto desse programa sobre a situação financeira das santas casas e dos hospitais filantrópicos? O programa é suficiente para permitir que as santas casas e os hospitais financiem suas atividades e possam exercer suas atividades fins ou o programa precisa de ajustes?

Ainda, Sr. Presidente, o Plano Nacional de Imunização (PNI) está andando de forma mais lenta do que o planejado inicialmente, com a demora na vacinação. E hoje, inclusive, foi anunciado pelo Butantan o atraso da nova remessa dos IFAs. Portanto, o cronograma será mais uma vez atrasado. Existe uma pressão grande sobre todo o sistema de saúde, afetando, inclusive, as santas casas e os hospitais filantrópicos. Por isso, eu pergunto: quais são as perspectivas para 2021? Será possível atender a demanda da população nesse cenário de aumento do número de internações e leitos de unidade de terapia intensiva? Existem opções legislativas que poderiam ajudar o setor para que possa perseguir sua missão neste momento tão difícil? Se há, quais seriam?

E, por fim, Sr. Presidente, a Lei 13.479, de 5 de setembro de 2017, criou o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde. Aí pergunto: qual o impacto da lei sobre o financiamento dos hospitais filantrópicos e também das santas casas? A lei precisa de aprimoramento?

E, ainda, Sr. Presidente, para encerrar, hoje nós tivemos a notícia de que mais de 17 mil pessoas no Brasil, que receberam a primeira dose de vacina, não foram receber a segunda dose – mesmo essa vacina estando reservada para aquelas pessoas que tomaram a primeira dose. Isso para mim, Sr. Presidente, é um absurdo. Quer dizer, no País, uma pessoa que já recebeu a primeira dose poder colocar em risco a sua própria vida e até de milhares de pessoas no Brasil. Portanto, é extremamente importante.

E as santas casas poderiam falar aqui um pouco também do programa de como a população está sendo esclarecida e como as santas casas têm também ajudado nessa divulgação, nessa comunicação com a população. E se vocês têm alguma sugestão também a fazer. Isso foi inclusive fruto do requerimento do nosso Presidente Confúcio com o Secretário da Secom, porque é função, é obrigação do Governo Federal fazer administração da política nacional de saúde, cabendo aos Estados e aos Municípios a execução. Mas a gente vê que ainda falta muita consciência, muita orientação à população. Eu gostaria também que vocês fizessem comentários a respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Muito obrigado.

Eu passo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze agora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, está ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está excelente! Está ótimo!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – O.k.

Deu uma zebra aqui no sistema, mas deu certo.

Obrigado, Presidente Confúcio, demais colegas Senadoras e Senadores. Eu quero cumprimentar aqui, além de V. Exa. e os demais colegas Senadores, o Mirocles, que é o Presidente da Confederação Nacional das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Brasil; o Luciney, que é o Presidente da Federação do meu Estado; juntamente com o Julio, que é um craque nesse assunto, já fez a sua apresentação.

E também quero agradecer ao Presidente Rodrigo Pacheco, que recebeu, Sr. Presidente, na semana passada, essa delegação do Mirocles, representando 1.824 hospitais em todo o Brasil, com atendimento de 51% da média complexidade no Brasil e também de 70% da alta complexidade no Brasil. Então, isso é extremamente importante.

Quero contextualizar aqui, Sr. Presidente: 24 mil leitos de UTI estão nesses hospitais – 24 mil leitos. E, segundo o Julio e o Mirocles, deve haver mais 6 ou 7 mil adaptados. Isso ultrapassa (*Falha no áudio.*) ... de março.

Alô? (*Pausa.*)

O.k. No dia 10 de março...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode continuar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.? (*Pausa.*)

Sim.

E apresentamos a demanda, depois, com o Presidente Rodrigo Pacheco, a demanda do Brasil; primeiro, a demanda do Rio Grande do Sul.

Já se conseguiram alguns pontos importantes. Só para os senhores terem uma ideia, são 17.882 leitos, no Brasil, das portarias que já saíram com R\$1.600 por dia, totalizando 851 milhões por mês, e 5 bilhões que o Governo Federal está liberando para esses 17 mil leitos, e mais 1.184 e R\$478. Bom, isso aí





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo já dá 5.200 bilhões, mais ou menos, que sairão, mas nós precisamos ainda – estou falando agora aqui para a Adriana, que representa, neste ato, o nosso Ministro da Saúde, Queiroga, e o Secretário da sua área –, precisamos de mais 11 mil, 12 mil ainda para contratar. Então, todo o empenho do ministério para nós é importante para nós chegarmos, mas isso aí – como foi falado, Sr. Presidente – é insuficiente, porque o custo de um leito de R\$1.600; em alguns casos, custa R\$2.400; em alguns casos, custa R\$3 mil. Então, com esse diferencial, ficam os hospitais micando com esse valor e precisam de um valor suplementar.

O que nós estamos pedindo – pedimos ao Presidente Rodrigo Pacheco e pedimos agora a V. Exa., aos colegas Parlamentares, para se incorporarem conosco; eu estou vendo o Senador Wellington, que é o Relator dessa matéria, o Senador Izalci, a Senadora Eliziane, o Senador Styvenson, o Senador Esperidião, enfim, os demais Senadores – é que nós possamos conseguir recursos na ordem de R\$3,4 bilhões. Houve um projeto do Senador Serra, o ano passado, de 2 bilhões, que foram distribuídos para os hospitais filantrópicos de todo o Brasil; nós fizemos algumas adaptações.

E eu quero aqui fazer um agradecimento à Consultoria Legislativa da Casa pelo auxílio, conforme solicitado pelo Presidente Rodrigo Pacheco: ao Marcos Köhler; ao Consultor de Orçamento Luiz Gonçalves; e também do IFI (Instituto Fiscal Independente) ao Felipe Salto. Esse grupo – junto com o Claudio, do meu gabinete, junto com o Spigolon – fez um desenho de um projeto que já está pronto, já foi protocolado. E, quanto a esse projeto, nós precisamos que a Comissão endosse esse projeto e, depois, nós possamos, com o Presidente Rodrigo Pacheco, dar encaminhamento às instâncias superiores, que é o Ministro da Saúde e o próprio Presidente da República, para ajudar esses hospitais neste momento de dificuldade.

Vi que o Senador Wellington também coloca, Senador, aquela ajuda que a Caixa Econômica Federal já está anunciando aos hospitais. É uma linha de crédito que era de sete anos o prazo, passou para dez anos; os financiamentos, Senador Izalci, que eram de 12%, 15%, 18%, baixaram para a partir de 6,3%, baixou a taxa de juros.

Agora, eu vou pedir, Adriana, uma ajuda de vocês que os hospitais nos demandam: a chamada carta margem. Para o hospital apresentar, na sua agência do seu Município, a solicitação, precisa que essa carta margem tenha uma certa celeridade junto ao Ministério da Saúde. Então, peço a você que, junto com a Secretaria Saes, a sua Secretaria DCEBAS, consiga dar uma ajuda para os hospitais que estão solicitando essa carta margem, para tirar esse financiamento. É muito importante. Há financiamento, Senador Confúcio, que estava 18% ao ano. Imagine que ele pode baixar para 7%, 8%, 10% ao ano, refazer uma repactuação; isso já ajuda o hospital que já se encontra com dificuldade.

Então, há uma série de mecanismos que estão sendo adotados, mas o mais importante para o que eu peço o apoio dos colegas Parlamentares – estou vendo agora o Senador Nelsinho Trad entrando também – é para nós conseguirmos esse volume de recursos do Governo Federal, a exemplo do que aconteceu ano passado. Saíram, no ano passado, 2 bilhões, e a solicitação, neste momento, Presidente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Confúcio, é de 3,4 bilhões, que seriam repartidos proporcionalmente ao tamanho de cada hospital, por todos os 1.824 hospitais filantrópicos e santas casas do Brasil.

Muito obrigado a V. Exa., muito obrigado aos colegas Senadores e Senadoras.

E também quero parabenizar o Mirocles, o Julio, o Luciney, enfim, todas as santas casas brasileiras pelo excelente trabalho que estão fazendo hoje, médicos se expondo e salvando vidas em todo o Brasil. É um sistema extremamente importante do qual não podemos abrir mão: as nossas santas casas e hospitais filantrópicos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado ao Luis Carlos Heinze pela oportunidade de ouvir as santas casas. É fundamental, é importante devido à sua grandeza no Brasil.

Os próximos inscritos são Eliziane Gama, Izalci Lucas, Esperidião Amin e o último é o Nelsinho Trad, mas o Nelsinho me passou uma mensagem aqui, Senadora Eliziane, de uma permuta com a senhora. A senhora concorda, Senadora Eliziane Gama?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu concordo, Sr. Presidente, apesar de eu também estar em outra reunião. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, com a palavra o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Bom dia. Eu quero só mostrar para vocês aqui que estou com o Embaixador da China me esperando na reunião sobre quebra de patentes. Muito obrigado, Eliziane! Você é uma pessoa que realmente tem estampada na sua personalidade a generosidade e essa forma solidária de ser com o ser humano. Muito obrigado mesmo!

Primeiramente, quero parabenizar a Comissão por essa iniciativa, dizer que no meu Estado a santa casa é uma das maiores do País. Com certeza, a de Campo Grande, Mato Grosso do Sul está entre as cinco maiores do País. Nós temos 850 leitos. Eu fui médico da santa casa durante 17 anos, faço parte do corpo clínico, dava plantão toda quinta à noite, ambulatório toda sexta de manhã. E tudo que vem para a santa casa ainda assim é pouco, tamanha a generosidade que esse hospital tem colocada dentro da sua alma. A santa casa lá é o maior hospital público do Mato Grosso do Sul e drena pacientes do norte – está aqui o Wellington Fagundes – vem de Rondonópolis, vem de Cuiabá, com casos complexos, porque é um hospital de atendimento de alta complexidade.

A situação lá neste momento, e isso envolve outros hospitais de Campo Grande, é o tal do *kit* intubação. Eu preciso falar isto porque hoje há esta notícia: o hospital referência de Covid lá vai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suspender novos atendimentos por 24 horas. Eu não sei onde é que nós vamos parar, porque quem chegar lá precisando de intubação não vai ser intubado, eu não sei onde ele vai ser. Porque esse hospital de lá que é primo irmão da santa casa, que é o Hospital Regional, público, está hoje com 396 pacientes precisando de cuidados mais intensivos, ou seja, o tal do *kit* intubação.

Eu quero fazer este alerta porque ontem eu soube de uma notícia de que só daqui a dez dias nós vamos ter esses remédios no Brasil. O Ministério da Saúde acelerou a compra, é uma compra internacional, mas mesmo assim demora esse tempo todo.

A situação é grave, é dramática. O Governador fez um apelo – porque ele é do PSDB – ao Governador Doria, para ver se são emprestados uns remédios para lá. Agora, imaginem vocês morrer sem oxigênio, morrer sem condição de se intubar o paciente. E, se tiverem que intubar, eles trocam o curare que é feito no *kit* intubação pela morfina. Isso deprime mais o indivíduo e, como diz o outro, o empurra abismo abaixo. E existem alguns casos relatados de que estão amarrando com atadura crepom os pacientes, para eles poderem não reagir e não arrancar um tubo. Eu costumo fazer a seguinte analogia: todo mundo aqui já se engasgou com uma espinha de peixe. Vocês se lembram? Puxem pela memória para verem como que é ruim estar com alguma coisa da espinha de peixe na garganta. Vocês comem pão, comem farinha para poderem ver se desce. Imaginem um tubo de 12cm a 15cm na sua garganta? Qual a reação que o paciente tem? Ele quer tirar e não tem outra... Ele lá vai saber que a saturação dele está baixa e que ele precisa disso para manter os tecidos vivos?

Mas eu fiz aqui essa colocação porque é o fórum que nós temos de poder falar dos assuntos de Covid e de saúde. E quero dizer que eu sou extremamente solidário aos assuntos das santas casas. Tenho até no partido o Deputado Antonio Brito, que carrega essa bandeira há muito tempo; fui Prefeito de Campo Grande e fizemos uma interface muito perto da Santa Casa. E a Santa Casa, lá no meu Estado, quando para, todo o sistema hospitalar de saúde breca. É igual a um efeito dominó: se empurrar a primeira pedra, caem todas as outras para a frente.

Parabéns, meu querido Confúcio e meus colegas Senadores! E meus cumprimentos aos convidados para tratar desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Nelsinho, eu falei há pouquinho com o Ministro da Saúde, e a situação do ministério é a seguinte.

Hoje está recebendo uma doação da Vale do Rio Doce de *kit* intubação suficiente para atender o País, segundo ele, em dez dias. Existem algumas compras encaminhadas pelo ministério, sem tempo definido, através da Opas e através de um pregão internacional que ainda não tem data.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que ele me recomendou foi que os Governadores passassem a comprar os *kits* intubação – os Governadores têm autonomia, pelo princípio da descentralização do SUS, de adquirir o *kit* intubação –, porque os do Ministério da Saúde vêm assim: para dez dias há; vão chegar hoje, segundo ele.

Então, a situação é dramática, existe essa resposta. E existem muitos Senadores ouvindo: a gente tem que chamar os Governadores para tomarem providência para socorrer, porque o ministério vai demorar um pouco mais. Para dez dias existe, mas depois ele não... Demora... É questão burocrática dessas compras internacionais.

Eu passo a palavra para a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Olá, Presidente Confúcio. Eu quero cumprimentar o senhor, cumprimentar a todos os convidados e os meus colegas também que participam deste debate e quero desejar sucesso ao meu colega Nelsinho Trad na reunião com o Embaixador. A gente sempre fica muito feliz quando a gente vê, realmente, as conversas com o pessoal da China, porque a gente sabe que a busca de insumos é para a gente resolver o problema do Brasil.

Presidente, eu queria, antes, fazer uma questão de ordem.

A gente tem a instalação da CPI da Covid. Tivemos a leitura anteontem no Plenário do Senado; ontem nós tivemos a conclusão da indicação dos membros da Comissão; e nós teremos aí, nos próximos dias, o início dos trabalhos da CPI.

Esta Comissão é de muita abrangência e de extrema atuação. A gente sabe que o senhor, inclusive, Presidente, faz um trabalho muito intenso, com reuniões semanais, em média duas reuniões semanais, e a gente sabe que os resultados realmente são muito importantes.

Qual é o encaminhamento que eu quero fazer aqui, até para impedir o retrabalho? Eu acho que a gente precisa juntar forças. É que a gente pudesse, tão logo iniciados os trabalhos da CPI, fazer uma ação compartilhada, dividir, inclusive, algumas audiências públicas e compartilhar informações. Eu acho que agiliza o trabalho da CPI e também agiliza o trabalho desta Comissão.

Eu estou protocolando este requerimento, Presidente, e peço que, na próxima reunião, a gente possa colocar esse requerimento na Ordem do Dia.

Vou aqui, então, às perguntas. Eu queria fazer aqui as perguntas mais direcionadas ao Dr. Campos.

Nós tivemos, no ano passado, um aumento aí, de forma muito intensa, naturalmente, dos casos de Covid. Eu fico muito preocupada, porque nós chegamos, ano passado, a uma média perto de 2 mil mortes. Nós estamos chegando, este ano, a perto de 5 mil mortes a cada 24 horas. No ano passado, nós tivemos orçamento de guerra, nós tivemos ajuda emergencial e, dentro do orçamento de guerra, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivemos um auxílio emergencial para várias entidades, tanto, por exemplo, para entidades filantrópicas, como também para profissionais liberais, através do Pronampe. Este ano, nós não temos um auxílio emergencial de R\$600 – temos de pouco mais de R\$200 –, além disso nós não temos orçamento de guerra. Nós tivemos, por exemplo, no ano passado, R\$2 bilhões para hospitais filantrópicos.

A minha pergunta aqui ao Dr. Campos: qual a expectativa e o que isso significa para o ano de 2021, já que nós não temos esse auxílio e, ao mesmo tempo, há a necessidade fundamental de nós retomarmos de fato esse auxílio aos hospitais filantrópicos de todo o Brasil?

Nós também tivemos, Presidente, ano passado, um projeto de lei, do qual eu fui Relatora, inclusive, que foi o 805 e que depois se transformou na Lei 13.992, de 2020, que suspendeu as metas que eram contratualizadas para o cumprimento pelo SUS dos hospitais filantrópicos. Foi um pedido dos hospitais de todo o Brasil e nós tivemos realmente essa lei. Este ano nós tivemos uma outra demanda que também começa, na verdade, a surgir. Eu pergunto ao senhor: qual resultado que nós tivemos dessa lei do ano passado e qual a necessidade de ampliação aí também para os próximos meses?

A minha outra pergunta é referente ao *kit* intubação, que o Nelsinho aqui colocou e sobre o qual trouxe uma preocupação realmente muito grande. Na terça-feira, nós tivemos aí esse alerta da falta de anestésico, da falta de *kit* intubação e da falta de medicamentos. Como isso vai repercutir na vida desses hospitais filantrópicos?

E, por último, eu queria me comprometer... Reassumir, na verdade, o meu compromisso com todos vocês. Nós temos hoje, no Brasil, 900 Municípios onde o hospital filantrópico é a única saída para essas cidades. E eu sei o quanto é fundamental e importante a gente ter o fortalecimento dos hospitais filantrópicos, de forma muito especial as santas casas de todo o Brasil. Quero deixar aqui o meu compromisso firmado e, ao mesmo tempo, também me colocar à disposição para aquilo que for necessário para a gente buscar e evitar o risco de desabastecimento dos hospitais de todo o Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Tivemos, então, a fala do Senador Wellington, Relator, com várias perguntas, do Luis Carlos Heinze, do Senador Styvenson Valentim – esse bloco ficou grande. Eu descuidei aqui, e o bloco ficou um bloco! –, da Senadora Eliziane Gama e do Senador Nelsinho Trad. Olhem bem: foram cinco Senadores. Agora, logicamente, os convidados terão tempo suficiente para responder a todos. Vou controlando aqui.

Vou passar a palavra primeiro ao Mirocles, e ele vai alternando com o Dr. Julio as respostas. Da mesma forma, a Dra. Adriana.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, inicialmente, para o Dr. Mirocles, para iniciar as respostas da parte que lhe foi perguntada – ao senhor ou ao Dr. Julio, que o está aí assessorando, o ajudando.

Com a palavra V. Sa.

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Primeiro eu queria aqui cumprimentar a Adriana, do Ministério da Saúde. Como ela disse, indiscutivelmente, é uma das pessoas do Ministério da Saúde que tem atenção para todo o setor, naturalmente, como ela disse, pela importância, mas também pela sensibilidade dela aos nossos hospitais. Cumprimento a Adriana, que havia me esquecido de cumprimentar.

Foi muito bem lembrada pelo Senador Heinze a reunião que tivemos com o Presidente Pacheco, que, de pronto, disponibilizou as ações dentro do Senado e comprou também a ideia de ajudar as nossas santas casas e hospitais filantrópicos.

Eu vou iniciar respondendo às perguntas do Senador Styvenson, que coloca como se definiria a questão do pagamento do SUS para com as instituições. Toda ação que ele colocou de parceira com faculdades...

Existem algumas instituições nossas que têm parcerias com faculdades, a grande maioria públicas, que não são remuneradas por isso, mas há outras faculdades privadas que, sim, têm remuneração por isso. Como eu disse, esses recursos de faculdades, esses recursos da saúde suplementar, recursos de doações ou outros recursos nas instituições são para pagar o déficit do SUS, são para pagar exatamente essa defasagem que existe. Então, qual é a forma? Existe uma única forma: é nós pagarmos, o Governo brasileiro através do Ministério da Saúde, o Estado brasileiro pagar às instituições o custo daqueles procedimentos. Para isso, nós já entramos, no início do ano passado, no Ministério da Saúde, em uma discussão com o Conass e Conasems sobre a regionalização, sobre a nossa rede de hospitais, sobre a forma de pagamento para as instituições. O que não pode é ficar como está hoje, pagando e nós assumindo uma despesa que é do Estado brasileiro.

Quanto à perda dos nossos profissionais, ela existe – infelizmente existe. Por quê? Porque, essa tabela do SUS, na grande maioria das nossas instituições, não são os valores que nós repassamos para os nossos profissionais. Nós repassamos pelo próprio mercado aos profissionais médicos, nutricionistas, fisioterapeutas da área de saúde, como também da área administrativa, o que a instituição pode pagar. E, muitas vezes, é o mercado que exige que não se pague por uma consulta R\$10. Em muitas especialidades o que o SUS paga aos nossos hospitais são R\$10, e é lógico que aquele profissional não tem como médico, justo, atender um paciente por R\$10.

Então nós, infelizmente, vimos perdendo profissionais para o mercado. Existe um crescimento, nós sabemos, dentro da saúde suplementar, de algumas redes de hospitais próprios que estão realmente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocando. E isso é uma preocupação – e eu coloquei isso ao Ministro esta semana – junto com a rede de saúde suplementar: o crescimento – e nós temos algumas operadoras em nossas instituições, pequenas operadoras – e a importância de nós termos essas operadoras para que nós possamos manter aqueles pacientes com valores acessíveis no plano de saúde para que não venham ao SUS, porque, quanto mais pacientes no SUS, com o subfinanciamento, vai bater e mais problemas teremos em nossas instituições. Então, nós estamos perdendo profissionais, e a forma, realmente, é o Governo brasileiro, através do Ministério da Saúde, pagar o custo dos procedimentos.

Eu queria aqui agradecer ao Senador Luis Carlos Heinze as suas palavras, a sua mensagem e agradecer – já chegou aqui, eu já vi o protocolo – o projeto de lei a que ele deu entrada no Senado exatamente dentro desse estudo que foi tão bem colocado pelo nosso Julio, da Santa Casa do Rio Grande do Sul, no valor estimado de três milhões e tanto. Esse é um projeto que poderá, deverá ser abraçado pelos senhores, pelo Senado, para nos dar condições de chegar ao final do ano continuando a atender os brasileiros. Muito obrigado, Senador Luis Carlos.

Ao Senador Nelsinho, a implantação do *kit*. Qual a repercussão hoje, nas nossas instituições, quanto ao *kit*? É muito sério. Nós alertamos o Ministério da Saúde há mais de um mês – há ofícios nossos – sobre o que iria acontecer. Nós estivemos em várias reuniões, inclusive na Câmara dos Deputados, do enfrentamento à Covid também – o Deputado Messina tão bem coordena essa Comissão –, colocando junto ao Conass e aos Conasems que esses *kits* que estavam sendo comprados pelo Ministério não estavam chegando aos nossos hospitais, é uma verdade. Estamos discutindo isso, é um problema muito sério.

Nós estamos hoje, a própria CMB, com quatrocentos e poucos hospitais que reunimos, tentando a importação direta, liderada pela CMB. Acredito que hoje ou amanhã fechamos uma importação com a Índia, através da CMB, para tentar realmente solucionar, amenizar o problema dos nossos hospitais. Comprando à vista, mesmo com as dificuldades financeiras por que todos nós passamos, pagando à vista, porque a importação é à vista, mas nós estamos nos mobilizando, através da CMB, através hoje de quatrocentos e poucos hospitais para uma compra direta para os hospitais. Espero que esses *kits* que estão chegando através do Ministério da Saúde tenham a sensibilidade de também chegar, também atender às nossas instituições filantrópicas.

A Senadora Eliziane colocou três perguntas. A primeira foi: o que, em 2021, poderíamos fazer para nossos hospitais? Eu vou repetir: já está protocolado o projeto de lei do Senador Luis Carlos Heinze, que nós esperamos que venha a ser uma grande ajuda para nossas instituições. Repito o que foi colocado pelo Julio: somente seis meses para que nós possamos continuar atendendo.

Quanto às metas de suspensão em 2020, foi muito importante, por dois pontos que existem nas metas. E foi aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, e, como disse, nós somos muito gratos ao Parlamento brasileiro – não canso de dizer isso –, ao Senado e à Câmara dos Deputados. Essas metas...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suspende as metas quantitativas e qualitativas. Lá na nossa base, do nosso hospital que tem um convênio com o Estado e com o Município, se não fossem aquelas leis, os Estados e Municípios estariam cobrando o que está contratualizado com eles: tantas cirurgias cardíacas, tantas cirurgias gerais, tantos atendimentos, só que esses pacientes não estão indo. As cirurgias cardíacas estão sendo feitas, mas naturalmente não na quantidade, porque os próprios pacientes estão receosos. Aqueles procedimentos eletivos, cirurgias eletivas, gerais, pararam. Existem inúmeros decretos estaduais proibindo; o próprio CRM proibindo as cirurgias, proibindo... Então, foi fundamental para que, através da lei, os Municípios e Estados não nos cobrem aquelas metas.

E também na lei consta o pagamento daquela integralidade. Por quê? Porque nós não demitimos e, como eu disse aqui, nós aumentamos nosso corpo funcional, tanto de profissionais médicos, da área de saúde, como de funcionários, de técnicos, porque houve licença, houve saída, houve inúmeras questões que todos nós sabemos, até psicológicas, do nosso pessoal. Então aumentou o nosso custo. Nós não demitimos ninguém, nosso custo continuou como se estivéssemos atendendo aos pacientes. E o maior custo hospitalar é de pessoal. Então, foi fundamental.

Inclusive foi aprovada no Senado – está na Câmara dos Deputados – uma lei para prorrogar novamente – e a Adriana já disse que já teve o parecer favorável do Governo, do Ministério da Saúde –, para ampliar até setembro. Foi fundamental, e espero que venha a ser aprovada no Congresso, no Senado, a prorrogação até o final do ano, mas o que foi aprovado pelo ministério, até setembro, já ajuda demais.

Sobre o *kit* já foi colocado.

Eu queria agora responder ao Senador Wellington, que fez um questionamento aqui, e eu vou procurar rapidamente colocar ponto por ponto dos questionamentos.

A primeira questão que ele coloca: qual o impacto da pandemia sobre os gastos dos hospitais filantrópicos e santas casas? Qual o tamanho desse déficit das instituições? Nós falamos do déficit – e Julio colocou também – de 60%. Isso é um cálculo feito pelo centro de custos de mais de 20 santas casas e instituições filantrópicas.

Nós não estamos falando que o déficit tem 60%, 65%, por falar. Nós estamos demonstrando. Inclusive, estamos levando isso – o Senador Pacheco pediu – para o Senado, para a área técnica do Senado demonstrar esse déficit. Se esse déficit historicamente é de 60%, imagine agora com o aumento estrondoso de mat. med., com o aumento estrondoso, como eu disse, de oxigênio. Isso ainda vai aumentar e muito. Então, infelizmente, o déficit é enorme, o problema é muito grande. Por isso, estamos aqui pedindo e recebendo o apoio de vocês. E já adianto a minha gratidão a todos os senhores que falaram.

"Quais são hoje as opções no financiamento do mercado?" "As taxas são atraentes e permitem as operações na pandemia?" Foi colocada também a questão da Caixa Econômica. Ajudou? Ajudou. Diminuiu a taxa? Diminuiu, lógico. E isso vai levar as nossas instituições a saírem... Aumentou o prazo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aumentou. Isso vai possibilitar às nossas instituições que tinham, vamos dizer, uma prestação de 300 diminuir para 250, diminuir para 200. Esses 100, esses R\$150 mil que serão diminuídos em suas prestações ele estará colocando na saúde dos brasileiros, ele não estará pagando juros. Mesmo pelo prolongamento do seu débito, ele estará colocando, mas isso não resolve. Nós estamos aumentando o endividamento das nossas instituições. Vai chegar a um dia em que esses recursos com que estamos pagando esse déficit... Esse déficit não é das nossas santas casas; esse déficit é reconhecido pela remuneração do Ministério da Saúde de 60%. Esse endividamento, como eu coloquei, somos obrigados a ter. Não é para investimento, é para custeio, é para continuarmos atendendo aos brasileiros. Então, a Caixa... Ótimo, mas isso não é a solução. Indiscutivelmente, não é a solução. Somos gratos, o momento é oportuno para que nós negociemos... E hoje há 400. O Governo anunciou que há 400 no fundo pedindo. É a margem para rodarmos nossa dívida, aumentarmos nossa dívida para atendermos ao paciente de Covid. Então, essa é a posição que eu queria colocar quanto à questão do endividamento da Caixa Econômica.

"Sobre a crise financeira que está afetando as santas casas e os hospitais filantrópicos, existe uma estimativa de quantas pessoas estão deixando de ser atendidas devido à crise financeira?" Deixando de ser atendido, ninguém. Todas as nossas santas casas e hospitais filantrópicos... Se for maternidade, ela está atendendo, está dando apoio àquele hospital, repito aqui o que eu disse, público ou de enfrentamento. Aqueles leitos... Aqui no Brasil, foram tirados leitos dos hospitais de enfrentamento e colocados nos nossos hospitais filantrópicos, como dito pela Senadora também, dando apoio indiscutivelmente aos pacientes de Covid restabelecidos, tirando de UTIs, de semi-intensivos e de leitos em hospitais de alta complexidade. Então, hoje nós estamos atendendo a todos.

Agora, há um cálculo do ano passado do Conasems de que existe mais de 1 milhão – isso há quatro meses atrás –, mais de um milhão de pessoas a serem atendidas dentro do Sistema Único de Saúde.

Então, é um problema que nós vamos ter muito grande, essa demanda reprimida que existe no SUS. E ela vai para onde? Vai para os nossos hospitais, para as nossas santas casas, que, como foi dito aqui pelo próprio Ministério da Saúde, pela Dra. Adriana e por todos senhores, somos nós a maioria do atendimento, na alta complexidade, em cardiologia, em oncologia e de pacientes de Covid, e até hoje não temos uma avaliação de quais as consequências e da quantidade desses pacientes que vão procurar as nossas santas casas. E, se Deus quiser, nós vamos estar, sim, com a ajuda do Senado, com a ajuda do Parlamento, com a ajuda do Governo Federal, abertos a seguir a nossa missão de atender aos nossos brasileiros.

Outras perguntas do Senador Wellington: "Quais as perspectivas para 2021?"; "Será possível atender a demanda da população?"; "Há necessidade de aumento no número de internações, de leitos?"; "Existem ações legislativas que poderiam ajudar setor com missão no momento tão difícil?"

Senador, eu juntei várias perguntas aqui e saí respondendo. Então, de alguma forma, já respondi sobre as perspectivas para 2021, sobre a dificuldade dessa demanda reprimida. Vamos, sim, com a ajuda,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repito, do Senado, do Congresso e do Governo brasileiro, continuar atendendo, mas precisamos de ajuda, porque não temos como, sem recursos, atender. Não existe outra forma, senão pagando os médicos, mesmo da forma que nós pagamos: pagamos profissionais, comprando material médico, esse aumento... As perspectivas são de estarmos abertos e atendendo.

Para finalizar, Senador Wellington, há a Lei 13.479, sobre a qual o senhor perguntou – eu até pedi aqui para a nossa assessoria jurídica nos ajudar. A lei criou o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos, com taxas abaixo daquelas praticadas na época, 2018. Com taxas abaixo daquelas praticadas à época: subvenção econômica para que as instituições financeiras oficiais – Caixa, BNDES e Banco do Brasil – executassem, sob a forma de equalização das taxas de juros de mercado, com outros encargos financeiros. Para tanto, foi atribuído na lei o montante de recursos limitado a 2 bilhões por ano, a serem consignados no Orçamento da União a partir de 2018. Em quatro exercícios subsequentes, contudo, esse valor nunca foi acrescido ao orçamento sob a forma de linhas de crédito, jamais pôde ser executado pelas instituições financeiras. Então, infelizmente, essa lei não atingiu o seu objetivo, porque não foram colocados no orçamento os 2 bilhões, que não chegaram a nenhuma instituição nossa.

Poderá ser feita uma nova lei dentro desse quadro? Poderemos definir e estudar, e disse aqui anteriormente que está no ministério. Nós queremos estudar; nós não queremos é sair resolvendo os problemas emergenciais de déficit das santas casas. Nós queremos, sim, ser remunerados justamente, de acordo com os serviços que prestamos à saúde brasileira, para continuarmos nossa missão.

Então, acho que respondi aqui aos Senadores que apresentaram seus questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Mirocles.

Passo a palavra à Dra. Adriana, por gentileza.

Dra. Adriana, a senhora pode falar.

A SRA. ADRIANA LUSTOSA ELOI VIEIRA (Para expor.) – Eu vou complementar uma parte que o Mirocles falou, porque ele já fez uma explanação grande do que foram as dúvidas. Eu gostaria de complementar com o seguinte: com relação à discrepância dos custos e valores recebidos pelas santas casas do Ministério da Saúde, há um projeto no Ministério da Saúde, que é a implementação do DRG. Isso não é algo fácil de se implementar, mas o ministério tem trabalhado, há uma equipe exclusivamente para dar celeridade a essa implementação, de modo que os serviços sejam remunerados de acordo com o custo. Haveria uma central de custos, e a intenção é remunerar o serviço com base no custo que ele efetivamente tem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Styvenson mencionou as escolas de saúde. Eu só queria fazer uma ponderação: quando a gente tem entidades filantrópicas – e é só uma complementação diante do que o Mirocles já falou –, entidades de saúde que têm também atuação na área de educação, a gente não pode perder de vista que há necessidade obrigatoriamente de elas também cumprirem os requisitos na área de educação para fins de certificação. E o que a gente identifica, em algumas situações, é que as entidades que atuam na área de saúde e também atuam na área de educação, às vezes, têm muita dificuldade de cumprir os requisitos na área de educação e, por vezes, isso pode até gerar um cancelamento de seu certificado, porque isso gera para as entidades a obrigação de recolher as contribuições sociais que antes eram concedidas em função da certificação. Então, é algo que a entidade de saúde precisa avaliar bem, porque, atuando em mais de uma área, ela também tem a obrigação de cumprir os requisitos nessas outras áreas: ou de assistência ou de educação. Então, há a necessidade de ponderar bem essa alternativa.

Com relação ao impacto dos gastos da pandemia, o Ministério da Saúde, sim, é sensível a isso. O ano passado – o Mirocles falou e o Julio também –, já pensando nessa dificuldade financeira ocasionada, porque é uma dificuldade financeira que não vem só em função da pandemia, mas também em função da pandemia, o Ministério da Saúde disponibilizou para aquelas entidades de que falei – Rio Grande do Sul e São Paulo foram os primeiros, depois a gente estendeu para mais 23 instituições – mais de R\$300 milhões. E este ano – Mirocles, corrija-me se estiver errada – me parece que já entraram com um requerimento para que esse benefício fosse estendido para as demais instituições de todo o País. Até onde estou sabendo, porque é uma demanda recente, está em tramitação aqui no ministério, para fins de avaliação, a extensão desse recurso para as outras entidades, embora a gente saiba da dificuldade, da limitação do Orçamento, mas isso está sendo avaliado – viu, Mirocles? Acho que vocês protocolaram recentemente; está sendo avaliado pelo ministério.

Com relação ao problema das taxas de consignado, no ano passado, a gente identificou, inclusive as próprias entidades filantrópicas nos informaram que, com a redução da taxa, houve sim uma renegociação dos contratos, dos financiamentos, houve uma redução significativa da taxa de juros e isso, com certeza, ajudou, embora não seja uma solução, porque é dívida, e dívida a gente não acha que é solução, mas é um paliativo, no sentido de que houve uma diminuição significativa nessas taxas.

Com relação ao PNI, eu acho que esse é um assunto de que o Ministro tem falado constantemente, do esforço do Ministério em tentar o quanto antes acelerar a vacinação.

O Senador também já fez uma ponderação sobre a fala do Ministro com relação a isso. Então, eu acho que ele tem tentado ser o mais transparente possível nas ações que o Ministério está adotando, a fim de tentar agilizar a vacinação.

Sobre as perspectivas de leitos, questionado pelo Senador Wellington Fagundes. No ano passado – e a gente vem fazendo isso no ano de 2021 também –, a gente tem habilitado novos leitos e houve também prorrogações de habilitações neste ano, só que a gente tem que lembrar que as habilitações que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são feitas pelo Ministério da Saúde são mediante demanda dos Estados e dos Municípios e tem que lembrar também que, quando a gente vai expandir leito, a gente, na ponta da linha, tem a dificuldade de ter o RH necessário. Eu acho que tanto hospitais públicos, privados e filantrópicos estão sentindo a dificuldade do aumento do seu RH, até porque o RH tem também a fragilidade com relação a baixas de pessoas que também pegam Covid, que também precisam ser substituídas. Então, o Brasil, o País tem uma dificuldade com relação ao quantitativo de RH. É algo que precisa ser pensado pelos estabelecimentos, porque provavelmente eles terão dificuldade também. O Senador Luis Carlos Heinze também mencionou algo com relação aos leitos, e é essa a minha ponderação.

Orçamento de R\$3,4 bilhões. Parece-me que já há um PL novo, pelo que vocês falaram. Eu ainda não tenho o número desse PL. Pelo menos, eu não anotei aqui. Se foi passado, eu me perdi e não anotei aqui.

E, com relação à margem consignável, Senador Luiz Carlos, constantemente, eu tenho conversado com o pessoal do Fundo Nacional de Saúde. Inclusive, na semana passada, conversei com eles. Eles têm me reportado que não está havendo nenhuma demora. Assim que o pedido de liberação da margem tem chegado, eles têm analisado e encaminhado o mais rapidamente possível para o Secretário liberar. No dia em que chega para o Secretário, ele está liberando. Então, se houver algum pedido de margem específico que ainda não saiu, eu pediria que fosse encaminhado para o meu *e-mail* para eu tentar verificar junto ao fundo qual é a pendência. Mas o que eu tenho de informação do Fundo Nacional é que não está ficando nenhuma demanda represada.

Sobre o *kit* intubação, o Senador Confúcio já nos explanou a posição do Ministro. Acho que essa parte já foi esclarecida.

Bom, eu acho que era isso.

Sobre o auxílio financeiro extraordinário, há um projeto de lei também tramitando para mais um auxílio financeiro no valor de R\$2 bilhões – não me recordo aqui do número. Se o Mirocles puder me ajudar... Acho que até está na minha apresentação, mas, de cabeça, não estou me lembrando. A esse projeto, o Ministério também já deu parecer favorável. Se não me engano, ele está em tramitação no Senado, e mais o PL da suspensão das metas até setembro, que o ministério também já manifestou favorável.

Bom, das notações que eu fiz era isso. Eu estou à disposição, se eu pulei algo, se eu deixei de responder a alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Muito obrigado, Dra. Adriana. A senhora respondeu a todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu passo a palavra, na sequência, para dois Senadores que ainda não falaram, o Senador Izalci Lucas e a Senadora Zenaide Maia.

Senador Izalci, pelo tempo de três minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, eu queria fazer uma questão de ordem, para depois entrar nas minhas perguntas.

A questão de ordem, Presidente, é a seguinte: desde meados de março, eu recebi aqui empresários querendo disponibilizar a questão de medicamentos, *kit* de intubação, eles têm a representação local e também da Índia. E estiveram lá no ministério. Por sinal, primeiro, o Arnaldo os atendeu muito bem; depois, o Marcelo os atendeu em pé, não teve nenhuma vontade de resolver. E eles queriam oferecer à pronta entrega *kit* de intubação. Depois, eles oficializaram – eu passei para V. Exa. – uma proposta com a data do dia 31 de março. Hoje é dia 15 de abril.

Ontem o Ministro declarou... Primeiro, na entrevista, ele disse assim: "Estamos comprando"; depois, ele corrigiu rapidamente: "Compramos". É muito ruim essa questão do gerúndio – "estamos", "vamos", "estamos providenciando". Porque hoje, imagine, nós estamos perdendo mais de 4 mil pessoas com o Covid diariamente com o *kit* intubação. Não havendo mais *kit* – e é em todo lugar, aqui na Capital também –, imagine quantos morrerão nesses próximos dez dias?

Eu acho incrível como o Sistema Único de Saúde e os sistemas regionais não estão informatizados. Aqui em Brasília, a gente percebe também, provavelmente sequer há controle de estoque. É incrível a falta de controle do Governo Federal, dos Governos locais, municipais e estaduais. No século XXI, não há nada digitalizado. O paciente chega ao médico, ele não tem nenhuma informação do paciente, e poderia estar tudo no computador.

Então, eu lamento que essa proposta, desde o dia 31, poderia ter sido adquirida. Nós aprovamos o processo de compras emergenciais e rápidas exatamente para não faltar nada. E a gente tem que esperar aí ainda algum tempo para suprir essa falta? Então, essas são as considerações que eu queria fazer.

A segunda, Presidente, é que eu quero conversar com... Eu gostaria de perguntar... Primeiro, eu estive no Rio Grande do Sul, na Santa Casa de Porto Alegre, um exemplo realmente de competência, de capacidade, de organização, de humanidade mesmo. Espetacular! Coisa que você não vê na maioria dos hospitais. Então, parabéns à Santa Casa de Porto Alegre. Lamento, pois parece que Brasília não tem. Até queria saber como é que eu faço para montar uma santa casa aqui no Distrito Federal, porque é muito bom. E eu preciso... Se houver condições, tenho o maior carinho, a maior vontade de que a gente tenha aqui também uma santa casa.

Bem, a maioria das perguntas foram feitas e respondidas, mas eu queria saber quais são hoje as principais reivindicações do setor filantrópico junto ao Governo Federal. O que nós podemos fazer para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuir? Qual é o valor atual estimado do endividamento das santas casas? Eu lembro – e quero aqui parabenizar o colega Serra – que nós conseguimos aprovar aquela proposta dele e foi muito bom, mas tenho certeza de que se está precisando colocar mais recurso. Então, qual é o endividamento e o que a gente precisa fazer para ajudar?

Bem, já foi falado sobre a questão de mão de obra. Lógico que o setor privado acaba, neste momento, absorvendo todo mundo e tirando, inclusive, os profissionais das santas casas; se é possível fazer alguma coisa, eu acho difícil. Mas eu queria perguntar também: qual é o percentual hoje de internação do Covid realizado pelo setor filantrópico vinculado ao SUS, em termos de percentual de atendimento SUS Covid e não Covid? Bem, há alguma proposta de remuneração para melhorar a remuneração dos profissionais dos filantrópicos, exatamente para não perder profissionais para o sistema privado? Quais são as sugestões do setor filantrópico para o controle da pandemia, para ver se vocês têm alguma sugestão? E de que forma a gente pode aportar recursos para ajudar vocês, que têm prestado um excelente trabalho?

Então, era isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Izalci, agradecido.

Eu passo a palavra para a Senadora, nossa querida médica que entende de santa casa demais da conta, que é a Senadora Zenaide Maia.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpellar.) – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar esse Presidente, gente, Confúcio. Penso que o Confúcio está orgulhoso, o nosso pensador e filósofo, com a pessoa que o está representando aqui. E eu queria cumprimentar aqui o Dr. Campos, a Dra. Adriana.

Eu queria – as perguntas de Izalci me contemplaram –, eu acrescentaria o seguinte: dessas 1.820 instituições, quantas são 100% SUS? Há alguma 100% SUS? Aqui no meu Estado, eu tenho a Liga Norte Riograndense Contra o Câncer e, na cidade da Grande Natal, em que eu fui Secretária de Saúde, a gente tem o Hospital Maternidade Belarmina Monte, que é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, é 100% SUS, que a gente, na época, contratualizou com a Prefeitura.

Mas, Sr. Presidente, eu queria – como a gente não está falando só para a Dra. Adriana e o Dr. Campos – lembrar o seguinte: como o Dr. Campos falou, há muito tempo, o SUS está subfinanciado, gente, e, quanto ao pagamento pelos procedimentos, é, humanamente, tecnicamente, impossível se fazerem os procedimentos. O que acontece? Eu queria só relembrar aqui: em 2015, houve a PEC 001, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2015, de que a Relatora era a Deputada Carmen Zanotto, que aumentava os repasses da União para os Estados e Municípios para a saúde, aumentando escalonadamente, porque atualmente é de 15% para os Municípios, 12% para os Estados e o Distrito Federal. E, quanto ao Governo Federal, é uma coisa muito sem determinação. Então, essa PEC fazia um aumento escalonado dos repasses da União para os Estados e Municípios, que eram de 15%, depois 17% – anual esse escalonamento –, até chegar a 18,7%, porque a gente sabe que, na saúde, quem quer oferecer saúde pública tem que gastar dinheiro.

O que aconteceu? Aprovamos, por unanimidade, na Câmara, essa PEC, na primeira rodada, como se diz. Quando foi afastada a Presidenta Dilma e, ao invés de vir, nunca voltou para ser votada no segundo turno, veio para a gente a Emenda 95, que é a PEC do teto. Eu lutei muito na época: como a gente pode? Vamos tirar a saúde e a educação dessa PEC do teto? Aí o que a gente está vendo? As santas casas, os hospitais filantrópicos, pelos quais tenho o maior respeito pelo trabalho...

Eu sei que a gente tem esses auxílios emergenciais, mas eu queria aqui fazer um apelo, porque a gente só descobriu o SUS, que eu defendo, que a gente vem defendendo e que na verdade é um plano de saúde para nos orgulhar – eu gostei quando o Dr. Campos elogiou – e essa pandemia escancarou a necessidade desse Sistema Único de Saúde. Nós precisamos ter uma política além da emergência, urgência, de providenciar *kit* intubação, porque é difícil a gente como médico acreditar que vai conter as pessoas no leito para intubar. Eu prefiro não ficar pensando assim.

Mas quero dizer o seguinte: nós precisamos, eu quero dizer aqui às santas casas, a todos, nós precisamos nos unir e ver se fazemos um aumento. Isso era 15% do PIB do ano anterior, 16%, hoje com certeza a gente estaria em 18,7%. Com os Municípios o que acontece? Se é 15%, é claro que a maioria dos Municípios, na média – isso é reconhecido até pelo Ministério da Saúde – gasta 25%, 30%, que é onde o povo vive. Se falta atendimento, a pessoa vai para o Prefeito, para o Vereador: "Salva o meu filho, pelo amor de Deus!" E você vai. E eu lhe digo: é humanamente, tecnicamente impossível manter os valores dos procedimentos que o SUS passa hoje para as santas casas, para os Estados e Municípios, seja santa casa ou não.

Então, nós temos que ter esse emergencial. Eu quero dizer a vocês que contem comigo. É emergencial, mas nós temos que ter uma política de Estado que não dependa de cada governo. Este ano, o orçamento para 2021 tirou 36 bilhões da saúde em plena pandemia, gente! Isso não é questão de ser de partido, nada disso; é o real que a gente vai ter que administrar. Isso sobra para as santas casas, porque a probabilidade de aumentarem os valores dos procedimentos é mínima. E quando elas não conseguem a gente paga *plus*. Isso é uma burocracia grande se for dinheiro do SUS e mesmo dos Municípios. Então, temos que ter condutas para agora, para ontem, que é providenciar *kit* e tudo...

Outra coisa que a Dra. Adriana falou que me deu argumento, porque é o que eu digo: RH, recursos humanos. A Emenda 95 proibiu. Se durante 20 anos não pode aumentar as despesas com saúde, ou a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tira esse teto da saúde ou vamos continuar vendo morrer não só da Covid milhares de brasileiros e brasileiras de morte evitável. A gente que trabalha na saúde sabe que, se houvesse recurso, não morreria.

Então, para finalizar, Sr. Presidente, já agradecendo sua tolerância, eu queria mostrar para o povo como funciona o SUS, que é tripartite e como a gente precisa aumentar os recursos da União, porque Estados e Municípios já estão fazendo isso há muito tempo.

Então, o que acontece? Para, agora, liberar esses recursos que foram parados aí com essas leis, os auxílios... Mas nós não podemos deixar que as instituições que são responsáveis por mais de 50% da média complexidade e chegam a 70% da alta complexidade e os próprios hospitais dos Estados se mantenham com o pires. Enquanto se está definindo aqui o *kit* intubação, existem centenas de pessoas morrendo, e a gente sabe que isso é de morte evitável, gente, que poderia ser evitada. Não quer dizer que o fato de você ter uma UTI – e isso eu fico dizendo o tempo todo...

Eu queria pedir licença aqui ao Presidente, porque a Bancada Feminina do Senado se comprometeu, em todo momento em que tivesse a oportunidade de falar sobre a Covid, a dizer: "Não aglomerem, gente! Usem a máscara! Higienizem as mãos, porque a única coisa que vai evitar a você ter a Covid grave atualmente é isso ou a vacinação de rebanho, que eu prefiro de chamar de coletiva". E a gente não vai ter esse número de vacinas... Enquanto isso, morrem mais de 3 mil pessoas por dia.

Santas casas, contem comigo, mas acho que a gente tem que dar as mãos, Confúcio. Pode ser até agora, eu sei que é só Covid, mas não custa nada a gente dar visibilidade à população. Nós precisamos dar uma estabilidade, aumentar os recursos para o SUS, aumentar os valores dos procedimentos. Como é que se executa? É como ele falou: como você paga a um médico especialista R\$10? Isso é um desrespeito até aos médicos. Eu sempre fui médica do SUS, sou médica da universidade e digo: a gente pode, sim, oferecer uma saúde pública de qualidade, dando as mãos às santas casas e a quem tem o maior interesse em salvar vidas.

Eu me contento com as respostas que os senhores vão dar para o meu colega Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Bem, para a gente finalizar as perguntas, nós temos os internautas, as pessoas que estão nos assistindo pela TV Senado, pela Rádio e pelo sistema e-Cidadania. São algumas perguntas.

Para a Dra. Adriana – anote aí, Adriana, a pergunta, por gentileza –, de Geraldo Candido Gonzaga, do Rio de Janeiro. Ele pergunta à senhora o seguinte: "Quais seriam as melhores formas de a sociedade auxiliar financeiramente as santas casas e os hospitais filantrópicos nesse período de pandemia?".

Para o Dr. Mirocles – anote a pergunta da nossa internauta –, de Tania Dias, do Rio de Janeiro: "Em questão de manutenção dos bens e serviços nas santas casas e nos hospitais filantrópicos, há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decadência por conta da pandemia?". Piorou a situação com a pandemia – a situação das suas contas, das suas vidas, das suas atividades? É a pergunta de Tania Dias.

Eu quero aqui apenas registrar a presença, pelas perguntas, de Francisco de Assis Moura, da Bahia, que já foi respondido pelos outros; e de Jonistaine Barbosa do Nascimento, do Estado de Roraima – como ele é tão de longe, eu vou ver se eu faço esta pergunta dele aqui.

Vou fazer essa pergunta do Jonistaine Barbosa do Nascimento, do Estado de Roraima, para o Dr. Mirocles também: "As [santas] casas [...] devem receber apoio e recursos financeiros dos governos para se estruturar e atender o público de forma geral." Essa é a pergunta dele. Do jeitinho que ele perguntou, nós a estamos transmitindo para vocês.

Muito bem. Eu quero também aqui, antes de passar às respostas, que não são muitas, falar que, em todos os locais, em todos os Estados, a gente tem alguma filantrópica. Lá em Rondônia – eu sou de Rondônia –, temos as Irmãs Marcelinas, o Santa Marcelina, que trabalha há muitos anos, 40, 45 anos, trabalhando com uma devoção incrível, catando recursos, doações aqui, ali e prestando um relevante serviço.

Quando me lembro das santas casas e também das filantrópicas, só me vem à cabeça a Irmã Dulce, franzina, frágil, saindo à rua com a maior dificuldade – porque ela era muito franzininha e frágil, fraca –, indo aos mercados, falando com as pessoas, buscando doações para manter a estrutura dela em pé, a duras penas.

Você veja bem o trabalho que essas entidades prestam ao Brasil, como um complemento ao SUS. Mas os custos são altos, as despesas são altíssimas, as dificuldades são imensas. Logo, logo, as santas casas, mesmo organizadas – porque elas são muito organizadas – entram em déficits muito elevados e precisam do socorro público ou de créditos especiais. E como a gente pode viver no Brasil, no SUS, com mais de 1,7 mil – eu vou errar aqui por pouco, os dados são dos senhores – instituições, hospitais, atendendo das mais variadas formas para se autofinanciarem? Dependem substancialmente do dinheiro do SUS. Então, é um gigantismo à disposição do Sistema Único de Saúde.

Eu quero parabenizar o Luis Carlos Heinze pela iniciativa dele de estar carregando as entidades filantrópicas e as santas casas a tiracolo, aqui, ali, para mostrar a realidade nua e crua dos fatos e dos números.

Assim sendo, eu passo a palavra para a Dra. Adriana, que tem menos perguntas para responder – a senhora responde às perguntas –, depois eu passo para o Dr. Mirocles, que tem mais, mas que não são muitas também, para nós fazermos o encerramento da nossa audiência pública, e eu poder responder... Não é nem questão de ordem da Senadora Eliziane, mas eu respondo daqui a pouquinho.

Com a palavra a Dra. Adriana Lustosa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA LUSTOSA ELOI VIEIRA (Para expor.) – Bom, as perguntas do Senador Izalci Lucas foram mais direcionadas para o Mirocles.

Eu só queria ponderar o seguinte: com relação ao percentual de internação Covid-não Covid, eu realmente não tenho esse dado aqui agora. A gente pode até tentar levantá-lo, embora os nossos sistemas de informações tenham atraso, porque os gestores podem alterar as informações em até quatro meses. Esse dado agora, neste momento, eu não tenho.

Sugestão de melhoria no setor filantrópico. Quem sou eu para dar sugestão de melhoria? Mas eu diria o seguinte: ouvi atentamente a Senadora Zenaide. Eu acho muito interessante essa questão de talvez tentar retirar da área da saúde – e isso eu estou falando pessoalmente, nem estou falando pelo ministério – essa limitação do teto. Isso é uma coisa que, obviamente, teria de ser pensada, avaliada, mas, a meu sentir – por isso eu digo que falo em nome próprio e não no do ministério –, talvez fosse o caso.

Hoje, Senadora, pelo que a gente levantou aqui – o Mirocles também pode complementar –, 263 instituições são 100% SUS. As outras oscilam entre SUS e prestação de serviço para a rede suplementar.

O internauta me perguntou...

Ah, eu queria fazer só outra ponderação: quando a gente fala em remuneração de serviços das entidades filantrópicas, a gente tem que lembrar também que o valor de tabela é o valor de referência. Além do valor da tabela, o ministério remunera também por incentivos, incrementos. E não podemos nos esquecer também de que essa remuneração é tripartite. Em tese, não é somente o valor federal que deve ser repassado para a remuneração de serviços; Estados e Municípios também devem complementar o valor da prestação de serviço, lembrando que essa remuneração é tripartite.

Com a relação à pergunta do internauta – "Como a sociedade poderia auxiliar os hospitais filantrópicos na pandemia?" –, eu penso o seguinte: quando a gente precisa ajudar alguém – a gente discute isso aqui no ministério; como a gente vai ajudar na situação do Estado tal, do Município tal? –, a gente primeiro escuta qual é a demanda. É importante a gente escutar qual é a necessidade, porque, às vezes, daqui a gente imagina que, adotando uma ou outra ação, pode estar colaborando, mas não necessariamente seja isso que eles estão precisando no momento. Então, o que eu diria é: escute o que essa entidade precisa, naquele momento, de auxílio e, ante aquilo que ela aponta como necessidade, tente auxiliá-la.

A gente viu um exemplo disso recentemente num hospital público aqui em Brasília – e digo isso porque eu vi lá na quadra onde eu moro: pessoas pedindo doações de EPI. Foi feita uma vaquinha, foi feita doação para os profissionais de saúde do Hran para aquisição de EPIs e também houve doação de EPIs. Então, em função do que eles falavam de necessidade, do que eles apontavam como necessidade, foi feita uma ação. Então, talvez ouvir qual é a necessidade e depois tentar ajudar seria interessante.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

São essas as minhas considerações, Senador.

Obrigada a todos. Eu fico à disposição para não só aqui, mas em outra oportunidade, por *e-mail*, por telefone, auxiliar naquilo que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigada, Dra. Adriana.

Com a palavra o Dr. Mirocles para responder aos Senadores e ao internauta que dirigiu uma pergunta ao senhor.

O senhor pode falar.

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio. Peço permissão aos Srs. Senadores para, primeiro, responder às perguntas dos dois internautas, que são menores.

A Sra. Tania Dias perguntou se este ano de pandemia levou maiores dificuldades, consequentemente, aos nossos hospitais.

Como aqui colocamos, historicamente as nossas instituições, pelo subfinanciamento, têm tido dificuldades. E, neste ano – repetindo aqui –, com a ajuda do Parlamento, do Senado, da Câmara, com todos os projetos que já estipulamos aqui, nós conseguimos passar por ele tendo, naturalmente, um atendimento com melhorias de alguns serviços, até porque, com as doações, levaram-se algumas melhorias a algumas instituições que com isso puderam contar. É por isso que estamos aqui pedindo novamente o apoio do Senado, como foi colocado tão bem pela Adriana. Se, neste ano, nós tivermos o que foi repassado pelo Legislativo e pelo Judiciário ao ministério, os mesmos valores ou até mais para as nossas instituições, nós vamos conseguir passar novamente pela crise. Mas o que se desenha hoje – e por isso estamos aqui – é que não existe nada: existem os projetos, mas precisamos da aprovação desses projetos para colocar recursos e nós passarmos por essa crise.

Foi colocada também aqui pelo Jonistaine a questão de se os Estados, Municípios e a União poderão destinar recursos às nossas instituições. Através de instituições filantrópicas certificadas, nós temos as condições de receber recursos públicos, nós estamos prontos a receber recursos. Recebemos, inclusive – e aproveito a oportunidade, Srs. Senadores e Deputados, para dizer que as suas emendas parlamentares ajudam muito –, Jonistaine, do Parlamento; recebemos recursos de emendas parlamentares. Você não sabe o quanto, através de emenda parlamentar, nós levamos de ajuda. As emendas dos Deputados vão para os equipamentos, porque não podem ser para custeio, e isso nos leva a ter condições de atualizar o nosso parque tecnológico. A ajuda do Parlamento é enorme. Então, nós podemos, devemos e estamos aqui pedindo agora no momento exatamente a ajuda do Governo Federal, dos governos estaduais e do Parlamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo agora ao Senador Izalci. Senador, eu também ficaria muito feliz! Eu fico aqui, eu estou em Brasília, eu me dedico aqui hoje à CMB. Eu sou do Piauí, do Nordeste, eu sou presidente de uma instituição lá que trabalha há 80 anos na cidade de Parnaíba, no Piauí, divido o meu tempo, mas, quando a gente administra, quando a gente preside uma instituição como a CMB – e naturalmente eu tive que dar um jeito lá com os nossos executivos, com a nossa diretoria para tocarem mais a nossa instituição –, nos falta tempo porque nós estamos dedicados aqui à CMB. Então, eu também ficaria muito feliz por haver uma santa casa aqui em Brasília.

E, aí, eu acho que o senhor fez um desafio para o Julio – viu, Julio? – de uma instituição que nos honra muito e nos orgulha muito, que é a Santa Casa de Porto Alegre, pela história, pelos serviços prestados, como o senhor colocou, diretamente à comunidade, pela sua organização. Há aqui uma afiliada santa casa, aqui em Brasília, mas eu tenho certeza de que o Julio está lá tentando manter, com a falta de recursos, aqueles serviços que existem lá na Santa Casa de Porto Alegre. E é difícil abrir outra santa casa com essa remuneração, com essa indecisão, com essa intranquilidade das remunerações do serviço público para com nossas instituições. Mas por que não, a partir de agora, com a fala da Senadora Zenaide, discutirmos de uma forma geral e termos uma santa casa aqui, através de uma filial de alguma instituição nossa do Brasil?

O senhor colocou também a questão do nosso endividamento. Eu vou dar só um dado para o senhor, que já foi citado pela Adriana, do Fundo Nacional de Saúde: ela falou em 7 bilhões. Eu arredondo, Adriana, para R\$8 bilhões. Só do Fundo Nacional de Saúde, que é o chamado consignado, que os bancos, como a Caixa Econômica e outras instituições bancárias, têm a segurança de 100% desses recursos. Na hora que nós financiamos a saúde pública do Brasil, esse recurso, antes de sair para o fundo estadual e ser repassado para nós, pelo municipal, já fica com o banco. São 8 bilhões, esse é o endividamento nosso no Fundo Nacional de Saúde, para o senhor ter uma ideia do grau de endividamento das nossas instituições e o perigo que isso gera, com a quebra dessas instituições, para a saúde pública brasileira.

Outra questão colocada pelo senhor foi sobre o controle da pandemia: todas as nossas instituições, as instituições hospitalares, todas elas têm – e foi colocado também pela Senadora – feito campanhas para que as pessoas tenham, tanto dentro do hospital como fora do hospital, os protocolos necessários para preservar a vida, através do uso de máscaras e de informações. E naturalmente todos os nossos hospitais têm os protocolos rígidos para preservar a vida tanto de nossos pacientes como de nossos profissionais de saúde.

A questão da mão de obra, infelizmente, Senador, naturalmente passa pela questão do financiamento. Nós não pagamos... Os nossos profissionais saem porque nós não temos condições financeiras de pagar. E o senhor tenha a certeza: eu, como Presidente de instituição, faço, como tantos outros provedores e tantas pessoas fazem, nosso serviço por amor à saúde, amor por aquela instituição,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem remuneração. Muitos médicos das nossas santas casas, muitos mesmo, muitos profissionais de saúde estão lá sendo mal remunerados, mas prestando um serviço àquela instituição, prestando serviço à saúde dos brasileiros. Eles vão ter uma remuneração em outros hospitais, mas às vezes chegam a um ponto... E são profissionais. Como disse a Senadora Zenaide: R\$10? Isso é um desrespeito ao profissional médico. Então passa pela remuneração, para que nós possamos manter os nossos profissionais também.

Quanto às reivindicações, nós já colocamos aqui... E vamos aqui, Senador... Existem hoje, como colocado também pela Adriana, dois projetos. Um dos projetos é o 5.273, de 2020, do Senador Humberto Costa; e foi protocolado agora o do Senador Heinze, com o valor estipulado de uma média, discutido com a CNP, discutido através da federação, para que possamos, como bem explicado pelo Julio, passar esses seis meses. Ele colocou esse projeto, que é o 1.417, de 2021, repito, do Senador Heinze, que dá o valor de R\$3 bilhões.

Naturalmente, foram colocadas aquelas metas também que já estão acordadas, já estão de acordo com o Governo Federal e o Ministério da Saúde, foi dado o parecer favorável de manter as metas que aqui também coloquei, quantitativas e qualitativas, para que os nossos secretários municipais e estaduais não nos cobrem essas metas, porque eles também têm que ter uma lei, porque os órgãos de controle, naturalmente, por não haver a lei, vão cobrar que seja cumprido o contrato. Com a lei, isso, naturalmente, dá tranquilidade aos secretários municipais e estaduais e, naturalmente, aos nossos provedores e diretores das nossas instituições. Então, as reivindicações emergenciais, indiscutivelmente, são essas, as leis que aí estão do Heinze, para que nós possamos colocar, na saúde pública, os R\$3 bilhões.

Eu cheguei ao ministério, nesta semana, e se colocou o orçamento. Se nós formos falar em orçamento, nós vamos ter um problema amanhã. Se nós não colocarmos esse dinheiro, esse recurso nas nossas instituições, imagine a tensão que vão ter os nossos diretores, os nossos provedores, que vão passar para nossas santas casas, para os médicos, para os profissionais que nós não vamos ter dinheiro para pagar o próximo mês, que nós não vamos ter recurso para chegar ao final do ano remunerando os profissionais, comprando medicamentos, e nos planejando para comprar medicamentos mais baixos, negociando com nossos fornecedores. Se nós não tivermos a garantia desse recurso, não vamos ter como comprar, como adiantar, digo aqui, como pagar os nossos profissionais até o final do ano. É fundamental, Senadores, a lei. É fundamental conseguirmos dentro do orçamento... E orçamento é prioridade. E que a prioridade venha do Governo Federal, para que nós possamos dar tranquilidade aos nossos profissionais, aos nossos hospitais, aos nossos provedores, aos nossos médicos, de que, até o final do ano, estaremos com a tranquilidade de atender à demanda reprimida de mais de 1 milhão de pessoas. Hoje, amanhã, até quando atendendo aos pacientes de Covid?

Eu queria, agora, para finalizar, responder à Senadora Zenaide. Eu acho que, como ela colocou, a maioria das perguntas estava com o Senador. Mas, Senadora, só quero reafirmar que são 263 instituições 100% SUS, como a Adriana colocou. Eu acho que o que a senhora colocou de mais importante na sua





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala... E eu repito isto: no início do ano passado – eu acho que a Adriana estava na reunião –, levei ao secretário, junto com o Conass, o Conasems e a Saes, ao Ministro, ao Coronel Franco, um projeto a ser construído por várias mãos. Consultamos os hospitais de referência nacional, o Einstein estava conosco, o Sírio-Libanês, o Hospital Beneficência Portuguesa... Levamos a ideia para construirmos, com o Conass, o Conasems e o Ministério da Saúde, uma nova forma de financiamento, uma nova forma de atendimento dentro do processo. Como nós somos a maioria dentro do processo, a nossa rede é fundamental, essencial, e nós, como disse aqui, somos, na área hospitalar... O SUS, por sermos a maioria, colocamos isso para haver um estudo. Infelizmente, veio a pandemia, e isso ficou parado, ficou de ser criada uma comissão para esse estudo.

A sua fala é fundamental. O momento leva a ver o SUS, mas, quando as coisas se acalmam, vem o esquecimento.

Para finalizar, Senador Confúcio Moura: muito obrigado, muito obrigado pela oportunidade, pois estou falando aqui em nome... O senhor errou por pouco: nós somos 1.820 instituições. Nós falamos aqui da Santa Casa de Porto Alegre, elogiada pelos Senadores, reconhecida nacionalmente. Quantas santas casas nós temos aqui no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Mirocles.

Eu vou passar a palavra, por curto período, sem grandes delongas, ao nosso Relator Wellington Fagundes e, logo em seguida, a Luiz Carlos Heinze, para fazerem o encerramento e os agradecimentos, antes de fazermos o encerramento da nossa audiência pública.

Com a palavra o nosso Relator Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, agora já é boa-tarde, não é?

Infelizmente a gente só viu aqui notícias ruins sobre a ampliação dessa doença no mundo e também no Brasil, mas, com os esclarecimentos feitos aqui pelas santas casas e por todos que falaram, fica mais evidente, mais claro, o papel que têm as Santas Casas de Misericórdia e as filantrópicas no Brasil. Não fosse essa rede, para atender principalmente ao SUS, ou atender o SUS, o SUS não seria, com certeza, o maior programa de saúde do mundo. Só ancorado na rede privada e nos hospitais públicos, com certeza, nós teríamos uma saúde muito pior.

Então, quero aqui parabenizar o trabalho de vocês. Mais uma vez, é preciso reconhecermos o trabalho que é feito e, claro, de todos nós, e eu quero parabenizar tanto o Presidente Confúcio como o Senador Heinze, pela proposição. Também fica aqui a certeza, já atestada por vocês, do papel do Parlamento de ajudar o orçamento para as santas casas e também para os hospitais filantrópicos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar que na minha cidade, Rondonópolis, a santa casa, desde o início da sua construção, bem como a centenária Santa Casa de Cuiabá, que no ano passado fechou... Foi exatamente com emendas parlamentares, com o trabalho que fizemos, que conseguimos soerguer essas unidades, implantando serviços relevantes nessas duas santas casas de Mato Grosso e em todos os hospitais filantrópicos.

Quero, Sr. Presidente, perguntar a V. Exa., sobre requerimento meu, que já foi aprovado, que convida para uma sessão nossa representante da Eurofarma, da Hypofarma e também da Neoquímica, que são os produtores dos insumos básicos, dos anestésicos, dos bloqueadores.

E eu gostaria de pedir a V. Exa., saber da possibilidade de a gente fazer essa audiência, a primeira audiência, o quanto antes, se for possível, de acordo com o nosso calendário, porque hoje o drama que estão vivendo todos os hospitais, isso já foi falado aqui também nas nossas audiências, é por falta desses produtos, desses insumos básicos para manter os pacientes intubados. Casos graves nós já soubemos aqui, o próprio Senador Nelsinho Trad já trouxe isso, de UPAs terem que desintubar, de Unidades de Terapia Intensiva terem de desintubar pacientes por não terem o insumo básico para mantê-los intubados. Então, eu gostaria de pedir a V. Exa. que, antes do encerramento, definisse isso.

E agradeço imensamente a todos. Creio que estamos avançando muito nesta Comissão, principalmente na busca também dos insumos, das vacinas. Várias audiências fizemos. E V. Exa. tem demonstrado muita competência mesmo, com toda a calma que tem – exatamente por essa calma conseguiu levar tudo direitinho, para que a gente possa atender à sociedade, como é nosso objetivo nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Para seus comentários finais, como autor do requerimento, o Senador Heinze.

Eu não estou vendo o Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou aqui sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então está bom. Pode falar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, primeiro, vamos rasgar o baixeiro, como a gente diz lá no Rio Grande, na nossa terra.

A santa casa é de 1803 – de 1803, Senador Confúcio! –, se confunde com a história de Porto Alegre. Para quem for conhecer a santa casa, a praça central da cidade de Porto Alegre hoje é o centro da Santa Casa de Porto Alegre, uma maravilha que faz parte da história da cidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, apenas fazendo uma colocação com relação aos medicamentos, *kit* intubação, nós falamos com o General Pazuello dia 10, a Federação das Santas Casas do Rio Grande do Sul – o Julio estava presente, o Lucinei, o Wagner, enfim –, e mostramos a questão dos *kits* intubação, Senador Confúcio. Custava em média R\$24 um tal de Midazolam; é da sua área, não sou médico. O Ministério fez um pregão, e o Senador Izalci colocava isso ali, no dia 22 de março. Compraram lá 1,260 milhão de *kits* e foram distribuídos gratuitamente ao Brasil. Sabem por quanto compraram, Senador Confúcio? A R\$3 o Midazolam, que no mercado custava R\$24, em média; houve lugar no Rio Grande do Sul em que chegou a R\$38, veja o abuso a que chegou o preço por causa da lei da oferta e da procura. E o que V. Exa. falou que o Ministro da Saúde estava recebendo lá são 2,3 milhões desses *kits* intubação, que já hoje estão sendo distribuídos para todo o Brasil e vão atender, inclusive, à Santa Casa de Campo Grande, como o Senador Nelsinho Trad estava colocando.

Então, a gente agradece também à Vale do Rio Doce, que fez essa doação desses 2,3 milhões de *kits* intubação que vão também, da mesma forma, ser distribuídos para todo o Brasil.

Senador Confúcio, quero apenas fazer uma colocação com relação à questão das vacinas, que o Senador Wellington tem pilotado muito bem. Dos quatro laboratórios que V. Exa. me mandou, um relatório excelente, das quatro empresas brasileiras que podem produzir vacinas, seja da Fiocruz, seja do Butantan, enfim... E nós ampliarmos e muito a produção dessas vacinas.

Além da audiência que já foi feita nesta Comissão, hoje, só para relatar, a Dra. Meiruze, Diretora da Anvisa, com toda a sua equipe, Senador Wellington, está recebendo individualmente as quatro empresas, em reuniões de uma, duas horas, e, até o final da tarde, deve ter ouvido todas as empresas. E, aí, Senador Confúcio, o Senador Wellington, em acordo com V. Exa., com o próprio Presidente Rodrigo Pacheco, e com a ajuda também dos Senadores Izalci e Nelsinho Trad, que também têm se empenhado nessa questão... Amanhã nós estamos propondo uma conversa entre as quatro empresas, a Anvisa, o Ministério da Saúde, e o Ministério da Agricultura, para fazermos, juntamente com o Butantan e com a Fiocruz para ver se a gente consegue fechar essa posição, que há algum tempo...

Cumprimento o Senador Wellington Fagundes e esta Comissão, Senador Confúcio, que já tem trabalhado muito esse tema... Imaginem a capacidade de produção dessas empresas brasileiras, que são um orgulho para o Brasil, são empresas nossas que estão instaladas, duas em Minas Gerais e duas em São Paulo, que poderiam produzir uma quantidade enorme de vacinas para nós intensificarmos o programa de vacinação no Brasil. Então, apenas esse detalhe com relação às vacinas.

Eu quero agradecer... O Projeto 1.417 nosso já está apresentado, Mirocles – cumprimentando você e toda a sua equipe. Foi um pedido do Presidente Rodrigo Pacheco que nós apresentássemos o projeto. Então, a gente agradece também ao Presidente Rodrigo Pacheco, e agora vamos à sequência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, Senador Confúcio, a presença dessas 1.820 santas casas e entidades filantrópicas do Brasil, que fizeram esse relato maravilhoso, salvando vidas em todo o nosso País.

Então, um abraço a todos.

Quero agradecer ao Julio e dizer que o Dr. Nelson Ferreira é um neurologista, Confúcio, da minha cidade, São Borja, craque lá na Neurologia, e o Dr. Felicetti também, que é um craque também na Pneumologia, um pneumologista que temos lá, e o Dr. Kalil, que é um gastro da equipe da Santa Casa. Ele é meu colega. Ele é médico, eu sou agrônomo, mas nós somos colegas produtores rurais. Um abraço ao Dr. Kalil também.

Abraço a todos e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É preciso, como o Heinze acabou de expressar, emocionado, ter emoção mesmo. No que ele transcreveu aí, as palavras dele saem da alma, saem como uma verdade incontestável dos fatos. Uma Santa Casa do século XIX nem é bom pensar em fechar, no centro de Porto Alegre... É, impossível! Ela já pertence à população gaúcha, já é um bem patrimonial de todos, e já fez tanta coisa maravilhosa para o Estado do Rio Grande do Sul, assim como outras tantas, Brasil afora.

Sobre o que o Senador Wellington falou da inclusão da pauta dos laboratórios produtores de insumos, vamos incluir Senador Wellington. Estamos pensando aqui que, com a CPI funcionando em concomitância com a nossa Comissão, uma pode engolir a outra. Vamos ter que colocar as nossas pautas bem consistentes. Inclusive, o seu assunto virá, rapidinho ele virá em uma das audiências públicas próximas, tranquilamente. Nós estamos fazendo uma engenharia para apresentar à população qualidade nas nossas audiências públicas. Isso é indispensável. Os requerimentos estão aprovados, nós vamos colocar.

A Senadora Eliziane pede para que a gente trabalhe em consonância com a CPI. Eu não posso deliberar isso sozinho. Eu vou submeter esse requerimento dela, na próxima audiência pública, à uma discussão, abrir um debatezinho para saber se dá para fazer esse trabalho de um fornecer materiais e relatórios para o outro, para facilitar o trabalho também da CPI e vice-versa, trocar figurinhas. Eu vou deixar isso para deliberação. Não eu sozinho, não vou poder fazer essa deliberação.

De resto, quero agradecer essa aula. Não foi só uma audiência pública, foi uma aula magistral. Dr. Mirocles Campos Vêras Neto, Presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Brasil; Dra. Adriana Lustosa Eloi Vieira, do Departamento de Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social em Saúde; que tão bem se comportaram e esclareceram todas as perguntas e todos os esclarecimentos didáticos na abertura dos trabalhos, eu quero agradecer a vocês calorosamente pelo prestígio que deram a esta nossa Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a todos internautas, ao pessoal da TV Senado, que está transmitindo ao vivo este programa, esta audiência.

E convido a todos para a próxima reunião, a se realizar no dia 19 de abril, segunda-feira, às 10h. Uma audiência pública com o intuito de debater os protocolos que estão sendo utilizados no tratamento da Covid-19 no Brasil, tendo a participação do Conselho Regional de Medicina e também de outros profissionais da área, que vão debater entre si, para esclarecer a nós todos.

Assim sendo, satisfeito, eu declaro encerrada a presente reunião.

Uma boa tarde a todos vocês. Grande abraço. Grande abraço.

Muito obrigado. Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia dezenove de abril de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, e ainda do Senador não membro Vanderlan Cardoso. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Marcos do Val e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a respeito de protocolos utilizados para o tratamento da Covid19 no Brasil.(Requerimentos n.ºs. 23 e 43/2021). **Participantes:** Natália Pasternak, Presidente do Instituto Questão de Ciência (IQC); Fabrício Silva, Médico intensivista; Donizetti Dimer Giamberardino Filho, 1º vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM); e Margareth Dalcolmo, Médica e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 47, de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Antônio Barra Torres, informações sobre as providências já adotadas pela Anvisa para avaliar a possibilidade de utilização das estruturas industriais destinadas à produção de vacinas animais para a produção de vacinas contra a covid-19, conforme discutido na reunião da Comissão Temporária covid-19 de 29 de março de 2021." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 49, de 2021** que: "Requer para fins de realização da 17ª reunião, a realizar-se no dia 22 de abril de 2021, incluir no debate o tema: 3) Saldos existentes nos fundos de saúde municipais e estaduais e o uso eficiente dos recursos repassados pelo Governo Federal no enfrentamento da pandemia; e incluir convidados." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento Nº 50, de 2021** que: "Requer que seja convidado o Ministro da Defesa e Presidente do TCU a fim de prestar informações sobre o relatório elaborado pela área técnica do TCU, que recomenda aos membros da corte a abertura de processo para analisar a conduta do general Walter Braga Netto no combate à pandemia." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento Nº 51, de 2021** que: "Requer sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o erro na adoção da chamada "técnica experimental de nebulizações de cloroquina", que acarretou a morte de pacientes em Manaus/AM, as pessoas: Doutora Michelle Chechter, Médica e o Doutor Gustavo Maximiliano Dutra, Médico." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e três minutos. Após



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/04/19>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos, Senadoras e Senadores, e nossos ilustres convidados para hoje. Bom dia aos internautas. Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função “levantar a mão” do aplicativo.

A ordem da fala será primeiro ao Relator; em seguida aos titulares inscritos; depois aos suplentes; e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos número para a ata? (*Pausa.*)

Ainda não. Então, deixo a ata para depois, para a aprovação – até completar o número regimental.

A presente reunião trata de audiência pública com o intuito de debater protocolos – observem bem: protocolos! – utilizados para tratamento da Covid no Brasil. Há uma série de divergências por aí; então, vamos debater aqui com especialistas os protocolos.

Contamos com a presença dos seguintes convidados: Donizetti Dimer Giamberardino Filho, que é Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, que está acompanhado de Gabriella Belkisse, assessora do Conselho Federal de Medicina; Natalia Pasternak, Presidente do Instituto Questão de Ciência (IQC - USP/São Paulo); Dra. Margareth Dalcolmo, médica e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); e Fabrício Silva, médico intensivista e Supervisor Médico da UTI Cardiológica do Hospital DF Star, aqui de Brasília. São esses os nossos ilustres convidados para hoje, para esse debate.

Antes de iniciarmos a fala dos nossos convidados, eu faço alguns esclarecimentos.

Vou tomar um pouquinho de água aqui. (*Pausa.*)

Há o Requerimento nº 48, de autoria da Senadora Eliziane Gama, que requer ação conjunta e compartilhada entre esta Comissão e a CPI da pandemia. Foi submetido à Consultoria do Senado e aguardamos parecer para discussão aqui na nossa Comissão. Então, Senadora Eliziane, aguarde um pouquinho até nós termos a resposta.

Por conta dos compromissos prévios a Dra. Margareth Dalcolmo atenderá esta audiência ao final e fará no momento oportuno a sua contribuição a esta reunião. Ela é professora e está num curso de pós-graduação. Ela vai abrir um espaço na aula dela para nos ajudar e contribuir com o seu conhecimento.

Fico muito feliz que já tenhamos preenchido bastante as vagas na nossa Comissão com a entrada e indicação dos partidos de nomes valorosos e enriquecedores para um debate oportuno. A coisa não está boa; nós sabemos disso. Sempre ficamos preocupados com os relatórios finais, ou relatórios parciais, mas chegou a hora de a gente resolver essas nossas pendências de ordem prática, para nós podermos já ter soluções, para as cobranças necessárias ao Ministro da Saúde, a quem possa interessar, para que possamos justificar a nossa Comissão de verdade.

Então, vamos lá, vamos começar com os nossos convidados. Eu vou passar a palavra primeiro para a Dra. Natalia Pasternak.

O tempo é o seguinte, Dra. Natalia, Donizetti, Margareth e Fabrício: o tempo inicial é de 15 minutos para cada um, para não nos delongarmos mais. Depois, teremos os debates com os Senadores. Vocês terão condição de complementar muitas ideias que vocês não utilizarão nesses 15 minutos iniciais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quem for projetar eslaides, é só tocar embaixo do computador de vocês no "compartilhar tela". Ai, automaticamente, você pode projetar seus eslaides.

Com a palavra a Dra. Natalia Pasternak, pelo tempo de 15 minutos.

A SRA. NATALIA PASTERNAK TASCHNER (Para expor.) – Muito obrigada, Sr. Presidente da Comissão, Srs. Senadores, colegas, é um prazer poder falar nesta Casa e contribuir para que a gente consiga discutir aqui os protocolos que se tornaram uma controvérsia no Brasil.

Eu não vou usar eslaides e eu prometo ser breve, usar menos do que os 15 minutos, deixando mais tempo para a discussão, que acredito que seja o mais relevante.

Em 1793, houve uma epidemia muito grave de febre amarela na Filadélfia. Naquele tempo, havia um médico, que era o médico mais renomado da cidade, talvez até dos Estados Unidos, chamado Benjamin Rush. Ele era um homem muito à frente do seu tempo, inclusive, defensor dos direitos dos negros e das mulheres e um médico muito, muito dedicado, tanto que, quando vários médicos fugiram da cidade, por causa do surto de febre amarela, ele ficou para tratar dos doentes.

Naquela época, a gente ainda não tinha o conhecimento que a gente tem hoje sobre ensaios clínicos randomizados, sobre medicina baseada em evidências. E Benjamin Rush tratou os pacientes do jeito que ele achava que era o melhor, de acordo com a medicina da época, que era baseada em sangria e em alguns remédios contento, por exemplo, metais pesados, como mercúrio. Benjamin Rush tratou aquela epidemia de febre amarela na Filadélfia sangrando as pessoas e dando metais pesados para elas. Ele tinha certeza de que ele estava ajudando os pacientes, ele via com seus próprios olhos como os pacientes melhoravam com a técnica da sangria e do uso do mercúrio.

Todos relatos históricos mostram que Benjamin Rush era um homem excepcional, extremamente bem-intencionado e que realmente queria cuidar dos seus pacientes da melhor forma possível. Essa era, na cabeça dele, a melhor forma possível. Ele tinha certeza de que estava curando pessoas e morreu achando que realmente tinha curado muita gente e tinha vencido a epidemia de febre amarela na Filadélfia, tratando com sangria e com mercúrio. Naquela época, ele não tinha como saber melhor, mas hoje nós temos.

Também foi mais ou menos naquela época, na metade do século XVIII, que James Lind, um médico naval, na Inglaterra, da marinha britânica, fez o primeiro teste clínico da história. Esses testes clínicos randomizados de que a gente tanto ouve falar hoje em dia começaram com a ideia de um médico da marinha britânica chamado James Lind. Naquela época o escorbuto matava mais do que as guerras. Eles perdiam muito mais marinheiros para uma doença que eles não faziam a menor ideia do que era. Ninguém sabia de vitamina C naquela época, ninguém nem acreditava que as doenças pudessem ser causadas por alguma coisa na alimentação. Era o tempo da sangria e da teoria dos humores. Toda a medicina da época era baseada nos humores, que eram fluidos que eles acreditavam que regiam a nossa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde. O corpo humano era formado por quatro fluidos ou humores, e, quando um desses fluidos ficava desbalanceado, a pessoa ficava mal-humorada ou doente. Essa era a melhor medicina da época. E os marinheiros geralmente eram sangrados para equilibrar um desses fluidos. Logicamente, morriam muito mais.

James Lind foi o primeiro que questionou se aquela medicina realmente fazia sentido. Ele pegou vários diários de bordo anteriores, de viagens anteriores e percebeu uma correlação: ele viu que todos os navios que carregavam frutas cítricas tinham muito menos doentes e resolveu fazer um teste clínico. Naquela época, foi um teste superprecário, com apenas 12 marinheiros divididos em duplas. Cada dupla recebeu um tratamento diferente, que podia ser vinagre, ácido sulfúrico, água do mar, uma mistura de mostarda com especiarias e limão e laranjas. Bom, eu não preciso dizer para vocês que, obviamente, a dupla de marinheiros que recebeu limão e laranja se recuperou muito mais rápido do que as demais.

Esse foi, talvez, o primeiro teste clínico da histórica. James Lind tomou o cuidado de que esses marinheiros separados em duplas recebessem exatamente o mesmo tratamento. Eles ficaram alojados no mesmo lugar, eles tinham a mesma alimentação, eles tinham os mesmos cuidados; a única coisa diferente era o tratamento que eles estavam recebendo: ácido sulfúrico, água do mar ou os limões e laranjas. E deu muito certo. Lind realmente conseguiu mostrar que limões e laranjas curavam aquela doença que eles nem sabiam o que era, o escorbuto. E ele foi rechaçado pela comunidade médica da época, porque, imaginem, que absurdo! Quem é esse cara para dizer que toda a nossa teoria de humores não funciona. Todo mundo sabe e todo mundo tem certeza de que o melhor tratamento é a sangria, porque todas as doenças são causadas por um desequilíbrio dos humores. James Lind demorou cinquenta anos para conseguir comprovar que a sua teoria de que a doença era causada por uma carência de frutas cítricas – eles nem falavam em Vitamina C ainda na época – era verdade. Depois de cinquenta anos, finalmente a Marinha britânica adotou carregamentos de limões nos navios e, inclusive, a Marinha britânica ficou conhecida depois disso como *limeys*, porque eles levavam sempre um carregamento de frutas e, com isso, eles não perderam mais marinheiros.

Essa mentalidade de testar medicamentos começou ali e foi se aprimorando com o tempo. Hoje os testes clínicos não são mais feitos igual na época de Lind, com 12 pessoas e sem nenhum tipo de grupo controle ou placebo. Hoje a gente aprimorou muito isso. E a gente tem o que a gente chama de padrão ouro de testes de medicamentos, que é justamente uma comparação entre grupos, como Lind fez, mas a gente aprimorou muito essa comparação. Hoje a gente usa grupos grandes de pessoas, divide esses grupos em grupo de tratamento e grupo controle. A gente usa um placebo para comparar com o tratamento, que é uma pílula de mentira, uma pílula de farinha ou uma injeção de soro fisiológico, é qualquer coisa inerte, que não tenha nenhum princípio ativo, mas que tenha o mesmo racional: a pessoa tem que tomar um comprimido igual ao do grupo tratamento, ou tem que receber uma injeção, e ela não pode saber o que está acontecendo, nem o pesquisador que está aplicando o teste pode saber. É o que a gente chama de duplo cego. Por quê? Porque nós temos vieses. Assim como Benjamin Rush tinha certeza de que ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava ajudando os pacientes, nós também enxergamos coisas, também temos certezas, e é para diminuir essas nossas certezas – que, na verdade, são vieses – que fazemos os testes clínicos randomizados duplo cego e com grupo placebo. Essa é a melhor maneira de diminuir os nossos vieses e ter um resultado confiável, um resultado que vem de uma comparação justa, em que milhares de pessoas foram tratadas, um grupo com o medicamento que eu quero ver se funciona e um grupo com um placebo. E essa comparação vai me dizer se foi o meu medicamento, a minha intervenção que deu algum resultado.

Quando a gente traz isso para realidade do Brasil hoje, a gente percebe que, infelizmente, mesmo que bem-intencionados, ainda há uma porção muito grande de médicos e associações que têm certeza de que estão fazendo o melhor pelos seus pacientes, mas não estão usando a ciência que a gente conquistou nesses últimos duzentos anos.

A ciência vem para ficar de mãos dadas com a Medicina e com a saúde pública, e não para antagonizá-la. A ciência serve para embasar a Medicina, para que médicos tenham a tranquilidade de receitar medicamentos que eles sabem que passaram por esses testes e que, por isso, por haver uma base científica, podem receitar.

A ciência deve ser vista, então, como uma aliada da Medicina, e é neste papel que eu me coloco hoje aqui: como cientista – eu não sou médica. A minha formação é como microbiologista. Eu fiz o meu doutorado e todos os meus pós-doutorados em Microbiologia. Esse meu trabalho com ciência é o que me ajuda a fazer essa ponte entre a ciência e a Medicina, a ciência e a saúde pública, para que a gente possa ter decisões informadas e baseadas na melhor evidência científica possível.

Existem vários tipos de estudos científicos que têm sido reportados para tentar validar o uso do chamado *kit* Covid ou tratamento precoce, que causou tanta controvérsia no Brasil. Se a gente pegar os melhores estudos – esses que são o padrão ouro, o duplo cego, randomizado, com grupo placebo –, a gente vai ver que, infelizmente, vários componentes desse *kit* Covid já foram desmentidos. Não é que não existem evidências ainda; é que já existem evidências de que esses medicamentos não funcionam. Para cloroquina e hidroxicloroquina, nós temos mais de 30 trabalhos feitos no padrão ouro que mostram que esses medicamentos não servem para Covid-19. Para ivermectina, nós temos trabalhos também que demonstram que não serve e uma série de trabalhos que são muito malfeitos e muito inconclusivos. Infelizmente, muitos médicos acabam se fiando nisso, talvez como Benjamin Rush, numa tentativa desesperada de haver alguma coisa para oferecer para os seus pacientes. Outros componentes desse *kit* Covid, como vitaminas, zinco, anticoagulantes, não são indicados para o tratamento, e, principalmente, alguns deles são perigosos. Pessoas não devem receber em casa anticoagulantes e corticoides para tomar sozinhos, sem supervisão médica; isso é perigoso para a saúde dos pacientes. Antibióticos não devem ser receitados sem retenção de receita e sem uma prescrição para uma infecção bacteriana – antibióticos não servem para infecções virais. E esse *kit* contém um antibiótico que está sendo usado indiscriminadamente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil inteiro, sendo que existem instruções muito claras, inclusive de sociedades de Microbiologia de que eu faço parte, para que a gente não use antibióticos de forma indiscriminada, porque isso pode acabar selecionando bactérias multirresistentes e dar origem a um novo problema de saúde pública de que realmente nós não precisamos. A gente tem, então, um *kit* cheio de medicamentos que não só não servem para Covid-19, como, em combinação, nunca foram estudados. E nós sabemos muito bem que existem vários problemas de interação medicamentosa quando misturamos um monte de remédio dentro de um saquinho, como está acontecendo no *kit* Covid.

A hidroxicloroquina, por exemplo, é um remédio que, quando tomado isoladamente e com acompanhamento médico, não vai fazer mal, mas precisa do acompanhamento médico, porque é um imunossupressor, é um remédio usado para a malária com muito sucesso e também para algumas doenças autoimunes. E as pessoas que têm doenças autoimunes e fazem uso constante desse medicamento precisam de acompanhamento médico, porque podem acontecer efeitos colaterais cardíacos, problemas de retina... E essas pessoas estão acompanhadas. Não é a mesma coisa que distribuir isso indiscriminadamente para milhões de pessoas durante uma pandemia.

Como esse remédio também é um imunossupressor, ele é muito usado em estudos científicos, sabe para quê? Para desligar um mecanismo de autofagia, que é um mecanismo que o nosso fígado usa, por exemplo, para fazer renovação celular. E o fígado é justamente o órgão responsável por destoxificar e processar medicamentos que a gente toma. Então, imagine você tomando, no mesmo *kit*, um medicamento que inibe essa função do fígado e outros medicamentos – um monte – que vão sobrecarregar o fígado, e ele com a sua função inibida. Por isso, pessoas que estão fazendo uso desse *kit*, onde há ivermectina, por exemplo, que é uma droga bastante hepatotóxica, e a hidroxicloroquina combinadas, estão indo parar na fila dos transplantes ou morrendo.

Então, já não é mais o momento de a gente fazer sangria. Esse século já passou. Nós estamos no século XXI, nós temos acesso à ciência, nós temos acesso à Medicina baseada em evidências. E nós sabemos o perigo de combinar medicamentos que nunca foram estudados em conjunto; nós sabemos o perigo de receitar medicamentos sem indicação; e nós sabemos principalmente o perigo de fazer isso num momento frágil, quando as pessoas estão desesperadas, quando as pessoas estão com medo e quando médicos também precisam de um respaldo e de diretrizes claras do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina e das sociedades de classe para conseguir ter tranquilidade na sua prática médica.

As sociedades médicas de especialidades todas já se pronunciaram contra o uso do *kit* Covid do tratamento precoce: a Sociedade Brasileira de Infectologia, a Sociedade Brasileira de Pneumologia, de Imunologia, de Microbiologia, de Médicos de Família, de Médicos Intensivistas... E a lista continua. As sociedades de especialidades já se pronunciaram – e muito claramente – com notas técnicas dirigidas à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade médica, para que os médicos tenham a tranquilidade de fazer uma prática baseada em evidências científicas.

Infelizmente o Conselho Federal de Medicina...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ...
Concluir, por favor.

Doutora, aguarde só um pouquinho que a senhora continuará.

A SRA. NATALIA PASTERNAK TASCHNER – Estou concluindo.

Infelizmente o Ministério da Saúde e o Conselho Federal de Medicina não deram ouvidos às sociedades médicas de especialidades, que fizeram os seus apelos para que a Medicina no Brasil seja baseada em evidências científicas e não em achismos, nem ideologias.

Então, fica aqui o meu apelo, em nome do meu instituto, que preza por políticas públicas baseadas em evidência científica, e em nome dessas sociedades que fizeram publicamente os seus apelos, para que a gente tenha uma Medicina no Brasil baseada em evidência científica.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Obrigado, Dra. Natalia. O assunto realmente é interessantíssimo para todos nós.

Vamos passar agora ao Dr. Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, que está acompanhado de Gabriella Belkisse, Assessora do Conselho.

V. Sa., Dr. Donizetti, pode falar pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia.

Agradeço, em nome do Conselho Federal de Medicina, a oportunidade de nos manifestarmos sobre o assunto talvez mais palpitante em nossa sociedade no momento. Aliás, como bem foi dito, uma sociedade fragilizada, uma sociedade com medo.

Queria colocar, de forma rápida, que o Conselho Federal de Medicina é um conselho de classe cuja competência legal é fiscalizar, supervisionar e julgar o exercício da Medicina. A sua principal resolução, a sua resolução-mãe, é o que chamamos Código de Ética Médica, nº 2.227, de 2018, em sua última revisão, e ele deve ser cumprido na sua totalidade. Existem normas hierarquicamente inferiores, como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pareceres, mas sempre uma resolução vai ter um cunho maior, mais importante e predominante nesse sentido.

O Conselho Federal de Medicina entende que a autonomia de um médico é sempre limitada à beneficência e à não maleficência, isto é, se o médico ultrapassar qualquer limite, é de sua responsabilidade isso. Então, o parecer que foi feito em abril do ano passado sobre uma circunstância de abril do ano passado colocou, para uma doença desconhecida, a autorização de uso de medicamentos *off label* – não estou falando de medicações experimentais.

O uso de medicação *off label* é feito tradicionalmente na nossa Medicina. A nossa Medicina, ao longo de milhares de anos, é constituída da famosa frase "ciência e arte", a ciência científica, que cada vez mais predomina, e a arte de ser médico, que se refere à relação interpessoal, à relação médico-paciente, de confiança, que é o principal remédio.

Esse parecer simplesmente autorizou o uso de medicação *off label*. Em nenhum momento, ele autorizou qualquer procedimento experimental fora do Sistema CEP/Conep. O Conselho Federal de Medicina não recomenda e não aprova tratamento precoce e não aprova também nenhum tratamento do tipo "protocolos populacionais". O que ele fez foi uma autorização fora da bula em situações individuais e com autonomia das duas partes, ou seja, firmando consentimento esclarecido e informado.

Então, o que eu quero colocar? Esse parecer não é *habeas corpus* para ninguém. O médico que, tendo evidências de previsibilidade, prescrever medicamentos *off label* e isso vier a trazer malefícios porque essa prescrição foi inadequada, seja em dose ou em tempo de uso, pode responder por isso. Então, eu acho que, nesse tocante, a questão que se repara é a importância que se está dando a isso.

O Código de Ética Médica está em pleno vigor nesta pandemia. Nós consideramos principalmente, quando nós analisamos um ato médico, quatro principais deveres, baseados no autor Genival. O médico deve ter dever de atualização – isso se chama dever de conhecimento científico; o médico, no seu ato médico, deve ser diligente, ele deve fazer tudo o que for possível, ao alcance de seu paciente, em situações de reconhecimento científico; o médico tem o dever de informação – então, qualquer médico que for fazer uma prescrição *off-label* de qualquer ordem tem que deixar o seu paciente devidamente informado; e o médico não deve se exceder em tratamentos excepcionais ou exames excepcionais.

O que eu quero colocar é que o Código de Ética Médica é muito claro no seu capítulo de responsabilidade profissional e na publicidade também, porque também é uma infração ética qualquer publicidade de qualquer tratamento não reconhecido. Então, nesse sentido, mediante denúncia formal, qualquer situação dessa ordem vai passar pelos procedimentos administrativos que existem no nosso rito processual.

Bem, desse parecer aprovado em abril do ano passado, nós passamos um ano, e até hoje, por exemplo, não temos ainda evidência científica de que o tratamento precoce tenha influência ou cause





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefícios efetivos, mas nós ainda permitimos que esse médico prescreva *off-label*, mediante sua responsabilidade. A autonomia está de mão dada com a responsabilidade, mas, até a presente data, de fato, não se reconhece isso ainda. Então, é algo que preocupa, mas que é muito discutido.

Nós tivemos uma questão interessante, porque nós temos que nos basear sempre em evidências científicas. A medicina caminha somente dessa forma, mas, muitas vezes, algumas verdades podem ser efêmeras. Em lembro que, em 2009, na pandemia de influenza, a Organização Mundial da Saúde, o Ministério da Saúde e o Conselho Federal de Medicina não recomendavam o uso do oseltamivir; hoje, nós o usamos para todo o tratamento. Então, não estou dizendo, com isso, que está correto usar medicações sem base científica; não, eu só estou dando exemplo para mostrar que as verdades médicas, as verdades científicas têm, às vezes, um curto período, elas se modificam muito.

Nesse sentido, o que eu quero colocar é que a posição do Conselho Federal de Medicina é essa que nós colocamos.

Em relação a outros tratamentos para síndrome inflamatória sistêmica, são os mesmos tratamentos para outras infecções que causam essa mesma síndrome. Nós já tínhamos feito uma plataforma no ano passado, mas, recentemente, lançamos uma nova plataforma junto com o Ministério Público Federal e o Conselho do Ministério Público Federal, para que todos os profissionais, todos os médicos possam apontar as suas dificuldades, os seus temores, as suas angústias, que todos nós estamos vivendo.

Como estamos? Posso colocar assim: o caminho é a vacinação; o segundo passado é vacinação, só que nós não temos vacinação no número que nós desejávamos. Nós temos uma vacinação a conta-gotas. Então, nós precisamos dos esforços de todos os legisladores, todos os executivos, na compra da vacina. Não é fácil, mas nós temos que buscar isso. Talvez o melhor caminho fosse ter as fábricas no Brasil. Talvez a melhor estratégia teria sido essa. E nós sabemos que essa vacinação a conta-gotas tem um efeito menos efetivo do que o de uma vacinação em massa.

O que que nós temos aí? O que nós temos que fazer? Uso de máscara, higienização das mãos. Precisamos de políticas públicas de conscientização da população nos diferentes níveis de liderança. Nós não precisamos de posturas públicas que confundam a população. Isso é um desserviço.

Temos vários problemas com a capacidade instalada. A segunda e a terceira ondas superaram a capacidade de lei e sua estrutura. Então, Nós temos uma capacidade instalada subdimensionada hoje para essa pandemia. Nós perdemos força de trabalho, entre 30% e 40%, restrição de respiradores e de EPIs e temos ainda problemas de oxigênio e insumos básicos anestésicos. Se nós não estamos conseguindo vencer essa doença a contento, pelo menos não podemos permitir um drama de dignidade humana, que as pessoas gravemente enfermas ainda fiquem conscientes num sofrimento muito exacerbado. Isso é uma questão de cunho... É algo inaceitável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, principalmente, nós temos conhecimento de que o vírus só caminha com o homem, com a pessoa. Então, qualquer questão de mobilidade humana vai ser um fator que pode aumentar a propagação desse vírus. Nesse sentido, o distanciamento social equilibrado, feito com critérios epidemiológicos baseados em taxa de transmissão e na capacidade de leitos disponíveis tem que ser considerado.

Também acho preocupante a municipalização da decisão. Nós teríamos que fazer as decisões sobre esse distanciamento em micro, macrorregiões, onde haja a circulação das pessoas. Não há sentido, numa região metropolitana, determinado Prefeito não fazer o distanciamento. Isso pode atrapalhar em muito a eficácia. Então, nós temos que ter ações mais conjuntas. A municipalização é um direito, mas a descentralização tem limites para sua eficiência.

Estamos muito preocupados. Do que nós não precisamos? Nós não precisamos de posturas públicas que confundam orientações sanitárias; nós não precisamos de que a tragédia da pandemia seja utilizada como mecanismo de busca de poder, ou seja, politizada; nós não precisamos de que empresas patrocinem a publicidade do *kit* covid; não precisamos de posturas públicas alarmistas. Precisamos, sim, de transparência. Precisamos de informação. Aliás, o Conselho Federal de Medicina se posicionou totalmente contra qualquer medida de tratamento de massa. Ele se posicionou contra o aplicativo TrateCOV, de que o Ministério aceitou sua retirada. E também, em nenhum momento, o Conselho Federal de Medicina aprovou qualquer *kit*. Ele simplesmente autorizou o uso de medicação *off-label* individual. É muito diferente. E, assim, eu acho que...

O que que nós precisamos hoje? De muita união, precisamos do conhecimento científico, precisamos de que as forças sejam a luta pela vida e pela dignidade humana. A busca é isso. Eu acho que, como médico, eu digo isto e repito: se nós não podemos salvar vidas, nós temos que deixá-las com dignidade. Nós não estamos conseguindo isso. Se nós tivermos carência de oxigênio, pessoas morrendo sufocadas, morrendo conscientemente sem uso de anestésicos, nós não estamos fazendo o mínimo pelo outro.

E eu acho, eu não posso deixar de falar, que neste momento é fundamental o agradecimento a todos os profissionais de saúde, a todos aqueles que estão labutando contra essa pandemia, expondo suas vidas. E é uma reverência que todos nós temos que fazer a quem foi vocacionado para ajudar o próximo, para fazer o bem. Então, eu entendo que, dessa forma, estou colocando que o Conselho Federal de Medicina não aprova tratamento precoce, não aprova tratamento de massa; ele simplesmente autorizou o uso de medicações *off-label*. Se algum médico exceder a isso, ele deve responder por isso. Então, entendo dessa forma.

Eu acredito que todos nós estamos trabalhando contra essa pandemia. É uma luta difícil e nós precisamos da união. Não precisamos de oportunismo, não precisamos de corrupção. Precisamos, sim, de união.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Donizetti Dimer, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Fabrício Silva, médico intensivista, Supervisor Médico da UTI Cardiológica do Hospital DF Star aqui de Brasília.

Então, com a palavra, Dr. Fabrício Silva, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. FABRÍCIO SILVA (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio! Bom dia, Senadores e demais colegas que participam desta Comissão!

Queria, primeiramente, agradecer a oportunidade e dizer que é uma imensa honra poder trocar um pouco de ideia a respeito dessa pandemia, que é tão avassaladora no nosso País.

Bom, na verdade, eu tenho entendido que esse debate, no contexto do paciente na fase inicial da doença, é um debate que hoje não só no Brasil, mas mundialmente, acabou se politizando. Então, é um debate que tem vieses políticos, questões sanitárias e que, eventualmente, se esbarra na execução e na boa condução dessa pandemia aqui no País.

Mas algo que é inegável, e hoje meu principal papel e meu principal caminho de ação tem sido o paciente crítico com Covid, é justamente que hoje, no Brasil... A gente tem uma estatística que não é apurada, mas, para a cada dez pacientes que são intubados, quase oito evoluem para óbito. É uma estatística extremamente alarmante e preocupante.

Nesse contexto, eu enxergo como algo urgente que a gente tenha, pelo menos, algo inicial de padronização no tratamento dos pacientes críticos. E não diria em pacotes de terapia ou alguns *kits* de tratamento para esses pacientes graves não. Hoje, no Brasil, a gente tem uma heterogeneidade em relação a serviços de saúde, isso tanto no quesito de estrutura quanto no de recursos humanos. Tivemos, inclusive – e acho que foi muito louvável –, uma tentativa dos conselhos de tentar acelerar a formação de médicos no último ano, para aumentar o número de profissionais que trabalham na linha de frente, mas é inegável – falo como profissional médico – o quanto nós saímos ainda imaturos da faculdade, da graduação, e definitivamente não preparados para atuar em um cenário tão grave quanto o do paciente em terapia intensiva ou de emergência com Covid. E hoje não dá para dizer que... A gente coloca esses colegas médicos numa sala de emergência, e a realidade do País hoje é que as salas de emergência viraram verdadeiras terapias intensivas, onde o paciente está intubado, onde o paciente recebe drogas vasoativas, sedações, que é algo bastante difícil de manejar.

Então, na verdade, eu gostaria de apresentar uma ideia simples, mas que eu trouxe para o debate, para compartilhar com os senhores. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os senhores enxergam a minha tela? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ainda não.

Pede-se para dar um clique duplo para entrar no modo "tela cheia". (*Pausa.*)

Isso! Agora está bom. Pode continuar.

O SR. FABRÍCIO SILVA – Então, a ideia consiste... Eu até criei um título para o projeto, que se chama CritiCovid, em que a gente teria uma abordagem e a estabilização do paciente crítico com Covid-19. Hoje é inquestionável que, quanto ao paciente que evolui para a forma grave, independentemente de qualquer crença ou viés político, todos os colegas médicos e a população leiga enxergam que esse paciente precisa de cuidados específicos. São poucas as pessoas que ousam trocar opiniões a respeito desse paciente, porque realmente é um paciente extremamente difícil de se manejar.

A ideia do CritiCovid era a de a gente criar uma cartilha para padronizar a abordagem inicial e a estabilização do paciente de maior gravidade com Covid-19. Então, obviamente, o papel dos profissionais de saúde, seja médico, enfermeiro ou fisioterapeuta, é individualizar o cuidado. Contudo, algumas medidas de terapia intensiva ou de manejo de pacientes graves devem ser padronizadas, e essa padronização tem que conseguir atingir as diferentes formas de profissionais, desde aqueles recém-formados aos grandes experientes da terapia intensiva, na tentativa de reduzir essa alarmante estatística que o paciente crítico apresenta hoje no Brasil.

Como se daria essa padronização? Através de cartilhas com métodos de sedação e analgesia.

Hoje, Srs. Senadores, o paciente que está em situação crítica de Covid e que, eventualmente, é intubado precisa ser bem sedado, induzido ao coma, e essa sedação não é algo simples; precisa de uma articulação adequada de doses de drogas. E, mais do que isso: no Brasil, hoje, há uma heterogeneidade de distribuição dessas medicações. Então, é preciso tentar entender adequar isso à realidade de cada região do País, que é um País continental, e tentar padronizar ou, pelo menos, deixar algo mais mecânico, para que o colega consiga dar os primeiros passos de uma sedação otimizada, porque isso repercute imediatamente na capacidade de oxigenação desses pacientes.

Desculpem-me se eu trago alguns termos técnicos. Estou tentando ser bastante simples na linguagem, para os senhores entenderem que o tratamento do paciente crítico precisa ter uma linha de cuidado única de norte a sul. Isso incluiria também as rotinas de enfermagem e de fisioterapia no manejo do chamado paciente grave.

E a gente entende que o enfermeiro, e especialmente os fisioterapeutas, no manejo da ventilação mecânica, são primordiais. Eles são protagonistas no atendimento. E se a gente não puxar essas classes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o envolvimento direto no cuidado e corresponsabilização, nós não teremos uma otimização desse tratamento dos pacientes graves.

Quais seriam os métodos? E aí, obviamente, eu estou bastante aberto a sugestões e eu gostaria que a Comissão tentasse sugerir realmente, porque eu pensei em algumas ideias. Inicialmente, uma cartilha em PDF com as principais drogas no manejo da ação do paciente intubado, o passo a passo no manejo da ventilação mecânica, o que não é algo simples. Também não adianta a gente ter ventiladores e não saber utilizar os equipamentos que nós temos, e, especialmente, adequar esse ajuste ao paciente de Covid. Tivemos já outras pandemias, como a da H1N1, e, mesmo a gente tentando extrapolar o manejo dos pacientes com H1N1, hoje com o Covid-19 é diferente. Então, tem que haver um treinamento específico para esta atual pandemia.

Aplicativos de celulares são uma opção para o cálculo de doses, mas eu acho que isso ficaria para um segundo momento.

Eu pensei em uma central telefônica, via Ministério da Saúde, ou até mesmo – temos eu e o superintendente do Conselho Federal de Medicina – via CFM, uma central telefônica com plantão de 24 horas para discussão dos casos clínicos em cima dessa cartilha do paciente crítico, onde tivéssemos fácil acesso do colega que está na ponta, na linha de frente, e conseguíssemos discutir as dúvidas mais corriqueiras do dia a dia. Obviamente, teríamos que organizar um treinamento, uma capacitação com vídeo aulas para, cada vez mais, isso ser difundido.

Eu coloquei aqui um exemplo desse paciente 360 graus, que é uma tecnologia brasileira de um professor da Universidade Estadual de Londrina, o Canesin, que é um cardiologista, e do Fabrício Furtado, também cardiologista. Ambos criaram um paciente que é um simulador virtual em que você consegue realizar simulações clínicas em tempo real e discutir com o aluno sobre diversas situações. De repente, pensar-se em modelos para a pandemia da Covid-19.

Obviamente, a gente precisaria ter o envolvimento de diversas associações, conselhos e entidades, porque a nossa expectativa é de que haja um amplo acesso, uma ampla divulgação. Inicialmente, eu pensei nas associações de medicina intensiva, de anestesiologia e de medicina de emergência. São associações que estão diretamente relacionadas ao cuidado desses pacientes críticos. Obviamente, em uma pandemia, todas as associações médicas, todas as associações de saúde deveriam estar ligadas ou interessadas nesses serviços, mas eu tentei envolver aqueles que, diretamente, teriam uma ação mais de ponta.

Eu tentei envolver a Associação Brasileira de Enfermagem, para colocar o enfermeiro como protagonista no cuidado e envolvê-lo na responsabilização do atendimento desse paciente crítico. A Sociedade Brasileira de Fisioterapia... Obviamente, o fisioterapeuta não é um profissional que tem fácil disponibilidade em todas as salas de emergência do País, mas criarmos, em tempos de tanto serviço, um



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

esquema de visitas direcionadas ou até mesmo com ligações telefônicas para conseguirmos ter uma otimização desses pacientes graves.

Eu coloquei a American Heart Association, que é a Associação Americana de Cardiologia. No Brasil, hoje, ela se personifica na figura do Prof. Hélio Penna, do Hospital do Coração, em São Paulo, na tentativa de difundir os treinamentos médicos desses pacientes graves, uma vez que American Heart já tem bem estruturados todos os seus algoritmos e protocolos para treinamentos de pacientes com paradas cardíacas e outros cenários de emergências maiores, e tentando envolver essas associações para conseguirmos, além de maior credibilidade, uma maior viabilidade para o projeto.

É inquestionável que o Senado Federal teria um papel primordial nessa luta, e acho que esta Comissão que está criada mostra o interesse da Casa em realmente combater a pandemia de maneira austera no Brasil. E não temos como não envolver o Ministério da Saúde, que é o órgão máximo de representação da saúde no País, para tentar atingir todas as classes de saúde no Brasil.

De maneira geral, a ideia se resume a isso. E, se possível, eu gostaria depois de abrir para debates e questionamentos.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Fabrício. Muito agradecido pela sua participação, como um médico prático, do dia a dia. Muito importante!

Vamos fazer o seguinte: a Dra. Margareth Dalcolmo vai entrar a qualquer momento, mas, como ela está em aula, vai abrir um espaço lá para nós a ouvirmos. Vamos começar o debate; na hora em que ela entrar, a gente abre o espaço, ela apresenta; e posteriormente nós continuamos.

Havendo número regimental, coloco em votação a ata da 15ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata da 15ª Reunião.

Bem, então agora vamos aos debates. Vamos fazer em blocos de três.

Eu gostaria que todos os convidados fossem anotando as perguntas que lhes forem referidas para facilitar as suas respostas.

No primeiro bloco, logicamente, o nosso primeiro Senador a falar será o Senador Wellington Fagundes, que é o Relator; o segundo, Styvenson Valentim; e a terceira é a Senadora Eliziane Gama. Esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o primeiro bloco. O segundo bloco é: Senadora Zenaide Maia, Senadora Kátia Abreu, Senador Esperidião Amin. E, como ficou faltando só o Oriovisto, eu vou englobar o Oriovisto nesse último bloco – fica um bloco de três e um bloco de quatro. Depois, virão as perguntas do e-Cidadania, dos internautas.

Então, passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, por um tempo de oito a nove minutos.

Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, meu caro companheiro Confúcio Moura; quero cumprimentar todos os Senadores que estão conosco – o Senador Styvenson Valentim, a Senadora Eliziane, também a Senadora Zenaide e a Daniella, nossa Líder, bem como a nossa Senadora e ex-Ministra Kátia Abreu, que tem tanto lutado junto com o Senado para que a gente encontre a solução para o Brasil, que é exatamente a vacina, buscar a vacina.

Sr. Presidente, eu acho que a minha imagem estava fora, não é? Mas tudo bem; está aberta agora. Não sei se o áudio já ficou aí – acho que sim.

Sobre a Senadora Kátia, eu registrava a luta dela, com todos os outros Senadores, na busca de vacina, que é o caminho que todos nós temos.

Também estou vendo o Senador Oriosto...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Oriovisto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Oriovisto – "Oriosto" visto! (*Risos.*)

Tudo bem, Senador Oriovisto?

Cumprimento todos que estão nos acompanhando nesta reunião.

Inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria, inclusive, que a gente pudesse fazer um relato sobre a nossa última reunião com o Senador Rodrigo Pacheco, mas eu acredito que V. Exa. poderá fazê-lo no momento em que entender, porque eu acho extremamente importante esclarecer os passos que esta Comissão deu até agora.

Acho que esta última reunião que tivemos foi extremamente importante e acredito que avançamos muito. Por isso, eu quero pedir a V. Exa. que depois V. Exa. possa relatar para o Brasil, já que esta nossa reunião está sendo transmitida também pela TV Senado, pela Rádio Senado e por todos os meios de comunicação, até para esclarecer os nossos companheiros Senadores também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio, eu julgo esta nossa reunião como uma das reuniões mais importantes até agora, porque creio que o maior problema que estamos tendo no Brasil é falta de informação. V. Exa. fez um requerimento em que nós convidamos o Secretário da Secom do Governo Federal – esteve aqui conosco o Almirante Flávio Rocha –, mas acho que até agora o Governo está pecando na comunicação. Eu vejo que V. Exa. insistiu bastante nesse tema, e todos nós... Inclusive, naquela reunião, eu dizia: fechamos as salas de aula, as crianças não estão indo para a escola. Que programa foi feito, aproveitando o potencial dos nossos profissionais da educação, exatamente para orientar a população? Todos nós sabemos que a política de saúde no Brasil é tripartite. O Governo Federal, através do Ministério da Saúde, é que tem que fazer todo o regramento, a orientação da política de saúde, sendo que a execução caberá aos Estados e principalmente aos Municípios, onde as pessoas vivem, onde as pessoas estão, onde elas estão em contato.

Inclusive, eu quero aproveitar também para registrar hoje aqui que nós estamos no Dia Internacional do Índio. No meu Estado, o Estado de Mato Grosso, temos muitas etnias, e, em Mato Grosso do Sul, há a maior população indígena. Então, eu quero aqui fazer uma homenagem a todos os nossos indígenas, que são a origem do nosso povo. Infelizmente, nós tivemos muitas perdas de figuras humanas reconhecidas internacionalmente, como o Aritana. Na pessoa do Aritana, eu quero aqui registrar todos que perderam a vida. E, felizmente, hoje, se adiantou muito o número de vacinações no Brasil da comunidade indígena – me parece que está chegando a mais de 70%. Então, essa é uma boa notícia, mesmo faltando vacina como está faltando.

Sr. Presidente, eu quero aqui registrar a propriedade desta nossa reunião, o nível de todos que já falaram até agora.

Eu gostaria, Dra. Natalia Pasternak, fazer aqui um destaque especial a V. Sa. pela competência. A senhora se apresentou aqui com o seu currículo, mas eu diria que a senhora é talvez uma das melhores comunicadoras do Brasil. Eu acho que talvez esta seja também uma necessidade nossa: melhorar a nossa comunicação com a população para dizer o que representa essa doença que hoje é uma pandemia. Pandemia quer dizer que ela está alastrada no mundo inteiro, e, por isso, ela é uma pandemia. Infelizmente, os nossos meios de comunicação não estão sendo usados adequadamente, a meu ver. Então, eu penso que a comunicação, orientar as pessoas, isso tinha que ser um verdadeiro mutirão a ser feito no Brasil. E, até agora, nós estamos perdendo vidas exatamente por não ter uma informação correta.

Aqui, representando o Presidente do conselho, o Vice-Presidente Donizetti falou de tanta necessidade de orientação melhor das pessoas, mas, olha, como se vai fazer, como ele disse, *lockdown* total?

Aqui no meu Estado, definiu a Justiça fazer *lockdown* total. Eu falei que isto é loucura total também: fazer *lockdown* total. Porque em um Estado como Mato Grosso, de 900 mil quilômetros quadrados, onde a nossa população é de 3,5 milhões de habitantes, ou seja, um Estado muito grande, um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado produtor rural em que, felizmente, Senador Confúcio, mesmo com a pandemia, nós continuamos aumentando os recordes de produção, não se pode ter uma cidade de 3 mil habitantes o mesmo tratamento de uma cidade metrópole. Por que São Paulo hoje, mesmo sendo o Estado mais rico – o primeiro é o Estado de São Paulo; o segundo, a cidade de São Paulo; depois vem Minas Gerais –, por que no Estado mais rico ainda temos a maior incidência da doença, a maior penetração, difusão do vírus? Porque São Paulo é uma grande capital. Temos lá condições de transporte inadequadas. As pessoas não são orientadas. Ainda estão apinhadas no metrô, nos ônibus. Então, uma cidade como São Paulo tem que ter um tratamento realmente muito diferente, como o das grandes metrópoles. E eu acho que isso pouco foi esclarecido à população.

Então, claro que têm que ser tomadas medidas de isolamento, mas com critério e com bom senso acima de tudo. E eu penso que, mesmo neste momento, ainda continua faltando bom senso no cuidado com essa pandemia.

Eu vou aqui, Sr. Presidente, me ater também – me ater, não; tenho de ser, como Relator, cumpridor não só do tempo, mas também pensar na nossa consultoria, porque isso tudo que nós estamos falando redundará num relatório que todos nós temos que fazer a todas as mãos. Então vou ler aqui as perguntas feitas pela consultoria. Espero não passar o tempo, mas esta reunião, para mim, está sendo muito esclarecedora e nós teremos que nos desdobrar em outros tipos de reunião como esta para ajudar na orientação a todos os brasileiros.

Então, vou às perguntas. Essas perguntas são para todos os convidados. E aí cada um... Eu, inclusive, quero pedir à minha assessoria que entregue, através da assessoria da nossa Comissão, a todos os convidados para ficar mais fácil depois. Vamos lá.

O ano 2020 foi marcado pelo desconhecimento em relação à Covid-19. Sem dúvida...

Sr. Presidente, eu vou pedir mais um tempinho, senão não terei como fazer as perguntas.

Sem evidências científicas bem estabelecidas, uma série de condutas foram adotadas para lidar com a nova doença, para a qual nenhuma população do mundo tinha ainda a imunidade. Defendeu-se um tratamento precoce com uma série de drogas e vários outros fármacos foram utilizados para os pacientes internados. Sem informações consistentes, aparentemente, cada serviço de saúde estabeleceu um protocolo próprio para cada fase da doença. No entanto, à medida que o conhecimento se consolidava, muitas dessas propostas terapêuticas mostraram-se inócuas. Acredito que não se possa apontar o dedo para o médico ou gestor que, sem um arsenal claro para lidar com a Covid-19, não se acomodou e buscou fazer algo em meio à ausência de literatura médica sobre assunto. No entanto, a situação agora é diferente, pois já existem informações bem estabelecidas sobre o assunto. Mesmo assim, ainda há quem defenda a instituição de tratamentos que a ciência já demonstrou ineficaz em nome da autonomia profissional do médico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso pergunta-se: em relação às infecções por Covid-19, quais são as melhores evidências científicas sobre o tratamento e a condução dos pacientes que já apresentam gravidade em seu quadro?

Existe alguma medida preventiva – além da vacina, das condutas higiênicas e do distanciamento social – ou algum tratamento precoce que neste momento pareça promissor para interferir na história natural da doença, em especial para prevenir os casos graves da Covid-19 e evitar mortes?

As instituições que V. Sas. representam têm protocolos bem estabelecidos para condução dos casos da Covid-19?

Como as instituições veem a autonomia do profissional médico diante desses protocolos?

Aqui, ainda – e pode ser para o representante da Fiocruz, se vier ainda –, esta Comissão e este Relator em particular estão estudando com entusiasmo a possibilidade de...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Prorroge mais um tempinho, por favor, para ele concluir as perguntas, Secretaria. Mais um minuto ou dois. *(Pausa.)*

Secretaria, por gentileza, prorrogue o tempo do Senador Wellington, para ele concluir.

Aguarde um pouquinho, Wellington; deixe o pessoal... Aqui eu não controlo o tempo, Wellington. Lá, ao Senado, estou pedindo para eles prorrogarem para você. *(Pausa.)*

Alô. Alô.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k., Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Isso, pode continuar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Então, vamos lá.

Esta Comissão e eu, em particular, como Relator estamos estudando com entusiasmo a possibilidade de utilização de algumas estruturas destinadas à fabricação de produtos de utilização veterinária, para aumentar a produção de vacinas contra a Covid-19 em humanos, evidentemente cumprindo todas as normas sanitárias e de biossegurança. Registro, inclusive, que apresentei, esta semana o PL 1.343, de 2021, para facilitar e estimular a adaptação dessas plantas industriais o mais rápido possível. Apresentei também requerimento a esta Comissão, já aprovado, de diligência para visitar três





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas estruturas industriais que já teriam o nível de biossegurança NB-3+ e, portanto, estariam próximas dos requisitos necessários para produzir vacinas humanas.

Aí, vamos lá, Sr. Presidente – até para encurtar –: em que estágio está a transferência de tecnologia da AstraZeneca para a Fiocruz no que tange à produção de vacinas contra a Covid-19?

Quando a Fiocruz estará apta a completar todas as fases de produção desta fabricação de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) até o envase, a etiquetagem e a distribuição da vacina?

É possível fornecer a esta Comissão documentos, contratos e informações relativos a essa transferência de tecnologia, a fim de que possamos procurar parceiros para a produção de vacina nas plantas atualmente utilizadas pela indústria de saúde animal?

Sr. Presidente, aqui apenas, também, eu gostaria que os palestrantes pudessem esclarecer, porque a gente fala muito que se está fabricando vacina no Brasil, e, pela informação que tenho, nós não fabricamos até hoje nenhuma dose. Nós estamos importando IFA – que hoje também não está havendo no mercado – e envasando principalmente no Butantan e na Fiocruz. Então, é importante esclarecer o que é o processo de fabricação também e quando teremos a perspectiva real de haver vacina fabricada no Brasil pelos laboratórios brasileiros, pela indústria brasileira, já que, aí, Dra. Natalia, hoje o vírus está instalado no Brasil e está instalado no mundo, novas mutações estão acontecendo. Dra. Natalia, hoje, o vírus está instalado no Brasil, está instalado no mundo, novas mutações estão acontecendo.

Então, só para que a população tenha noção, é importante que vocês falem: quanto tempo nós vamos depender de vacina ainda? Quanto tempo? Um ano, dois anos, dez anos, vinte anos? Porque, hoje, infelizmente o nosso parque industrial está reduzido. A Fiocruz e o Butantan, eu insisto, não são indústrias, são institutos de pesquisas, com pequena indústria. E o Brasil precisa, o mundo precisa se organizar, reorganizar, porque hoje todos nós estamos dependendo da China e da Índia, não só em vacina como nos insumos também.

Então, eu gostaria desse esclarecimento também à população brasileira, neste momento, e a todos nós.

Eu agradeço muito, Sr. Presidente. Extrapolei no tempo, mas é que eu vejo tão importante esta reunião... Inclusive, quero parabenizá-lo, porque o meu requerimento inicial foi apenas para discutirmos o protocolo, e V. Exa. acrescentou com o seu requerimento convidando essas pessoas, que eu acho que são de alto nível e que, com certeza, já estão dando e darão muito mais brilhantismo à nossa reunião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Wellington.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Consegue me ouvir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Pode falar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Bom dia às Senadoras e aos Senadores, aos convidados, Natalia, Fabrício, Donizetti.

Eu nem me lembro quando foi que começou essa controvérsia do uso precoce do tratamento do Covid. Não sei se foi por parte de políticos ou se foi pela... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Wellington, feche o seu som, está interferindo na fala do Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Não tem problema, não, Sr. Senador. Deixe o Relator interferir.

Então, eu vou ser mais objetivo. Dra. Natalia, eu gostei da sua fala, achei muito técnica essa viagem histórica... Eu queria saber o seguinte: *(Falha no áudio.)*... o tratamento precoce, o *kit* que está sendo tão propagado é inócuo, ele não serviria para combater. Até que ponto essa propagação dessa esperança de ter um tratamento precoce pode ter contribuído para que as pessoas ficassem desprotegidas, ficassem mais seguras e partissem cada vez mais para o contato físico ou para a aproximação? Então, esse é o primeiro ponto.

De onde vem, Dra. Natalia, junto com Dr. Fabrício e Donizetti, essa discussão entre vocês da ciência? Entre a política, está certo; entre a política vem de ideologias, mas de vocês é uma falta de metodologia? Hoje a gente pode ter uma avaliação, hoje a gente pode ter uma mensuração de quantas pessoas que tomaram o *kit* precoce, o *kit* oferecido por muitas prefeituras e Governos estaduais? Será que essas pessoas, de fato, evitaram ser intubadas, evitaram passar por todo o processo ou faleceram?

Então, essa é uma pergunta que eu tenho, essa metodologia, a que se atribui, se é uma ciência que está sendo vista de formas diferentes, de análises diferentes de quem tem o estudo, de quem está contaminado por uma política ou aquele que quer salvar a todo custo uma pessoa. Porque ficou claro na fala do Dr. Donizetti que, mesmo o Conselho de Medicina não validando o uso precoce, deixa ao critério de cada médico, e à responsabilização dele. Quando o médico é responsável por isso, Senador Confúcio, a gente confia, a gente até sabe o que ele está fazendo. E quando é um político que passa a medicar as pessoas? Então, essa é a confusão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma última pergunta só, eu creio que ao Dr. Donizetti, do Conselho Federal de Medicina. Há uma discussão muito grande sobre a eficácia do *lockdown*. Dizem alguns infectologistas – eu ouvi falar – que o *lockdown*, da forma como foi feito, aumentou a virulência, a capacidade mutante do vírus em ficar mais agressivo. Queria saber até onde isto é verdade e mentira: se o *lockdown* é ou não eficiente para a propagação na sociedade e para a diminuição dessa capacidade mutante que o vírus tem, uma vez que a vacinação em gota a gota também pode ocasionar isso.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Styvenson Valentim.

Eu passo a palavra para a Senadora Eliziane Gama. (*Pausa.*)

Eliziane Gama... (*Pausa.*)

A Senadora Eliziane sempre está, mas deu uma saidinha.

Vamos passar para a frente.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpellar.) – Sr. Presidente, quero aqui cumprimentar os nossos convidados, o Dr. Donizetti Filho, a nossa Dra. Natalia Pasternak, Presidente do Instituto Questão de Ciência.

O que eu quero perguntar aqui é o seguinte, ao 1º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, eu vi quando o conselho se manifestou, e, em nome da autonomia médica, permitia prescrever esse *kit* Covid, porque o médico tinha... E, pelo que eu estou vendo, Sr. Donizetti, o Conselho Federal de Medicina continua com essa mesma opinião, mesmo um ano depois sabendo que houve vários estudos científicos que comprovaram que não tinha eficácia terapêutica esse *kit* e até prejudicava os pacientes, muitas vezes por interação medicamentosa, como a nossa doutora falou e a gente sabe. E mais grave ainda do que os efeitos colaterais é a falsa segurança que está dando às pessoas – ao tomarem esse *kit*, elas se aventuram mais, Presidente Confúcio, porque elas acham... Eu conheço gente muito próxima, eu perdi pessoas minhas, que já fazia um ano que tomavam Ivermectina, isso tudo, e era prescrito pelo médico. Então, o que acontece? Para mim, mais grave do que os efeitos colaterais, a insuficiência hepática – isso comprovado cientificamente – é a falsa impressão de segurança que deu para as pessoas irem para a rua, não usarem a máscara.

Aí minha pergunta é, pelo que eu senti dos senhores, o CRM continua autorizando essa prescrição fora da bula. Dr. Donizetti, eu sou médica, agora, a gente sabe que eu não posso achar que um medicamento é bom e sair prescrevendo para meus pacientes. Medicina não é achismo! Se não tem na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bula, a Anvisa não autorizou, a ciência não autorizou para essas patologias. Mas, pelo o que eu senti, o Conselho Federal de Medicina vai deixar, quando, na verdade, deveria dizer... Eu, particularmente, acho que os senhores deviam se manifestar para o Brasil todo: não existe eficácia terapêutica comprovada desse *kit*, ainda por cima prejudica o doente. O que evita adoecer são as medidas protetivas que a ciência mostra no mundo todo, como distanciamento social, uso de máscara, higienização das mãos. Precisa ser dito isso, porque isto aqui não foi política. Se se disser isso, eu garanto que o Congresso Nacional não foi o que fez política com essa doença. A gente viu pessoas que nem médicas eram fazendo propaganda de medicamentos. Isso sempre me preocupa.

A pergunta é: os senhores do Conselho Federal de Medicina vão continuar autorizando, em nome de uma autonomia médica, que os médicos continuem prescrevendo um *kit* que, comprovadamente, cientificamente, não tem eficácia, causa grandes efeitos colaterais e ainda dá a falsa segurança de que a pessoa não vai ter a doença porque esses medicamentos vão evitar?

Quero aqui agradecer à Dra. Natalia, que só vem aqui mostrar que a gente tem que investir mesmo é na ciência! Como ela mostrou, há quase 300 anos a ciência é que prova, a ciência é que faz com que mesmo os ditadores, Confúcio, que se autointitulam donos da verdade, vejam a ciência, que mostra que a verdade não é aquela.

Então, acho que o Conselho Federal de Medicina tem que dar declarações diferentes. Pode-se até dizer: depois de um ano, com mais de 30 estudos que comprovaram que esse *kit* não tem eficácia – e os efeitos colaterais dos medicamentos, já os conhecemos, porque os medicamentos são antigos –, nós mudamos de opinião. Não existe autonomia médica que permita essa história de prescrever extrabula.

A pergunta é esta: vão continuar fazendo isso? Ai se cria... Pelo que o senhor me falou aqui, ficou confuso do mesmo jeito. Vai haver gente que acha que pode tomar. Como o Senador e meu colega Styvenson, do Rio Grande do Norte, disse, o cara chega com uma prescrição médica! É complicado isso! Eu conheço pessoas altamente esclarecidas que dizem: "Está aqui, o médico prescreveu".

Aqui, no Rio Grande do Norte, o instituto LAIS, da Universidade, fez um levantamento em que 90% dos pacientes, Confúcio, que chegaram à UTI estavam tomando esse *kit* como prevenção.

Como a doutora falou, corticosteroides, anticoagulante, gente, pelo amor de Deus, isso é muito grave! Isso tem que ter um acompanhamento. O que se tem que saber mesmo é que quem salva a vida depois que você está gravemente doente, quem salva a vida são as boas práticas de medicina intensiva, antes de você tomar a vacina, com o distanciamento social.

Obrigada, Confúcio. Acho que eu passei da hora.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Obrigado, Zenaide Maia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos agora às respostas. Eu gostaria que houvesse objetividade por parte de todos os convidados. Temos muitos inscritos. O assunto é muito palpitante. E há mais Senadores e Senadoras inscritos.

Então, vamos conceder a palavra pela ordem da fala.

Algumas perguntas são dirigidas à Dra. Dalcolmo. Não chegou aqui ainda a Dra. Margareth. Daqui a pouco, ela receberá os questionamentos dirigidos a ela.

Então, vamos, na sequência, passar a palavra, em primeiro lugar, para a Dra. Natalia Pasternak.

A senhora tem o tempo de três a quatro minutos, Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK TASCHNER (Para expor.) – Pois não, Sr. Presidente! Obrigada pelas perguntas e pelo carinho dos elogios.

Começando, então, pelas perguntas do Senador Wellington, em relação às infecções por Covid, quais são as melhores evidências científicas sobre o tratamento e a condução dos pacientes?

Então, por enquanto, Senador, não existe tratamento medicamentoso específico para a Covid-19, e isso não deveria ser uma surpresa porque grande parte das viroses, das doenças causadas por vírus no mundo também não tem remédio. A gente nunca teve remédio para sarampo, para caxumba, a gente não tem remédio para dengue, a gente não tem remédio para febre amarela. A gente tem vacinas. Doenças virais, em geral, se controlam com vacinas. Os poucos remédios antivirais que a gente tem são para HIV, com muito sucesso, o coquetel; o Tamiflu, da gripe, que é mais ou menos, é um remédio que ajuda, mas que não cura; e remédios para herpes, que também não curam, ajudam. Então, daí a gente já vê como é difícil fazer um antiviral. Não é fácil como fazer um antibiótico que é para infecção bacteriana e que a gente tem um monte no mercado. Antivirais são difíceis de se obter e costumam ser muito, muito específicos. E drogas de repropósito, como essas que a gente tem testado, muito raramente funcionam: uma droga que funciona para uma outra doença raramente funciona para essa também. Inclusive, a hidroxicloroquina foi testada sem sucesso para diversas outras viroses, como dengue, chikungunya, zika, a própria SARS, gripe, e nunca funcionou para nenhuma. Então, daí a gente já tem um histórico. Portanto, o tratamento é de suporte, assim como para diversas outras viroses. E, claro, prevenção com vacinas.

Então, já respondendo a sua outra pergunta, além das vacinas e das medidas preventivas, uso de máscara, distanciamento físico e social, e evitar aglomerações, não há mais nada que a gente possa fazer para prevenir Covid-19. O que a gente precisa é levar a sério essas medidas, principalmente evitar aglomerações e fazer uso de máscaras. Para isso, eu concordo, Senador, com a sua posição sobre comunicação, sobre boas campanhas de comunicação, campanhas de verdade, não deixar isso só a cargo da mídia e de nós comunicadores de ciência – campanhas que precisam vir diretamente do Governo Federal, do Ministério da Saúde, campanha de "Use máscara!", campanha de "Evite aglomerações!",





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanha explicando que não pode nem visitar a família que não mora com você. Com essas campanhas, talvez a gente consiga uma adesão melhor às medidas preventivas.

O senhor pergunta como as instituições veem a autonomia do profissional médico diante desses protocolos. Fica aí o meu pedido para o Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Donizetti, que colocou aqui tão claramente que o Conselho Federal de Medicina não recomenda tratamento precoce e não recomenda o *kit* Covid. Então, Dr. Donizetti, por favor, faça essa declaração publicamente muito claramente. Isso precisa ser de conhecimento de todos, porque todo mundo usa o Conselho Federal de Medicina para justificar a prescrição desses remédios, como se o Conselho Federal de Medicina os endossasse e os recomendasse. Então, se o senhor diz aqui tão claramente nesta audiência pública que não os recomenda, fica o meu pedido para que essa declaração seja muito mais bem comunicada para o público e para a classe médica.

As perguntas do Senador Styvenson. Até que ponto o tratamento precoce atrapalhou, dando, justamente como a Senadora Zenaide também comentou, uma falsa impressão de segurança? Atrapalhou muito, justamente porque as pessoas acabam se expondo mais. E, só complementando, é uma falta de preparo da classe médica.

Essa aparente controvérsia que há dentro da ciência é uma falta de preparo, infelizmente, das nossas escolas de Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Muito obrigado, Dra. Natalia.

Com a palavra o Dr. Donizetti, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, pelo tempo de três a quatro minutos.

O SR. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO (Para expor.) – Eu acho que já há, digamos assim, questões já respondidas, e não há necessidade de repeti-las.

O que nós colocamos é que, na fase de multiplicação viral, que é o começo da doença, não existem medicamentos específicos reconhecidos cientificamente. Os que nós temos para tratamento são para uma fase posterior, que nós chamamos de uma fase de uma síndrome inflamatória, que consiste numa resposta do organismo à agressão sofrida pelo vírus. Com o risco de trombose, com o risco de outros edemas, aí, sim, cabem alguns medicamentos como corticoides e anticoagulantes, mas, como é síndrome... Essa síndrome inflamatória está descrita em muitas infecções virais e bacterianas e de outros micro-organismos. Então, é um tratamento que não é específico do coronavírus.

Quanto a tratamento efetivos reconhecidos, não existe nenhum trabalho que você possa dizer que é de nível A.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a autonomia? Por que nós colocamos assim? Por que dei ênfase? O Código de Ética Médica é supralegal a um parecer. Nenhum parecer pode derrubar o Código de Ética Médica. Então, esse parecer exarado – repito – foi para uma prescrição de medicação *off-label*, o que é algo muito comum na Medicina; e ele foi restrito a uma relação individual com o consentimento informado formalizado. Então, isso é muito diferente de qualquer protocolo de doença consagrada. Por exemplo, problema de tuberculose: todos nós sabemos todo o tratamento, e há um protocolo reconhecido. Nessa doença, não há nenhum reconhecimento disso. Nesse sentido, é dessa autonomia que nós falamos, com seus limites da beneficência e da não maleficência. Falando ainda assim... Então, quando o médico prescreve algo, cabe a ele decidir o risco e o benefício. É exatamente por isso que tem de ser individual, uma consulta muito cautelosa, com informação ao paciente, e se ele concorda em tomar ou não. Não podemos fazer uma publicidade induzindo a população a entender que essa é a salvação. Isso induz a comportamentos equivocados, piorando a difusão do vírus.

A nossa população, eu acho que ela só tem menor mobilidade relacional que o México. Nós somos um povo que precisa se relacionar. Então, isso dificulta muito, afeta muito o distanciamento social. Quando nós falamos de distanciamento social e sua racionalidade, eu não defendi o *lockdown* total; eu defendi que, em determinadas regiões – regiões metropolitanas ou áreas de mobilidade humana –, se você tiver transmissão 1, 1.2, quer dizer, tendo mais casos novos que antigos, e você não tem capacidade instalada, nesse momento qualquer cidadão tem que pensar muito no distanciamento, que é o único mecanismo. Foi nessas circunstâncias, então.

E aí, quando a doutora... A posição do Conselho Federal defende, sim, a autonomia médica, mas o médico é responsável por isso. Vou dar um exemplo aqui que é até um pouco polêmico. Por exemplo, o Conselho Federal de Medicina tem recomendações para o uso do canabidiol. Os médicos continuam prescrevendo canabidiol fora da bula, porque acreditam, mas não há uma evidência, uma meta-análise reconhecida disso. Então, eu digo que o médico tem capacidade e deve decidir sobre a sua responsabilidade...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mais um minutinho para o Dr. Donizetti concluir. Um minuto para ele, por favor.

O SR. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO – O que eu falei é que essa autorização é exclusiva: em dose correta, em tempo correto. Qualquer medicação... Vou até usar uma frase antiga: a dose diferencia o remédio do veneno. Então, você tem que ter a arte de prescrever.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Conselho Federal estuda a todo momento. Esse parecer pode ser revisto? Pode, mas é uma decisão de plenária, eu não posso fazer isso por minha opinião. O que eu repito é que a autonomia é limitada ao benefício. Quem ousa passar disso responde por isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

A Senadora Eliziane Gama retornou à sala? (*Pausa.*)

Não.

Vamos à Senadora Daniella Ribeiro, à Senadora Kátia Abreu e ao Senador Esperidião Amin.

Senadora Daniella Ribeiro, com a palavra. Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, cumprimento nossos convidados, para ser mais objetiva.

Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que também eu compreendo, desde o princípio, com relação à ciência, que o que temos visto em cima das prescrições de medicamentos... E parabeno a Dra. Natalia e todos aqueles que têm aqui participado. Eu gostaria mesmo que também pudesse haver, por parte do Dr. Donizetti, realmente, um discurso uníssono, porque certamente nós já vimos casos de pessoas que tiveram uma piora significativa, inclusive já com estudos, com base na autorização desses medicamentos, e muitos já se prejudicaram com relação a isso.

Sr. Presidente, eu queria aqui aproveitar, como a nossa colega Senadora Rose de Freitas, inclusive respondendo a uma questão que foi feita pelo Senador Styvenson... E aqui parabeno também a minha colega Senadora Kátia Abreu, que tem feito um trabalho primoroso na Comissão de Relações Exteriores, na busca da vacina, com todos nós a apoiando. Eu não posso deixar, Kátia, de enaltecer esse seu trabalho, que tem sido, com toda a certeza, um diferencial dentro do Senado Federal. É claro que a gente fica muito feliz. E aqui o nosso querido Senador Confúcio Moura, que tem feito um trabalho diferenciado também. Esta Comissão tem feito o seu papel, o Senado Federal tem feito o seu papel. O Senado Federal tem se diferenciado e tem tomado, eu diria, até não uma tratativa, mas sim um prognóstico e um sinal, uma sinalização para o povo brasileiro de que tem tratado a coisa de forma muito séria. E aí eu parabeno a todos os colegas Senadores e Senadoras.

Eu queria só falar com relação também à questão do *lockdown*. Na realidade, nós temos um trabalho, eu e a Senadora Rose de Freitas, que nos foi proposto pela Comissão, e por isso é que eu me dirijo ao colega Senador Styvenson, porque em nosso País – e este trabalho é a partir do exterior, como também do nosso Brasil –, nós nunca tivemos realmente um *lockdown* de verdade. A gente costuma a dizer e a falar em *lockdown*, mas nós nunca tivemos essa experiência. Nós tivemos o afastamento social, nós tivemos essas experiências que têm custado muito para gente porque, na realidade, termina que você,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse vai e vem em que em algum momento você se isola mais um pouco, toma os cuidados... E nos Municípios, pelo tamanho do País, pela própria condição do nosso País, que é um país continental, um país muito grande, que tem a suas características próprias, nós ficamos, infelizmente, nessa dificuldade.

Mas a minha pergunta seria: se tivéssemos tido experiência como, por exemplo, a da Inglaterra, onde houve, sim, *lockdown*; como a da Nova Zelândia, com barreiras sanitárias desde o princípio quando houve os primeiros casos, nós teríamos um resultado diferenciado? E essa minha pergunta vai justamente... Houve, assim, aquele momento mais difícil no primeiro instante – e aqui vai a pergunta para os três, de repente, ou para quem puder dar essa informação – e hoje nós estamos vendo uma quarta onda. Essa quarta onda chama-se saúde mental, e a saúde mental tem atingido tanto aquelas pessoas que têm conseguido sair da Covid, como também aquelas que estão, de certa forma, se protegendo, trancados em casa – os que podem ficar em casa têm se protegido dentro de casa –, mas que têm tido problemas emocionais muito fortes. Isso eu tenho acompanhado de perto, e é muita gente, mas muita gente mesmo.

Então, a minha pergunta é esta: se o nosso País, em vez de ter voltado para o lado do negacionismo, tivesse feito um *lockdown* de verdade por um mês ou dois meses, que fosse, como os países... A Nova Zelândia não tem sequer ninguém.. As pessoas estão livres. A Inglaterra mudou o rumo: a princípio, ela teve um rumo diferenciado; depois, viu que errou e corrigiu esse rumo para outro lado, e teve um *lockdown* rígido, e hoje já tem outros surtos. E assim nós temos outros exemplos. Então, eu queria saber: se a gente tivesse tomado esse mesmo exemplo, teríamos a condição de estar em outro momento diferenciado do que hoje estamos vivendo? Essa é a minha pergunta.

Agradeço a vocês convidados e os parabênzinhos pela participação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Daniella Ribeiro – fico muito agradecido.

Eu passo a palavra para a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Dra. Natalia, adorei ouvir a senhora! A senhora tem uma explicação muito didática, muito tranquila e muito sólida.

Quero cumprimentar o Dr. Fabrício Silva, esse intensivista maravilhoso, que tem ajudado tantas, tantas pessoas no Brasil; cumprimentar o Presidente do CFM; o meu Presidente Confúcio Moura, que tem feito um trabalho espetacular; a Líder Daniella, muito obrigada por tudo...

Enfim, eu vou direto às perguntas, porque são muitas e eu tenho medo de o meu tempo não dar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente Confúcio Moura e colegas que fazem parte dessa Comissão, eu gostaria – não sei qual instrumento regimental para isso – que nós pudéssemos fazer um estudo rapidamente para orientar o nosso Presidente do Congresso Nacional em algum tipo de ação judicial junto ao Supremo Tribunal Federal para termos a obrigatoriedade de uma campanha de mídias a respeito das medidas sanitárias, como indica a OMS, como indica a AMB.

Nós temos propagandas gratuitas de vacinação de gado contra a aftosa há mais de 20 anos neste País, Sr. Presidente. Nem nas eleições, em que é proibido fazer propaganda de Governo, a propaganda da aftosa pode ser suspensa. Eu estou falando de boi, de vaca, de bezerro. Agora, de gente... Não é possível! Nós temos campanhas obrigatórias do TSE, campanhas maravilhosas a respeito do voto, da corrupção, da eleição, instigando as pessoas a fazerem um voto correto, e não teremos uma ação emergencial obrigatória que seja gratuita... Que o Governo pague as despesas que tiver que serem pagas, mas uma propaganda urgente, com decisão judicial.

Nós já cansamos de pedir ao Ministro, ao ex-Ministro, ao atual Ministro... Ele tem 30 dias sexta-feira, Sr. Presidente. Sexta-feira ele faz 30 dias de Ministério, e eu ainda não vi uma campanha maciça que pudesse dizer para as pessoas que as medidas sanitárias junto com vacina é que são a solução e dizendo que esses medicamentos não são comprovados, como disse a Dra. Natalia. Nós temos obrigação... Nós não podemos ser igual a Pôncio Pilatos.

E me desculpe, Sr. Vice-presidente do CFM: vocês agiram como Pôncio Pilatos, vocês lavaram as mãos. Poderiam ter dado uma grande contribuição ao País e não deram; preferiram obedecer à burocracia, ao ato médico, ao respeito ao diploma do médico. Enquanto isso, morrem quase 400 mil pessoas neste País. Por que demoraram? É minha segunda pergunta.

Presidente, então, deixo a minha proposta aqui para que um grupo de advogados, consultores do Senado, possa encontrar qual é o instrumento legal para nós entrarmos, talvez, com uma ADPF no Supremo Tribunal Federal.

Gostaria de perguntar por que o Conselho Federal de Medicina só soltou uma nota no dia 27 de janeiro de 2021, depois de mais de dez meses de pandemia? Por que demorou tanto, assim como a Associação Brasileira de Medicina? Por que demorou tanto?

Terceira pergunta: o conselho diz na sua nota, Presidente Confúcio, no quarto parágrafo, o seguinte: "Além disso, profissionais não médicos que se autodenominam cientistas, com imenso acesso à mídia, falam sobre tudo, inclusive temas médicos sobre os quais não têm competência para opinar [...]". Eu gostaria que V. Exa. me citasse pelo menos um nome de quem é esse profissional não médico que está orientando mal a população.

Depois, no quinto parágrafo, o seu conselho diz o seguinte: "Infelizmente, a politização também atingiu sociedades de especialidades médicas e grupos ideológicos de médicos...".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de que o senhor citasse quais são esses grupos de especialidades médicas que trabalharam, influenciaram e fizeram política com a Covid e que grupos ideológicos de médicos. Nós queremos saber quem são essas pessoas que ajudaram, colaboraram para que o Brasil chegasse à calamidade em que se encontra, com o silêncio do CFM.

Depois, em outro parágrafo: "Existem na literatura médica [você estão dizendo] dezenas...". Por favor, Dra. Natalia; a pergunta também é para a senhora. Por enquanto é tudo para o Sr. Donizetti. "Existem na literatura médica dezenas de trabalhos científicos mostrando o benefício com o tratamento precoce, com as drogas citadas acima [ivermectina, hidroxicloroquina, enfim]. Outros tantos apontam que elas possuem qualquer efeito benéfico contra a Covid".

Eu gostaria que o senhor e a Dra. Natalia pudessem nos enviar, por escrito, quais são e quantos são os estudos citados na nota do Conselho Federal, os trabalhos científicos que indicam o benefício dessas drogas.

E eu gostaria, Dra. Natalia, que a senhora nos informasse qual foi a data precisa que a comunidade internacional e nacional deu como um veredito de que esse tratamento não é a favor, que ele não é contra, mas não é a favor. Quando a comunidade científica nacional e internacional... Eu quero a data, Dra. Natalia, o mês, o ano de quando nós chegamos a essa conclusão – nós não; os cientistas. Eu gostaria de saber com relação a isso, porque, no dia 23 de abril de 2020, o Conselho Federal de Medicina soltou a sua normativa, o Parecer nº 4, de 2020, que delibera que é decisão do médico assistente realizar o tratamento que julgar adequado, desde que com a concordância do paciente infectado, elucidando que não existe benefício comprovado no tratamento farmacológico desta doença e obtendo o consentimento livre e declarado, em respeito à absoluta autonomia do médico, na ponta, de tratar.

Eu pergunto essa data, porque o Conselho Federal fez essa nota, esse parecer, em abril do ano passado, mas depois da constatação que a Dra. Natália vai aqui nos pautar, o Conselho Federal não poderia ter feito – ou não deveria ter feito – uma outra nota para esclarecer, então, que esses medicamentos não são suficientes e não são indicados para a cura da Covid? Como disse a minha colega Zenaide, infectologista, médica da maior qualidade, isso serviu, Sr. Vice-Presidente do Conselho Federal, para causar uma falsa impressão de proteção. Eu não vou nem citar aqui o mal que esses remédios podem fazer ao pâncreas e ao fígado e ao ser humano. Eu estou apenas levando em consideração, como leiga, a falsa impressão de proteção. Isso é um crime contra a humanidade! Você inspirar uma confiança falsa de que, tomando esses remédios, pode estar protegido é um crime, Dr. Donizetti. O senhor me desculpe. É um crime de omissão, é um crime de prevaricação. Vocês tinham de ter mais atuação! Não só o Conselho Federal, mas a Associação Médica Brasileira poderia. Nós, que respeitamos vocês há anos, há décadas, décadas, décadas neste País, tínhamos que contar com uma precisão maior de vocês neste momento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer a todos que a campanha está aqui: uso de máscara, distanciamento físico de 1,5m, higienização, evitar aglomerações... Pelo amor de Deus, é o mundo inteiro que está dizendo.

Nós precisamos acionar o Supremo; o Supremo não pode se autoacionar, precisa de nós. Se o Governo Federal, o Ministério da Saúde não faz, vamos exigir uma medida drástica, antes que morram mais de meio milhão de pessoas neste País.

Então, Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade, quero parabenizar a Dra. Natalia e recomendar que todos assistam a um filme a que eu assisti ontem na Netflix, que fala sobre a Dra. Marie Curie, uma cientista maravilhosa, que descobriu os raios X, que descobriu a radioterapia. Olha o que essa mulher passou, o sofrimento que ela viveu para chegar aonde chegou.

Por isso, a ciência tem que ser saudada, a ciência tem que ser valorizada, a ciência tem que estar na nossa orientação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin. *(Pausa.)*

Bem, então, falou Daniella, falou Kátia... Agora, quem está inscrito mais, entre os titulares, é o Luis Carlos Heinze. Eu estou vendo que a Senadora Rose levantou a mão ali.

Luis Carlos Heinze com a palavra.

Luis Carlos Heinze está presente? *(Pausa.)*

Então, eu passo a palavra para a Senadora Rose de Freitas, por favor. Ela fechando este bloco.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores convidados presentes a esta reunião, antes de mais nada – permita-me –, eu não sou muito de elogiar e não gosto muito de elogio, mas eu tenho que reconhecer aqui o papel que o Governo não faz – e não foi por falta de cobrança, como diz a Senadora Kátia – é cumprido muito, com muita eficiência, com muito compromisso público e profissional pelas pessoas que aparecem dia e noite nas entrevistas da televisão, qualquer médico na área de infectologia, epidemiologia, pneumologia. Então, a Dra. Natalia já virou uma figura mais conhecida do que todos e ela tem essa capacidade que os nossos colegas Senadores falaram, sobre a facilidade de comunicação.

Eu só estou em dúvida: aqui na TV, anunciaram que a Frente Nacional de Prefeitos estaria – está escrito Donizetti; não é o nosso Donizette, Presidente da frente – sendo representada?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não, ele não está nesta, ele foi na audiência passada, Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Sim. É porque ele nos ajudou muito...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É Jonas Donizette.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – É, ele foi nosso colega na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Foi sim.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Então, eu queria, Sr. Presidente, antes de mandar, fazer perguntas. Eu acho que, quando vem aqui, a gente tem que aproveitar para perguntar.

Primeiro, quero dizer a V. Exa. que eu e a Senadora Daniella nos dedicamos a fazer o levantamento que V. Exa. pediu. Eu estou em falta com V. Exa., mas não em falta com a Comissão, a respeito de quanto importante foi o confinamento, o *lockdown*, onde ele existiu, e de qual foi o nível de proteção e de contaminação, se diminuiu ou aumentou. Os dados variam dia a dia.

São Paulo anunciou agora.... A televisão está dizendo que estabilizou a contaminação, mas não os óbitos, que vêm, evidentemente, por consequência de outros episódios, até mesmo de feriado.

Mas eu queria dizer que estão em discussão muitas coisas importantes. Nós não conseguimos olhar a Região Amazônica do mesmo jeito que olhamos o Espírito Santo, Dra. Natalia. E também não há como olhar o Rio de Janeiro, os hábitos do Rio de Janeiro, como olhamos, por exemplo, o Paraná. As comunidades, as regiões funcionam de forma diferente – onde há praia, onde há montanha, onde se aglomera mais, onde se aglomera menos –, e a luta é ensandecida.

Lá atrás, quando começou a pandemia, os Governadores enfrentaram a ira das confederações de comércio e indústria, porque, quando se falava em fechar, todo mundo dizia: "Vamos perder. Vamos perder receita, vamos perder capacidade de produzir. Não há como pagar a folha...". E todos esses conflitos estão dentro dessa planta da pandemia.

A solução... Tudo que acontece... Eu quero dizer para os nossos convidados que acontece de tudo. O Senador Confúcio fica sentado dia e noite nesta Comissão, ouvindo todo mundo, tentando encaminhar os assuntos, há hora em que temos uma luz, e todo mundo se une, na saída, em cima desse projeto ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daquele projeto. Eu quero dizer o seguinte: nós estamos num momento em que estamos sem visibilidade. Há aquela plaquinha na estrada que diz: "Sob neblina, não ultrapasse".

Vacina é importante. É um absurdo, e eu não estou engolindo isto – há hora em que engasgo mesmo –, estar anunciado aí que compraram o *kit* intubação. Conversando com o ex-Ministro Mandetta, ele explicou qual é o processo pelo qual passa uma pessoa internada, quando não há os medicamentos ideais para anestesiá-la, para tirar a dor, para relaxamento. Eu nem imagino... Eu fui presa política e já passei por tortura que não deve chegar nem perto disto: de uma pessoa amarrada, tendo de ser intubada. E, muitas vezes, tem que se dar morfina, como me contaram, e aí sofre até uma paralisia, e se ressuscita o sujeito... É uma loucura isso!

Então, em que momento nós estamos agora? Estamos aqui ouvindo os senhores, com decisões que efetivamente ainda não foram construídas.

Há um indicador de que R\$71 bilhões, Presidente, foram pagos para a compra de vacina, mas ainda não chegou quase nada disso ao Brasil.

A cada momento em que um acredita mais e outro menos, anuncia-se que há uma solução dada, como o Ministro disse, na mesma entrevista: "Eu comprei e vou comprar. Estou pensando em comprar". Então, não se cobra efetivamente que as coisas sejam feitas.

Eu só quero dizer que vocês, para mim, são grandiosos, porque, se vocês não estivessem verbalizando diante da sociedade o quadro real... A Dra. Natalia... Desculpe-me, Dra. Natalia. Na hora em que a senhora fala, de onde eu estiver, eu corro, largo minha TV e vou ver a sua última orientação, a sua última avaliação, como a de outros, e a orientação do nosso Prefeito, do nosso Wellington Dias, atualizando o que os Governadores e Prefeitos estão fazendo, o que os médicos estão fazendo. Eu sou cliente do Dr. David Uip, que já me salvou a vida. Então, eu entendo o que é estar perto.

E muito mais: entendo quando a Senadora Kátia, o Heinze, o Nelsinho Trad e a Zenaide – que nem se fala, porque é dedicada a isso – nos mostram que nós temos que ter mais força diante do processo.

Eu vou dizer que o Brasil errou nas suas escolhas, e não por causa do voto em si, mas porque tudo aquilo que se faz com raiva, se faz para se contrapor à outra questão – eu estou escolhendo palavras suaves... Vamos dizer assim: o povo votou com raiva em Bolsonaro, sem cobrar dele um compromisso com nada. Então, ele se deu o luxo de dizer que ciência não existe, que não tem que fazer comunicação, não tem que comprar vacina, não tem que fazer nada. Está fazendo porque a *Folha* o encostou na parede.

Então, eu queria dizer assim: se a senhora, o senhor também, o Fabrício, veem que, nesse momento, quando o resultado de um pequeno esforço... Eu falo pequeno para mim, porque eu entendo que o *lockdown*, desde o início, quando eu vi os outros países fazerem e terem uma resposta muito imediata, que salvou tanta gente, acho que o Brasil tinha que ter feito. Aqui a sociedade econômica pesa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito em cima das decisões que têm que ser tomadas. E muitas vezes eu recebi telefonema de federação de comércio falando: "Rose, nos ajude; se fechar, nós vamos quebrar." E a gente fica diante disto: quebra ou salva vidas ou faz o quê? Então, eu queria dizer: o que, hoje, se fossem a Governadora Natalia, o Governador Donizetti, o Governador Fabrício que estivessem diante da população do seu Estado, qual é a decisão que tomariam? Não precisam falar de comprar vacina, não precisam falar de máscara, não precisam falar de isolamento. Qual seria a atitude? Ou seriam todas elas? Ou qual atitude hoje – hoje – que seria tomada para que nós não vivêssemos, como a Kátia falou, uma quarta onda em consequência de atitudes que não foram tomadas? Por que eu pergunto isso? Porque também fui perguntada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Rose de Freitas.

Então, nós concluímos esse bloco de três.

Eu quero pedir desculpa ao Dr. Fabrício Silva: no bloco passado, eu não lhe passei a palavra, meu irmão. Então, agora, você vai ser o primeiro.

Eu vou inverter a ordem agora para que a Dra. Natália, que foi muito citada, faça o fechamento deste bloco de três. Mas o Fabrício tem respostas do primeiro bloco também. Eu vou propor: Fabrício, Donizetti e, por fim, Dra. Natália Pasternak.

Então, Fabrício, está com a palavra pelo tempo... Vou dar um tempo maior para você, porque você não falou na vez passada, está bom? Um tempo aí de quatro a cinco minutos para você responder, Fabrício.

O SR. FABRÍCIO SILVA (Para expor.) – Obrigado pela oportunidade.

Primeiramente, quero parabenizar a fala da Senadora Kátia Abreu, que pontuou essa questão das propagandas e da necessidade de mídias da campanha de vacinação e das medidas preventivas sanitárias. Eu vejo isso realmente como mandatório. Recentemente tive até contato com pessoas, com pacientes, na verdade, que trabalham hoje em empresas de mídia, e eu também fiz o mesmo questionamento: por que essas campanhas não estão amplamente divulgadas. E não tive respostas. Acho que isso, realmente, é mandatório. Parabéns por esse apontamento.

Eu acho que hoje, na figura do nosso Vice-Presidente do CFM, com certeza o médico tem uma autonomia, mas a autonomia médica tem que andar paralelamente à capacitação. E acho que essa capacitação, hoje, dos profissionais médicos, entre outros profissionais de saúde, ainda está aquém no País, e bastante heterogênea. Obviamente, entre as evidências já foram comprovadas de que... Hoje a gente está numa pandemia, então a gente fala de mundo, não apenas de Brasil.

Está todo mundo debruçado e interessado em encontrar uma solução para o tratamento da Covid-19. Definitivamente e infelizmente, não temos um tratamento na fase inicial que mude o desfecho da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

doença de maneira eficaz. Até mesmo os antivirais, como, por exemplo, o Remdesivir, em torno do qual criamos uma grande expectativa, não mostrou grande eficácia na mudança da evolução clínica da doença. Então, hoje não temos isso, de fato. Temos suporte e vacina, maior protagonista no processo de prevenção – o suporte do paciente que evolui de forma mais grave, com pneumonia, pela Covid-19. Ou seja, não temos esse respaldo em relação a um tratamento precoce. Eu só gostaria de reforçar mais uma vez esse ponto.

Os estudos que são apontados e que questionam a eficácia ou não eficácia dessas drogas têm erros metodológicos, o que a Natalia também já apontou. O trabalho em medicina é baseado em evidências. É preciso bastante cautela, porque os erros metodológicos desses trabalhos científicos são sérios e podem impactar o resultado, podem nos fazer chegar a um resultado que não é o real. Então, sabermos qual é a evidência clínica e qual trabalho utilizar como guia é algo que também merece uma apreciação bastante cautelosa.

A Senadora Rose pergunta qual seria a nossa principal atitude hoje frente à pandemia. Obviamente, é preciso reforçar que a vacina e as medidas sanitárias são importantes.

Saber se, tomado lá atrás, o *lockdown* teria um benefício claro hoje. Retrospectivamente falando, é difícil afirmar com certeza. Acreditamos que ele tenha suas vantagens e seus efeitos positivos para conter a disseminação do vírus. Erramos muito no início da pandemia e, hoje, enquanto profissional médico, também tenho que dar o braço a torcer, assumir este erro: inicialmente orientávamos o paciente a procurar assistência só quando estivesse muito ruim ou quando estivesse passando mal por falta de ar, mas hoje a gente vê que errou, que não é assim. O grande segredo do tratamento da Covid-19 é o acompanhamento desde cedo, e esse acompanhamento muda o desfecho e muda a evolução. Isso está baseado em orientações e em informações.

Então, hoje, acreditamos que medidas de emergência, como o *lockdown*, podem ter seus benefícios, e isso merece um estudo sanitário aprofundado, mas a grande sacada neste momento é: vacinação, medidas de isolamento social e um cuidado – mais uma vez reforço minha fala – bem parametrizado para os pacientes críticos em salas de emergência e UTIs pelo Brasil afora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Passo a palavra para o Dr. Donizetti. Vou lhe dar um tempinho a mais porque o senhor recebeu muitas perguntas.

O SR. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO (Para expor.) – Mais questionamentos que perguntas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho importante, acho muito boa essa colocação sobre uma campanha publicitária dirigida à conscientização da população – até respondendo ao Senador Styvenson, que comentou isso. É que a multiplicação viral, isto é, quanto mais mobilidade viral nós tivermos, quanto mais nós trocarmos vírus, isso sim, vai fazer a modificação da sua mutação. Não é o *lockdown* que faz isso, é o inverso: a grande multiplicação viral é que faz com que se criem novas mutações, e é essa a grande preocupação mundial hoje envolvendo o País, o Brasil. Acho que esse é o quadro.

Mas, respondendo, eu acho que – de trás para frente, também, que é mais fácil – hoje o combate à pandemia é um privilégio do Hemisfério Norte, que detém a maior quantidade de vacinas, com quantidades quatro, cinco, dez vezes acima da sua população. O Hemisfério Sul do nosso mundo continua com falta de vacinação.

Então, essa perspectiva existe. O que nós temos, então? Esses cuidados: distanciamento, máscaras, higienização, conscientização da população. É preciso que todos os líderes façam movimentos pró-ativos, e nós temos que dar um tratamento digno. Quando eu falo em tratamento digno é até a dignidade da morte.

Entendo que o Conselho, a sua postura, nas suas competências de fiscalização, supervisão e julgamento de normatização sempre esteve presente. O Conselho Federal de Medicina não é gestor, não é Executivo, não elabora leis superiores; o Conselho Federal de Medicina, mediante qualquer denúncia, instala procedimentos administrativos.

Eu vejo que não houve omissão; eu acho que nós nos colocamos de uma forma a defender a autonomia, há um ano. Essa autonomia existe para outros tipos de medicações, e, no tocante à cloroquina e outros remédios alternativos, isso deve ser visto constantemente.

Entendo que as posições do Conselho, se foram, de uma certa forma, cautelosas, não gerando pânico, sempre cumpriram o seu dever. Eu vim aqui, com toda a satisfação prestar os esclarecimentos. Entendo que o texto de uma nota de esclarecimento tem um cunho de um cenário estabelecido, e eu não tenho informações precisas, mas, se a Senadora Kátia assim pretender, acho que ela tem todo o direito de oficiar ao Conselho Federal de Medicina para seus esclarecimentos, até porque nossas decisões são sempre em plenária, com 27 representantes dos Estados, mais um membro da Associação Médica Brasileira.

Entendo que nós sempre identificamos uma saúde desprezada, um subfinanciamento, o SUS de pré-pandemia que era caótico, então, não é justo e não é correto dizer que a culpa desse vírus, dessa doença terrível está em segmentos. A responsabilidade é de todos nós, de todos os cidadãos, em todos os níveis. E entendo que não é transferindo responsabilidades que nós vamos considerar outras soluções. A solução é complexa, estamos presentes aqui, dinâmicos para qualquer tipo de decisão, aceitamos qualquer provocação formal, e eu entendo que o momento é de temperança, é um momento de serenidade, o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

momento é de enfrentarmos nossos problemas do tamanho que são. Se olharmos para trás demais, nós podemos tropeçar. Então, ninguém deve fugir de sua responsabilidade.

Devíamos ter comprado vacinas em momento mais oportuno, talvez investido em insumos, fábricas em momentos mais oportunos, mas nós estamos numa nova onda, vamos caminhar para 400 mil, 500 mil óbitos. Então, este é o momento em que eu digo que nós temos que valorizar a vida e a dignidade humana sobre qualquer outro valor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Com a palavra, a Dra. Natalia Pasternak. (*Pausa.*)

Dra. Natalia Pasternak.

A SRA. NATALIA PASTERNAK TASCHNER (Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Começando, então, pela pergunta da Senadora Daniella Ribeiro sobre se tivéssemos feito *lockdown*. Os trabalhos mais recentes mostram que um *lockdown* bastante restritivo é mais efetivo quando aplicado no início de uma epidemia, seguido por medidas menos restritivas. O problema, Senadora, é que nós não fizemos nem uma coisa nem outra. Nós não fizemos um *lockdown* restritivo, tampouco tivemos sucesso em implementar efetivamente as medidas preventivas de uso de máscara, distanciamento físico, evitar aglomerações.

Daí já emendo na proposta – muito bem-vinda, aliás – da Senadora Kátia Abreu: obrigatoriedade das campanhas. Deveriam realmente ser obrigatórias e deveria partir diretamente do Ministério da Saúde organizar campanhas maciças de informação, campanhas governamentais. Não existe controle de pandemia ou de epidemia sem campanha informativa, não existe também vacinação sem campanha informativa, senhores. Nós estamos tendo um problema de inadimplência de segunda dose nas campanhas de vacinação também por falta de uma boa campanha informativa. A gente precisa falar com a população, e isso não pode ser deixado somente a cargo da mídia e de comunicadores de ciência; isso precisa ser uma comunicação oficial do Governo Federal.

Senadora Kátia, em relação também às dezenas de trabalhos publicados, Fabrício já colocou, e eu reforço, que tudo depende da qualidade dos trabalhos publicados. A grande maioria de trabalhos publicados que defende tratamento precoce são trabalhos observacionais que não têm a qualidade necessária para embasar políticas públicas de medicamentos. Eu posso mandar para a senhora a última metanálise que foi feita, reunindo todos os melhores trabalhos feitos com a melhor metodologia científica, e chegam todos à mesma conclusão. Mandarei também para a senhora as datas que me pediu, mas já adianto aqui que, desde julho de 2020, a Organização Mundial de Saúde e a FDA já recomendam contra o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso de hidroxiclороquina. Em março agora, de 2021, a OMS recomendou oficialmente contra o uso de hidroxiclороquina e ivermectina. O resto das coisas que há no tratamento precoce é invenção do Brasil, não há em nenhum lugar do mundo. Aliás, nós somos o único País que ainda leva essa história de ivermectina e hidroxiclороquina a sério; e nós inventamos o tratamento precoce, ele não existe em nenhum outro lugar do mundo.

Em relação à pergunta da Senadora Rose sobre como implementar, o que se poderia fazer, eu me coloco aqui numa posição muito mais fácil do que a dos senhores e a dos gestores, porque eu sou cientista. Eu posso dizer o que a ciência diz e o que a ciência recomenda. Implementar as medidas é um trabalho muito mais difícil, é um trabalho do gestor e de vocês Senadores para orientá-los. Mas certamente não se pode fazer *lockdown* sem auxílio governamental, sem um bom planejamento. Isso realmente precisa ser regionalizado e feito de acordo com as necessidades e capacidades de cada região e com auxílio governamental.

E, finalmente, gostaria só de comentar rapidamente a fala do Dr. Donizetti, quando ele disse que a solução é complexa. Concordo perfeitamente, doutor, mas as diretrizes são claras, e essas diretrizes que são claras não têm sido bem comunicadas à população. E isso a gente precisa melhorar com campanhas e com uma comunicação efetiva, inclusive, dos órgãos de classe, como o que o senhor representa. Sem comunicação e sem campanha, nós não vamos conseguir nem uma boa adesão ao uso de máscaras, ao distanciamento físico e evitar aglomerações. Para fazer *lockdown* então, que seria necessário, só com auxílio governamental. Então, o planejamento teria que vir diretamente do Governo Federal.

Aproveitando também, só para responder à dúvida do – já que eu ainda tenho um tempinho – Senador Styvenson, mas que também Dr. Donizetti já respondeu: o *lockdown* não provoca variantes, o que provoca variantes do vírus é a circulação descontrolada do vírus. A pandemia é que provoca as variantes, uma pandemia descontrolada. E, no Brasil, se a gente não controlar, a gente corre o risco de se tornar um grande celeiro de variantes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Fabrício, eu tenho aqui uma pergunta, antes que o senhor vá para o compromisso. Gostaria que o senhor respondesse a essa pergunta de uma internauta, Dr. Fabrício.

A internauta se chama Aline Rinaldi Bento, do Estado de Mato Grosso. Como é um assunto clínico e o senhor está convivendo dentro da UTI, o senhor podia responder para ela. Ela diz o seguinte: "Meu filho de três anos teve epistaxe [que é um sangramento pelo nariz] e meu marido, com tempo de sangramento elevado devido à Covid! O protocolo diz para usar anticoagulante. E aí?". A segunda pergunta da Aline: "Covid tem risco elevado para trombose e, em estudos recentes, também risco de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sangramento em alguns pacientes. Quando usar anticoagulante?". O senhor podia responder, Dr. Fabrício, à internauta Aline Rinaldi Bento.

Com a palavra V. Sa.

O SR. FABRÍCIO SILVA (Para expor.) – O.k., Senador. Muito obrigado pela pergunta.

Sobre à anticoagulação, em relação a alguns estudos, inclusive, nós aqui em Brasília estamos participando de um estudo nacional brasileiro, com mais de 20 centros avaliando a eficácia de anticoagulação na Covid-19. Hoje ainda a gente não tem essa resposta sobre a diferenciação em anticoagular de maneira plena ou só prevenções para eventos trombóticos na Covid. Ainda há um grande questionamento na literatura científica. Parece, sim, que usar anticoagulantes indiscriminadamente aumentam muito o risco de sangramento, o que seria uma complicação relacionada às medicações. Hoje, nós individualizamos o paciente com a indicação de anticoagular, especialmente aqueles pacientes que já têm alguma predisposição a eventos de trombozes, que tiveram histórico pregressos de trombozes e que estão com acometimentos mais graves. Dos pacientes internados, quase a sua totalidade recebem, pelo menos, a anticoagulação preventiva. Em alguns casos, sim, a gente usa anticoagulação total ou plena.

No âmbito ambulatorial, que é o questionamento da internauta, fora do hospital, não temos ainda uma recomendação clara sobre a utilização de anticoagulante. Isso deve ser individualizado, se há alguns marcadores que aumentam o risco de eventos trombóticos ou se por algum motivo já foi documentada alguma trombose, seja em veias das pernas, braços, em algum local do corpo que possa justificar a anticoagulação, de fato.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Fabrício.

Continuando, consulto se o Senador Esperidião Amin já retornou da entrevista. (*Pausa.*)

O Senador Luis Carlos Heinze está com a palavra.

Está presente o Senador Luis Carlos Heinze? (*Pausa.*)

O Senador Nelsinho Trad está aí.

Logo depois, eu lhe passo a palavra, Senador Izalci.

Senador Nelsinho Trad... (*Pausa.*)

Pode liberar o seu som. Pode soltar o som, Nelsinho, por favor! Senador Nelsinho, o seu som está fechado.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Ah, agora, sim! Está me ouvindo?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo-o bem. Pode falar.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, muito obrigado por mais esta oportunidade.

Agradeço aos colegas Senadores que aqui se fazem presentes.

Já estamos no final da nossa manhã de trabalho.

Quero saudar os nossos convidados e dizer do quanto é importante, cada vez mais, ouvi-los.

Eu sou médico e quero dar aqui o testemunho de que estamos realmente diante de uma situação em que, dia a dia, a gente aprende com ela, com a perspectiva de um olhar para frente, porque, infelizmente, nós vamos ter de conviver com a Covid por mais algum tempo nos nossos hábitos, no nosso dia a dia, nos nossos afazeres.

Quero dizer que essa questão da abordagem precoce é algo que realmente (*Falha no áudio*)... prova que, infelizmente, não existe nenhuma droga específica para que a gente possa, de maneira eficiente, fazer o combate a esse maldito vírus. Quisera eu que nós tivéssemos uma medicação que, comprovadamente, pudesse fazer frente a essa situação!

Gostei muito do exemplo da Dra. Natalia no que tange às doenças virais. Realmente, sempre foi uma luta da medicina, da ciência, achar um caminho para se portar diante de infecções virais de que o corpo humano, muitas vezes, é acometido, de tal sorte que esperamos que haja um planejamento, que haja um controle da situação e da narrativa por parte do Ministério da Saúde, para que nós possamos vislumbrar uma luz ao final de toda essa trajetória.

Apenas quero ressaltar que compreendo a posição do Conselho Federal de Medicina no sentido de outorgar, de transferir ao médico profissional responsável pelo paciente o direito da condução do tratamento da patologia, pois isso está dentro da concepção da relação entre médico e paciente.

Mas não podemos deixar também de nos inteirar, através da ciência, de todas as questões que envolvem esse enfrentamento que dia após dia devemos fazer desse maldito vírus. De tal sorte que, reunião após reunião, serve para eu aprender cada vez mais, eu quero colocar desta forma. E parabenizar o Senador Confúcio, o Senador Wellington e os demais Senadores que nos dão essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Nelson Trad.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.)

– Presidente, eu estava na sessão solene de Brasília, dos 61 anos, então não deu para ver tudo o que aconteceu. Se eu perguntar coisas que já foram respondidas, desculpem-me.

Antes de entrar nas perguntas, eu indago sobre aquela questão que aconteceu em Manaus, da nova variante, depois com várias pessoas de Manaus espalhadas pelo Brasil inteiro – aqui em Brasília mesmo a variante predominante é a de Manaus –, não houve nenhuma orientação, nenhum controle, nada preventivo sobre como se deveria receber o pessoal de Manaus que veio espalhando essa variante para o Brasil todo? Mas eu pergunto ainda: em que medida a política do Conselho Federal de Medicina, de conceder plena autonomia aos médicos, favorece ou desfavorece a legitimação científica do tratamento precoce do coronavírus?

Como todos sabemos, ainda existem muitas dúvidas que aguardam resposta da ciência em relação ao Covid-19. A cada dia surgem novas informações, novos estudos, novas descobertas sobre o vírus. Sendo assim, eu pergunto: como tem ocorrido a revisão desses protocolos? São considerados os principais tratamentos utilizados no combate à Covid no cenário mundial? Existe um acompanhamento sistemático da literatura?

Vou ficar por aqui, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Izalci.

Com a palavra Luis Carlos Heinze, se estiver na sala, por gentileza.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, pode falar.

Libere seu som. Pronto. Pode falar Luis, não estamos te ouvindo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deu certo agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Certo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, o Dr. Confúcio Moura é médico, o senhor é médico... Parabéns também aos nossos apresentadores, painelistas, debatedores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer algumas colocações, vou apresentar um requerimento e gostaria, se fosse possível – porque há algumas autoridades, um infectologista do Rio Grande do Sul, o Dr. Ricardo Zimmermann; eu tenho o Dr. Francisco Cardoso, que é primo-irmão do ex-Presidente Fernando Henrique Cardos, também um infectologista, de São Paulo, o Dr. Zeballos, também um imunologista de São Paulo – que essas pessoas que defendem o tratamento precoce pudessem fazer uma apresentação. É um pouco diferente, não é? Eu agora estou na Comissão e estou começando a olhar esse assunto de forma um pouco diferente. Nós estamos focando nas vacinas, V. Exa. tem participado. Nossos Senadores que estão trabalhando nesse assunto, nos hospitais, estão com aquele projeto para ajudar os hospitais, e tudo o que se está fazendo.

Acho interessante a proposta, e a Kátia Abreu falou aqui sobre nós fazermos uma ampla campanha, que o Governo possa fazer uma ampla campanha de divulgação. Eu recomendo em cada entrevista minha: "use máscara, use álcool gel, lave as mãos, faça distanciamento"... O.k., tudo a gente tem recomendado.

Agora, à doutora, ao doutor, aos médicos que falaram aí um pouquinho, faço uma colocação. Eu comecei a procurar o início da cloroquina: Dr. Didier Raoult, um cientista de renome internacional, inclusive com nome de bactéria. Esse foi o primeiro a falar em cloroquina, em março do ano passado. E daí houve essas questões políticas, que foram usadas pelo Presidente dos Estados Unidos e também pelo próprio Presidente Bolsonaro – é outra história; depois é que vem a questão política nesse assunto, mas é importante nós trazermos essas pessoas aqui. E o Dr. Didier Raoult recomendou que Senegal usasse esse tratamento precoce, com ivermectina, cloroquina e tudo mais. Senegal tem 16 milhões de habitantes, tem 39 mil casos, tem só mil mortes. Foram 1.091 mortes em 16 milhões de habitantes, com 39 mil casos. Então, esse é um exemplo concreto que nós temos aqui.

E também o pessoal da internet comentando ali... Eu peguei aqui um abaixo assinado: em Santa Maria – cidade onde me formei, cidade universitária –, 175 médicos entraram na Justiça pedindo autorização para poder fazer a recomendação desse tratamento precoce. Hoje deve haver mais de 15 mil médicos no Brasil fazendo essa recomendação.

E há um outro ponto importante que quero colocar aqui: Cascavel. No Município de Cascavel, no Estado do Paraná, com 332 mil habitantes, recomenda-se; a Prefeitura recomenda esse tratamento. E, segundo a Associação Médica de Cascavel, usaram-se hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina, além das vitaminas. Então, estão usando esse *kit* multidrogas. Enquanto no Paraná é de 0,12 mortes o percentual, em Cascavel é de 0,03 – 25% – o índice das pessoas que morreram, quando trataram adequadamente. Então, há essas informações, e nós também teríamos que olhar esse caso aí, Sr. Presidente. Por isso, eu vou fazer-lhe uma proposta para que a gente possa trazer também essas pessoas que defendem esse tratamento precoce. São casos importantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra questão que eu estava olhando – minha assessoria buscou aqui – é a questão da Aids. Até hoje nós não temos vacina, e surgiu nos anos 80 a Aids. E, nessas pesquisas, da forma como estão usando... Em 1987, o AZT, que era um medicamento usado para câncer, viram que podiam tratar a Aids. O FDA recomendou. Estavam testando outra coisa, e daqui a pouco acertam... É um dos medicamentos mais usados hoje para o tratamento da Aids. Essa é a forma que nós vamos encontrar, que a ciência vai descobrir.

Não estou eu falando; eu não conheço esse assunto, mas já ouvi cientistas falando, debatendo esse assunto. Acho que seria importante os cientistas também falarem sobre esse tema, como citei aqui, e por isso vou fazer-lhe essa proposta, para essas três autoridades poderem fazer essa conversa conosco e também para nos apresentarem essas informações. Então, esse é um ponto importante.

E só para complementar, ainda no meu tempo. Aquela reunião foi fundamental, Sr. Presidente. Nós tivemos um *feedback* dos laboratórios, que já seguiram na conversa com o Butantan, já estão se acertando para produzir vacinas. À tarde mesmo a Dra. Meiruze passou o pessoal da Índia, e já eles começaram a contatar com a Índia aquela segunda vacina, a Covaxin; já estão conversando os laboratórios farmacêuticos e veterinários com esse laboratório da Índia. Então, tudo a partir daquela reunião que nós fizemos naquela manhã de sexta-feira, que foi fundamental, Sr. Presidente. E assim surgirão outras alternativas para que nós possamos ter as vacinas o mais rápido possível.

Esse cronograma que o Brasil está apresentando – que deve ser até o final do ano –, quem sabe nós possamos abreviar a partir do trabalho excelente do Senador Wellington, que é o Relator desta nossa Comissão, que trouxe os laboratórios de medicamentos veterinários, com o apoio do Ministério da Agricultura, do Ministério da Saúde e também da Anvisa, na conexão com o Butantan.

E a nossa participação, a de V. Exa. foi fundamental, porque é o Presidente desta Comissão. Nós, com os Senadores Izalci, Nelsinho Trad e Wellington Fagundes, estamos trabalhando nessa questão. Quem sabe nós tenhamos saídas importantes o mais rapidamente possível, em cima dessa posição? Então, esse é o fato.

Estou vendo o Senador Nelsinho aqui... Ele está no carro, não sei se ele está... Eu acho que ele não está dirigindo, mas ele está ouvindo a nossa fala. Senador Nelsinho, está dando certo aquela nossa conexão com os laboratórios de medicamentos veterinários.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Obrigado, Senador Heinze.

Gente, vamos fazer uma paradinha para tomar um golinho de água, mas não precisa ninguém sair da sala – ninguém! –, porque vamos convidar agora a... (*Pausa.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A Eliziane está aí? (*Pausa.*)

Eliziane, vou fazer o seguinte: eu vou passar a palavra para a Dra. Margareth Dalcolmo, da Fiocruz, e, logo depois, eu lhe passo a palavra.

A Dra. Margareth abriu uma exceção para nós. Ela foi convidada, mas estava ocupadíssima em aulas. Ela abriu este espaço agora, neste horário. Vamos ouvi-la.

Com a palavra a nossa convidada Dra. Margareth Dalcolmo.

A SRA. MARGARETH MARIA PRETTI DALCOLMO (Para expor.) – Bom dia, Senador.

Eu peço muitas desculpas por entrar de chofre: eu estava num *advisory board* que estava marcado há muito tempo.

É um prazer estar aqui com o senhor, com a Senadora Kátia Abreu, de quem eu gosto muito, com a minha amiga Natalia, com o Senador Esperidião e com quem mais esteja nos ouvindo.

Não sei como transcorreu a reunião, Senador, mas eu gostaria de saber como eu posso contribuir nesta discussão, que me parece muito relevante. Eu não sei se o nosso Conselho Federal de Medicina esteve presente na reunião. Então, eu gostaria de saber...

Enfim, eu estava, na verdade, numa outra reunião sobre aprovação ou não desse antiviral novo para Covid-19 no Brasil que é o remdesivir, o que também é uma discussão muito importante, porque é um medicamento que realmente pode fazer um pouco a diferença. Isso tomou muitas horas, porque nós temos que preparar o dossiê para ser submetido à Conitec.

O Brasil, Senador Confúcio e Senadora Kátia, tem mecanismos regulatórios excepcionalmente bem montados. Se nós os tivéssemos usado de maneira correta, tudo poderia ter funcionado melhor do que funcionou durante esta trágica pandemia que nos assola.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dra. Margareth, é o seguinte: estão presentes a Dra. Natalia Pasternak, que já se apresentou no seu tempo, com muitas respostas; o Dr. Donizetti, que é Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina; e o médico intensivista de Brasília Fabrício Silva, que falou sobre rotinas e protocolos para pacientes graves em UTI. O tema é justamente este: protocolos, condutas, procedimentos no enfrentamento da pandemia. Então, a senhora pode discorrer pelo tempo de dez a doze minutos sobre esse assunto.

A SRA. MARGARETH MARIA PRETTI DALCOLMO (Para expor.) – Senador, é muito difícil pegar uma discussão assim, mas, enfim, eu acho que algumas considerações valem a pena ser feitas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que nós carecemos de protocolos em todos os níveis de complexidade de uma doença que é tão polimorfa e tão complexa quanto a Covid-19.

Quando nós nos reunimos – eu me lembro disto – no começo de março do ano passado, ainda sob a gestão do Ministro Mandetta, nós nos reunimos em Brasília durante três dias, *full time*, exatamente para rever os *guide lines*, ou seja, os protocolos que, naquele momento, tinham vigência no Brasil para síndromes gripais em nível ambulatorial – não era em nível hospitalar. Em nível hospitalar, os protocolos são, em geral, dos próprios hospitais, das próprias redes e, teoricamente, baseados em boas evidências científicas. Naquele momento, nós revimos os sinais e sintomas de síndromes gripais e de Síndrome Respiratória Aguda Grave, que eram aquelas que levaram à internação hospitalar. Depois disso, o que nós vimos foi realmente uma quantidade de confusão, sobretudo agravada por esse uso que eu considero realmente, Senador Confúcio, muito desastroso no Brasil – estou vendo aqui o Senador Randolfe também e queria cumprimentar a todos mais uma vez –, enfim, esse uso desordenado de esquemas terapêuticos que, na verdade, têm muito pouca validação.

E nós que fazemos pesquisa clínica temos tentado, de maneira clínica, de maneira muito rigorosa, demonstrar com base senão nas melhores evidências, pelo menos em evidências que sejam defensáveis do ponto de vista ético. E o que nós vimos no Brasil, na verdade, foi uma utilização de tratamento sem base alguma e que resultou, seguramente, não como causa definitiva mas como causa adjuvante, em que o Brasil fosse hoje esse país com essa mortalidade que nos constrange enormemente e com uma letalidade que igualmente também nos constrange muito, como médicos. E aí eu estou falando como médica que assiste paciente, que interna paciente, que trata paciente grave em Unidade de Terapia Intensiva.

Por outro lado, Senador, nós temos alguns exemplos muito positivos no Brasil. Nós temos serviços públicos grandes que internam quantidade de centenas de pacientes e que vêm seguindo protocolos de grande qualidade. Ontem – eu dava esse exemplo há pouco, meia hora atrás – eu pude visitar, acompanhando o Secretário da Saúde do Município do Rio de Janeiro, o maior hospital público aqui do Rio, que é o Hospital Ronaldo Gazolla, com 420 leitos dedicados exclusivamente à Covid-19, onde são seguidos protocolos de conduta para paciente internado, muitos dos quais já chegam em ambulância, muitos já intubados na rede primária, ou seja, de maneira completamente não desejável – eu não posso dizer equívoca, porque se não intubar o paciente vai morrer, mas chegam em condições muito graves. Então, é um hospital público com limitações de recurso, sem dúvida nenhuma, mas onde em nenhum momento faltou *kit* intubação; onde os médicos, os enfermeiros e todo o pessoal de saúde têm trabalhado, com as limitações, de acordo com os melhores preceitos éticos.

Com isso, eu quero dizer aos senhores que se pode, sim, operar um serviço público no Brasil em condições que obedeçam ao que melhor existe, senão – volto a dizer – às evidências do tipo 1A, que muitos hoje desdenham de maneira muito deselegante, inclusive, quando nós falamos nisso... É inaceitável que um colega se refira com desdém quando nós falamos em evidências do tipo 1A ou 1B, ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, as melhores evidências que existem. Isso é inaceitável! Nós temos que trabalhar com base naquilo que já existe de conhecimento sedimentado, e com aquilo que não existe, nós devemos ter cuidado, dizer a verdade, acompanhar e ter no mínimo a utilização de termos de consentimento, que são aqueles utilizados em protocolos quando não há definição comprovada de condutas médicas a serem tomadas.

De modo que eu diria, nesses minutos, Senador Confúcio, que eu considero uma perda de energia enorme, uma perda de dinheiro enorme. Acho que o Brasil nos constrange quando nós vemos a quantidade de dinheiro que foi gasto de maneira absolutamente equívoca comprando medicamentos que não serviram para nada, sobre os quais não há mais nenhuma controvérsia. O período de controvérsia já passou, já houve um momento em que havia controvérsia. Hoje isso tudo é coisa antiga, já passada, sedimentada. Esses medicamentos desses *kits* precoces não servem para nada, nós já sabemos disso. Então, nós nem mais discutimos isso. O que estamos discutindo agora é o que poderemos incorporar, a partir de registro na Anvisa e validação pela nossa Conitec, que é quem aprova procedimentos, medicamentos e equipamentos, ou tudo que será incorporado às práticas nos serviços públicos. Este é o momento no qual nós estamos e o que eu estava fazendo até agora discutindo a incorporação de um novo medicamento para paciente fora da ventilação mecânica, fora da intubação, internado com pneumonia por Covid-19.

Então, essa é uma discussão que realmente vale a pena fazer, sem dúvida. E nós temos, como eu disse no início, Senador e Senadora Kátia Abreu... Eu já tive oportunidade de conversar com a Senadora Kátia sobre isso. Os nossos mecanismos regulatórios são muito competentes. A nossa Comissão Nacional de Ética em Pesquisa é extremamente competente; é a mesma comissão que se referiu a essa coisa absolutamente criminosa que ocorreu em Manaus agora, com a utilização de cloroquina por nebulização. Isso forçosamente terá que gerar alguma admoestação, no mínimo, para esses colegas que o fizeram de maneira totalmente arbitrária, tirados de... Enfim, e que a obtiveram inclusive de maneira absolutamente inadequada, incorreta, violando preceitos de equidade. Eu estou falando em equidade no sentido de direitos humanos, daquilo que está regido pela nossa Constituição, obtendo termos de consentimento de maneira muito pouco transparente e desobedecendo ao mínimo de elegância, para não dizer outra coisa, que nós médicos somos obrigados a cumprir em relação às famílias dos pacientes.

Então, com esses comentários muito pontuais e rápidos, Senador, eu me coloco à disposição para qualquer contribuição que eu ainda possa dar.

Muito obrigada pela atenção. E mais uma vez eu peço desculpas por não ter estado presente o tempo todo, como o senhor tão gentilmente me convidou para estar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Margareth.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, nós temos agora perguntas que foram feitas para respostas. Mas nós vamos já finalizar todos os Senadores, são perguntas mais curtas, e passaremos a palavra para respostas e considerações finais pelos nossos convidados ilustres.

Eu passo a palavra para a Senadora Eliziane Gama, do Estado do Maranhão. (*Pausa.*)

Senadora Eliziane Gama? Eliziane?

Ela estava com dificuldades de rede onde ela está neste momento.

Mais uma vez, Senadora Eliziane Gama? (*Pausa.*)

Não. Ela não está atendida.

Eu passo a palavra, para um pedido de indagação final, à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, cumprimento a Dra. Margareth Dalcolmo. Parabéns pelo seu trabalho. Graças a Deus que a senhora existe e tem ajudado muito o País. Tenha muito orgulho de ser uma cientista e, além de cientista, uma mulher, não é? Eu fico muito feliz com a sua história e com o seu trabalho, assim como com o da Dra. Natalia também, que é um orgulho para nós.

Eu gostaria, Dra. Margareth – eu já fiz essa pergunta anteriormente –, que a senhora pudesse nos dizer, neste momento, qual é o malefício de saúde da utilização intensiva, contínua desse *kit* Covid. Além de provocar uma letalidade por má informação, por uma falsa impressão de proteção, fisicamente o que tem sido indicado, o que está acontecendo com esses pacientes ao tomarem por um longo período – por conta própria inclusive, e às vezes por indicação médica – esses medicamentos?

E gostaria que a senhora explicasse um pouquinho mais, porque é uma notícia nova, sobre esta questão de Manaus: a utilização por nebulização da cloroquina sem a menor autorização – que a senhora esclarecesse um pouco mais, do ponto de vista técnico, como isso pôde ocorrer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, aqui, a Senadora Eliziane não está presente.

Eu acho que o Senador Randolfe levantou a mão. Randolfe está presente na sala? Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estou aqui, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Isso.

Com a palavra o Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, muito obrigado.

Quero pedir desculpas por ter chegado atrasado a esta audiência. Mas ainda bem que ainda cheguei a tempo: esta eu considero uma das audiências mais importantes desta nossa Comissão permanente de acompanhamento da pandemia.

Quero cumprimentar o Dr. Fabrício, mas, em especial, quero cumprimentar estas duas eminentes doutoras, a Dra. Natalia Pasternak e a Dra. Margareth Dalcolmo.

Na verdade, antes de cumprimentar, eu quero fazer um agradecimento, que é um agradecimento em nome de milhões de brasileiros. A atuação de V. Exas. – e vou utilizar o tratamento de "V. Exas." mesmo, para ambas, porque, neste caso é a excelência conquistada pelo que V. Exas. têm feito. A atuação de educação e de resistência ao negacionismo a história julgará. Tenho certeza, como sempre costumo dizer, de que na história existe o altar da glória e da honra e existe o espaço para a desonra. V. Exas. – e assinalo "Excelências" – terão, não tenho dúvida, pelo que têm feito, o lugar da honra na história.

E faço uma rápida pergunta. Como V. Exas. sabem e meus colegas Senadores sabem, eu sou um dos membros desta Comissão de acompanhamento, Senador Confúcio, e sou membro também da Comissão Parlamentar de Inquérito que será instalada na próxima quinta-feira. Até por decorrência disso, Sr. Presidente, para não acumular funções e pela incompatibilidade de atribuições, talvez eu tenha... Tudo indica que terei que deixar esta Comissão e a honrosa companhia de V. Exas., Senador Confúcio e demais colegas, por eu integrar a outra Comissão, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Acredito, Dra. Natalia e Dra. Margareth, que inevitavelmente nós vamos precisar do acompanhamento de V. Exas. na outra Comissão, que terá um papel de investigação para apurar o que foi dito aqui pela Senadora Kátia Abreu, as razões que nos trouxeram até aqui e que nos tornaram o epicentro global da pandemia.

Os números da semana passada, Dra. Natalia e Dra. Margareth, são dramáticos: de cada dez humanos que morreram no Planeta, três são brasileiros. Ainda bem que nós instauramos um procedimento para investigar isso. E eu me permito aqui antecipar um questionamento que será objeto da CPI, mas eu quero aqui antecipá-lo.

Na opinião, Dra. Natalia, sua e da Dra. Margareth, o Governo Federal optou por uma estratégia deliberada de imunização de rebanho? As declarações do Senhor Presidente da República, as ações





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendidas nos levaram a isso? E aí pergunto adicionalmente a isso: quais as consequências desse tipo de estratégia de imunização de rebanho, se ela foi deliberada, para o agravamento da pandemia do País?

E aí, junto com isso, pergunto objetivamente o seguinte: parece-me que o Governo fez uma aposta de que não ocorreria a segunda onda da pandemia. Em decorrência disso, de que ocorreu essa análise de fato por parte do Governo de que não haveria uma segunda onda da pandemia, o atraso da aquisição de imunizantes, das vacinas, comprometeu quantas vidas de brasileiros? Temos como estimar isso?

Pergunto às senhoras: se nós tivéssemos tido desde dezembro o imunizante da Pfizer... Há notícias que dão conta de que foram oferecidas ao Governo brasileiro já em agosto, 70 milhões de doses. Se tivéssemos tido 70 milhões de doses em agosto, a Pfizer nos alega que já entregaria em dezembro. Parece-me que isso resultaria na imunização, já a partir de dezembro, de 35 milhões de brasileiros. Poderíamos estimar que quantas vidas poderiam ter sido salvas só falando sobre imunizante da Pfizer, sem contar que nós não aderimos no tempo certo ao consórcio internacional do Covax Facility, que poderia ter possibilitado para nós, já agora, em março e abril, 5 milhões de doses de imunizante da Covax Facility? E eu não posso deixar de dizer isto: sem falar da Coronavac, já que nos tinha sido ofertada. Se a gente tivesse tido antes a autorização da Coronavac, talvez nós tivéssemos começado já em dezembro a imunização também com a Coronavac.

Enfim, Dra. Natalia e Dra. Margareth, concretamente, se tivéssemos iniciado a imunização em dezembro, quantas vidas poderiam ter sido salvas? O que isso representaria para todos nós?

Tenho centenas de perguntas... Permitam-me dizer: eu espero contar com o apoio de V. Exas. Quero primeiro agradecê-las. Esperamos contar com o apoio de V. Exas. também na Comissão Parlamentar de Inquérito. Vou deixar para elas, lá na Comissão Parlamentar de Inquérito, talvez aprofundarem algumas perguntas, mas eu queria só direcionar neste momento essas duas, ou seja, quantas vidas poderiam ter sido salvas com o início da imunização a partir de dezembro e se, na avaliação das senhoras, o que ocorreu foi uma estratégia deliberada de imunização de rebanho e qual a consequência disso a essa altura para nós termos nos tornado epicentro global da pandemia.

Obrigado, Presidente. Desculpe-me se eu me estendi.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

Então, nós estamos já nos encaminhando para as respostas finais. Eu só queria ouvir agora de uma maneira bem resumida os comentários do Senador Wellington Fagundes, que é o Relator.

Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Bem, então vamos às respostas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma pergunta aqui. Para quem eu vou definir?

Bem, eu vou deixar para a Dra. Margareth responder. É de um internauta, Dra. Margareth. Anote aí o nome dele: Bernardo Vieira de Almeida, do Rio de Janeiro. É para a senhora, Dra. Margareth: "Quais são os órgãos responsáveis por definir os protocolos utilizados para o tratamento da Covid no Brasil?" Basicamente, essa é a pergunta dele; uma resposta bem rapidinha, bem seca.

Bem, vamos às respostas.

Doutora, na sequência, vou deixar a senhora por último – nós estamos no encerramento –, para respostas e as considerações finais.

Então, Dra. Natalia Pasternak com a palavra.

A SRA. NATALIA PASTERNAK TASCHNER (Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero começar respondendo à pergunta do Senador Luis Carlos Heinze sobre o início da controvérsia da cloroquina, que foi na França, com um trabalho publicado pelo grupo do Dr. Didier Raoult.

Então, só para deixar muito, muito claro, foi um trabalho de péssima qualidade, extremamente criticado pela comunidade científica. Didier Raoult não é um grande médico e cientista, como foi colocado. Didier Raoult é um médico extremamente problemático na comunidade científica, com várias acusações de fraude. Foi suspenso da Sociedade Americana de Microbiologia, da qual eu faço parte, por publicar trabalhos fraudados. Esse próprio trabalho que deu origem a todo o *hype* da cloroquina foi constatado depois que também era fraude, um trabalho com dados fabricados. O próprio Dr. Didier Raoult foi processado na França pelo equivalente do conselho federal deles, das associações responsáveis, e a cloroquina na França está proibida. Então, eu não acho que é um exemplo muito salutar.

Da mesma maneira, continuando nessa discussão, nós não devemos convidar médicos que defendem o tratamento precoce no Brasil que se respaldam em evidências falsas. Isso é uma falsa controvérsia. Existe um consenso científico muito claro em relação ao uso desses medicamentos, consenso respaldado pela Organização Mundial da Saúde, pelo NIH nos Estados Unidos, pela Agência Europeia, pela FDA e, mesmo aqui no Brasil, por todas as sociedades médicas por especialidades. Todas! Então, não existe uma controvérsia. Seria o mesmo que, ao discutir sobre o formato da Terra, a gente chamasse um astrônomo e um terraplanista para discutir. Isso é uma falsa controvérsia; essa controvérsia não existe. Portanto, não há a menor necessidade de que esta Casa, que se pauta por evidências científicas, dê vazão a uma falsa controvérsia, para ouvir terraplanistas ou antivacinas, que seria o equivalente desse movimento.

Respondendo à pergunta do Senador Randolfe, não me cabe, Senador, deliberar qual a intenção do Governo Federal, mas sim julgar o que as atitudes representam, e a omissão do Governo Federal e do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde na condução da pandemia, ao não estabelecer diretrizes claras para distanciamento, uso de máscaras, evitar aglomeração, isso sim comprometeu muitas vidas. Com certeza, a culpa da pandemia é do vírus, é o vírus que está tirando muitas vidas, mas não precisavam ser tantas vidas no Brasil. Muitas poderiam ter sido poupadas com um bom programa de contenção da pandemia, que nunca aconteceu, e certamente com maior planejamento para compra de vacinas.

Quando a gente fala, por exemplo, do desperdício, quando a gente esnobou, Senador, os 70 milhões de doses da vacina da Pfizer, nem são apenas aqueles 35 milhões de pessoas vacinadas que teriam sido protegidas, mas muitas pessoas no seu entorno. Isso, sim, é imunidade de rebanho. Imunidade de rebanho se conquista com vacinas. *Vide* o exemplo da varíola, uma doença que nos acometeu aí por milhares de anos e que nós nunca conseguimos controlar com imunidade de rebanho, mesmo sabendo que varíola só se pega uma vez na vida – pegou, está protegido. Mesmo assim, o mundo só conseguiu erradicar a varíola com um programa de vacinação coordenado pela Organização Mundial de Saúde que durou dez anos. E assim conseguimos erradicar nossa única doença viral até hoje. Então, imunidade de rebanho não é estratégia, a não ser com vacinas – vacinas são a única maneira de conquistar essa imunidade de rebanho –, e o Governo Federal foi omissivo e negacionista, e isto precisa estar muito claro. Omito porque não fez o que deveria fazer, não fez as campanhas de comunicação, passou a mensagem errada, fiou-se em falsas controvérsias, promoveu curas milagrosas, e o Presidente da República, infelizmente, dando um péssimo exemplo; e negacionista porque negou a ciência, negou a necessidade de medidas preventivas, negou a necessidade de planejamento de compra de vacinas.

E assim, respondendo à sua pergunta, Senador Randolfe, nós não temos como estimar quantas vidas foram perdidas para o negacionismo e a omissão do nosso presente Governo. Eu espero que desta reunião consigamos sair com diretrizes claras, bem comunicadas para a sociedade e, se até o Conselho Federal de Medicina, aqui representado pelo seu Vice-Presidente, deixou bem claro que não existe controvérsia na indicação do *kit* Covid, o próprio CFM disse claramente aqui para todos nós: "O CFM não apoia e não recomenda o *kit* Covid". Então, não há por que ouvir médicos que sejam contrários à posição aqui representada pelo próprio CFM e por todas as sociedades médicas e científicas do Brasil e do mundo.

Então, eu peço a esta Casa que, por favor, se baseie na ciência, nas evidências científicas e nas sociedades médicas brasileiras e mundiais.

Muito obrigada pela sua atenção. Eu espero ter contribuído para que essa discussão consiga prosseguir. E que a gente possa, a partir de agora, ter diretrizes claras e bem comunicadas para a nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Donizetti Dimer, para suas respostas e considerações finais. Dr. Donizetti, do Conselho Federal de Medicina.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO (Para expor.) – Eu queria, então, agradecer a oportunidade.

Queria salientar que o Conselho Federal de Medicina é um órgão que preconiza a boa prática médica, baseada em conhecimento científico, e também avalia a postura ética desses profissionais.

Tradicionalmente, a Associação Médica Brasileira tem 54 sociedades de especialidades científicas e, em geral, os protocolos de diretrizes são feitos por essas sociedades. O conselho é uma instituição supra, que orienta que os princípios de ética – autonomia, beneficência, não maleficência e justiça – sejam cumpridos dentro dessas boas práticas. Então, nesse sentido, o Conselho Federal somente defendeu autonomia, autonomia com limite – isso eu acho que deixei muito claro. E o Conselho Federal de Medicina vem desempenhando suas atribuições, nas suas competências legais, em todos os sentidos e sempre que for solicitado.

Entendo que o momento pelo qual o Brasil passa é muito difícil. Essa é uma doença de difícil controle, mesmo em países que estão com uma vacinação maior. Nós ainda não temos conhecimento sobre toda a sua movimentação e suas mutações. Preocupa-nos muito a idade estar baixando, acometendo grávidas e recém-nascidos, e isso merece atenção.

Então, a melhor arma é a educação em saúde e a conscientização. Eu vejo que, até que nós consigamos a vacina, que é a única resposta que nós podemos dar, nós precisamos controlar a mobilidade humana. Isso não é sinônimo de *lockdown*, mas, sim, de que todo cidadão tem que ter essa consciência. Nesse sentido, os maus exemplos são muito prejudiciais a essa movimentação e a esse ordenamento sanitário.

O Conselho Federal de Medicina está à disposição sempre dos Srs. Senadores, sempre para servir, com seu papel de diligência, respeitando todos os princípios éticos de uma forma diligente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Dr. Fabrício ainda se encontra na sala? (*Pausa.*)

Dr. Fabrício Silva. (*Pausa.*)

Passo a palavra, então, para a nossa convidada, Dra. Margareth Dalcolmo. (*Pausa.*)

Dr. Fabrício está aí? (*Pausa.*)

Está aí.

Pode falar, Fabrício. Fale, por favor. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode falar, Fabrício.

O SR. FABRÍCIO SILVA (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer o espaço de hoje aqui.

Eu hoje não represento nenhuma entidade médica, mas eu apelo como um profissional de saúde na linha de frente no tratamento da Covid-19.

Gostei muito das palavras da Margareth. Acredito que a gente já superou essa discussão da eficácia de tratamento precoce e de *kit* de início de tratamento. A gente tem que focar nos esforços para haver realmente medidas de prevenções eficazes e unir o País num destino comum, que é a redução de mortes com tratamento mais adequado dos pacientes críticos, envolvendo as esferas de associações, universidades públicas, universidades privadas e grandes redes hospitalares, e, em paralelo, a capacitação dos profissionais de saúde, obviamente fortalecendo a questão da vacinação.

Então, mais uma vez, muito obrigado pelo espaço.

Espero que esta Comissão se desdobre em boas atitudes para o nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra a Dra. Margareth para as respostas e conclusões.

A SRA. MARGARETH MARIA PRETTI DALCOLMO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Confúcio. Muito obrigada aos que nos antecederam. Muito obrigada ao Dr. Donizetti, pelo CFM – foi bom contar com sua presença aqui.

Respondendo às questões que me foram encaminhadas, Senador – a primeira da Senadora Kátia Abreu, em relação aos riscos.

Todos nós sabemos – possivelmente isso já deve ter sido comentado aqui, serei muito breve – que alguns desses fármacos, que têm sido usados dessa maneira tão arbitrária, digamos assim, compondo isso que eu já batizei, já há alguns meses, de saquinhos da ilusão, em que são colocados medicamentos que são antibióticos, que não têm a menor indicação para uma doença que é viral – antibiótico é remédio usado em doença causada por bactéria –, misturando com vitaminas, com zinco, com corticosteroides, que é um medicamento que só tem indicação em casos específicos de Covid-19, com critério médico abalizado naturalmente, e isso mais com anticoagulante, o que piora mais ainda a situação... Anticoagulante também tem indicação na Covid-19, porém deve ser usado criteriosamente a partir da avaliação de determinados marcadores clínicos da Covid, com os quais nós muito acostumados a lidar. Portanto, Senadora Kátia Abreu, há riscos, sim; há riscos, inclusive, da inocuidade. E eu quero dizer a senhora que ser inócuo não quer dizer que não faz mal. Ser inócuo é tomar remédio à toa, que não vai funcionar, mesmo que eles não guardassem em si, pela sua própria farmacologia, algum grau de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toxicidade medicamentosa, como é fato, mesmo a inocuidade seria equivocada na sua recomendação. Portanto, essa eu respondi.

Em relação à questão da cloroquina por nebulização, Senadora Kátia Abreu, nós temos órgãos regulatórios no Brasil, como eu, aliás, já disse, de grande qualidade. Um deles, que nos orgulha como pesquisadora que sou, é a Conep. Nós temos um sistema chamado CEP/Conep, que é o centro de avaliação de pesquisa nos nossos locais de trabalho e que depois são submetidos à Conep, que é o órgão nacional. Nenhuma experiência – porque isso foi uma experiência – ou nenhum experimento pode ser realizado no Brasil sem que seja aprovado pelo sistema CEP/Conep. E a Conep exarou uma manifestação extremamente bem fundamentada – que vale a pena que os senhores leiam – assinada pelo Presidente da Conep, Dr. Jorge Venancio, pontuando claramente que a Conep inclusive propõe que sejam investigadas as razões pelas quais esses colegas se deslocaram de São Paulo para Manaus para arbitrar, obtendo de maneira absolutamente equivocada também o que eles chamaram de termo de consentimento, que é um papel assinado por alguém que está longe de ser um termo de consentimento livre assinado pelos familiares quando o paciente não está em condições de fazê-lo.

Em relação à questão da imunidade coletiva ou imunidade de rebanho, como bem disse a Natalia, é um termo que se refere, Senador Confúcio, à vacinologia; nós só falamos desse termo quando nos referimos à vacina, quando a imunidade coletiva é obtida pela... A Natalia deu o exemplo muito bom. As intenções pelas quais isso foi feito eu não posso julgar. Não sou juiz para julgar intenções, esse grau de subjetividade. Não poderia responder. Posso dizer ao senhor apenas o tamanho do equívoco: é uma absoluta – aliás, eu já escrevi um artigo no *O Globo* em que eu disse isso –, é uma tolice completa imaginar que se vai fazer imunidade coletiva com doença. O risco é de uma doença que mata muito, que transmite de uma pessoa não para outra, mas para várias outras. A transmissão da Covid-19 é geométrica, não é aritmética. Então, isso tem que ser levado em conta também. Para uma pessoa infectada, nós temos que olhar para trás e examinar, pelo menos, quatro contatos dela, pessoas com as quais ela teve contato nos últimos dias. Portanto, sem dúvida nenhuma, as consequências foram desastrosas e eu vou dizer ao senhor, de maneira muito franca: muito pouco inteligentes em todos os sentidos. Não estou nem entrando na questão dos direitos humanos.

Os atrasos dos imunizantes foram desastrosos. O Brasil foi um celeiro de desenvolvimento de ensaios clínicos de fase 3 de vacinas de grande qualidade, tanto da vacina da Pfizer quanto da vacina da Johnson, que é uma vacina, hoje sabemos, de excelente qualidade, com grande vantagem para um País continental como o Brasil, que teria uma facilidade logística, uma vez que ela é dada em uma dose só. E, a despeito de termos desenvolvido esses ensaios de tão boa qualidade, nós não negociamos no momento em que deveríamos tê-lo feito. A Pfizer ofereceu e certamente houve brechas de negociação com a Johnson, mas nós não o fizemos, da mesma maneira como, de maneira equivocada, negociamos a menor, apenas para 10% da população brasileira, a compra junto ao mecanismo Covax.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa série de erros resultaram no fato de não iniciarmos a vacinação da população brasileira no início de janeiro, ou no final de dezembro, quando poderíamos tê-lo feito. E eu não tenho dúvida, Senador, em lhe dizer, como médica, que nós teríamos salvado alguns milhares de vidas. Ou seja, essas quase 400 mil mortes, que fazem esse luto indelével em nossas vidas, seguramente poderiam ter sido, eu diria arbitrariamente, no mínimo um terço a menos se nós tivéssemos imunizado esses grupos de população.

Finalmente, a pergunta encaminhada pelo Bernardo sobre os órgãos responsáveis. Como eu disse, nós temos órgãos que funcionam muito bem. Os protocolos locais das redes hospitalares ou dos hospitais são feitos pelos próprios hospitais, pelas comissões de infecção hospitalar, pelos comitês de ética, e eles devem se basear nas melhores evidências. Protocolos de natureza nacional ou derivados de publicações científicas de boa qualidade são chancelados pelos nossos órgãos éticos, pelos nossos conselhos de classe eventualmente e pelas nossas sociedades médicas. Eu sou presidente eleita da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, e nós, na sociedade, já exaramos um parecer, a exemplo de outras sociedades também, contra a utilização de medicamentos cuja controvérsia nós consideramos que já é ultrapassada. Portanto, qualquer uso agora será não apenas extemporâneo, mas passível, a meu juízo, de investigação e responsabilização.

Então, com estas palavras, Senador Confúcio, eu gostaria mais uma vez de agradecer o honroso convite desta Comissão e me colocar à disposição para qualquer outra contribuição que eu puder dar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Margareth.

Agora nós estamos praticamente concluindo, mas dois Senadores levantaram a mão para fazer comentários, inclusive o Senador Esperidião Amin, que tinha saído e retornou. Eu passo para ele só para fazer os seus comentários, suas indagações, porque consideramos o encerramento por parte dos convidados.

Passo a palavra ao Senador Luiz Carlos Heinze. *(Pausa.)*

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – É só para lembrar à Dra. Natalia que, sobre ivermectina, há hoje protocolos com estudos randomizados na base conexa, e mais de dez estudos com relação à cloroquina. Então, esses são os estudos.

E vou lhe dizer, Sr. Presidente, que ela falou que não deve... A senhora não pode dizer, doutora, quem nós convidamos ou não, a Comissão. Hoje, a senhora disse que não deve convidar. Eu vou convidar esses três médicos, que vão fazer o contraditório. Não há problema nenhum. Vocês têm uma ideia; vamos ouvir as outras ideias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu vou lhe apresentar o requerimento hoje, Senador Confúcio, para que possamos convidar três médicos renomados – não são quaisquer médicos –, que vão falar. São infectologistas, são imunologias que também vão dar a sua opinião sobre esses estudos, porque é importante nós termos o contraditório. Nesta Casa, para nós é importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A senhora quer responder, Dra. Margareth?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, foi a Natalia que falou que não devia convidar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dra. Natalia, não é? Dra. Natalia, a senhora quer responder?

A SRA. NATALIA PASTERNAK TASCHNER (Para expor.) – Pois não, Sr. Presidente. Obrigada.

Senador, com certeza, a minha colocação não passa de uma sugestão. Não cabe a mim dizer ou, muito menos, ditar o que esta Casa deve ou não fazer, mas, fica a minha recomendação: o contraditório só vale para situações que são realmente controversas.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem!

Senador Esperidião Amin, por gentileza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar a iniciativa. Eu tive que me ausentar porque tive uma *live* a cumprir aqui, mas tenho um resumo. Acho que essa reunião trata, digamos, de um máximo denominador comum. É isto que se pretende construir: um máximo denominador comum sobre o que seria o conteúdo de um protocolo para enfrentar o desconhecido.

Ainda hoje, eu fiquei mais ignorante a respeito desse assunto. Isso é uma particularidade, Senador Confúcio, que eu peço permissão para externalizar. O meu ídolo do tênis, desde os anos 50 para 60, antes do Guga, portanto – eu joguei tênis também, mediocrementemente – é um médico daqui, de Florianópolis, um pouquinho mais velho do que eu. Ele fez as duas doses da vacina antes de mim – eu fiz a minha na segunda, dia 11 –, e hoje foi internado com Covid. Embaralhou de novo. Já há mais de 20 dias, embaralhou. Eu sei que a vacina não é absoluta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo desse tempo todo de protocolo, de construção de um protocolo, eu acho que a maior confusão foi produzida pela frase "Fique em casa!". "Fique em casa!" antes ou depois de falar com o médico? Alguns entenderam – não poucos – que era para ficar em casa, e aí, depois de aparecerem os sintomas já agravados, eu perdi um amigo que entendeu mal a frase "Fique em casa!" – um grande amigo.

Então, eu queria deixar aqui dois registros. O primeiro é para a Dra. Margareth. Eu ainda vou pesquisar um pouco mais. Eu quero saber o seguinte: nós vendemos, no Brasil, algum remédio – estou falando de remédio, não de vacina – cujo laboratório não se responsabilize pelos efeitos colaterais perante o Judiciário brasileiro? Repito: eu não conheço nenhum remédio que seja vendido no Brasil, de uso continuado ou não, cujo laboratório não se responsabilize perante o Judiciário do Brasil pelos efeitos colaterais do remédio até para que se investigue se ele teve uma dose mal aplicada, em excesso. Eu desconheço.

Por isso, eu avalio que esta exigência do laboratório Pfizer... Vou dar o nome: Pfizer-BioNTech – e quem inventou a metodologia do emissário, mensageiro, foi a Vice-Presidente da BioNTech, Katalin, é isso que eu sei, foi isso que eu li. Ou seja, para vender comercialmente os remédios que produz, o laboratório aceita a Anvisa e a legislação brasileira. Você vai à farmácia, compra o remédio, com receita médica, depende da tarja, ingere o remédio de acordo com a posologia, com a recomendação do médico, e o laboratório se submete às regras do País. Aí, chega uma emergência, um desespero – desespero que fez gente comprar respirador e não receber, enfim, coisas que fazem parte do desespero –, e aí impõem estas duas exigências: ter um seguro lá fora, dinheiro lá fora para pagar eventuais condenações em tribunal lá fora... Vejam bem, nós não temos nem crédito nem Justiça. O Judiciário é o deles e o dinheiro nosso tem que ficar lá disponível para pagar eventuais erros do fabricante, julgado o erro por um tribunal lá fora.

A Pfizer, que foi sobejamente ajudada pelo Governo americano para sair da encrenca do *subprime* – se alguém tiver alguma dúvida, eu recomendo a leitura das páginas 350 até 354 do livro *Uma Terra Prometida*, de Barack Hussein Obama, ela é a primeira da lista das ajudadas –, a Pfizer exigir do Brasil, onde ela vende seus remédios seguindo a lei brasileira, que, na hora do nosso desespero... E eu também acho que para cada dia que não se obteve a vacina, nós todos temos de ter remorsos, todos. Mas submeter um velho cliente a essa regra, ou todos os clientes, com exceção dos Estados Unidos – com exceção dos Estados Unidos e, talvez, Israel; acho que foram as duas exceções, até porque para Israel venderam fiado e não receberam, é o que se conta, é o que consta –, eu acho isso, do ponto de vista ético e de protocolo, uma coisa que merece uma longa discussão. Por quê? Porque a Pfizer vai continuar vendendo no Brasil outras vacinas e, sempre, remédios. Então, eu pergunto se isso é justo. E endereço a pergunta à Dra. Margareth, concordando com esse remorso coletivo por não termos vacina suficiente nem tempestivamente.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dra. Margareth, por gentileza, a senhora pode responder ao Senador Esperidião Amin?

A SRA. MARGARETH MARIA PRETTI DALCOLMO (Para expor.) – Olha, Senador, muito obrigada pela pergunta, pela confiança de me fazer essa pergunta, porém, é fácil responder não respondendo. Deve haver critérios de confidencialidade nessa proposta de contrato que eu não conheço. O contrato que eu conheço é o contrato da AstraZeneca, que foi conduzido pela Fiocruz, onde eu trabalho, e que nós acompanhamos desde o nascedouro, desde o momento em que o Ministério da Saúde nos fez uma encomenda tecnológica e nós acompanhamos todos os passos; seguramente, por isso eu posso responder.

O que a Pfizer está propondo, Senador... Eu posso lhe esclarecer que, quando nós fazemos um ensaio clínico, que é diferente de um uso regular, nós temos um seguro que é previsto pelo patrocinador. Eu faço pesquisa. Eu acabei agora, estou controlando os pacientes arrolados num outro ensaio clínico, de uma vacina para a Covid-19, que é a vacina BCG, e é um ensaio também financiado com financiador internacional. O ensaio guarda um seguro porque faz parte disso, isso é uma metodologia internacionalmente aceita. O contrato e a cláusula que a Pfizer estaria, eventualmente, cobrando do Brasil, isso eu não posso lhe responder, porque eu não conheço. Isso deve estar submetido a normas de confidencialidade às quais eu não tenho acesso. Agora, eu acho, Senador, se me permite, que essas negociações passam por, digamos, um acordo ou por uma gestão diplomática que, seguramente, poderia ter sido conduzida de maneira mais eficiente, para que entraves dessa natureza fossem mais facilmente dirimidos. Enfim, eu acho que, sem dúvida nenhuma, o seu questionamento faz sentido, como, aliás, fez sentido o seu questionamento do "fique em casa".

E eu quero aqui dizer, Senador, que, sem dúvida nenhuma, houve um erro – e houve um erro internacional. Não foi um erro nosso, nem do País, nem de nenhum país, foi um erro conceitual de que havia uma preocupação de não exaurir os serviços de saúde no momento prévio ao pico epidêmico da primeira onda. E a própria Organização Mundial da Saúde recomendou que as pessoas só procurassem os serviços quando estivessem muito mal. Isso seguramente contribuiu para que tenha havido óbitos domiciliares. Não foi só no Brasil, na Itália já tinha havido muitos óbitos, na Espanha igualmente. Isso foi revisto rapidamente, desde o pico epidêmico da primeira onda. E utilização de tecnologias, por exemplo, como a telemedicina e outras modalidades – eu não vou me alongar – foram utilizadas. E, seguramente, Senador, eu concordo com o senhor, foi um equívoco, mas durou muito pouco na verdade. Possivelmente, deve ter contribuído, sim, para alguns óbitos domiciliares.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dra. Margareth, não é normal a pessoa dar a palavra para os convidados fazerem suas considerações finais e ficar fazendo perguntas depois, mas alguns Senadores saíram e retornaram, devido às suas agendas...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH MARIA PRETTI DALCOLMO – Com prazer, Senador. Com prazer. Imagina! Se eu souber e se eu puder ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Senador Nelsinho Trad recebeu no *e-mail* dele agora uma pergunta da D. Maria Basília, e pediu para a senhora responder para ela. Ela tomou uma dose da AstraZeneca agora recentemente, e a segunda dose será em julho. Ela pergunta se ela pode tomar a vacina da gripe.

A SRA. MARGARETH MARIA PRETTI DALCOLMO (Para expor.) – A pergunta dela é ótima e superoportuna, Senador, porque todos os senhores podem replicar essa informação – aliás, eu disse isso ontem na Rede Globo –, porque é importante que todos saibam.

Quanto à vacina CoronaVac, a distância entre a primeira e a segunda dose é de 28 dias. Portanto, a vacina da gripe pode ser tomada no meio, 14 dias após a primeira dose ou 14 dias antes da segunda dose, sem problema. É o recomendável, é o desejável.

Quanto à vacina AstraZeneca, cujo intervalo entre a primeira e a segunda dose é de 12 semanas, a vacina da gripe pode ser tomada duas semanas, pelo menos, após a primeira dose da vacina AstraZeneca ou até duas semanas antes da segunda dose.

A resposta é fácil, objetiva. Os senhores, certamente, não vão mais esquecer e vão poder orientar todos os seus colegas, familiares, funcionários, enfim, para que não paire dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Maravilhoso! Muito bom!

Acho que também o Senador Randolfe quer fazer uma pergunta.

É para encerrar mesmo, porque não temos mais condição de não liberar nossos convidados.

Gente, aguenta aí! Aguenta aí!

Vamos lá!

Randolfe, por gentileza, peço que seja bem objetivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Não, Presidente, nem quero fazer pergunta aos nossos convidados, mas só uma consideração.

Veja, eu acho que qualquer colega Senador pode convidar quem quiser, pois tem prerrogativa para isso. Nós temos aqui pelo menos cinco membros efetivos e cinco membros suplentes nesta Comissão, e todos têm prerrogativas e podem chamar quem quiserem para debater no momento em que quiser, na circunstância em que quiser.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, até sugiro àqueles que o queiram: há um francês chamado Didier Raoult. Parece que é ele que está defendendo ou que começou a defender a história da hidroxicloroquina. Seria uma boa ideia. Na França, ele está sendo processado por charlatanismo. Mas tudo bem, se os colegas acharem que é bom ele vir aqui, a gente pode trazê-lo para cá. Ele é que, primeiro, falou sobre a questão da hidroxicloroquina.

Aliás, eu acho que se pode falar sobre tudo. Pode-se chamar quem quiser para vir a esta Comissão para falar. Nós aprendemos na escola que matéria é tudo aquilo que ocupa algum lugar no espaço. Não sei! Alguém pode querer questionar o Lavoisier, o Newton, as três leis de Newton. A gente chama para conversar aqui! Não há problema, não!

Quero só fazer essa consideração. O colega disse que podia trazer quem quisesse, mesmo quem seja contra a ciência. Então, vamos começar com o Didier Raoult. Vamos lá! Na França, ele está sendo processado por charlatanismo, mas quem sabe ele não tenha algo para contribuir aqui!

Convenhamos, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Convenhamos!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado. Estou agradecido. Obrigado.

Eu peço aos Senadores que permaneçam por mais cinco minutos na sala. Peço a todos os Senadores e Senadoras que fiquem aqui por mais cinco minutos somente, para podermos deliberar sobre alguns requerimentos.

Quero agradecer à Dra. Natalia.

Um grande abraço para a senhora! Foi maravilhosa a sua participação.

Dr. Donizetti Dimer, estou muito agradecido a V. Sa. pela sua participação, pelo posicionamento do Conselho Federal de Medicina.

Estou muito grato. Vocês prestigiaram muito a nossa Comissão.

Agradeço ao jovem médico intensivista Fabrício Silva, daqui de Brasília, que põe a mão na massa, que está à frente dos trabalhos. Ele veio aqui trazer a experiência dele em campo.

Estou muito agradecido a você, Fabrício.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Margareth Dalcolmo abriu um espaço na sua agenda, a duras penas, para vir aqui também nos prestigiar.

Estou muito agradecido à senhora, que é muito reconhecida pela sua participação.

Agradeço a todos os internautas que apresentaram suas perguntas: Jamille; Paula Suzana; Giselle; Marizete; Evaldo – é muita gente! –; Adriano, da Bahia; Aline, de Mato Grosso; Claudio, do Rio de Janeiro; Yuri, do Amazonas. Vejam bem a quantidade de gente que participou, de São Paulo. Débora, do Rio de Janeiro. E assim vai. E por fim, Valéria. Eu não vou dar conta de ler, é muita gente. Chega!

Muito bem. Então, eu os dispensei agora, agradeço todos os convidados que podem se retirar, podem cuidar das suas vidas. E eu vou fazer um aparte administrativo bem rapidinho aqui, com nossos Senadores e Senadoras. Muito obrigado a vocês todos.

Votação em bloco dos itens extrapauta. Eu proponho ao Plenário, com base no art. 235, III, "d", do item 5, combinado com o art. 89, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e com o art. 151 do Regimento Comum, a votação em bloco de todos os itens da pauta.

EXTRAPAUTA**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 47, DE 2021**

Requer sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Antônio Barra Torres, informações sobre as providências já adotadas pela Anvisa para avaliar a possibilidade de utilização das estruturas industriais destinadas à produção de vacinas animais para a produção de vacinas contra a covid-19, conforme discutido na reunião da Comissão Temporária covid-19 de 29 de março de 2021.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

EXTRAPAUTA**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 49, DE 2021**

Requer para fins de realização da 17ª reunião, a realizar-se no dia 22 de abril de 2021, incluir no debate o tema: 3) Saldos existentes nos fundos de saúde municipais e estaduais e o uso eficiente dos recursos repassados pelo Governo Federal no enfrentamento da pandemia; e incluir convidados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Confúcio Moura

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2021

Requer que seja convidado o Ministro da Defesa e Presidente do TCU a fim de prestar informações sobre o relatório elaborado pela área técnica do TCU, que recomenda aos membros da corte a abertura de processo para analisar a conduta do general Walter Braga Netto no combate à pandemia.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 51, DE 2021

Requer sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o erro na adoção da chamada “técnica experimental de nebulizações de cloroquina”, que acarretou a morte de pacientes em Manaus/AM, as pessoas: Doutora Michelle Chechter, Médica e o Doutor Gustavo Maximiliano Dutra, Médico.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

Os Senadores e as Senadoras que concordam com essa apreciação em bloco permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados os requerimentos.

Resposta à Senadora Kátia Abreu. Apesar de os requerimentos terem sido feitos por escrito, em obediência ao Regimento Interno, informo que temos agendada a 18ª Reunião, no dia 26 de abril, no plano de trabalho, para debater o plano de imunização e o cumprimento de prazos, o Ministro da Saúde. Está bem, Senadora Kátia? No dia 26, próximo.

Eu preciso pedir também a participação do Rodrigo Pacheco, nosso Presidente, para que o Ministro compareça mais três vezes na nossa Comissão: este mês de abril, em maio e em junho. Todo fim de mês ele deve comparecer, para prestar contas à nossa Comissão das suas atividades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito e informo que está confirmada, para a 19ª Reunião, dia 29 próximo, que vai dar... Na segunda-feira? *(Pausa.)*

Na quinta-feira próxima, às 10h, reunião com o Ministério da Economia, para debater o Plano Nacional de Imunização, o cumprimento dos respectivos prazos como também a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas com o coronavírus. É o Ministro Paulo Guedes, da Economia. Sempre, no ano passado, ele alternava com o Waldery. Vamos ver se ele comparece ou se manda o Waldery.

Então, não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença de todos os Senadores e Senadoras, convidando-os para a próxima reunião, que atenderá ao plano de trabalho dos Requerimentos 11 e 49, de Izalci e Confúcio, a realizar-se no dia 22, com a seguinte pauta: atualizar o cenário e as dificuldades encontradas pelos Estados e Municípios no enfrentamento da pandemia e acompanhar o cumprimento do cronograma de vacinação; discutir a logística e o financiamento aos Estados federados para a manutenção e a ampliação de leitos de UTI/Covid; debater saldos existentes dos fundos estaduais e municipais de saúde e o uso eficiente dos recursos no enfrentamento da pandemia. Para essa reunião: Luiz Otávio Franco Duarte, Secretário de Atenção Especializada à Saúde; representantes dos secretários estaduais, do Conass; representantes dos secretários municipais; Fábio Baccheretti, Secretário de Estado de Minas Gerais; Marcellus Campêlo, do Estado do Amazonas; Marcelo Aragão, Secretário de Controle Externo da Saúde do Tribunal de Contas da União.

Declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado a todos vocês.

Uma boa tarde! Muito agradecido.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Marcos do Val e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater dificuldades de estados e municípios no enfrentamento à pandemia, acompanhar o cumprimento do cronograma de vacinação, discutir o apoio logístico e financeiro para manutenção e ampliação de leitos de UTI nos estados, a integração dos sistemas hospitalares, o planejamento e analisar cenários. (Plano de Trabalho e Requerimento nº 11/2021). **Participantes:** Sr. Carlos Eduardo de Oliveira Lula, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); Sr. Wilames Freire, Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems); Sr. Fernando Máximo, Secretário de Saúde de Rondônia (Representando o Secretário de Saúde do Amazonas e a Região Norte); e Sr. Josafá dos Santos, Coordenador-geral de Controle de Sistemas e Serviços de Saúde da Secretaria de Atenção Especializada em Saúde do Ministério da Saúde. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Convidados complementares: - Sr. Marcelo Aragão (Representante do TCU) - Sr. Messias Trindade (Representante do TCU). **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 52, de 2021** que: "Requer ao ministro das Relações Exteriores informações sobre a visita de delegação brasileira, chefiada pelo então ministro Ernesto Araújo, em missão a Israel, em março de 2021, que teve por objetivo fomentar parcerias para o desenvolvimento de vacinas, tratamentos e medicamentos para a Covid-19." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 53, de 2021** que: "Requer ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre o suprimento de oxigênio medicinal para os serviços de saúde, durante a pandemia de Covid19." **Autoria:** Sen. Styvenson Valentim e Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento Nº 55, de 2021** que: "Requer ao presidente (CEO) da Sinovac, Weidong Yin, informações sobre a possibilidade de parceria entre a Sinovac e as três empresas responsáveis pelas estruturas industriais utilizadas para a fabricação de produtos veterinários, para transferir tecnologia a fim de produzir vacinas contra Covid19 em suas dependências." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento Nº 56, de 2021** que: "Requer ao presidente do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas, informações sobre os documentos e contratos relativos à transferência de tecnologia do laboratório Sinovac para a produção de vacinas contra a Covid19." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento Nº 57, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública com o intuito de debater os impactos do novo coronavírus





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na educação brasileira e os principais desafios e alternativas para enfrentar a crise, com os seguintes convidados: 1. Milton Ribeiro, Ministro da Educação 2. Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da UNDIME 3. Vitor de Ângelo, Presidente do CONSED 4. Priscila Cruz, Presidente-Executiva da Instituição Todos pela Educação 5. Viviane Senna, Presidente do Instituto Ayrton Senna" **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento Nº 58, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater estratégias, monitoramento de publicidade e a desinformação, 'fake news' sobre vacinação contra a Covid -19, com os seguintes convidados: • o Senhor Alexandre Ramagem Rodrigues, Diretor Geral da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência); • representante da Secretaria de Comunicação do Governo Federal; • o Senhor Paulo Jerônimo de Sousa, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; • a Senhora JOSICLECIA GOMES NOGUEIRA, Secretária de Comunicação do Governo de Amazonas." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento Nº 59, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a grave crise sanitária no Brasil, bem como, as tratativas de aquisição de vacinas via Covax Facility, com os seguintes convidados: • o Doutor Tedros Adhanom, Diretor Geral da OMS (Organização Mundial de Saúde); • o Senhor Antônio Guterres, Secretário Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) Na; • a Doutora Socorro Gross, Representante da OPAS e OMS no Brasil." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento Nº 60, de 2021** que: "Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: 1. Wellington Dias, governador do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste. 2. Ibaneis Rocha, governador do Distrito Federal e presidente do Consórcio Brasil Central. 3. Flávio Dino, presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal; 4. Carlos Massa Ratinho Junior, Governador do Paraná e representante do Consórcio de Estados do Sul para combate à COVID; 5. Gean Loureiro, prefeito de Florianópolis/SC e presidente do Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras (Conectar/FPM)." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento Nº 61, de 2021** que: "Requer realização de Audiência Pública com o seguinte convidado: 1. Fernando Máximo, Secretário de Estado de Saúde de Rondônia." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/04/22>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos. Bom dia, nossos Senadores e Senadoras. Bom dia a todos os nossos convidados. Bom dia, internautas. Bom dia, enfim, ao povo brasileiro.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Temporária interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à pandemia.

Quanto ao uso da palavra, eu esclareço que, para esta reunião remota, será de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo. A ordem da fala será: primeiro o Relator, em seguida os titulares inscritos, depois os suplentes e, por último, os Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

Eu quero, antes de iniciarmos a nossa audiência propriamente dita, explicar que nós vamos... Eu avisei para todos os senhores que eu não controlo o tempo aqui. Eu estou longe do Senado, então o tempo é disciplinado lá pelo Senado, pela Comissão: são três minutos dados ao Senador para as suas perguntas e, às vezes, se ele não for objetivo, é cortado por lá. E demora muito pedir uma prorrogação, e a pessoa fica num vazio. Então vamos seguir os três minutos, seguir os tempos.

Na reunião passada, eu também me perdi, eu até fiz uma concessão, porque estava muito dinâmica, muito boa a audiência, e houve pedidos posteriores de fala – um falou, depois, no final, falou de novo –, e isso tudo sai do eixo, do ritual da nossa Comissão, que nós vimos seguindo de uma maneira muito rigorosa, e tem dado muito certo esse respeito aos tempos.

Votação da ata: daqui a pouco a gente vota, só aguardando a entrada do Wellington.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião trata de uma audiência pública, com o intuito de:

- 1) debater dificuldades de Estados e Municípios no enfrentamento da pandemia e acompanhar o cumprimento do cronograma de vacinação;
- 2) discutir o apoio logístico e financeiro para a manutenção e a ampliação dos leitos de UTI dos Estados e a integração dos sistemas hospitalares; bem como
- 3) os saldos existentes nos fundos de saúde municipais/estaduais e o uso eficiente de recursos repassados pelo Governo Federal no enfrentamento da pandemia.

Quero fazer esse comentário.

Contamos com a presença dos seguintes convidados: Josafá Santos, Coordenador-Geral de Controle de Serviços e Sistemas de Saúde da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde; Dr. Fernando Máximo, Secretário de Saúde de Rondônia, representando a Região Norte, que vem em substituição ao Secretário do Amazonas; Carlos Eduardo de Oliveira Lula, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); Wilames Freire, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems); Messias Alves Trindade, Diretor da Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude), representando Marcelo Chaves Aragão, Secretário da SecexSaude, que irá acompanhar apenas o início da reunião por ter compromisso prévio: eleição do Tribunal de Contas da União.

Como praticamente são cinco convidados, nós vamos dar dez minutos para cada um fazer a sua apresentação. Logicamente, o tempo é curto, mas, com as perguntas dos Senadores, todos terão tempo de complementar os seus assuntos respectivos.

Então, eu passo a palavra para o primeiro, pela nossa ordem: Dr. Marcelo Chaves Aragão, Secretário da SecexSaude, que irá acompanhar apenas o início da reunião, pois tem compromisso, e será representado a seguir por Messias Alves Trindade, Diretor da Secretaria de Controle Externo do Ministério da Saúde.

Com a palavra Marcelo Chaves Aragão.

O senhor pode falar, liberar seu som... (*Pausa.*)

Nós não estamos ouvindo, Dr. Marcelo.

É alguma coisa aí no seu sistema.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – Resolveu agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está ótimo, pode falar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO (Para expor.) – Bom dia, Senador. Tudo bom? É um prazer estar aqui, novamente, na Comissão. Queria saudá-lo e também os demais Senadores que participam.

Senador, essas palavras iniciais são mais para reafirmar sempre o propósito do Tribunal de Contas da União, com a relatoria do Ministro Zymler, de estar sempre ajudando na melhoria da gestão e da governança no enfrentamento à pandemia. O nosso papel e a nossa atuação têm se pautado sempre por esse propósito. Os nossos acompanhamentos têm uma abrangência muito grande. Nós abordamos diversos assuntos que dizem respeito à pandemia, e todos esses que V. Exa. colocou para debate hoje, de alguma maneira, nós abordamos, conversando muito de perto também com os conselhos representativos, com as secretarias estaduais e municipais de saúde, Conass e Conasems, enfim, sempre no sentido de aperfeiçoar os mecanismos de controle, a própria governança, a transparência e o monitoramento, todas as questões envolvendo leitos, medicamentos, as variantes... A parte orçamentária, a execução orçamentária a gente sempre acompanha. O senhor colocou como um assunto importante também os saldos financeiros, que a gente tem acompanhado, enfim, sempre tentando exercer esse papel de melhorar a gestão no enfrentamento à pandemia.

Eu vou só fazer essa breve apresentação, Senador, e vou aguardar. Acho que o auditor tem que, talvez, ficar mais na retaguarda, deixar os gestores aqui presentes e que estão na linha de frente, tomando decisões importantes, falarem, e a gente fica aqui para, eventualmente, contribuir na discussão. Está certo, Senador?

O Messias vai também nos representar. Eu tinha um compromisso urgente já agendado, mas vou ficar aqui até por volta de 11h, acompanhando os debates.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Marcelo, mas o senhor podia dar umas pinceladas sobre o relatório do Tribunal de Contas, que é bem recente. Se o senhor puder fazer um comentário geral, eu lhe agradeço.

Pode continuar.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – Senador, uma dificuldade nossa: o nosso relatório vazou para a imprensa, o senhor sabe; o tribunal não decidiu ainda, e nós trabalhamos apoiando o tribunal, mas a decisão que prevalece é a do colegiado, dos ministros. O relatório tem cem páginas, Senador, então são diversos aspectos que a gente aponta em relação a governança, em relação a execução orçamentária e financeira.

As vacinas. Nós fizemos um acompanhamento de perto, uma escuta, uma entrevista com as secretarias estaduais de saúde em relação à execução do plano estadual de vacinação, com as secretarias municipais de saúde das capitais, dos Municípios das capitais, e, via Cosems, com os demais Municípios de cada Estado da Federação. Identificamos uma série de dificuldades, assim como é objeto aqui desta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião. São dificuldades muito grandes, sendo que as principais apontadas – estou falando só de vacinas por enquanto, Senador, porque são muitos assuntos – dizem respeito àquilo que a gente já sabe: a dificuldade hoje de quantidade de doses, vacinas suficientes – todos nós sabemos que a estrutura existente do SUS, do PNI, é uma estrutura que permite vacinar muito mais pessoas diariamente. Então, neste momento ainda, um dos grandes motivos alegados pelo gestor local é essa questão da falta de vacina, da dificuldade na disponibilidade hoje de vacinas, que é mundial, é uma situação mundial, não é uma questão somente do Brasil.

Outra questão colocada pelos entes subnacionais que dificulta é que há uma dificuldade de comunicação, e a informação que eles recebem é muito em cima sobre o quantitativo que cada Município vai receber, e, de alguma maneira, esse problema da comunicação acaba dificultando o planejamento local para acelerar esse processo de vacinação.

Foram colocados vários outros aspectos que nós mapeamos quanto a entraves, dificuldades e riscos, e fizemos uma discussão com o Ministério da Saúde para promover um aperfeiçoamento. O Ministério da Saúde tem sempre insistido que o papel dele tem sido o de passar as diretrizes de forma clara dentro do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação, mas a gente sabe que sempre há oportunidades de melhoria nesse processo. Então, o relatório expõe essas dificuldades, esses riscos na execução – provavelmente o gestor local, os secretários, vão poder fazer essa colocação.

E existem outros problemas, Senador, como essa questão do sistema, da alimentação do sistema. Nós estamos com um trabalho específico já desenhado para entender o porquê da dificuldade da alimentação do sistema, o SI-PNI, da integração com a Rede Nacional de Dados em Saúde. Isso é importante.

A nossa preocupação maior neste primeiro momento não tem sido em relação ao fura-filas, porque acho que o objetivo maior de todos nós neste momento é acelerar o processo de vacinação, torná-lo mais eficiente, mais eficaz. Graças a Deus, os episódios de fura-filas são episódios de exceção. Então, o nosso objetivo é tornar o sistema de registro da vacinação um sistema importante para tomar decisões, fazer a gestão, porque é um pilar do plano o SI-PNI. Então, também temos essa preocupação.

Com relação à diferença entre a quantidade de doses que o Ministério da Saúde já transferiu para os entes subnacionais e a informação de quantas pessoas foram vacinadas, há uma diferença grande. Isso já foi pior, Senador, porque havia, em um primeiro momento, uma diferença grande, entre a informação de doses já ministradas, do consórcio de imprensa *versus* o que estava no sistema. Isso caiu, já está muito próximo, mas ainda há uma diferença. A gente precisa entender por que há essa diferença entre a quantidade de doses transferidas e a quantidade de pessoas vacinadas no sistema. Pode ser um problema de sistema, como muitos entes alegam, de instabilidade do sistema, mas pode ser também um problema administrativo, operacional, e outras causas que a gente vai identificar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a questão de sistema, Senador. A questão orçamentária preocupa a todos. O atraso na aprovação da LOA dificultou, de certa maneira, o enfrentamento. O Ministério da Saúde viveu certo momento de duodécimo, em que pese ele ter uma autorização também, na LDO, excepcional para fazer o enfrentamento com recursos, mas a falta de uma rubrica específica para Covid, assim como nós tínhamos no orçamento de guerra, na ação 21C0 no ano passado, é algo que preocupa. Está no relatório também.

Há uma proposta ao Tribunal que faça uma determinação ao Ministério da Saúde para que tenha um planejamento orçamentário específico. Houve um avanço numa aprovação recente no âmbito do Congresso, uma alteração da LDO permitindo que haja uma rubrica específica, a possibilidade de maior agilidade, de ter o orçamento específico para a Covid em 2021. Esse é um problema que está lá no nosso relatório.

A questão dos leitos, todo um histórico de habilitação dos leitos pelo Ministério da Saúde, a evolução disso, o que aconteceu nesse momento. Enfim, nós abordamos a gestão e o monitoramento que o Ministério da Saúde faz nos medicamentos, o *kit* intubação. Há algumas conclusões importantes. Nós reconhecemos o monitoramento que existe, o controle, e algumas ações emergenciais que foram adotadas pelo Ministério da Saúde, mas existem algumas oportunidades – vou chamar de oportunidade de melhoria, Senador – para esse controle, dado esse momento tão crítico de falta de medicamentos do *kit* intubação no País inteiro. Por exemplo, o controle do Ministério da Saúde não contempla os leitos que estão sendo abertos neste momento tão crítico fora do plano de contingência. Então, existe essa necessidade de ter um controle. A demanda é crescente, em que pese ela agora estar se estabilizando, conforme o próprio monitoramento tem indicado.

O Ministro Queiroga tem melhorado muito a comunicação, as pessoas têm percebido. A gente conversou muito com o Secretário Executivo, o Rodrigo Cruz. O Ministro Zymler já teve uma conversa com o Ministro Queiroga, e nós ficamos muito entusiasmados com tudo que o Ministro Queiroga tem dito em termos de melhoria da transparência, da comunicação com o cidadão, com a sociedade. Ele tem comparecido mais a entrevistas com imprensa, apontado informações relevantes sobre as vacinas, sobre o enfrentamento da pandemia.

Senador, como o relatório tem cem páginas e são muitos assuntos, eu vou ficar só com esses assuntos. Há outros. A gente fala das variantes dos vírus, que é algo que preocupa; a questão do plano nacional de testagem, que precisa melhorar também. Enfim, o relatório é, como sempre, uma peça técnica que visa a melhorar a governança e a gestão do enfrentamento da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, muito obrigado, Dr. Marcelo.

Dando seguimento, vou fazer uma abertura de um parêntese para propor uma votação em bloco de itens aqui, de requerimentos, sem prejuízo da fala dos próximos convidados ilustres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu proponho ao Plenário, com base no art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado, a votação em bloco dos itens abaixo.

Primeiro item. Requerimento nº 52. Requer do Ministro das Relações Exteriores informações sobre a visita da delegação brasileira chefiada pelo então Ministro Ernesto Araújo na missão a Israel. É de autoria da Senadora Eliziane Gama.

Requerimento nº 53. Requer do Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde, informações sobre o suprimento de oxigênio medicinal para o serviço de saúde. É de autoria dos Senadores Styvenson Valentim e Randolfe Rodrigues.

Requerimento nº 55. Requer da Sinovac, do Sr. Weidong Yin, informações sobre a possibilidade de parceria entre a Sinovac e três empresas responsáveis pelas estruturas industriais utilizadas para a fabricação de produtos veterinários, para a transferência tecnologia. De autoria do Senador Wellington Fagundes.

Requerimento nº 56. Requer ao Presidente do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas, informações sobre os documentos e contratos relativos à transferência de tecnologia do laboratório Sinovac para a produção de vacinas contra a Covid-19. Também de Wellington Fagundes.

Requerimento nº 57. Requer a realização de audiência pública com o intuito de debater os impactos do coronavírus na educação brasileira e os principais desafios e alternativas a enfrentar. Convidados: Milton Ribeiro, Ministro da Educação; Luiz Miguel Martins Garcia, da Undime; Vitor de Angelo, Presidente do Consed; Priscila Cruz, do instituto Todos pela Educação; e Viviane Senna, da fundação Instituto Ayrton Senna. É de minha autoria.

Requerimento nº 59. Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a grave crise sanitária no Brasil e no mundo, bem como as tratativas de aquisição de vacinas via Covax Facility, com o Dr. Tedros Adhanom, Diretor da OMS; o Sr. António Guterres, Secretário-Geral da ONU; e a Dra. Socorro Gross, representante da Opas e da Organização Mundial de Saúde no Brasil. É de minha autoria.

O Requerimento nº 60 é para incluir na audiência de hoje a participação do representante da Região Norte, o Dr. Fernando Máximo, Secretário de Saúde do Estado de Rondônia.

Requerimento nº 61. Realização de audiência pública com o objetivo de debater com os Governadores as dificuldades que permanecem sendo enfrentadas pelos Estados no estágio da pandemia e o progresso do cronograma de vacinação. Convidados: Wellington Dias, do Piauí; Ibaneis Rocha, do Consórcio Brasil Central; Flávio Dino, do Consórcio da Amazônia Legal; Carlos Massa Ratinho, do Consórcio de Governadores do Sul; e Gean Loureiro, de Santa Catarina.

Aqueles Senadores que concordam com esses requerimentos propostos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão aprovados os requerimentos.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2021

Requer ao ministro das Relações Exteriores informações sobre a visita de delegação brasileira, chefiada pelo então ministro Ernesto Araújo, em missão a Israel, em março de 2021, que teve por objetivo fomentar parcerias para o desenvolvimento de vacinas, tratamentos e medicamentos para a Covid-19.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2021

Requer ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre o suprimento de oxigênio medicinal para os serviços de saúde, durante a pandemia de Covid19.

Autoria: Senador Styvenson Valentim e outros

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2021





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer ao presidente (CEO) da Sinovac, Weidong Yin, informações sobre a possibilidade de parceria entre a Sinovac e as três empresas responsáveis pelas estruturas industriais utilizadas para a fabricação de produtos veterinários, para transferir tecnologia a fim de produzir vacinas contra Covid19 em suas dependências.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 56, de 2021

Requer ao presidente do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas, informações sobre os documentos e contratos relativos à transferência de tecnologia do laboratório Sinovac para a produção de vacinas contra a Covid19.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2021

Requer a realização de audiência pública com o intuito de debater os impactos do novo coronavírus na educação brasileira e os principais desafios e alternativas para enfrentar a crise, com os seguintes convidados:

- 1. Milton Ribeiro, Ministro da Educação*
- 2. Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da UNDIME*
- 3. Vitor de Ângelo, Presidente do CONSED*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Priscila Cruz, Presidente-Executiva da Instituição Todos pela Educação

5. Viviane Senna, Presidente do Instituto Airton Senna

Autoria: Senador Confúcio Moura

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 58, de 2021

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater estratégias, monitoramento de publicidade e a desinformação, 'fake news' sobre vacinação contra a Covid -19, com os seguintes convidados:

- o Senhor Alexandre Ramagem Rodrigues, Diretor Geral da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência);
- representante da Secretaria de Comunicação do Governo Federal;
- o Senhor Paulo Jerônimo de Sousa, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa;
- a Senhora JOSICLECIA GOMES NOGUEIRA, Secretária de Comunicação do Governo de Amazonas.

Autoria: Senador Confúcio Moura

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 59, DE 2021





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a grave crise sanitária no Brasil, bem como, as tratativas de aquisição de vacinas via Covax Facility, com os seguintes convidados:

- o Doutor Tedros Adhanom, Diretor Geral da OMS (Organização Mundial de Saúde);
- o Senhor António Guterres, Secretário Geral da ONU (Organização das Nações Unidas);
- a Doutora Socorro Gross, Representante da OPAS e OMS no Brasil.

Autoria: Senador Confúcio Moura

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 8****REQUERIMENTO Nº 60, DE 2021**

Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados:

1. Wellington Dias, governador do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste.
2. Ibaneis Rocha, governador do Distrito Federal e presidente do Consórcio Brasil Central.
3. Flávio Dino, presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal;
4. Carlos Massa Ratinho Junior, Governador do Paraná e representante do Consórcio de Estados do Sul para combate à COVID;
5. Gean Loureiro, prefeito de Florianópolis/SC e presidente do Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras (Conectar/FPM).

Autoria: Senador Confúcio Moura

2ª PARTE**EXTRAPAUTA**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2021

Requer realização de Audiência Pública com o seguinte convidado:

1. Fernando Máximo, Secretário de Estado de Saúde de Rondônia.

Autoria: Senador Confúcio Moura)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos continuar o nosso trabalho, agradecendo ao Dr. Marcelo, do Tribunal de Contas, pela sua apresentação. Já, já virão as perguntas para ele.

Deixa eu ver quem será o próximo.

Passo a palavra para o Dr. Wilames Freire, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Com a palavra o Dr. Wilames. V. Sa. tem dez minutos.

O SR. WILAMES FREIRE BEZERRA (Para expor.) – Muito obrigado.

Eu queria cumprimentar os Senadores na pessoa do Presidente desta ilustre Comissão, Confúcio Moura, e dizer que para o Conasems é uma honra muito grande estar participando dessa audiência pública. Espero contribuir para que nós possamos avançar.

O Conasems tem feito um trabalho muito extenso ao longo de 2020/2021. Claro que, em 2021, nós tivemos alguns percalços por conta da mudança de gestão, uma rotatividade muito grande dos secretários. Nós estamos estimando que em torno de 4 mil gestores municipais entraram nas secretarias. Esses gestores encontraram os Municípios em uma situação de enfrentamento da pandemia, em 2021, com um recrudescimento muito forte, e nós trabalhamos muito na orientação técnica, na capacitação desses gestores para esse enfrentamento.

Tivemos, em 2020, um ano muito, muito forte, um ano em que nós trabalhamos junto com o Ministério da Saúde, com o Conasems e com as outras entidades. Na realidade, um ano de aprendizado com relação a saber lidar com essa pandemia, com esse momento em que o Brasil aprendeu a combater esse vírus – e nós não fomos diferentes.

Tivemos um orçamento de guerra que nos ajudou bastante e isso foi extremamente importante. Os Municípios receberam em torno de R\$23 bilhões através do orçamento de guerra, que nós precisamos também para 2021. Somado a isso, os Municípios também aplicaram em torno de R\$35,9 bilhões a mais



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

no seu orçamento próprio de saúde, além do mínimo constitucional. Então, tivemos uma forte aplicação de recursos próprios também em 2020.

Em 2021 estamos passando por alguns momentos que nós achamos cruciais. Enfrentamos a crise da falta de oxigênio iniciada em Manaus, que se estendeu pelo Brasil como um todo; somamos forças junto ao Ministério da Saúde, junto ao Conass, no monitoramento, no trabalho, no enfrentamento dessa crise. Claro que a gente entende que nesse momento já atravessamos um pouco mais os momentos críticos, avançamos bastante já na atenção com relação aos Municípios, nas regiões que necessitam de um apoio especial. Não temos relato de nenhum Município que tenha tido perda de pacientes por falta de oxigênio, isso nos dá tranquilidade de que, embora a crise tenha trazido e traga transtornos para nós, nós temos dado suporte necessário aos nossos hospitais, aos nossos pacientes.

Em paralelo a isso, também estamos enfrentando a crise com relação aos medicamentos de intubação orotraqueal.

Temos participado diariamente, junto ao Ministério da Saúde, junto ao nosso grupo técnico, formado pelo Ministério, sob a sua liderança, do monitoramento nacional referente à distribuição, para verificar onde esses medicamentos são mais necessários. Temos feito isso diariamente, temos acompanhado diariamente a distribuição, temos acompanhado, junto aos Estados, junto aos Municípios, a situação do estoque desses medicamentos. Temos trabalhado, junto ao Ministério, através da Organização Pan-Americana da Saúde, a possibilidade de importação de medicamentos, no sentido de nós nos prepararmos. Fizemos um alerta no ano de 2020, a partir do meio do ano, sobre essa possibilidade.

Alertamos o Ministério da Saúde também sobre a tomada de decisão no sentido da suspensão das cirurgias eletivas e sobre os medicamentos disponíveis para o Sistema Único de Saúde. Discutimos com a indústria e com o Ministério da Saúde, dentro desse grupo, a questão da distribuição desses medicamentos, a requisição do excedente de produção, para que possamos acompanhar os locais no Brasil aos quais esses medicamentos estão chegando.

É claro que, com o aumento da oferta e da demanda do paciente, houve o aumento de leitos de UTI. Houve um acréscimo de 19 mil leitos de UTI somente para a Covid no Brasil, e isso impactou muito fortemente o consumo de medicamentos e a questão também dos profissionais.

Eu quero até pedir licença para passar a palavra para o Elton, para ele falar um pouco com relação a medicamentos de intubação, que é um tema muito tratado hoje no Brasil, rapidamente, por um minuto.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para expor.) – Bom dia, Senadores!

Faço só um complemento ao que disse o Presidente Wilames, atento à fala do Marcelo, do TCU, sobre o quanto é importante esse monitoramento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2020, de fato, nós abarcamos os hospitais no plano de contingência. Esse foi o cenário do que foi a Covid em 2020, em que idosos com comorbidades estavam sendo internados. E, com esse número de leitos, a gente conseguiu atender dentro do plano de contingência. A partir de março, em que foi detectado um crescimento explosivo, com um perfil de doentes mais jovens, com um índice de massa corpórea maior, obesos, que necessitam de mais medicamentos e de oxigênio, a gente já constatou que o plano de contingência não era suficiente. Nós estamos colocando esses pacientes com suporte ventilatório pulmonar invasivo em estabelecimentos que vão além dos hospitais de contingência, a exemplo de UPAs, de hospitais de pequeno porte e outros. Essa necessidade nós já estamos monitorando desde o fim de março, início de abril.

Então, todos esses pacientes que estão intubados estão considerados nesses serviços com estoque e consumo, para que, no tempo oportuno, com ações emergenciais, seja por doação, seja por compra nacional ou internacional, nós, nesse grupo tripartite, com o apoio do Ministério da Saúde, possamos atender conforme a criticidade desses medicamentos no estoque.

Sabemos que a situação não é fácil. O que vai mediar... A principal necessidade é a gente ter a oferta desses medicamentos para atender a quantidade de doentes, que hoje é um número exacerbado.

Eram esses os complementos, Presidente.

O SR. WILAMES FREIRE BEZERRA (Para expor.) – Ótimo.

Com relação à temática de vacinas, na realidade o que falta é vacina. Nós temos uma capacidade, já provamos isto: nossas estatísticas demonstram que, no momento em que nós trabalhamos na administração da vacina da influenza, chegamos a vacinar 2 milhões de pessoas por dia. Nós imaginemos que temos a capacidade instalada no Brasil para administrar 2 milhões de doses por dia. Isso nos dá tranquilidade, porque o sistema poderá responder sempre que provocado e sempre que nós tivermos vacinas dentro do PNI.

O cronograma apresentado é sempre reduzido para baixo, nunca nós temos a obediência desse cronograma, como deve acontecer. E o que nós esperamos é que, colocando vacina dentro do PNI, nós teremos a capacidade de vacinar um número maior de pessoas. Estamos trabalhando, em média, hoje com 350 mil doses administradas por dia, mas entendemos que, por experiência que já foi comprovada durante a campanha da influenza, nós poderemos até administrar 2 milhões de doses de vacina por dia. O que falta mesmo é vacina dentro do PNI. Chegando vacinas dentro do PNI, os Municípios terão a capacidade de trabalhar muito forte essa questão.

Quero só passar ao Alessandro aqui, rapidamente, em um minuto, para trabalhar falar sobre vacinação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ALDRIN PINHEIRO CHAGAS (Para expor.) – Bom dia, Senadores. Para mim é uma honra estar aqui falando na Casa do povo.

Só complementando, a gente tem uma capacidade enorme... E uma novidade que nós fizemos muito para este ano em vários Municípios é a questão dos *drive-thru*, onde as pessoas não precisam sair do carro para serem vacinadas. A gente acredita que está usando um quinto ou um sexto da nossa capacidade. A nossa estimativa é que possamos chegar a vacinar 3 milhões de pessoas por dia, com as 47 mil UBS que temos no País e 38 mil salas de vacina. Então, a capacidade do SUS, dos Municípios lá na ponta, de estender essa vacinação é enorme. O que nós falta é exatamente o insumo.

O SR. MAURO JUNQUEIRA (Para expor.) – Só para complementar também, Senador – Mauro Junqueira, Secretário Executivo do Conasems –, nós temos uma vacinação, como disse o Alessandro, extramuro, os Municípios usando planilhas separadas, Municípios com sistema próprio. E aí imputar o dado para a base nacional às vezes demora dias. A diferença entre o que foi distribuído e que está colocado no sistema passa por tudo isso.

Além do mais, num país continental, enquanto o ministério distribui a vacina, imediatamente ela não está nos 5.570 Municípios e nas mais de 30 mil salas de vacina. Então, existe esse *gap*, mas, quando a vacina chega, ela é imediatamente aplicada e colocada à disposição da população.

Só para fazer esse complemento, porque esse registro é importante.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Quero agradecer às assessorias do Conasems pela brilhante apresentação, maravilhosa, esclarecedora.

Eu estou fazendo aqui também sempre um lancezinho, porque nós temos o quórum de Senadores, que já atingimos agora...

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 16ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Vamos continuar.

Eu passo a palavra, neste momento, ao Dr. Josafá dos Santos, Coordenador-Geral de Controle de Sistemas e Serviços de Saúde da Secretaria de Atenção Especializada em Saúde do Ministério da Saúde.

Josafá Santos com a palavra por dez minutos. (*Pausa.*)

Josafá, pode entrar. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Josafá está na sala? (*Pausa.*)

Josafá Santos, do Ministério da Saúde. (*Pausa.*)

Com certeza ele está tendo alguma dificuldade para entrar.

Vou passar para o próximo, Josafá. Depois volto para você.

Passo a palavra para Carlos Eduardo de Oliveira Lula, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

O SR. CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA (Para expor.) – Bom dia a todos; bom dia a todas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

O SR. CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA – Bom dia, Senador Confúcio Moura. É uma honra poder falar, poder conversar, poder dialogar, ainda mais tendo a presença de ilustres representantes, como o Dr. Josafá, do Ministério; o Wilames, que já falou; o Dr. Marcelo, do TCU.

Se V. Exa. me permite e os Senadores também, eu fiz uma pequena apresentação – prometo que serei breve –, que eu acredito que até facilite para a gente ter noção, porque eu tentei me ater aos pontos que foram solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, doutor. Pode continuar.

O SR. CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA – Quando a gente fala de enfrentamento da pandemia nas Redes de Atenção à Saúde do País, eu acho que a gente tem que ter algum direcionamento.

O primeiro é que, de fato, nesse mais de um ano de combate à pandemia, a gente tem um grande conflito federativo. A gente não conseguiu unir os esforços da União aos de Estados e Municípios para ter uma condução unificada e coerente das medidas que precisavam ser implementadas. A gente sabe que muitas medidas, do ponto de vista sanitário, são complexas e difíceis e trazem consequências econômicas e sociais, mas a dicotomia entre economia e saúde é uma dicotomia falsa. A gente só consegue retomar a economia se a gente controlar a doença e cuidar da saúde. Só que, infelizmente, a gente não teve a união dos entes num sentido só, de sorte que a gente pode dizer que esse conflito federativo permanente, que perdurou a pandemia inteira, foi um problema mobilizador das soluções que a gente poderia apontar nesse um ano e pouco mais de um mês.

Atualmente, a gente tem o recrudescimento da pandemia com novas variantes. Já são 92 variantes em circulação no País – a P1, dominante, e algumas outras que também trazem preocupação para a gente,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobretudo algumas de origem europeia já em circulação no País. Isso levou a um colapso das redes, tanto a privada quanto a pública. E a gente ainda tem uma baixa cobertura vacinal, porque o mundo tem um problema com a vacinação. A gente não tem a capacidade de ofertar as vacinas na velocidade que gostaríamos, de sorte que a gente não tem, no curto prazo, uma previsão de reverter, infelizmente, o quadro atual, de alta do número de óbitos. A gente já estimava, Conass e Conasems, que haveria uma diminuição no final de abril para meados de maio, e isso é verdade, só que essa diminuição do número de óbitos ocorreu num processo muito mais lento do que a gente esperava.

A população acima de 60 anos, que, no ano passado, respondia por quase dois terços das nossas internações e, portanto, dos óbitos e que terminará provavelmente o mês de abril sendo toda vacinada, infelizmente hoje já não é maioria nas... Ou felizmente também, porque isso prova que a vacinação tem funcionado. Só que as novas variantes têm afetado de maneira muito mais grave a população mais jovem, de modo que a gente pode dizer que diminuiu o que havia há algumas semanas, mas a gente tem estabilizado a doença num patamar muito alto. Isso quer dizer que a gente continua com um número muito alto de internados e deve continuar, infelizmente, com um número muito alto de óbitos por essa razão.

E o terceiro ponto é um ponto que precede tudo isso, precede a pandemia: a gente nunca teve financiamento adequado. Acho que o Senado já fez vários debates a esse respeito. Esse dado que eu estou colocando é do Conselho Nacional de Saúde. O percentual aplicado em saúde de receita da União tem diminuído ao longo do tempo. A gente já teve diversas mudanças em emendas à Constituição: a gente teve a Emenda 86, a Emenda 29, de 2000, mais recentemente a gente teve a Emenda 95. O financiamento da pandemia em 2020 e 2021 altera um pouco isso tudo, mas é certo que o SUS tem um problema grave de subfinanciamento. A gente nunca conseguiu prever o que estava ainda lá no ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), em 1988, que previa que 30% da seguridade social deveriam ser gastos com saúde pública. Então, a gente tem um problema crônico de financiamento do sistema que a gente não conseguiu ainda resolver, apesar de, nos últimos anos, isso ter melhorado.

O ano de 2017 foi um ano histórico, em que a gente mais conseguiu gastar com saúde pública, mas a gente gastou 4,1% do PIB. Países que têm sistemas universais como o nosso tendem a gastar, pelo menos, o dobro do PIB, cerca de 8% do PIB, quando a gente chegou, no máximo, a 4% do PIB. De 2000 a 2017, a gente demorou quase 20 anos para aumentar um ponto do PIB: a gente gastava 3% do PIB em 2000, foi gastar 4% no ano de 2017. E esse número tem caído nos últimos anos. Então, esse é um problema crônico do sistema que também afeta o enfrentamento da pandemia.

Hoje a situação dos leitos é importante, e eu queria destacar isso, Senador Confúcio. Qual era a situação dos leitos de UTI antes da pandemia? A gente tinha 15 mil leitos de UTI adulto e pouco mais de 2 mil leitos de UTI pediátrica; eram quase 18 mil leitos de terapia intensiva. Quando a gente pega o parâmetro da Organização Mundial da Saúde, que diz que a gente deve ter de um a três leitos de UTI para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada 10 mil habitantes, a gente deveria ter entre 21 mil e 63 mil leitos de UTI no Brasil. Isso quer dizer, seja utilizando a média, seja utilizando a mediana, que a gente poderia estimar em 31 mil leitos, que a gente tem um déficit histórico de, pelo menos, 13 mil leitos de UTI a serem financiados pelo Ministério da Saúde, excluía a pandemia da Covid-19. Então, veja que o problema do subfinanciamento do SUS afeta a nossa rede de assistência. A gente tem um déficit histórico de financiamento dos leitos de unidade de terapia intensiva. Quando a gente parte, portanto, a partir do ano de 2020, para tentar entender a situação dos leitos de UTI no SUS a partir da pandemia, a gente vê que isso muda um pouco. O Ministério da Saúde passou a financiar esses leitos a partir de abril de 2020, considerando o valor diário de leito de UTI a R\$1,6 mil. É importante dizer que a Planisa, que é um dos organismos, afirma que o custo de leito de UTI é um pouco mais de R\$2,1 mil por dia. Em alguns Estados do Norte e do Nordeste, por ter um custo maior, chega a R\$2,5 mil por dia. Mas, considerando isso, o Ministério passou a bancar R\$1,6 mil por dia dos leitos de UTI Covid, mas garantindo que seria prorrogado por 30 e depois por 60 dias. Então, de agosto a dezembro de 2020, a média de leitos de UTI custeada pelo Ministério da Saúde foi de dez mil leitos – 10.624 leitos –, ou seja, um número bem próximo daquele déficit histórico que temos de leitos a serem financiados.

O que aconteceu? A gente já alertava, Conass e Conasems, em dezembro de 2020, que precisávamos manter o financiamento de pelo menos dez mil leitos. Essa tabela está colocada para todos está de acordo com... É um painel que temos no *site* do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, mas é público, de acordo com os dados do Diário Oficial; é o número total de leitos financiados pelo Ministério da Saúde em 2020. A gente chegou a ter, em dezembro, 10.356 leitos financiados.

Só que isso muda. Como a gente teve problema com a aprovação do orçamento e o orçamento de guerra de 2020 cessou, em tese não haveria mais leitos para Covid em 2021, isso com a previsão muito otimista que era de que a pandemia estava passando e iria terminar. E a gente já alertava, em dezembro, que isso não poderia acontecer. A gente passou alguns meses com um déficit muito grande de leitos de UTI financiados pelo Ministério e só em março de 2021, depois de muita discussão, a gente conseguiu publicar uma portaria que autorizou, em caráter excepcional e temporário, esses leitos de UTI adulto e pediátrico para Covid-19 novamente. Então o Ministério passou a financiar.

Esse é o mapa de leitos e o total de leitos habilitados. Podem ver que novamente, em março de 2021, já são mais de dez mil leitos habilitados só para Covid-19. Ainda assim, a gente tem mais de 9 mil leitos, quase 10 mil financiados exclusivamente por Estados e Municípios. Ainda há esse déficit. A gente tem 19 mil leitos e tem pouco mais de 10 mil que o Ministério hoje financia; há 9 mil leitos ainda a serem financiados. Isso aqui da forma mais transparente possível, colocando o que a gente tem de dados publicados no Diário Oficial da União.

Quando saímos de leitos de UTI para verificar a segunda indagação, que é a situação epidemiológica atual, bem como vacinação, se a gente pegar as últimas semanas, de 2 a 18 de abril, a gente tem uma média diária de casos muito alta, de mais de 65 mil casos por dia. Isso é muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupante, porque, ainda que tenha havido uma pequena diminuição nas últimas semanas, ela é irrisória. Isso quer dizer que estabilizamos em alta. Há um número de pessoas internadas todos os dias muito alto. A média diária de óbitos por Covid está em quase 33 mil óbitos.

Eu peço mais três minutos, Senador, só para concluir.

A média diária de vacinação no Território nacional foi de quase 800 mil doses por dia. Então, 24 Estados reportaram aumento na mortalidade, nos últimos 14 dias, e 13 reportaram média diária de taxa de ocupação acima de 90%. Então, isso é muito preocupante! Se olharmos essas duas curvas, essa curva do número de casos de Covid pode mostrar como a segunda onda é muito maior do que a primeira, assim como o número de óbitos – há um número de óbitos muito mais alto. Talvez a gente tenha estabilizado. Eu não acredito que vá crescer muito mais do que isso, mas a gente estabilizou em um número muito preocupante, porque o número é muito alto.

E, em relação ao *kit* intubação, que era a terceira indagação, a gente tem ainda muitos medicamentos em falta. A gente tem conversado, dialogado com o Ministério, que está tentando fazer a compra internacional via Opas, mas, de fato, é muito grave. Há muitos medicamentos ou em falta ou com baixa cobertura, ou seja, eu tenho medicamentos para menos de dez dias. Ontem a gente conversava entre os Secretários de Estado de Saúde, e a situação, de fato, é preocupante na maioria dos Estados da Federação, eu diria. Por exemplo, bloqueador neuromuscular está em falta ou com baixa cobertura em 22 das 27 unidades da Federação. Tenho um pouquinho por medicamento. Depois, se V. Exas. quiserem fazê-lo...

E, em relação à vacinação, a gente tem um problema ainda. Todas as doses praticamente já foram distribuídas, e os Municípios têm aplicado essas doses. Então é falsa essa história de que houve a compra de muitas doses e que elas não estão sendo aplicadas. As doses estão sendo aplicadas! A gente tem um problema de inserção desses dados no sistema; há um problema sério de inserção desses dados no sistema.

Eu tentei colocar aqui 11 medidas urgentes e, se V. Exa. me permite, Senador, só passar *en passant* as medidas que a gente poderia tomar de urgência neste momento, que são as seguintes.

Garantir a existência de vacinas para imunizar a população. A gente tem capacidade de vacinar 3 milhões de pessoas por dia; é possível. A gente tem que ir atrás dessas vacinas unidos: Estados, Municípios, União, todos nós, atrás de quem tenha condições de oferecer, talvez até excedentes de vacinas de outros países.

Resgatar a autoridade sanitária do Ministério da Saúde, porque ele é o coordenador, ele precisa colocar a mão, ele precisa dizer o caminho que a gente vai seguir. Isso não pode ser feito da cabeça de cada um dos gestores dos Estados, de cada gestor de Municípios. Não é assim que funciona. O SUS sempre se pautou a partir da condução do Ministério, isso é importante dizer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo, o abastecimento de medicamentos e de oxigênio é fundamental; que isso não possa faltar, que a gente não precise ter essa crise.

Teste de antígeno é fundamental. A gente está brigando com o Ministério para tentar comprar e para melhorar a nossa testagem. O teste antigênico dá, em 15 minutos, a resposta. Ele iria desafogar e permitiria a gente testar mais e mais rápido. É fundamental a gente conseguir realizar essa compra. Os Estados que o fizeram isoladamente têm tido ótimo sucesso. Dou o exemplo aqui do Maranhão, em que diminuiu muito o tempo de permanência dos nossos pacientes ao comprar testes de antígenos, não só testes de PCR.

E também um plano de comunicação, dizer claramente, dar o recado, unido, do que precisa ser feito: usar a máscara, lavar as mãos – e nisso eu tenho que parabenizar o Ministério, a gente melhorou nas últimas semanas.

Suspender cirurgias e internações eletivas no que for possível – a gente ainda está com muita gravidade –, inclusive em hospitais privados, se for o caso. A gente pode ter um colapso ainda do sistema. Então, a gente precisa otimizar esses recursos e o que não for urgente a gente não tem condições de fazer neste momento.

Garantir novamente o fornecimento de EPI a Estados e Municípios. Agora é o pior momento da pandemia, a gente recebeu muitos recursos no ano passado, mas eu digo, com toda certeza, que hoje a gente sente falta porque a crises desta vez é muito pior do que a do ano passado. Para isso a gente tem um Guia Orientador para o enfrentamento da pandemia. Esse guia foi feito a muitas mãos, Conass e Conasems junto com o Ministério. Tentar colocar isso para todas as secretarias municipais de saúde.

Capacitar. A gente precisa capacitar, a gente precisa melhorar para tentar diminuir nossa letalidade. A nossa letalidade é muito alta por falta de insumos também, mas a gente precisa capacitar melhor nossos profissionais.

O ministério poderia conduzir isso com rapidez, além de fortalecer o sistema de informação do ministério. A gente pode discutir isso depois, pois é um problema. A gente tem um problema de internet nos Municípios, sobretudo nos menores. A gente também tem um problema no sistema de informação, que é muito lento e demora muito para cadastrar as informações.

Se possível, sim, a gente precisa de aporte de recursos financeiros federais como fonte extraordinária, não dá para discutirmos isso, é urgente a medida. A gente precisa ter recurso extra para Estados e Municípios. A gente nunca teve um número de leitos tão alto, muito mais alto do que na primeira onda, e nunca gastou tanto, portanto, com mais insumo, com mais pessoal, com mais oxigênio. Para isso, a gente precisa da ajuda.

Esse, de forma muito breve, é o cenário geral, Senador Confúcio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico à disposição para questionamentos.

Peço perdão por ter extrapolado meu tempo de fala.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Presidente Lula – os dois Lulas. É uma satisfação muito grande, apresentou muito bem, colocou 11 proposições inteligentes. Vamos analisar e procurar apoiar todas elas. Muito importante.

Agora, nós vamos dar continuidade ao nosso trabalho.

O Josafá estava com dificuldade de entrar de lá do Ministério da Saúde. Vou passar na frente o Dr. Fernando Máximo, de Rondônia. Depois, o Josafá faz o fechamento das palestras. Então, com a palavra o Dr. Fernando Máximo, Secretário da Saúde do Estado de Rondônia, representando a Região Norte.

Por favor, Dr. Fernando, pelo tempo de dez minutos, com a palavra.

O SR. FERNANDO MÁXIMO (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio, na pessoa da qual cumprimento todos os demais Senadores presentes. Bom dia, Presidente Lula, Presidente do Conass; Wilames, Presidente do Conasems. Bom dia a todas as demais autoridades do Tribunal de Contas da União e do Ministério da Saúde presentes.

Muito obrigado, Senador Confúcio, pela inclusão do meu nome na lista para participar deste importante grupo de discussões.

Eu tinha elencado uma série de tópicos para serem falados, mas, na quase totalidade, foram contemplados na fala do Presidente Carlos Lula, do Conass.

Quanto à importância de termos mais vacinas, coloco um apêndice nesse item. Alguns Estados e algumas prefeituras estão comprando vacinas, e, caso essas vacinas cheguem – o Estado de Rondônia é um dos que compraram, na união do consórcio de Governadores de Estado –, nós queríamos ver a possibilidade de essas vacinas não serem requisitadas pelo PNI, para que os Estados que compraram realmente recebam suas vacinas e possam vacinar os seus cidadãos. Essa seria uma das proposituras nesse item de vacinas. Além de termos que receber mais vacinas do Governo Federal, pois realmente temos capacidade de vacinar muito mais, essa seria uma das proposituras.

Uma outra, Senador, é que o Estado de Rondônia infelizmente é o Estado que menos recebeu doses de vacinas proporcionalmente na Região Norte. O Ministério da Saúde criou um grupo populacional prioritário para receber as vacinas, e, infelizmente, recebemos 65% só até agora desse grupo, levando em consideração que Rondônia foi, depois do Amazonas, o Estado mais atingido por essa segunda onda da pandemia, com essas seis cepas novas no Estado. Realmente, finalizamos ontem um ciclo de quase 90 dias com 100% das UTIs ocupadas, só perdemos para o Amazonas, até porque nós recebemos muitos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes do Amazonas, centenas deles internamos nos nossos hospitais, quando eles estavam na crise muito grande. Já fizemos várias vezes esse questionamento para o Ministério da Saúde.

O Amazonas, por exemplo, dentro do grupo prioritário criado pelo Ministério da Saúde, recebeu 115% das doses – acima do previsto. Tudo bem. O Amazonas teve uma situação excepcional e teve um plano diferenciado, mas Roraima, que não teve, por exemplo, recebeu 92%; o Amapá, 72%; o Acre, 78%; e Rondônia ainda está com 65%, sendo o segundo Estado mais atingido da Região Norte.

Nesse tópico de vacinas, isso é um tópico sobre o qual nós fizemos alguns ofícios para o Ministério da Saúde, mas infelizmente Rondônia tem sido desprivilegiado, tanto pela pandemia, pelo número de casos, pelas cepas novas, pela proximidade com o Amazonas, quanto pelo Ministério da Saúde na questão do percentual de doses enviadas.

Uma outra coisa extremamente importante que nós estamos precisando muito – os 27 Estados da Federação – são os testes rápidos. Como o Presidente Lula falou, a Opas nos cedeu uma quantidade aqui para Rondônia e para alguns outros Estados também, mas a gente precisa desses testes também do Ministério da Saúde, o que é fundamental, especialmente com essas cepas novas, que têm o poder de transmissibilidade maior, uma maior virulência e que estão levando à gravidade. A gente tem observado na clínica isto: a gravidade mais precoce dos pacientes. Para que nós possamos identificar, numa busca ativa, todos os casos positivos, que muitas vezes são assintomáticos ou oligossintomáticos, precisamos fazer uma busca ativa desses casos, para que nós possamos deixá-los isolados dez dias, para que pare, para que quebre, para que cesse essa cadeia de transmissão do vírus. E nós sabemos que quanto mais casos novos nós temos, obviamente, nós temos mais necessidade de vagas de UTI em poucos dias e mais óbitos. Então, precisamos cessar a cadeia de transmissão, e uma das formas é a busca ativa com testes rápidos. Sabemos que esses novos testes antigênicos são muito bons, detectam o vírus já nos primeiros dias de sintomas. Então, isso é extremamente importante, e o Presidente Lula falou isso com muita propriedade.

Outra questão que ele já falou são os medicamentos. Estamos com muitas dificuldades, todos os Estados estão. A grande maioria já está com estoques pequenos para dois, três dias. E a gente fica neste desespero: vai acabar, não vai, vai acabar, não vai... E a gente precisa, então, de uma maior celeridade do ministério do ponto de vista de tentar... Tem aportado, tem ajudado, tem tido dificuldades, mas algumas compras internacionais, em parceria, inclusive, com a Opas, podem ser feitas.

Esses são os questionamentos. Como eu já disse, a grande maioria foi contemplada pelo Presidente Lula.

Eu agradeço a oportunidade, Senador Confúcio.

Bom dia! Bom dia a todos!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Dr. Fernando Máximo.

O senhor pode aguardar mais um pouquinho? Os Senadores entram agora fazendo perguntas. Temos também algumas perguntas dos internautas dirigidas a todos os convidados. É muito importante a participação dos senhores dando resposta a quem tem dúvidas.

Eu consulto a nossa Secretaria se o Dr. Josafá dos Santos já está pronto. Ele é Coordenador-Geral de Controle de Sistemas e Serviços de Saúde da Secretaria de Atenção Especializada em Saúde do Ministério da Saúde. O Dr. Josafá está pronto? *(Pausa.)*

Eu passo a palavra para o senhor, Dr. Josafá. Pode falar pelo tempo de dez minutos, Dr. Josafá dos Santos. *(Pausa.)*

Libere seu som, doutor, está fechadinho o seu som.

Dr. Josafá, pode falar. *(Pausa.)*

Vocês estão me ouvindo, gente? Eu estou vendo vocês acenando com a mão. Vocês podem liberar o som. *(Pausa.)*

Ele está tendo dificuldade.

Eu peço à Secretaria da Comissão para ajudá-lo. *(Pausa.)*

Pronto. Josafá, está me ouvindo? *(Pausa.)*

Josafá, está me ouvindo? Se estiver ouvindo, pode falar. Pode falar, doutor. Você pode iniciar. *(Pausa.)*

Está havendo alguma dificuldade de comunicação. Nós não o estamos ouvindo, Dr. Josafá. Não estamos ouvindo. Está havendo algum probleminha aí. *(Pausa.)*

Veja se está liberado... Deve ser algum problema seu aí mesmo, de mesa, de internet, alguma coisa de vocês. Peçam a um técnico para dar um socorro.

Eu vou dar andamento aqui e, já, já, eu volto com o senhor. Vão tentando aí. É importantíssimo o senhor falar, inclusive para responder a esses questionamentos apresentados aqui.

Muito bem. Vamos aqui aos inscritos. Deixem-me ver os oradores.

O Wellington Fagundes não está presente, ele nunca falta... Então, eu passo a palavra para o Senador Styvenson Valentim, pelo tempo de três minutos. Senador Styvenson Valentim, do Podemos, do Estado do Rio Grande do Norte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Consegue me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo bem, muito bem, Styvenson. Pode falar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Bom dia a todas as Senadoras, aos Senadores, a todos os convidados.

Eu vou sintetizar, já que tempo é importante, Senador, e o senhor hoje chamou a atenção no *off* sobre a nossa questão de tempo.

A minha pergunta é para o TCU, Dr. Marcelo. Eu fiquei atento, ouvindo o que ele estava falando. Eu faço duas perguntas.

Ele citou a dificuldade, hoje, de adquirir vacinas. E se discute muito hoje na sociedade também, dentro do Congresso, a possibilidade de as empresas privadas fazerem essa aquisição. Então, a minha pergunta, primeiro, Dr. Marcelo, é simples: falta vacina ou falta dinheiro para o Governo brasileiro? Se falta dinheiro para o Governo brasileiro, então, seria um motivo liberar a compra de vacina pelas empresas privadas, mas, se falta vacina, então, não seria tão eficaz.

E uma segunda pergunta vem de uma dificuldade que o senhor citou: comunicação. A comunicação anda falha. Essa comunicação que o senhor diz que está falha parte de quem? Do Governo Federal, dos governos estaduais? A gente está acompanhando uma discussão retórica, uma discussão de argumentação entre os Governadores, os Prefeitos e o Presidente da República, sobre o montante do dinheiro que foi, desde o ano passado, na PEC de guerra, de 60 bilhões, para acudir os Estados e Municípios, com 37 bilhões para os Estados e 23 para os Municípios, em que há uma acusação de mau uso desse dinheiro, já que existia uma margem para a saúde, uma pequena margem para a saúde, e uma larga margem para utilizar de forma aberta, de forma livre, para os Estados e Municípios. Então, o que eu percebo, além de uma comunicação que deve estar existindo... Aí o senhor pode me dizer, especificamente para o TCU, qual o maior problema: seria a comunicação ou a falta de transparência de Estados, Municípios e Governo Federal? No minuto em que você embola todo esse dinheiro, em que você junta todo esse montante de recursos em um ponto só, em que os Estados e Municípios têm uma dificuldade de separar todos esses recursos para dar essa transparência, gira essa briga aí, esse conflito de argumentação sobre o uso de dinheiro público. Então, dentro da comunicação e transparência, qual é desses problemas? E o que o TCU pode ajudar para solucionar tudo isso, para acompanhar, passo a passo, como a PGR está fazendo com os Estados, enviando ofícios, cobrando cada gasto de dinheiro público?

Obrigado, Senador. (*Pausa.*)

Acabou meu tempo, Senador?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Styvenson! Boas perguntas ao Dr. Marcelo.

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas e depois à Senadora Eliziane Gama.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, é muito ruim ser no mesmo horário a reunião de Lideranças e esta reunião da Comissão da Covid, a gente fica participando das duas ao mesmo tempo, é muito complicado. Se a gente pudesse antecipar, colocar mais cedo ou, sei lá, mais tarde...

Presidente, eu queria perguntar algo para o nosso Secretário de Atenção Especializada à Saúde. Eu sei que ele assumiu agora, mas eu não entendo: nós estamos no XXI, por que que o Sistema Único de Saúde não tem realmente um sistema informatizado, com todas as secretarias municipais e estaduais também informatizadas e ligadas, com controle? É muito simples isso. Hoje há um descontrole total em todos os Municípios, em todos os Estados, não se tem controle de nada. Então, fica muito difícil realmente programar alguma coisa, planejar alguma coisa. Eu sei que o senhor entrou agora, mas quais são as atribuições que o senhor entende que não estão sendo cumpridas satisfatoriamente com relação a essa questão de organização, transferência de recurso, apoio à questão de monitoramento, esse tipo de coisa, e quais são as ações prioritárias a serem tomadas agora, neste momento tão grave da saúde pública brasileira?

Eu queria perguntar também, Presidente, com relação à equalização e distribuição do *kit* de intubação, em nível nacional: como está sendo realizada a troca de informações e as coordenações de ações entre os fabricantes dos medicamentos? Qual o nível de dependência de importação emergencial de medicamento de insumos? Quais os gargalos para que se considere normalizada a disponibilidade de UTIs pelo País? Ainda, quanto ao transporte de material, como é feita essa distribuição de responsabilidade entre planejamento, gestão e execução do transporte? Há participação das Forças Armadas na logística desse transporte? Que lições nós podemos considerar que o Brasil aprendeu no enfrentamento da Covid-19 em relação à estrutura do Ministério da Saúde, em especial a secretaria sob a responsabilidade de V. Sa.?

Essas as minhas considerações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senadora Eliziane Gama, com a palavra, por três minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores convidados, participantes, meus colegas Senadores, eu queria reforçar a colocação do Líder Izalci: a gente fica aqui numa verdadeira maratona entre as duas reuniões para conseguir participar. Seria muito importante se V. Exa. alterasse esse horário das 10h, porque ela coincide, na quinta-feira, com a reunião do Colégio de Líderes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não acompanhei os outros encaminhamentos, vou aqui focar especificamente no TCU. Nós tivemos aí o relatório do TCU, e esse relatório faz uma série de recomendações, inclusive acerca da aplicação de uma multa ao ex-Ministro da Saúde, pela falta de uma gestão unificada e também, de forma muito clara, por uma falta de sincronia de diretrizes, do ponto de vista da transparência, e do direcionamento para o enfrentamento da pandemia.

Eu queria fazer algumas perguntas. A primeira é a seguinte: o Governo não cumpriu as determinações que foram apresentadas pelo Tribunal de Contas da União especificamente sobre esse modelo de gestão e também referente à questão da governança e da transparência pública?

A outra pergunta é em relação às obrigações do Governo Federal. O senhor acredita que o Governo Federal acabou, por exemplo, aquecendo, de certa forma, endossando, com o não cumprimento dessas metas, o agravamento da crise que nós estamos vivenciando hoje no Brasil? Nós chegamos a mais de 4 mil mortes, em algumas vezes a quase 4,5 mil mortes, num prazo de apenas 24 horas. O Governo Federal teria, de certa forma, uma responsabilidade no agravamento dessa crise em relação, por exemplo, à garantia de insumos e medicamentos?

Ao mesmo tempo, na peça orçamentária – a gente sabe que, para qualquer tipo de ação que a gente faça, é preciso priorizar no Orçamento público –, o Governo Federal garantiu as condições mínimas orçamentárias para que realmente nós pudéssemos fazer esse enfrentamento da crise, em relação ao enfrentamento da pandemia no Brasil?

Eram esses os meus questionamentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Eliziane.

Tanto o Senador Izalci quanto a Senadora Eliziane pedem uma alteração de horário na quinta-feira. Nós vamos analisar com a Secretaria e com os principais convidados para ajustarmos um horário em que todos possam participar efetivamente.

Eu consulto o Dr. Josafá se já está em condição de falar.

Dr. Josafá, do Ministério da Saúde.

O SR. JOSAFÁ SANTOS – Senador, está ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agora está bom, está excelente, Josafá.

O SR. JOSAFÁ SANTOS (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio, demais Senadores e equipe participando desta audiência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor já fez a apresentação. Sou Josafá Santos, Coordenador-Geral de Controle de Sistemas e Serviços de Saúde do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle.

Aqui, ao meu lado, está a Fernanda, que é também da Saes (Secretaria de Atenção Especializada à Saúde), que compõe o COE.

Senador, a gente vai ter também, para nos ajudar nesse tema de UTI, uma equipe da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar, que é a coordenação responsável pelas análises das habilitações de leitos de UTI. Eu vou contar com essa equipe para me auxiliar nessa demanda que vem do Senado.

Obrigado pela palavra.

Quero colocar um pouco das falas... Infelizmente, Senador, a gente teve dificuldade em acessar a reunião. Perdemos o início desta reunião – entramos já na fala do Conasems –, e eu vou me ater a falar um pouco sobre os leitos de UTI.

O Presidente do Conass, Carlos Lula, vem muito na fala... A gente reconhece o financiamento do SUS e sabe que não é o recurso que a gente queria que fosse, não é? A gente entende realmente que o orçamento é finito e que as necessidades são imensas.

A gente fala de habilitações: a gente passa aqui a cada ano, a cada exercício, a grande dificuldade de fazer novas habilitações. Fazendo alguns remanejamentos internos, alguns ajustes, a gente consegue, lá para o segundo semestre de cada ano, fazer as habilitações que ficam pendentes justamente por falta de orçamento. O orçamento, quando vem para a gente, já vem no limite para a gente só conseguir manter o que a gente já tem habilitado no Sistema Único de Saúde. Então, o grande problema nosso realmente é o orçamento.

Voltando lá atrás, no início da pandemia. O ministério promoveu várias ações para a gente enfrentar a pandemia, que era desconhecida por todos. Junto com Conass e Conasems, a gente conseguiu implementar algumas ações no sentido de auxiliar Estados, Municípios e estabelecimentos de saúde.

A gente criou procedimentos novos para enfrentar a pandemia. A gente criou um leito clínico, com uma diária de R\$1,5 mil. O valor normal da UTI varia em torno de R\$490 ou R\$500 a R\$800, e, no caso do coronavírus, da Covid, a gente passou esse valor para R\$1,6 mil, quase três vezes mais em relação ao valor da diária de leito normal.

A gente coloca R\$1,6 mil, que é o valor de referência, o valor de tabela, geral, mas a gente coloca aqui também que o financiamento do SUS é tripartite: cabe aos Estados e Municípios também complementar esse financiamento. Coloca-se que o valor de tabela é ruim, está muito baixo, mas, além da tabela, nós temos uma infinidade de incentivos financeiros, principalmente para as santas casas e os hospitais públicos, principalmente os de ensino. Então a gente não pode falar só em valor de tabela: há incentivos e há a contrapartida dos Estados e Municípios. Então, realmente, é um financiamento tripartite.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A gente começou a habilitar leitos de UTI lá em abril de 2020. Começaram a chegar as demandas de Estados e Municípios, e a gente começou a trabalhar com habilitação por 90 dias, com antecipação de recursos. A gente habilitava leitos por três meses e antecipava esses recursos. Recursos para três meses iam antecipadamente para os Estados e Municípios, para chegar aos estabelecimentos de saúde.

Sabem os senhores, quanto a essa pandemia, que a gente não sabia quando terminava. Assim, a gente começou também a trabalhar com a prorrogação desses leitos. Então, quando vencia essa habilitação por 90 dias, a gente prorrogava por mais 60 dias, e fomos prorrogando até dezembro. A gente teve muitos questionamentos no sentido de que o ministério, o SUS, desabilitou leitos de UTI para atendimento da Covid. Não é verdade. Em nenhum momento a gente chegou a desabilitar leitos de UTI. Existia um período, e ia sendo pedida a renovação para a continuidade. Em nenhum momento a gente chegou a fazer desabilitação de leitos de UTI. Eles iam vencendo, os gestores iam pedindo a renovação, e o Ministério da Saúde ia fazendo essa renovação.

Até para conhecimento de todos, principalmente Conass e Conasems, no final do ano passado, a gente conseguiu jogar para janeiro de 2021 o financiamento de mais de 7 mil leitos de UTI com financiamento federal. Então, a gente entrou janeiro com mais de 7 mil leitos.

Abra a planilha para a gente.

Vou colocar uma planilha, Senadores, para a gente ter uma noção de um cronograma dos leitos de UTI de 2020 para agora. Vou pedir permissão para apresentar aqui um quadro, para a gente ter uma noção desse acompanhamento desses leitos de UTI.

E colocando também a fala do Conass e Conasems sobre o financiamento, o Ministério preocupado já, no ano passado, se essa pandemia ia continuar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O compartilhamento da tela, Josafá, é com você mesmo. Você pode compartilhar e projetar.

O SR. JOSAFÁ SANTOS – Perfeito. (*Pausa.*)

A gente não está conseguindo, Senador. A gente vai tentar...

Então, Senador, o Ministério da Saúde, preocupado com a continuidade da pandemia... A gente publicou, no final do ano passado, uma portaria com todo o esforço do Ministério da Saúde, já que a gente estava sem orçamento. A gente conseguiu publicar uma portaria com a qual a gente aportou R\$864 milhões. Foi a Portaria nº 3.896. Então, no final do ano o ministério publicou uma portaria com R\$864 milhões aos Estados, a todas as UFs da Federação. Eles teriam que pactuar esses recursos com os Municípios, justamente para ter uma continuidade, para 2021, desses recursos. Então, foram R\$864 milhões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um item que a gente colocou nessa portaria era o quê? Pagamento dos leitos de UTI de Covid. Então, os Estados não ficaram desassistidos no início de 2021. Foram em torno de R\$900 milhões, e uma das finalidades era o financiamento dos leitos de UTI de Covid. Esse foi um ponto que eu acho que foi positivo para o ministério.

Voltando aos leitos de UTI, Senadores, eu coloquei ali em amarelo. Quando chegou janeiro, nós tínhamos já financiados, com recursos de 2020, 7.979 leitos de UTI, com financiamento, com recurso de fonte federal. Em fevereiro, esse número baixou para 3.724 leitos de UTI. Ou seja, eles já vieram de dezembro de 2020 para 2021 com financiamento de fonte federal. Como eu tinha colocado antes, esse dinheiro é antecipado.

Com a crise, o advento do crescente número de casos de coronavírus, de Covid, nós começamos a trabalhar com o Conass e o Conasems a publicação de uma nova estratégia de habilitação de leitos de UTI. A gente conseguiu habilitar em janeiro – ainda retroativo a janeiro –, 1.135 novos leitos, que somados aos 7.979 a gente teria um total de 9.114 leitos.

Então, em janeiro nós tínhamos, com financiamento de fonte federal, 9.114 novos leitos. Em fevereiro, a gente cresceu esse número e passou para 10.397. Agora em março, nós passamos para 17.582 leitos habilitados para atendimento de UTI Covid-19. E, por incrível que pareça, agora em abril, mês em que nós estamos, já temos, Senador, 19.329 leitos só para atendimento de Covid-19. Quer dizer, ao longo dos últimos anos, antes da pandemia, nós tínhamos, em média, de 22 a 24 mil leitos de UTI, leitos normais de UTI. Nós estamos, praticamente, quase dobrando o número de leitos. De 24 mil leitos que a gente chama de leitos convencionais, ou seja, não Covid, já estamos chegando a 21 mil novos leitos de UTI. É um salto em que praticamente nós estamos dobrando.

Então, o ministério vem fazendo a parte dele. Inclusive, nós estamos medindo todos os esforços possíveis para que não falem principalmente leitos de UTI, é a nossa grande preocupação.

Aqui, vou mostrar agora um quadro, por UF, que seria o número de leitos de UTI que nós vamos ter por UF – em cada unidade da Federação –, para os senhores fazerem ideia de quantos leitos há habilitados em cada unidade da Federação. Esses dados já estão disponíveis para toda e qualquer pessoa acessar no Localiza Sus, já colocamos esses dados. Então, só para essa verificação desses leitos.

Como a gente colocou no início, o valor da diária é de R\$1,6 mil. Nós já conseguimos executar, de janeiro até agora, março – ainda não pagamos abril... Nós já transferimos a Estados e Municípios R\$1,3 bilhão. Durante três meses, nós já estamos com quase R\$1,5 bilhão só para financiamento de leitos de UTI. Quer dizer, no ano passado, a gente transferiu, num período de abril a dezembro, em torno de R\$2,7 bilhões em um período. E só neste primeiro trimestre, nós estamos chegando a R\$1,5 bilhão. Então, a média mensal que a gente está calculando gira em torno de R\$850 milhões. A gente vem trabalhando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com medida provisória, recurso de caráter extraordinário, para a gente conseguir manter o financiamento desses leitos de UTI.

Então, como a gente colocou lá atrás, a gente aportou recursos no final do ano, já prevendo a continuidade dessa pandemia. O ministério não deixou de fazer a parte dele. E já estamos trabalhando, começamos a trabalhar, no início deste ano, já com essas habilitações.

Então, junto com o Conass e Conasems, estamos fazendo todos os esforços no sentido de apoiar os Estados e Municípios, principalmente no financiamento de leitos de UTI.

Vou abrir um pouco aqui a palavra para a Fernanda, Senador, até para ela colocar para a gente um pouco da taxa de ocupação desses leitos por unidade da Federação, para a gente ter uma ideia da taxa de ocupação desses leitos nos Estados, que ela diz que vem baixando, reduzindo um pouco.

A SRA. FERNANDA LUIZA HAMZE (Para expor.) – Bom dia, eu sou Fernanda Hamze.

Bom dia a todos, aos Srs. Senadores e aos demais participantes.

A gente vem acompanhando manualmente as taxas de ocupação, coletando manualmente nos *sites* dos Estados, porque nós não temos um dado próprio. A gente aguarda os estabelecimentos de saúde, conforme portaria do ano passado, preencherem o módulo hospitalar do e-SUS Notifica. Nem todos os Estados e nem todos os Municípios têm preenchido, então, para a gente fazer um consumo interno das taxas de ocupação, para fornecer ao ministro, a gente faz essa coleta.

A gente pode perceber que hoje, de todos os Estados, os 27 Estados, 19 ainda estão com a taxa de ocupação acima de 80%, que é o vermelho. O roxo é o Ceará, Santa Catarina, se eu não me engano – esse é o da capital, é o outro, então, do Estado – e Espírito Santo estão com as taxas de ocupação elevadas, mas a gente pode perceber que houve redução nos últimos dias da taxa de ocupação.

Em muitos a gente pode perceber pelo aumento do número de leitos que foram abertos, pois há alguns Estados em que a gente tem o acesso ao número de leitos que foram abertos, e em outros pela diminuição, como o próprio Presidente Lula falou, dos casos mais graves e de internação.

Eu não posso fazer uma correlação exata, porque nem todos os Estados nos fornecem os leitos que estão sendo disponibilizados nos seus *sites*, mas já vem havendo uma redução.

Eu só queria ratificar as palavras do Josafá de que o Ministério da Saúde não tem poupado esforços no sentido de atender aos Estados. Rondônia é um Estado que, realmente, a gente sabe de todas as dificuldades que enfrenta, mas eu gostaria de ratificar todo o apoio que o Ministério tem dado, junto com o Ministério da Defesa, no sentido de encaminhar vários tanques de oxigênio e medicações, no último mês, para o Estado de Rondônia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, há a questão da área de preço. Não há uma colega da secretaria participando aqui a respeito das medicações, porque é uma equipe que está trabalhando dia e noite, tanto da Secretaria de Atenção Especializada quanto da SCTIE, de ciência e tecnologia, no sentido de conseguir finalizar o pregão nacional e o pregão internacional junto com a OPAS – isso está em trâmite.

Para maiores informações... Não estava na pauta, então eles não estão participando, mas eu só estou ratificando todo o apoio, junto com Conass e Conasems, na construção dessa distribuição, na construção das pautas de distribuição. Essa tem sido uma parceria tripartite em relação à distribuição de medicação. No oxigênio também há uma equipe que está fazendo essa análise para distribuir, no que é possível, ao Ministério da Saúde e aos Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado Dr. Josafá e toda a equipe que o ajuda neste momento.

Muito agradecido.

Nós temos três Senadores que já fizeram perguntas, mas, como o Josafá estava com uma dificuldade técnica, nós voltamos a ele.

Desculpem-me o Senador Styvenson, o Senador Izalci e a Senadora Eliziane Gama.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu só queria fazer um apelo. As apresentações podem ser disponibilizadas? Estou pedindo para que as coloquem no grupo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente!

Eu até solicito ao Josafá que todas essas transparências apresentadas sejam colocadas à disposição da nossa Secretaria, que nós as distribuiremos para todos os Senadores.

Josafá, por gentileza, peça à parte técnica para nos remeter os eslaides apresentados.

Então, vamos às respostas.

As perguntas do Styvenson vou passar... Nem todos foram perguntados, dos três. Vou passar a palavra pela ordem da relação dos palestrantes.

Primeiro, o Tribunal de Contas vai responder à maioria das perguntas desse primeiro bloco. Dr. Marcelo Chaves e Dr. Messias Alves Trindade, por gentileza, podem responder aos Senadores desse bloco.

Sim, Messias!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MESSIAS ALVES TRINDADE (Para expor.) – Primeiro, bom dia a todos!

Bom dia, Senador Confúcio Moura, na pessoa de quem eu cumprimento os demais Senadores participantes da Comissão!

Como o Secretário Marcelo havia falado na primeira intervenção dele, Senador, ele tinha um compromisso prévio. Ele está fazendo esse atendimento. Eu o estou representando aqui e, por conseguinte, o tribunal.

Eu estou supervisionando esse trabalho. O tribunal está fazendo esse acompanhamento desde logo depois da decretação do estado de calamidade pública da pandemia.

No tribunal, nós já produzimos quatro relatórios. O último e quinto relatório, que foi submetido ao Relator, Ministro Benjamin Zymler, foi levado ao Plenário na sessão do dia 14 de abril. Como os senhores também sabem, houve, no dia anterior, o vazamento do relatório. O ministro submeteu essa proposta aos pares dele, e houve um pedido de vista, de modo que o tribunal não se pronunciou definitivamente sobre a questão.

Com essa observação, Senador, eu vou fazer alguns apontamentos diretamente sobre as perguntas do Senador, deixando bem claro que quem fala pelo tribunal são os Ministros. Então, para termos alguns apontamentos, nós da equipe técnica dependemos do acatamento ou não das nossas propostas. Então, não vou fazer muitas divagações, só vou dar os dados técnicos que a gente colheu como equipe técnica. A gente sabe que o debate está muito polarizado, que há muitas informações.

Então, eu vou tentar responder diretamente ao Senador Styvenson Valentim. Ele fez menção a dois pontos em relação a vacinas e à comunicação.

No estágio inicial, em meados de 2020, o Ministério da Saúde fez a opção, entre as várias opções que tinha, que não eram tantas, de eleger a Fiocruz como parceira pública para uma Encomenda Tecnológica. Esse é um instrumento novo, que sofreu algumas alterações em 2017, em 2018. Há uma experiência prévia com a Agência Espacial Brasileira. A AstraZeneca foi escolhida, então, segundo as razões do Ministério da Saúde, pelo fato de envolver transferência de tecnologia – era a única que estava predisposta a isso. A gente sabe que a Fiocruz é uma fundação pública com tradição no desenvolvimento de vacinas, tal como o Instituto Butantan, vinculado ao Governo de São Paulo.

Aquele momento, ela estava em estágio mais adiantado em relação às demais. E há algumas outras questões que envolveram a decisão do Ministério da Saúde. Depois disso, houve uma certa pressa; depois, mais adiante – também não adianta ser só engenheiro de obra pronta –, houve uma crítica em relação a se não haveria necessidade de escolher outros parceiros também, dada a urgência do assunto.

O Brasil também aderiu ao Covax Facility e por meio disso... Isso envolvia uma quantidade considerável de recursos financeiros. Só que aí não se pagou exclusivamente as doses de vacina, como os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhores sabem, porque o Parlamento confirmou essa opção via medida provisória. Isso também envolveu uma questão de solidariedade. É um fundo para também poder destinar valores de doses de vacinas para países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Então, hoje, no atual cenário, pode-se dizer que houve um incremento bem substancial de número de vacinas. São vários os contratos firmados, talvez até pela pressa e dificuldades. Tanto o Butantan, como a Fiocruz têm tido problema em relação ao IFA, que é o Ingrediente Farmacêutico Ativo, que é o princípio básico para o desenvolvimento das vacinas. Como a mídia tem reportado, tem havido atrasos. Então, a gente pode considerar, sim, que o Ministério da Saúde tem se movido para essas aquisições.

Eu aproveito a oportunidade e menciono, inclusive, uma das aquisições que foi muito mencionada, que seria a da Pfizer. Até então, muito se questionou se não deveria ter adquirido antes isso, mas a Pfizer tinha uma condição especial de armazenamento das vacinas. Exigiam um armazenamento, se não me engano, a -75 graus. E nós somos um país tropical, então isso talvez, àquela época, representava um óbice difícil de se transpor. E depois a própria Pfizer foi fazendo adaptações. Hoje, até a Anvisa, agora mais recentemente, parece que está permitindo o armazenamento a -20.

O que acontece? Então, é preciso dizer que, em função disso, o próprio Ministério da Saúde, querendo solucionar essa questão, formulou uma consulta ao tribunal, porque houve uma discussão de cláusulas exorbitantes. Se os senhores quiserem olhar, o tribunal se manifestou sobre essa consulta no Acórdão 534, de 2021, conduzido também pelo Ministro Benjamin Zymler, referendado pelo Plenário, em que o tribunal externou a preocupação muito grande de que o que se precisa neste momento é comprar vacinas. O tribunal se posicionou nesse sentido, trouxe alguns exemplos, como da época da Copa, em que medidas as cláusulas poderiam ser aceitas ou não, a necessidade de que o Ministério da Saúde se amparasse também na consultoria jurídica do órgão. Então, há destinação de recursos, sim.

Com relação à comunicação, em momento de crise, há necessidade de um plano de contingência nacional. Então, várias vertentes estão configuradas nisso aí. Comunicação é um item muito importante. Então, se os senhores rememorarem, na gestão do primeiro Ministro de Saúde então, o Ministro Mandetta, a comunicação estava sendo muito forte. Eu acho que todo mundo se lembra das coletivas diárias, inclusive, até longas – eu me lembro de coletivas de duas horas, duas horas e meia. Depois houve uma opção, na mudança dos gestores, de talvez abandonarem um pouco aquela comunicação tão intensa.

E também é preciso dizer que, com o amainamento da crise, ali em outubro, novembro, houve talvez – eu diria que não só no ministério, talvez até no geral – um pouco de relaxamento porque os índices melhoraram.

E o que acontece? Certo é que o tribunal, nessas quatro deliberações, a gente, a equipe técnica estava propondo ao ministro, que vinha acatando as nossas proposições, no sentido de plano estratégico de testagem. Até o Secretário do Conass mencionou a questão de testagem, e a gente estava mencionando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

umas outras situações. E agora, nessa quinta prévia, quinta parcial, a gente percebeu que o ministério não estava cumprindo isso. Com o recrudescimento da crise, a gente fez uma nova proposição. Isso está discutido. O ministro divergiu um pouco da nossa proposta. E, como o relatório está em suspenso, é difícil mencionar em que linha o tribunal vai mencionar isso. Então, a gente não partiu só da gente: a gente trouxe referenciais do IMS, um organismo americano que traz referências; a gente trouxe referências de outras situações para fazer essa proposição.

Com relação à publicidade do Ministério da Saúde...

Senador, desculpe-me se eu talvez precisar de me estender um pouco mais, mas é em função de atender à demanda do Senador Styvenson.

Em relação à publicidade, eu posso dizer que o Ministério da Saúde melhorou bem os dados. Em relação às situações ordinárias que a gente acompanha no ministério há mais tempo, melhorou muito. Já foi citado aí o portal Localiza SUS, que tem vários itens disponibilizados lá – Covid-19 e várias situações. Concorro com o Senador quando ele fala que havia uma dificuldade de segmentar os dados da destinação dos recursos de forma ordinária e o que foi originariamente destinado à Covid. Então, no Acórdão 2817, em que o tribunal avaliou um terceiro ciclo desse monitoramento, a gente trouxe essa questão.

Agora, há um sistema chamado Siops, que é um sistema de informações orçamentárias públicas. Inclusive, ele é utilizado para aferir se os entes subnacionais e também a União, no caso, preenchem o mínimo, destinam o mínimo para a saúde, conforme a Emenda Constitucional 29. E o tribunal emitiu uma proposta em relação a isso, a essa segmentação dos dados e verificação de itens. Houve uma melhora nesse preenchimento – os senhores consultaram o relatório. Não dá para eu citar tudo aqui de memória, mas houve uma melhora no preenchimento desses dados, não obstante ainda seja necessário que haja melhor destinação nisso.

Então, creio que eu tenha respondido a indagação do Senador Styvenson.

Há a questão das vacinas compradas por particulares. É difícil o tribunal se posicionar porque houve uma decisão dos senhores – quero dizer o Parlamento –, por meio da Lei 14.125. Inicialmente foi admitida, sob certas condições, desde que fosse destinado o percentual de 50%. Eu sei que está em andamento, parece que há uma sugestão de alteração não sei se da própria lei ou mediante um novo projeto. Até onde eu sei, parece que ainda não se deliberou sobre isso.

Quanto à indagação agora, me permitam, da Senadora Eliziane Gama, realmente, em função do descumprimento dessas determinações, o tribunal tem texto de lei e do regimento, que diz que, em caso de descumprimento, o tribunal pode sancionar o gestor. E houve uma proposição da equipe. O ministro, em seu voto inicial, optou por fazer um contraditório. A equipe entendeu assim, mas é o tribunal que delibera, e a gente respeita isso. Então, quando esse processo for retomado, a gente vai ter que ver qual o caminho que o tribunal encontrou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governança. A gente aponta alguns aspectos que precisam ser melhorados. A gente entende que essa questão tripartite é um pouco difícil, mas, em cenários de pandemia, o próprio normativo, a Lei 8.080, acho que no art. 16, parágrafo único, talvez exija uma atuação mais direta do Ministério da Saúde. Ele pode, inclusive, executar algumas ações na área de vigilância epidemiológica e sanitária de forma direta. Então, em condições ordinárias, talvez isso fosse difícil, mas, em condições de pandemia, como a que nós estamos presenciando, há normativos e há também um decreto que regulamenta a situação, que é o Decreto 7.616, de 2011, que exige uma atuação mais direta do tribunal. A gente menciona isso no relatório. Talvez tenha ficado um pouco difícil, Senador, até porque houve a decisão do Supremo na ADPF 672, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.343, em que foi reconhecida a autonomia dos entes de adotarem certas ações. Entendemos que houve um pouco de confusão. O Ministério da Saúde pode ir até quando já que foi concedido a autonomia desses entes?

Então, sobre a pergunta da Senadora Eliziane Gama, eu acho que é uma confluência de fatores em que talvez todos eles, à sua maneira e à sua intensidade, contribuíram para que o enfrentamento da pandemia não lograsse maior êxito. Por isso que é difícil fazer um vínculo muito direto. O não cumprimento dessas medidas contribuiu para ter o aumento dos casos? É uma análise mais difícil de fazer, temos que ser cuidadosos. Acho que uma confluência de fatores contribuiu para isso.

Eu me permito também dizer que foram passados bastantes recursos. Eu estou trazendo os números aqui que a gente aponta no relatório. Foram passados aqui... Só permita eu me socorrer aqui, Senador, nas minhas anotações. No ano passado, em 2020, foram repassados 9,9 bilhões para os Estados e o DF e 23,3 bilhões para os Municípios; e o Ministério da Saúde, de forma direta, destinou 29,1 bilhões. Há algumas dificuldades históricas que não são de época de pandemia. A gente tem uma dificuldade de... A prestação de contas é ruim. Na maioria das vezes, até então, ela era feita sob relatórios anuais de gestão dos entes, que são superficiais. Se a gente olhar a média dos relatórios, ela é ruim. E temos um problema de fonte, porque cada ente utiliza uma codificação própria. E devo mencionar que, até por provocação também do tribunal, a STN editou normativos recentes, preocupada com isso, em relação à unificação de fontes, mas foram estabelecidos prazos para cumprimento em 2022 e 2023, e talvez isso pode melhorar. O tribunal ainda fez algumas iniciativas, mediante a atuação dos nossos auditores que ficam nas regionais, utilizando banco de dados, utilizando informações. A CGU também tem atuado nisso, e o tribunal tem entrado muito nisso em denúncias e representações, que são inúmeras.

Senador, eu não vou...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O senhor continua depois, Dr. Messias. Já o senhor vai ter outra rodada de Senadores e vai complementar as respostas. Agora é o seguinte: como a maioria das perguntas dos três Senadores foram concentradas no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal de Contas, eu vou passar para os outros com um tempinho de dois minutos. Para Wilames Freire, Carlos Eduardo Lula e Fernando Máximo. O Josafá fica para outra rodada.

Então, eu passo a palavra, por dois minutos apenas, se tiver alguma resposta sobre as perguntas dos três Senadores, ao Dr. Wilames Freire, do Conasems.

O SR. WILAMES FREIRE BEZERRA (Para expor.) – Eu quero só, primeiro, justificar aqui algumas palavras do Dr. Messias e dizer que a fala dele nos contempla; e dizer que a prestação de contas que eles fazem é obedecendo ao regimento da Lei nº 141. Nós temos uma regulamentação da Lei nº 141 que nos orienta a fazermos as prestações de contas para os órgãos reguladores dentro dos Municípios, Câmaras de Vereadores, Conselhos de Saúde, Tribunais de Contas nos Estados e nos Municípios. Acho que isso é bem claro dentro daquilo que nós temos de regimento da legislação.

Quanto aos repasses financeiros – é preciso deixar isso bem claro –, todos os repasses feitos para os Municípios têm um regimento estabelecido dentro do Ministério da Saúde através de portarias. Então, esses recursos financeiros saem amarrados e regulamentados pelas portarias específicas dentro do Ministério da Saúde, pactuadas com Conass e Conasems e Ministério. E isso nos dá tranquilidade da utilização desses recursos lá na ponta. Então, quanto aos recursos financeiros destinados para os Municípios e para os Estados, a MP e as portarias regulamentam e orientam a aplicação lá na ponta desses recursos financeiros. E é assim que nós trabalhamos muito internamente, de dentro do Ministério da Saúde e dentro do Conasems, nas nossas orientações técnicas.

Claro que a discussão é eterna neste debate, e nós estamos sempre abertos para fazer os esclarecimentos necessários, conforme apelo que é sempre solicitado pelos órgãos de controle.

Acho que, neste momento de pandemia, os Municípios, lá na ponta, são o ente mais pressionado pela população, que quer de fato ser atendida principalmente neste momento em que a vacina está disponível e a gente vê na população uma ansiedade muito grande por ser vacinada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Wilames Freire.

Eu passo a palavra para Carlos Eduardo Lula, do Conass, para algum complemento de resposta aos três Senadores.

Com a palavra o Lula. Pode falar, Lula.

Carlos Eduardo de Oliveira Lula. (*Pausa.*)

Eu passo então para o...

O SR. CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA – Opa! Voltou aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Voltou. Pode falar. Pode falar.

O SR. CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA – É que não estava tendo autorização do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fala, comandante.

O SR. CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA (Para expor.) – Senador Confúcio, eu agradeço a concessão da palavra. Na verdade, é apenas para complementar mesmo.

Parece-me que as perguntas dos Senadores, uma vez voltadas ao TCU, voltam-se também para um debate que a gente teve durante a pandemia inteira, que era como teríamos condição de coordenar da melhor forma essa articulação entre União, Estados e Municípios. Todas as perguntas de algum modo perpassam esse conflito federativo de que eu inclusive havia falado no início.

Parece-me que, quanto mais a gente consegue convergir esforços, mais a gente consegue melhores resultados. Então, não é tanto apontar que erramos aqui e erramos ali, porque isso não vai trazer resultados nesse ponto, a gente não vai conseguir mudar o passado. Eu acho que a gente tem um cenário difícil, difícilíssimo, e, para os próximos 12 meses, a gente deve ter um cenário de escassez de vacinas, isso é preciso ser dito. A gente não sabe o que vai acontecer com a Índia, onde há um recrudescimento muito grande da doença e é o maior portador de IFA. A gente não sabe o que pode acontecer. Eventualmente, a gente pode nem receber o IFA que receberíamos. Portanto, teríamos dificuldades além do que já estava previsto para as nossas vacinas.

Então, o fundamental neste ponto – e aí eu quero aqui parabenizar o Senado e a Comissão – é a gente tentar convergir esforços mesmo: órgãos de controle, Municípios, Estados, Ministério, para fazer o que é possível. O Josafá sabe aí de quantas reuniões o Conass e o Conasems participaram para a gente chegar ao ponto que chegamos hoje. Hoje a gente já tem uma previsão melhor para financiamento e pagamento dos leitos de UTI, com muitas dificuldades, é verdade, mas eu acho que, se a gente tiver condições de olhar para frente e tentar traçar juntos esse cenário para os próximos meses, é o que melhor a gente consegue, é onde melhor a gente conseguiria ter resultados.

A gente tentar agora fazer uma briga de novo de todos contra todos a gente já sabe ao que levou. Eu acho que o fundamental é a gente conseguir harmonizar. A gente tem uma federação, a gente quer ser coordenado pelo Ministério da Saúde, mas, obviamente, a gente quer também poder dizer aqui e ali: "podia ir por aqui, podia ir por ali", mas o papel de coordenador é do Ministério. Eu acho que quanto mais ele utilizar esse papel que a Constituição lhe concedeu melhor para a gente poder sair, enfim, desta pandemia, que é o que todo mundo está almejando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Lula.

Passo a palavra, pelo tempo de dois minutos, ao Dr. Fernando Máximo, para complementar as respostas às perguntas dos três Senadores.

O SR. FERNANDO MÁXIMO (Para expor.) – Senador Confúcio, obrigado pela oportunidade da fala.

Eu gostaria só de ratificar – as respostas às perguntas acho que já foram elucidadas e muito bem colocadas agora pelo Presidente Carlos Lula – o que disse o Ministério da Saúde de que Rondônia realmente teve muitas ajudas de oxigênio, que estava escasso; isso realmente é verdade. É a maior dificuldade das prefeituras, especialmente do interior, e o Ministério da Saúde se dispôs, trouxe o oxigênio todos os dias, continua trazendo ainda os tanques de oxigênio. Ajudaram-nos muito também com equipamentos, com respiradores, com todos os equipamentos. A gente fez aqui aquela colocação das vacinas, mas a gente não pode se esquecer de que o Ministério foi parceiro e em tempo rápido. Todas as solicitações que fizemos foram celeremente atendidas.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Há alguns microfones ligados que estão interferindo na fala dos nossos convidados. Quando estiver fora, desligue os microfones.

Os próximos inscritos são o Senador Wellington Fagundes, a Senadora Rose de Freitas, a Senadora Zenaide, o Senador Esperidião Amin e o Senador Luis Carlos Heinze.

Vamos ver se a gente consegue fazer isso em dois blocos. Não vai dar para fazermos em dois blocos, vamos fazer em três blocos. Vai ser o Wellington, Rose e Zenaide. Depois Espiridião e Luis Carlos Heinze e as perguntas dos cidadãos.

Então, como o nosso Wellington Fagundes...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Você está aí? Eu já ia fazer suas perguntas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria até de pedir a possibilidade de V. Exa. ler as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vou fazer.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Estou muito...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar.) – Eu sei disso, estou sabendo. Você mandou a mensagem.

Vocês ouviram a voz do Wellington Fagundes, ele está afônico, rouco, sem condições de falar. Eu fiz um resuminho aqui para ser mais objetivo. São perguntas dele, do Wellington Fagundes. Então, entendam todos os convidados e anotem o nome do Senador Wellington Fagundes, está bom? Vou dirigindo aqui.

A primeira pergunta do Wellington eu dirigi para o Josafá. Josafá, preste atenção aí. Josafá é do Ministério da Saúde.

Quais são as informações mais atuais sobre a ocupação de leitos de enfermaria e terapia intensiva para pacientes com Covid-19, sobre o abastecimento de oxigênio medicinal e medicamentos de intubação para paciente em UTI? É a pergunta para o Dr. Josafá.

Quais são os locais mais críticos no presente momento e quais são as perspectivas para as próximas semanas? Essa é a segunda pergunta do Senador Wellington Fagundes para Josafá, do Ministério da Saúde.

Como tem sido o relacionamento entre gestores máximos do SUS no nível estadual e municipal – ou seja, os secretários estaduais e municipais de saúde –, seus chefes, governadores e prefeitos que detêm poder político? Como tem sido esse relacionamento? Continuando, em geral, tem havido respeito aos posicionamentos técnicos dos gestores do SUS? Em alguns aspectos a política ajuda ou atrapalha a gestão da saúde? Essa é uma pergunta do Senador Wellington para o Josafá.

Agora, para o Conasems, para o Dr. Wilames.

Como V. Sa. avalia a condução que tem sido dada pelos Municípios brasileiros nessa fase da pandemia? Continuando, quais foram as principais medidas mais frequentemente adotadas? Até quando devem perdurar? Como tem sido feito o monitoramento e o planejamento das ações de combate à pandemia e a aplicação das medidas restritivas nos Municípios? Algum resultado já pode ser apresentado neste momento? Já é possível apontar medidas mais eficientes e menos eficientes na experiência das administrações municipais?

A última pergunta para o Dr. Wilames: que apoio os Municípios têm recebido dos Estados e do Governo Federal? Só.

Ao Conass, ao Lula, perguntas do Senador Wellington Fagundes. Ele é o nosso Relator, ele tem um tempo maior de perguntas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual tem sido o real papel da Comissão Intergestores Tripartite no planejamento e na condução das ações de combate à pandemia? Tem havido diálogo efetivo? Que medidas foram decididas no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite durante a pandemia? Continuando, Lula: o que poderia ser feito no âmbito legislativo para fortalecer a Comissão Intergestores Tripartite e promover a harmonia entre os gestores federais, estaduais e municipais? É para você, Lula.

Para o Dr. Fernando Máximo, pergunta do Senador Wellington Fagundes: quais são os principais problemas enfrentados pelos gestores municipais e estaduais de saúde na condução das ações contra a Covid-19? Quais são os maiores problemas, os mais graves enfrentados?

Ao TCU, Sr. Messias: o que V. Sa. poderia dizer sobre os repasses fundo a fundo feito pelo Ministério da Saúde para as secretarias estaduais de saúde? Houve efetivamente repasse de recursos adicionais a serem aplicados no combate à pandemia? Como esses recursos têm sido aplicados e como é feito o controle da sua utilização?

Mais uma pergunta para o Messias: como V. Sa. avalia a ação do Ministério da Saúde, das secretarias estaduais e municipais de saúde no combate à pandemia, especialmente no que tange à aquisição e distribuição de vacinas, apoio mútuo à aquisição de equipamentos e insumos e coordenação nacional de programas de imunização?

As perguntas dele foram amplas, mas as respostas podem ser bem resumidinhas.

Vamos em frente.

Eu passo a palavra à Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para interpelar.)
– Sr. Presidente, primeiro, bom dia a todos!

Dando continuidade ao trabalho desta Comissão, eu vou ser bem sucinta.

Primeiro, foi requerido pelas secretarias estaduais de saúde um programa, um atendimento, uma verba ou houve diálogo entre os Estados para discutir a capacitação do pessoal que atendia a pandemia? A gente ouviu muito falar – os Governadores e, muitas vezes, médicos, coordenadores – a respeito da necessidade de capacitação. Houve ou não essa posição colocada pelos secretários? Interessa-me muito essa associação de secretários, porque eu interagi não só com o secretário do meu Estado, mas com vários outros secretários. E havia entre eles um elenco de reclamações e de pleitos, e, entre eles, estava essa questão da capacitação do pessoal.

A outra coisa é sobre recursos extras. Nós aprovamos, no Senado Federal, recursos que o Governo disponibilizou, recursos que foram solicitados para atender exatamente a demanda de atendimento da urgência, urgentíssima dramática situação da pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira coisa, e eu vou concluir com ela, é que, entre o movimento que há nos Estados – observando antes isso – para os Estados adquirirem, por uma decisão do Supremo Federal, vacinas e a decisão final da Anvisa, existe um prazo que muitas vezes a gente não entende. Algumas coisas são mais rápidas, como no final de uma noite votar autorização para exportar vacinas, oxigênio, sei lá o quê, quando na verdade o Brasil não consegue atingir suas metas mais embrionárias.

E eu perguntaria, vendo todo esse desencontro entre as colocações que vêm dos Estados... Eu achava que os secretários de saúde, não só diante da crise que se agrava a cada dia, deveriam estar interagindo o tempo todo. Eu me lembro de colocar isso para o Secretário Nésio, que ele dizia: "Não, cada um tem que olhar a sua realidade". E nós vimos hoje que a realidade, a faceta mais cruel dessa doença foi nivelada pelas estatísticas, pela mesma falta: falta de *kit*, falta de vacina, falta de...

E não vou aqui criticar mais, em nenhum momento, o que fez o Senhor Presidente da República, que prestou um grande desserviço a este País – um grande desserviço! Eu fui Constituinte: não pode um Presidente se ater às palavras do seu gosto, da sua concepção, quando a realidade gritante da ciência e a realidade gritante do Brasil são óbitos, contaminação e por aí afora.

E eu pergunto... Desde o momento em que alguém tomou consciência – e vários foram tomando a conta-gotas no Governo Federal –, eles estabeleceram um plano nacional de imunização. De lá para cá, tudo isso mudou. Hoje nós estamos vendo o número, doído até, de que 42% dos leitos em São Paulo são ocupados por jovens. No plano nacional de imunização... E desculpe-me aí, Presidente, já vou concluir. Eu sei que às vezes acham que as mulheres falam muito, mas agora nós estamos brigando para falar bastante! No plano nacional de imunização, fez-se aquela escala de prioridades, por idade, por comorbidade e por outras coisas mais, mas nós estamos vendo que os jovens estão sendo muito contaminados, estão ocupando os leitos em números absurdos. Eles são os que a gente não consegue segurar em casa, em lugar nenhum... Nas ocorrências em eventos que são multados e são acionados para que a polícia efetivamente intervenha, vocês podem olhar: são jovens. E essa luta vai se dar por muito tempo. Pede-se para ficar em casa, pede-se para fazer as precauções, e isso não acontece. Não é hora de a gente rever esse plano nacional de imunização? Já até apresentei um relatório à própria Comissão de Covid – deve estar na mão –, inclusive um requerimento de audiência pública para tratar desse assunto e, mais ainda, um projeto em que a gente pretende que sejam atualizadas as medidas, para que elas se tornem, Dr. Carlos, mais eficientes para tratar da realidade contundente que está na nossa frente. Nós continuamos vacinando por idade, vamos vacinando, mas mudou, inverteu: os jovens, agora, estão mais contaminados, ocupando mais leitos, e, portanto, com mais óbitos. Não está na hora de os secretários mostrarem a realidade dos seus Estados e discutir nacionalmente uma mudança de critério...? Na verdade, não é mudança de critério, é adoção de novos critérios, mais atualizados à realidade do nosso País. Ver jovens morrendo por contaminação... Podem chamar por qualquer coisa, indisciplina, negligência, desrespeito, incautos, mas vamos dizer que essa é a nossa realidade. Quero saber se não está na hora de pensarmos que devemos continuar vacinando prioritariamente as pessoas mais idosas, as pessoas com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comorbidades e que devemos também vacinar uma parte desses jovens e exigir que, ao estarem em qualquer lugar, eles tenham uma carteira de vacinação em mão para poderem continuar indo a algum lugar, participando de algum evento.

E não estou propondo liberar nada, hein? Não estou propondo liberar, eu estou propondo a gente trazer a dose dessa realidade para o nosso contexto atual.

Hoje de manhã...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mais um tempinho para a Senadora Rose concluir, por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Sim, senhor, farei imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não. Pode continuar.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Eu, às vezes, quero abusar do tempo, porque nós ficamos caladas muito tempo.

Quero perguntar ao Dr. Carlos e aos outros participantes se é possível repensar essa realidade, visando os dados reais que estão aí, da contaminação e dos óbitos, ocupação de leitos, com os jovens hoje chegando a 42% em algumas áreas, a 44% em outras. Era esta a minha pergunta: este não é o momento ideal para a gente rediscutir esse plano nacional de imunização?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Rose de Freitas.

Eu passo a palavra ao último desse bloco de três, que são Wellington Fagundes, Rose de Freitas e a Senadora Zenaide Maia, que agora está com a palavra. *(Pausa.)*

Senadora Zenaide.

Ela também está na reunião de Líderes e, às vezes, consegue sair um pouquinho.

Senadora Zenaide. *(Pausa.)*

Na ausência da Senadora Zenaide, vou passar ao Esperidião Amin.

Senador Esperidião Amin, com a palavra.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) –
Pois não.

Eu vou procurar me ater ao tempo programado, Presidente, mas quero aqui aproveitar a presença de representantes das secretarias municipais e estaduais de saúde, do Tribunal de Contas da União, principalmente, para alertar sobre um drama que nós estamos vivendo e revivendo. Todo mundo se lembra das compras de respiradores e das CPIs que isso produziu. Nós perguntamos ao General Braga Netto, em junho do ano passado, na Comissão da Covid, quantos respiradores, dos 15 mil anunciados pelo Ministro Mandetta em fevereiro, já tinham chegado ao Brasil. Resposta: 867. Foi isso que despertou a angústia e a aflição. E, na compra de respiradores, na compra de máscaras e de insumos, consta que temos 62 processos na Polícia Federal.

Em dezembro de 2020, delegações de Prefeitos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná estiveram no Butantan e assinaram um protocolo de compra de vacinas. É evidente que não receberam nenhuma, porque todas as vacinas produzidas pelo Butantan estão comprometidas, até 100 milhões de doses, com o Governo Federal.

Hoje, pela manhã, o Bom Dia Brasil deu conta de que o Município de Duque de Caxias – onde de vez em quando a gente fica sabendo que a prefeitura chama todo mundo para ser vacinado e formam-se aglomerações quilométricas – e o Município de Barra do Piraí estavam negociando a compra de vacinas. Consórcios de Municípios estão comprando vacinas. E todos nós já escutamos aqui dos laboratórios que eles não vão vender para ninguém a não ser para o Ministério da Saúde dos países, enquanto houver demanda.

Agora somos alertados, em boa hora, de que essa demanda possa ser afetada pelo que acontece na Índia. Foi muito competente o Secretário Lula, se não me engano, em sua fala. De repente, a Índia vai fechar para atender os seus. Eles estão tendo uma explosão de casos.

Eu acho que é importante que o TCU não espere o que nós sabemos que vai acontecer, porque já aconteceu – com respiradores foi assim. Não posso dizer que as pessoas saíram a comprar respirador para roubar. Pode ter acontecido, mas havia a angústia e a aflição, a mesma que existe agora.

E, para concluir, eu queria chamar atenção para dois fatos.

A Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei na terça-feira, já quase na madrugada de quarta – eu acompanhei, porque a Deputada Angela estava trabalhando –, que considera a educação atividade essencial, o que eu também acho. Com isso, nós vamos ter o grupo da educação – a se definir o que é o grupo da educação, porque não são só os professores – tendo a prioridade na vacinação, para que nós tenhamos aulas presenciais. Esse é um assunto para nós analisarmos, talvez pormenorizadamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, eu queria pedir à minha querida amiga Zenaide Maia que abra o olho, porque eu estou lendo os contratos da Pfizer com o Brasil e com Israel, e eles não são iguais. Aliás, até o começo deste mês, Israel não tinha pago as vacinas ainda – não tinha pago! –, ou seja, comprou fiado e não pagou. Era notícia até o começo do mês de abril. E há também o contrato com a Janssen. Há uma discussão sobre a confidencialidade desses contratos, o que me deixa muito preocupado. E eu peço a atenção do Tribunal de Contas da União para isso, para que nos esclareça. Confidencialidade em compra de vacina?! Pelo menos o...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião, agradecido.

Agora, vou dar um tempo, porque as perguntas do Senador Wellington foram bastantes, e tanto as do Senador Esperidião quanto as da Senadora Rose foram em menores... Eu vou fazer o seguinte: vou conceder um tempo de quatro minutos para os convidados responderem com bastante objetividade, senão a gente vai extrapolar muito o tempo da nossa audiência.

Vamos na sequência aqui. Vou passar a palavra, na sequência, ao Messias.

Messias Alves Trindade, você tem quatro minutos, para responder às perguntas dos Senadores. É um tempo curto.

O SR. MESSIAS ALVES TRINDADE (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio, vou tentar ser breve.

Quanto aos repasses fundo a fundo – questionados pelo Senador Wellington Fagundes, eu anotei aqui –, o tribunal fez uma avaliação disso. E, no terceiro ciclo, o tribunal viu que os repasses ainda eram feitos sem o estabelecimento suficiente de critérios. Então, o tribunal atuou, assim como o Ministério da Saúde, numa portaria de julho de 2020, a Portaria 1.666, até atendendo o que já determina a Lei Complementar 141 e outra legislação. Então, houve um aperfeiçoamento desse critério. Nós nos demos por satisfeitos com aquilo, não obstante entendêssemos que precisaria ser aperfeiçoada a questão da publicidade, para haver maior controle social.

Quanto à aquisição e à distribuição, o acompanhamento nosso é fixado nas ações do Ministério da Saúde. Então, em relação à comprovação dos entes subnacionais, Estados e Municípios, o tribunal precisou fazer outras ações. Há uma rede de controle, há o acionamento dos nossos secretários que estão nas nossas regionais, e isso está em curso, mas é mais centralizado aqui, no Ministério da Saúde.

Com relação a vacinas, houve uma produção de conhecimento utilizando os nossos 27 secretários. Isso foi mediante questionários, porque nós, de certa forma também... No tribunal há o risco da exposição de auditores, há dificuldade de irmos a campo, mas eles colheram informações dos secretários estaduais e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos municipais. Algumas observações deles, inclusive em atuação com o ministério, a gente colheu para o acompanhamento buscar informações do ministério. Isso é o que posso dizer.

Em relação a cronograma, a gente teve autuado um processo recentemente aqui no tribunal porque houve a informação de que o tribunal não mais estaria publicando esse cronograma de todas as vacinas. A gente tinha uma informação que era publicada até 19 de março, e, hoje, o Secretário Marcelo buscou informação com o Controle Interno do Ministério da Saúde e isso passará a ser atualizado. É a informação mais atual que a gente tem.

Por último, com relação à fala do Senador Esperidião Amin. Eu tinha lido algo hoje no *clipping* em relação à questão da Índia, que foi reportada. É um item muito importante. Os senhores imaginem as dificuldades de se ter isso, porque é uma crise muito dinâmica. Então, em relação tanto à situação da Índia como em relação aos contratos que o Senador mencionou, inclusive às condições, a gente tem um processo específico em relação à Covaxin, mas a nossa legislação diz que o tribunal não precisa se limitar àquilo que lhe é trazido. Então, essas anotações estão feitas e certamente irão constar dos nossos itens de verificação do nosso próximo ciclo. É isso, Senador, que posso dizer.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Do Conselho de Secretarias Municipais, o Dr. Wilames Freire pelo tempo de até quatro minutos.

O SR. WILAMES FREIRE BEZERRA (Para expor.) – Quero, primeiro, agradecer ao Senador Wellington Fagundes e parabenizá-lo pela relatoria junto com o grupo de Senadores.

De forma rápida, vamos aqui resumir as perguntas e tentar responder àquilo que foi perguntado.

"Como avalia a condução que tem sido dada pelos Municípios brasileiros nesta fase da pandemia?" Os Municípios estão realizando suas ações dentro do que lhes cabe de responsabilidade. O que cabe à ponta estamos fazendo, trabalhando de forma uníssona: prestar assistência na atenção básica, assistência hospitalar na área de urgência e emergência. Temos intensificado as ações de vigilância em saúde, principalmente na atenção básica, fazendo o monitoramento dos casos, intervindo para a identificação de casos suspeitos e casos confirmados, junto com as nossas equipes, fazendo isolamento dos contatos, visitando as famílias e orientando naquilo que tem que ser feito para não haver transmissibilidade, ou diminuí-la; e vacinando, também, na medida do possível, conforme a disponibilização de vacinas dentro das nossas centrais de vacinação.

Nós não temos ainda noção de até quando vai perdurar essa questão da pandemia, mas estamos em alerta para o enfrentamento, e não temos como prever o tempo em que serão mantidas essas medidas de enfrentamento com as quais nós estamos trabalhando localmente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Como têm sido feitos o monitoramento, o planejamento de ações de combate à pandemia e a aplicação de medidas restritivas?" Cada Município tem o seu comitê de enfrentamento municipal, e esse comitê toma suas decisões conforme o perfil epidemiológico e o comportamento da pandemia dentro dos Municípios. Hoje até os pequenos Municípios, qualquer que seja o tamanho, têm seu comitê municipal de enfrentamento da pandemia, onde é discutida a implementação das ações, onde é discutida também a implementação do calendário vacinal local. Então, cada Município tem o seu comitê implantado, e o comitê toma as decisões.

"Até quando algum resultado pode ser apresentado neste momento?" Ainda é muito precoce para a gente poder avaliar. O importante é tentar evitar transmissão o máximo possível, no âmbito municipal, e com isso a gente acredita que consegue desafogar o Sistema Único de Saúde, consegue desafogar os leitos hospitalares e as nossas UTIs.

"Já é possível apontar medidas mais eficientes ou menos eficientes na experiência das administrações municipais?" Bem, nós estamos trabalhando muito forte ao lado da ciência, para poder nos orientar. Aquilo que nós temos orientado aos Municípios é o que a ciência tem nos repassado, principalmente focando no fortalecimento da atenção básica. As 48 mil Unidades Básicas de Saúde estão preparadas, trabalhando na orientação da população, como porta de entrada do paciente, seguindo as orientações das nossas vigilâncias, porque a atuação da vigilância forte dentro dos Municípios dá uma eficiência melhor na atuação das nossas equipes na tomada de decisão dentro dos Municípios.

A outra pergunta é: "Que apoio os Municípios têm recebido dos Estados e do Governo Federal?". O Conasems, nós participamos diretamente do Comitê, do COE central aqui do Ministério da Saúde, junto com o Conass, junto com o Ministério da Saúde. Temos colocado à nossa disposição – e temos discutido junto ao nível central – o apoio financeiro que nós recebemos em 2020 através do orçamento de guerra. Foi um apoio importante, mas ainda insuficiente. Os Municípios tiveram que colocar R\$36 bilhões a mais, além do mínimo constitucional. Em 2021, queremos reforçar esse apoio também.

Temos trabalhado muito forte junto ao comitê, com o Conass e com o Ministério da Saúde na implantação justamente de um calendário vacinal transparente, da aquisição de vacinas com muita transparência.

Temos discutido junto aos Estados o apoio com relação a insumos e estratégia, o que é fundamental neste momento. Tem sido trabalhado esse apoio com relação a insumos – isso tem sido trabalhado muito forte e tem chegado lá na ponta. Mas o nosso objetivo neste momento é nós trabalharmos orientações que saiam, em nível central, com muito mais clareza, com muito mais transparência, para que a população lá na ponta saiba como está sendo implantado esse calendário de vacinação e o momento de se procurar a unidade de saúde.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Wilames.

Passo a palavra para o Dr. Carlos Eduardo de Oliveira Lula, Presidente do Conass, pelo tempo de até quatro minutos.

O SR. CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Tentando ser objetivo aqui, primeiramente, em relação às indagações do Senador Wellington Fagundes, que perguntou qual tem sido o papel da CIT na condução das ações, e se há algo de efetivo nas decisões. A CIT é a Comissão Intergestores Tripartite, e dela participam não só membros do Ministério da Saúde, mas também representante do Conass e do Conasems. É instituída em lei e é um órgão, portanto, do sistema de saúde. Ela é, por assim dizer, a federação em si. Acaba que muitas das políticas públicas são decididas na CIT. Então, a gente tem efetivamente um diálogo, esse diálogo que é robusto, que é permanente, que acontece nesse locus.

A gente passou, no pior momento do ano passado, uns dois meses sem assembleia. A gente tem tido metade virtual, metade presencial, ela é meio híbrida, mas sempre os representantes dos Estados e dos Municípios têm tentado estar presentes, porque, muitas vezes, fora do locus, a gente consegue conversar de uma maneira mais tranquila com o Ministro, com o ministério, e resolve-se – as soluções vêm dali. Acho um bom espaço de interlocução, de diálogo. Nem sempre a gente consegue o resultado, mas a gente consegue debater os principais pontos do SUS ali naquele espaço.

O que poderia ser feito no âmbito do Legislativo para dar harmonia a essas ações? Eu acredito que a harmonia possível a gente já tem. Acredito que não seria tanto a mudança legislativa, mas eu penso que essa eventual desarmonia institucional se dá muito pelo ânimo que toma conta do País. Aí não é só uma mudança no âmbito legislativo. Eu acredito que poder conversar, poder ouvir... A gente muitas vezes tem ficado num nível de contraposição um com o outro tão grande que a gente perde a capacidade de escutar o outro. Eu acho que, se o Legislativo conseguisse essa arena onde a gente eventualmente consiga convergir esses interesses conflitantes para confluir num resultado possível, numa eventual síntese, seria ótimo.

A Senadora Rose de Freitas também faz basicamente duas ou três indagações sobre diálogo para capacitação, recursos extras e sobre critério de vacinação, abordando os mais jovens. Bem, há sim diálogo para capacitação. Eles têm sido feitos sobretudo com um instituto de excelência via Proadi-SUS. Então, o Sfrío, o Einstein têm capacitado as nossas equipes. Quero também ressaltar aqui o Todos pela Saúde – capitaneado pelo Itaú, mas não só por ele: por muitos parceiros da rede privada –, que ajudou demais no enfrentamento da pandemia, muito mesmo, e permitiu a capacitação, sim, de centenas de equipes nossas. Eu quero louvá-lo aqui, porque a gente recebeu muita ajuda dele no período em que o diálogo era até mais difícil com o ministério.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa de recurso extra, Senadora Rose. Eu acho que não dava para a gente prever um orçamento de guerra em 2020 e não ter nada para 2021, e foi mais ou menos isso que aconteceu. A gente não teve nem um orçamento de pós-guerra, por assim dizer.

Eu tenho alguns números, só para salientar, que são importantes de se dizer. No ano passado, a gente teve, de orçamento, R\$63,7 bilhões aportados, na Ação 21C0 para Covid. Desses R\$63 bilhões foram empenhados R\$42 bilhões, e dos R\$42 bilhões foram pagos R\$39 bilhões. Então, quando a gente compara isso com o orçamento deste ano, a gente vê que, de fato, a gente precisa de um aporte. A gente entende que há um problema fiscal, que pode não ser na mesma quantidade, mas precisa de um aporte, sim, para Estados e Municípios.

Há uma discussão: eu acredito que o critério para vacinação é debatido – não dá para ser simplesmente o critério que a gente tem para vacinação de gripe –, mas é complexo, porque, à medida que a gente vai aumentando a população jovem, a gente aumenta também o número de pessoas, e o problema, no fim das contas, é falta de doses de vacina. A gente está tentando estabelecer prioridades, mas também vendo a nossa capacidade de vacinar.

Em relação ao que o Senador Esperidião Amin afirmou, eu acredito que a preocupação dele é importante. Parece-me que esses contratos têm de ser públicos, acho que não há que se falar em confidencialidade entre contratos estabelecidos com entes públicos, até porque disso não se trata. Mas eu acho que há um ponto fundamental, que é a necessidade de a gente fortalecer para o futuro a indústria brasileira; não dá para ficar simplesmente o tempo todo dependente apenas da produção internacional. A gente pode ter, de fato, um problema sério com a Índia na próxima semana e isso acarretar um problema para o País. O fundamental seria a gente ter essa indústria brasileira fortalecida para a gente ter essa capacidade de resposta também aqui, porque tecnologia a gente tem, e gente capacitada a gente tem também.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Lula.

Com a palavra, Secretário Fernando Máximo.

O SR. FERNANDO MÁXIMO (Para expor.) – Respondendo algumas das perguntas, vou começar pelos maiores problemas que os Estados e Municípios têm enfrentado na pandemia.

Aqui, na Região Norte, nós temos um problema sério com médicos, profissionais médicos. A gente tinha leitos montados de UTI, pessoas na fila aguardando e uma dificuldade muito grande de profissionais da classe médica. Isso a gente conseguiu ir superando com o tempo, com algumas indenizações a mais, etc.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Medicamentos é um outro problema sério que nós enfrentamos até hoje. Já foi falado, os bloqueadores neuromusculares, os sedativos.

A dificuldade no tempo da vacinação, o Senador Wellington perguntou, a dificuldade na quantidade de doses que têm chegado: não têm chegado a contento. Os laboratórios não estão conseguindo produzir a contento essas doses. Eu digo isso porque a gente já observa hoje, nas nossas UTIs, um número, um percentual menor de pacientes acima de 80 anos e também de profissionais de saúde – foram os primeiros a serem vacinados lá atrás –, e também a gente observa que diminuiu a mortalidade entre os idosos acima de 80 anos, ou seja, isso claramente é efeito da vacinação. E a não chegada dessas doses de vacinas para que a gente possa aumentar o percentual de pessoas vacinadas no Estado, isso obviamente é um problema que a gente tem enfrentado, problema que a gente sabe que não tem solução fácil em lugar nenhum do mundo.

Outra coisa são as cepas novas. A gente tem observado um comportamento diferente na evolução do quadro clínico dos pacientes. O quadro dos pacientes tem se agravado de maneira mais precoce. Essas cepas são muito mais transmissíveis e têm acometido, inclusive, pacientes mais jovens na forma grave, que estão indo a óbito, inclusive, por causa dessas cepas novas.

A população é um pouco arredia também, não é? A dificuldade que a gente tem... Mesmo o Estado com 100% das vagas de UTI ocupadas, com fila de UTI alguns dias atrás, todos os fins de semana a Polícia Militar está interceptando festas, interditando festas clandestinas com 100, 200, 300 pessoas. São problemas sérios que a gente acabou tendo que enfrentar.

Quanto ao apoio do Governo Federal, a gente teve, sim, apoio. Como o Presidente Lula falou, neste ano nós precisamos de mais apoio, porque a segunda onda está muito pior do que a primeira. Nós tivemos que abrir, aqui em Rondônia, 80 leitos de UTI a mais do que os da primeira onda, e, mesmo assim, houve fila de até 170 pacientes. Então houve um apoio financeiro importante do Ministério da Saúde. E, para este ano, nós também precisamos de um apoio fundamental.

Medicamentos, insumos, equipamentos, o Ministério da Saúde mandou vários. Houve treinamentos. Foram treinamentos importantíssimos para a Região Norte. Ainda temos uma baixa quantidade de especialistas em UTI, de médicos intensivistas. Então, o Ministério da Saúde, com o apoio de instituições renomadas, como Sírio-Libanês e Hospital Oswaldo Cruz, fez treinamentos e acompanhamento de pacientes de UTI por telemedicina, com profissionais renomados do País todo. Então, foi fundamental esse apoio também do Ministério da Saúde para a gente.

Foi questionado ainda sobre a CIT (Comissão Intergestores Tripartites), se ela tinha participação ativa. Sim, o Conass e o Conasems se juntam, realmente, ao Ministério da Saúde. As decisões são tomadas, na grande maioria, de forma conjunta, mostrando que a união faz a força, que estamos todos unidos em prol de um SUS melhor, de um melhor atendimento para a nossa população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre os decretos de restrição, tivemos vários decretos aqui. A gente fica entre a cruz e a espada, porque a gente vê o setor do comércio e a indústria piorando, com dificuldade de manter suas empresas abertas, o desemprego aumentando, as pessoas sendo demitidas, mas também a gente entende que o isolamento é importante, o distanciamento social é importante para tentar manter uma menor disseminação do vírus e, obviamente, menos casos ativos, menos óbitos. Então, tivemos alguns decretos mais restritivos, que foram importantes em alguns momentos, mas a gente sempre tem que colocar na balança as duas coisas, porque a fome e o desemprego também acabam matando.

Acho que, por ora, eram essas as colocações, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Fernando Máximo.

Agora, para fechar esse bloco, eu passo a palavra para o Dr. Josafá Santos, para responder aos três Senadores.

O SR. JOSAFÁ SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Vou tentar ser bem objetivo.

Respondo logo à primeira pergunta do Senador Wellington Fagundes.

Senador, a gente criou um *site* chamado Localiza SUS, que é atualizado diariamente. Toda e qualquer informação que trata de recurso financeiro, dispensação de medicamentos, vacina, leitos habilitados, toda e qualquer informação está sendo colocada nesse *site* Localiza SUS, que é, Senador, aberto a todo o público. Então, a gente tentou colocar transparência em todas as informações possíveis sobre a pandemia nesse *site*.

Com relação à taxa de ocupação, os gestores informam para a gente essa taxa de ocupação diariamente. O ministério criou um sistema chamado e-SUS Notifica, onde cada estabelecimento de saúde é obrigado a informar os atendimentos realizados diariamente naquele estabelecimento. Com base nisso é que os Estados consolidam para a gente ter acesso a essas informações. É em cima desse sistema que a gente consegue avaliar essa taxa de ocupação e aprovar ou não a habilitação de um leito de UTI Covid. Então, realmente essa tarefa é lá para os gestores estaduais. A gente só busca essa informação. E a gente utiliza mais o *site* dos Estados.

A relação entre Ministério da Saúde e gestores. Acho que a própria fala dos dois Presidentes, o Presidente Lula e o Presidente Wilames, está deixando isto bem claro: a relação não poderia ser melhor. Toda estratégia que é lançada no Ministério da Saúde é discutida de forma tripartite. O ministério não implementa nenhuma estratégia ou qualquer política sem pactuar com os Estados e Municípios. Como o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprio Presidente Lula colocou, a gente tem que unir esforços, trabalhar juntos. É lógico que cada um tem o seu ponto de vista, mas a construção do SUS é feita de forma tripartite. Então, acho que o nosso relacionamento tem que ser o melhor possível.

A política... É uma pergunta meio complicada de responder: em que a política atrapalha. A política hoje está em tudo. Não adianta a gente... Nada anda sem política. Há coisas muito boas, construtivas. Em alguns pontos a gente talvez não concorde, mas a política está aí para, em princípio, realmente ajudar. Não vejo outro lado da política que não seja o de ajudar, principalmente o Sistema Único de Saúde. Em alguns pontos a gente discorda. Lógico que existem. Acho por bem a gente colocar que pontos são esses. Mas a política realmente está aí para ajudar nisso. Não há para onde correr, a política está presente em tudo mesmo.

Para a Senadora Rose de Freitas: Senadora, como o próprio Conasems colocou, no ano passado, nós tivemos o chamado orçamento de guerra. A gente tinha uma expectativa e tinha um valor que a gente ia poder executar daquele recurso. Como o próprio Presidente do Conass colocou, nós tivemos um orçamento de R\$60 bilhões. Só para a área de assistência de média e alta complexidade, a gente conseguiu descentralizar recurso da ordem de R\$30 bilhões. Este ano a gente já não tem um orçamento. A gente conseguiu, em caráter emergencial, emergencial mesmo, de extrema urgência, editar a Medida Provisória 1.031 e a Medida Provisória 1.042. E o recurso que veio para o Ministério da Saúde, pelo menos para assistência de média e alta complexidade, já veio insuficiente. O recurso da Medida Provisória 1.031 veio em torno de 1,1 bilhão e mal deu para a gente financiar as UTIs que foram habilitadas.

Fizemos um esforço para editar uma segunda medida provisória, que foi a 1.042, em que a gente conseguiu, agora, 2,3 bilhões. Só o custo que a gente vai ter para três meses de UTI gira em torno de 2,6 bilhões. Quer dizer, ele já vem insuficiente. Então, a gente realmente tem que correr atrás de mais recursos. Comparando com os recursos que a gente teve no ano passado, a gente tem realmente que sentar com Conass, Conasems, que são os nossos parceiros, junto com o Legislativo, para que a gente possa conseguir recursos para o enfrentamento dessa pandemia, porque a gente está vendo aí o crescimento, como a Senadora colocou, afetando muito mais agora os jovens. Então, ficam mais tempo na UTI; é um custo muito elevado.

Então, a preocupação, Senadora, realmente, é com esse recurso extra. E a gente está a cada dia aqui correndo atrás de recursos para entrar dinheiro, porque mal chega e já é insuficiente. Acho que em algum momento a gente vai ter que sentar, medir esses esforços, junto com Conass, Conasems, e tentar conseguir aí esse recurso extra para este momento delicado que a gente está passando. Esse seria o ponto principal para este ano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin, até para colocar os números dos ventiladores que a gente dispensou, eu acho que o último dado que a gente tem gira em torno de 17 mil, se não me engano. Foram mais de 17 mil ventiladores que foram dispensados do ano passado para cá. Estou só corrigindo aí, viu, Senador?

Eu acho que é isso, Senador Confúcio. Não deixei nada para trás.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Josafá. Muito agradecido.

Bem, nós estamos chegando já à fase final. Temos aqui só a Senadora Zenaide, Luis Carlos Heinze e algumas perguntas de internautas, que serão bem rápidas. Então, quero já ir agradecendo, mas vamos falar...

A Senadora Zenaide está na sala?

Zenaide Maia. Ela sempre fica e faz perguntas, como médica infectologista lá do Rio Grande do Norte. *(Pausa.)*

Zenaide Maia não está, não é? Então, vamos para Luis Carlos Heinze.

Senador Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está ouvindo aí?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem! Excelente! Ouvindo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Quero cumprimentar o Josafá, do Ministério da Saúde; o Lula; o Fernando Máximo, lá pelo Secretário de Saúde; todos que estão conosco.

Primeiro, um recadinho a vocês, secretários de saúde: nesta Casa, Senado e Câmara, o Senador Esperidião Amin foi Relator de um projeto da minha autoria que liberou para vocês usarem 23,8 bilhões no Fundo Estadual de Saúde e nos Fundos Municipais de Saúde, que sobraram do ano passado para este ano. Então, é importante que vocês possam usar. E também foi incluído pela Senadora Eliziane Gama um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aporte do Fundo Municipal de Assistência Social, que tem também 2,676 bilhões. Então, da assistência social, 2,6 bilhões; e, da saúde, 23,8 bilhões. Só aqui são quase 26 bilhões, que podem ser gastos em 2021 pelos Prefeitos e também pelos secretários estaduais de saúde. Então, esse é o recadinho para vocês.

Tudo faz parte também de recursos que estão em duas medidas provisórias, Josafá, uma de 2,6 bilhões e outra de 5,3 bilhões, recursos também que saíram. E eu tinha ali, Josafá – o Josafá colocou um pouquinho mais –, 19 mil leitos autorizados. Acho que, na quarta ou na quinta-feira, eu somei todas as portarias de vocês: 1.182 eram de ventiladores mecânicos; 17,8 mil eram dos leitos de UTI. O Josafá já tem um pouco mais. Mas, para chamar a atenção do secretário de saúde, isso é 868 milhões/mês e vai totalizar 5,189 bilhões em seis meses. O critério é um pouco diferente do ano passado em que liberavam a cada mês, a cada dois meses, e tinham que fazer a renovação. Agora já vem por seis meses o que o General Pazuello e agora o atual Ministro estão fazendo.

Esses números que o Josafá coloca, o próprio Ministro Pazuello nos falou quando estivemos com ele, no dia 10 de março ainda: "Não vai faltar dinheiro". E, segundo a Confederação dos Hospitais Filantrópicos do Brasil, nós iremos chegar a 30 mil leitos. O Josafá fala que há hoje 20 mil. E também há um projeto que estamos fazendo. Já apresentamos um projeto com o apoio desta Comissão e com o apoio do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, com um recurso na ordem de 3,4 bilhões para os 1.824 hospitais filantrópicos e santas casas do Brasil. São 17 ou 18 Estados que têm esses hospitais filantrópicos. Então, estamos atuando também nesse sentido. É importante vocês saberem que a gente está fechando essa questão.

Agora um pedido a vocês. Foi falado sobre a questão das vacinas. O craque desse assunto é o Wellington Fagundes, que tem nos liderado no movimento, mas quero deixar um recado a vocês. Foram liberadas 53 milhões de doses de vacina – são dados que eu tenho aqui de ontem ou de hoje – e só aplicadas 33,8 milhões. O que eu vejo é que as prefeituras e os governos estaduais, Senador Confúcio, tinham que fazer um mutirão para aproveitarmos essas vacinas. Por que estão esperando as vacinas? Chegar às idades que vocês têm que fazer... Então, eu vejo que há 20 milhões de doses que não foram aplicadas. Um mutirão tem que ser feito com os Municípios e com os governos estaduais. Então, é isso o que eu quero colocar para vocês.

É importante a gente tentar achar uma forma de juntar mais recursos para os Estados e Municípios da forma que veio no ano passado. Então, essa é uma colocação. E, apenas para fechar essa posição aqui, quero pedir: vamos deixar de politizar essas questões com governos estaduais, Governo Federal, Prefeitos, enfim. No assunto, nós temos que somar esforços. E, da forma que eu quiser, eu uso. Se eu disser assim: no Brasil, houve 381 mil óbitos... Agora, se eu quiser pegar uma outra pesquisa, digo assim: o Brasil é o 12º país em número de mortes, 12º. Até quinta-feira da semana passada, nos Estados Unidos, morria mais gente que no Brasil. Aí eu tenho a Inglaterra, que também já vacinou mais que nós, a Itália, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

França, em que também hoje morre mais do que no Brasil por dia. É a posição por milhão. Então, vamos usar dados. Não é o dado que me interessa, é o dado real. Vamos colocar essa posição que eu...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode dar mais um tempinho para o Senador concluir, por gentileza.

Só um pouquinho. Espere um pouquinho. Vai ligar o som. Isso, fale.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... uma colocação a vocês. Liderados pelo Senador Confúcio, Wellington Fagundes, o Senador Izalci e também o Senador Nelsinho Trad, nós estamos trabalhando e fechamos praticamente uma posição com o Presidente do Senado, numa reunião com o Butantan, os quatro laboratórios que fabricam vacinas para aftosa, mais a Anvisa, o Ministério da Saúde e o Ministério da Agricultura, para que esses laboratórios que tenham tecnologia do vírus inativado possam fabricar a vacina. É uma nova onda. E hoje já estão negociando o Butantan e os quatro laboratórios. Esse é o novo *plus* para dizer que não vai faltar vacina.

Senador Confúcio, quando terminamos aquela reunião, a Dra. Meiruze falou que também os indianos querem vender a tecnologia além de vender vacinas para o Brasil, e que a vacina Covaxin já deve estar sendo liberada também pela Anvisa, nos próximos dias. Mas também os mesmos laboratórios, Senador Confúcio, começaram um processo de negociação com os indianos. Então, tem uma negociação deles com o Butantan e uma negociação com indianos para que dominem essa tecnologia, comprem a tecnologia. Daqui a pouco, vão fazer também milhares de doses de vacinas.

Então, é uma ação desta Comissão, Senador Confúcio, e o Senador Wellington, que é o Relator desta Comissão, tem liderado esse movimento para usarmos a capacidade dos laboratórios de medicamentos veterinários, que têm um *know-how* para vacina da aftosa que é o mesmo... É um vírus inativado. Não é o mesmo vírus, mas o princípio e o processo são os mesmos.

Então, só para deixar esse recado para os secretários estaduais de saúde e secretários municipais de saúde, para que peguem essa notícia boa de que o Senado tem trabalhado, juntamente com o Ministério da Agricultura e o Ministério da Saúde, e também com a Anvisa e com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero comunicar aos nossos ilustres convidados que estamos chegando ao final da nossa audiência pública. Agradeço a todos vocês reconhecidamente a participação. Vocês prestigiaram bastante a nossa Comissão, todos com enorme capacidade, liderança suficiente.

O Senador Luis Carlos Heinze será o último Senador a fazer as perguntas. E eu vou aqui agora dirigir as perguntas... Eu selecionei algumas de centenas de perguntas da comunidade, porque os telefones do e-Cidadania são abertos e entra muita gente perguntando; mas muitas perguntas já foram respondidas. Então, não precisa que eu repita todas. Deixei só algumas. Eu farei a leitura, eu vou dirigir quem deve responder e, ao passar a palavra para os convidados, eles já podem responder e já fazer os agradecimentos e as despedidas. Aí eu faço o fechamento da nossa audiência.

Então, eu vou ler e dirigir as perguntas do povo que aqui chegaram. As primeiras foram dirigidas ao Dr. Messias Alves Trindade, do Tribunal de Contas. Pode anotar o nome aí, Dr. Messias.

Do José Carlos Bazan, de Mato Grosso, a pergunta é a seguinte: "Como se precaver dos prestadores de serviços que não estão cumprindo os contratos respectivos?".

A segunda pergunta para o senhor é do Alberto Limonta Lobo Conceição Filho. É um nome grande; vamos resumir para Alberto Limonta, do Estado do Pará. A pergunta é a seguinte: "Observamos que o Governo Federal não fala a mesma língua dos Governos estaduais e municipais. Precisamos simplificar essa conexão?". Essa é a pergunta dele.

Para o Dr. Josafá. Anote o nome, Dr. Josafá, do internauta.

Vanessa Cardoso, do Estado de São Paulo. A pergunta é a seguinte: "Por que a previsão de vacinação divulgada pelo Ministério da Saúde já mudou cinco vezes no mês de março?".

A segunda pergunta para o Sr. Josafá é do José Carlos Bazan, de Mato Grosso, que pergunta: "Estão ocorrendo fechamento de UTIs no Estado do Mato Grosso, judicialmente, por insuficiência de equipamentos e equipes". Essa é a pergunta.

Para o Carlos Eduardo Lula, do Conass, Há só uma pergunta para você, Carlos Eduardo. A pergunta é a seguinte, de Clau Costa, do Paraná: "Faltou uma comunicação maior entre entidade federal [o Governo Federal] e Estados e Municípios diante das tomadas de decisões!". Só essa pergunta.

Para o Conasems, para o Dr. Wilames Freire, a pergunta de Gilmar Amaro Pereira, do Estado do Ceará: "Como está sendo feito o apoio de órgãos federais estaduais aos Municípios mais pobres da Região Norte, tendo em vista a distância?".

Para o Secretário Fernando Máximo – foi aberto aqui, o senhor foi anunciado pela Comissão e vieram perguntas de Rondônia, como a de Elias Soares: "Hoje lemos nas mídias sociais [são palavras dele, Fernando Máximo; não são minhas] um suposto golpe na aquisição de 400 mil doses de vacinas em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rondônia. Esclareça-nos este fato, por favor". Essa é a pergunta do Elias. Há mais uma pergunta dele, do Elias: "Não se deveria atender a todos da fase sem se precisar dessa formalidade de agendamento?".

Outra pergunta para Fernando Máximo, de Ivone Suely dos Reis Maia: "Sr. Secretário, está cumprindo com acordos feitos em comissão enviando médicos e medicamentos ao hospital de campanha e Covid para atendimento?". Pergunta se o senhor está cumprindo esses compromissos. A segunda pergunta da Ivone: "Tem como mandar com urgência a medicação enoxaparina para os hospitais de campanha de Guajará-Mirim, Rondônia?".

Agora chegou a vez de o Fernando Máximo falar bastante. Antônia Aranha, de Rondônia: "Rondônia não tem fábrica de oxigênio [é mais em Guajará-Mirim, viu?] em Guajará-Mirim, e o hospital está inacabado. Então, tem como faltar oxigênio?" A pergunta não sei se está bem formulada, mas ela pergunta isso. Talvez o senhor possa arrumar a resposta.

Há outras perguntas aqui de Guajará-Mirim, e eu faço uma minha para o senhor, Dr. Fernando Máximo.

Nós tivemos uma reunião da bancada com o Ministro e seus assessores. Houve um momento em que nós falamos, o Lucio Mosquini falou para o Ministro que o Ministério estava com um déficit de aproximadamente 180 mil doses com o Estado de Rondônia, e eu pergunto ao senhor: o senhor discorda desses dados? O que está acontecendo, acarretando a discordância, e o que pode ser feito para equalizar essa situação? Quais os impactos para Rondônia oriundos dessa diferença de vacinas a menos para o Estado e para o povo rondoniense? O que acarreta a diferença entre o recebido e o distribuído aplicado nos Municípios?

São essas as perguntas feitas.

Eu passo agora às respostas.

Na sequência, o senhor já pode responder o mais objetivamente possível. São três ou quatro minutos para fechar, há uns que são mais curtos. E vamos, então, à sequência das respostas.

Primeiro, Messias Alves Trindade.

Vou dar ao senhor, Dr. Messias, três minutos, que são suficientes.

O SR. MESSIAS ALVES TRINDADE (Para expor.) – Está certo. Obrigado, Senador, mais uma vez.

Vou direto às perguntas do cidadão José Carlos Bazan, do Mato Grosso. Ele fez a pergunta com relação a descumprimento de contratos. José Carlos, em relação ao descumprimento de contratos, a própria Lei 8.666, de licitações, diz que devem ser estabelecidas cláusulas tanto para contratante quanto para contratado. Então, o caminho natural é aplicar o que essas cláusulas lá dizem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso dizer que a Lei nº 13.979, de 2020, editada em função da pandemia, flexibilizou várias situações para contratações. Eu não me recordo agora em relação à questão de responsabilização de cláusulas nem saberia informar agora, de pronto, o que o tribunal tem decidido, de modo que falo na qualidade de cidadão. Então, recomendaria a aplicação dessas cláusulas, o atendimento dessas cláusulas. Agora, acho que, como gestor, eu talvez também estivesse cioso de tomar cuidado de que bem ou serviço se trata. Então, talvez a aplicação mais estrita de uma cláusula possa prejudicar o atendimento da sociedade. Por vezes, talvez o bem ou o serviço seja mais importante do que aquilo. Então, talvez o caminho seja ele se balizar na consultoria jurídica do órgão dele e decidir.

Quanto ao Alberto, do Pará, ele relaciona a questão do discurso. Essa é uma preocupação. Talvez o discurso unificado, mais ajustado talvez fosse o mundo ideal. Fizemos algumas considerações no nosso relatório, principalmente na parte de comunicação. Ressalto, mais uma vez, que essa deliberação está suspensa até que o tribunal delibere sobre o assunto. Ressalto que o próprio Secretário do Conass reconheceu isso. Se o cidadão que nos estiver acompanhando desde o início, ele mencionou aqui, no item 2 das medidas urgentes: "2) Resgatar a autoridade sanitária do Ministério da Saúde, que o faz agregador e coordenador da gestão do SUS, em íntima sintonia com os gestores estaduais e municipais". Eu faço coro com essa medida e entendo que isso é importante.

Em falas finais, Senador, agradeço a participação. Espero que a SecexSaúde tenha contribuído. Ressalto que o tribunal tem dedicado todos os esforços. No núcleo de dirigentes do tribunal, temos um núcleo estratégico, que apoia o Secretário-Geral de Controle Externo nessas ações. Tenho tomado conhecimento dessas ações e participado, inclusive, de reuniões com gestores.

Aproveito para mencionar que este é o quinto relatório que nós produzimos. Ele está bem denso, com muitas informações. Eu aproveito a audiência da Comissão e sugiro que os cidadãos também acompanhem isso. Menciono, Senador, que, como há muitas informações, foi proposto um item para que a Comissão do Senado Federal seja informada desse relatório e que os senhores utilizem para o substrato da atuação dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, doutor. Muito agradecido pela sua participação.

Vamos em frente.

Presidente do Conasems, Wilames Freire, para respostas.

O SR. WILAMES FREIRE BEZERRA (Para expor.) – Quero, primeiro, agradecer ao Senador Confúcio Moura pelo convite para participar desta tão importante reunião. Quero agradecer também ao Senador Luis Carlos Heinze e parabenizá-lo pelo PLP 10, de 2021, que nos permite, até 31 de dezembro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2021, a autorização dos saldos remanescentes em conta, o que irá nos ajudar bastante. Então, Senador, aqui vai a gratidão do Conasems. Estamos esperando a sanção do Presidente. Acompanhamos a tramitação e a votação desse PL que irá nos ajudar bastante, neste momento que nós estamos vivendo.

Quero falar um pouquinho aqui com relação à questão das vacinas, as doses das vacinas registradas no sistema. Bem, nós já conversamos com o Ministério da Saúde com relação à forma como está sendo divulgada essa distribuição, pelo Ministério, das doses de vacinas. Nós não temos doses de vacinas estocadas dentro dos Municípios, dentro das nossas casas. O que existe é a guarda da segunda dose da vacina administrada na primeira dose, ou seja, a D2, porque nós não temos a garantia do PMI de que teremos disponibilidade para a segunda se nós gastarmos essa dose dentro dos nossos Municípios. Então, o que existe mesmo dentro das nossas casas é a guarda da segunda dose para ter a segurança do paciente ter acesso à D2 no momento em que chegar o período de ele tomar essa vacina.

Esses números que são estão sendo apresentados não representam a realidade. Nós temos um sistema que não reflete em tempo real aquilo que está sendo executado lá na ponta. Os Municípios trabalham com estratégias de priorizar a vacinação das pessoas, através da criação de várias estratégias, como a gente vê aí: *drive-thru*, visita domiciliar. Cada Município tem um *delay* no repasse dessa informação. Nós estamos observando que o próprio Dr. Josafá aqui em Brasília, que é o centro do Poder nacional, está tendo dificuldade de internet. Se nós temos essa dificuldade em Brasília, imagine no Brasil continental, com Municípios distantes. Então, muitas informações levam horas, dias e até semanas para chegarem a Brasília, para a gente consolidar no sistema nacional.

Então, a gente tem acompanhado isso. Temos focado muito na discussão junto aos Municípios para poder não estocarem vacinas, a não ser a segunda dose, para poder dar tranquilidade às pessoas de terem o acesso à segunda dose. Nós temos um *delay* com relação à essa informação. Nós temos Municípios Brasil afora que têm seus sistemas próprios de vacinação. Então, esse sistema tem que estar sempre lincado com o nacional. Demora tempo para essa informação chegar aqui a Brasília e ser consolidada junto ao sistema do Ministério da Saúde. Então, nós já temos trabalhado junto ao Ministério da Saúde. O Conasems fez solicitação para mudar essa forma que está sendo divulgada, que demonstra que não está correspondendo à realidade.

Respondendo ao Gilmar Amaro Pereira, o cearense, o SUS é universal, e o que nós temos trabalhado, a nossa participação, é justamente obedecendo às equidades Brasil afora. Um Município que tem maior necessidade recebeu maior aporte de recursos financeiros, recebe o maior apoio... Os Estados, junto com o Ministério da Saúde, têm feito uma força-tarefa, e nós temos trabalhado em conjunto no sentido de nós apoiarmos esse Município com a chegada de vacinas em tempo hábil, com a transferência de pacientes para os grandes centros de maneira rápida e com a entrega de equipamentos e apoio, justamente para que esses Municípios que necessitam de um suporte maior tenham acesso também, em



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tempo hábil, à vacina e aos insumos necessários para atenderem a seus pacientes e atender aos seus munícipes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Wilames Freire, muito obrigado pela sua presença. Obrigado a toda a sua equipe aí, maravilhosa, competente, que participou do primeiro bloco de uma maneira muito expressiva, muito consistente. Muito obrigado a todos vocês do Conasems.

Eu passo a palavra para o Dr. Carlos Eduardo Lula.

O SR. CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA (Para expor.) – Senador Confúcio, obrigado.

Vou tentar responder ao Senador Luis Carlos Heinze e também à Clau Costa, lá do Paraná.

A Clau pergunta se faltou uma comunicação melhor para a tomada de decisão. Faltou. Eu acho que o principal pecado, nesses 13 meses, foi exatamente a gente não ter conseguido se comunicar, nem internamente, nem externamente. A gente não conseguiu se comunicar entre si, a gente também não conseguiu se comunicar com a sociedade e dizer as coisas de forma clara, dizendo assim: a gente não está sentindo falta agora, mas vai ser um problema que a gente vai enfrentar lá adiante. A adesão à segunda dose tem sido baixa, as pessoas não têm voltado para tomar a segunda dose. E a gente tem que dizer com todas as letras: se não tomar as duas doses, não adianta, é como se você não tivesse tomado nada. Se a gente não tiver essa comunicação clara, direta e permanente com a sociedade, a gente não consegue adesão. E a gente sempre, vez ou outra, dá mensagens muito contraditórias: "Eu digo que é para usar máscara, mas eu estou fazendo aglomeração". Não dá! A gente tem que passar uma mensagem e também dar o exemplo de que aquela mensagem tem que ser concretizada no dia a dia. Eu acho que esse é o ponto de a gente poder se comunicar melhor com a população, com a sociedade e, obviamente, com a gente. Muitas vezes, a gente brigou, sendo que a gente queria chegar ao mesmo lugar, e a gente estava brigando entre si, porque a gente perdeu a nossa capacidade de ouvir o outro.

E aí, Senador Luis Carlos, eu queria só pontuar – o Wilames já o fez – exatamente nisto: é nessa comunicação. Eu acho que V. Exa. está certo ao dizer que a gente não precisa politizar ainda mais a pandemia. Eu acredito que é isso mesmo, a gente não precisa piorar o estado de coisas que a gente já tem hoje, mas aí é importante dizer corretamente as coisas.

A gente distribuiu mais de 50 milhões de doses, mas essas doses não estão estocadas, não estão paradas. As doses já foram distribuídas aos Municípios. O que a gente tem hoje de doses estocadas são os 5%, que é reserva técnica para o caso de uma eventualidade acontecer, que estão nas centrais estaduais. O que há ainda? Há Municípios, sobretudo do Norte e do Nordeste, com comunidades isoladas em que a gente demora dois, três dias para vacinar 30, 40 pessoas, e isso precisa ser feito. No mais, a vacinação tem transcorrido bem, tem transcorrido numa velocidade razoável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-me também que não é bom a gente incentivar essa leitura, porque fica parecendo... E o que temos é de segunda dose – a AstraZeneca são três meses, temos segunda dose que está reservada. A gente segue a recomendação do ministério de reservar, está parado para a gente poder vacinar a segunda dose. Então, também não é correto dizer que se distribuiu muita vacina e que a gente está agindo mal para não vacinar. Fica parecendo isso e não é isso. Eu acho que há um esforço de todos: da União de adquirir, dos Estados de distribuir com velocidade e dos Municípios de vacinar. A gente está tentando fazer o máximo para vacinar o mais rápido possível.

Eu acho que também, muitas vezes, se utiliza da versão para tentar dar uma leitura que a gente quer da realidade. Eu acho que o fundamental é a gente dizer assim: está todo mundo se esforçando para tentar vacinar o Brasil o mais rápido possível, e, às vezes, a gente não vai conseguir. Eu acho que a gente tem que tentar fazer sempre a pergunta: qual o caminho para a gente vacinar mais e mais rápido? É essa a pergunta. E todo mundo tem que estar junto, para tentar imunizar o mais rápido possível a população.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Carlos Lula, pela sua participação, brilhante, didática e esclarecedora. Agradecido, muito agradecido.

Eu passo a palavra ao Dr. Fernando Máximo, de Rondônia.

O SR. FERNANDO MÁXIMO – Senador Confúcio, posso responder às perguntas dos...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode, fique à vontade.

O SR. FERNANDO MÁXIMO (Para expor.) – Elias Soares perguntou sobre o golpe das vacinas. Possivelmente, ele esteja se referindo às 400 mil vacinas que a Prefeitura de Porto Velho comprou, e essas vacinas acabaram tendo um problema agora, houve uma operação policial lá em Recife. Isso, Elias, não diz respeito ao Governo do Estado, foi a Prefeitura de Porto Velho, então, que comprou essas vacinas. Eu não consigo lhe dar detalhes dessa compra, só consigo saber o que realmente está na mídia, o que foi anunciado.

Ivone Maia perguntou se nós estamos enviando médicos aos hospitais de campanha. Sim, Ivone, os hospitais de campanha – nós temos dois do Governo do Estado em Porto Velho, o Hospital de Campanha do Centro e o Hospital de Campanha da Zona Leste – estão com as escalas médicas preenchidas, não têm mais problema de médicos, graças a Deus. De um mês para cá, aproximadamente, nós não tivemos mais problema com médicos nos hospitais de campanha em Porto Velho, que são hospitais do Governo.

Ela perguntou sobre a enoxaparina no Hospital de Campanha de Guajará-Mirim. Não consigo lhe passar essa informação, Ivone, porque o Hospital de Campanha de Guajará-Mirim é da Prefeitura de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guajará. Então, eu não consigo dizer se tem ou não esse medicamento, a enoxaparina, lá no hospital de campanha e se está faltando, se o Governo enviou. Eu acho que eles não solicitaram ajuda quanto a esse item – posso até averiguar para você.

Antônia Aranha falou sobre fábrica de oxigênio e se há possibilidade de faltar oxigênio em Guajará-Mirim. O Governo do Estado de Rondônia, no mês de janeiro, quando houve falta de oxigênio no Amazonas, começou a se antecipar: conversamos com a White Martins, botamos uns tanques de reserva; em todos os hospitais da rede hospitalar do Governo do Estado de Rondônia, dos grandes hospitais, nós colocamos rede extra de oxigênio, para não faltar. Então, nós não tivemos nem possibilidade de falta de oxigênio nos hospitais da rede hospitalar do Governo do Estado. Entretanto, algumas prefeituras do interior realmente tiveram problemas, risco de falta de oxigênio.

E nós temos algumas fábricas de oxigênio, sim. Aqui em Porto Velho, por exemplo, o hospital de campanha que nós adquirimos, hospital de alvenaria, tem uma usina de oxigênio. No hospital de Guajará-Mirim... Há um hospital em Guajará que está há alguns anos em construção, que não conseguiu ser concluído – acho que começou em 2014, salve engano. Nesse hospital, existe uma usina, mas o hospital não está pronto, e a usina não está funcionando. Esse hospital vai ficar pronto no ano que vem, está em fase agora de licitação para se retomar a obra e concluir o hospital. E *a priori*...

Agora, se existe a possibilidade de faltar oxigênio lá em Guajará-Mirim, é difícil responder também. Nós já tivemos algumas conversas com as prefeituras. É um dos Municípios que foi ajudado pelo Governo Federal, que tem mandado carregamentos diários de oxigênio em tanques de oxigênio líquido e mandou também algumas centenas de cilindros de oxigênio para socorrer esses Municípios. O Governo Federal tem feito de tudo, de tudo mesmo para não deixar faltar oxigênio em Rondônia, como faltou lá no Amazonas.

O Senador Confúcio me perguntou sobre as doses de vacinas. Senador, isso que o Deputado Lucio Mosquini falou na Comissão é uma verdade. Partindo do grupo de risco, do grupo prioritário que o Ministério da Saúde definiu para todos os Estados, Rondônia tem 509 mil pessoas – ela tem 1,8 milhão de habitantes, mas o grupo prioritário é de 509 mil pessoas. Nós recebemos vacinas equivalentes a 65% desse grupo. E, como eu já disse anteriormente, o Amazonas recebeu 115%, bem acima do grupo prioritário, que é de cerca de um terço ou de um quarto da população; o Acre recebeu 78%; Roraima, 92%; Amapá, 72%; e Rondônia, só 65%. Então, a média da Região Norte, partindo do grupo prioritário que o Ministério da Saúde definiu, é de 80%; os Estados receberam uma média de 80% das vacinas, até agora, equivalentes ao seu grupo prioritário; e Rondônia recebeu 65%. Isso nos dá um déficit de 15%, que, neste momento, totaliza cerca de 76 mil doses. Então, o Estado de Rondônia recebeu 76 mil doses a menos do que a média proporcional da Região Norte, sendo o segundo Estado mais acometido nessa segunda onda pela pandemia na Região Norte. Então, realmente existe esse déficit quanto ao Estado de Rondônia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que esclareci todas as perguntas.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – *(Falha no áudio.)* ... para o último dos nossos ilustres convidados, o Dr. Josafá Santos, para suas respostas, suas despedidas e considerações.

O SR. JOSAFÁ SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Eu quero aqui cumprimentar o Senador Luis Carlos Heinze, que eu não tinha visto que estava nesta agenda. O Senador Luis Carlos é um dos grandes defensores do SUS, muito atuante no seu Estado. Ele, com alguns Parlamentares, se empenha muito pelo Estado e é um dos Senadores que a gente reconhece pelo seu empenho não só para o seu Estado, como para o País inteiro. Ele trouxe hoje para a gente só boas notícias sobre a preocupação, tanto do Presidente Carlos Lula quanto também do Conasems, de ter a garantia do recurso, de poder contar com isso para subir lá na ponta, dos estabelecimentos até Estados, Municípios e União, para a gente ter realmente a garantia do recurso. O Senador bem colocou que a primeira fala do ministério é que não vai faltar recurso para custeio de UTI. O Senador trouxe só boas notícias.

Complementando, Senador, V. Exa. trouxe tantas ações que o ministério colocou, mas acho que faltou falar um pouco do *kit* intubação. Houve várias estratégias do ministério em relação ao assunto, uma ação bem estratégica. Para se ter uma ideia para um comparativo, no ano todo de 2020, a gente distribuiu quase 5 milhões de *kits* intubação para as unidades farmacêuticas, e, só em 2021, já ultrapassa 6 milhões. Então, é um esforço que a gente vem colocando que o ministério vem realizando ao longo desse tempo.

Quero agradecer de novo, Senador Confúcio, a oportunidade de estar participando desta audiência para tentar aqui tirar dúvidas e colocar o que o ministério vem fazendo ao longo desses dois anos desta pandemia.

As minhas perguntas foram duas perguntas muito simples.

Uma delas é da Vanessa. Infelizmente, Vanessa, a estratégia da campanha de vacinação é da Secretaria de Vigilância em Saúde, a Saes pouco participa dessas discussões; isso está muito ligada à SVS, ao Conass e ao Conasems. Eu vou aqui – já me comprometi com a Fernanda – encaminhar a sua pergunta para a SVS para que a gente possa, depois, dar uma resposta a você, Vanessa. A gente se compromete aqui.

Quanto à pergunta do José Carlos Bazan sobre o fechamento de UTIs em Mato Grosso por questões judiciais, o Ministério da Saúde desconhece. A gente não tem notícia nenhuma de fechamento de UTIs em algum Estado. Isso vai de encontro a qualquer medida de bom senso. Falta de profissional, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipe? Para habilitar o leito de UTI, o ponto principal é ter equipe. Então, acho que teria que se averiguar se isso é fato mesmo, se está acontecendo ou não. Para você ter uma ideia, José Carlos, agora, em 2021, nós habilitamos 466 leitos de UTI Covid no Estado de Mato Grosso. Para você ter uma ideia, foram 10 leitos de UTI Covid pediátrica e 456 leitos de UTI adulto, o que dá esse total de 466. Então, pelo contrário, a gente está ampliando o número de leitos no Estado. Então, realmente, o Ministério da Saúde não tem conhecimento do que está acontecendo lá em Mato Grosso em relação ao fechamento de UTIs pela Justiça. Então, acho que está respondida a sua pergunta.

De novo, Senador Confúcio, quero agradecer em nome do ministério, principalmente da Saes, o convite para participar desta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Muito obrigado.

Primeiro, eu quero parabenizá-los. Eu estou em casa fazendo o papel de Presidente desta Comissão e estou sem máscara aqui, porque estou praticamente isolado em casa. Eu vi que outros que também falaram de seus escritórios reservados estão sem máscara, mas o Dr. Josafá, a Dra. Fernanda e a equipe dele... Quero parabenizá-los por aguentarem esse tempo todo, 3 horas e 20 minutos, com a máscara! A Dra. Fernanda – eu fiquei contando aqui – acho que ela passou álcool em gel nas mãos umas dez vezes! (*Risos.*) Parabéns para a senhora! É um exemplo.

Também a equipe lá do Conasems, do Wilames. Muito obrigado, eles foram muito cuidadosos. Estavam reunidos em cinco ou seis, todos com máscara. É justamente esse cuidado que vocês estão demonstrando. Logicamente, eu isolado aqui, o Heinze isolado ali, cada um em sua casa, estamos sem a máscara.

Mas eu quero cumprimentar vocês, particularmente a Dra. Fernanda, que deu um exemplo fantástico de boas práticas de enfrentamento à Covid-19.

Muito bem, três horas e vinte minutos, muito tempo. Vocês viram como foi interessante a nossa audiência.

O Ministro Queiroga me disse, dias atrás, o seguinte sobre o *kit* intubação. Nós cobramos dele, e ele falou: "Olha, não cabe ao ministério sozinho comprar o *kit* intubação. Os Estados podem tomar iniciativa, os consórcios podem tomar a iniciativa. Dentro do papel tripartite do próprio SUS, todo mundo pode fazer a sua parte. Não podem esperar somente de um parceiro". Então, ele recomenda também que os Estados e Municípios possam também adquirir seus *kits* no mercado interno e no mercado externo.

Fernando Máximo falou sobre a compra de vacinas pelo Estado de Rondônia, que ficasse só lá. Por enquanto, a legislação ainda não permite, Fernando. Inclusive, o consórcio do Nordeste já tem uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encomenda da Sputnik, de 37 milhões. Eles comprarão. Ao receber, depois de aprovada pela Anvisa, eles doarão ao SUS. Então, essa parte é só se vier uma legislação nova, que já está em andamento na Câmara. Aí sim, poderão empresas, Estados e Municípios, depois de vacinados os grupos prioritários – a não ser que haja legislação nesse período. Mas de qualquer forma, é uma grande iniciativa comprar vacina, desde que haja a vacina.

Quero agradecer a Josafá dos Santos, do Ministério da Saúde, e sua equipe; Fernando Máximo, Secretário de Rondônia, que foi muito prestativo, fiz o convite ontem à noite para ele; Carlos Eduardo Lula, representando o Conass, que é um órgão de representação fantástico dos Estados; Wilames Freire, muito mais ainda, porque representa quase 5.700 Municípios – parabéns a V. Sa. –; Messias Alves Trindade e Dr. Marcelo do Tribunal de Contas, que foram extremamente didáticos e cordiais conosco. Fico muito agradecido pela participação.

Aos meninos do público, do e-Cidadania: Marcelo Araújo, de Rondônia, cuja pergunta foi respondida; Alessandro Bettio; Lucimar Antunes, de Minas; Amélia Galeazzi, de Rondônia; Benedito, do Distrito Federal; Renan Torres, do Paraná. Fico, a todos, muito agradecido.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 26 de abril, às 10h, para a audiência pública para debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento de respectivos prazos, bem como as medidas de combate à pandemia previstas mensalmente no plano de trabalho, com a presença do Exmo. Sr. Ministro Marcelo Queiroga. Todos estão convidados a participar.

Assim sendo, declaro encerrada a nossa audiência pública, agradecendo a todos. O meu boa-tarde e, mais uma vez, os meus sinceros agradecimentos, em nome do Senado.

Muito obrigado a todos!

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e hum minuto do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Otto Alencar, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Weverton e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Nelsinho Trad, Leila Barros, Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Soraya Thronicke, Eduardo Gomes, Jean Paul Prates, Eliziane Gama e Alvaro Dias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação e eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Realizada instalação e eleição do Presidente, Senador Omar Aziz, do Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues e designado relator, Senador Renan Calheiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente Eventual da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/04/27>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão para eleição, já que temos quórum suficiente para a abertura e para a eleição do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, por decisão do Presidente Rodrigo Pacheco e com publicação da sua decisão para que pudesse ser feita a investigação, através do requerimento do Senador Randolfe Rodrigues e outros e também do requerimento que foi encaminhado pelo Senador Eduardo Girão, este apensado ao primeiro requerimento, para investigação das dificuldades que foram encontradas no atendimento às pessoas no Estado de Amazonas, em Manaus, por falta de oxigênio, de insumos necessários à preservação da vida dos pacientes; além disso, a fiscalização e apuração dos recursos federais que foram destinados aos Estados e Municípios para o combate à Covid-19.

Portanto, está aberta a sessão.

Pela ordem, passo a palavra ao Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu achava que nós deveríamos suspender a atual sessão até que seja sanado um vício que não vejo como ser superado: o nosso Regimento Interno, no Capítulo XIV, art. 145, inciso III, expressa – e não deixa a menor dúvida – que um Senador só pode fazer parte de Comissões Parlamentares de Inquérito sendo em uma Comissão como titular e em outra Comissão como suplente, e nós temos alguns casos aqui de Senadores que fazem parte de mais de uma CPI – perdoe-me por dizer –, inclusive V. Exa., porque o senhor faz parte da CPI da Pandemia, como titular, e da CPI da Chapecoense.

Eu não quero criar nenhum problema, mas eu quero que isso seja sanado. Antes, acho que as Lideranças têm que comunicar a saída – acho que o senhor vai querer... Nós temos outros Senadores, como o Senador Jorginho Mello, aqui também, pelo que vi aqui, e acho que pode haver outros Senadores, o Girão também... Então, nós temos que sanar, e eu acho que temos que suspender a CPI até que esse vício insuperável seja sanado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Ciro Nogueira, esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, V. Exa. sabe que não é temática. Então, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, de acordo com decisão do Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco. Em outras oportunidades, várias CPIs foram aqui instaladas, funcionando, inclusive aquela a que V. Exa. se referiu – V. Exa. se refere à CPI da Chapecoense, da qual eu participo –, e V. Exa. não questionou à época. Portanto, eu indefiro a questão de ordem de V. Exa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, não é o caso de indeferir ou não. Isso aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu indefiro. Sou Presidente e posso indeferir.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor está indo contra o Regimento. Não é isso. O senhor faz parte da CPI da Pandemia e da CPI da Chapecoense.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Por que V. Exa. não questionou à época essa questão de ordem?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Porque eu estou questionando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. está querendo dificultar a instalação da Comissão...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não estou querendo dificultar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... que é uma coisa que eu acho que não cabe a V. Exa. fazer, até porque V. Exa. não é contra a investigação da destinação de recursos...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador, eu não vou entrar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois é.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – A sua avaliação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas a questão de ordem está indeferida, Senador.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu recorro da sua decisão, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exato. Eu falei isso. Eu falei que é o Presidente do Senado. Eu disse a ele que é uma decisão do Presidente do Senado. Ele tem que questionar o Presidente do Senado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não. No acordo para a composição, eu não tenho que questionar, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está muito claro no Regimento.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não está claro, não. Está claro que o senhor não está respeitando o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A designação dos membros é feita pelo Presidente do Senado, como eu falei a V. Exa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu sei, Sr. Presidente, mas está bem expresso no Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Cabe a V. Exa. questionar o Presidente do Senado.

Então, está indeferida a questão de ordem de V. Exa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu recorro da sua decisão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Izalci.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para informar a V. Exa. que eu, como Líder do PSDB, tive essa preocupação nas indicações. E eu, por ser o Relator da CPI da Chapecoense, achei também que não poderia participar. Foi quando então consultei a Presidência, a Mesa, e me disseram exatamente que, primeiro, a CPI estava suspensa, a CPI da Chapecoense não está em funcionamento, portanto, eu poderia indicar qualquer membro, mesmo que estivesse no rol de outras CPIs que não estivessem funcionando. Só para facilitar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Diga, Jorge.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para questão de ordem.) – Peço a palavra e a permissão de V. Exa. Quero fazer uma questão de ordem.

Eu também sou membro da CPI da Chapecoense. Se preciso, já vou pedir que, mesmo ela estando paralisada, eu possa não fazer mais parte, pertencer a essa CPI.

Quero fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente. Gostaria da atenção dos Srs. Senadores.

Impedimento de Parlamentares para compor a CPI com vínculo sanguíneo com potencial investigado, bem como impedimento de vir a ser indicado relator na comissão parlamentar de inquérito.

Sr. Presidente, com fundamento nos arts. 153 e 306 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como art. 252, inciso IV do Código de Processo Penal, apresento a seguinte questão de ordem.

O art. 153 do Regimento Interno desta Casa, inserido no Capítulo XIV, ao tratar da matéria atinente às Comissões Parlamentares de Inquérito e seus processamentos, preconiza que:

Capítulo XIV.

Das Comissões Parlamentares de Inquérito (Const., art. 58, §3º)

(...)

Art. 153. Nos atos processuais, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal. Deste modo, e tendo em vista as previsões elencadas no Código de Processo Penal, que é a norma a ser aplicada de forma subsidiária, consoante expressa determinação do Regimento Interno, verifica-se o art. 252 do referido diploma processual:

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

IV - ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

Importante ressaltar que o Código de Processo Penal também estabelece que a não declaração de impedimento por parte do julgador não impede que as partes possam suscitar este problema jurídico. Assim define o art. 112 do CPP *in verbis*:

Art. 112. O juiz, o órgão do Ministério Público, os serventuários ou funcionários de justiça e os peritos ou intérpretes abster-se-ão de servir no processo, quando houver incompatibilidade ou impedimento legal, que declararão nos autos. Se não se der a abstenção, a incompatibilidade ou impedimento poderá ser arguido pelas partes, seguindo-se o processo estabelecido para a exceção de suspeição.

O artigo 306 do Regimento Interno do Senado Federal relaciona ainda que:

Art. 306. Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de quórum.

Perceba, Excelência, que a norma regimental não estabelece discricionariedade na autodeclaração de impedimento. O regimento é claro ao estabelecer que o Senador deverá declarar o impedimento antes da votação.

Ora, se não lhes é permitido votar em matérias em que possam ter interesse pessoal, por óbvio e por economia processual, também não deverá ser permitida a participação de Parlamentares que possam ter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se abster de votar ou relatar por estarem diante de um claro impedimento. Ainda destacamos que, segundo a mídia nacional, um dos Parlamentares que julgamos impedidos seria o relator da CPI. Importante ressaltar que no relatório apresentado pelo relator consta expressamente o voto, sendo ele o fio condutor para o desfecho do processo investigatório.

Cumpramos destacar ainda que as Comissões Parlamentares de Inquérito possuem funções a mais que as comissões permanentes, destacando-se o poder de investigar. Exercendo analogia, se não é permitido votar em matérias em que os Parlamentares possam ter interesse pessoal, devendo, obrigatoriamente, se declarar impedido, parece-nos óbvio que o Parlamentar também deverá ser declarado impedido quando puder ter conflito de interesse no processo investigatório.

A aplicação subsidiária do Código de Processo Penal decorre da circunstância de que as Comissões Parlamentares de Inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, o que exige uma atuação imparcial dos membros que participarão da mesma. Consoante art. 58, §3º, da Constituição Federal:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, [...] por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Sobre o impedimento no processo penal, Eugênio Pacelli *in Curso de Processo Penal*, 23. ed., São Paulo, Atlas, 2019:

"[...] Tanto as causas que determinam a suspeição quanto aquelas que estabelecem casos de impedimento do juiz dizem respeito a fatos e circunstâncias, subjetivos ou objetivos, que, de alguma maneira, podem afetar a imparcialidade do julgador na apreciação do caso concreto."

Cabe ainda ressaltar que o art. 6º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, também preleciona que o Código de Processo Penal deve ser aplicado nos atos das CPIs: "Art. 6º. O processo e a instrução dos inquéritos obedecerão ao que prescreve esta Lei, no que lhes for aplicável, às normas do processo penal".

Tendo em vista as previsões legislativas acima elencadas, mostra-se evidente a vedação, por força do ordenamento jurídico pátrio, da participação de Parlamentares que possuam parentes em linha reta ou colateral até terceiro grau. Cumpramos salientar que entre os membros desta CPI contam-se dois Parlamentares que possuem parentes em gestões estaduais. Há que se destacar ainda que se veiculou em mídia nacional que estariam definidos o Presidente, o Vice-Presidente e também o Relator. A função de relatoria ora tratada seria designada ao nobre Senador Renan Calheiros, Parlamentar importante que, com certeza, teria todos os requisitos necessários para dar suporte técnico e que exerce com maestria o contraditório. Contudo, o Parlamentar possui parentesco de primeiro grau, por descendência, com pessoa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a ser investigada na presente Comissão Parlamentar, qual seja o Sr. José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, Governador do Estado de Alagoas e filho do citado Senador.

Assim, deve ser interpretada a participação não só como membro da CPI, mas também como Relator da CPI, posição na qual terá a incumbência de consignar as conclusões da Comissão, com risco de parcialidade por conta do vínculo sanguíneo.

Deste modo, mostra-se imperiosa a declaração, pelo próprio Parlamentar, de seu impedimento, nos termos do Código de Processo Penal, por haver absoluta presunção de impossibilidade de exercer as funções investigativas exigidas com a imparcialidade necessária. Frise-se: trata-se, no caso em tela, de norma de ordem pública.

O Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de aduzir no sentido da possibilidade do raciocínio ora esposado, qual seja, de reconhecer vícios de impedimento ou suspeição de membros de Comissões Parlamentares de Inquérito, ao conceder liminar em decisão referente à Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser instalada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul. No caso, tratava-se de vício de suspeição do Presidente da CPI, foi na decisão monocrática em julgamento de 11/06/2007, proferida pela Ministra Ellen Gracie no SS 3.031.

Importante ressaltar que há claro afrontamento a princípios constitucionais, destaca-se o princípio da impessoalidade e moralidade (art. 37 da Constituição Federal), proibidade administrativa, devido processo legal.

Necessita-se destacar que, no dia 23 de abril de 2021, o Excelentíssimo colega Senador Renan Calheiros assim se manifestou em uma famosa rede social: “[...] Desde já me declaro parcial para tratar qualquer tema na CPI que envolva Alagoas. Não relatarei ou votarei. Não há sequer indícios quanto ao Estado, mas minha suspeição antecipada é decisão de foro íntimo”.

Trazemos um importante fator a ser debatido pelos presentes pares componentes desta CPI. Vejam, caros colegas: digamos que seja confirmado como Relator o Senador Renan e que ele se exima de votar ou relatar investigações sobre o Estado de Alagoas. Para compor o número de votantes, chamaríamos o seu suplente, no caso, o Senador Jader Barbalho, que também poderia ter um parente consanguíneo sendo investigado.

Ainda poderemos ter outro grave problema, o provável relator da CPI não poderia apresentar o relatório final, que apresenta todos os investigados e suas possíveis improbidades ao Ministério Público, eis que um desses investigados poderá ter relação de consanguinidade com o referido Relator.

Colegas, em analogia a uma famosa frase dita pelo Imperador Júlio César: não basta que a gestão da coisa pública seja honesta, ela precisa parecer e transparecer ser honesta. O que quero destacar é que uma importante investigação, que poderá ter impactos importantes para nossa República, não pode ser continuada se existir um quê de desconfiança.

Por todo exposto, portanto, apresento a presente questão de ordem ao crivo de V. Exa. e solicito os devidos esclarecimentos sobre os dispositivos violados e ora indicados para arguir o impedimento dos Parlamentares Renan Calheiros e Senador Jader Barbalho para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito e, mais, para relatar a CPI da Pandemia, nos termos do Código de Processo Penal, sendo este o diploma normativo que, conforme estabelecido pelo art. 153 desta Casa, deve ser aplicado subsidiariamente aos atos processuais no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente Otto Alencar, este é o meu pedido de questão de ordem e gostaria de submetê-lo a V. Exa. de forma muito respeitosa para que a gente possa fazer com que esta Comissão tenha condições de,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desapaixonadamente, exercer a sua função, todos nós agora, depois de instalada: a função de juiz para julgar sem ter nenhum tipo de impedimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pela ordem, Presidente Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Já tem pela ordem solicitada pelo Senador Eduardo Braga, depois o Senador Eduardo Girão – pela ordem de solicitação...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Um minutinho, Senador Ciro.

Depois o Senador Marcos Rogério, depois o Senador Alessandro Vieira – que solicitou –, o Senador Humberto Costa, o Senador Randolfe Rodrigues e depois o Senador Rogério Carvalho.

São várias questões de ordem e, depois, o Senador Ciro Nogueira, que já tinha formulado a primeira, vai ficar por último.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Eu gostaria que o senhor colocasse para deliberação do Plenário, Sr. Presidente; o senhor não colocou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, V. Exa. ficará para depois da decisão das questões de ordem. Eu não posso...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sim, mas a minha questão de ordem é anterior.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu não posso colocar a decisão a Plenário antes de ouvir os outros Senadores, senão fica V. Exa...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas já é outra questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, não, depois eu coloco. Não há dúvida de que eu vou levar a Plenário o que V. Exa. pede.

Pela ordem o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham neste momento, primeiro, eu quero aqui manifestar a minha profunda tristeza de poder estar hoje, na condição de Senador da República, participando da instalação da CPI que trata de um tema muito doloroso a milhares de brasileiros. Aqui, Senador Jorginho – V. Exa. apresentou uma questão de ordem técnica –, não se trata apenas de questões de filigranas jurídicas. Trata-se de questão muito, mas muito maior do que isso: o valor à vida. Valor à vida de brasileiros que, lamentavelmente, nos deixaram ou porque nós não nos planejamos, ou porque nós não adotamos uma posição afirmativa em torno dos protocolos que deveríamos ter adotado, ou porque não fomos diligentes o suficiente para o suprimento dos medicamentos, dos equipamentos, do treinamento de pessoal e de outras questões importantíssimas, como a vacinação, Sr. Presidente.

Veja, questão de ordem levantada com relação a dois companheiros do MDB. Um, o Senador Renan Calheiros, que nem sequer, até agora, foi designado Relator. Nem sequer foi designado Relator.

O Estado de Alagoas não sofre um inquérito ou uma investigação sequer sobre nenhuma dessas questões conectadas ou conexas à questão da Covid-19, diferentemente do meu Estado do Amazonas, que, no dia de ontem, o Procurador-Geral da República denunciou – não é mais em fase de inquérito, não – o Sr. Governador, o Sr. Vice-Governador e mais 15 autoridades públicas. Pelo quê? Por desvio, por formação de quadrilha, por uma série de questões que estão lá levantadas pela Polícia Federal, estão lá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levantadas pelo Ministério Público Federal. Ora, isso me torna suspeito para estar aqui ou torna o Senador Omar Aziz suspeito para estar aqui? Se amanhã o Estado de Santa Catarina, cujo Governador já sofre processo de *impeachment*, exatamente por questões como as tais, isso por acaso significaria um impedimento a V. Exa. para poder aqui, em nome das 400 mil famílias enlutadas do Brasil, fazer o dever que nós temos que ter, de encontrar caminhos para que o Brasil tenha uma posição afirmativa para salvar vidas?

Sr. Presidente, eu compreendo a disputa, eu compreendo a lógica, mas eu não posso admitir que uma Comissão que tem a responsabilidade histórica de apontar caminhos para que nós possamos melhorar a vacinação, para que nós possamos melhorar os *kits* de intubação e para que nós possamos melhorar os protocolos de tratamento, para que nós possamos esclarecer para onde foi o dinheiro público que nós aprovamos, fique numa disputa de filigranas, Sr. Presidente, que não estão apropriadas para o momento.

Em questões processuais, você tem o momento para poder arguir. Este não é o momento, Sr. Presidente. Não há nem escolha de Relator, não há nem quem julgar suspeito. Não houve nem eleição do Presidente. Portanto, eu quero aqui me manifestar, em nome do MDB, contrariamente à questão de ordem apresentada pelo ilustre e sempre competente Senador Jorginho Mello e dizer que, lamentavelmente, mesmo tentando chegar pontualmente, eu acabei não ouvindo a questão de ordem apresentada pelo Senador Ciro. Eu vou me aprofundar sobre ela e, apropriadamente, quando V. Exa. a colocar, eu me manifestarei em nome do MDB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Só respondendo ao Senador Jorginho Mello, pelo qual tenho muito respeito e admiração, esse é um assunto futuro. V. Exa. poderá fazer essa questão de ordem ao Presidente eleito. Eu não posso definir a sua questão de ordem, até porque não serei eu quem vai indicar o Relator. O Relator será indicado pelo Presidente eleito. Portanto, Senador Jorginho Mello, V. Exa. poderá fazer isso depois da Comissão instalada. V. Exa. poderá questionar ao Presidente eleito. Eu peço que V. Exa. entenda a minha posição. Eu não posso definir nem decidir o que V. Exa. me pede por ser um assunto futuro a respeito desse tema.

Agora, pela ordem, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, Senador, meu amigo e irmão Otto Alencar, todos os demais colegas aqui presentes neste momento histórico, é bom rever cada um de vocês, de verdade.

Eu ficaria mais feliz, confesso, se a gente estivesse aqui reunido, neste momento de dificuldade que a gente vive no País, com tanto desemprego, com fome, com problemas sanitários, se a gente estivesse deliberando para resgatar a nossa Nação, o nosso País, com reformas importantes, como a reforma tributária, como a reforma administrativa. Mas o Supremo Tribunal Federal mandou esta Casa abrir a CPI, e decisão judicial tem que ser acatada.

Inclusive, o meu pedido de CPI, que foi apensado de forma legítima pelo Presidente do Senado, procura dar um equilíbrio para que a gente tenha uma CPI que realmente traga prestação de serviço para os brasileiros, que traga toda a verdade e não apenas uma parte da verdade. Esse é o objetivo que sinceramente, com todas as minhas imperfeições e limitações que eu sei que tenho, me traz com muita vontade para participar desta Comissão, apelando aos colegas com bom senso. A nossa responsabilidade é grande com o País neste momento. A população brasileira está nos assistindo, está acompanhando cada passo desta CPI, e foi criada uma expectativa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão de ordem do Senador Jorginho, que eu considero legítima, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, com o Código de Processo Penal, vai ser avaliada, como o senhor bem colocou, pelo próximo Presidente.

Aliás, eu sou candidato a Presidente desta Comissão, respeitando profundamente o acordo que existe entre uma parte dos integrantes, a maior parte dos integrantes que se alinham mais à Oposição. Pela minha posição de independência, eu acredito que posso colaborar para que a gente tenha um equilíbrio nesta CPI. Inclusive, eu estava falando com o Senador Randolfe Rodrigues há pouco ali, propondo que eu, como autor do requerimento... Existe uma tradição nesta Casa – eu fui pesquisar sobre isso – de que o autor do requerimento, nem sempre, mas geralmente, é o Presidente da CPI. E o meu requerimento teve o apoio de 45 colegas, a maioria absoluta do Senado Federal, em relação ao outro pedido de requerimento, também legítimo, do Senador Randolfe Rodrigues, que conseguiu 32 assinaturas.

Sobre a questão de ordem levantada pelo nosso querido Senador Jorginho Mello, eu queria falar o seguinte: até para preservar a CPI, até para que ela possa ir ao encontro da sociedade – a gente tem uma oportunidade ímpar e histórica de aproximar o Senado Federal da população brasileira –, que ela veja que realmente existe a possibilidade de haver uma Comissão Parlamentar de Inquérito técnica, uma Comissão Parlamentar de Inquérito justa, com independência, com isenção.

Então, por mais que eu respeite, como eu respeito, os supostos, vamos colocar assim, indicados tanto para a Presidência quanto para a Relatoria... Inclusive, o único projeto que eu tive a oportunidade de aprovar durante essa pandemia teve como Relator o Senador Omar – eu tenho muita gratidão a ele por isso –, que foi a questão dos profissionais liberais da linha de crédito. Ele botou a bola no peito e a matou para fazer o gol.

O Senador Renan Calheiros – eu digo publicamente isto – é um dos responsáveis pelo fato de o Brasil hoje ter um controle de armas na nossa nação, o que poupou muitas vidas. Como cidadão, eu respeito muito essa coragem, essa ousadia dele de defender, de ser realmente uma pessoa que defende a vida com relação a essa questão das armas de fogo, sobre a qual todos sabem o meu posicionamento.

Agora, existe aí... Não há como fazer, no meu modo de entender – e respeito quem pensa diferente, Senador Weverton –, um meio relatório.

Então, por mais que o Senador Renan tenha dito à imprensa que vai se declarar impedido no Estado, que é o belíssimo Estado dele de Alagoas, infelizmente, vai ficar um conflito. Não há como ter isenção. Por mais que possa haver boa vontade, isso tira a credibilidade do trabalho que a gente se propõe a fazer com imparcialidade aqui na Comissão. Eu defendo a manutenção dessa isenção.

Acredito que essa questão de ordem possa sanar o problema, para que a gente possa ter a população próxima, acreditando nesta CPI no sentido de que, realmente, ela vai prestar um serviço equilibrado.

Não esqueçamos, repito, que são dois requerimentos de CPI: um é focado nas ações e omissões do Governo Federal, e o outro, além do Governo Federal – eu também concordo que tem de ser investigado –, pede que se investiguem as centenas de bilhões de reais enviados a Estados e Municípios. O povo quer saber disso. O povo se mobilizou para que nós tivéssemos esse pedido aprovado pela maioria dos Senadores, que foi um pedido de nossa autoria.

Então, para concluir, Presidente Otto Alencar, eu acredito que a gente tem a possibilidade de atender a esses anseios com equilíbrio. Acho que essa questão de ordem é importantíssima para o andamento dos trabalhos.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Eduardo Girão, como eu falei ao Senador Jorginho Mello, esse é um assunto futuro. Depois da eleição é que se levará essa questão para análise.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pela ordem, fala o Senador Marcos Rogério.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu só peço um esclarecimento a V. Exa. Essa questão de ordem trata sobre dois aspectos, sobre participação na Comissão e sobre a eleição, depois, do Relator. Então, é um assunto que pode ser tratado por V. Exa., porque V. Exa. está presidindo o trabalho que vai suscitar a eleição posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu já até respondi mais ou menos isso, Senador Jorginho. A designação foi feita pelo Presidente do Senado Federal, não foi designação da minha prerrogativa. Estou aqui, como o mais velho, para abrir a sessão e fazer a eleição dos membros: o Presidente e o Vice-Presidente. Então, a designação cabe ao Presidente do Senado. V. Exa. pode arguir isso ao Senador Rodrigo Pacheco.

Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, faço a presente questão de ordem, Sr. Presidente, desde logo suscitando que V. Exa. observe o disposto no art. 89, inciso V, do Regimento: as questões de ordem apresentadas a V. Exa. devem ser respondidas por V. Exa. V. Exa. é o Presidente em exercício nesta sessão. Portanto, faço a presente questão de ordem, alertando V. Exa. quanto ao que dispõe o art. 89, inciso V.

A decisão judicial, Sr. Presidente, da 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal impõe dever de observância a esta CPI. Por óbvio, não dá para desconsiderar a decisão. Essa decisão afasta a possibilidade de que o Senador Renan seja designado Relator. Reitero: há uma decisão judicial em vigor, que não foi reformada. Essa decisão judicial, portanto, está vigente. Não cumpri-la seria desrespeitar decisão judicial. E esta CPI está sendo instalada neste momento justamente em razão ou em atenção à decisão judicial.

Estou formulando a presente questão de ordem a V. Exa. considerando justamente um dos requisitos das manifestações, que é a tempestividade, porque V. Exa. preside os trabalhos de instalação desta CPI e o faz por força regimental. Então, cabe a V. Exa. cuidar de decidir as questões atinentes a esta Comissão, inclusive aquelas decorrentes do ato de instalação da CPI.

Indago a V. Exa. qual será o encaminhamento, a decisão dessa Presidência com relação à decisão judicial que foi proferida no dia de ontem com relação aos trabalhos desta CPI.

Por dever de lealdade, tomei conhecimento e li. É bem verdade que quem decidiu parece desconhecer um pouco o funcionamento do Senado Federal, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não entendi o motivo da graça.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu peço ao Plenário que deixe, com liberdade total, o Senador Marcos Rogério se manifestar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso, Sr. Presidente, não afasta...

Eu tomei a liberdade também de ler a peça que deu origem à decisão – não sei se V. Exas. tomaram o cuidado de fazê-lo –, porque a decisão judicial está vigente, está em vigor e é originária de uma petição. Eu quis saber se a petição inicial equivocou-se quanto ao andamento, aos procedimentos formais dos trabalhos de uma Comissão, e não foi o caso. Não foi o caso. A petição atacou o ponto específico.

Agora, não há que desconhecer a decisão. Por mais que, relativamente a um ponto ou outro em relação a essa decisão, queira se considerar que ela encaminha a providência à autoridade que não seria a autoridade própria, considerando o funcionamento das Comissões, porque se dirige ao Presidente do Senado, não há que desconhecer a decisão judicial. Tanto isso é verdade que esta Casa, no exercício regular de direito próprio, recorre da decisão, pendente de apreciação tal recurso. Portanto, há uma decisão vigente, há uma decisão em vigor.

Faço essas ponderações com a ressalva do entendimento quanto ao devido funcionamento das Comissões Parlamentares, mas solicitando a V. Exa. que possa responder a esta questão de ordem, porque ela diz respeito à sequência dos trabalhos da Comissão. É a questão de ordem que faço a V. Exa.

Posteriormente, quero me manifestar, quando da eleição do Presidente, com relação à suspeição alargada dos membros desta Comissão, mas farei essa segunda questão de ordem quando da instalação da Comissão. Mas esta objetivamente que trata de cumprir ou descumprir decisão judicial estou fazendo a V. Exa., que preside os trabalhos neste momento.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Como é que é?

Peço só um minutinho, só um minutinho!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Marcos Rogério, primeiro, V. Exa. não deve desconhecer que o Presidente do Senado Federal não acatou a decisão do juiz. Ele ontem se manifestou a respeito e disse que não a acataria, porque a decisão foi incorreta. O juiz determina que o Senador Renan Calheiros não seja eleito. Ele não vai concorrer à eleição, ele poderá ser designado pelo Presidente eleito.

E, sobre essa questão que o Senador Jorginho colocou, bem como o Senador Eduardo Girão – agora, V. Exa. os respalda nesse sentido também –, é uma questão futura. Então, quando o próximo Presidente, o Presidente eleito da Comissão, tomar posse, V. Exa. poderá fazer o questionamento.

Quanto à decisão que foi dada pelo juiz, que V. Exa. coloca como uma decisão que ainda está pendente, na minha opinião não está, porque ele decide para que o Senador Renan não seja eleito, mas ele não é candidato. Então, é uma coisa também futura. Tem que se aguardar, porque é um fato determinado. V. Exa. não faz, segundo o art. 404 do próprio Regimento, uma questão determinada; é uma questão ainda pendente que vai ser decidida por uma decisão futura. Portanto, não há cabimento.

Quanto à questão que foi colocada pelo nobre Senador Ciro Nogueira, ele já pediu que fosse levada à votação no Plenário, e eu o farei – é a mesma coisa que V. Exa. pergunta – assim que terminarem as manifestações dos Srs. Senadores. Eu vou colocar em votação, para que o Plenário possa decidir a respeito desse tema, que é tema correlato ao que V. Exa. falou aí agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas quero deixar claro a V. Exa. que a decisão do Presidente do Senado não vincula a Comissão Parlamentar de Inquérito, com todo o respeito a V. Exa. O Presidente do Senado Federal não deve cumprir ou deixar de cumprir, porque não é competente para isso, mas à Comissão, respeitosamente, não cabe desconhecer decisão judicial em vigor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Alerto V. Exa. e esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... quanto a esse aspecto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu respaldo a decisão do Presidente, eu desconheço também a decisão do juiz.

Senador Alessandro Vieira...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Eu acho que V. Exa... Nós podemos encaminhar e votar a eleição para Presidente e Vice-Presidente. Só há uma questão de ordem aqui que nos impede de fazer a eleição para Presidente e Vice-Presidente, que é a questão de ordem do Senador Ciro. De volta à questão de ordem do Senador Ciro, vota-se para Presidente, e depois nós vamos discutir as outras questões levantadas pelo Senador Jorginho e pelo Senador Marcos Rogério, porque senão, Senador, nós estaremos aqui mostrando à população brasileira que há um grupo de pessoas que, aparentemente, pelos posicionamentos... Isso pode até comprometê-los, porque podem achar que não querem que a CPI ande.

Então, acho que devemos, por ser natural, pelo bom senso de todos nós, primeiro, só analisar a questão de ordem do Senador Ciro e, logo em seguida, fazer a eleição para Presidente e Vice-Presidente. Essa é a minha questão de ordem, para depois discutirmos as outras questões, senão nós vamos ficar aqui discutindo questões ainda futuras, como o juiz fez aí.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Omar Aziz, existe aqui uma lista de Senadores que pediram a palavra pela ordem. Eu vou cumprir, porque é direito de cada um dos Senadores, membros ou não membros da Comissão, se manifestar.

Pela ordem, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas quero contraditar a questão de ordem apresentada pelo colega Ciro Nogueira, registrando uma situação fática evidente: nós só temos esta CPI em andamento no momento; é a única CPI ativa no Senado. As demais CPIs estão ou suspensas ou, no caso da Chapecoense, numa espécie de limbo, porque ninguém sabe se foi encerrada ou não. Izalci teve que alertar o Presidente Rodrigo Pacheco sobre o tema. Então, não há como se colocar essa questão de impedimento para este momento; é a única CPI que está ativa.

Ademais, a gente vai, com o Presidente eleito, discutir as outras questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Alessandro.

Hoje, inclusive, no grupo de Senadores, foi questionado o não funcionamento das outras CPIs. Eu até me manifestei, dizendo que nós temos outra CPMI aqui com quarenta e tantos participantes, para a qual não há espaço físico para dar segurança sanitária aos Senadores e aos participantes, que é a CPMI da Fake News, cujo não funcionamento às vezes se questiona. A minha opinião é opinião de médico, de alguém que está preocupado muito com a vida das pessoas. As minhas manifestações são sempre técnicas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em cima do procedimento correto, que deve ser levado em consideração para salvar vidas. Eu me pauto sempre nesse sentimento.

Senador Humberto Costa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, aqui, corrigir algumas colocações que foram feitas.

O Presidente Rodrigo Pacheco não instalou a CPI, nem a CPI foi criada por força de decisão judicial. A CPI foi criada porque ela obteve 32 assinaturas, que se mantiveram, apesar de inúmeras tentativas de que essas assinaturas fossem retiradas. Portanto, o que aconteceu é que havia, da parte do Presidente, o entendimento de que não era possível instalar, e alguns Senadores recorreram ao Supremo não para a CPI existir, mas porque ela atendeu a todos os pré-requisitos: número de assinaturas, objeto bem definido e período para a ocorrência da CPI. Portanto, não corresponde à realidade essa visão.

A segunda questão é que, quando se trata de debater suspeição ou não, a CPI não é um tribunal, a CPI não tem o poder de julgar, nem de condenar, nem de absolver ninguém. A CPI é tão somente um instrumento de investigação, que, ao final do trabalho, encaminhará as suas conclusões para o Ministério Público, poderá encaminhar para Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores, tribunais de conta, etc.

Portanto, invocar a questão da suspeição de quem quer que seja, especialmente do Relator, na minha avaliação é equivocado, até porque o relatório a ser apresentado tem que ser aprovado pela maioria dos Senadores. Nós já tivemos CPIs aqui em que o relatório que foi aprovado foi um relatório feito por alguém que contestava o relatório original.

Então, eu entendo que não cabe qualquer tipo de questionamento ao Relator, aos supostos futuros Relatores, primeiro porque ainda é uma suposição; e, segundo, porque, na minha compreensão, seria uma visão de restringir as prerrogativas que o Parlamentar tem de exercer plenamente o seu mandato. É óbvio! Se não há nenhum constrangimento legal para o exercício desse mandato, é óbvio que ele pode ser exercido e o Parlamentar pode ser Presidente do Senado, pode ser Presidente da CCJ, pode ser o que for. Caso contrário, então nós temos... Se não é possível, se há um impedimento de ordem legal para o exercício de uma função, então tem que se... Talvez, o que se tem que fazer seja cassar esse Parlamentar, porque ele já não tem essa prerrogativa.

Então, o meu entendimento é esse.

Eu acho que V. Exa. está conduzindo corretamente. Vamos eleger Presidente e Vice.

Quanto à presença em duas CPI, eu inclusive sou um dos casos – eu sou integrante desta CPI e da CPI da Fake News –, e eu acho que a única coisa que tem que ser considerada é que a outra não está funcionando. Mas, se for considerado que independentemente disso não pode, eu já estou aqui com o Líder da minha bancada, que poderá de imediato nos excluir da outra CPI, a mim e ao Senador Rogério. E nós fazemos questão de participar desta CPI aqui, porque o povo quer saber por que é que estamos passando por essa situação tão difícil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Pela ordem o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pediria, inclusive, que o "pela ordem" fosse restrito a cinco minutos, para não estender mais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Não precisa mais do que isso, Presidente.

Primeiro, eu nunca vi em nenhum tribunal, em nenhum lugar da história, a predição de suspeição. Existe medicina preditiva, mas a predição, alguém predizer que alguém será suspeito, é um ato extremamente equivocado e autoritário, porque é um prejulgamento e não um fato em si. Não há um fato: é uma predição de suspeição. Isto não existe em nenhum lugar – em nenhum lugar! – escrito, essa questão da predição de suspeição. Então, eu queria dizer ao meu colega Jorginho que essa categoria não existe.

A segunda questão é achar que um Parlamentar eleito pela população do seu Estado, que representa um pensamento, não tenha, imanente à natureza da função que exerce, preferências, posições políticas. É um ato de extremo autoritarismo achar que se deve submeter qualquer que seja o Parlamentar à posição do pensamento de um determinado Parlamentar ou de uma determinada corrente política. Isso é autoritário, isso é incondizente com a condição do exercício da função parlamentar. Essa é a segunda questão.

A terceira questão, Sr. Presidente, é que o Parlamentar não está aqui pela metade. Não existe nenhum Parlamentar aqui pela metade. Diga-me qual é o Parlamentar que está aqui com meias prerrogativas? E, se ele está aqui com total capacidade no exercício das prerrogativas que a Justiça Eleitoral lhe conferiu, ele pode exercer qualquer função, e ninguém – ninguém! – tem o direito de questionar as prerrogativas legislativas do exercício pleno da condição de Parlamentar. Isso é outro ato autoritário que nós não podemos admitir sob nenhuma hipótese.

Por fim, Presidente, eu quero dizer que a decisão do juiz é uma decisão teratológica, monstruosa, disforme. Ele não tem capacidade nem competência para interferir na capacidade de o Parlamentar exercer a sua função na sua plenitude. Foi uma decisão teratológica, monstruosa. Queria deixar isso muito claro.

Por fim, Presidente, queria aqui dizer que todos, pela questão de ordem do Senador Jorginho Mello, são suspeitos preditivamente, todos aqui. Portanto, eu não me acho suspeito de nada e estou aqui para exercer aquilo que o povo do meu Estado me delegou, que é representar uma posição política. Eu queria deixar isso aqui muito claro, com toda ênfase, para a gente nunca esquecer que a nossa atividade aqui é representar posições políticas, posições claras sobre cada tema. E nós temos uma tarefa muito grande, que é mostrar ao Brasil que a tese da imunidade de rebanho é o principal causador das 400 mil mortes...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Para concluir, nobre Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Pela...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, é para uma comunicação inadiável que vem para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para comunicação inadiável.) – Acabo de ser informado pelo Advogado-Geral do Senado Federal, Senador Marcos Rogério, de que o Presidente em exercício do TRF acaba de suspender a liminar ineficaz que foi concedida pelo juiz de primeira instância. Portanto, diante de todos os argumentos já aqui apresentados, ainda agora vem suportar a decisão desta Casa a decisão do Presidente do TRF, que suspende a liminar concedido ineficazmente no dia de ontem, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Pela ordem, o nobre Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu não vou utilizar o tempo que V. Exa. gentilmente cedeu por um dos assuntos já estarem resolvidos.

Eu queria na verdade lembrar esta Casa e os colegas Senadores, principalmente os que vão ser membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que hoje deve iniciar os seus trabalhos com a escolha do seu Presidente e a definição do seu plano de trabalho e do seu Relator, de que nós estamos vivendo o momento mais difícil da nossa República; e que não possamos de maneira alguma esquecer que, neste exato momento, enquanto estamos discutindo se um colega Senador tem ou não condição de exercer o seu mandato, se o Prefeito A ou o Governador B ou o Presidente errou, neste momento nós temos milhares de famílias que estão enlutadas, milhões de famílias que estão sem trabalhadores com carteira assinada, outras milhões sujeitas à informalidade, e o pior, Presidente, o fantasma da fome, que todos nós sabemos que voltou e com muita força. A situação é crítica. Empresários, empreendedores, pessoas que neste Brasil de verdade nunca tiveram a mão amiga do Estado brasileiro... Todo mundo aqui sabe e não se precisa fazer discurso de que somente os especuladores têm vez neste Brasil. Basta ver dos 50 ou 100 mais ricos deste País como estão suas fortunas hoje; e basta ver como é que está a maioria das famílias e das pessoas que têm menos. Nós, além de não podermos ajudar neste momento a classe produtora, não podemos terminar de esmagar e de acabar com o que ainda resta para poder fazer com que este Brasil funcione.

Então, esta CPI tem esse papel fundamental de, primeiro, entender que nós teremos que ter serenidade para enfrentar os problemas, como tem que ser. Não é uma pauta qualquer; é a pauta da vida, é a pauta da saúde. É uma pauta em que aqui ninguém, por pior, por perverso que seja, por mais antagônicas que sejam as nossas disputas ideológicas, não podemos partir do pressuposto de que um de propósito é assassino ou fez de mal para que pudéssemos chegar a 400 mil mortos no Brasil. Lembremos: em 2021 a Covid já matou mais do que em 2020 todo. E os números não vão parar. Lembrando que, a partir de hoje, com a instalação da CPI, amanhã ainda continuará havendo vários mortos todos os dias, infelizmente podendo continuar a chegar aos milhares.

Então, Presidente, na verdade, a minha fala agora, neste momento, é de um apelo a esta Casa para que nós não possamos perder o foco de tentar ajudar a resolver os problemas, porque é isso que o povo brasileiro, é isso que as pessoas que nos colocaram aqui esperam das instituições neste momento. Enquanto um apontar o dedo na cara do outro, lembrem-se de que tem gente lá embaixo que está tentando ter acesso a uma cesta básica; imagine a um emprego.

Então, eu desejo sorte e peço muito a Deus que proteja esta Casa, proteja o nosso País, e que nós logo possamos superar este momento difícil que o Brasil está atravessando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Agradeço a V. Exa.

Pela ordem, o Senador Paulo Rocha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma informação: eu queria saber quantos ainda estão inscritos, Presidente, porque eu me inscrevi e não sei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. está inscrita, e será imediatamente após a fala do Senador Paulo Rocha.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Depois vota. Quando terminar.

Aqui ainda há, além da Senadora Eliziane, o Senador Fernando Bezerra e o Senador Flávio Bolsonaro; depois disso, vamos à eleição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Depois da questão de ordem do Senador Ciro Nogueira, que pediu que levasse ao Plenário a questão de ordem formulada por ele. E há também o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, qual a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu me esqueci de V. Exa. Desculpe-me. Não o coloquei aqui. V. Exa. está lá atrás, eu não o vi direito, mas V. Exa. falará então depois da Senadora Eliziane Gama.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para declinar a ordem, quem são?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Depois da Senadora Eliziane...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agora é a Eliziane?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não. Agora é o Senador Paulo Rocha; depois é a Eliziane, V. Exa., Senador Fernando Bezerra e o Senador Flávio Bolsonaro. Peço-lhe desculpas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. Absolutamente. Inclusive S. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Foram várias questões de ordem e eu esqueci.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sem problema.

Inclusive, Sr. Presidente, S. Exa. o Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, pode ser antes de mim; eu posso falar logo em seguida, sem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele pediu depois de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, ele pediu depois. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu posso esquecer, mas não posso inverter a ordem, Excelência. (*Risos.*)

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nobres colegas, Senadora Eliziane Gama, eu queria saudar a todos e a todas.

Sr. Presidente, já estou há algum tempo aqui nesta Casa e vivi todos os momentos das principais CPIs, logo pós-Constituição: CPI do Orçamento, CPI dos Anões, CPI da compra de voto, do Mensalão, etc. Eu, inclusive, fui envolvido no mensalão – todo mundo sabe –, já foi julgado pelo Supremo, empatou a minha votação. O Presidente me nomeou, senão eu também teria sido um dos presos, etc., etc. Claro que a CPI tem esses tensionamentos, exatamente porque é um instrumento de investigação que é próprio do Parlamento. É uma conquista da democracia.

Por isso, eu tomei a liberdade de vir aqui para falar pela Bancada do Partido dos Trabalhadores para, primeiro, trazer solidariedade ao PMDB, Líder do PMDB, e ao Senador Renan Calheiros. Por que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu estou fazendo isso, uma intervenção política nesse sentido? Exatamente para dizer da incomodação por que está passando o País pela questão da nossa democracia. E o PMDB e o Renan conquistaram esse direito de indicar o relator não foi pelos belos olhos do Renan, mas pela questão da força do PMDB, principalmente pela força do PMDB, porque o povo quis que o PMDB fosse a maior bancada aqui. E o Senador Aziz, candidato a Presidente, também não é pelas questões... É pela questão de que a segunda maior bancada é a do Senador Aziz. Então, eu acho que se a gente não valorizar isso, se a gente não se quedar a isso, à força da democracia, nós estamos tergiversando ou acompanhando as vontades de autoritarismo que momentaneamente perpassam no nosso País. E eu venho aqui exatamente para dizer isso, principalmente de um partido como o Partido dos Trabalhadores, que ultimamente foi um desses que foram acusados, perseguidos, as principais lideranças presas, etc., etc. E agora nós estamos vendo a verdade vindo à tona.

Então, eu, sinceramente, com todo o respeito aqui aos companheiros, principalmente ao Jorginho, que foi porta-voz dessa questão de ordem, sinceramente, Jorginho, eu fico meio triste e diminuído, como Senador da República... Fazer uma questão de ordem dessa... E, principalmente, questão de ordem não é... Todo mundo tem o direito de fazer suas questões de ordem, mas são os argumentos que foram usados na sua questão de ordem. Olha, isso é se quedar ao momento autoritário que nós estamos vivendo. Falar que o Renan ou outro qualquer não pode participar porque tem interesses... Eu queria saber quem é que não tem interesse aqui. Quem é que não tem interesse aqui? Se for por essa questão de interesse, Jorginho, o Presidente não deveria nem deixar o Flávio Bolsonaro entrar aqui, porque ele é filho do homem. Se nós não podemos participar por esse interesse, porque nós estamos participando da CPI, imaginem o Flávio, aqui presente... Presente não, mas ele pode estar sempre...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Tanto concordo que não batalhei para estar na CPI. **O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... presente. Ele não é da CPI, mas está presente aqui. Eu também não sou da CPI, mas ganhei o direito de vir aqui porque sou Líder da minha Bancada. Isso é democracia, gente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Quer dizer que há outros impedimentos a serem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Para concluir, Senador Paulo. O tempo de V. Exa. já esgotou.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Essa questão do interesse que tem aqui... Afinal, quem veio para cá, veio para ser candidato a santo? Candidato a puro? Por que existe aqui a bancada da bola, a bancada ruralista, a bancada da Bíblia, a bancada dos trabalhadores, a bancada das mulheres? Por quê? Então, as mulheres são impedidas... Inclusive, conquistaram agora uma liderança dentro do Colégio de Líderes para atenderem interesse de quem? Das mulheres.

Então, eu acho o seguinte: pela experiência que a gente está vivendo aqui, Ciro, todo mundo que já vive há algum tempo aqui, sempre tem que relaxar, não tem jeito! A CPI vai acontecer. Agora, conforme os interesses, tem que fazer maioria para poder passar, gente! Essa é a regra da democracia! Eliminam a candidatura do Renan, façam maioria! Agora, usar argumentos tergiversando a discussão principal aqui é se contrapor à democracia, inclusive se amparando em decisão judicial de um juiz que também foi provocado e atendeu os interesses de quem?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só queria dizer que a nossa bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, está aqui exatamente para assegurar o processo democrático. Com certeza, todos nós somos maduros aqui. A gente vai tocar essa CPI com o que o Brasil quer, e o Brasil quer exatamente que a gente preste conta. Há uma crise total. Já morreram e vão morrer cerca de 500 mil, conforme o que os estudiosos estão falando. Então, é responsabilidade nossa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pela ordem, a nobre Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente Otto, todos os meus colegas aqui presentes, eu quero, inicialmente, Presidente, cumprimentá-lo pela firmeza que lhe é, na verdade, peculiar na condução, hoje, da instalação dos trabalhos desta Comissão, que tem um papel muito preponderante de aprofundar e entender melhor o cenário que nós estamos vivenciando no Brasil do ponto de vista da atuação do Poder Público.

Os números que nós acompanhamos de forma diária são muito preocupantes. Nós já chegamos a ter aí quase 4 mil mortes num prazo de 24 horas. Chegamos a bater recordes em alguns momentos, no mundo inteiro, com a quantidade de mortos que nós realmente acompanhamos. Eu fui Vice-Presidente, Presidente, da Comissão que acompanhou o estado de calamidade pública que nós vivenciamos no ano passado. E a gente viu, de forma muito clara, alguns pontos que eu diria... A gente não pode responsabilizar o Governo Federal, na sua plenitude, pela quantidade de mortes que estamos vivenciando hoje, mas é muito claro que a omissão e a falta de ação do Poder Público contribuíram para o cenário de catástrofe que nós estamos vivenciando no Brasil, seja pela omissão, seja pela falta de comando da política brasileira, seja por não atender as orientações que foram estabelecidas pelos órgãos de fiscalização e controle, dentre eles o TCU, seja pela negligência, enfim, por uma série de atos. E esta Comissão vem exatamente com esse objetivo.

Eu já fui Presidente de Comissão, já fui Relatora de Comissão, já participei de várias comissões. E a gente sabe que a investigação, o inquérito, o poder de polícia que esta Comissão tem na requisição de documentos – até de prisão, se for o caso aqui, durante os trabalhos, por não ter a verdade apresentada pelas testemunhas – darão, eu não tenho nenhuma dúvida, um norte, um clareamento sobre de onde partiu, de fato, a omissão e o nível de responsabilidade que o Poder Público tem em relação a todo esse cenário que nós estamos vivenciando.

E, ao mesmo tempo, Presidente, fica muito claro o temor do Governo Federal. A gente vê isto desde quando nós tivemos o áudio exposto por um colega nosso aqui, da parte do Presidente da República: um medo da CPI. Depois, pelas decisões que alguns aliados buscam na Justiça de forma extremamente incompetente, que são proferidas e depois derrubadas. Agora nós acabamos de ter essa decisão do TRF. Ou seja, tenta-se criar, por exemplo, suspeição e impedimento, que são instrumentos próprios do Judiciário. Esta Comissão, como o próprio nome já diz, é de inquérito, não é de julgamento. E por não ser de julgamento, a suspeição e o impedimento não podem nem ser levados em consideração, porque não constam do regramento do Legislativo brasileiro. Então, tenta-se criar um argumento para se postergar, para não se ter a instalação de uma Comissão que é muito importante para o Brasil.

Quero finalizar, Presidente, desejando realmente muito sucesso a todos os membros desta Comissão. Estamos representando aqui o nosso bloco – sou Líder do Bloco Independente, o colega Randolfe Rodrigues e o meu colega de Partido Alessandro Vieira – e, juntamente com todos os demais colegas, eu não tenho nenhuma dúvida, eles darão uma grande contribuição para o Brasil pelo perfil de cada um deles, da área jurídica, como operadores do Direito, e o Alessandro, como um investigador que sempre foi durante a sua vida Parlamentar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas também quero deixar aqui, Presidente, o registro da minha tristeza. Nós evoluímos como mulheres e estamos evoluindo muito, inclusive aqui no Senado Federal, quando temos, por exemplo, uma representação no Colégio de Líderes, quando nós temos uma atuação importante, inclusive colocando na ordem do dia os temas atinentes à causa feminina do Brasil, mas, infelizmente, nesta Comissão, nós não temos a participação feminina.

Quero deixar realmente aqui esse registro e dizer que podemos até não ser membros, mas Renan, colega Renan e Omar... Claro que a gente vai ter daqui a pouquinho o processo de eleição, mas já quero aqui, de forma preliminar... Estão sempre colocando a coisa muito precoce, tanto do ponto de vista de pedido de suspeição... Mas quero, precocemente também, cumprimentar o Renan e o Omar, que acredito que serão o Presidente e o Relator, e desejar realmente muito sucesso no transcorrer desses trabalhos. Como eu disse, pode não ter uma presença de titularidade feminina, mas estarei aqui, como mulher, participando das comissões... (*Palmas.*)

... e dando a minha contribuição também, como eu disse, até pela caminhada que já tenho de vida pública, em que participei de várias outras comissões, de várias outras CPIs, contribuindo, na medida do possível, para o transcorrer também desses trabalhos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senadora Eliziane Gama, e passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, bem breve e de forma sucinta, para só contra-argumentar as questões de ordem aqui apresentadas.

Uma, *per si*, por decisão judicial, já caiu, e não deveria ser diferente. A esdrúxula decisão judicial de ontem, decisão precoce, sem eficácia e talvez com consequências imprevisíveis, assemelha-se a algumas recomendações de tratamento que deram em relação ao enfrentamento da pandemia.

Mas, em relação à outra questão de ordem, Presidente, uma confusão grassa sobre o que nós estamos a iniciar no dia de hoje. O art. 58 da Constituição, §3º, rege o que são comissões parlamentares de inquérito. Se não precisasse ler o artigo, o nome já diz: é de inquérito. O que foi argumentado aqui para impedir a designação de algum Senador... E olhem, pasmem, eu ouvi aqui alguém argumentar que era para também impedir de participar da CPI. Aí já é mais grave: é impedir algum colega Senador do exercício do mandato.

Senado Rogério, há uma Comissão outra instalada, a CPMI das Fake News – inclusive, S. Exa. o Senador Angelo Coronel aqui estava, que é o Presidente, ele pode testemunhar –, e lá naquela Comissão há vários Parlamentares membros da Comissão que são investigados, que estão objeto da investigação. Nem assim ninguém arguiu o impedimento para participar, porque, primeiro, não se aplica o art... Os colegas que arguem o art. 252 do Código de Processo Penal precisavam dar uma lida no *caput*. O *caput* do art. 252 diz: "O juiz não poderá exercer jurisdição". O juiz! Nós não temos poderes de justiça aqui, temos poderes de investigação, de inquérito – é por isso que a comissão é de inquérito. O colega Marcos Rogério sabe muito bem que inquérito está no CPP, do art. 1º ao 20, e não no 252, que é outro dispositivo bem distinto. A possibilidade nossa aqui, de quebra de sigilo telefônico, telemático, de acareação de testemunhas, de chamar para depor como testemunha, de chamar para depor como investigado são elementos de um inquérito, e não da atuação judicial.

Então, parece-me claro. Não quero acreditar que haja aqui alguma medida protelatória, porque acredito que não haja ninguém que tenha que temer nada em relação a esta CPI. CPI, muito bem até





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensina o colega Senador Alessandro, não persegue pessoas, vai perseguir fatos. Por exemplo, se o Governo não teve nenhuma omissão ou nenhuma ação que levou ao agravamento da pandemia, a este atoleiro sanitário em que estamos de termos – como já foi dito aqui, Senador Weverton, inclusive pelo senhor, hoje, de janeiro até agora, mais mortos do que no ano passado –, se não houve nenhuma responsabilidade, não há por que haver medidas protelatórias para instalarmos.

E chega, Sr. Presidente, a ser ridículo, insensato, tentar impedir um colega Parlamentar, qualquer que seja, do exercício do mandato, porque é disso que se trata. Presidente, nem a ditadura tanto ousou, nem a ditadura! A ditadura até fechava o Congresso, mas nem a ditadura chegou a tanto, de tentar impedir Parlamentares de exercerem o seu mandato.

Então, *per si*, a questão de ordem é descabida porque argumenta dispositivos de tratamentos diferentes e, por óbvio, seria um absurdo nós deliberarmos pelo impedimento de algum colega no exercício do mandato. E ainda que – ainda que –, veja, as condições de presidente, vice e designação de relator são fatos que ainda virão a ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Randolfe Rodrigues.

Passo a palavra ao Líder do Governo no Senado Federal, nobre Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente. Quero lhe cumprimentar pela maneira tranquila, serena, com que está conduzindo os trabalhos de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Cumprimento os seus membros, os suplentes, os líderes partidários.

As comissões parlamentares de inquérito são o mais expressivo instrumento de que dispõe o Congresso Nacional, por meio de suas Casas legislativas, para a concretização do direito constitucional de fiscalizar, investigar o comportamento dos órgãos, agentes e instituições do Estado, atribuição essa inerente à essência da atividade parlamentar.

A instauração da CPI se vincula à exigência constitucional da indicação de fato determinado a ser objeto de apuração, neste caso, as ações e supostas omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, o desabastecimento de oxigênio no sistema de saúde do Amazonas e a aplicação de recursos federais por Estados e Municípios no combate à pandemia. A instauração da CPI se vincula à exigência constitucional da indicação de fato determinado a ser objeto de apuração, neste caso as ações e supostas omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, o desabastecimento de oxigênio no sistema de saúde do Amazonas e a aplicação de recursos federais por Estados e Municípios no combate à pandemia.

Destaco, Sr. Presidente, que um trabalho investigativo diligente requer foco técnico, ausência de viés político e atuação dentro dos limites constitucionais. Exige, Sr. Presidente, que se evitem os excessos: nem fazer da CPI palanque político, antecipando a disputa que se dará em 2022, ou palco para radicalizações ideológicas, que apenas empobrecem o debate público; tampouco restringir os trabalhos sob o pretexto de evitar os equívocos. A legitimidade do resultado a ser apresentado depende desse equilíbrio e também da busca, sempre que possível, do exercício do consenso, afastando posições de beligerância e confrontação.

A composição deste colegiado investigativo, respeitando tanto quanto possível a proporcionalidade partidária desta Casa, sem prejuízo do direito de oposição garantido às minorias, deve ser capaz, acima de tudo, de traduzir o sentimento maior que move o Plenário do Senado Federal em torno desse tema de interesse nacional. Lembro que a apuração de desvios na aplicação dos recursos federais repassados para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados e Municípios, ressalvadas as matérias de competência estadual e municipal, recebeu o apoio de 45 Senadores desta Casa e merece, portanto, a atuação dos membros desta Comissão. Contudo, a investigação dos fatos conexos, conforme determinação do Presidente Rodrigo Pacheco, não pode vir revestida de motivação política, sob pena de comprometer a integridade dos trabalhos.

É importante registrar a expressiva quantidade de recursos transferida pelo Governo do Presidente Bolsonaro para Estados e Municípios. Para o melhor enfrentamento da Covid, a execução das despesas relacionadas ao combate da pandemia, em todo o País, chegou à vultosa soma de R\$524 bilhões. Para reforçar os sistemas de saúde dos entes da Federação, foram repassados mais de 57 bilhões em 2020. Estados e Municípios também foram contemplados com testes, insumos, equipamentos de proteção individual, ventiladores e leitos hospitalares. E, para que pudessem fazer frente aos impactos econômicos e sociais da pandemia, o Governo, com o apoio do Congresso Nacional, suspendeu o pagamento das dívidas com a União e transferiu recursos para compensar a perda de arrecadação com ICMS e ISS, atingindo um pouco mais de R\$78 bilhões. Portanto, nenhum Estado da Federação teria condições de enfrentar os efeitos da pandemia sem a ajuda do Governo Federal.

O enorme esforço fiscal realizado pelo Governo para proteger a economia, socorrer Estados e Municípios, salvar empregos e empresas e assistir trabalhadores informais e a população vulnerável se refletiu na retração de 4,1% do PIB em 2020, desempenho melhor do que o projetado pelos analistas.

Entre os países das Américas, a economia brasileira teve a segunda melhor *performance*, atrás apenas dos Estados Unidos. Assim, se a atuação do Governo Federal frente à pandemia é o objeto de investigação desta CPI, todo o esforço empreendido deve ser considerado e deve ser analisado de forma desapaixonada. Ao final, não tenho dúvidas, restará evidente que os erros porventura cometidos não foram deliberados ou propositais.

Sr. Presidente, senhores membros da CPI, toda CPI instalada no Parlamento enfrenta o clamor por um relatório que identifique culpados e impute responsabilidades, mas rechaçamos a ideia de que esta Comissão tome o caminho da criminalização.

Os números de casos e óbitos causam consternação e nos solidarizamos com as famílias que perderam os seus entes queridos para a Covid, mas chamo a atenção dos nobres Senadores para a realidade da pandemia em outros países. Em números absolutos, o Brasil ocupa a terceira posição do *ranking* mundial de casos, mas, ao olharmos o número de casos por milhão de habitantes, o Brasil está na 39ª posição, com 67,7 mil casos, números semelhantes aos do Reino Unido, aos da Itália e inferior aos registrados na França e na Espanha, que acumulam 80,9 mil e 73,6 mil casos por milhão de habitantes. Ao analisarmos esses dados, percebemos que governos de diferentes matizes adotaram medidas de distanciamento para conter a disseminação do vírus, mas não conseguiram evitar a violência implacável da segunda onda. Isso porque a Covid é uma doença nova que estamos aprendendo a enfrentar.

As CPIs também têm como horizonte instrumentalizar a atividade legislativa do Parlamento. Nesse sentido, deve buscar as falhas e as lacunas da legislação sanitária brasileira, de modo que o relatório final aponte os aperfeiçoamentos necessários para o enfrentamento da pandemia ainda em curso e de futuras emergências de saúde que podem se tornar frequentes, de acordo com os especialistas. Como legado, a CPI deve deixar um conjunto de subsídios capazes de aprimorar o arcabouço legal do País e avaliar a alocação de recursos e o financiamento de políticas públicas, melhorando a nossa capacidade de proteger a população e de oferecer respostas consistentes a novas ameaças globais.

Antes de concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado o avanço, embora ainda no ritmo indesejado, da vacinação no Brasil. Atingimos, na última sexta-feira, o número recorde de 1,9 milhão de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doses aplicadas, comprovando nossa capacidade de imunizar a população com segurança e rapidez através do Sistema Único de Saúde.

O Presidente Jair Bolsonaro tem se empenhado pessoalmente para acelerar entregas, tendo destinado R\$24 bilhões para a aquisição de vacinas.

Lembro que o acordo de transferência de tecnologia firmado com a AstraZeneca vai permitir que a Fiocruz produza nosso próprio imunizante, afastando o risco de faltar vacina no ano que vem, caso seja necessário reforçar a proteção imunológica.

Destaco ainda o convênio no valor de 60 milhões, assinado em dezembro, para modernizar a planta do Instituto Butantan, ampliando a capacidade de fabricação da CoronaVac, com recursos do orçamento federal. A entrega de 15 milhões de doses da Pfizer e de 40 milhões da Covax Facility poderá acelerar a vacinação até junho, confirmando, assim, o acerto das decisões do Governo brasileiro na compra dos imunizantes.

Portanto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... o Governo não teme as investigações e assume o compromisso de oferecer a sua contribuição, agindo com transparência e fornecendo todas as informações necessárias para a apuração dos fatos, sem perder de vista o interesse público, que deve nortear o roteiro de trabalho a ser seguido por esta CPI.

Estou convencido de que o julgamento das ações de enfrentamento da maior crise sanitária da história revelará a lisura da conduta do Governo e, à luz dos fatos, ficará comprovado que nenhum ato doloso de omissão foi cometido no combate à pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Fernando Bezerra, e passo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro, como pediu.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, bom dia a todos.

Em primeiro lugar, acho que as mulheres já foram mais respeitadas e mais indignadas, não é? Estão fora da CPI, não fazem nem questão de estar nela e se conformam em acompanhar os trabalhos a distância.

Em segundo, eu queria concordar com o Senador Weverton, em parte, só discordando da parte em que ele fala que os especuladores estão muito bem no Governo Bolsonaro. É a taxa de juros mais baixa da história do nosso País. Se há uma coisa que especulador não está ganhando aqui no Brasil, é dinheiro. Tem que meter o dinheiro deles para empreender e gerar empregos.

No restante, eu concordo com o Senador Weverton, que foi muito equilibrado, ponderado e responsável, no meu ponto de vista, Presidente, porque aquele Parlamentar que estiver nesta CPI e quiser subir nos caixões dos quase 400 mil mortos para fazer política rasteira e barata, para atacar o Presidente Bolsonaro, o Governo Federal e antecipar o palco de 2022 a população vai saber identificar, avaliar e julgar, porque quem nos julga é o eleitor. E, com certeza, está todo mundo de olho nisto aqui e vai acompanhar de perto.

Com relação à questão do Senador Renan Calheiros, como eu já falei no grupo de WhatsApp dos Senadores... Infelizmente, mais uma vez, a conversa é vazada, e eu não tenho problema nenhum porque o que eu falo ali eu falo em qualquer lugar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria primeiro dirigir a palavra ao Senador Eduardo Braga, que é o Presidente do meu bloco. Eu lamento muito, Eduardo, não ter sido sequer consultado sobre os nomes que o senhor indicaria para esta Comissão. Eu fiquei sabendo pela imprensa os nomes que o senhor tinha indicado. O senhor se autoindicou e indicou os dois Senadores que têm vínculos familiares com Governadores. Pode ter sido só uma coincidência, mas pode não ter sido só uma coincidência também. E, em razão desse desprestígio, eu vou conversar com o meu Líder do Republicanos e vamos estudar, sim, a saída do Republicanos do bloco ligado ao MDB. Uma falta de prestígio total. E, se tivesse me consultado, eualaria: "Meu Líder Eduardo Braga, não sugeriram o meu nome, o do Senador Renan Calheiros ou o do Senador Jader Barbalho, porque é óbvio que não haveria imparcialidade da nossa parte".

E, no caso do Senador Renan Calheiros, é mais grave ainda, porque ele antecipou já o seu julgamento. E ele, na condição de Relator desta CPI, dá uma entrevista à imprensa já prejulgando e pré-condenando o Governo Federal, dizendo que ele foi omissão e incompetente, mas que: "Na CPI eu vou saber tratar de forma imparcial, vou separar a minha opinião da opinião de um Relator da CPI". Pelo amor de Deus! Beira o ridículo e desqualifica os trabalhos dessa CPI.

Então, Senador Eduardo Braga, se eu tivesse sido consultado, eualaria isso ao senhor. Tanto é que o Ciro Nogueira, quando soube de quem seriam os nomes indicados pelo bloco... Eu ainda conversei com ele: "Será que não dava para tentar reconsiderar as indicações feitas aí pelo nosso Líder?". Mas já tinham sido feitas as indicações. E eu nunca batalhei para estar aqui, porque concordo com a tese de que há, sim, impedimento. Há, sim, suspeição de um Senador para trabalhar numa CPI, como já o próprio Senador Jorginho Mello trouxe aqui. Já há precedentes, inclusive, no Judiciário.

Então, no caso do Senador Renan Calheiros, eu falo olhando nos seus olhos, Senador, porque nada contra a sua pessoa, mas eu achava que tinha que ter um pouquinho mais de bom senso do senhor mesmo, de abrir mão da relatoria. Mas, como parece que há tudo articulado aqui já, eu acho que isso dificilmente acontecerá, porque, além do óbvio impedimento por o senhor já ter antecipado qual a sua posição sobre isso tudo publicamente, há, sim, uma suspeição sobre o senhor. Alguém aqui vai negar que, na hora em que a CPI for envidar os seus esforços nos repasses do Governo Federal os Estados, o senhor será, sim, parcial, preocupado com o que pode acontecer no Estado de Alagoas? É óbvio que será.

E, a partir do momento em que esta CPI escolher o Presidente e o Relator, haverá questionamentos judiciais sem dúvida alguma, porque, no caso do senhor, é flagrante. Imagine se eu fosse indicado pelo Senador Eduardo Braga para ser Relator desta Comissão? Todos que estão aqui hoje defendendo o senhor estariam nos criticando profundamente, pressionando o Presidente da Casa, pressionando o Presidente da CPI, para que eu não fosse o Relator desta Comissão. Só que eu não preciso dar esse trabalho a ninguém, porque eu tenho bom senso.

E, para concluir, Presidente, eu espero que Deus dê sabedoria aqui aos membros, porque acho que, pior do que o Senador Renan Calheiros insistir em ser o Relator, quem vota nele, desconsiderando isso tudo, está no mesmo patamar infelizmente. Que dê sabedoria a todos para que escolham um Relator pelo menos isento, com a responsabilidade de buscar aquilo que o Senador Weverton falou aqui: ajudar de alguma forma a combater os males, talvez o maior mal que nós já vimos passar em nossas vidas, algo inédito em todo o mundo, algo inédito para todos os governantes de todos os Estados do mundo.

Ficar aqui fazendo análise, sentado, no ar-condicionado, vendo *replay*, indo e voltando, para ver se estava impedido ou se não estava, numa espécie de VAR, é muito fácil. Como é que fala? Como é aquele ditado? É crítico de obra feita, não é?

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Engenheiro de obra feita.

Vá tomar decisões! Eu acho que a CPI vai ser um grande palco importante para o Governo Federal deixar tudo às claras, explicar cada detalhe de como foram tomadas as decisões, para fazer ou para não fazer. Isso vai ser fundamental, mas não agora. Quantas vacinas essa CPI vai aplicar no braço da população? Nenhuma! O momento é inoportuno.

Falei também aqui no grupo e falo publicamente, mais uma vez: eu acho que o Presidente Rodrigo Pacheco está errando, está sendo irresponsável, porque está assumindo a possibilidade de, durante os trabalhos desta CPI, acontecerem mortes de Senadores, mortes de assessores, mortes de funcionários desta Casa, em função da Covid, porque, em algum momento, as audiências, as sessões vão ter que ser presenciais, no momento em que nem todos estão vacinados. Por que não esperar todo mundo se vacinar e fazer com responsabilidade esses trabalhos?

O Governo é a favor de se investigar. Vai ser importantíssimo passar a limpo tudo o que está acontecendo no Brasil, mas não agora, até porque é o seguinte: esta CPI pode acabar, e a pandemia ainda não ter acabado. Aí fazemos o quê? Abrimos outra CPI depois, para investigar o que ficou de fora? Para que o açodamento? Por que não se acata a questão de ordem do Senador Eduardo Gomes, para que se faça presencialmente, após todos estarem vacinados, para fazermos com segurança, com responsabilidade?

Esta Casa está com as Comissões proibidas de funcionarem. A gente não pode receber pessoas no nosso gabinete, porque o Senado está fechado. Só pode entrar no Senado, hoje, quem é Senador ou assessor. Eu não posso atender ninguém no meu gabinete por questões de saúde, por questões sanitárias.

Então, sim, por essa insistência em abrir a CPI agora...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Peço para concluir, Senador Flávio, por favor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Por essa insistência em abrir a CPI agora, atropelando todos os protocolos, ignorando a questão sanitária, alguém, em algum momento, vai ser responsabilizado se algo acontecer. Vamos orar para que não aconteça.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, invoco o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Agradeço...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Invoco o art. 14. Eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu peço...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. *Fora do microfone.*) – A minha fala é no sentido de que exista bom senso dos Senadores, para colaborar com a população, não para fazer politicagem rasteira numa hora como esta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Agradeço a V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, aqui é a Senadora Eliziane! Eu preciso responder à provocação do Senador Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Veja bem, eu vou dar oportunidade... Eu conheço o art. 14 e darei oportunidade aos Senadores que provocarem nesse sentido, mas, antes disso, eu vou ceder a palavra a quem já a tinha solicitado antes, o Senador Jorginho Mello.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria, inclusive, que essas falas de réplica fossem sucintas, para que nós pudéssemos começar a votação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Fala o Senador Jorginho; depois, o Senador Eduardo Braga e a Senadora Eliziane.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agora, eu vou solicitar que essas réplicas sejam sucintas, para que nós possamos... Estou aqui, há praticamente duas horas, dando oportunidade. Todos já se expressaram livremente. O regime democrático exige de quem preside dar oportunidade à fala de todos. Eu a darei, como sempre fiz, como manda qualquer Comissão, mas pediria apenas que a fala fosse mais sucinta, para que nós possamos levar, primeiro, a questão de ordem do Senador Ciro e, depois, a votação para a escolha do Presidente e do Vice-Presidente.

Com a palavra o Senador Jorginho; em seguida, a Senadora Eliziane Gama, que invocou o art. 14, o Senador Eduardo Braga e depois o Senador Izalci Lucas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero fazer mais uma vez um apelo a V. Exa. para que V. Exa. delibere no Plenário a minha questão de ordem. Eu gostaria de pedir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Já a deliberei antes. V. Exa. não ouviu. Eu deliberei. Eu indeferi a questão de ordem.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor a indeferiu?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Indeferi.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor não a indeferiu. O senhor disse que iria para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, eu disse a V. Exa. que não cabia a minha decisão, porque é um assunto futuro que caberá ao Senador Omar Aziz. Então, eu a indeferi. Está indeferida!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para um esclarecimento, Sr. Presidente...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está indeferida a minha questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está indeferida.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu falei com muita clareza.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado. Eu só queria essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas eu fui muito claro: eu expliquei a V. Exa. que era uma questão, um assunto futuro.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não! É o presente; não é só futuro, não!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não. Eu não sou Presidente ainda da Comissão Parlamentar de Inquérito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas é o senhor que está dirigindo os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu estou presidindo uma sessão para a eleição. V. Exa. depois pode formular ao Presidente eleito. Fui muito claro nesse sentido. Está indeferida a questão de ordem, e não voltarei ao assunto.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar os colegas...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Presidente, é só uma questão de ordem: eu não citei o nome da Senadora Eliziane Gama, não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas citou as mulheres, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu não citei o nome da Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Flávio, até para esclarecer aqui...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu não citei o nome dela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, V. Exa. me assegure a palavra.

Presidente, eu queria cumprimentá-lo aqui e dizer para o Senador Flávio que eu acho que ele não estava aqui quando eu falei – ou pelo menos ele não olhou para trás – que eu estava aqui como mulher participando presencialmente. Aliás, eu disse isto no início: apesar de não haver mulher como membro especificamente da Comissão, eu estarei aqui em todas as reuniões da Comissão. Essa é a primeira situação.

A outra situação, Senador Flávio, que eu quero dizer a V. Exa. é que chegar empurrando a porta, batendo o pé na porta e gritando não é a única forma de se indignar. V. Exa. falou de indignação, mas as mulheres têm, aliás, com muita eficiência, se indignado, inclusive agora, em relação a essa inação do Governo Federal em relação à pandemia. E o que nós queremos nesta Comissão, independentemente de ser homem ou de ser mulher, é trazer à tona a verdade!

Quero finalizar, Presidente, dizendo aqui a todos vocês que nós mulheres, hoje, nesta Casa, além de participarmos das demais ações, vamos participar, também aqui, desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero dizer que nem eu, Eliziane Gama, nem nenhuma das Senadoras vamos admitir ironia machista em relação às mulheres! Nós estamos aqui, vamos participar ativamente e teremos o nosso protagonismo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Peço para concluir, Senadora.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu defendo as mulheres.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só para fechar, quero dizer...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Peço para concluir. Nós não vamos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Flávio...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu peço à Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nós não usamos o argumento da autoridade, Senador Flávio. Nós usamos a autoridade do argumento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu defendi a participação das mulheres na Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E é isso que nós vamos fazer aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu defendi a participação das mulheres, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nenhum homem, nem aqui, nem em lugar nenhum – nem em lugar nenhum! –, enquanto houver mulheres presentes, que aliás são a maioria da população brasileira, vai tentar calar a voz de uma mulher! Eu não admito isto, Senador Flávio: questionar a nossa indignação! Nós nos indignamos diante de todos os fatos que estão postos na sociedade brasileira!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Peço para concluir, Senadora. Senadora Eliziane, para concluir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu, como mulher, não aceito isso de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Para concluir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... nem de nenhum outro Senador aqui no Senado Federal!

Que fique isso registrado aqui, Presidente! Que fique isso registrado nesta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Olha, eu acho que não cabe nesta CPI...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presidente, eu preciso responder às acusações da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... uma conotação de uma divergência assim tão ácida entre os Senadores. Eu acredito que nós vamos ter que discutir temas inerentes ao processo de eleição e também de instalação da CPI.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presidente, eu fui citado e queria falar rapidamente aqui por 30 segundos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não, agora é a minha palavra!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Flávio, o Senador Eduardo Braga pediu a palavra antes de V. Exa. Eu a concederei no momento certo a V. Exa.

Portanto, pela ordem...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Quero pedir para o senhor garantir a minha palavra posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Estou seguindo estritamente a ordem dos Senadores que pedem a palavra para se pronunciar.

Então, Senador Eduardo Braga...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, agradecer a V. Exa. por me ter garantido o direito da palavra pelo art. 14.

Segundo, Senador Flávio, no dia 13 de abril, Senador Ciro Nogueira, na qualidade de Líder que V. Exa. é do Progressistas e membro do nosso bloco... No dia 13 de abril de 2021, a Secretaria-Geral da Mesa definiu o número de membros desta CPI por bloco e por divisão intrapartidária, assinado pelo Secretário-Geral do Senado, Gustavo Sabóia Vieira. Coube ao Bloco Unidos pelo Brasil, que não é liderado por mim, que é liderado pela eminente Senadora do Progressistas Mailza, do Estado do Acre – V. Exa. se equivocou –, ter direito a três membros titulares e dois membros suplentes. No entanto, na mesma resolução que define o número partidário, ele define como esse número partidário se divide intrabloco. Portanto, para que V. Exa. saiba, no Bloco Unidos do Brasil, cabe ao MDB, das três vagas, duas de titular, e uma é do PP, do Progressistas. Lamentavelmente, aos Republicanos não caberia vaga. Segundo, na suplência, mesmo o MDB tendo 15 Senadores, e o PP, 7, pela regra da proporcionalidade o MDB ficaria com apenas uma suplência e o PP ficaria com uma suplência.

Portanto, apenas quero dizer a V. Exa. que o Republicanos, no nosso bloco, sempre foi tratado com todo o respeito e com toda a dignidade, para que se pudesse dar ao Republicanos – eu invoco o testemunho do Líder Mecias de Jesus – uma atuação permanente. Por várias vezes, o Senado, aliás, o MDB cedeu vaga. Cedeu vaga! Agora, cessão de vaga, Senador Flávio, não é uma decisão unilateral do Líder, é uma decisão colegiada do partido e da bancada. No caso desta CPI, o MDB não cedeu porque seus membros não queriam ceder. Eles queriam participar para poder discutir o que verdadeiramente importa: como não negar ao povo brasileiro a homogeneização de uma política que salve vidas.

Eu quero parabenizar V. Exa., porque V. Exa. está usando máscara no dia de hoje. Quero parabenizar V. Exa.! V. Exa. está diante de um álcool em gel. Quero parabenizar V. Exa.!

No domingo, o ex-Ministro da Saúde estava desfilando no principal *shopping* da minha cidade, lamentavelmente, sem máscara, dando um péssimo exemplo ao povo amazonense!

Então, apenas quero dizer, Presidente Otto, que o MDB, ao contrário, tem um carinho muito grande pelo Republicanos e sempre respeitou os seus espaços.

Agora, quando a Secretaria-Geral da Mesa define a proporcionalidade intrapartidária, nós temos, lamentavelmente, que decidir pela proporcionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sem dúvida, Senador!

O Senador Izalci Lucas está com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, dizer o seguinte: participei de todas as CPIs quando fui Deputado Federal e estou como Líder agora do PSDB.

Primeiro, é o seguinte: quem não deve não teme.

Nós fomos responsáveis, o Congresso Nacional, por aprovar uma lei flexibilizando as compras com relação à Covid, e com razão. No processo normal da Lei 8.666, você ficaria aqui, e morreriam muitas pessoas aguardando a licitação. Mas também somos responsáveis por fiscalizar, seja na área municipal, na estadual ou na federal. Eu pediria até – vou pedir na hora certa ao Relator – para que a gente pudesse dividir em sub-relatorias, porque acho interessante esse processo.

Agora, a pandemia trouxe, na educação, por exemplo, uma luz: a gente percebeu que, dos nossos alunos da rede pública, 70% não têm sequer acesso à internet, a computador. E esta CPI vai demonstrar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, na saúde, o Sistema Único de Saúde, que é universal, não tem controle de nada! O nosso sistema de saúde é curativo. Todo mundo vai para o hospital. Não há nenhuma ação preventiva.

Então, espero que esta Comissão, além de apurar as irregularidades, possa oferecer ao País uma mudança na legislação, uma mudança no comportamento do Executivo em termos de colocar a tecnologia que está aí... Nós temos países já 100% digitais. Aqui, na Capital, ainda há gente que acorda às 6h, pega um ônibus e leva três horas para marcar uma consulta, quando consegue, sendo que poderia fazer tudo pela internet.

O médico – V. Exa. é médico –, quando recebe o paciente... V. Exa. gostaria de pegar o celular e ter lá todos os exames, os prontuários. Não há isso. Aqui no DF, Presidente, não há controle de estoque de medicamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador, eu sou ortopedista; não sou médico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sou ortopedista. Dizem que ortopedista não é médico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu achei que ortopedista era médico. (*Risos.*)

Então, Presidente, eu acho assim: a CPI não tem apenas... Estou vendo aqui uma grande discussão. Parece que há muita gente que não quer nem a CPI. A CPI é um instrumento para se corrigir, e nós temos a responsabilidade de fiscalizar e de melhorar a legislação brasileira e os procedimentos que estão totalmente equivocados.

Então, eu faço um apelo, inclusive para quem vai comandar tudo isso, para que observemos os requerimentos, aproveemos todos e façamos uma agenda para podermos realmente corrigir tudo isso.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu concordo com V. Exa., Senador Izalci Lucas, e acho, inclusive, que, na conclusão da CPI, deverá sair uma nova legislação para eventos dessa natureza. Nós não tínhamos experiência. Há mais de cem anos, não havia uma situação como essa. Pode sair uma legislação nova, um projeto de lei que poderá ser apreciado no Senado, dando, inclusive, condições de que, em uma situação de pandemia como esta, sejam ouvidos todos os entes nacionais, representantes de Municípios, do Conasems e do Conass, que representa os Estados, da Federação Brasileira de Medicina, para que esse conjunto...

Aliás, o Governo fez depois um comitê. Se tivesse feito isso antes, teria havido a audição de quem conhece o que é o tratamento de casos de epidemia ou de pandemia, e haveria, com isso, um tratamento mais correto, sintonizado com aquilo de que a população precisaria. Inclusive, desde o início, eu fui até um crítico na época, porque eu fui Secretário de Saúde e tratei de algumas epidemias no meu Estado, inclusive... Não de uma dimensão tão grande, mas uma das coisas que contém uma epidemia é a barreira sanitária, e eu nunca vi, em momento nenhum, desde o início dela, se tratar de barreira sanitária.

Essa doença chegou ao Brasil de avião. Ela não veio de ônibus, não veio de trem, não veio a cavalo, não veio de metrô; chegou de avião. Ela veio através da classe média-alta e da classe alta. E naquele momento, lá atrás, não houve uma contenção de barreira sanitária para que a doença não pudesse se expandir para todas as classes sociais. Então, tudo isso foi porque não houve uma audição de quem conhece tratamento de casos como esses na saúde pública, o que não é tão fácil assim. Então, essa situação que V. Exa. coloca... Eu acho inclusive que devemos depois, todos reunidos, apresentar ao Senado Federal um projeto de lei que seja sintonizado com os parâmetros corretos, do ponto de vista





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

científico, médico, obedecendo exclusivamente à ciência, para tratar casos dessa natureza, para não chegarmos aonde nós chegamos, com tantas mortes, e com a condição de haver, inclusive, a partir de junho ou julho, a terceira onda, que será de uma gravidade maior ainda se não tomarmos as decisões corretas do ponto de vista científico agora. Eu sempre falo nesse sentido, na condição de médico e preocupado com a saúde do nosso povo.

Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Muito rapidamente, Presidente, para não ficar sem resposta.

Eu acho que eu não fui bem compreendido. O meu pedido não era para fazer parte da CPI. Eu queria ao menos ter sido consultado. Eu queria ter expressado opinião sobre os nomes que foram indicados pelo partido, do bloco de que até o momento eu faço parte, porque eu teria a oportunidade de explicar isso e colocar o meu ponto de vista. Então, não fui pedir vaga. Coincidentemente, ou não, o senhor sugere dois nomes do MDB que têm parentes Governadores de Estado. Foi só esse o meu ponto. Eu não pedi vaga para ninguém, até porque eu não aceitaria, como disse anteriormente.

E para concluir, Presidente, a narrativa, a tentativa de se construir uma narrativa sobre machismo, você vê como é curiosa: eu defendi a participação das mulheres na CPI e fui acusado de ser machista. Eu queria muito ver a energia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. defendeu ironizando, Senador Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senadora, ele está com a palavra. Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu queria muito ver essa energia para defender a presença de mais mulheres na CPI.

Apenas isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. defendeu ironizando. É diferente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou colocar em votação a questão de ordem...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... colocada pelo Senador Ciro Nogueira; em relação à questão de ordem do Senador Ciro Nogueira, relativa...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu poderia só esclarecer, para alguns membros não ficarem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou esclarecer, depois dou a palavra a V. Exa. Eu vou só ler aqui.

Prossigo: relativa à aplicação o §3º do art. 145 do Regimento.

Esclareço, Senador Ciro, que as designações dos membros deste Colegiado constituem ato de competência exclusiva do Presidente do Senado Federal, na forma do art. 78 do nosso Regimento, e foram realizadas no Plenário do Senado no dia 15 de abril.

Tendo em vista que as questões de ordem devem ser formuladas na ocasião em que se discute a matéria, em linha do art. 404 do Regimento Interno, compreendo que se trata de questão de ordem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formulada intempestivamente, bem como para autoridade que não decide a respeito desse assunto, qual seja, o Presidente desta Comissão.

Para além disso, noto que a CPI da Chapecoense, que atualmente se encontra suspensa, de modo... Compreendo que não há aplicabilidade do dispositivo regimental suscitado no caso concreto.

No meu caso específico, Senador Ciro, é prerrogativa minha. Eu solicitei ao Líder do meu partido, ele já me substituiu na Comissão Parlamentar de Inquérito da Chapecoense. Não era necessário, mas para satisfazer V. Exa... Considero que não era necessário, mas para satisfazer V. Exa., que questionou, eu pedi a minha substituição.

Diante do disposto, eu indefiro a questão de ordem de V. Exa., mas – como V. Exa. pede e eu atendo – levo ao Plenário para essa decisão da questão de ordem. Então, os Senadores que concordam com a decisão da Presidência...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu gostaria de falar antes...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou explicar, depois eu passo.

Eu estou colocando aqui, deixe-me terminar e concluir.

Os Senadores que concordam com a minha decisão vão permanecer como se encontram. Essa é a explicação que eu quero dar.

E agora passo a palavra a V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes da fala do Senador Ciro, apenas quero complementar uma informação.

Mesmo entendendo, como V. Exa. o fez, desnecessário, o MDB, Sr. Presidente, já deu entrada na Secretaria-Geral da Mesa também substituindo os dois nomes, tanto do Senador Eduardo Braga quanto do Senador Renan na CPI da Fake News, para que não houvesse nenhum argumento com relação à questão da participação em CPIs duplicadamente. Portanto, já oficializamos à Mesa, na condição de Líder do MDB, como determina o Regimento.

Portanto, apenas essa informação a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Ciro, eu peço desculpa a V. Exa. Eu estava concluindo a minha fala, não era para tirar a sua palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Perfeito. Eu não tenho nem dúvida como democrata que eu tenho certeza de que o senhor é, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o objetivo desta minha questão de ordem não é impedir a participação de nenhum membro aqui. Todos... Tenho certeza de que esta Casa não abriria mão da sua participação, da de Jorginho Mello, da de Humberto Costa, da de outros membros aí, apenas é que nós não podemos começar os trabalhos da CPI rasgando o Regimento. E é bem claro o Regimento: o Senador não poderá integrar mais do que duas comissões parlamentares de inquérito, uma como titular, outra como suplente.

Então, eu só gostaria de saber se essas indicações já estão processadas no sistema para que a gente possa sanar isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Já, sim. A minha já está processada no sistema.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Gostaria que a Secretaria-Geral da Mesa, a assessoria para saber se os membros... Porque nós temos diversos outros membros aqui que estão participando de duas CPIs. Eu acho que o que nós queremos é só sanar esse vício que não tem como ser superado, porque senão nós estaremos rasgando o Regimento desta Casa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Ciro, eu creio que a solicitação de V. Exa. foi que levasse a sua questão de ordem ao Plenário. Os Senadores, os Líderes se anteciparam e excluíram os membros da CPI que estão em outra CPI, como a da Chapecoense, que é o meu caso. Então, eu poderia até, diante do fato, indeferir, mas vou colocar a Plenário.

Só observando a V. Exa. uma coisa que é importante fazer: o Senador Tasso Jereissati não está presente, porque ele vai votar no esquema remoto – ele disse que está vindo agora –, porque ele é membro da Comissão Parlamentar de Inquérito e ele é do grupo de risco, como eu sou também. Aqui estou com 73 anos de idade, já me submeti a 13 cirurgias e venho cumprir a missão determinada pelo Supremo Tribunal Federal, que foi acatada pelo Presidente do Senado Federal. É bom que se registre isso, porque foi uma decisão do Supremo Tribunal Federal, provocado pelos Senadores Randolfe Rodrigues e, se não me engano, Jorge Kajuru. Então, é importante dizer... Estou aqui inclusive... Nós estamos há muito tempo discutindo esse tema, colocando em risco...

Eu tive a preocupação inclusive de vir aqui ontem pedir que abrissem as portas para ventilar, para que não tivéssemos um ambiente que pudesse ser inóspito para todos nós, inclusive para V. Exa., que já teve a doença e graças a Deus se recuperou, está com sua saúde perfeita.

Eu pergunto a V. Exa. se V. Exa. deseja que coloque em Plenário ou se satisfaz a retirada dos nomes?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Eu gostaria de saber se todos os membros que participam de duas CPIs...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu creio, Senador, que todos os Senadores...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Um minuto.

Têm fé pública V. Exa. e todos os outros. Se eles estão dizendo que vão retirar o nome, não tem por que...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não é que vão retirar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... duvidar... O meu já saiu. Os outros todos vão...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O MDB já saiu.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O MDB já saiu, olhe lá. O MDB já saiu. O Líder já...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, todos os Senadores...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria um esclarecimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tenham paciência. Eu vou dar a todo mundo a palavra. Não há nenhum problema.

Então, eu pergunto a V. Exa. se já que todos retiraram, V. Exa. quer que leve ao Plenário ou não?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu gostaria de saber, Presidente... Não se trata de questão de fé pública. Eu gostaria de saber se a Secretaria-Geral aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não. O meu caso já saiu. O Eduardo Braga também...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu gostaria de saber se na relação hoje...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Eduardo Braga também já confirmou que retirou os nomes.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ele me confirmou que está mandando tirar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não! Eu estou com o documento aqui nas minhas mãos. Está aqui, Senador Ciro. Se V. Exa. quiser ver, está aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero fazer uma pergunta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Com Sedol e tudo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu quero fazer uma pergunta. Se esse artigo se aplica às Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu não tenho dúvida disso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu não ouvi a pergunta, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque eu faço parte dessa CPI e de uma CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu creio, Senador Humberto, que as Comissões, sendo CPMI ou não, são a mesma coisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, vou apresentar agora aqui o...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Otto Alencar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu acho que, para não ter nenhum tipo de polêmica, é importante que isso seja atendido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estou renunciando aqui à minha participação na CPMI da Fake News.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Eu entendo V. Exa. Está bom.

Senador Ciro, V. Exa. está contemplado com essas decisões?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Estou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Então, não haverá necessidade de levar a Plenário e nós vamos, então, proceder à eleição para Presidente e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aqui há dois nomes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu também encaminho a minha renúncia na CPI da Chapecoense. Já encaminhei ontem e verei se está sendo tratado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. V. Exa. tem fé pública, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sua palavra para mim é uma ordem, não tem nenhum problema.

Então, há dois nomes aqui para Presidente. Tem o nome do Senador Omar Aziz e o nome do Senador Eduardo Girão. Para Vice-Presidente da chapa do Senador Omar Aziz concorre o Senador Randolfe Rodrigues. Tratando-se de uma eleição que deve ser secreta, será realizada em escrutínio secreto, de acordo com o art. 88 do Regimento Interno e do ato do Presidente do Senado Federal nº 8, de 2021, que determinou a instalação de urnas eletrônicas para realização do escrutínio.

Os membros da Comissão poderão votar na urna localizada dentro do Plenário, na cabine à direita, na urna localizada no corredor, na Ala Senador Alexandre Costa e numa urna localizada na garagem coberta.

Os Senadores titulares serão chamados pela ordem da composição a comparecerem na urna. Deverão, então, realizar a autenticação por meio do código pessoal de três dígitos e da impressão digital.

Após a autenticação, deverá ser registrado primeiramente o voto no Presidente e, em segundo lugar, no Vice-Presidente.

Apurada a totalidade dos votos, o resultado será mostrado no painel da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes de começar a votação, por favor. Antes de começar a votação, Presidente, pela ordem. Eu não sei se o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou chamar pelo nome cada membro titular.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Antes de proceder à votação, Presidente, pela ordem, eu queria fazer um questionamento para o senhor. Posso fazer?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Claro!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Pronto, obrigado pela oportunidade.

Eu queria primeiramente saber se os candidatos vão ter um tempo para exporem, fazerem a sua exposição de motivos para sua candidatura, falarem da chapa, tentarem, de alguma forma, uma composição aqui, no meu modo de entender, para que a gente preserve a CPI, a acreditação dela junto à opinião pública.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Eduardo Girão, eu vou colocar em votação e, no período da votação, V. Exa. pode usar a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas pode influir, Presidente, de alguma forma, o que a gente vai tentar construir em conjunto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Olha, V. Exa. já teve direito à palavra por três oportunidades. Então, vou colocar em votação. Os Senadores já podem votar.

Começo pelo Senador Eduardo Braga. V. Exa. pode...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Senador Omar vai querer falar, Senador Omar? Vai querer fazer uma exposição?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Marcos Rogério. Desculpe-me, Senador Omar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu gostaria de falar depois, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu apenas faço uso da palavra neste momento, durante as exposições dos Senadores em sede de questão de ordem. Houve uma citação do Senador Randolfe, não foi ofensiva, foi apenas fazendo referência ao meu nome com relação aos critérios de atuação dos juízes em sede dos processos.

O Senador Randolfe argumentou no sentido de que a CPI é investigadora e não juiz e que, nessa condição, seus membros não estariam sujeitos aos critérios de impedimento e suspeição dos juízes. Ocorre, Sr. Presidente, todavia, que, no sistema brasileiro, as investigações são conduzidas pelo Ministério Público, via de regra. A Lei Orgânica do Ministério Público da União, Lei 1.341, de 1951, por sua vez, determina que nem juízes, nem advogados, nem escrivães, nem membros do Ministério Público, portanto, esses últimos os investigadores, podem investigar qualquer parte de quem seja parente, conforme o art. 22, que diz: "Não poderão servir como juízes, advogados e escrivães, membros do Ministério Público da União que tenham, com os mesmos, parentescos consanguíneo, ou afim na linha ascendente, ou descendente e, na colateral até o terceiro grau."

Portanto, Sr. Presidente, os investigadores...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Nogueira, Senador Ciro Nogueira, para votar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Portanto, os investigadores, Sr. Presidente, estão submetidos à suspeição prevista nas leis processuais, no caso, o Código Penal. E no caso da CPI, Sr. Presidente, com toda vênua aos que se manifestaram em sentido diverso, a CPI dispõe de instrumento análogo ao exercício da própria jurisdição, posto que há atos próprios de CPI que afastam, inclusive, garantias constitucionais dos investigados. Então, não se trata de um processo simplificado. A CPI – e eu tenho assentado essa compreensão nas minhas manifestações desde o início – é instrumento próprio de controle político da Administração. E há que se reconhecer a CPI como um instrumento a contemplar, sobretudo, as minorias nos Parlamentos. Por essa razão, e não por outra, uma CPI é instalada sem que haja maioria a pleitear a sua instalação. Então, é de se reconhecer esse aspecto, agora, sem desconhecer as vedações que também são impostas a quem investiga, e não apenas a quem julga.

É o registro que eu gostaria de fazer, respeitosamente às manifestações do Senador, por quem eu tenho profundo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Parabenizo a V. Exa., que é um grande jurista. Eu, como ortopedista, consegui entender tudo. V. Exa. é muito didático na sua explicação. Parabéns!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só para informar: o Senador Tasso Jereissati...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Eduardo Girão, para votar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria, antes de votar, Presidente, se o senhor me der a oportunidade... Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Olha, eu não concedi ao Omar; eu não posso conceder a V. Exa. Seria uma coisa desequilibrada. Eu, depois, posso passar a palavra a V. Exa. Eu espero aqui tranquilamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Porque eu acredito...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa... Está em votação. Depois da votação, eu concedo a palavra a V. Exa. E espero, pacientemente, uma hora, meia hora, não tem nenhum problema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só pra informar: o Senador Tasso Jereissati vai votar lá embaixo. Há uma urna lá embaixo, não é isso? Na Chapelaria?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Há sim. Ele pode votar lá embaixo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele já está chegando aí. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Quando concluir a votação, eu concedo a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, quando terminar de apurar os votos.

O Senador Tasso Jereissati está na área externa do Senado Federal. Apenas quero que ele confirme a conclusão do voto. Se alguém tiver condição de me...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele me disse agora que está chegando já à Chapelaria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, agora o Senador Omar Aziz. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, só fazendo um apelo ao senhor... Eu quero só deixar registrado isto: eu sou candidato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Queria defender minha candidatura, o meu... Eu acho que é uma coisa tão óbvia isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu concedi a palavra a V. Exa. no início. V. Exa. defendeu a sua candidatura.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não; ali era a questão de ordem do Senador Jorginho. Então, assim, eu me sinto, Omar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. V. Exa. pode falar e eu vou procedendo à votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tá bom. Sem problema.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço, apesar de não atender ao pedido original que eu lhe fiz antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não foi essa, Senador Girão, pelo respeito que eu tenho a V. Exa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu também tenho respeito a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não foi essa a minha intenção.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. O importante é a intenção.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Senador Omar Aziz sinalizou lá que não ia falar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... e eu não poderia conceder a V. Exa. Só por isso. Eu acho que qualquer decisão neste sentido tem que ser justa, como sempre V. Exa. prega. Se V. Exa. não quis falar, eu não podia dar só a V. Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Marcos Rogério para votar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É porque o objetivo da minha fala, Sr. Presidente, é tentar... Eu sei que o jogo está jogado, ninguém é ingênuo com relação a isso. O jogo está jogado, está combinado, já está tudo certo. A torcida está assistindo com atenção a isso, o povo brasileiro está querendo que a gente faça a coisa com a maior isenção possível, com independência, justiça de verdade, mas a minha candidatura visa a exatamente isso. Apesar de o jogo já ter começado, a minha candidatura visa a exatamente a gente buscar o equilíbrio para esta CPI tão importante, que deve acontecer, o Supremo já mandou que ocorresse – no meu modo de entender, invadindo a competência do Legislativo. Mas eu acredito, Sr. Presidente, senhores colegas aqui presentes, que a verdade vai prevalecer, eu não tenho a menor dúvida, a verdade vai prevalecer! As pessoas estão ouvindo, assistindo ao que nós estamos fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Jorginho Mello.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A forma com que houve esse acordo, sem ouvir os demais participantes, eu acredito que o ideal seria que houvesse uma conversa prévia entre todos os membros, e já se sabia quem seriam. Vejo que existe uma possibilidade grande, pela composição que foi feita – deixando muito claro o respeito que eu tenho ao Senador Omar, ao Senador Renan Calheiros –, mas, pela questão de ordem indeferida, nós começamos mal esta CPI. Perde-se credibilidade pelo conflito flagrante de interesses que existe, isso é fato, e eu acredito que nós poderíamos consertar isso com a proposta que eu iria fazer, com um conjunto aqui, um apanhado, por exemplo, de um eventual acordo para o Senador Randolfe Rodrigues ser o meu vice. Era isso o que eu queria propor, o senhor não deixou, mas eu entendo que não foi sua intenção, eu acredito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nisso. A ideia era propor um acordo para que a gente tivesse mais credibilidade no começo, já sair com credibilidade.

Qual seria a minha ideia? Eu seria Presidente pela metade do período, eu que fui autor do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Humberto Costa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... e o Senador Randolfe Rodrigues seria o Vice-Presidente que assumiria a Presidência durante a metade. A minha ideia era fazer isso. E o apelo que eu iria fazer aos colegas, especialmente ao Senador Renan Calheiros, era para que gente pudesse ver outro Relator nessa composição, para que não houvesse um conflito de consanguinidade direto, até para preservar.

Então, deixe-me...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acredito não ser o caso de V.Exa., mas o Estado de Alagoas é o único Estado do Brasil que não tem sobre ele nenhuma investigação. Mais do que isso: foi o Estado que mais gastou dinheiro com saúde, levando em consideração a receita líquida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E mais do que isso ainda: foi o Estado que construiu seis grandes hospitais em regiões diferentes. Nunca passou de 80% a ocupação de leitos de UTI.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Senador Randolfe já votou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem dinheiro em caixa para fazer investimentos. Não está sendo investigado. E isso aí é prévio, é uma censura prévia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu queria...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas, Senador Renan Calheiros, com todo respeito, só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu pediria aqui ao Senador Renan que assumisse, para eu poder votar. V. Exa. me permite?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro!

Com todo o respeito, só para fazer uma colocação, Senador Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... eu relacionei, no pedido de CPI que fiz, assinado pela maioria dos colegas – e o senhor tem razão nesse sentido –, as operações da Polícia Federal. Eu relacionei operações da Polícia Federal, se não me engano, em 18 Estados da Federação. Está lá no pedido. São fatos determinados. Realmente, não há o Estado de Alagoas. Há vários Estados ali, e não o de Alagoas. Mas os senhores já participaram de tantas CPIs e sabem: uma CPI a gente sabe como começa, não sabe como termina. Só por haver...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não pode fazer censura prévia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu sei que não pode fazer...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos vivendo em tempos democráticos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro, Senador Renan Calheiros, mas, assim, eu acredito que, para o bem da CPI, como existem todas essas operações feitas, e a gente vai rastrear... Inclusive, o meu plano de trabalho, porque eu fiz um plano de trabalho também, contrapondo o plano que foi feito – não sei se o senhor chegou a ver –, mas no plano de trabalho a gente procurava equilibrar. O que eu percebo, e espero estar errado – e vou pedir desculpa se estiver errado, publicamente –, é que existe, no meu modo de entender, um direcionamento, isso não é justo, quando se foca o Governo Federal, quando se tem prejulgamentos em entrevistas que houve aqui de alguns colegas membros da Comissão, fazendo já uma antecipação de julgamento de quem é o culpado, de quem é o inocente. Isso tira credibilidade do trabalho que a gente vai fazer, isso dá um conflito, não dá isenção.

Por isso que eu estou colocando a minha candidatura, para a gente tentar encontrar uma maneira conciliatória de começar bem. É para o bem da CPI, para a gente buscar a verdade. O Governo Federal, concordo, tem que buscar a verdade, e Estados e Municípios, porque foi muito dinheiro! Foi muito e muito dinheiro, a gente sabe disso.

Então, por exemplo, eu propus chamar, no meu plano de trabalho, Senador Renan Calheiros – e conto com o seu apoio, para que a gente possa trazer... Não é para buscar a verdade? Vamos trazer, por exemplo, a Subprocuradora-Geral da República, Dra. Lindôra Araújo, que fez um trabalho junto aos Governadores, pediu explicações sobre hospitais de campanha, por exemplo, e os Governadores demoraram, demoraram, quando entregaram, ela já constatou irregularidades, e deu na imprensa isso. Então, vamos... Eu fiz um requerimento para aprovar, não sei se a gente vai fazer isso hoje, para trazê-la aqui.

O Ministro Marco Aurélio Mello também é importante que a gente possa ouvir, respeitosamente, que possa vir ao Senado, já que tirou atribuições de Estados e Municípios... Aliás, tirou do Governo central, do Governo Federal, atribuições e passou para Estados e Municípios. Esse impacto... É importante a gente ter o monitoramento dos dados do STF. Esse impacto poupou vidas, mais vidas? Como é que foi? Ou foi menos? Tudo isso. Eu acho justo que a gente faça um trabalho aqui, para dar uma resposta para a sociedade, e não mostrar que é palanque político, que nós estamos antecipando aqui projetos políticos de A, B ou C, porque há também supostos presidenciais participando da Comissão, pois sai o nome na imprensa.

Então, tudo isso tira o brilho de um trabalho que pode ajudar, Senador Renan Calheiros, para que a gente, nas outras pandemias que poderão vir – e os especialistas dizem que existe essa possibilidade –, possa aprender com os erros do passado, avaliar tudo isso e não errar no futuro. Eu acho que esse é o legado importante.

Por isso eu queria defender a minha candidatura, um possível acordo amplo aqui, não apenas de uma parte dos nossos colegas, que a gente pudesse ter essa possibilidade, mas me foi tirada essa possibilidade, sem a intenção – eu acredito no Senador Otto Alencar –, me foi tirada essa oportunidade de tentar começar certo, no meu modo de entender, esta CPI.

Muito obrigado.

Que Deus nos abençoe, nos dê sabedoria, porque precisamos ter muita responsabilidade com o País! Seria uma covardia, seria uma desumanidade a gente, com uma CPI dessa, já estar definindo quem é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

culpado, quem não é, antes de começar, e também com palanque político para 2022. O povo brasileiro não merece isso de nós, ele quer a verdade – toda a verdade e não apenas uma parte da verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Declaro encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que proceda à abertura do painel eletrônico para a apuração dos votos.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Omar Aziz, 8 votos; Senador Eduardo Girão, 3 votos.

Está eleita, então, a chapa, como Presidente, o Senador Omar Aziz e, como Vice-Presidente, que foi candidato único, o Senador Randolfe Rodrigues, com 7 votos, e 4 votos em branco.

Portanto, eleito o Senador Omar Aziz, como Presidente, e o Senador Randolfe, como Vice-Presidente.

Eu os convido para que possam assumir, de acordo com a votação, a Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19.

Devo aproveitar para me dirigir ao Senador Eduardo Girão. Da nossa parte, Senador Eduardo Girão, eu sempre trabalhei com muita isenção, com muita imparcialidade, dentro da verdade dos fatos. Isso é uma tradição da minha vida. Eu vejo V. Exa. falar sempre sobre isso e quero dizer que concordo, mas já procedo assim há 35 anos. Em todos os cargos que eu ocupei – e foram cargos importantes no meu Estado –, sempre me pautei dentro desse nível de isenção e imparcialidade na busca da verdade.

Passo aqui a Presidência ao Senador Omar Aziz, eleito agora Presidente da CPI. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero convidar o Vice-Presidente, Senador Randolfe.

Primeiro, eu quero agradecer a confiança dos Senadores. Que a gente possa fazer um trabalho bastante transparente, literalmente técnico!

O seu discurso, Fernando Bezerra, se as pessoas prestaram bem a atenção, mostra que o Governo quer colaborar. E nós estamos, há mais de duas horas aqui, discutindo. Existe uma pressão muito grande para que a gente tome decisões aqui equilibradas, coerentes, que possam ajudar o Brasil a melhorar essa questão da pandemia. Tenho certeza de que o debate será proveitoso, de que esta CPI irá levar uma esperança maior na aquisição de vacinas, na aquisição de *kits*, na aquisição de tecnologia, para que a gente possa dar uma esperança a milhares de pessoas.

Não dá para a gente discutir questões políticas em cima de quase 400 mil mortos. Eu não me permito fazer isso. Eu não me permito porque, infelizmente, eu perdi um irmão há 50 dias e eu não viria a uma CPI desta, Senador Girão, querendo puxar um lado contra outro. Não haverá prejulgamento pela minha parte. Eu espero que Deus possa nos abençoar muito aqui neste trabalho para que a gente possa sair daqui com a cabeça erguida, mostrando os caminhos que o Brasil tem que seguir, aquilo que nós acertamos, aquilo que nós erramos e nos equivocamos, sem prejulgamento, sem nenhum prejulgamento, como estamos sendo prejulgados. Se isenção, se não há isenção... Porque morre gente de esquerda, de centro, de direita, morre pastor, morre padre, morre ateu, morre umbandista. Não há cor para doença, não há classe social para doença, tanto é que meu querido Líder Senador Otto certamente me disse: "Omar, não é distanciamento social, é distanciamento físico de uma pessoa para outra". Esta CPI não pode servir para se vingar de absolutamente ninguém. Esta CPI tem que fazer justiça a milhares de órfãos que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Covid está deixando, órfãos, crianças que perderam o pai e a mãe, que têm um futuro incerto; à mãe que chorou a morte do filho; ao pai que perdeu o filho; à mulher que perdeu o marido; ao marido que perdeu a mulher; a nós que perdemos amigos e parentes. Esta CPI não é de onze Senadores e sete suplentes, esta CPI está no lar de cada brasileiro nesse momento: 86% da população brasileira conhece alguém ou é parente de alguém que faleceu da Covid! Não há nada igual na história do Brasil! Não é uma CPI diferente.

Por isso, faço um apelo a todos os companheiros Senadores e Senadoras que vão participar da CPI: vamos levar esse trabalho técnico sem buscar nada além da verdade, a verdade, seja contra quem for. Não falem, pelo amor de Deus, que aqui alguém quer proteger. Não podemos proteger ninguém que falhou ou errou em nome de quase 400 mil óbitos.

Daqui a 60 dias, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nós chegaremos a meio milhão de mortes pela Covid. Enquanto nós estamos trabalhando aqui neste momento e passamos mais de duas horas discutindo, há um cidadão brasileiro, há uma mãe que está falecendo, há um filho que está perdendo o pai e a mãe, e é isso que eles esperam da gente. Ninguém de nós aqui conseguirá fazer milagres, mas poderemos dar um norte ao tratamento e ter um protocolo nacional, descobrir coisas que deixaram de ser feitas e quem deixou de fazê-las, seja ele ministro, assessor, Governador ou Prefeito deste País.

Por isso, eu quero agradecer a todos vocês pela confiança no meu nome e pela confiança no nome do Randolfe. E vamos tratar esta CPI, daqui para frente, com toda a dignidade que o povo brasileiro espera da gente. Dito isso...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o meu segundo...

Pois não, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para questão de ordem.) – Eu quero reapresentar a minha questão de ordem já que o Presidente Otto disse que o momento era agora. Já está sobre a mesa. Fica reapresentada a minha questão de ordem sobre a participação dos dois Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. leu uma questão de ordem por quase meia hora.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quase meia hora.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Essa mesma se encontra sobre a mesa. Eu quero reafirmar o meu pedido, essa questão de ordem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou indeferir o seu pedido.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E quero pedir que V. Exa. decida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para responder questão de ordem.) – Eu indefiro a sua questão de ordem por entender o seguinte: não existe Senador pela metade. Todos nós somos Senadores por completo. E o Senador Renan tem colocado uma coisa é verdadeira: o Estado de Alagoas... Se o Senador Renan não pode fazer parte de uma CPI, ele não é Senador. Só quem não pode fazer parte de uma CPI... Senadores...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda questão, Senador Jorginho, eu acho que essa discussão já está muito madura em relação à própria sociedade. Nós estamos aqui malhando em ferro frio. Veja bem, Senador Jorginho, o Senador Renan deve ter votado a PEC da guerra. Votou? Deve ter votado. Votou ajuda para os Estados e Municípios? Votou. Se ele é suspeito, ele não deveria ter votado ajuda para Estados e Municípios, porque ele está beneficiando o Estado de Alagoas também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Que é o meu papel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o papel do Senador. Então, essa questão...

Ontem mesmo, tivemos esse constrangimento novamente de um juiz de primeira instância... Felizmente o TRF colocou na linha essa questão. É uma coisa com que o Senado está acostumado e, se a gente ficar discutindo aqui o questionamento de um companheiro, colega Senador, sobre essa questão, Senador Jorginho... Eu me sinto bastante constrangido em dizer pra V. Exa. que eu não vou acatar sua questão de ordem e eu vou indicar o Senador Renan Calheiros como Relator da CPI da Covid.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se for essa questão, já está indicado o Senador Renan. Por favor, essa questão já está passada. Se for outra questão, com o maior prazer, Senador Marcos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer duas ponderações com V. Exa. A decisão de V. Exa. já está tomada.

Na fala inicial de V. Exa., V. Exa. fala do papel desta CPI como instrumento para fazer justiça aos brasileiros mortos pela Covid. E eu queria respeitosamente divergir de V. Exa., porque essa CPI não tem esse papel, por mais que nós gostaríamos que tivesse força instrumental para formulação de políticas públicas durante a sua vigência atinentes ao enfrentamento da pandemia. CPI investiga fato terminado e, sobretudo, do passado. Então, ela é um instrumento, sim, de controle político da administração; mas ela não serve a esse propósito de fazer justiça aos mortos.

Eu também tive casos na família dessa mesma gravidade. E ainda tenho, porque dois da minha família neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou entendendo o que V. Exa. está falando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque V. Exa. disse que esta CPI será instrumento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Às vezes, eu não consigo entender. O que é que V. Exa. está falando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque V. Exa. disse que esta CPI será instrumento para fazer justiça às mortes pela Covid.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, é isso.

Não, veja bem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ela não se presta a esse papel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, presta-se, sim. Eu me presto, você se presta para isso...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como pessoa, mas não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... seja diretamente ou indiretamente, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não a CPI, mas não a CPI, mas não a CPI! Apenas para consignar.

Outro aspecto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É justo, é justo as pessoas não terem a segunda dose para se vacinar? Isso é justo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, a CPI não vai garantir UTI, não vai garantir vacina, com todo o respeito a V. Exa.

Outro aspecto, Sr. Presidente, com relação à questão da suspeição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa discussão já foi, já foi, já foi definida pela Mesa, Marcos!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Calma, Sr. Presidente! V. Exa. está nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não estou, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Calma, Presidente, respira!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcos, vou dizer uma coisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respira, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa-me dizer uma coisa!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixa-me manifestar a minha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A única coisa que eu não estou é nervoso, só que V. Exa. está desde o primeiro... Nós estamos há duas horas e meia, aqui, e há três ou quatro Senadores querendo não instalar. Qual é o medo da CPI? É medo da CPI ou medo do Senador Renan? Diga-me você: é medo da CPI ou medo do Senador Renan?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, eu não tenho medo de nenhum Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, eu não estou entendendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não tenho medo de nenhum Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próprio Líder, o seu Líder, o seu Líder de Governo, Senador Fernando Bezerra, disse que não tem medo da CPI e quer dar transparência. V. Exa., que é liderado pelo Líder do Governo no Senado, está questionando agora, novamente, a questão do Senador Renan e diz que eu é que estou nervoso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, V. Exa. está açodado. Fique tranquilo! Não vou provocar V. Exa. com relação à escolha que fez. V. Exa. está passando o carro na frente dos bois. Calma!

Quanto à suspeição, Sr. Presidente, ela não se dirige apenas, de maneira objetiva, às situações, como as aventadas aqui. Eu considero que antecipar juízo de valor em relação àquilo que se vá investigar acarreta a suspeição e é preciso ter cautela – e aí digo isso aqui, genericamente ou em sentido amplo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo; todos nós, todos nós –, para não incorreremos nesse tipo de comportamento, nesse tipo de conduta.

Considero um ponto relevante dizer que há quem declare o Presidente da República, por exemplo, um genocida. Bom, alguém que, antes de estar aqui ou estando aqui, já declara o Presidente da República um genocida que tipo de isenção tem para investigar, que tipo de isenção tem para buscar conhecer os fatos e fazer deles juízo de valor? Então, esse tipo de opinião, antes da apuração dos fatos, tem alguma lógica; reflete responsabilidade, interesse pela verdade? Os fatos, Sr. Presidente, devem falar mais alto que as opiniões pessoais e as paixões políticas. Toda investigação séria deve ter esses princípios, e uma CPI não pode ser diferente.

Quanto a haver atores da Oposição e outros que defendem o Governo, isso permite o equilíbrio numa CPI. É natural que aconteça, com moderação, responsabilidade, mas nenhum dos lados deve prejudicar. É o alerta que estou fazendo, aqui, em sentido amplo à Comissão, porque nós vamos ter aqui 90 dias para trabalhar e perseguir os fatos. Acima de tudo, há que se ter serenidade e compromisso em um exame racional dos fatos, das provas que forem carreadas, sem açodamento. Nosso dever maior, Sr. Presidente, é com o País, com o Estado nacional, com a República. Portanto, era apenas esta a ponderação que gostaria de fazer em relação à questão das condutas de prejulgamento.

Quanto à decisão de V. Exa., V. Exa. já a tomou e não cabe a mim aqui ficar reprisando argumentos contra ou a favor.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga. Ele estava inscrito antes.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Meu Presidente Omar Aziz, eu quero, primeiro, cumprimentar V. Exa., porque V. Exa. assume a Presidência desta CPI, cujo fato determinado, Senador Marco Rogério, lamentavelmente, de forma muito triste, foi o que aconteceu no meu Estado, no Estado do Amazonas, e que continua acontecendo. Na primeira onda e na segunda onda, entre janeiro, fevereiro e março, nós assistimos a brasileiros amazonenses morrendo por falta de oxigênio, a brasileiros e amazonenses amarrados à cama de UTI, porque não havia *kit* de intubação, porque não havia sonda para que eles pudessem continuar intubados de forma humanitária.

Portanto, a chegada do Senador Omar à Presidência desta CPI vem revestida destas questões que são muito acima de questões partidárias.

Quero cumprimentar o desempenho do Senador Otto, que presidiu a instalação desta CPI.

Sr. Presidente, a instalação desta CPI tem que ter como base o compromisso com a verdade, a transparência com a ciência, a responsabilidade com a vida de mais de 210 milhões de brasileiros. Ele precisa ser o norte desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que promete ser uma das mais marcantes da nossa história.

O que diferencia esta CPI de todas as anteriores é que nós não vamos nos debruçar apenas sobre fatos passados, mas também sobre o presente e até mesmo sobre o futuro. Muito mais do que apontar culpas, temos, a partir do trabalho desta Comissão, a oportunidade de apontar caminhos que levarão a salvar milhares de vidas. E é isto, Senador Renan, que nós, membros da Comissão e membros do MDB, vemos em V. Exa.: um Senador que é decano desta Casa, quatro vezes Presidente do Senado da República, que conhece como poucos o funcionamento do Senado e que terá esta missão, que é uma missão verdadeiramente histórica, de ser o Relator da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao investigar erros e omissões do Governo Federal e eventualmente de governos estaduais e municipais na administração de recursos repassados pela União, temos a chance de corrigir as decisões e os rumos adotados até agora no enfrentamento da pandemia – decisões e rumos tão equivocados que impuseram ao País um rastro dramático de medo, de perdas e sofrimento na saúde, na economia e na área social.

O legado da falta de planejamento e da falta de vontade política na luta contra a Covid pode ser medido dia após dia pelo agravamento da crise que fecha as portas de tantas empresas e empurra uma multidão de brasileiros para a fome e o desemprego. Esse legado pode ser mensurado também a cada dia pela escalada galopante de vidas perdidas para o coronavírus.

Caminhamos em ritmo acelerado para a marca de 400 mil mortos nos próximos dias. O Brasil é o segundo país no mundo em número absoluto de mortes pela Covid, o décimo segundo em número de mortes por milhão de habitantes e o terceiro em número de infecções.

A ausência de estratégia e coordenação nacional multiplicou a dor e a angústia dos profissionais de saúde, os heróis desta pandemia, que travam uma luta muitas vezes inglória diante da insuficiência de leitos, de remédios e insumos básicos nos hospitais, tais como oxigênio, *kits* de intubação e EPIs médicos. Basta lembrar a crise de abastecimento de oxigênio no Amazonas, quando acompanhamos, horrorizados, milhares de pessoas morrendo asfixiadas, em desespero. O sentimento ainda é de revolta e de indignação diante do drama enfrentado pelo meu povo, o primeiro a enfrentar uma variante muito mais letal e contagiosa do novo coronavírus.

Esta CPI, Sr. Presidente, é uma resposta a todos os amazonenses que sofreram os dois meses mais negros da nossa história. É uma resposta que temos a obrigação de dar a todos os brasileiros, particularmente a todas as famílias que perderam seus entes queridos para a Covid-19. Quantas, de norte ao sul, não tiveram sequer a chance de lutar pela vida e de receber algum tipo de tratamento por falta de vagas nas UTIs? E o que dizer do procedimento desumano de pacientes intubados amarrados a macas, sem sedação, por falta de medicamentos?

Faltaram recursos? Não foi o caso. O Congresso e o Governo Federal fizeram a sua parte. Aprovamos um orçamento de guerra e garantimos todos os meios necessários, do ponto de vista financeiro e orçamentário, para o enfrentamento da pandemia.

Fomos surpreendidos com problemas inesperados? Também não foi o caso, Sr. Presidente, decisivamente. A tragédia que vivemos hoje no Brasil é uma tragédia mais que anunciada. Não faltaram alertas de que o caos sanitário que assolou o Amazonas iria se repetir Brasil afora, alertas inclusive de minha parte registrados nos *Anais do Senado* em meus pronunciamentos.

Não há justificativa para a falta de medicamentos e insumos, não há justificativa para a crise de abastecimento dos *kits* de intubação. Ora, por que não tratamos de prevenir o problema usando os aviões da FAB para trazer e distribuir esses *kits*?

Mas nada, senhoras e senhores, se compara ao erro primário da falta de programação e disposição e de espírito público na compra de vacinas. No mundo inteiro, a notícia da descoberta da vacina fez com que o medo desse lugar à esperança, mas, no Brasil, onde a ciência foi tantas vezes atropelada pela desinformação, pelo negacionismo e pela irresponsabilidade, o Governo se negou a planejar e a negociar antecipadamente a compra de imunizantes. Não há justificativa para a recusa de 70 milhões de doses oferecidas pela Pfizer ainda no ano passado.

Estamos colhendo o que plantamos. Temos uma vacinação a conta-gotas e um abismo assustador entre o número de imunizados e o percentual mínimo necessário para frear o contágio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comemoramos, sim, cada avanço. Já somos 29,5 milhões de brasileiros vacinados com a primeira dose. Em termos absolutos, ocupamos o quinto lugar do *ranking* global de vacinação, mas caímos para a posição de número 57 quando se trata do número de doses aplicadas a cada cem mil habitantes.

Senhoras e senhores, esta CPI não pode também ignorar os tropeços da nossa diplomacia, hoje mais do que nunca fundamental nas negociações para a aquisição das vacinas, nem pode fechar os olhos para a perda de foco, de tempo e energia com disputas federativas e conflitos políticos completamente inoportunos, alimentados ao longo da pandemia.

A falta de transparência tem sido outro pecado imperdoável. Inúmeras informações sobre o avanço da pandemia ou sobre ações desencadeadas pelo Governo simplesmente não vêm a público. Pior, somos bombardeados a todo tempo com dados desconstruídos por parte das autoridades sanitárias. Previsões sobre a chegada e a distribuição das vacinas mudam a cada dia. Ontem, em audiência com a Comissão de acompanhamento da Covid no Senado, o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, admitiu a dificuldade do fornecimento de imunizantes para a aplicação da segunda dose da CoronaVac. Um mês atrás, o então Ministro Eduardo Pazuello havia autorizado a aplicação das vacinas inicialmente reservadas para a segunda dose.

Para concluir, Sr. Presidente, brasileiros e brasileiras se veem perdidos em meio à inexistência de coordenação e de estratégia no combate à pandemia. Hospitais e profissionais de saúde, com todo o seu heroísmo, também se encontram desorientados, sem uma orientação clara de ação, até mesmo em termos de protocolo de tratamento da doença.

Certo é que não existe uma responsabilidade isolada no desenho dessa tragédia. Há muitas responsabilidades compartilhadas por diversos atores. São erros que precisam ser esclarecidos para que possamos seguir em frente, para que possamos ter a esperança de sair o mais rápido possível deste *tsunami* que vem destruindo a saúde, as empresas e a economia diante de um enorme desafio. Enfim, temos um longo trabalho pela frente.

Resta salientar que esta CPI não tem nem pode ter, de forma alguma, Presidente, o objetivo de servir de palco político partidário a quem quer que seja. Vida e esperança são valores que nos unem a todos, independentemente de coloração partidária, classe econômica, raça. São esses os valores que precisamos honrar nesta Comissão.

Presidente, que Deus o abençoe na condução desses trabalhos e lhe dê sabedoria, para que, junto com o Relator, possamos construir um caminho para salvar vidas!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Senador Izalci, Senador Ciro e Senador Luis Carlos Heinze...

Depois, eu vou passar a palavra ao Relator. Aliás, primeiro eu vou passar a palavra... Depois eu passo a palavra ao Vice-Presidente e passarei a palavra ao Relator, para a gente já tratar dos objetivos finais.

Senador Izalci, por favor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero parabenizar todos pela eleição e também, pela relatoria, o Senador Renan.

Eu queria fazer mais um apelo. Aliás, primeiro, eu queria dizer que nós não estamos colhendo o que plantamos; nós estamos sofrendo as consequências porque não plantamos.

Mas eu queria fazer um apelo a V. Exa. e ao Relator, em especial. Eu sei que o próximo procedimento é a elaboração do plano de trabalho e, ao mesmo tempo, aprová-lo. Então, primeiro, eu gostaria de sugerir, como participei de várias CPIs e sou auditor, sou contador, para facilitar... Nós temos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

18 membros: 11 titulares e 7 suplentes. Tirando o Relator, o Presidente e o Vice-Presidente, sobram 15. Se V. Exa. concordar, e eu faço este apelo, nós poderíamos criar cinco subcomissões para agilizar, porque foi ampliada a CPI, e eu acho que ela merece alguns detalhamentos. Por exemplo, como eu disse aqui, seria fundamental nós termos uma subcomissão para tratar exatamente de legislação, indicações para o Executivo – isso pode ser feito inclusive durante a CPI; não é preciso terminar a CPI para isso –; uma subcomissão também que tratasse da questão da vacina, dos medicamentos, do oxigênio, das empresas, dos pesquisadores; outra para o Governo Federal; uma para Estados; outra para Municípios. Acho que, com essas cinco subcomissões, daria para colocar três membros em cada subcomissão dessas.

Eu faria um apelo também para que V. Exa. colocasse no plano de trabalho... Há vários requerimentos já, mas V. Exa. já poderia colocar o requerimento de informações que foram apresentadas – eu quero agradecer ao Senador Girão, que também apresentou requerimentos –, informações que já existem na Polícia Federal, no Ministério Público Federal, no Ministério da Saúde e na Presidência, para a gente ter essa documentação, que demora a chegar. A gente tem experiência e sabe que demora. Até chegar aqui para a gente, isso demora. Então, se V. Exa. puder contemplar, no plano de trabalho, já a questão da requisição dos materiais constantes dessas instituições... Há requerimento para isso.

Essas seriam as minhas considerações.

Quero desejar muito sucesso nesse trabalho, que, tenho certeza, a população brasileira vai acompanhar. A gente precisa realmente fazer um belo trabalho.

Parabéns a V. Exas.!

Faço, então, esse apelo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fala o Senador Ciro e, depois, o Senador Heinze.

Senador Ciro, por favor...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas quero parabenizar a sua eleição. A imprensa está toda aqui me ligando, perguntando se eu votei no senhor. Eu votei no senhor. O senhor me pediu, e eu vou entrar na minha vida pública e sair dela cumprindo a minha palavra. Mas um dos motivos pelos quais eu votei no senhor, Sr. Presidente, foi o que o senhor me disse: que será um Presidente imparcial. Eu espero que o senhor faça um grande trabalho. Existe uma expectativa enorme do País sobre esta CPI.

Quero parabenizar aqui o Senador Randolfe e dizer ao Senador Renan Calheiros: agora, neste atual momento, eu não vejo obstáculo nenhum de o senhor ser o Relator da CPI. Há uma hora, há duas horas, existia uma decisão judicial, que era absurda, do meu ponto de vista. Mas existia uma decisão judicial, e, aqui nesta Casa, não pode haver um manual de que algumas decisões se cumprem e outras não se cumprem. Então, vamos logo definir como é isso. É um absurdo, e esta Casa é que está dando esse tipo de voz ao Supremo, à Justiça, de interferir nas decisões e na vontade dos Senadores. Se esta CPI hoje está funcionando, Senador Marcos Rogério, é por conta de uma decisão judicial. Então, eu sou contra, totalmente, tanto a decisão do Senador Otto quanto a do Presidente da Casa, que se posicionaram no sentido de que decisão judicial não deve ser cumprida. Tem que ser cumprida, por mais absurda que ela seja!

Quero dizer, Senador Renan, que eu não vejo obstáculos para o senhor ser Relator atualmente. Eu vejo preocupação – não vou negar para o senhor – por algumas posições. Eu espero que essas minhas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupações se percam no tempo. Eu espero que o senhor saiba honrar essa vontade aqui do nosso Presidente e da maioria ao ser Relator.

Eu tenho total divergência em relação a uma questão que o senhor colocou na semana passada, a de que, no caso de alguma acusação contra seu filho, o senhor vai se isentar. Não tem! Não há meio Relator: ou é Relator ou não é. Não tem como se isentar, até porque esta Casa vai votar um relatório geral. Então, não há isso. Espero que não haja nenhum tipo de acusação contra seu filho, que é um grande amigo meu – o senhor sabe disso. Mas, se isso vier a ocorrer, esta Casa tem que tomar uma posição, porque eu não concordo de forma nenhuma com um Relator se afastar e designar um sub-relator para uma questão, até porque o relatório vai ser final. Então, eu espero e rogo a Deus que isso não ocorra, porque senão esta Casa terá... Eu não vi isso em lugar nenhum, em nenhuma outra CPI. E olha que eu já tenho mais da metade da minha vida participando de CPI aqui no Congresso Nacional.

Então, parabéns, Presidente Omar Aziz! Espero que o senhor faça um excelente trabalho, porque é disso que o País precisa. Um grande abraço!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu liguei para o Senador Ciro, pedi o apoio dele, como liguei para o Marcos Rogério, falei com o Senador Girão – ele me disse que era candidato – e liguei para o Senador Jorginho também. É o meu papel querer unificar aqui a CPI para a gente trabalhar.

O Senador Girão me disse que era candidato, até porque o Girão tem uma relação de amizade muito próxima a mim. Ele me disse: "Omar, eu sou o candidato". Eu tenho que respeitar. Esta é uma democracia, todo mundo vota em quem quer aqui.

Eu agradeço a sua confiança, Senador, até porque nós estamos juntos aqui. Eu estou aqui há seis anos, a gente se conheceu logo no início do meu mandato, e essa relação prosperou durante esses anos.

Inscreveram-se, além do Senador Luis Carlos, o Senador Alessandro e o Senador Eduardo Girão, mas eu preciso andar com os trabalhos. Eu vou pedir para vocês falarem o mais rápido possível, por favor.

Senador Luis Carlos Heinze, por favor...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, primeiro, quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, pela posse, juntamente com o Senador Randolfe e o Renan, que será o nosso Relator.

Apenas faço uma colocação, Senador Renan, a V. Exa. como Relator: foram colocados aqui os recursos de Manaus como fato determinado. O Governo Federal, no ano passado, liberou mais de mais de R\$10 bilhões para o Estado de Manaus e para as Prefeituras do Estado do Amazonas. No final do ano, em 31 de dezembro, havia ainda na conta do Fundo Municipal de Saúde, do Fundo Estadual de Saúde, R\$681 milhões. Senador Renan, eram R\$681 milhões. Como é que vamos responsabilizar o Presidente da República ou o próprio Ministro da Saúde pela falta de oxigênio em Manaus ou em qualquer Município do Estado do Amazonas? Havia recursos no orçamento. E até hoje existe um projeto da minha autoria que permite que ele possa ser utilizado agora em 2021. Então, havia dinheiro. Não vale dizer que aquele assunto é por falta de recursos do Governo Federal; houve recurso, e esse é o ponto importante.

Há outra questão.

Aqui está o Deputado Mauro Pereira.

Mauro, nos hospitais filantrópicos do Rio Grande do Sul, Senador Omar, nós tínhamos, em março do ano passado, 933 leitos de UTI. Em março de 2021, quando fizemos a reunião com o Ministro Pazuello, nós tínhamos 3.008 leitos. Triplicaram o número de leitos de UTI no Rio Grande do Sul e assim deve ter sido no Brasil; leitos de UTI em que 80% praticamente são em hospitais filantrópicos e santas-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casas do meu Estado. Por isso é importante tomar ciência também dessa questão, porque esses recursos saíram... Como conseguiram triplicar o número de leitos? Com recursos federais diretos, quase 600 bilhões, e recursos dos Municípios e dos Estados que tiveram de aplicar quase 11% em saúde. E as prefeituras devem ter ajudado os hospitais, por isso eles conseguiram triplicar o número de leitos no meu Estado.

Nós temos quase 30 mil leitos de UTI-Covid no Brasil, dos quais 1.824 são em santas-casas e hospitais filantrópicos. Desses leitos... Alguém falou aqui em inação do Governo. Já há hoje... Eu tinha a posição, sexta-feira, de quase 22 mil leitos renovados, pagando R\$1,6 mil reais por mês, durante seis meses. Só aqui são quase R\$6 bilhões já garantidos do Governo Federal para esses hospitais.

Então, essas questões estão acontecendo e não ouço ninguém falar isso. Eu estou falando aqui. E são dados reais de leitos de UTI que estão determinados hoje. Já saíram recursos do Governo Federal neste ano, para fazer isso aí.

E quando falo em número de vacinas – o Senador Izalci que está aqui e nos ajudou com uma proposta do nosso Senador Wellington Fagundes – há os laboratórios de medicamentos veterinários, que, quem sabe, Senador Omar, seja uma saída para nós.

O Senador Rodrigo Pacheco convocou uma reunião a nosso pedido, do Senador Izalci, do Senador Wellington, do Senador Confúcio, para que nós liderássemos um movimento com os quatro grandes laboratórios de medicamentos veterinários, com Butantan, Fiocruz, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e Anvisa.

Aconteceu essa reunião e estão negociando. Eles podem fazer 200, 300, 400 milhões de doses. Quem sabe aí seja uma saída para nós, para a fabricação de vacinas, Senador Renan Calheiros. E foi explicado pelos técnicos que o mesmo sistema de vírus inativado que hoje o Butantan está usando para a vacina contra Covid é usado para a vacina da aftosa. É outro vírus, claro, mas o sistema é o mesmo. Já está havendo a negociação, a partir daquela nossa reunião, Senador Izalci, com o Butantan, entre as empresas e o Butantan. Quem sabe seja uma grande saída. Que no mundo falte, mas no Brasil podemos ter essa saída. E foi iniciativa do Senador Wellington. Inclusive V. Exa. é Relator de um projeto que Wellington fez para permitir isso aí. Então, são casos positivos que estão acontecendo no Brasil. Isso também nós precisamos relatar e dizer aqui.

O Brasil é o quinto país em número de vacinados. Quando alguém fala o número negativo, não fala o número positivo. E há crítica, Senador Omar e Senador Renan, prestem atenção. Eu pego o relatório do dia 1º de abril e há a Organização Mundial da Saúde criticando as vacinações na Europa, primeiro mundo. Na Europa! Muito aquém do que eles tinham previsto.

Agora aqui no Brasil tudo é errado. Não! Há coisas muito certas que aconteceram com o Governo Federal, com as prefeituras e com os governos estaduais. V. Exa. fala dos hospitais que o seu Estado fez. O.k. Por que São Paulo se nós devemos debater aqui dentro? O.k. Mas são recursos! E foram repassados recursos pelo Governo Federal para Estados e Municípios de qualquer Estado da Federação. Nesse sentido, eu quero fazer essa colocação.

Quando a gente fala em números negativos, é o décimo país em mortes por milhão e é o 34º país em novos casos de Covid. É o 34º! São números positivos, mas a alguém não interessa falar isso. Essa é a realidade que eles não mostram.

Até a semana passada os Estados Unidos, que mais vacinaram, tinham mais mortes por milhão do que o Brasil. Hoje nós estamos na frente deles, mas a Inglaterra, que também vacinou mais do que nós, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Itália estão atrás de nós em número de mortes por milhão. Então, essas estatísticas são usadas como quiserem.

Vamos falar números sérios, números certos, e não culpar alguém preestabelecidamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza, Senador Luis Carlos, nós teremos toda a boa vontade de analisar ponto a ponto. Eu acho que é unânime aqui que o que não faltou, para Estado e Municípios, foram recursos no ano passado. Isso é unânime. Só que é o Ministério da Saúde, Senador, que faz a política de saúde brasileira, inclusive sanitária. Essa é a política, porque o Ministério da Saúde não tem atividade-fim. Quem tem atividade-fim são Estados e Municípios. Os Estados com seus hospitais e os Municípios com atenção básica. E a política, quem faz todo o papel político da saúde é o Ministério da Saúde. É isso também.

Então, veja bem, não basta ter dinheiro, também tem que ter uma política, um planejamento. E talvez tenha sido essa uma das fases que pode ter acontecido.

Não faltou recurso. Um exemplo que V. Exa. deu foi que os hospitais filantrópicos saíram de 900 para 3 mil leitos. Acontece que não há pessoas especializadas no Brasil, em quantidade, para trabalhar dentro de uma UTI. Não há médico intensivista à vontade, muito menos enfermeiros intensivistas. É lógico que nós não estávamos esperando uma pandemia. Tudo isso nós temos que planejar, como disse o Senador Fernando Bezerra, porque, daqui a alguns anos, podemos ter outra, maior do que essa. Não basta ter UTI. O equipamento não funciona sozinho. Tem que ter um médico para entubar, e não é qualquer médico que sabe entubar, não é qualquer um, não é qualquer enfermeiro que pode auxiliar. Então, essas questões todas serão tratadas aqui pela CPI.

Sua preocupação: 100% válida. Eu acho que é isto que nós temos que fazer também: tomar decisões.

Eu tenho ainda o Senador Alessandro, o Senador Girão, o Senador Angelo Coronel. E, por favor, depois eu tenho que passar para o Vice-Presidente, que não abriu a boca ainda.

Senador Ciro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora o Senador Renan...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas quem marca é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas o Senador Renan primeiro vai falar com V. Exa. sobre a questão do plano de trabalho. Aí ele deverá fazer uma orientação aos Senadores, para que eles deem suas opiniões, e a gente marca logo em seguida a próxima reunião.

Senador Alessandro, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com muita brevidade, quero parabenizar os eleitos, Senador Omar Aziz e Senador Randolfe, parabenizar o Senador Renan pela confiança que recebeu do Presidente Omar Aziz, e tentar repor apenas a verdade em alguns pontos, que eu acho muito importantes. Esta CPI não se realiza por força de ordem judicial, ela se realiza por decisão do Senado, através de um dispositivo constitucional que assegura à sua minoria direito de CPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, foi necessário buscar o Judiciário para garantir um direito que é direito dos Senadores.

Reposta essa verdade, quero reiterar o desejo que tenho de garantir que esta CPI seja uma análise sobre fatos. E justamente porque é uma análise sobre fatos – e basta ver os dois requerimentos de instalação –, não há que se falar em suspeição e impedimento. Não existe nenhum investigado indicado em nenhum dos requerimentos. Então, não existe essa situação no momento e, se ela surgir mais adiante, será devidamente analisada.

E, por fim, quero solicitar ao Relator, ao Sr. Presidente e ao Sr. Vice-Presidente que se dê celeridade aos trabalhos. Temos muita urgência naquilo que será apurado pela CPI.

Boa sorte a nós todos!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Meu querido irmão, Presidente agora desta sessão, Senador Randolfe Rodrigues; Senador Renan Calheiros e também Senador Omar Aziz, que acabou de ser eleito Presidente desta CPI: os olhos do Brasil estão voltados para esta CPI. Eu queria cumprimentar os que foram eleitos e fazer um apelo, um apelo pelo bem do Brasil: não transformemos isso aqui numa inquisição, isso não é justo, isso não é o correto no momento que a gente vive da Nação.

Eu já disse aqui e vou reiterar que vou pedir desculpas publicamente do que eu estou falando se eu estiver equivocado mais na frente, daqui a 90, 120 ou 180 dias; mas a minha percepção da maneira como foi construída, toda formatação do acordo, tudo que ocorreu é que a tendência é de desgastar apenas o ente, o Governo Federal. Eu estou falando isso com uma isenção de independência, que eu tenho realmente. Quem me conhece... Senador Randolfe, nós estamos em muitas causas que são contrárias a políticas do Governo Federal em alguns aspectos, mas o mais importante é que eu quero ser justo. Eu sou Brasil, então eu vejo o encaminhamento que está sendo dado – eu espero estar errado e vou pedir desculpa publicamente –, que é para pegar um para Cristo e deixar outros para lá. Isso não é cristão. Se vamos fazer a coisa com responsabilidade, vamos olhar para todos com muita verdade, serenidade. Esse apelo eu quero fazer para que a gente não faça parte de algo que não é saudável para a Nação, que seria, como eu disse, um desrespeito, uma covardia com o povo brasileiro.

Acho que nenhum projeto de poder, nenhum, nenhum projeto de poder justifica uma situação como esta se for se encaminhar para esse termo. Eu vou estar aqui, com muito respeito aos senhores, tentando colaborar com as minhas limitações e imperfeições, mas vou estar me posicionando de forma serena, tranquila, firme, com algum tipo de direcionamento que a gente está vendo. Eu acho que tem outras formas de se buscar a alternância de poder, de se questionar um projeto.

Então, eu quero terminar aqui agradecendo a oportunidade.

Viu, Senador, Omar, eu o cumprimentei pela vitória. Não faço jogo de Governo, não faço jogo de oposição, mas eu acredito que a gente vai precisar provar com trabalho, com dados. Porque prejulgamentos nós já tivemos, isso é fato, está na mídia, prejulgamentos nós já tivemos. A gente vai precisar provar realmente serenidade. Que Jesus nos abençoe, nos guie, nos ilumine e nos conduza para que a gente seja realmente justo com este momento do País!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Girão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente Omar e Vice-Presidente Randolfe, queria parabenizá-los pela eleição; cumprimentar também o nosso Relator, Renan Calheiros, que foi tido como o carrasco desta CPMI. Não entendi o porquê, eu acho o Senador Renan tão tranquilo, na dele, e não vejo por que essa alcunha de o carrasco, sei que ele vai agir com total imparcialidade.

Mas eu queria também aproveitar a oportunidade, já estou protocolando alguns requerimentos de convite e convocações do Ministro da CGU, Wagner Rosário, do presidente da Pfizer no Brasil, do Presidente da União Química, fabricante da Sputnik V, de embaixadores da China e da Rússia, de presidentes do Instituto Butantan e da Fio Cruz. Por quê? Porque eu estou preocupado em imunizar a população brasileira que ainda está aí lutando, e orando, e rezando por novas vacinas. Então, nós temos que pensar de agora para frente. Quanto à questão de quem errou, fica aí por conta da relatoria, do Plenário, que irá votar favoravelmente, ou não, ao relatório, e à justiça, indiciando criminalmente, ou não.

O importante, para mim, nesta ótica, é nesta CPI lutarmos juntos, coesos para salvar vidas. E só podemos salvar vidas imunizando o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Angelo.

Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente Omar, eu quero cumprimentá-lo, mesmo não tendo votado em V. Exa., até porque o Senador Ciro abriu o voto dele. Mas desejo a V. Exa. muito boa sorte.; V. Exa. é um homem experiente, preparado, e poderá ser um grande Presidente. Não tenho absolutamente nada contra, pessoalmente, V. Exa., nem contra o Randolfe, em quem votei, e não tenho nada contra o Senador Renan, desejo a ele muito sucesso, muito sucesso.

Eu quero cumprimentar, então, V. Exa. pela eleição, na certeza de que o senhor, na sua capacidade, vai ser o timoneiro desta Comissão muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A responsabilidade, tanto minha, como Presidente, como de todos os membros, sejam titulares ou suplentes os Senadores e Senadoras, é a mesma, eu acho que o objetivo é o mesmo aqui.

Antes de passar a palavra, eu vou decidir aqui uma questão, que é a seguinte: cada partido vai ter direito a ter um assessor aqui dentro para que a gente possa trabalhar. Então, vejam bem, cada partido dos titulares. Então haveria nove assessores aqui dentro. O pessoal da segurança vai fazer o crachá para não chegar aqui e haver problema, até por segurança, porque hoje mesmo nós chegamos a ter mais de onze Senadores aqui em plenário, está certo. Então, a proposta que a Mesa faz é que cada partido tenha direito a um assessor. Se o MDB tem dois Senadores, vai ter um assessor; se o PSD tem dois Senadores, terá um assessor, e assim por diante. O PSDB tem um, é um assessor, e assim por diante. São nove assessores e o pessoal que fica ali na câmara, que é do Senado. E ninguém mais aqui dentro do Plenário, para proteger o trabalho aqui da CPI.

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – A minha pergunta é só para esclarecer o seguinte: estando ou não o Senador presente, está certo. Porque a gente pode estar no remoto e é importante que o assessor tenha acesso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele vai ter um crachá, ninguém terá dois crachás.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele terá um crachá. E o crachá é de assessor do partido tal. Ele tem acesso ao Plenário, não há problema.

Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Em relação a essa questão, não sei se a melhor decisão seria por partido ou por bloco, para que a gente pudesse ter algum equilíbrio aqui também durante os trabalhos da Comissão entre aqueles que têm uma visão mais crítica ao Governo e aqueles que vão fazer a defesa das ações do Governo.

Então, em relação aos assessores, eu não sei se seria interessante se a gente pudesse permitir um assessor também pela Liderança do Governo e um pela Liderança da Oposição, para que a gente pudesse ter algum equilíbrio nisso, porque, enfim, a disposição da Liderança do Governo, mesmo não sendo membro nem suplente, é acompanhar, para poder se colocar à disposição na agilização...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vejo problema nenhum em V. Exa., como Líder do Governo, ter um assessor aqui dentro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em relação à Oposição, eu não quero tratar a CPI como situação e oposição. Então, a Oposição não terá ninguém aqui. A Rede tem o seu assessor, o PT vai ter o assessor dele... Então, só V. Exa., como Líder. E, aí, por uma questão até de mais informações para passar para a gente, às vezes, imediatamente, a gente abrirá mão só para a Liderança do Governo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra ao meu Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, que, tenho certeza, com a experiência...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

Senador Randolfe, com a palavra, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Omar.

Eu queria primeiro agradecer a confiança dos colegas.

Recaem sobre nós, sobre o meu colega de Presidência, Senador Omar Aziz, e sobre o Relator, o Senador Renan Calheiros, enormes responsabilidades, assim como para todos os demais colegas, membros efetivos e suplentes, desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nenhuma Comissão Parlamentar de Inquérito, colegas, nenhuma, na história do País, desde a República – lembremos que a primeira CPI que houve neste Congresso Nacional foi no ano de 1954, a CPI da Última Hora –, nenhuma tratou diretamente sobre o impacto da vida e da morte de brasileiros e brasileiras.

Esta CPI se inicia sob o espectro de mais de 380 mil brasileiros que já perderam a vida, sob a responsabilidade de mais de 380 mil famílias enlutadas. Que isso inspire a nossa atuação aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre repito – e a frase não é minha, é do meu colega de bloco parlamentar que muito me honra estar comigo nesta CPI, Senador Alessandro Vieira –: nenhuma Comissão Parlamentar de Inquérito investiga pessoas; investiga fatos, e os fatos devem levar às pessoas, as pessoas que foram responsáveis pelos fatos.

O objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito é investigar ações e omissões no combate ou no enfrentamento à pandemia da Covid-19 e os fatos conexos que existem em relação à utilização de recursos federais.

Quero também aqui destacar que o que dá luz a esta CPI não foi uma decisão judicial; foi a vontade das Sras. e dos Srs. Senadores. Foram 34 Sras. e Srs. Senadores que assinaram o nosso primeiro requerimento, em 13 de janeiro. Um destes, de boa memória para todos nós. Muito me honra o requerimento com o qual iniciamos a coleta de assinaturas ter tido a assinatura do colega Major Olimpio. Apensou-se a esse o requerimento de autoria do Senador Eduardo Girão, com a assinatura de outros quarenta e tantos Sras. e Srs. Senadores.

Faço referência ao Major Olimpio porque eu acho que a memória dele deve estar presente na nossa atuação aqui; eu acho que a memória de tantas e tantos brasileiros que perderam a vida deve ser honrada por nós na atuação desta CPI. Eu falo do Major Olimpio porque me lembro da atuação de S. Exa. quando o então Ministro Pazuello esteve presente no Plenário do Senado, da firmeza das indagações que Olimpio teve naquela circunstância.

Esta CPI – quero assegurar a vocês – não será de Governo, não será de Oposição. Esta CPI tem que buscar os fatos que nos levaram a uma situação que é indubitável: nós somos o segundo País do Planeta que mais mata pessoas por Covid-19. Na média por milhão, nós somos o que mais mata nas três Américas. Há duas semanas, de cada dez humanos que morreram de Covid-19 no Planeta, três foram brasileiros. Um país que corresponde a 2,7% da população do globo foi responsável, há duas semanas, por 30% das mortes de Covid-19. Não me parece que esse seja um dado à toa, me parece que tivemos responsabilidades para chegar até aqui. E é isso que temos que aqui trabalhar e investigar.

Talvez esta CPI – talvez, porque eu acho que trará – não traga uma vacina, uma dose de vacina a mais, e eu acho até que trará. Mas esta CPI tem a obrigação de investigar por que ainda não temos as vacinas, por que não temos as vacinas necessárias desde dezembro ou janeiro. Talvez esta CPI... Aliás, esta CPI não recuperará as vidas que foram perdidas, mas esta CPI tem que investigar se essas vidas poderiam ter sido poupadas, se essas mortes poderiam ter sido evitadas, se as medidas necessárias por parte de todos – de todos –, de todo o Poder Público foram tomadas.

Que Deus abençoe a nós, a todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito! Que façamos um trabalho que honre a memória dos três colegas daqui que perderam a vida em decorrência da pandemia e, em especial, que honre a memória dos mais de 380 mil brasileiros! Que ela seja também em homenagem às hoje mais de 380 mil famílias brasileiras que estão enlutadas!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Eu vou passar a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, desejo inicialmente agradecer aos Senadores do meu partido, na pessoa do Líder Eduardo Braga, que me confiaram a tarefa no momento histórico mais grave e trágico da Nação brasileira. Quero agradecer ao querido amigo Omar Aziz, a quem devo a minha designação para relatar esta importantíssima Comissão; meu querido amigo Humberto Costa, grande Líder e excepcional Ministro da Saúde; Otto Alencar,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querido amigo, que não se quedou, em nenhum momento, diante do despropósito de uma liminar de primeira instância que objetivava subtrair competência do Congresso Nacional e impedir o livre exercício do papel de cada Senador, inclusive com censura prévia; Tasso Jereissati, referência política, ética, moral, um dos maiores líderes da vida nacional e referência para todos nós nesses momentos de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Estendo, evidentemente, a gratidão aos Senadores das demais legendas que subscreveram para que eu pudesse sistematizar uma caudalosa investigação que ora se inicia e que será, como todos sabem, árida e acidentada, mas exitosa, tenho certeza.

Quero parabenizar também o Senador Randolfe Rodrigues pela iniciativa humanitária, agora, Vice-Presidente da Comissão.

Faço ainda uma referência especial ao Supremo Tribunal Federal, que não tem faltado à Nação brasileira na defesa ativa da nossa Constituição terrivelmente democrática.

Eu quero também cumprimentar este amigo querido **Ciro Nogueira**, grande líder, amigo dileto. Para além de eventual qualquer divergência, eu sou amigo de muita gente aqui no Senado Federal, nesta Comissão também muito mais, mas nenhum é mais meu amigo quanto meu amigo é o Senador **Ciro Nogueira**.

Quero cumprimentar o **Marcos Rogério**; o **Marcos Do Val**; o **Eduardo Girão**; o **Jorginho**; o **Fernando Bezerra**, esse amigo querido e dileto; o **Alessandro Vieira** – e eu já falei aqui da importância fundamental das suas sugestões para que nós possamos iniciar esse trabalho.

Eu tenho certeza de que, para além de qualquer divergência inicial, o que nos compete é construir alianças para que esta Comissão de Inquérito possa caminhar cada vez mais com absoluta maioria construída em torno da busca da verdade. Esse é o propósito de todo mundo, como disse o Presidente **Omar**, haja o que houver.

Como Relator, eu me pautarei pela isenção e imparcialidade que a função impõe, e, independentemente de minhas valorações pessoais, a investigação será técnica, profunda, focada no objeto que justificou a Comissão Parlamentar de Inquérito, e despolitizada.

É impossível esquecer todos os dias fúnebres em mais de um ano de pandemia, mas é impossível apagar abril, o mês mais mortal, e apagar o dia 6 de abril, com uma morte a cada 20 segundos. Esses números superlativos merecem uma reflexão, merecem um momento, mesmo que seja de 20 segundos.

Presidente, eu queria pedir a V. Exa. 20 segundos de silêncio para que com eles nós possamos homenagear aqueles que morreram por Covid no Brasil, as suas famílias, aqueles que estão acometidos da doença e aqueles que, lamentavelmente, ficaram sequelados.

(Soa a campanha.)

(Faz-se 20 segundos de silêncio.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nós estamos discutindo aqui o direito à vida, não se alguém é da direita ou da esquerda. Minhas opiniões ou impressões serão subordinadas aos fatos. Serei Relator das minhas convicções, mas serei igualmente o redator do que aqui for apurado e comprovado. Nada além, nada aquém.

A CPI não é uma sigla de comissão parlamentar de inquisição; é de investigação. Nenhum expediente tenebroso das catacumbas do Santo Ofício será utilizado. A CPI, alojada em uma instituição





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

secular e democrática, que é o Senado da República, tampouco será um cadafalso com sentenças prefixadas ou alvos selecionados.

Não somos discípulos nem de Deltan Dalagnol, nem de Sergio Moro; não arquitetaremos teses sem provas ou PowerPoints contra quem quer que seja. Não desenharemos o alvo para depois disparar a flecha. Não reeditaremos a República do Galeão. Agindo com imparcialidade, a partir de decisões coletivas, sem comichões monocráticos, ninguém arguirá nenhum tipo de suspeição no futuro desse trabalho.

Os verdugos são inservíveis ao Estado democrático de direito. Eles negaram apoio à Comissão Parlamentar de Inquérito. Negaram, por todos os meios, a chance de que ela fosse instaurada. Agora, tentaram negar que ela funcione com independência. O negacionismo em relação à pandemia ainda terá que ser investigado e provado, mas do negacionismo com relação à CPI da Covid já não resta a menor dúvida.

As CPIs vicejam quando os canais tradicionais de investigação se mostram obstruídos e isso é um ensinamento histórico. Aqui, em uma Casa de verdadeiros democratas, que convivem e respeitam a divergência diuturnamente, são respeitados o contraditório, o sagrado direito à defesa, a presunção da inocência e a paridade de armas, garantias civilizatórias que tanto foram negligenciadas nos últimos tempos no Brasil e que só contribuem para reprovável erosão das instituições.

Não estaremos – queria repetir – investigando nomes ou instituições, mas fatos e os responsáveis por eles. As gestões do Ministério da Saúde evidentemente podem ser apuradas, podem ser investigadas a fundo – ainda não é o caso –, mas não é o Exército Brasileiro que estará sob análise, instituição permanente de Estado cuja memória remete para os 454 mortos em combate na Segunda Guerra Mundial, com o universo de 25 mil pracinhas que foram para a Itália. Esse pequeno número de baixas reflete a liderança de um estrategista de guerra. Imaginem, Srs. Senadores, Sr. Presidente, um epidemiologista conduzindo nossas tropas lá em Monte Castello!

Na pandemia, o Ministério da Saúde foi entregue a um não especialista, a um general. O resultado fala por si só: no pior dia da Covid, em apenas quatro horas, o número de brasileiros mortos foi igual ao de todos que tombaram nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial. O que teria acontecido se tivéssemos enviado um infectologista para comandar nossas tropas? Provavelmente um morticínio, porque guerras se enfrentam com especialistas, sejam elas guerras bélicas ou guerras sanitárias. A diretriz é clara: militar nos quartéis e médicos na saúde! Quando se inverte, a morte é certa, e foi isso que lamentavelmente parece ter acontecido. Temos que explicar como, por que isso ocorreu.

Estaremos, aqui – e já me encaminho para encerrar –, para averiguar fatos e desprezar farsas. Para tanto, usaremos das instâncias técnicas do Estado, da Polícia Federal, do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, da Consultoria do Senado e outros organismos que se fizerem necessários. A Comissão será um santuário da ciência, do conhecimento e uma antítese diária e estridente ao obscurantismo negacionista e sepulcral, responsável por uma desoladora necrópole que se expande diante da incúria e do escárnio desumano. Essa será, Presidente Omar, a Comissão da celebração da vida, da afirmação, do conhecimento e, sobretudo, da sacralização da verdade contra o macabro, o oculto, a morte e contra o ódio. Os brasileiros têm o direito de voltar a viver em paz.

Ao contrário do que vociferavam os franquistas do início do século – abro aspas: "Viva a morte! Abaixo o conhecimento!", fecho aspas –, estaremos aqui para proclamar, dia após dia, viva a ciência, glória ao conhecimento, respeito à vida! Tenham absoluta certeza de que este fórum – e anoto a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualificação e experiência aqui reunidas – será uma fonte permanente de reposição e resgate da verdade por sua capacidade intrinsecamente regeneradora.

Já seria muito importante nesta fase que nós andamos dar um basta à mentira, à mentira que lamentavelmente sufocou a sociedade brasileira durante esses últimos tempos. Entre a ciência e a crença, fico com a ciência. Entre a vida e a morte, a vida eternamente. Entre o conhecimento e o obscurantismo, óbvio, escolho o primeiro. Entre a luz e as trevas, a luminosidade. Entre a civilização e a barbárie, fico com a civilidade. E, entre a verdade e a mentira, lógico, a verdade sempre. São escolhas simples que opõem o bem ao mal, e creio que todos nesta Comissão convergem com relação a esse sentimento.

Nossa cruzada será contra a agenda da morte. Contrapor o caos social, a fome, o descabro institucional, o morticínio, a ruína econômica, o negacionismo não é uma predileção ideológica ou filosófica; é uma obrigação democrática, moral e humana. Os inimigos desta relatoria são a pandemia e aqueles que, por ação ou omissão, incompetência, desídia ou malversação, se aliaram ao vírus e colaboraram de uma forma ou de outra com esse morticínio.

A discussão aqui, embora muitos anseiem deliberadamente rebaixá-la ou até mesmo embaçá-la, é muito mais abrangente. Esta não é apenas mais uma Comissão Parlamentar de Inquérito, como disse o Presidente Omar Aziz; no contexto histórico, humanitário e social, ela é a principal Comissão Parlamentar de Inquérito de todas as Comissões que aqui se formaram, porque estaremos tratando de vidas, do futuro e da esperança, estaremos proclamando, acima de tudo, valores civilizatórios. Em detrimento de achismos medievais, estaremos defendendo a vida, o conhecimento, a ciência, a civilização, as instituições, o SUS e a própria democracia.

Vamos dar um basta aos suplícios, à inépcia e aos infames. Não deixaremos de lembrar diariamente o tamanho da nossa tragédia que hoje já lembramos aqui. Os brasileiros estão morrendo em uma velocidade assustadora. Não temos tempo a perder com manobras regimentais, obstruções, diversionismo, politiquices e chicanas. Nossa missão é interromper esse cronômetro da morte ao qual me referi no início. Não estamos diante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para maquinar as ações persecutórias. Não estamos aqui diante da atenção integral da Nação e do mundo para brindar ninguém, engavetar, tergiversar ou procrastinar.

Tudo será investigado, como exige a carta democrática, de maneira transparente, acessível; e as decisões, colegiadas, como sempre fiz nas quatro vezes em que tive a honra de presidir esta Casa. Fui forjado no movimento estudantil, libertário, crítico e democrático; respeito as instituições, o mecanismo de freios e contrapesos; venero a democracia; tenho repugnância ao fascismo; e antecipo que intimidações – e todos os dias nós as vemos –, sob qualquer modalidade e arreganhos, não nos deterão.

O maior mérito desta Comissão Parlamentar de Inquérito é existir. Está instalada e funcionando. O Brasil precisa de muita luz, e isso não é uma mera metáfora. O papel da Comissão é iluminar todos os compartimentos escuros no combate à pandemia. Só o seu espectro no horizonte já acelerou, nos últimos dias, uma série de providências administrativas que estavam congeladas em vários órgãos da República, ou mesmo sobrestadas, ou mesmo esquecidas.

O Brasil, infelizmente, é um dos piores países no enfrentamento da pandemia. Esta Comissão tem doravante a obrigação de esquadrinhar como e apontar os responsáveis pelo quadro sepulcral. O Parlamento não pode ser um mero espectador, não pode abdicar de exercer suas prerrogativas fiscalizadoras para colaborar com a solução ou o abrandamento do drama atual. Não podemos virar as costas para a Nação. Há uma ameaça real de virarmos um *apartheid* sanitário mundial. Ninguém nos quer por perto. Brasileiros são discriminados no mundo, e corremos o risco de boicote aos nossos produtos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é admissível que, diante dessa tragédia, deixemos de apontar ao mundo internamente os responsáveis – e eles existem e transitam entre nós buscando uma invisibilidade ou terceirização impossíveis. Para identificá-los, nós vamos ouvir médicos, especialistas, epidemiologistas, infectologistas, cientistas, laboratórios, agentes públicos, representantes de organizações de saúde, conselhos de Medicina, enfim, elaborar um cronograma de oitivas, de diligências e de acesso a documentos que permitam diagnóstico técnico e realista desta realidade desoladora.

Não foi por acaso o flagelo divino que nos trouxe a esse quadro. Há responsáveis, evidentemente; há culpados por ação, omissão, desídia ou incompetência; e eles, em se comprovando, serão responsabilizados. Essa será a resposta para nos conectarmos com o Planeta. Os crimes contra a humanidade não prescrevem jamais e são transnacionais – Milošević, Augusto Pinochet são exemplos da história. Façamos a nossa parte.

Já estou encerrando, Presidente Omar.

Quero, encerrando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, expressar, em meu nome e em nome do Senado da República, se me permitem, nossos sentimentos mais profundos nessa solidariedade mais sincera a todas as vítimas que perderam entes queridos nesta pandemia.

Não conseguiremos enxugar as lágrimas que foram e ainda serão vertidas. Não teremos como consolar todos, fechar a cicatriz eterna da perda do ente querido. Não recuperaremos vidas ceifadas. Podemos preservar vidas e temos a obrigação de fazer justiça, de apontar, com responsabilidade, equilíbrio e provas, os culpados por esta hecatombe. Quem fez e faz o certo não pode ser equiparado a quem errou. O erro não é atenuante; é a própria tradução da morte. O País tem o direito de saber quem contribuiu para os milhares de mortes, e eles devem ser punidos imediatamente e emblematicamente.

Nesta relatoria está um Senador vivo, ex-Ministro da Justiça, quatro vezes Presidente do Senado e Líder da nossa bancada – cargo hoje honrosamente exercido pelo nosso querido amigo Eduardo Braga – em algumas oportunidades.

Já vivi adversidades, mas, como todos sabem e me conhecem, não eternizo a mágoa. Tenho a perfeita noção do que o abuso de autoridade pode causar. Podem esperar um trabalho isento, objetivo, técnico, desapaixonado, destemido e colegiado – tudo neste Comissão será aprovado por este Plenário e será, antes de qualquer coisa, discutido pormenorizadamente com todos vocês –, sem medo de absolver quem merecê-lo e sem hesitação para imputar quem é responsável.

Minhas premissas são as constitucionais, a competência desta Comissão para apurar os fatos determinados, a imparcialidade e a existência de prova.

Essa é uma tragédia que – tenho absoluta convicção, Presidente Omar – poderia ter sido atenuada com atitudes corretas, tempestivas, responsáveis e humanitárias.

Vidas negras importam, vidas brancas importam, vidas pardas importam, vidas amarelas importam, vidas mestiças importam. Vidas, todas elas importam. A vida é o bem supremo da humanidade, dádiva divina.

Em nome de Deus, origem da vida, peço que nos ilumine nesta tarefa de resgate e da valorização da vida e da liberdade.

Antes de lhe devolver a palavra, Presidente Omar, eu gostaria somente de combinar com V. Exa., com o Plenário, com o Vice-Presidente e com os Líderes um procedimento.

Até hoje, nós recebemos uma proposta de plano de trabalho do Senador Alessandro Vieira, muito boa e irretocável em alguns aspectos; depois, recebemos uma proposta de plano de trabalho do Senador Randolfe Rodrigues, igualmente irretocável; e, ontem à noite, eu recebi uma proposta de plano de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho do Senador Humberto Costa. Peguei algumas ideias no debate do noticiário, mas são ideias esparsas.

Eu queria combinar com os senhores e com o Presidente, se V. Exa. consentir, para darmos um prazo de 24 horas para que quem quiser, Girão, apresentar propostas para um plano de trabalho possa fazê-lo, para que, eventualmente, não pareça que essa é uma proposta do Alessandro ou do Randolfe ou do Renan ou do Humberto Costa apenas. Tudo aqui será votado pela maioria, e eu, na medida em que o trabalho avançar, serei cada vez menos um Relator monocrático, porque quero ser um sistematizador, um redator de tudo que evidentemente se discute aqui.

Então, sem prejuízo desse prazo, eu queria propor alguns poucos encaminhamentos, que seriam os seguintes: primeiro, solicitar o inteiro... São pedidos de informação recomendados, inclusive, naquela relação de preocupações que o Governo colocou.

1. Estamos solicitando o inteiro teor dos processos administrativos de contratações e das demais tratativas relacionadas a aquisições de vacinas e insumos no âmbito do Ministério da Saúde. É um pedido de informação.

2. Estamos requisitando todas as regulamentações feitas pelo Governo Federal no âmbito da Lei 13.979, de 2020, que trata das medidas de enfrentamento de emergência de saúde pública, especialmente sobre temas como isolamento social, quarentena e proteção da coletividade.

3. Solicitamos todos os registros de ações e documentos do Governo Federal relacionados a medicamento sem eficácia comprovada, tratamentos precoces, inclusive indicados em aplicativos como o TrateCov, plataforma desenvolvida pelo Ministério da Saúde.

4. A Comissão está requerendo também todos os documentos e atos normativos referentes às estratégias e campanhas de comunicação do Governo Federal e do Ministério da Saúde, em particular, além dos gastos orçamentários.

5. Requisitamos documentos e informações sobre o planejamento e critérios de definição dos recursos para o combate à Covid e sua distribuição entre os entes subnacionais, além de suplementação orçamentária.

6. Propomos a aquisição de todos os contratos, convênios e demais ajustes da União que resultaram em transferências de recursos orçamentários para Estados e capitais, inicialmente. Como são quase seis mil Municípios, nós vamos pedir os demais na medida em que a investigação avance.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso que V. Exa. está pedindo são os convênios que o Governo Federal fez com os Municípios?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São essas informações.

7. No caso emblemático do caos da saúde pública no Amazonas, estamos solicitando que as autoridades sanitárias de Manaus encaminhem todos os pedidos de auxílio e de envio de suprimentos hospitalares, em especial oxigênio, além das respostas do Executivo federal.

8. Estamos propondo convocar o atual Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e os três últimos ministros que o antecederam.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – De forma cronológica?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pedimos para convocar esses quatro. E o Presidente, na medida em que conversasse com eles, acertaria a ordem e os dias da... A ideia do Presidente é começar na próxima terça-feira, para que nós não percamos tempo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós iniciáramos na terça-feira com o ex-Ministro Mandetta.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Renan, não é melhor... O senhor disse que ia receber as sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, veja bem!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas isto aqui é sem prejuízo das sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente começa quando começou a Covid, para saber o que foi feito de lá para cá. Hoje eu quero saber sobre o que a sociedade brasileira tem interesse.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a forma cronológica, senão não há CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ainda não foram investigados. Começar isto aqui e querer carimbar como investigados já dificulta a convocação. Então, nós traríamos isso num clima de debate, de isenção, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que foi que o Ministro Mandetta deixou? Ele foi o Ministro que mais tempo ficou, no início da pandemia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só a título de informação, Presidente e Senador Renan Calheiros, os requerimentos vão ser – é a primeira pergunta – deliberados amanhã? É isso? Eu queria perguntar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A proposta que eu tinha pedido aqui era a seguinte: amanhã nós deliberaremos o plano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Certo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No plano, já estão embutidos vários requerimentos, inclusive os que forem sugeridos hoje aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, eu quero saber como eu devo protocolar para o senhor o plano de trabalho que nós fizemos com relação ao plano de trabalho da Comissão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aqui na Comissão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Há um protocolo aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos definir os horários aqui. Nós daríamos um prazo até amanhã, às 12h, para isso ser entregue. Pode ser, Senador Renan? E aí, às 16h de amanhã...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – O senhor está chamando para as 10h de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, coloque para quinta-feira, pela manhã, então, essa reunião, para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, o que eu vou decidir aqui é que o prazo para a entrega da colaboração dos Srs. Senadores ou de quem faz parte da CPI aqui, suplente ao titular, para o Senador Renan seria até amanhã, às 12h. Correto?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Para contribuir com o plano de trabalho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós o apresentaremos às 15h aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E nós o apresentaremos às 15h, para votar.

É só a sistematização, Senador Ciro, não é nada de...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixe-me fazer uma ponderação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não vai votar requerimento, não, não é?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixe-me fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Os requerimentos são estes aqui de que nós estamos falando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma proposta para além do plano, não é? Aí nós já deixaríamos essas quatro pessoas convocadas como testemunhas em uma coisa mais sutil e mais inteligente da Comissão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma sugestão, Sr. Relator, Sr. Presidente, Vice-Presidente, se me permitissem.

Eu acho que a iniciativa do Senador Renan Calheiros no sentido de que o plano de trabalho possa expressar, naquilo que for possível, um amplo consenso dos membros da Comissão é um passo acertado. Acho que essa é uma boa decisão que vem na direção do bom encaminhamento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, se o Sr. Presidente fixa para entregar com 24 horas, e nós estamos já às 14h, nós deveremos entregar isso até as 14h de amanhã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Ao meio-dia! Ao meio-dia!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu não estou querendo... Não há nenhuma jogada aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu teria três horas para fazer o relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Renan, não há nenhuma jogada aqui de procrastinação, mas digo isso para que, de fato, as sugestões possam ser feitas por todos os membros. V. Exa. mesmo citou, há pouco, que já tinha recebido a contribuição do Senador Randolfe, do Senador Alessandro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Foram pedidos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... do Senador Humberto Costa, mas os outros membros não tiveram essa oportunidade. Que V. Exa. possa receber e que, com calma, V. Exa. possa avaliar, para fazer um trabalho de compilação! V. Exa. disse, no seu discurso, há pouco, que V. Exa. será um fiel redator de todas as sugestões, contribuições e, sobretudo, dos depoimentos que aqui serão prestados nesta Comissão. Então, eu quero fazer um apelo a V. Exa. para que a gente não cometa nenhum tipo de açodamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós poderemos acatar a sua sugestão de aprovar esses pedidos de informação porque isso agiliza o trabalho. Um pedido de informação desses leva tempo para ser respondido. Então, não vejo nenhuma dificuldade de aprovarmos esses sete pedidos de informação que V. Exa. está sugerindo, de nós os aprovarmos hoje, até para darmos aqui a demonstração de que todos querem que os trabalhos possam funcionar com celeridade, com presteza.

Queremos discutir a questão como foi sugerida pelo Presidente Omar Aziz. A presença dos Ministros da Saúde, ou dos ex-Ministros da Saúde, encerrando com o atual Ministro, parece que é a ordem correta, para a gente, primeiro, ouvir o ex-Ministro Mandetta, depois o Ministro Nelson Teich, depois o Ministro Pazuello e, por último, o atual Ministro Marcelo Queiroga, ainda na condição de convidados, como V. Exa. mesmo esclareceu, até porque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Vamos aprovar isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... estamos iniciando a investigação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Até para organizar isso!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – É uma proposta de mediação à proposta apresentada...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – ... por S. Exa. o Senador Omar Aziz.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Pela ordem.*) – Senador Fernando Bezerra, eu queria fazer uma ponderação para que nós pensássemos... Minha ponderação é apenas no sentido da ordem da vinda dessas pessoas. Por quê? Nós estamos no ápice da pandemia. É lógico que é importante a gente ir atrás do passado, mas é importante a gente também contribuir para que enfrentemos esse resto de pandemia.

Veja, de ontem para hoje, o que aconteceu: uma das vacinas que estava para ser adquirida foi rejeitada pela Anvisa. Isso está levando a uma grande discussão sobre se foi correto ou não foi correto. Tudo indica que foi correto. Então seria relevante a gente começar por ouvir os que hoje estão exercendo esse trabalho à frente da...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Humberto, o Ministro Marcelo Queiroga está, toda semana, na Comissão de acompanhamento da Covid.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas aqui eu acho que é mais importante.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu acho que nós não vamos criar nenhuma dificuldade para prestar as informações sobre o presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Peço só um minutinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro, por favor...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, só para fins de encaminhamento, nós, nesta etapa, estamos debatendo esses primeiros requerimentos sugeridos pelo Relator, e o plano de trabalho será responsável por ordenar a sequência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, perfeitamente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não há por que não se discutir, como bem reconhece o Líder do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Randolfe e, depois, o Senador Eduardo.

Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, eu acho que nós não temos divergência no encaminhamento.

Meu caro Líder Fernando Bezerra, meu caro Líder do Governo, acho que nós não temos divergência. Eu queria até propor isto, em atendimento, em atenção ao encaminhamento proposto pelo Relator, pelo Presidente e por V. Exa.: nós poderíamos apreciar e encaminhar já esses requerimentos urgentes e imediatos que o senhor relatou aqui há pouco e chamar uma reunião da Comissão para quinta-feira, pela manhã, com o tempo necessário para apresentar. Então, é a minha proposta.

O que o Sr. Relator apresenta aqui é um caminho. Olha, é fundamental nós ouvirmos os três ex-Ministros da Saúde e o atual Ministro da Saúde. Eu até concordo com a ordem que está sendo apontada pelo Senador Omar. Nós faríamos uma sequência dos três ex-ministros. Em seguida, ouviremos o atual ministro.

Então, eu queria sugerir ao Plenário, como encaminhamento, para acatarmos, darmos por aprovados os requerimentos aqui apresentados pelo Senador Relator Renan Calheiros e chamarmos, para quinta-feira pela manhã, a próxima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, já recebendo as colaborações, contribuições dos colegas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mantém-se as 24 horas. Mantém-se, aliás, o prazo até amanhã, às 2 horas da tarde; não é até quinta-feira.

Senador Eduardo Braga, pela ordem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero aqui concordar com a proposta do eminente Senador Randolfe e, ao mesmo tempo, dizer da minha concordância com a cronologia da vinda desde quando começou, ou seja, que venha o Ministro Mandetta, que venha o Ministro Teich, que venha o Ministro Pazuello, que venha o Ministro Queiroga, que venha o Diretor-Presidente da Anvisa.

Apenas apelo a V. Exa., Sr. Presidente, para que fique claro que, a partir a reunião de quinta-feira pela manhã, nós estaremos em sessão semipresencial, ou seja, a partir de quinta-feira, nós poderemos ter reunião presencialmente e remotamente com os Senadores, para que alguns Senadores que têm comorbidade etc., que hoje vieram a esta sessão para poder cumprir o Regimento, possam participar da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião de quinta-feira com a mesma intensidade daqueles que não têm problema de comorbidade e estarão presentes.

Então, estaríamos de acordo com a proposta de darmos o prazo até amanhã, ao meio-dia, mantendo a cronologia dos convidados e fazendo a primeira reunião de quinta-feira já no regime semipresencial, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nesse caso, dois Senadores aqui, o Senador Otto e o Senador Tasso, que vieram à sessão, são pessoas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você também é do grupo de risco.

É lógico que a gente não quer que aconteça qualquer coisa com os colegas, com os companheiros.

Senador Marcos Rogério, por favor... Depois, fala o Senador Izalci.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu faço aqui algumas brevíssimas ponderações.

Primeiro, começando pelo final da fala que V. Exa. fez, não sei qual vai ser a deliberação de V. Exa. e do Colegiado no sentido de como a Comissão vai funcionar, se ela vai funcionar pelo sistema presencial ou pelo sistema remoto. Eu, particularmente, sustento a tese de que CPI deva funcionar presencialmente, tanto que hoje nós funcionamos aqui naturalmente, com a presença dos Senadores. Então, não há prejuízo no funcionamento da CPI de maneira presencial, prova disso é o que aconteceu hoje. Agora, há prejuízo no funcionamento remoto, inclusive prejuízo formal. A proposta de V. Exa. de nos oportunizar a entrega de sugestões para compor o plano de trabalho eu acho que é o caminho adequado. Eu estou apresentando requerimentos solicitando informações aos Estados, aos 27 Estados com o Distrito Federal, pedindo informação detalhada com relação aos repasses federais e à sua utilização, como foi utilizado, em que foi utilizado, todo detalhamento: empenhos, transferências, pagamentos, enfim, todos. E estou solicitando também... Neste primeiro momento, estou solicitando das capitais as mesmas informações. No momento seguinte, poderemos elencar aí as cidades acima de 100 mil habitantes e vamos avançando na medida em que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só de cidades, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse primeiro momento, só as capitais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para que V. Exa. receba alguma coisa de fato concreta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... dependendo do número de habitantes, não faz.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato. Isso é objeto, inclusive, do recorte fático do Requerimento nº 2, de CPI.

Com relação à proposta que o Senador Renan faz, eu não vejo prejuízo, naqueles atos que são atos de ofício, de se encaminharem as providências iniciais. Só quero alertar a Comissão com relação a se deliberar nesta sessão. Esta sessão é convocada para instalação, eu penso que nós não teríamos como deliberar. Agora, acho que os atos preparatórios que ele está mencionando são atos que sequer carecem de deliberação. Alguns atos são atos naturais da Comissão, pedido de informação e tal. Aquilo que for objeto de aprovação de requerimento acho que deveria ser feito com a pauta publicada, sob pena de a gente ter uma nulidade absoluta e não é o caminho que nós todos almejamos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou sendo informado que pedido de informação, de solicitação tem que ser deliberado aqui pelo Plenário. Tem que ser pautado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Faz um acordo, para a gente não dizer que não fez nada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vejam bem, se vocês forem dar uma...
Senador Fernando Bezerra, Senador Izalci e Senador Marcos Rogério, se vocês derem uma olhada nesse requerimento, não tem absolutamente nada que não seja unanimidade aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem nada que, nada, nada, nada que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É um convite para os quatro: o ministro...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – A disposição do Governo é de colaborar. E aqui reitero. Agora, é evidente que a gente está vendo, seja pelo discurso inicial do Relator, seja pela disposição de outros membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que nós vamos ter uma Comissão altamente politizada. Então, eu acredito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não da nossa parte, não da nossa parte.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Meu prezado Presidente e Relator Renan Calheiros, se tirarmos os muitos adjetivos da sua fala inicial, a gente certamente teria um discurso que iria nesta direção que todos nós queremos. Mas abundou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Querido Fernando, só um aparte.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... abundou adjetivos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Querido amigo Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... em relação à atuação do Governo. Eu não quero aqui ser muito crítico nem severo, mas, em alguns momentos, até de prejulgamentos.

Então, eu só queria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Querido amigo, só um aparte, Fernando, meu querido amigo. Se houve uma tentativa de politização, ela ocorreu exatamente na 1ª Vara de Brasília, tentando impedir que esta Comissão me alçasse à condição de Relator; essa que foi a politização, não o que o meu discurso contém nas entrelinhas, jamais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só queria voltar porque, se esta é uma reunião para a instalação e eleição do Presidente e a designação do Relator, e se os pedidos de informação carecem de uma deliberação, isso tem que estar em pauta. Então, nós não vamos ter nenhum prejuízo, eu concordo, de aprovarmos aqui a convocação dos ministros na cronologia que foi sugerida pelo Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, eu vou dar um encaminhamento aqui para a gente encerrar este assunto. A gente, amanhã à tarde, amanhã à tarde, aqueles que querem colaborar, até meio-dia, entreguem para o Senador Renan. Na quinta-feira, às 10h da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manhã, nós aprovamos o plano de trabalho, e, na terça-feira que vem, o Ministro Mandetta estará aqui no nosso Plenário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alguma questão?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu estava inscrito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, eu queria fazer uma colocação aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estou inscrito, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É só porque eu fiz uma colocação que me parecia pacificada pelo Presidente, mas o Líder Marcos Rogério está fazendo aqui uma questão...

Não, não, Omar, deixe-me fazer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixem-me explicar um negócio aqui: o Regimento pede para a gente pautar qualquer tipo de requerimento, é isso o que eu estou querendo; eu quero deixar a questão legal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, ok! Mas nós estamos aqui já numa... Tem que ser pautado, agora nós estamos aqui diante de um fato concreto. Vejam, há um entendimento já na Casa com relação, inclusive, ao Plenário. Nós votamos PEC de forma semipresencial, nós votamos tudo, então é preciso deixar claro aqui, que não é o meu caso, porque eu já estou vacinado, já estou além do prazo de imunização, mas há...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mesmo assim, não confie, mas mantenha a máscara, enfim, todas as condições. Agora, o Líder Marcos Rogério está me dizendo: "não, todas as sessões terão que ser presenciais.". Eu queria, portanto, pedir a V. Exa. que, se for o caso, paute para que nós possamos deliberar no Plenário, porque esta é uma questão importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será a presença. A presença do Presidente da CPI, do Vice-Presidente e do Relator, com certeza, será presencial todas as vezes. E será semipresencial para aqueles que não puderem participar. Aqueles que puderem estar aqui em Plenário serão uma ótima companhia, mas não inviabiliza, absolutamente, nenhuma votação, nenhum questionamento, não inviabiliza nada. Até porque não há nada mais importante do que emendar a Constituição brasileira, e até isso nós fizemos via remota.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive, Presidente, só lembrando ao colega Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu indago a V. Exa....

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que há um ato de S. Exa., o Presidente da Casa, que regula isso; um ato de S. Exa., o Presidente Rodrigo Pacheco, do seu partido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está equivocado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Do qual, inclusive, o senhor inclusive é Líder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa. está equivocado e tenta tergiversar a verdade, com todo o respeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não estou, basta o senhor ler.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há ato do Presidente que trate...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O colega talvez tenha tido dificuldade de leitura.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há ato do Presidente que trate de CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fica a critério do Presidente da Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há ato do Presidente que trate de CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É sobre o funcionamento do Senado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, a pergunta que eu faço a V. Exa. é: V. Exa. disse que V. Exa., e o Relator estarão presencialmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Vice-Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E o Vice-Presidente. Indago com relação aos depoentes: estarão presencialmente ou remotamente? Porque isso é determinante. Eu estarei presente aqui, não estarei no sistema remoto. E acho que os Senadores, cada um sabe fazer o juízo das suas circunstâncias e condições, deveriam estar todos aqui, pois, se quiseram fazer o funcionamento da CPI neste momento, é porque sabiam das consequências derivadas dessa decisão. Acho que devem estar presencialmente. Eu estarei.

Agora, indago a V. Exa. em relação aos depoentes. Não cabe depoimento remotamente. Você não pode ter orientação para depoente, você não pode ter constrangimento para depoente, não pode ter ameaça para depoente. O depoente tem que estar na bancada aqui...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, mas quem está questionando isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, foi dito aqui que a sessão será semipresencial. Eu estou indagando se os depoimentos serão tomados semipresencialmente ou presencialmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, os depoimentos são presenciais. Eu falei que a votação pode ser via remota. É diferente. A participação pode ser via remota.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, e, se V. Exa. me permite, até para arguir ao querido Senador Marcos Rogério, para o conhecimento dele. Talvez ele não tenha conhecimento, mas há o ato do Presidente que regula o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionamento da Casa, que, inclusive, possibilita que nós, Presidente Omar, alteremos a Constituição brasileira pela via remota, por voto da via remota. Como se não bastasse, há aqui a resolução do Presidente Rodrigo Pacheco, em relação ao funcionamento da CPI, que diz que o funcionamento da CPI da Pandemia, após sua instalação, será definido pelo respectivo colegiado. Por óbvio, temos que seguir o funcionamento das demais Comissões e o ato de S. Exa., o Presidente da Casa. Parece-me até uma polêmica de falta de leitura ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está muito claro no ato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu fiz aqui algumas sugestões e gostaria de reforçar mais uma vez com o Relator.

Pelo que eu recebi, que estou lendo aqui agora, nós tivemos um aditamento, vamos dizer assim, da CPI apresentada com relação a Estados e Municípios. O encaminhamento que, pelo menos, rapidamente, lendo aqui, a gente não está entrando muito na questão de Estados e Municípios, como está previsto, mas quero só pedir a V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Porque isso aí... Nós apresentamos alguns em poucos requerimentos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Por isso que eu gostaria de complementar esse.

Primeiro, eu fiz um pedido a V. Exa., não sei se já está nas sugestões apresentadas até agora, a questão de requerer toda a documentação das entidades, tipo Polícia Federal – V. Exa. sabe que há mais de 74 operações –, documentos do Ministério Público Federal, Tribunal de Contas, tratando desse tema, porque isso demora muito a chegar. Então, eu gostaria exatamente de solicitar que, no plano de trabalho, já viessem os requerimentos aprovados. E vários requerimentos...

Há alguma disposição, Relator, Presidente, de criar alguma subcomissão ou não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O plano está feito aqui...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas há alguma sugestão já nesse sentido ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nas Comissões temporárias não existem subcomissões, mas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já participei de algumas com subcomissões, mas foram sub-relatorias, vamos dizer... Sub-relatorias. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, o que eu quero colocar, Senador Izalci, é que isso aí nós vamos ver. Vamos primeiro fazer um plano de trabalho, vamos ver, porque há muita coisa ainda...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou sugerir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e, no momento certo, a gente discute essa questão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... a subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa é a primeira questão. A segunda é... Vamos aqui... Até amanhã, meio-dia, os Senadores que queiram dar sugestões ao Relator, depois ele vai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compilar... Na quinta-feira de manhã, nós aprovamos o plano de trabalho e aprovamos esses pedidos de informações que estão aqui. Correto?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Há mais alguns que serão sugeridos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, tudo bem, mas aí...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele vai pautar, já está pautado.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aqui na própria CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, já pauta, já publica na pauta esses requerimentos todos.

Esses requerimentos todos serão pautados hoje pela Secretaria aqui. O.k.?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, nós só vamos ter um problema amanhã... Amanhã não é o problema. Pelo fato de a gente não ter um plano de trabalho e querer a contribuição de todos, nós amanhã vamos aguardar o tempo necessário para ele fazer a compilação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor chama a próxima reunião para quando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu chamo a próxima reunião para quinta-feira, às 10h da manhã.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, 10h. Às 9h. Vou marcar às 9h. Às 9h.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não vai haver reunião de Liderança se houver CPI. Os Líderes vão estar todos aqui.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu já não estou fazendo a reunião amanhã, Senador, por esta razão: para não querer criar problema por causa do plano de trabalho.

Está encerrada a reunião.

Convocada para quinta-feira de manhã.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 14 horas e 13 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

